

Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade

Três Anos do Blogue ATS



Ficha técnica

Título: Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade: Três Anos do Blogue ATS

Coordenação e edição:

João Ferrão
Ana Delicado
Ana Horta
Carla Gomes
David Travassos
Jussara Rowland
Madalena Santos
Simone Tulumello

Capa e conceção gráfica:

Tatiana Ferreira

Imagem de capa:

Simone Tulumello

OBSERVA - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade
Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa
Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa - Portugal
Telef. 21 780 4700
www.observa.ics.ulisboa.pt
www.ics.ulisboa.pt

Lisboa: ICS, Observa, 2019
ISBN 978-972-671-525-2
Janeiro de 2019

O Blogue ATS é alimentado e gerido pelos membros do grupo de investigação Ambiente, Território e Sociedade (GIATS) do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O seu objetivo é duplo: proporcionar um espaço de difusão, debate e teste de ideias nas áreas de interesse do grupo; e dar relevo às dimensões do trabalho do grupo que tenham interesse para públicos não-acadêmicos. Os textos podem ser publicados em português, inglês, espanhol ou italiano.

O GIATS tem como objetivo compreender as dinâmicas sociais, territoriais e de governança subjacentes aos atuais desafios sócio-ecológicos; identificar caminhos de transição para uma sociedade mais justa e sustentável; e conectar ciência, sociedade e políticas públicas. As suas principais áreas de investigação são: representações, práticas e políticas do ambiente; sustentabilidade urbana e futuros regionais; tecnociência, risco e incerteza.

O OBSERVA – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade é um observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que promove a disseminação de informação sobre a componente social das questões ambientais e do território. Analisa-se tanto os fenómenos sociais que resultam ou são influenciados por questões ambientais e territoriais, como o modo como as próprias condições ambientais e territoriais são modificadas por fenómenos de natureza social.

The ATS blog is produced and managed by the members of the research group Environment, Territory and Society of the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon. We have two goals: creating a space for outreach, debate and test of ideas in the areas of interest for the research team; and highlighting those dimensions of our work with a character of public interest. Posts may be written in Portuguese, English, Spanish or Italian.

The research group aims at: understanding the social, territorial and governance dynamics underlying current socio-ecological challenges; identifying transition pathways to a more equitable and sustainable society; and bridging science, society and policy-making. Its main areas of inquiry are: environmental representations, practices and policies; sustainable urban and regional futures; technoscience, risk and uncertainty.

OBSERVA – Observatory of Environment, Territory and Society is a permanent research program of the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-UL). The observatory promotes the dissemination of information on the social component of environmental and territorial issues. Under analysis are both the social phenomena resulting or influenced by environmental and territorial issues, and the way the environmental conditions themselves are modified by social phenomena.

Quaisquer opiniões expressas nos comentários e artigos publicados são pessoais e da exclusiva responsabilidade dos seus autores, não refletindo necessariamente as opiniões dos editores do blogue, nem do ICS-Lisboa, salvo indicação expressa em contrário.

Este trabalho de <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/> está licenciado com uma Licença Creative Commons – Atribuição-Não Comercial 4.0 Internacional.

Sugestão de citação:

João Ferrão, Delicado, A., Horta, A., Gomes, C., Travassos, D., Rowland, J., Santos, M., Tulumello, S. (Eds.) (2019) Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade: Três Anos do Blogue ATS. Lisboa: Observa-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

The views and opinions expressed through the ATS Blog belong solely to the authors, are their own responsibility and do not necessarily reflect the position of the blog editors, or of ICS-ULisboa, unless otherwise stated.

Works published at <https://ambienteterritoriosociedade-ics.org/> are licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial 4.0 International License.

Suggested citation:

João Ferrão, Delicado, A., Horta, A., Gomes, C., Travassos, D., Rowland, J., Santos, M., Tulumello, S. (Eds.) (2019) Reflexões sobre Ambiente, Território e Sociedade: Três Anos do Blogue ATS. Lisbon: Observa-Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

Nota: No caso dos *posts* em português, foi dada aos autores a opção de redigirem os seus textos de acordo com a antiga ortografia ou o novo Acordo Ortográfico.

ÍNDICE

Introdução	5
Sustentabilidade	7
Alterações Climáticas	87
Água, Florestas e Áreas Protegidas	170
Alimentação, Segurança Alimentar e Saúde	232
Energia	299
Cidades, Habitação e Planeamento Urbano	344
Territórios e Desenvolvimento	422
Ciências Sociais e Interdisciplinaridade	464
Métodos e Práticas de Investigação	592
Índice de autores	654

Introdução

Esta publicação reúne os *posts* editados durante os três primeiros anos de existência do blogue Ambiente, Território e Sociedade, a interface para públicos académicos e não-académicos do Grupo de Investigação com essa mesma designação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

No primeiro *post* deste blogue, intitulado “Estados-nação muralhados: presentes insustentáveis, futuros indesejados” (João Ferrão, 5 de janeiro de 2016), afirmava-se que este tema de abertura, aparentemente estranho às atividades desenvolvidas no âmbito deste Grupo de Investigação, tinha um objetivo duplamente simbólico: salientar as virtualidades de leituras críticas e reflexivas efetuadas a partir do triângulo analítico cujos vértices dão o nome ao grupo; e aprofundar o debate sobre futuros imaginados, desejados e possíveis, bem como sobre as trajetórias de mudança e as estratégias de transição para os alcançar. Como então se salientou: “este é o contributo que queremos dar, a discussão que pretendemos suscitar, os caminhos interdisciplinares que gostaríamos de ajudar a desbravar e a percorrer em diálogo com a sociedade”.

Olhando retrospectivamente, é possível afirmar que foi isso que tentámos fazer, apresentando ideias, tendências e factos, salientando tensões e contradições, justificando posições, defendendo opções, apontando caminhos. Fizemo-lo de forma aberta e convicta, sem dogmatismos mas tendo como referência os grandes debates teóricos, temáticos e políticos que marcaram intensamente estes três últimos anos. Fizemo-lo guiados pela curiosidade científica pessoal, pelos interesses dos membros do Grupo de Investigação, pelo gosto de partilhar as nossas reflexões e de divulgar os resultados das nossas investigações, mas também para tentar dar respostas às necessidades e perplexidades das sociedades contemporâneas. E fizemo-lo, finalmente, cientes das condições em que desenvolvemos o nosso trabalho, desde a influência de poderosas agendas

científicas internacionais às situações de precariedade persistente de muitos dos autores dos *posts*.

Esta é uma publicação de uma equipa onde todos contam e participam, dos investigadores de carreira aos bolseiros do mais diverso tipo, colaboradores de projetos de investigação e doutorandos cujos supervisores são membros do Grupo de Investigação. Graças a esta equipa, e ainda a alguns autores convidados de grande prestígio académico e público, foram selecionados 123 *posts* do blogue, agregados, por uma questão de coerência e de facilidade de leitura, em nove capítulos temáticos: **Sustentabilidade; Alterações climáticas; Água, florestas e áreas protegidas; Alimentação, segurança alimentar e saúde; Energia; Cidades, habitação e planeamento urbano; Territórios e desenvolvimento; Ciências sociais e interdisciplinaridade; Métodos e práticas de investigação**. Cada Capítulo inicia-se com uma breve Introdução, de um dos investigadores que pertenceu ao conselho editorial do blogue ao longo deste período, que enquadra os textos que se seguem.

Nos seus primeiros três anos de existência o blogue Ambiente, Território e Sociedade mobilizou 72 autores, editou 143 posts, teve 17.266 visitantes e suscitou 35.975 visualizações. Este livro organiza de forma mais inteligível os vários contributos publicados. Mas, sobretudo, cria, no seu conjunto, um novo patamar a partir do qual é agora possível ver mais longe, compreender de forma mais profunda, sugerir de modo mais adequado, divulgar conhecimento científico de maneira mais clara. É esse o nosso objetivo.

Equipa Editorial

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

SUSTENTABILIDADE



© Nuno Alves

Introdução

Um pouco mais de dezena e meia de *posts* do blogue ATS abordam o tema da sustentabilidade. Conceito amplamente usado mas de definição disputada, a sustentabilidade dá conta do equilíbrio difícil (se não impossível) entre prosperidade económica, proteção ambiental e justiça social.

Alguns destes *posts* fazem uso de conceitos paralelos, como a economia circular (Carolina Souza, [março de 2016](#)) ou o crescimento verde (António Sobrinho, [março de 2016](#)), para dar conta dos esforços políticos para promover esta compatibilização de diferentes interesses. Mas outros *posts*, bem menos otimistas, abordam propostas mais exigentes como o princípio da suficiência, que propõe uma disrupção do modelo de produção e consumo contínuos (Susana Fonseca, [abril de 2016](#)), ou o controlo do crescimento demográfico (Luís Balula, [maio de 2016](#)). Alguns textos alertam para uma crise ambiental de magnitude tal que ameaça a sobrevivência da espécie humana, sustentando-se em noções como a era do Antropoceno (João Mourato, [março de 2016](#); André Silveira, [setembro de 2016](#)) ou a teoria de Gaia (Tim O’Riordan, [setembro de 2018](#)).

Um conjunto de textos dá destaque ao papel das organizações internacionais, como a ONU, OCDE ou EU, no estabelecimento de metas e na formulação de políticas para as atingir. São disso exemplo os tão propalados Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Luísa Schmidt, [janeiro de 2016](#); Tainan Messina, [maio de 2018](#)), os seus antecessores Objetivos do Desenvolvimento do Milénio, os Princípios da Carta da Terra (Fronika de Wit, [março de 2018](#)) ou a Convenção de Aarhus (João Guerra, [setembro de 2016](#)). Mas nem sempre os acordos internacionais vão no sentido da promoção da sustentabilidade, como se vê pelo ativismo anti-TTIP (Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento) (Ana Patrícia Rodrigues, [abril de 2016](#)).

Há também um grupo de *posts* dedicado a mecanismos de quantificação da sustentabilidade, como os indicadores disponibilizados na Green Growth Knowledge Platform (António Sobrinho, [março de 2016](#)), as medições da pegada ecológica de países, empresas e indivíduos (Susana Fonseca, [dezembro de 2016](#); André Silveira, [setembro de 2016](#)), ou o inquérito de base ao *Barómetro da Sustentabilidade em Portugal* (André Silveira, [setembro de 2016](#); Luísa Schmidt, [outubro de 2016](#)). Em termos de tópicos, os *posts* sobre sustentabilidade prendem-se frequentemente com a questão das alterações climáticas, mas as hortas urbanas (Tainan Messina, [maio de 2018](#)) ou o sobre-uso de plástico (Sónia Cardoso, [junho de 2018](#)) servem também de mote.

Por fim, dois dos textos deste conjunto abordam o papel dos media na provisão de informação sobre o tema da sustentabilidade ou, mais rigorosamente, na ocultação dessa informação, suprimindo o necessário debate público (Ana Patrícia Rodrigues, [abril de 2016](#); João Carlos Sousa, [novembro de 2018](#)).

Ana Delicado

Ana Delicado é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Lista de posts

Objectivos do desenvolvimento sustentável Novos horizontes, novas esperanças <i>Luísa Schmidt</i>	11
Green growth knowledge platform. O que é, para que serve? <i>António Sobrinho</i>	17
Antropoceno: o derradeiro axioma escatológico? <i>João Moraes Mourato</i>	20
Economia circular em destaque: apoio da União Europeia e foco no consumo <i>Carolina Souza</i>	24
O princípio da suficiência <i>Susana Fonseca</i>	28
TTIP – Do silêncio dos deuses à não-opinião dos servos <i>Ana Patrícia Rodrigues</i>	31
Sustentabilidade demográfica: um tabu cultural? <i>Luís Bahula</i>	35
Convenção de Aarhus – informação, participação e justiça para a mudança <i>João Guerra</i>	40
Sustentabilidade e justiça no Antropoceno <i>André Silveira</i>	44
Coração, cabeça e estômago <i>Luísa Schmidt</i>	50
O longo e tortuoso caminho da sustentabilidade <i>Susana Fonseca</i>	60
An ethical framework for the sustainable development goals: Ruud Lubbers and the Earth Charter Initiative <i>Fronika de Wit</i>	63
Urban food gardens and the sustainable development goals: blooming opportunities for local governance? <i>Tainan Messina</i>	67
Combate ao plástico nos oceanos: estará Portugal a preparar as suas tropas? <i>Sónia Cardoso</i>	72
On moral action for the sake of humanness and humanity <i>Tim O’Riordan</i>	77
Invisibilidade e negatividade: o discurso mediático sobre ambiente em Portugal <i>João Carlos Sousa</i>	82

Objectivos do desenvolvimento sustentável - novos horizontes, novas esperanças

Luísa Schmidt



20 de janeiro de 2016

Aquilo a que generalizadamente usamos chamar “crise”, como hoje bem se sabe, são várias crises e – embora global – ela está longe de ser uniforme conforme os países e as regiões do mundo. É certo que a sua sinistra notoriedade advém dos acontecimentos financeiros iniciados nos EUA em 2007/8. Foi lá que o crédito imobiliário mal parado desencadeou em cascata a derrocada do edifício de fantasias bancárias em que vivia o sistema financeiro – não só norte-americano mas global. É história sabida.

Contudo, a doença do sistema revelou raízes bem mais antigas e mais fundas. Um sistema económico que assenta historicamente na exploração ilimitada de recursos finitos e na perpetuação das mais desumanas desigualdades sociais é o rosto daquilo a que se chama “insustentabilidade”.

Não podemos sequer dizer que é novidade. De há muitas dezenas de anos para cá que cientistas de vários quadrantes alertaram para a insustentabilidade ambiental e social do sistema que estava a ser construído. Mas a vertigem eufórica dos ganhos levava sempre a considerar esses avisos como agoiros de desmancha-prazeres.

Desde a constituição da FAO, no pós-guerra, com os alertas do seu primeiro presidente, o agrónomo e médico Josué de Castro; ao célebre livro de Rachel Carson (*Silent Spring*, 1962); ao Clube de Roma e respetivo Relatório Meadows sobre os “Limites do Crescimento” (1968); às crises do petróleo dos anos 70; ao galopante esgotamento dos recursos naturais denunciados no relatório Brundtland – *Nosso Futuro Comum* (1987); à escalada da desflorestação, da desertificação e das alterações climáticas que originaram convenções na Cimeira do Rio de 1992; e, mais tarde, Quioto e os relatórios do IPCC... Todos estes avisos foram-se tornando cada vez mais nítidos aos olhos da opinião pública e dos

responsáveis políticos – quase sempre negligentes face ao que consideravam ser profecias da desgraça num mundo em vertigem desenvolvimentista.

Demorou demasiado tempo para se perceber a profunda interligação entre estas más notícias e as crises sociais – sejam as de persistente pobreza do 3º Mundo, sejam as das ruturas sociais do mundo desenvolvido. Mas a pobreza e as desigualdades sociais mostraram-se finalmente como a outra face da exaustão natural do planeta, e a implicação recíproca de ambas passou a designar-se a “insustentabilidade” do sistema.

Os números divulgados pelas instituições internacionais, como a **ONU** e o **Banco Mundial**, continuam a ser impressionantes, para não dizer impressionantes. Apesar da descida da taxa de pobreza no leste da Ásia, graças sobretudo ao rápido crescimento da China (que ajudou a retirar da pobreza extrema cerca de 475 milhões de pessoas), no resto do mundo engrossou a população extremamente pobre, com destaque para a África Subsaariana, para só dar um exemplo.

As estimativas entretanto dramatizaram-se: calcula-se que o número de pessoas a viver em pobreza extrema se cifre atualmente em 836 milhões, ou seja, 90 milhões a mais do que se esperava antes da crise económica, embora com variações regionais. Alguns países da América Latina, como o Brasil, estiveram em reta ascendente, embora atualmente se encontre em recessão, e tanto na Oceânia como no leste da Ásia e na África Subsaariana a incapacidade de implementar ações fortes contra a fome poderá originar uma longa crise alimentar. As consequências serão fatais, pois mais de um terço das mortes de crianças em todo o mundo é ainda atribuído à desnutrição. Os eventos extremos que atingiram a América do Sul no final de 2015 irão também afetar a produção alimentar mundial.

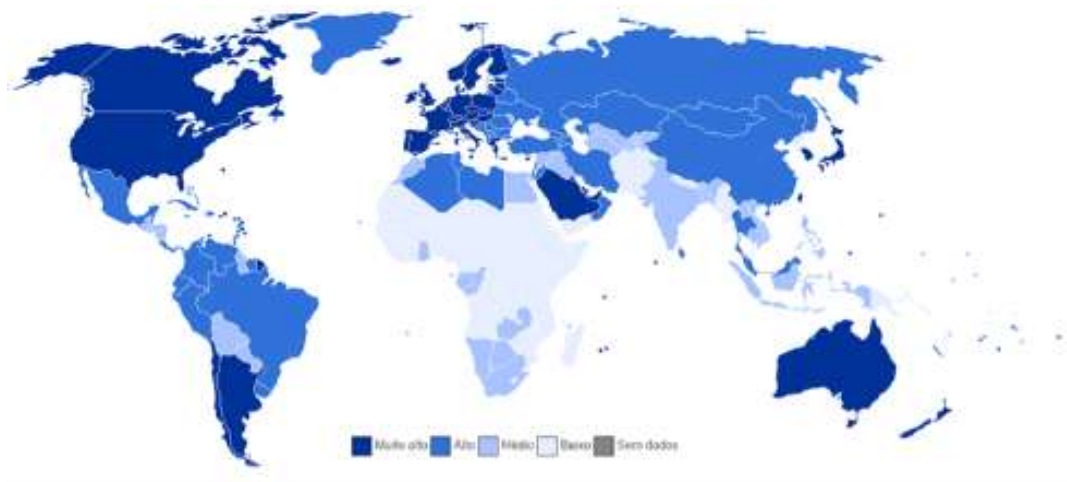
Um indicador importante que registou progressos foi o acesso à educação primária, em que os registos de matrículas tanto na África Subsaariana como no sul da Ásia aumentaram 15% e 11% entre 2000 e 2012, respetivamente. Contudo, com a falta de professores aumentou também o rácio alunos/professor em quase 10%, enquanto em países de médio e alto rendimento tem baixado substancialmente. Mesmo assim, em 2015 ainda foi negado o direito à educação a 57 milhões de crianças no mundo inteiro.

Quanto à desflorestação mundial, continua a um ritmo alarmante atingindo 13 milhões de hectares por ano (uma área equivalente ao Bangladesh!). Apesar da crescente plantação e restauro de áreas florestais, a perda líquida global é ainda de 7,3 milhões por ano, sobretudo nas regiões da África Subsaariana, da América Latina e das Caraíbas – o que contribui não só para o aumento do dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, como para a redução das reservas de água doce potável. A este nível é preocupante a crescente afetação da floresta amazónica, que é um regulador global do clima: o simples desembargo dos EUA à importação de carne da Rondônia já provocou um avanço exponencial do desmatamento naquela região amazónica brasileira.

Floresta e água são indissociáveis, pois a perda florestal reduz sempre a disponibilidade de água em quantidade e qualidade. E, nesta matéria, a batalha continua difícil de vencer: 700 milhões de pessoas no mundo dependem de fontes de água “impróprias” para beber, cozinhar e tomar banho. Os enormes investimentos realizados no sector para expandir as fontes de água “melhoradas” têm evoluído positivamente, mas ainda sem os resultados esperados, não cumprindo os critérios básicos estabelecidos pela OMS.

Relacionadas com o problema da água, estão, aliás, as más condições de saneamento: em 2015, cerca de 2,5 mil milhões de pessoas ainda não dispunham de acesso a serviços de saneamento básico, o que gera em média a morte de 5 mil crianças por dia. A crise económica e financeira contribuiu para agravar fortemente a situação de muitas outras camadas da população mundial até aí fora de perigo, à medida que o número de desempregados cresce. Trata-se do fenómeno dos “novos pobres”, estimando-se que tem aumentado exponencialmente o número de pessoas que passaram a viver abaixo do limiar de pobreza, mesmo em países desenvolvidos. De resto, por cada 1% de queda no crescimento das economias dos países em desenvolvimento regista-se um aumento de 20 milhões de pessoas a engrossar a legião de pobres.

Índice de Desenvolvimento Humano (2014)



*Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, **Human Development Report***

Para contrariar este horizonte de derrocada das sociedades humanas e do planeta, a ONU, enquanto autoridade que detém a chave do sistema internacional, tem-se mobilizado e após inúmeras negociações lançou, em finais de 2015, os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** – que devem ser implementados por todos os países do mundo durante os próximos 15 anos a partir de agora (2016-2030), e, como tal, orientar políticas nacionais e medidas de cooperação internacional.

Os ODS são 17 e passam por temas e problemas tão diversos e importantes como erradicação da pobreza e da fome; redução das desigualdades sociais; acesso à saúde, educação, à água e ao saneamento; combate às alterações climáticas e à degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres; energia acessível e limpa; reforço da igualdade de género; produção e consumo responsáveis e cidades sustentáveis; novos empregos; acesso à justiça, combate à corrupção, instituições fortes que protejam os bens comuns.

Fechámos, pois, o ano de 2015 com dois factos internacionais marcantes e portadores de uma nova esperança: o Acordo de Paris, na COP21, em que os governos de todo o mundo se comprometeram a disponibilizar 100 mil milhões de dólares por ano até 2020 para ajudar os países em desenvolvimento na adaptação aos impactos das alterações climáticas; e os ODS promovidos pela ONU, com 169 metas que serão escrupulosamente monitorizadas.

Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (2016-2030)

17 Objetivos, 169 metas

Objetivos	Algumas Metas (3 por objetivo)
1. Erradicação da pobreza.	- erradicar a pobreza extrema (pessoas que vivem com menos de US\$ 1,25/ dia). - reduzir à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões. - apoiar investimentos acelerados nas ações de erradicação da pobreza.
2. Acabar com a fome.	- acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas (...) a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano. - acabar com todas as formas de desnutrição. - manter a diversidade genética de sementes, plantas cultivadas, animais de criação e domesticados e também espécies selvagens (até 2020).
3. Saúde e bem-estar.	- reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos. - acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite e doenças transmitidas pela água (...) - fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco da Organização Mundial de Saúde em todos os países.
4. Educação de qualidade.	- garantir que todas as meninas e meninos completem o ensino primário e secundário livre, equitativo e de qualidade. - ampliar globalmente o número de bolsas de estudo disponíveis para os países em desenvolvimento (até 2020) - aumentar substancialmente o contingente de professores qualificados.
5. Igualdade de gênero.	- acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas - eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas. - assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva.
6. Água limpa e saneamento.	- alcançar o acesso universal e equitativo à água potável, segura e acessível para todos. - alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos. - melhorar a qualidade de água, reduzindo a poluição, eliminando despejo e minimizando a liberação de produtos químicos e materiais perigosos, reduzindo à metade a proporção de águas residuais não tratadas (...)
7. Energia acessível e limpa.	- assegurar o acesso universal, confiável, moderno e a preços acessíveis a serviços de energia. - aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global. - dobrar a taxa global de melhoria na eficiência energética.
8. Emprego digno e crescimento económico.	- sustentar o crescimento económico per capita, pelo menos um crescimento anual de 7% do produto interno bruto nos países de menor desenvolvimento relativo. - atingir níveis mais elevados de produtividade das economias, por meio da diversificação, modernização tecnológica e inovação. - conceber e implementar políticas para promover o turismo sustentável, que gera emprego, promove a cultura e os produtos locais.
9. Industrialização sustentável e infraestruturas robustas.	- aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados. - modernizar as infraestruturas e reabilitar as indústrias com eficiência no uso de recursos e adoção de tecnologias e processos industriais limpos e ambientalmente adequados. - aumentar significativamente o acesso às tecnologias de informação e comunicação, acesso universal a preços acessíveis, a Internet (até 2020).
10. Redução das desigualdades.	- alcançar e sustentar o crescimento da renda dos 40% da população mais pobre a uma taxa maior que a média nacional. - adotar políticas, especialmente fiscal, salarial e políticas de proteção social. - melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais.
11. Cidades e comunidades sustentáveis.	- garantir o acesso de todos a habitação segura, adequada e a preço acessível, aos serviços básicos e urbanizar as favelas. - proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos. - fortalecer esforços para proteger e salvaguardar o património cultural e natural do mundo.
12. Consumo e produção sustentável.	- implementar o Plano Decenal de Programas Sobre Produção e Consumo Sustentáveis, em todos os países (...) - reduzir substancialmente a geração de resíduos por meio da prevenção, redução, reciclagem e reuso. - racionalizar subsídios ineficientes aos combustíveis fósseis com a eliminação gradual desses subsídios prejudiciais.
13. Combate às alterações climáticas.	- reforçar a resiliência e a capacidade de adaptação a riscos relacionados com o clima. - integrar medidas da mudança do clima nas políticas, estratégias e planeamentos nacionais. - implementar o compromisso para a meta de mobilizar conjuntamente US\$ 100 bilhões por ano até 2020, para atender às necessidades dos países em desenvolvimento.
14. Conservar os recursos marinhos.	- prevenir e reduzir significativamente a poluição marinha de todos os tipos (até 2025). - gerir de forma sustentável e proteger os ecossistemas marinhos e costeiros (até 2020). - acabar com a sobrepesca, ilegal, não reportada e não regulamentada e as práticas de pesca destrutivas, e implementar planos de gestão com base científica para restaurar populações de peixes no menor tempo possível (até 2020).
15. Conservar e recuperar os ecossistemas terrestres.	- promover a implementação da gestão sustentável de todos os tipos de florestas, deter o desmatamento, restaurar florestas degradadas e aumentar substancialmente o florestamento e reflorestamento globalmente (até 2020). - combater a desertificação e restaurar a terra e o solo degradado. - tomar medidas urgentes para acabar com a caça ilegal e o tráfico de espécies da flora e fauna protegidas.
16. Promover a paz, justiça e instituições fortes.	- promover o Estado de Direito, em nível nacional e internacional, e garantir a igualdade de acesso à justiça, para todos. - reduzir significativamente os fluxos financeiros e de armas ilegais. - reduzir substancialmente a corrupção.
17. Fortalecer parcerias para o desenvolvimento sustentável.	- fortalecer a mobilização de recursos internos para melhorar a capacidade nacional para arrecadação de impostos e outras receitas. - países desenvolvidos implementarem plenamente os seus compromissos, alcançando a meta de 0,7% da renda nacional bruta para assistência oficial ao desenvolvimento (RNB/AOD) aos países em desenvolvimento, e 0,15 a 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo; 0,20% da RNB/AOD para os países de menor desenvolvimento relativo. - melhorar a cooperação regional e internacional Norte-Sul, Sul-Sul e triangular e o acesso à ciência, tecnologia e inovação, e aumentar a partilha de conhecimentos.

Fonte: Elaborado pela autora

Ambos passam também por restaurar a “saúde” do sistema económico, criando empregos, empresas e combatendo simultaneamente as crises da crise: as

alterações climáticas, a dependência dos combustíveis fósseis, a devastação dos recursos finitos, a catástrofe alimentar e a pobreza tenaz.

Não será nunca com meras medidas financeiras ou operações de tesouraria e a regar com subsídios perversos e atividades sem futuro que se resolverá a crise, as crises. O que se pretende justamente evitar é que os atuais estímulos para restaurar a economia não incorram nos mesmos erros que nos levaram às crises.

Dispomos hoje efetivamente de recursos de conhecimento e de soluções tecnológicas que permitem já configurar um sistema económico bem diferente – ambiental e socialmente sustentável e também economicamente viável. Resta agora ativar os mais difíceis fatores de todos: a consciência pública e a vontade política, o que não é tarefa fácil quando as mesmas forças que produziram a crise controlam largos sectores do espectro comunicacional. Contudo, os dois acordos mundiais de final do ano passado e a vitalidade da esperança que anima as sociedades até nas condições mais difíceis, ajudarão a encontrar caminhos para o futuro que se precisa.

Luísa Schmidt é investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e coordenadora do Observa.

Green growth knowledge platform.

O que é, para que serve?

António Sobrinho

 2 de março de 2016

Com o propósito de divulgar e contribuir para a transição rumo a uma economia verde (equitativa, de baixo carbono, eficiente em recursos e socialmente inclusiva), quatro organismos – o Global Green Growth Institute (GGGI), a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), o Programa das Nações Unidas para o Ambiente (UNEP) e o Banco Mundial – decidiram criar em janeiro de 2012 a Green Growth Knowledge Platform (GGKP).

Das quatro organizações internacionais atrás referidas, a mais recente e, eventualmente, a menos conhecida – GGGI – foi fundada em 2012 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20. Tem como missão apoiar e promover o crescimento económico robusto, sustentável sob o ponto de vista ambiental e socialmente inclusivo nos países em desenvolvimento e nas economias emergentes. Está sediada em Seoul, na Coreia do Sul.

A GGKP é uma rede global de organizações e especialistas internacionais que identifica e aborda as principais lacunas de conhecimento no âmbito do crescimento verde, nas suas vertentes tanto teórica como prática. Tal plataforma incentiva ainda a colaboração e a investigação generalizadas, à escala mundial, e disponibiliza aos profissionais e decisores políticos um conjunto de orientações políticas, boas práticas, ferramentas e dados necessários para apoiar a transição para uma economia verde.

A GGKP foi fundada com base no entendimento comum de que a eficácia e o impacto de seus parceiros saem reforçados através da colaboração para o desenvolvimento, gestão e divulgação dos trabalhos de pesquisa no contexto do crescimento verde, assim como de outros produtos do conhecimento.

Nesta plataforma são apresentadas e discutidas questões de actualidade. Exemplo disso é o relatório da “Terceira Conferência Anual da GGKP”, subordinada ao tema *Fiscal policies and the green economy transition: generating knowledge – creating impact*. As conclusões das reuniões dos trabalhos realizados em 18 sessões paralelas e 3 sessões plenárias de alto nível são, desse modo, divulgadas pela GGKP à comunidade em geral.

No essencial, visa-se a mudança de mentalidades, a aceitação dos princípios da economia verde, assim como a adopção e implementação das necessárias medidas legislativas capazes de contribuir para a adaptação e mitigação das alterações climáticas em diferentes contextos nacionais.

A plataforma disponibiliza uma interessante aplicação sobre *crescimento verde*, em que é possível aceder a informações específicas por país no que respeita a dados, recursos, políticas e projectos.

Ao seleccionar-se um determinado país, tem-se de imediato acesso a um conjunto de indicadores socioeconómicos, bases de dados de activos ambientais, valores de emissões de carbono, qualidade do ambiente, políticas e oportunidades económicas e evolução no sector da saúde.

Esta funcionalidade permite ainda obter uma visão rápida das medidas mais significativas na área das políticas destinadas a promover o crescimento verde, entre outras, e permite estabelecer comparações entre países à escala mundial.



O diálogo entre pares é encorajado no *blog* da plataforma e ainda através de outros meios como o *twitter*, o *linkedin*, o *youtube* e o *flickr*, que estimulam o desenvolvimento do intercâmbio em rede. É comum assistir-se à reacção em rede

a trabalhos recentes, como sucede com o estudo *Measuring inclusive green growth at the country level*, através de opiniões veiculadas por terceiros sob a rubrica *insights*.

A GGKP assinala ainda as iniciativas e os progressos realizados no âmbito de diversos programas de investigação, em grande parte resultantes do esforço desenvolvido por uma parceria do conhecimento que integra um conjunto de actores de elevada reputação a nível internacional. A assegurar o financiamento estratégico das acções promovidas pela plataforma contam-se ministérios ou agências de países como a Noruega, a Suíça, a Alemanha e a Holanda. O documento que contém o “*Plano estratégico e o programa de trabalho para o período 2016-2018*” está acessível na plataforma.

Uma *visão sectorial* das intervenções da economia verde é facultada ao leitor para áreas tão diversas como: agricultura, biodiversidade, edifícios, energia, florestas, pescas, resíduos, recursos hídricos e transportes, entre outras (13 áreas de intervenção). Do mesmo modo, uma *abordagem temática* também está acessível ao leitor através de 16 temas pré-definidos.

O nível de excelência que nos é transmitido pela plataforma permite ao leitor estar a par das últimas notícias na área da economia verde e, simultaneamente, de novas publicações e da realização de congressos e de acções de formação. O separador referente à *aprendizagem* dirige o internauta para várias ofertas de formação, estando a selecção facilitada por uma série de filtros que permitem apurar a pesquisa.

Os que desejam manter-se alerta em relação ao que se passa na plataforma poderão subscrever a *newsletter* da GGKP.

(O autor utiliza a grafia pré-acordo ortográfico).

António Sobrinho é aluno de doutoramento do *Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Antropoceno: o derradeiro axioma escatológico?

João Morais Mourato

 16 de março de 2016

No século I A.D., num lugar remoto que recentemente visitei, um meu homónimo relatou detalhadamente a visão profética e apocalíptica sobre o fim de tudo que o filho do seu Deus lhe tinha transmitido. O resultado é o que conhecemos hoje como o Livro da Revelação do Novo Testamento, pilar incontornável da escatologia cristã. A escatologia consiste na linha de pensamento filosófico / teológico que aborda os últimos eventos da história do mundo e o destino final da humanidade. Sublinhe-se, porém, que existe também um campo de reflexão escatológica de natureza secular. Em comum, ambas exploram a discussão do fim das eras, do tempo e da vida tal como os concebemos, e dos processos que os sucedem, se de facto estes existirem. Daqui emerge um profícuo universo filosófico, literário e cinematográfico que plasma um binómio narrativo entre retratos utópicos e distópicos do fim do mundo, perfeito enquadramento para o conceito que aqui iremos explorar.



Fonte: 'Habitus' de Robyn Woolston

Antropoceno

Em 2002, Paul Crutzen, prêmio Nobel da química (1995), desencadeou com uma página apenas publicada na revista *Nature* a entrada do Antropoceno no debate científico. Como Crutzen explica em *detalhe*, a genealogia do conceito é bem mais complexa. De raízes tão distantes quanto o trabalho do geólogo italiano Antônio Stoppani (1873), é a partir da década de 70 do século XX que se consolidam e intensificam referências, nomeadamente a acompanhar a emblemática *Earthrise* da NASA e no agora livro seminal, financiando pela fundação Volkswagen sob a direção do Clube de Roma (1972), *Limits to Growth*.

Por sua vez, Eugene Stoermer inicia, nos anos 80, uma utilização mais sistemática do termo mas sem o formalizar e Andrew Revkin no seu livro *Global Warming* (1992) denomina a entrada numa era pós-Holoceno como a era do Antroceno. É só mais tarde, já no ano 2000, que numa newsletter do *International Geosphere-Biosphere Programme* Crutzen e Stoermer cunham de forma mais assertiva o conceito de Antropoceno. Desde então, independentemente da controvérsia científica que o acompanha, tem existido uma crescente sistematização da sua definição (por ex. Steffen, Crutzen e McNeill, 2007) e uma articulação enquanto agenda de investigação transdisciplinar (por exemplo, Bennett *et al.*, 2015 e Biermann *et al.*, 2015).

Mas afinal de que falamos? De acordo com Crutzen, e de forma muito sucinta, o argumento subjacente ao Antropoceno é que a espécie humana, através da sua expansão e atividades, rivaliza atualmente com algumas das grandes forças da natureza ao nível do impacto no funcionamento do ecossistema Terra. A questão fundamental das alterações climáticas é somente a ponta do iceberg. A ação humana, ampliada pela emergência da *Tecnosfera*, alterou substancialmente outros ciclos biogeoquímicos fundamentais da vida no nosso planeta, condicionou de forma irreversível a sua permeabilidade e sustentabilidade hídrica, etc. Subjacente ao debate sobre a reversibilidade destas alterações está a sua consequência última, que é a probabilidade de, numa dinâmica *Antropocénica*, a espécie humana estar a potenciar um evento de *extinção em massa*.

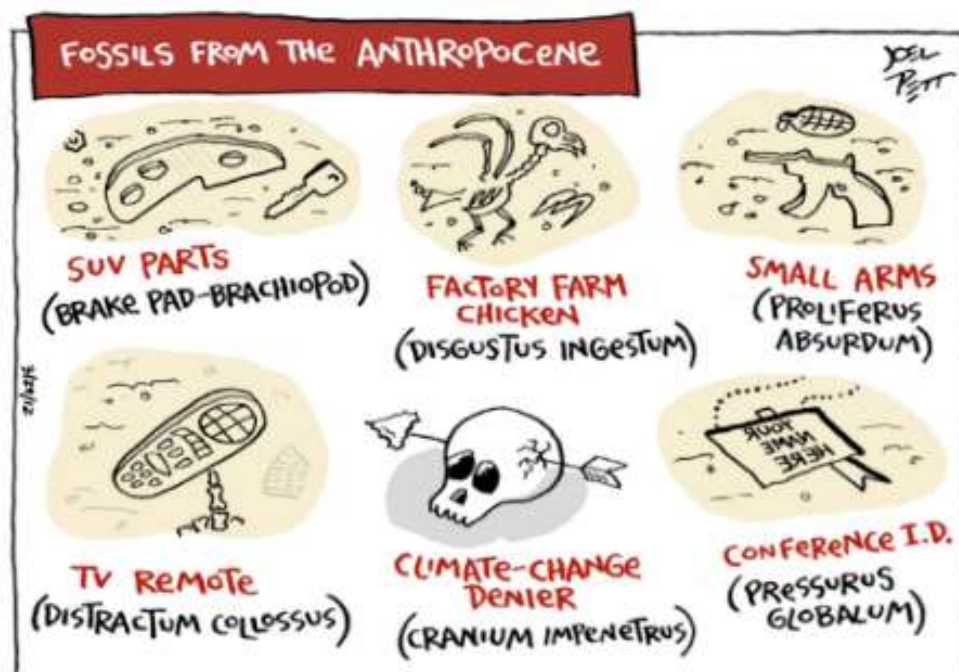
Extinção

Numa análise retrospectiva, evolução e extinção são **fenómenos largamente indissociáveis** na vida do planeta Terra. Estima-se que 99% das espécies que habitaram a Terra em determinado momento estão extintas. O que aqui pretendo sublinhar é a natureza distinta dos processos de extinção, nomeadamente no que diz respeito à escala em que acontecem. Extinções isoladas são comuns. Relembremos um exemplo icástico: o Dodó. Este pássaro, cujo nome se tornou sinónimo do fenómeno da extinção, habitou e evoluiu, por largos séculos e sem predadores naturais, nas ilhas Maurícias. Contudo, com a **chegada da era dos descobrimentos**, no final do século XVI, aportaram a estas ilhas marinheiros holandeses, e provavelmente portugueses quase noventa anos antes, que conjuntamente com todos os animais domésticos que com eles vieram, dizimaram em tempo record, um “pombo do tamanho de um peru”, presa fácil pois não voava, e que não conseguiu adaptar-se as alterações estruturais, e repentinas, no seu habitat. O seu nicho ecológico desapareceu, e com ele o Dodo. Casos de extinções isoladas, como o acima referido, são relativamente comuns. O que mais preocupa atualmente os cientistas é **o ritmo a que estas extinções estão a acontecer**, partindo do princípio de que nem sequer é possível determinar o número total das mesmas. Estima-se que até metade das espécies hoje em dia existentes no planeta esteja **extinta em 2100**. E é neste contexto que temos que equacionar o potencial processo da extinção da espécie humana e até que ponto é o Antropoceno a consagração de um processo evolutivo que a ela conduzirá. Numa leitura imediata, há pelo menos um fator do processo de extinção da espécie humana que é estruturalmente diferenciador do das restantes espécies que conosco coabitam no planeta: o potencial controlo que poderíamos ter sobre a evolução do nosso “nichos ecológico”, cuja degradação provocámos.

Consciencialização

A questão fundamental é então: de que depende esse controlo? **Lester Brown** identifica-o de forma incisiva: “unless civilization changes its ways, its end is truly near... we’re in a race between natural **tipping points** and political tipping points, – ‘what we need most of all is for the market to tell the environmental truth.’ E detalha como **na sua visão** se poderia destronar a meta-narrativa

capitalista que, de forma aparentemente irreduzível, constringe a emancipação ambiental da humanidade.



Fonte: “What if its all a HOAX and we create a better world for nothing”, cartoon de Joel Pett, no âmbito da conferência Planet Under Pressure

De facto, como argumenta, “historically, it is rare for so many emerging threats to have a common solution.” O obstáculo acrescido da era do Antropoceno, mais do tecnológico, é fundamentalmente político e societal. Urge questionar como se cria o que Durkheim designou por consciência coletiva, ou Marx por consciência social, que nos permita evitar a longo prazo a nossa extinção. À escala global, o que testemunhamos assemelha-se porventura a uma espécie de anosognosia social **heterogénea**. Ou seja, um desequilíbrio de autoconhecimento, em que todos sofremos de uma condição debilitante, mas uns mais do que outros, parecendo alheios à existência da mesma. Promover a **consciencialização ambiental global** é fundamental se queremos contrariar a dimensão escatológica da era do Antropoceno. Fim

João Mourato é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Economia circular em destaque: apoio da União Europeia e foco no consumo

Carolina Souza

 30 de março de 2016

A insustentabilidade do modelo econômico linear (aqui incluídos produção e consumo) é um tópico debatido há certo tempo tanto no ambiente acadêmico quanto no mercado, entretanto ainda não se chegou a um consenso sobre saídas e mudanças viáveis para suplantarmos a tríade pegar- usar- descartar, base do atual modelo econômico.

O modelo linear depende de grandes quantidades de energia e de matérias-primas baratas e de fácil acesso. O uso desenfreado dessas fontes naturais e finitas, combinado com uma cultura de descarte de uma população que cresce exponencialmente, esgotou as capacidades do planeta de se autogerir, tamanho o poder da ação do homem sobre ele.

Uma das soluções debatidas para acabar com o contínuo uso e desperdício dos recursos naturais seria a economia circular. Nesse sistema as matérias-primas, produtos e recursos mantêm-se em uso o máximo de tempo, não havendo produção de resíduos já que os componentes são utilizados em diversas etapas de diferentes cadeias produtivas, buscando evitar o descarte absoluto.

Este pensamento circular acompanha todo o sistema de produção, moldando as escolhas de design e matéria prima, até formas de funcionamento, prevendo a utilização dos recursos e produção de resíduos durante toda a vida útil do produto. Após seu uso, seus materiais vão fazer constituir outro produto, similar ou não, sendo seu reparo também estimulado.

Buscando o aceleração desta discussão, a União Europeia assinou em dezembro de 2015 o **Pacote de Economia Circular**, projeto em que irá atuar como fomentadora e auxiliadora para que empresas e consumidores ajam de maneira mais sustentável.

Esquema explicativo do funcionamento da economia circular (em inglês)



Fonte:UE

Além de preocupações ambientais (como diminuição do gasto energético e uso desenfreado dos recursos naturais, muitos já esgotados de suas fontes), a organização também observa a transição para uma economia sustentável e eficiente como uma oportunidade econômica de crescimento visto que, ao contrário de outras revoluções industriais, ela usa mais mão de obra e menos recursos naturais, sendo um gerador de crescimento.

Dentre diversos objetivos e justificações, o **plano ambicioso da União Europeia** aposta que a economia circular criará empregos locais em todos os níveis de competência, fomentando oportunidades para integração e coesão social, bem como protegerá empresas da escassez de recursos, criando novas oportunidades comerciais e de inovação nas formas de produzir e de consumir.

Para ser factível, porém, a transição da economia linear para a circular depende do envolvimento de todos inseridos na cadeia. Embora o papel da União Europeia de fomentar a mudança seja importante, sem o apoio dos consumidores e das empresas não será atingida. Ainda segundo o pacote, o objetivo da UE é alterar as legislações, removendo obstáculos que dificultem integrações entre os países membros (como, por exemplo, rastreamento dos produtos químicos e

reutilização de matérias-primas secundárias), e colocar objetivos de longo prazo para as formas de como lidar com os resíduos (como o aumento da reutilização e reciclagem dos resíduos de embalagens), criando um plano de ação que deve ser atingido antes de 2020.

Sendo os Estados-Membros responsáveis pelas ações em nível nacional, em escala global a UE insere-se num plano de estratégias da ONU, nomeadamente a para o desenvolvimento sustentável e a aliança do G7 sobre eficiência de recursos, buscando garantir padrões sustentáveis de consumo e produção. Dentro dos esforços em escala mundial em favor do desenvolvimento sustentável, os princípios da economia circular estão estreitamente relacionados com prioridades já anunciadas pela União Europeia, como clima e energia, agenda social e de investimento, crescimento e emprego, e inovação industrial.

Para além da criação de empregos, a economia circular apresenta-se como uma saída viável para o uso dos recursos naturais e descarte de resíduos sem planeamento. Dentro das ações projetadas no Pacote de Economia Circular estão o desenvolvimento de estratégias para fabricação e controle de plásticos e produtos químicos, desperdício de alimentos, resíduos de construção, industriais e mineiros, as matérias-primas essenciais, o consumo e os contratos públicos, além da reutilização da água.

O apoio governamental também será focado em iniciativas inovadoras que auxiliem na transição para a economia circular. Um diferencial de outras políticas similares é a importância dada às (novas) formas de consumo e potencial descarte dos produtos. Nesse sentido, a UE, dentro do programa, irá apoiar iniciativas que têm como princípio a economia colaborativa, como o compartilhamento de infraestruturas e produtos.

Para a União Europeia, os consumidores e suas escolhas de consumo são os responsáveis pelo sucesso ou fracasso da economia circular. Outra ação deste pacote, numa tentativa de conquistar a confiança desses consumidores, é a clarificação das leis e informações, bem como uma melhor aplicação das regras vigentes. Novos rótulos (com informações mais precisas, padronizadas e com selos que comprovam procedência e qualidade, por exemplo), preços competitivos e uma maior proteção dos consumidores (como garantias contra avarias e maior possibilidade de reparabilidade de produtos) são tentativas de

atrair a atenção do consumidor para este novo tipo de oferta, estimulando uma produção mais sustentável e estando mais consciente das implicações dos resíduos e de suas ações de consumo.

O apoio da União Europeia na implementação de uma economia circular é um passo importante para o início da transição de modelo econômico. Entretanto, embora as propostas e os objetivos contidos no projeto sejam animadores, apenas a ação governamental não basta: é preciso vencer a resistência das empresas e da ação individual. Além disso, diversas das ações planejadas podem esbarrar em questões culturais e econômicas, e pelo documento da UE não temos a certeza se essas políticas não foram pensadas no sentido *top-down*, sem levar em consideração o contexto e a aplicabilidade no cotidiano dos envolvidos.

Mudanças desta magnitude são muitas vezes vistas como utópicas, porém estas se fazem urgentes e inevitáveis. No atual estado das coisas, o apoio de uma grande instituição incentivando financeiramente ações que já ocorrem em pequena escala, como a economia compartilhada, dentro do grande contexto da economia circular, pode ser decisivo para uma maior articulação e mesmo ação de consumidores e empresas, tornando o desenvolvimento sustentável uma realidade.

(a autora utiliza a grafia pré-acordo ortográfico).

Carolina Souza é aluna de doutoramento do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

O princípio da suficiência

Susana Fonseca

 13 de abril de 2016

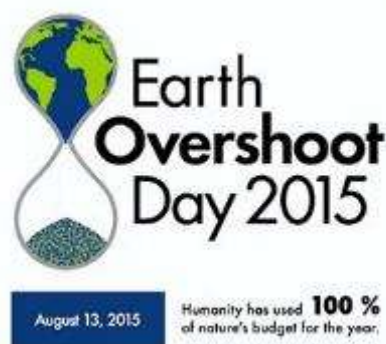
“There are two ways to have enough. One is to accumulate more and more.
The other is to desire less.”

O uso de citações para ilustrar o nosso posicionamento em termos de valores tende a ser relativamente comum, desde as assinaturas nos emails até teses, relatórios, redes sociais ou outros meios que possamos usar para nos expressarmos.

Nunca tendo sido fã desta abordagem, alterei um pouco a minha perspetiva ao encontrar a citação de G. K. Chesterton com que dei início a este post, datada do início do século XX, que resume, em poucas palavras, aquele que me parece ser o dilema central do momento presente da história da humanidade.

Neste blogue, foram já vários os posts que chamaram a atenção para os desafios que a humanidade enfrenta e como as respostas que forem dadas podem conduzir, ou evitar, a extinção da própria espécie humana. O planeta, enquanto estrutura geológica, não está em perigo, mas as condições para sustentar a vida sim.

Iniciativas como o [Earth Overshoot Day](#), que basicamente monitoriza o momento



Fonte: [Overshootday](#)

em que todos nós começamos a viver a crédito, ou seja, o momento em que, já tendo consumido os recursos que o planeta generosamente nos oferece para um ano, passamos a consumir os recursos disponíveis para o ano seguinte, demonstram que a tendência é a de vivermos cada vez mais tempo a crédito. A última vez que conseguimos viver em equilíbrio foi na década de

70. Desde então temos piorado sistematicamente, ainda que persista um problema grave de desigualdade na distribuição dos recursos, ou seja, só uma parte da humanidade é responsável pelo uso do “cartão de crédito”. Para muitos milhões de pessoas, mantém-se a

impossibilidade de aceder às condições mínimas indispensáveis a uma vida digna.

Em 2015, tivemos que acionar o cartão de crédito na segunda semana de agosto e este ano, previsivelmente face à tendência dos anos anteriores, iremos antecipar em alguns dias o seu uso.

Para que em 2050 possamos viver dentro dos limites naturais do planeta, a União Europeia terá de reduzir a sua pegada ecológica para 25% do que é hoje. E este não é apenas mais um número, mas antes uma meta que nos deve fazer a todos parar para pensar sobre como conseguiremos alcançar este objetivo.

Certamente não poderá ser com mais do mesmo, ainda que um pouco mais eficiente, mais tecnológico, mais inovador. A eficiência, que tem subjacente a ideia de que podemos fazer mais com o mesmo, é um conceito interessante, necessário, mas insuficiente. Há que questionar a necessidade, a pertinência, a sustentabilidade das nossas opções, e não apenas se elas são mais eficientes. Com toda a evolução conseguida em termos da eficiência no uso de recursos na UE, cada um de nós continua a necessitar, em média, de dezasseis toneladas de recursos todos os anos e **somos responsáveis por cerca de seis toneladas de resíduos**.

É neste contexto que a citação apresentada no início deste *post* é tão inspiradora. Temos mesmo que refletir enquanto indivíduos, mas também enquanto sociedade, sobre qual será o caminho (ou caminhos, pois dificilmente haverá uma rota única) que deveremos seguir para melhorar a nossa qualidade de vida, para acordarmos de manhã e chegarmos ao fim de cada dia com uma sensação de satisfação com o que se tem (entendido não como posse material, mas antes como um conjunto de elementos e condições que ajudam a construir a nossa perceção de bem-estar, de plenitude, de felicidade, de suficiência).

Estamos perante uma mudança civilizacional, uma nova era onde o **conceito de suficiência**, entendido como uma abordagem que rompe com a lógica do crescimento contínuo, de ter sempre mais – mais dinheiro, casas maiores, mais bens materiais, mais equipamentos, mais, mais, mais... – pode ter um papel central na construção de uma sociedade mais responsável, mais justa, mais equitativa e com um futuro mais promissor.

Por todo o lado começam a surgir iniciativas que materializam o princípio da suficiência, contudo, o grande desafio é o de passarmos de estudos de caso, de nichos de mercado, para uma adoção mais alargada pela sociedade.

Como em todas as grandes mudanças, nem tudo será pacífico e é fundamental debater qual a melhor forma de colmatar os problemas que poderão advir desta transformação necessária.

Não nos podemos esquecer que a sociedade em que vivemos assenta, no essencial, numa lógica de produção e consumo contínuos. A disrupção deste modelo irá, sem dúvida, ter impactos em múltiplas áreas da nossa vida que consideramos certas e adquiridas, mas poderá também abrir muitas possibilidades.

A discussão já não pode cingir-se aos círculos do ambiente ou da sustentabilidade, tantas vezes entendida apenas pelo seu lado ambiental. Será necessário envolver a sociedade como um todo, pois esta transformação terá implicações em áreas como o emprego, a educação, a saúde, o comércio, os vários setores económicos e a própria cultura. Afinal, de que precisamos para nos sentirmos satisfeitos? Para nos sentirmos bem? Estas são questões profundas e que não são de hoje. Contudo, hoje é claro que as respostas que encontrarmos não dependem apenas do nosso livre arbítrio nem podem ser elaboradas em contexto neutro. Vivemos num mundo de recursos finitos e ainda profundamente desigual. Poderemos ser felizes e sentirmo-nos realizados, sabendo que tantos têm tão pouco e que não será possível que todos tenham tanto quanto nós temos?

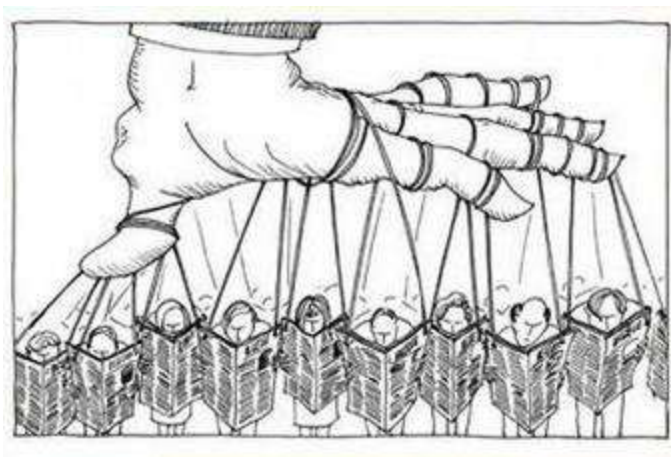
Susana Fonseca é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

TTIP – Do silêncio dos deuses à não-opinião dos servos

Ana Patrícia Rodrigues

📅 20 de abril de 2016

A comunicação social em Portugal, mas também por toda a parte, tem vindo a sofrer fortemente uma crise de índole informativa. Se a responsabilidade final dos órgãos de comunicação é a de destacar e expor os assuntos que estão na ordem do dia de forma lógica e racional, o que poderemos concluir da sua atitude quando pensamos no TTIP (*Trade and Investment Partnership*)?



Fonte: *Cartoonmovement*

O TTIP, ou PTCI (*Parceria Transatlântica para o Comércio e Investimento*) em português, é um acordo entre os Estados Unidos e a União Europeia cuja preparação está a ser marcada por uma grande falta de transparência e de secretismo, que violam

quaisquer pressupostos democráticos pelos quais os países europeus se regem. As conversações sobre em que moldes o acordo será estabelecido teve início em 2013, envolvendo a Comissão Europeia e o governo dos E.U.A. No contexto da crise financeira de 2008, com a estagnação económica e o desemprego a ganhar cada vez mais força, o TTIP tem como objetivo final garantir o livre comércio através da eliminação de todas as barreiras legais, como normas de segurança alimentar e saúde pública, direitos laborais, direitos dos consumidores, etc.

O TTIP apresenta várias ameaças relacionadas com a proteção ambiental, saúde pública e emprego. Organizações como a Quercus e a Oikos entendem que tal tratado apresenta riscos que reduzirão “substancialmente os padrões europeus de defesa do consumidor, de defesa do ambiente e da natureza, da segurança e

soberania alimentares, dos direitos laborais e sindicais, dos direitos à privacidade e liberdade de utilização da internet, entre outros” (*Jornal Público*, 2014). O website “*STOP-TTIP*” descreve todos os impactos associados: redução dos padrões de proteção ambiental, *fracking*, venda de produtos com químicos não testados, aumento do desemprego, perda de soberania nacional, etc. (ver Tabela 1).

Tabela 1 – Impactos do TTIP

Proteção Ambiental	• Redução dos padrões de proteção ambiental; • Autorização da exploração de gás de xisto (<i>fracking</i>); • Venda de produtos com químicos não testados; • Desregulação dos níveis de emissões no setor de aviação.
Saúde Pública/ Segurança Alimentar	• Aumento da duração de patentes dos medicamentos; • Forte concorrência das empresas agroindustriais dos EUA; • Venda de produtos com químicos não testados; • Autorização dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM); • Utilização de hormonas de crescimento na carne; • Desinfecção da carne com cloro.
Emprego	• Aumento do desemprego; • Diminuição de direitos laborais e salariais; • Aumento da precariedade.
Democracia	• Perda de soberania por sobreposição às Constituições dos estados; • Existência de uma instância jurídica (ISDS) superior aos tribunais nacionais e europeus.
Serviço Público	• Abertura de todos os setores públicos – água, energia, saúde, educação e transporte – a empresas multinacionais, sem possibilidade de renacionalização.
Serviços Financeiros	• Liberalização e desregulamentação dos serviços financeiros; • Maior participação do setor financeiro no processo legislativo; • Maior liberdade na criação de novos produtos financeiros; • Maior facilidade de deslocação dos bancos para países com impostos mais baixos.

Fonte: *STOP-TTIP*

No entanto, uma pesquisa rápida no Google com palavras-chave como “*sobre o ttip*” permite-nos concluir rapidamente que a informação tardou a chegar ao público, se é que nalguns casos chegou efetivamente.

Se, por um lado, as negociações se iniciaram em 2013, por outro, os jornais online como *Público* e *Observador* apresentaram – sucintamente – os acordos apenas em 2014 e 2015. E se no meio virtual a informação escasseia, já nos três principais canais da TV portuguesa (RTP, SIC e TVI) e jornais impressos não deram sequer relevância a este assunto.

Vários autores (*Habermas, 1989; Lippmann, 1922*) abordaram o papel que os *media* têm vindo a assumir desde o novo paradigma comercial, ou seja, os meios de comunicação passaram a ter como objetivo final, apenas o lucro. As consequências subjacentes a este paradigma têm-se agravado com o avançar dos anos, desde a publicidade à mudança de critérios¹ de seleção de uma notícia ou à influência crescente exercida por fortes grupos económicos que acabam por controlar o conteúdo informativo. A acrescentar, há ainda a forma como as notícias, em especial as associadas às questões climáticas, são dadas a conhecer. Se Antilla (*2005*) denota nos *media* ceticismo e controvérsia no desenvolvimento de notícias dedicadas às alterações climáticas, outros autores, como James Painter (*2013*), chama a atenção para as representações sociais criadas pelos próprios meios de comunicação. Se países como a China e a Índia são, tendencialmente, apresentados como países bastante poluidores produzindo elevadas emissões de CO₂, às quais associam muitas das vezes estas características a eventos extremos que por lá ocorram; em comparação, os Estados Unidos e países europeus são apresentados como países pró-ambiente e consequentemente menos poluidores. No entanto, *dados do Worldbank* relativos à emissão de CO₂ por tonelada *per capita* permitem, desde logo, desconstruir este estereótipo: Índia (1.7), China (6.7), Alemanha (8.9), Reino Unido (7.1), Grécia (7.6) e Estados Unidos (17.0).

Vivemos atualmente num contexto democrático, no qual é permitido à classe política dirigente negociar num tom secretista sem que os meios de comunicação

¹ Para Dewey (1927), a indústria dos *media* passou a destacar o lazer e o consumismo afastando os indivíduos de questões públicas consideradas importantes.

façam o papel que lhes compete. Esta influência e manipulação da opinião pública acaba por desenvolver uma sociedade acrítica, incapaz de participar em decisões importantes que condicionam o nosso futuro. O fim das negociações está previsto para o presente ano civil. Veremos se até lá os órgãos de comunicação portugueses tencionam considerar o TTIP um assunto de elevada relevância ou se manterão a atitude que têm tido até agora.

Ana Patrícia Rodrigues é bolseira de investigação do **Observa** – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Sustentabilidade demográfica: um tabu cultural?

Luís Balula

 10 de maio de 2016

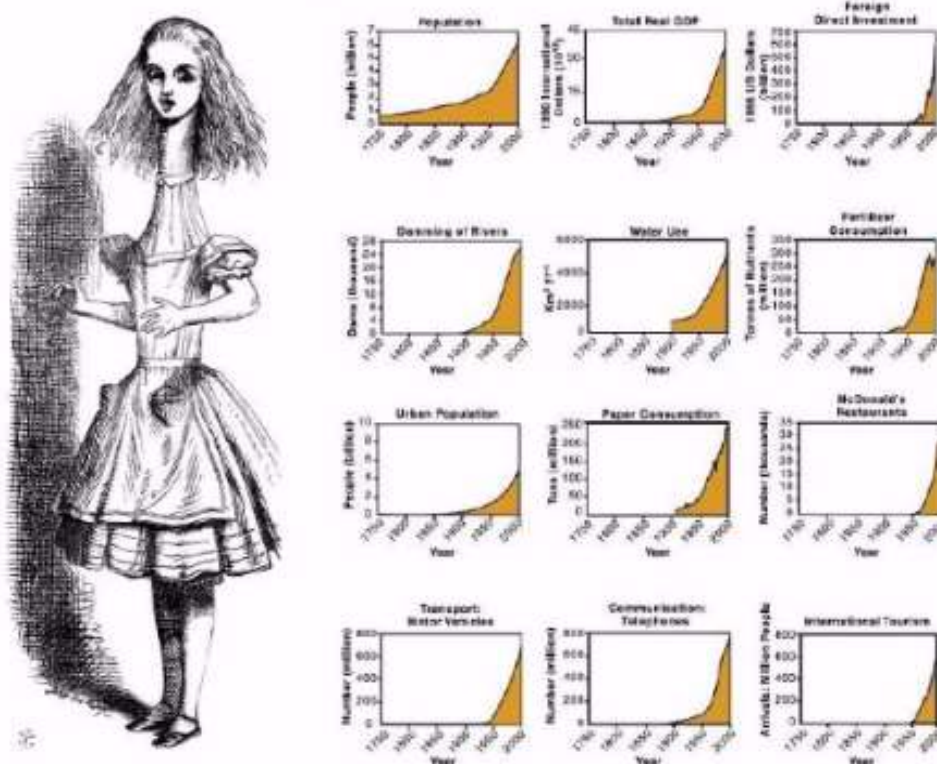
Entre 1346 e 1353, a **Peste Negra** dizimou cerca de metade da população da Europa. Desde aí, e apesar das diversas guerras, epidemias e fomes que ocorreram ao longo dos seis séculos seguintes, a população humana continuou sempre a crescer. Durante as três últimas gerações, no entanto, esse crescimento tornou-se exponencial. Sobretudo devido aos avanços da medicina e ao aumento da produtividade agrícola, entre outros factores, a partir de 1950 verificou-se uma aceleração massiva do crescimento populacional. Cerca de metade de todas as nações do mundo **quadruplicaram** a sua população desde 1950. E este enorme ritmo de crescimento traduziu-se também, inevitavelmente, numa aceleração da actividade humana e na transformação, em larga escala, do sistema Terra.

Recentemente, o Programa Internacional **Biosfera-Geosfera** calculou como esta “Grande Aceleração” se reflectiu em 24 tendências globais de crescimento, entre 1750 e 2000. Como se pode ver nos vários gráficos que exprimem essas tendências, 1950 marca o início do crescimento exponencial de variáveis tão diversas como o número de automóveis, o número de McDonalds, o número de barragens hidroelétricas, o turismo internacional, o consumo de água, de fertilizantes e de papel, entre outras. Subjacente a todas estas acelerações exponenciais, o crescimento populacional surge como a óbvia — e a única — variável independente.

Somos hoje cerca de 7,5 mil milhões, e segundo as últimas **projeções das Nações Unidas**, admitindo uma taxa de fertilidade média, a população mundial chegará aos 10 mil milhões em 2056, seis anos mais cedo do que o anteriormente projectado nas estimativas de 2013. **E mantendo-se o actual ritmo de crescimento populacional**, em 2100 seremos 16 mil milhões—valor que as estimativas científicas mais generosas indicam ser o limite máximo antes de esgotarmos

a **capacidade de carga** do planeta (as estimativas menos generosas indicam 4 mil milhões).

O estranho fenómeno do crescimento exponencial



Fonte: International Geosphere-Biosphere Program (2017), citado por **Alan Atkisson**

O debate sobre o crescimento — populacional, económico e do consumo de recursos — iniciado no final do século dezoito por **Thomas Malthus** e reaberto com uma nova urgência em 1972 após a publicação do livro “**Os Limites do Crescimento**”, tem sido altamente polarizado e controverso. Os argumentos para a continuação do ‘crescimento-como-de-costume’ são de várias ordens. Por um lado, de um ponto de vista estritamente economicista, o bom funcionamento do regime capitalista global, hoje dominante, requer idealmente um crescimento anual de **2 a 3 por cento do PIB** — e uma redução das taxas de natalidade, para além de não garantir este ritmo de crescimento, compromete a continuidade dos sistemas de segurança social, pelo menos nos moldes actuais destes sistemas. Por outro lado, numa perspectiva social/humanista, um número cada vez maior de pessoas significa um mundo cada vez melhor, em que mais capital humano oferece potencialmente mais hipóteses de encontrar soluções para os problemas.

Se, por um lado, a ideia de controlo da natalidade é vista como uma ameaça aos direitos humanos e à liberdade de reprodução, por outro há uma persistente convicção de que, mais tarde ou mais cedo, a ciência e a tecnologia fornecerão os meios para resolver os problemas gerados pelo excesso populacional. [Stephen Hawking](#), para referir um exemplo extremo desta convicção, considera que a colonização de outros planetas é uma forma viável, no médio prazo (dentro de 100 anos), para enfrentar a ameaça do esgotamento dos recursos da Terra e assim evitar a extinção da espécie humana. Finalmente, há ainda quem considere que a relação entre o crescimento da população humana e a capacidade de carga do planeta admite crescimentos exponenciais, porque será seguida de um período de abrandamento quando globalmente se atingir um determinado patamar de riqueza. O racional é que o aumento da riqueza nos países em desenvolvimento (e actualmente com os maiores índices de natalidade) irá contribuir para desacelerar o ritmo do crescimento populacional, e assim atingir um dia, no futuro, um possível estado de ‘equilíbrio’ demográfico.

A capacidade da Terra para sustentar uma população [sempre em crescimento](#), mesmo que não exponencial, é determinada tanto por condicionalismos naturais como por escolhas humanas. Os comportamentos individuais de consumo, consequentemente, importam e continuarão a importar. No entanto, os ganhos de potenciais reduções do consumo individual devidos a alterações comportamentais tendem a ser anulados por novos acréscimos populacionais. Desejar menos — como defendido [aqui](#), num *post* anterior neste blog — é certamente um desafio que é necessário abraçar. Mas talvez seja igualmente importante começar também a pensar em sermos menos. Em termos de sustentabilidade, os benefícios de estabilizar e reduzir o número de seres humanos no planeta são demasiado importantes para serem ignorados. Porque todo o ser humano consome e dispõe de vários recursos naturais ao longo da sua vida, todo o nascimento que não ocorre contribui para reduzir os impactos do consumo nos recursos finitos da Terra.

O tema do controlo do crescimento demográfico é sempre muito polémico e tende a suscitar reacções marcadas pela influência profunda dos paradigmas culturais, económicos e religiosos dominantes. No entanto, uma humanidade no limiar do [antropoceno](#) tem a responsabilidade de se questionar e por todos os meios

tentar reduzir o impacto da espécie humana nos sistemas da biosfera e na possibilidade de sobrevivência das outras espécies. Alternativas mais radicais — como a proposta pelo movimento para a extinção voluntária da espécie humana (VHEMT), que apela a que deixemos de procriar para gradualmente nos extinguirmos — ou as acções no terreno de organizações como a Population Action International (PAI), que promove os direitos das mulheres ao controlo da reprodução por forma a reduzir a natalidade a nível global — são importantes de trazer para o debate, pois confrontam-nos com uma necessidade urgente: a de reavaliar a perspectiva antropocêntrica e repensar com alguma humildade a nossa posição enquanto espécie entre espécies, para tentar romper efectivamente com a lógica do crescimento contínuo.

Talvez a filosofia mais adequada a este exercício seja a da **Ecologia Profunda**, que nos convida a pensar segundo uma nova ética. Contrariamente ao pensamento convencional, consagrado por disciplinas como a economia ambiental, os defensores desta corrente de pensamento não encaram o mundo como um somatório de recursos à disposição dos seres humanos. Partindo de uma visão holística do mundo, a ética da ecologia profunda defende que a riqueza e a diversidade da vida humana e não-humana na Terra têm um valor intrínseco. E o valor da vida não-humana é independente da sua utilidade para fins humanos. No entanto, o florescimento da vida não-humana, a preservação da sua riqueza e diversidade, exigem uma diminuição substancial da população humana — pois a interferência da nossa espécie no mundo não-humano é excessiva, destrutiva do mundo natural, e tem vindo a agravar-se de forma acelerada nas últimas seis décadas.

O controlo do crescimento populacional é um tema controverso, mas cada vez mais necessário de trazer para o debate da sustentabilidade, que geralmente tende a ignorá-lo. A estabilização ou mesmo a diminuição populacional não são uma panaceia para os problemas do mundo, mas tornariam imensamente mais fácil lidar com os grandes desafios que hoje enfrentamos. Alterações climáticas e degradação ambiental, pobreza e subdesenvolvimento, abusos de direitos humanos e escassez de água, alimentação e recursos naturais — são problemas que exigem soluções urgentes e duradouras no futuro. No entanto, a estabilização e gradual redução dos números populacionais, apesar de ser uma política

aparentemente mais viável e oportuna que, por exemplo, a colonização planetária sugerida por Hawking, tem menos aceitação que esta outra ‘alternativa’, pois contraria frontalmente quase todos os pressupostos culturais, económicos e tecnológicos vigentes — os quais, na verdade, deram origem a todos aqueles problemas. Convém, portanto, recordar, mais uma vez, a conhecida citação/aviso de Kenneth Boulding, um reputado economista: “Num mundo finito, alguém que acredite que o crescimento exponencial pode continuar indefinidamente ou é louco ou é economista”.¹

Luís Balula é arquitecto-urbanista, investigador no G.I. Ambiente Território e Sociedade no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

¹ Atribuído a **Boulding em**: United States. Congress. House (1973) Energy reorganization act of 1973: Hearings, Ninety-third Congress, first session, on H.R. 11510. p. 248.

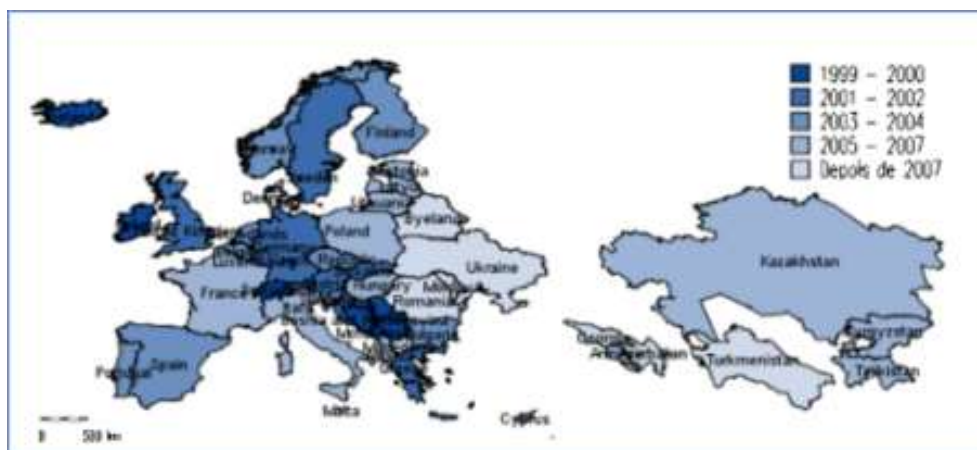
Convenção de Aarhus - informação, participação e justiça para a mudança

João Guerra

📅 15 de setembro de 2016

A **Convenção de Aarhus** – Convenção sobre o Acesso à Informação, Participação do Público no Processo de Tomada de Decisão e Acesso à Justiça em Matéria de Ambiente – faz parte do ajuste institucional de capacitação dos cidadãos que, apesar da ausência de mecanismos de execução precisos, veio a ser aprovada e ratificada por quase meia centena de países (em geral europeus) e pela própria União Europeia (assinada em 1998, ratificada em 2005).

Países membros da Convenção de Aarhus (1998), segundo a data de ratificação

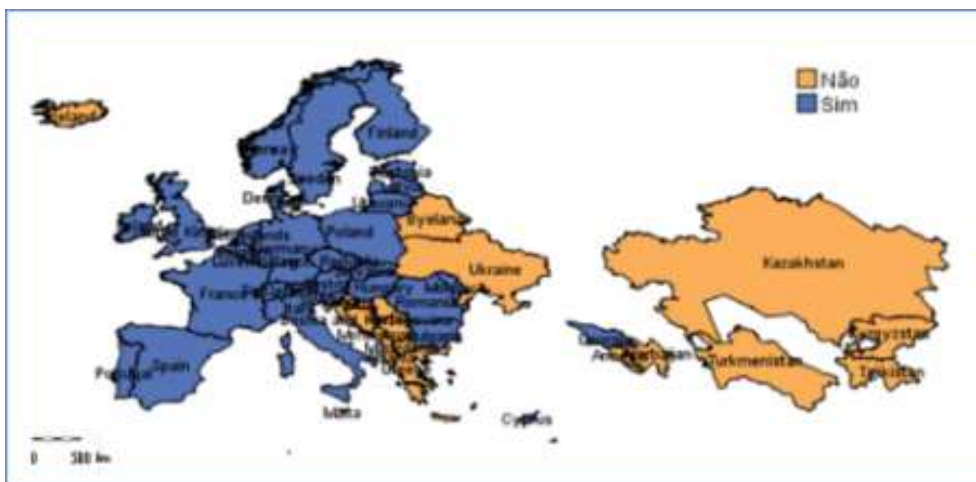


Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UNECE

Sob a égide da Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, a convenção constituiu-se como um padrão de referência para as novas políticas de governança ambiental e o seu reconhecido valor – pelas instâncias de governança global (ONU) e regional (UE) – terá vindo a fomentar algum compromisso político e, por vezes, legal de **envolvimento público efetivo e genuíno** com os problemas ambientais. Compromisso que pode servir de alavanca à implementação de um desenvolvimento não limitado ao *business as usual*. Não será despropositado alargar este compromisso de partilha do poder decisório em matéria ambiental às questões mais abrangentes da sustentabilidade e dos problemas sociais, como se de **duas faces de uma mesma moeda se tratasse**. De

resto, promovendo o envolvimento dos diversos grupos sociais e das comunidades, de quem, em última análise, dependem a origem e a solução dos problemas ambientais, a Convenção de Aarhus confirma a intrínseca ligação sociedade-ambiente e reflete um amplo sinal de vontade política e social em implementar uma ideia transversal de sustentabilidade que Agyeman muito oportunamente designou por *Just Sustainability*.

Países membros segundo a ratificação da emenda de Almaty à Convenção (2005)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de **UNECE**

Ora numa altura em que as alterações climáticas parecem impor a redefinição de prioridades socioeconómicas – a recente ratificação do Acordo de Paris (2015) pelos **Estados Unidos e pela China** parece um sinal promissor –, a Convenção de Aahrus ganha ainda maior significado, mantendo-se como uma das mais impressionantes elaborações decorrentes do princípio 10 da Declaração do Rio (1992).

Duas décadas e meia depois, pode ser vista como um **guia de ação prática** para técnicos da administração pública, cidadãos, representantes de ONG, agentes económicos, etc. e a execução conjunta de sua tríade de pilares – i.e., disponibilização de informação, implementação de meios de participação e acesso à justiça – ganhou estatuto de condição *sine qua non* para um envolvimento mais responsável e mais eficaz das populações numa mudança que a escassez ecológica, hoje em dia protagonizada sobretudo pelas alterações climáticas, parece tornar premente e até inevitável.

Em primeiro lugar, porque o acesso à informação se tornou numa pedra angular do funcionamento da democracia, permitindo aos cidadãos olhar, julgar e refletir sobre os atos de governação e dos governos, e garantindo melhores condições

para enfrentar quer os problemas sociais – corrupção, degradação da qualidade dos serviços sociais ou das condições de vida... –, quer os problemas ambientais – degradação de recursos naturais, diminuição da qualidade do ar, da água, etc. Pressupõe-se que, com acesso facilitado a informação fidedigna, os cidadãos, os seus representantes e a generalidade das partes interessadas da comunidade (*stakeholders*) ficarão mais aptos a fazer escolhas, contribuindo para processos de tomada de decisão que se esperam mais justos, mais eficazes e mais potenciadores de responsabilização dos atores sociais envolvidos, sejam eles institucionais ou não institucionais, públicos ou privados.

Em segundo lugar, porque a **urgência da escassez ambiental** – e, como a crise económico-financeira deixou claro, também económica e social – exige um envolvimento e uma mobilização abrangentes, de forma a potenciar a aquiescência pública para políticas nem sempre consensuais e de difícil aplicação. Nesta perspetiva, a participação pública tornou-se um desiderato socioinstitucional transversal que, pelo menos ao nível do discurso, poucos contestam. Talvez porque, sem pôr em causa a validade do conhecimento técnico-científico, quando apoiada em informação fidedigna e em procedimentos transparentes, ajuda a complementá-lo e/ou a preencher lacunas, facilita a determinação de níveis adequados/aceitáveis de segurança, favorece a distribuição de custos e benefícios, facilita a compatibilização de interesses e valores sociais... A participação pública é, afinal, vista como uma ferramenta de construção de consensos que, inserida num processo que Tim Jackson designou por **Prosperidade sem Crescimento**, pode potenciar uma transição relativamente mais suave (espera-se que com menos convulsões sociais) em direção à almejada sociedade pós-carbono.

Por fim, em terceiro lugar, realce-se a relevância da regulação instituída e, sobretudo, da garantia do seu cumprimento. Com efeito, o acesso à justiça permite garantir que as leis ambientais se aplicam de facto; que as condições ecológicas (um bem-comum universal) estão protegidas; que os direitos e os interesses dos cidadãos estão garantidos; que qualquer instância de poder (seja político, seja económico) está sujeita à lei e que a pressão dos cidadãos pode fazer com que ela se cumpra; que a legitimidade das decisões se fortalece e se ancora na deliberação e na participação públicas. Em suma, postula-se que só a

possibilidade real dos cidadãos influenciarem os processos de tomada de decisão – que decorre de um tratamento justo e equitativo alargado a todos os interesses – pode acautelar a ultrapassagem dos sentimentos de desconfiança que mostram sinais de crescimento nas sociedades contemporâneas.

No entanto, como sublinha o quarto e **último relatório de implementação da convenção** em Portugal, datado de 2014, o fraco envolvimento dos cidadãos em processos participativos é um facto que persiste de mãos dadas com uma sobrecarga de informação nem sempre compatível, disponibilizada por via de diferentes e dispersos meios de comunicação. Não estamos, portanto, perante nenhuma mezinha milagrosa que, só por si, permita resolver os problemas da participação para a sustentabilidade. Mantém-se a necessidade real e urgente de tornar mais acessível a informação disponibilizada (*e.g.*, simplificando linguagens e compatibilizando fontes e meios de acesso) e de promover instrumentos de participação pública diversificados e adaptados às diversas circunstâncias. Importa, afinal, dar maior visibilidade e usabilidade às ferramentas informativas e garantir mais oportunidades para o processo participativo, sem se deixar de assegurar um célere e democrático acesso à justiça. Numa palavra, cumprir efetiva e pragmaticamente a referida tríade de Aarhus.

João Guerra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Sustentabilidade e justiça no Antropoceno

André Silveira

 30 de setembro de 2016

A sessão de lançamento do barómetro da sustentabilidade, organizada pelo Instituto de Ciências Sociais (ICS-UL) no passado dia 6 de setembro, tocou em aspetos da sustentabilidade e da governança que aqui merecem reflexão, e se podem associar ao conceito de justiça, no seu sentido mais lato.

O Ministro do Ambiente terminou a sua intervenção na sessão com dois pontos de particular interesse: (a) a constatação de que a administração pública está demasiado distante das pessoas no que respeita à gestão do território, dos recursos naturais e dos ecossistemas que providenciam esses recursos; (b) um repto lançado ao grupo SONAE para que se faça uma análise cuidada da pegada ecológica dos seus produtos e cadeias logísticas, e se disponibilize esta informação ao consumidor.

Estes pontos vincam, por um lado, o interesse do estudo da sustentabilidade de modelos de produção e de consumo intensivos de alcance planetário e, por outro, a importância das instituições de proximidade que permitam criar parcerias com a população local, monitorizar a saúde dos ecossistemas e fazer face a desafios socio-ambientais do Antropoceno, como a poluição e as alterações climáticas.

São assuntos que assumem particular relevo quando se tem em conta, como o primeiro grande inquérito à sustentabilidade em Portugal revela a pouca sensibilidade da população portuguesa para as questões da governança, isto é, para o pilar institucional da sustentabilidade. Aqui adopto uma interpretação ampla de instituições, não como organizações, mas como regras ou normas sociais que ditam ou guiam ações, decisões e comportamentos quotidianos. As instituições influenciam profundamente o relacionamento entre a sociedade e os ecossistemas que lhe subjazem.

Passo agora, por razões de economia de espaço, a dar enfoque à questão da pegada ecológica das grandes empresas da indústria alimentar e suas cadeias logísticas. Em primeiro lugar, é importante notar que esta pegada ecológica é

também intrinsecamente social. Pela sua capacidade de influenciar o uso do solo, água, florestas, recursos marinhos e biodiversidade em múltiplos locais, a actividade das empresas transnacionais pode, inclusive por via do comportamento dos seus fornecedores, restringir o acesso das populações locais aos recursos naturais de que dependem, e assim limitar a sua capacidade de adaptação às alterações climáticas. A relação de poder entre os atores envolvidos é de tal forma assimétrica (e.g. entre multinacionais e entidades governamentais em países com pouca capacidade de monitorizar a correcta implementação de leis ou a saúde dos ecossistemas), que se assiste a uma crescente pressão da parte de consumidores e da sociedade civil para repensar a responsabilidade social e ambiental destas empresas sob o prisma dos princípios morais da justiça e da equidade.

A título de exemplo, o programa *behind the brands*, sob a égide da organização não-governamental Oxfam, promoveu uma *race to the top* entre as 10 maiores empresas do mundo no ramo da indústria alimentar, incluindo as suas cadeias logísticas.

Figura 1 - Scorecard publicado em fevereiro de 2013



Fonte: *Behindthebrands*

Com o objectivo de criar uma cadeia alimentar global mais sustentável e justa, o programa compara práticas e pontuações, e põe em evidência lacunas e melhores

práticas em certas categorias de ação. É dada uma pontuação de 1 a 10 com base na informação que as empresas fornecem (ou não) e são preparadas, desde 2013, fichas de avaliação (*scorecards* como o da figura 1), apresentadas ao público uma ou duas vezes por ano. A tabela 1 pretende ajudar a um melhor entendimento das categorias e dos indicadores em causa.

Tabela 1. Algumas categorias e indicadores usados na campanha <i>behind the brands</i>	
Terra	O modo como a empresa lida com disputas sobre o uso e a posse de terra, e os requisitos que impõe aos seus fornecedores nesta matéria. Exemplo: algumas multinacionais do ramo declararam "tolerância zero" para fornecedores que entrem em negócios de aquisição de terra que resultem na despossessão de população local indígena ou desfavorecida ("land grabs"). Uma delas requiere "Free, Prior and Informed Consent" das populações e comunidades locais em negociações entre fornecedores e governos locais sobre a posse da terra.
Clima	O esforço das empresas para reduzir a emissão de gases de estufa nas suas cadeias logísticas, e ajudar pequenos agricultores a adaptarem-se à mudanças climáticas
Água	Os dados disponibilizados sobre o uso da água, e sobre as exigências feitas aos fornecedores sobre o uso; a gestão e tratamento de águas residuais; os processos de consulta das comunidades locais, e o respeito pelos direitos das populações locais
Transparência	Os compromissos assumidos pelas empresas para revelar onde se abastece de matérias-primas e em que condições; o modo como os requisitos formais dirigidos a fornecedores são monitorizados e feitos cumprir; como e onde faz o pagamento de impostos.

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Behindthebrands*

O impacto deste programa de monitorização não foi ainda objeto de um estudo rigoroso. Contudo, a evolução dos mapas de indicadores disponíveis revela alguns sinais de melhoria e aprendizagem entre as organizações que visam liderar o mercado no campo da responsabilidade social e ambiental (por exemplo, através da adopção de um *modelo de negócios baseado na criação de shared value*).

Este programa reflecte também uma tendência interessante: o uso e operacionalização do conceito de justiça, em sentido lato, no contexto da sustentabilidade. É um conceito presente em variados contextos discursivos, tais como justiça climática, justiça em transições energéticas, justiça ecológica e outros exemplos bem *documentados por David Schlosberg*.

Parece-me útil, porém, sistematizar de modo sucinto as implicações que a noção de justiça traz no campo da sustentabilidade, para além de uma visão generalista assente na justiça inter-generacional e de uma visão centrada na capacidade do estado para "fazer justiça" e na eficácia do sistema judicial. Existe um conjunto

de decisões empresariais de rotina que são de enorme importância para uma sustentabilidade justa, incluindo a *criação de standards e ecolabels*.

Assentes nos princípios éticos da igualdade no que respeita a direitos políticos e da equidade (mais do que utilidade) na distribuição de custos e benefícios económicos, um vasto conjunto de autores vem reflectindo sobre as diversas dimensões da noção justiça, que aqui se considera simultaneamente social e ambiental.

A dimensão distributiva da justiça, primeiro explorada por John Rawls no seu livro *A Theory of Justice*, de 1971, é a mais intuitiva e conhecida. Refere-se, antes de mais, à equidade na distribuição de custos e benefícios económicos segundo as necessidades de cada um. Aliada à dimensão distributiva, encontra-se muitas vezes a *dimensão processual*, que tem enfoque no igual acesso à informação, a uma participação efectiva em processos de decisão e, em última análise, ao sistema judicial.

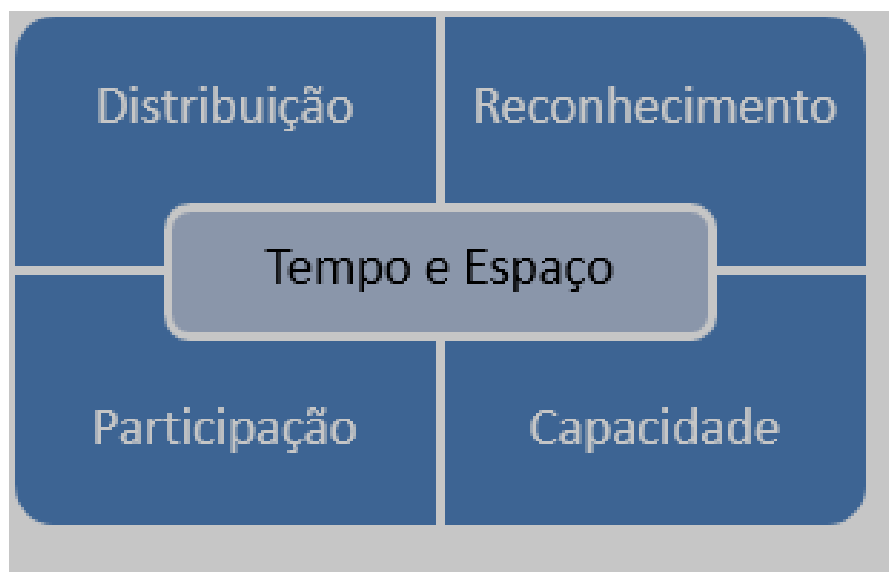
Em complementaridade com estas facetas mais conhecidas, a dimensão do reconhecimento de identidades individuais ou de grupo é, segundo *Nancy Fraser*, fundamental. A falta de reconhecimento constitui uma das principais fontes de injustiça distributiva. Trata-se de um problema mais profundo, que pode incluir instâncias de dominação cultural; comportamentos de não-reconhecimento com vista a retirar visibilidade à identidade e necessidades de certos indivíduos ou grupo de indivíduos; ou ainda o desrespeito ativo, denegando a imagem de outros com representações públicas estereotipadas.

Reconhecendo a importância das anteriores dimensões, Amartya Sen, na obra *A Ideia de Justiça*, de 2009, propõe uma visão de justiça fundamentada em liberdade e na *noção de capacidades*. Estas existem quando um indivíduo tem a oportunidade de fazer e ser aquilo que é da sua escolha, conseguindo exercer, segundo a sua vontade, funções plenas na sociedade em que se insere. A obtenção de capacidades e o exercício de funções presumem a existência do reconhecimento de identidades, de uma participação efectiva e de uma distribuição justa. Porém, estas capacidades constituem uma condição *sine qua non* para formas de desenvolvimento sustentável. Não basta, pois, dar o peixe, é também fundamental dar a cana de pesca, ensinar a pescar e conservar a saúde dos ecossistemas ripários.

Estas quatro dimensões da justiça assumem especial significado prático quando se tem em conta o tempo e o espaço como dimensões transversais. Os desafios ligados à justiça climática demonstram bem a importância destas duas dimensões adicionais. A geração presente tem um dever moral para com as gerações futuras quando se trata do combate e adaptação às alterações climáticas. Por outro lado, é necessário apoiar esforços de adaptação segundo as diferenças de responsabilidade histórica e de vulnerabilidade que existem, no tempo presente, entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, bem como entre áreas urbanas e rurais.

Estas diversas dimensões da justiça interagem e podem formar um quadro analítico útil na avaliação de políticas e programas de ação públicos e privados quanto aos seus contributos no campo da justiça.

Figura 2 - As múltiplas dimensões da justiça



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Silveira, A. (2016)¹

A extensão dos problemas da sustentabilidade na actualidade parece exigir também novos entendimentos sobre o elo entre direitos e deveres.

Autores como **Onora O'Neill** sublinham que o propósito da justiça não pode ser bem-sucedido apenas com o reconhecimento de direitos; este terá de ser acompanhado por um reconhecimento de deveres igualmente explícito. Parecem

¹ 'The multiple meanings of justice in the context of the transition to a low carbon economy', University of Cambridge Institute for Sustainability Leadership (CISL), Working Paper 02/2016

existir cada vez maiores exigências para aqueles que usufruem de maior poder no sistema económico global.

Não se vislumbra, porém, a possibilidade de reconhecimento legal dos deveres de multinacionais na promoção de uma sustentabilidade explicitamente justa. Resta a possibilidade que, por via do empoderamento de consumidores e da sociedade civil, se “normalize” uma ética que possa fazer emergir novas noções de dever e, em última análise, maior justiça na contestada era do Antropoceno. Uma resposta ao repto lançado pelo Ministro do Ambiente, no sentido de garantir o acesso a informação sobre a pegada ambiental e social dos produtos que chegam às cadeias de distribuição, constituiria um passo crucial nesse sentido.

André Silveira é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Coração, cabeça e estômago

Luísa Schmidt



12 de outubro de 2016

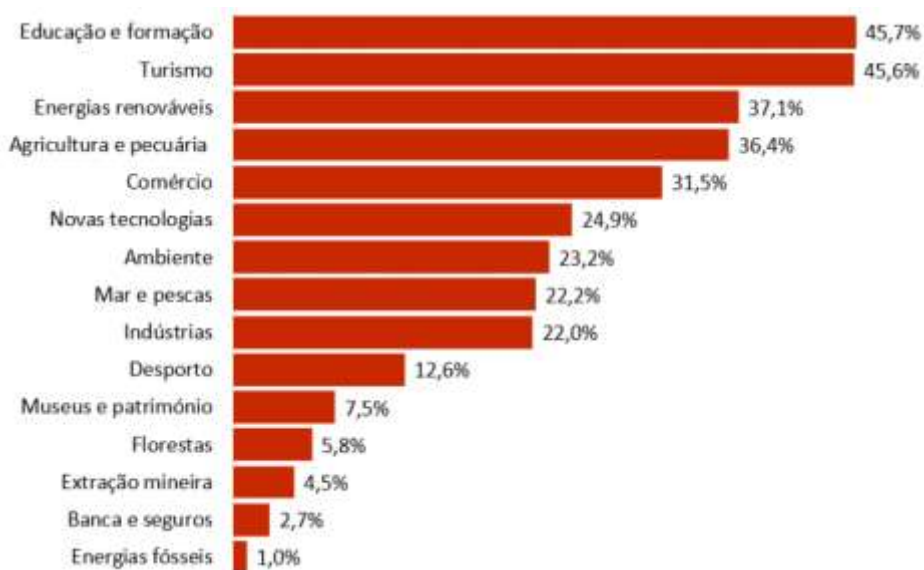
O título de célebre romance de Camilo Castelo Branco – ‘Coração, Cabeça e Estômago’ – serve bem de mote para o Barómetro da Sustentabilidade¹ cujos resultados foram apresentados no passado mês de Setembro.

Em termos muito sintéticos, destacam-se algumas dimensões presentes na sociedade portuguesa marcada na actualidade pela ressaca de uma crise ainda não resolvida e por fortes clivagens sociais, geográficas, culturais, geracionais... A parábola camiliana refracta-se e diverge mas não é contraditada.

O inquérito que enquadra o Barómetro arranca com um conjunto de questões gerais, pelas quais procuramos saber em que sectores económicos acham os portugueses que o país deveria investir no futuro próximo. É acima de tudo na ‘educação/formação’ e logo a seguir no ‘turismo’. A ‘educação/formação’ tornou-se entre nós um passaporte de esperança, não só como capacitação para o emprego e a dignificação social numa sociedade que ainda recorda a humilhação do analfabetismo, mas também como necessidade de decifrar uma realidade cada vez mais complexa, para a interpretação da qual as pessoas sentem faltar-lhes ferramentas. O ‘turismo’, que tem comunicado bem o seu sucesso, tornou-se importante para a auto-estima do país no seu conjunto, além de ter assumido um papel de ‘bóia de salvação’ da crise, mostrando capacidade de estender raízes profundas na sociedade civil e na sua diversidade (gráfico 1).

¹ O Barómetro da Sustentabilidade tem como objectivo contribuir para a sustentabilidade social, económica e ambiental do país. A sua operacionalização consiste num inquérito por questionário aplicado direta e pessoalmente a uma amostra representativa da população portuguesa – I Grande Inquérito sobre Sustentabilidade em Portugal – que será posteriormente replicado com abordagens semestrais ou anuais mais focadas. Trata-se de um inquérito pioneiro que explora a sensibilidade, os valores, o conhecimento e as representações sociais dos portugueses sobre Sustentabilidade.

Gráfico - 1 Sectores em que o país deve investir



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Mas os resultados também apontam para a existência de duas visões geracionais distintas, que se polarizam neste e noutros pontos do inquérito: para os mais velhos (e menos instruídos) continuam a ser importantes os sectores da ‘agricultura/pecuária’ e do ‘comércio’. Já a geração mais nova e mais escolarizada é explícita na valorização das ‘energias renováveis’, das ‘novas tecnologias/investigação’ e do ‘ambiente’. Esta é, afinal, também a geração mais marcada pela adesão aos valores ecológicos, que mais ouviu falar na palavra sustentabilidade e que apresenta níveis de preocupação mais elevados com o problema das alterações climáticas.

Como apontamento, importa ainda chamar a atenção para os sectores ‘Mar’ e ‘Florestas’: apesar de cruciais num país mais marinho do que terrestre e mais florestal do que agrícola, foram pouco referidos, o que indica eventual falha na eficácia da comunicação. E isto é surpreendente. Uma vez que a poluição do mar e acima de tudo os incêndios florestais (o inquérito foi aplicado ainda antes deste verão!) foram os problemas ambientais mais referidos e a requerer medidas eficazes (Gráfico2).

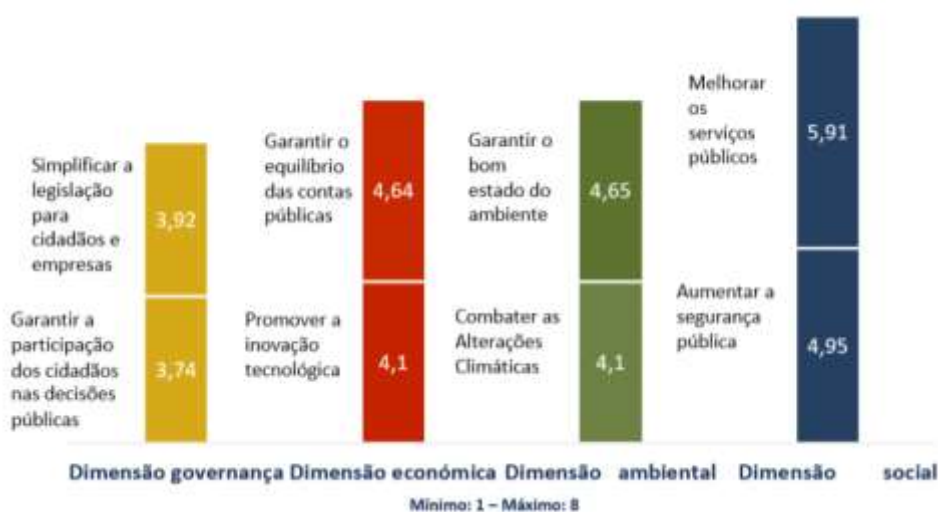
Gráfico - 2 Preocupações ambientais prioritárias



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

No que concerne ao tema das Políticas Públicas, não deixa sombra de dúvida a prioridade que toda a população portuguesa atribui às áreas sociais, nomeadamente a aposta na boa prestação de serviços (educação, saúde) e também na segurança pública (sobretudo mulheres, idosos e suburbanos). Podemos afirmar que o Estado social, que chegou tarde ao país, tornou-se e mantém-se um valor muito prezado. Este sublinhado é, aliás, fortemente consistente com o sentido do colectivo que os portugueses mostraram noutras áreas e que passam por valores como a solidariedade e a preocupação com as desigualdades sociais e territoriais ou com os salários justos (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Prioridades nas políticas públicas



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Passando ao tema da Sustentabilidade, a maior parte dos portugueses já ouviu falar sobre ela, sobretudo através dos *media*. Mas muito mais nas suas dimensões económica (sustentabilidade das contas!) e ambiental (sustentabilidade do planeta!), registando-se menor articulação à dimensão social (desigualdades, coesão) e sobretudo à dimensão de governança – que remete para a participação cívica (Gráfico 4). E, de facto, o associativismo e sobretudo o voluntariado continuam a ser pouco significativos entre nós e, existindo, concentram-se sobretudo nas áreas tradicionais do assistencialismo – ‘saúde e assistência social’ (Gráfico 5).

Gráfico 4 - Já ouviu falar do termo sustentabilidade?



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Gráfico 5 - Participação em organizações não lucrativas

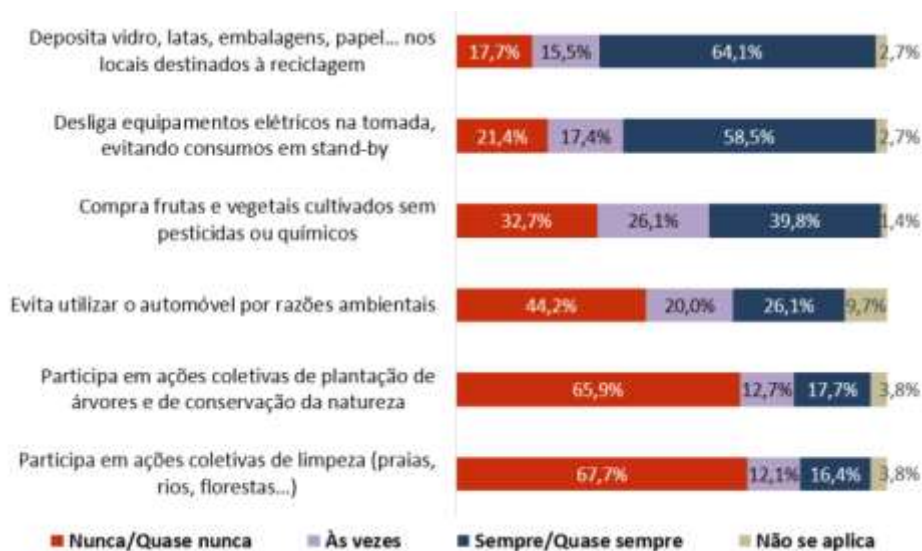


Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Dir-se-ia que a participação cívica em Portugal está sobretudo organizada pelas práticas de dádiva e de partilha – o ‘bom coração’ –, e nas relações directas interpessoais, de proximidade, ligadas à família e à vizinhança, e que se vejam a produzir efeitos. Trata-se de uma atitude de generosidade muito importante em termos de coesão social, mas que de certo modo fecha os horizontes cívicos num campo limitado, desmobilizando um associativismo de objetivos mais exigentes de escala nacional ou global e um sentido do colectivo mais amplo. Esses limitados horizontes cívicos do sentido da participação são consistentes com o historicamente frágil registo da sociedade civil em Portugal.

Nas ações a favor do ambiente, os portugueses também fazem mais ações individuais e de âmbito doméstico ou caseiro (e.g. reciclagem, poupança de eletricidade), do que participam em ações coletivas a favor do ambiente (e.g. limpeza de florestas e áreas afetadas pelo lixo ou plantação de árvores) (Gráfico 6). Contudo, o marcador geracional mais uma vez conta: pessoas com mais escolaridade e escalões etários mais baixos parecem potenciar a participação, sobretudo em ações coletivas viradas para o bem comum.

Gráfico 6 - Frequência de ações a favor do ambiente



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Quanto à questão do consumismo, depois dos anos eufóricos de promoção e adesão à sociedade de consumo em Portugal, as pessoas foram obrigadas a inverter esse sentido.

Vimos na dinâmica participativa que os portugueses são mobilizados pelo ‘bom coração’. Ora na questão do consumo são muito movidos pelo bom senso – a ‘cabeça’ – registando-se actualmente uma sensibilidade e uma atenção grande às questões de consumo. Identificámos uma relação semântica importante entre a palavra ‘sustentabilidade’ e ‘consumo responsável’ (Gráfico 7). De resto, os portugueses acreditam que, para aumentar o consumo responsável, é preciso promover a produção e o comércio de proximidade e apostar em mais informação, tanto através da rotulagem dos produtos como através de campanhas para ajudar à mudança dos padrões de consumo. Esta aposta maior na produção e no comércio de proximidade é reafirmada pela tendência clara para valorizar mais a produção nacional e local. E é consistente com a valorização das relações interpessoais directas de proximidade e com os respectivos vínculos de confiança e reciprocidade.

Gráfico 7 - Dimensões cognitivas da sustentabilidade



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

E com que perfis de consumo mais se identificam os portugueses? Destacaram-se os perfis de ‘consumidor-constrangido’ (dão importância à gestão de poupanças) e o de ‘consumidor livre-escolha’ (desejam ter ao seu dispor um leque variado de produtos para optar) – o que tem a ver com a autonomia da escolha e a importância de não se sentir excluído dos lugares e ocasiões de consumo, o que está ligado à auto-estima e autonomia pessoal. Por outro lado, há novos padrões emergentes nos perfis de consumidor - ‘consumidor ético’, ‘consumidor

identitário’ e ‘produtor-consumidor’- muito mais sensíveis aos processos de produção (Gráfico 8).

Gráfico 8 - Perfil do consumidor português

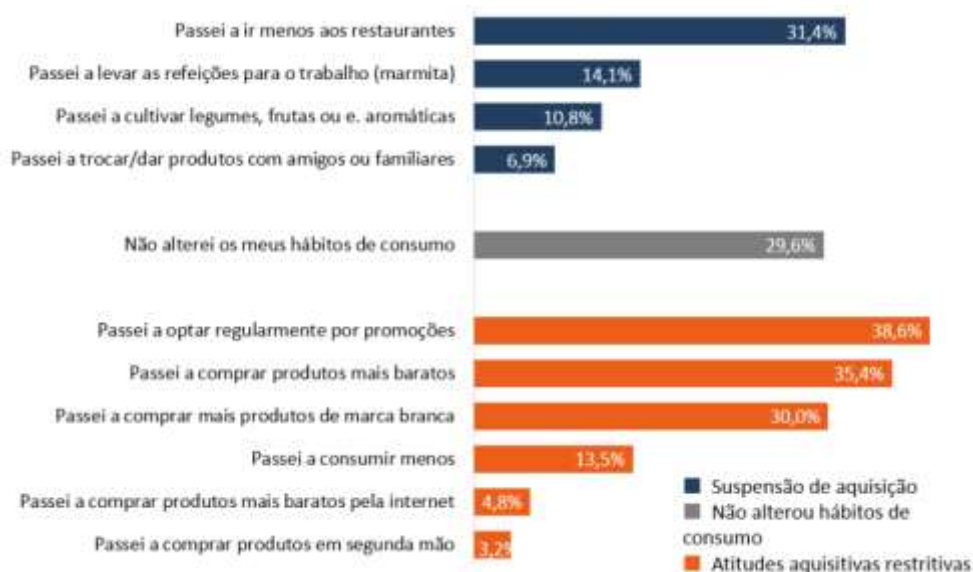


Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Como resultado, verificámos que, com a crise e as restrições ao consumo, alguns grupos sociais mais escolarizados, num acto de bom senso, fizeram da necessidade virtude e passaram a consumir com mais critérios e qualidade. Contudo, para outros grupos sociais mais carenciados a crise produziu o célebre “efeito de túnel” – em que a falta de dinheiro destróçou todos os critérios de consumo – qualidade, rotulagem, etc. Como esse processo foi acompanhado pela fragilização do Estado social que a crise envolveu, retirou-se o patamar de solidez – de chão social – a estes grupos desfavorecidos e vitimados.

E o que mudou efectivamente com a crise? A esmagadora maioria dos portugueses alteraram as suas práticas de consumo e lazer, arrepiando caminho depois de anos de instigação ao consumo (só 30% declararam não o ter feito) (Gráfico 9). Primeiro de tudo, passaram a gastar menos dinheiro e a comprar mais barato. Mas a crise levou também um segmento de consumidores mais atentos a procurar mais informação e a preparar soluções de consumo final mais racionais (levar marmita para o emprego, práticas de autoprodução e de troca).

Gráfico 9 - Mudança nas práticas de consumo com a crise



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Já as atividades de lazer diminuíram acentuadamente, em especial as práticas que requerem custos financeiros adicionais (e.g., ida a restaurantes, espetáculos de vária ordem e frequência de ginásios). Em contrapartida, as atividades “sem custos”, de usufruto gratuito, resistiram e até aumentaram, como é o caso de passear em jardins públicos e espaços naturais ou fazer jardinagem/trabalhar numa horta. Os valores do ambiente e da natureza assumem, assim, uma valia suplementar num contexto em que passaram a desempenhar um papel compensatório no quotidiano dos cidadãos (Gráfico 10).

Gráfico 10 - Mudança nas atividades de lazer decorrentes da crise



Fonte: Barómetro da Sustentabilidade

Nesta curta síntese, resta-nos referir 3 perfis diferentes e coexistentes que se destacam. Por um lado, *os mais jovens e mais escolarizados* – a geração mais capacitada que o país alguma vez já teve, resultante da mudança extraordinária gerada pelo investimento na educação e na ciência iniciado em 1995. São eles que mais prezam o ambiente e a sustentabilidade e mais preparados estão para a mudança enquanto consumidores e cidadãos activos, se assim lhes derem oportunidade – ou seja, arejamento e espaço vital fora dos jogos viciados de manipulação e compadrios que têm contaminado o país.

Por outro lado, as *mulheres* revelaram em geral mais sensibilidade aos problemas da sustentabilidade e maior dinamismo e predisposição para a mudança no sentido das práticas sustentáveis e saudáveis. São elas que estão mais viradas à entreaajuda, mesmo que ainda muito centradas no mundo doméstico e familiar.

Por fim, o que poderíamos designar como *grupos sociais desfavorecidos* que vivem num total ‘efeito de túnel’ – em situação de enormes dificuldades – com a angústia da sobrevivência no quotidiano, em geral fortemente preocupados e pressionados (pelo emprego ou falta dele, pelos filhos menores ou idosos a cargo...); com rendimentos difíceis ou desempregados, sobretudo em meio urbano /grandes cidades e subúrbios que são lugares do território onde a lógica inter-pessoal e de proximidade é menos provável; e cujas vidas dependem de um Estado social (que não os pode deixar entregues à caridade).

Ao cabo deste trabalho, repegue-se no título do velho romance de Camilo – ‘Coração, Cabeça e Estômago’² – e no seu polígono de valores, que tanto pode ser desastroso na vida como uma lição para ela. Na verdade, a instigação ao consumismo de que primeiro os portugueses foram alvo (em finais de 80 e 90) e depois a péssima experiência da crise e das medidas de austeridade, deixaram a

² *Coração, cabeça e estômago* é um livro da fase mais “realista” (e menos romântica) de Camilo Castelo Branco baseado nas memórias de um suposto ‘Silvestre’ que terá deixado a Camilo os manuscritos de um romance autobiográfico para ensinar à juventude que, para viver bem e ter a sabedoria, é muito importante atravessar 3 fases na vida. A 1ª fase é a do coração em que se confronta o bem e o mal mostrando como a sociedade constrói estereótipos e julga as pessoas por aspectos económicos, enganando-se as mais das vezes. A 2ª fase é a da cabeça em que se aprende como a ambição desmedida perde o Homem. A 3ª fase é a do estômago em que se deve procurar a paz e, para isso, é preciso ‘regular o estômago’, ou seja, vencer na vida sem demasiada ambição e assentar, eventualmente casando mas de preferência sem ser por amor para não quebrar uma quietude sustentável...

sociedade civil novamente confrontada com os seus valores mais fundos: no coração, na cabeça e no estômago.

No ‘coração’, nota-se a disposição para dar, da partilha, da entreaajuda, do problema do próximo, de ver a ajuda a ajudar e manter nisso a relação ao próximo, mas essa proximidade também limita a sensibilidade a problemas de escala maior (mais nacional e global), onde se perde a inter-pessoalidade no anonimato da distância e dos grandes números.

Na ‘cabeça’, o bom senso profundo continua a dar sinal de vida e de saúde, mas nota-se que o efeito produzido pela escolaridade nas gerações mais novas precisa de ser continuado com uma muito maior exigência na informação e comunicação para a sociedade civil, de modo a minorar a desconfiada distância aos processos participativos.

No ‘estômago’ – dir-se-ia que, depois de terem sido empanturrados quase à força pelo consumismo (relembre-se o *marketing* agressivo e os créditos baratos), para depois terem sido também à força obrigados à ‘dieta’ austeritária, encontram-se hoje na procura de um equilíbrio regido por melhor informação e prudência, mas evitando excluir-se socialmente das práticas colectivas de consumo. Ao mesmo tempo, as valias ambientais foram de certo modo (re)descobertas como bens colectivos e capazes de restaurar vida em comum.

Eis uma oportunidade para promover novos valores de sustentabilidade, económicos, ambientais e sociais na articulação entre políticas públicas, boa informação e a perspectiva de uma participação cívica mais activa, ou seja, mais confiante, mais livre de decepções e do receio de conduzir aos mesmos jogos viciados e aos seus ganhadores do costume.

Luísa Schmidt é Investigadora Principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e coordenadora do **Observa** – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.

O longo e tortuoso caminho da sustentabilidade

Susana Fonseca



21 de dezembro de 2016

Há momentos na vida que nos dão a impressão de serem pontos de viragem, inspiradores para a necessária mudança que terá de ocorrer se quisermos construir sociedades sustentáveis. Pessoalmente, a Cimeira do Rio, em 1992, teve esse efeito. Mas o que aos olhos de uma jovem acabada de atingir a maioridade parecia ser o anúncio de um futuro novo, mais democrático, de trabalho conjunto entre os povos para garantir às gerações futuras a qualidade de vida que ambicionamos, não veio a concretizar-se.

Não que sejam de descurar as conquistas de então, desde logo porque, sendo marcos da história da sustentabilidade, lá estão para nos relembrar que a regressão tem limites. Mas vivemos hoje num contexto ambiental, económico e social que está muito longe do sonho da sustentabilidade. Aliás, para quem acompanha a área da regulamentação ambiental é claro que hoje se tornou muito mais difícil fazer passar legislação que promova a sustentabilidade do que há uma década atrás. Por exemplo, a aplicação do princípio da precaução, ainda que esteja instituído nos tratados da União Europeia como estruturante da política ambiental, encontra hoje uma barreira tecnocrática no seio das diferentes instituições europeias e um fortíssimo lóbi de contestação por parte da indústria, mas também de vários países, entre eles os EUA e o Canadá.

O caso da definição de critérios de identificação de substâncias químicas que podem interferir com o nosso sistema hormonal – habitualmente designados desreguladores endócrinos – é exemplar de como a proteção da saúde humana e do ambiente são rapidamente secundarizados quando alguns interesses económicos mais imediatos podem estar em jogo, entre eles, a possibilidade de se assinarem acordos comerciais com países que não aplicam o princípio da precaução na sua cultura regulatória. Sobre este caso vale a pena ler três artigos recentemente publicados no jornal francês [Le Monde](#), bem como uma declaração

de cerca de 100 cientistas, publicada neste mesmo jornal, que nos fala da indústria da produção da dúvida, ou de como se conseguem distorcer dados científicos para criar no legislador a dúvida sobre a necessidade de regular de forma mais ativa sobre um dado domínio.

Mas o objetivo deste texto não é falar sobre a realidade da UE, mas antes trazer a questão da sustentabilidade mais para junto de nós, mais concretamente, para Portugal. Soube-se no passado fim de semana, através de um comunicado da associação ambientalista ZERO (da qual faço parte dos órgãos de direção), que em dois concelhos do nosso país, no espaço de poucos anos, as áreas de Reserva Ecológica Nacional (REN) foram reduzidas em mais de 50%. Mais concretamente, a REN de Alcácer do Sal foi reduzida em 68% e a de Grândola em 76%. Isto segundo dados de um relatório da IGAMAOT a que a ZERO teve acesso.

A REN tem uma certa má fama, pois grande parte daqueles que dela ouvem falar pensam que se destina à proteção da natureza, leia-se, a proteger animais e plantas. Nada mais errado. A REN equivale à aplicação do princípio da precaução em relação a um conjunto de situações consideradas estratégicas para o país, uma vez que regula as intervenções que podem ser realizadas em áreas como: zonas de infiltração máxima (recarga de aquíferos); leitos de cheia; zonas sujeitas a erosão hídrica; áreas de proteção da costa; zonas sujeitas a movimento de vertentes e, também, a assegurar a continuidade entre ecossistemas. Em suma, destina-se, essencialmente, a prevenir riscos e a assegurar bens e serviços ambientais indispensáveis ao desenvolvimento das atividades humanas. Até certo ponto, dá corpo a uma aplicação do princípio da precaução a situações que podem representar risco para os seres humanos e as suas atividades. Foi instituída pelo Decreto-Lei n.º 321/83, de 5 de julho, sob a alçada do Arquiteto Gonçalo Ribeiro Telles.

Como é que tal foi possível em pleno século XXI, em que tanto se fala de sustentabilidade e na necessidade de antecipar riscos de forma a construir sociedades resilientes?

E se isto é o que se passa em apenas dois concelhos do país que foram analisados com maior pormenor pela IGAMAOT, o que estará a acontecer no resto do território nacional? E que interesses estiveram na base das propostas por parte dos municípios e na aprovação por parte das instâncias públicas envolvidas?

Certamente não foram os da proteção do bem comum, pois esta dificilmente se coaduna com a construção em leito de cheia ou em zonas de recarga de aquíferos. Se é assim que os nossos políticos e técnicos olham e gerem o território no ano 2016, 24 anos após a Cimeira do Rio, poderemos ainda ter esperança de conseguir alterar o rumo no sentido de concretizar uma sociedade sustentável?



Fonte: ZERO

Dado o interesse recentemente revelado pelo Ministro do Ambiente de proporcionar educação ambiental aos funcionários públicos, talvez fosse aconselhável começar primeiro pelas chefias a nível nacional, regional e municipal. Quem sabe este possa ser adotado como um desígnio para 2017!

Susana Fonseca é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e membro da direção da organização ambientalista ZERO.

An ethical framework for the sustainable development goals: ruud lubbers and the earth charter initiative

Fronika de Wit

 7 de março de 2018

On February 14, 2018, Dutch former Prime Minister **Ruud Lubbers** passed away at the age of 78. Lubbers was the Netherlands youngest and longest-serving Prime Minister, governing the country between 1982 and 1994. When I received the news, I immediately remembered the time I had the chance to meet Mr. Lubbers in person. About 12 years ago, on January 28 2006, I was invited to a meeting of the newly established **Earth Charter Youth Network**.

Earth Charter Ambassador Ruud Lubbers in 2016



Source: “**Ruud Lubbers 2016**” by Sebastiaan ter Burg is licensed under **CC BY-SA** via **Wikipedia**

Ruud Lubbers was there to promote the **Earth Charter**: A declaration of fundamental principles for building a just, sustainable, and peaceful global society for the 21st century. When reading this definition nowadays, it is easy to draw a link with the United Nations Sustainable Development Goals (**SDGs**), adopted in 2015 as part of the **2030 Agenda for Sustainable Development**. As a tribute to Ruud Lubbers, this post compares the Earth Charter Principles with the SDGs, shows how they are complementary frameworks, and emphasizes how the SDGs could use Ruud's Earth Charter as ethical inspiration.

The idea for the Earth Charter was born in 1992 at the **Rio de Janeiro Earth Summit**, the United Nations Conference on Environment and Development, and a draft version was then developed. However, the time was not right and achieving consensus among Heads of State was difficult. In 1994, Chairman of the Earth Summit **Maurice Strong** and **Mikhail Gorbachev** started the Earth Charter drafting process as a civil society initiative. After a highly inclusive and participatory process, they were able to reach global consensus on the meaning of sustainability and the challenge of sustainable development. The Earth Charter was presented in March 2000, at the **UNESCO** headquarters in Paris. Bringing together the visions of people and organizations from all over the world, the Earth Charter is a strong example of bottom-up development and represents the world's common goals and shared values.

The Charter is divided into 4 sections: I. Respect and Care for the Community of Life; II. Ecological Integrity; III. Social and Economic Justice; and IV Democracy, Nonviolence and Peace. Each section contains 4 principles, with a total of 16 principles. When comparing the 16 Earth Charter-Principles (ECPs) with the 17 Sustainable Development Goals (SDGs), we can see a lot of overlap: ECP 9 and SDG 1 both talk about eradicating poverty; ECPs 3 and 16 and SDG 16 about peace and justice; ECPs 2 and 7 and SDGs 11 and 12 about sustainable lifestyles. However, there is a big difference in wording: where SDG 11 talks about "Sustainable Cities and Communities", ECP 2 refers to "Care for the community of life with understanding, compassion, and love". Also, the Earth Charter holds a more holistic view of the world: where the SDGs look at Climate (**SDG 13**), Life below Water (**SDG 14**) and Life on Land (**SDG 15**) separately, the ECPs refer to the integrity of Earth's ecological systems and recognize the

interdependence of ecological protection, equitable economic development and social justice.

The Earth Charter is more focussed on the ethical and spiritual dimension of sustainable development. Ruud Lubbers, who was a very active Earth Charter Ambassador, called this the **fourth 'P'**: People, Planet, Profit and **Pneuma**. Pneuma comes from the ancient Greek word for “breath” and in a religious context for “spirit” or “soul”. Lubbers was expressing the need to include spirituality in what we are doing and the way we address challenges. This is where the Earth Charter brings an added value to the SDGs: it provides an ethical framework for putting the SDGs into practice. Now the question rises: why were the SDGs accepted by the UN General Assembly and the Earth Charter not? Although the Charter was meant to be adopted in 1995 (and then postponed to 2000), until today it has not been adopted as an official UN document. It is actually an example of one of the most vigorously contested conflicts between bottom-up and top-down environmental governance. The language used in the Charter does not comply with what a UN document should look like and, even more important, there is a **fundamental incompatibility of ideologies**. The SDGs emphasize economic development, environmental management to serve human need and top-down environmental governance. The Charter on the other hand, is ambivalent about further economic growth and its supporters attribute intrinsic value to non-human entities.

The 17 UN-Sustainable Development Goals were launched in 2015



Source: “United Nations Sustainable Development Logo” by United Nations via [Wikipedia](#)

In my opinion, the SDGs have a rather **Eurocentric** perspective of “Sustainable Development” and do not incorporate different worldviews of the **Global South**. The Colombian-American anthropologist **Arturo Escobar** summarizes these worldviews from the South as a search for **post-development** instead of the Western **post-modernity**. An example of a worldview from the Global South is the concept of **Sumak Kawsay**, the **Quechua** word for ‘Good Living’. Based on indigenous ontologies, it stands for a harmonious collective development that conceives of the individual within the context of the social and cultural communities and his or her natural environment. Another perspective coming from the Global South and strongly linked to the Earth Charter is the **Rights of Nature** Movement. Rights of Nature is the recognition and honoring that Nature has rights.

Although it was the intention of the Earth Charter to bring something new and inspiring, something out-of-the-box, the UN prefers to stay inside its Western worldview-box. With the mobile app **Mapting**, developed in Costa Rica in 2016, you can discover more connections between the Earth Charter and the SDGs. Mapting, a contraction of “Mapping” and “Acting”, is a platform where you can share and browse positive actions. Unfortunately, the Earth Charter will not make it further than an online platform, simply because it does not fit the UN-mold. Nevertheless, Ruud Lubbers’ “People’s Earth Declaration” is an example of a more bottom-up, inclusive approach to Sustainable Development and connects the targets (SDGs) with the fundamental shared values that we need to get there.

Fronika de Wit is a PhD student at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), in the **Doctoral Programme in Climate Change and Sustainable Development Policies**.

Urban food gardens and the sustainable development goals: blooming opportunities for local governance?

Tainan Messina

 30 de maio de 2018

One of the first things that called my attention in Lisbon, when I first arrived from Brazil, was the amount of used and unused green areas available within city limits. As I disembarked straight from Rio de Janeiro, a city that struggles with land scarcity, real estate development and gentrification, Lisbon's land availability confused and amused me at the same time. On my everyday commute, I would think about all the possibilities these areas had to offer to local communities' improvement, for food production enhancement and for the overall promotion of the United Nations Sustainable Development Goals (SDGs). Worldwide, cities have the challenging task of how to pursue multiple SDGs, and Urban Food Gardens (UFGs) may present an interesting window of opportunity, with numerous options. These gardens, where 'open spaces are managed and operated by members of the local community in which food or flowers are cultivated' within urban or peri-urban limits, have the potential to address both municipal specific issues or wider regional goals if properly integrated in local/regional policy frameworks, boosting Lisbon's food security, food systems' design and overall social well-being.

When we look at urban planning strategies and policies, food systems are less visible and seem to be less of a priority than other systems, like housing, transportation and employment generation, and Lisbon is, in this sense, no different. However, as urban populations grow and climate change impacts become more frequent, food systems need to be looked at more comprehensively, and different institutional arrangements must be considered in order to tackle key food security and urban challenges.

Even though UFGs are not a new element within wider urban structures, they are beginning to play a novel role. It is now acknowledged that they can play an

important role in reducing urban food chains' emissions, while encouraging local and organic urban agriculture. While I believe UFGs touch most of the multiple SDGs (directly or indirectly), four of them in particular allow for a more thorough discussion: 2 (Zero Hunger), 11 (Sustainable cities and communities), 12 (Responsible consumption and production) and 13 (Climate Action); These, if understood from an holistic integrated way, help us identify the full potential of UFGs.

Soil improvement and planting activities



Source: Circular Schools Project

To illustrate my point, I will break down a fundamental issue such as famine. Can you imagine a world where **no one goes to bed with an empty stomach** (Objective 2)? I can't. But while I romanticize about it, I also believe that moving towards **urban subsistence** may create alternatives for vulnerable people and openings for obtaining cheaper high-quality food. By developing options WITH people and not only FOR people (e.g. public soup kitchens, food stamps, etc.), we empower communities regardless of the social, economic and political individual status. In that context, UFGs are well **known** for connecting multicultural groups, promoting social interaction and inclusion, while empowering local residents. Additionally, UFGs provide local capacity building opportunities, that could be

channeled by local agencies to promote urban agriculture activities, as well as encourage sustainable practices in urban metabolisms, such as food composting, water saving, soil protection, and so forth.

A shift to sustainable cities and communities (Objective 11) is ever more urgent as over 54% of the world's population already resides in urban areas (2014), and by 2050, this figure may reach 66%. Therefore, solutions to promote more resilient neighborhoods must be experimented and incentivized by local authorities; Concurrently, urban agenda's targets are growingly focusing in nature based-solutions, in the greening of cities, in vegetation regeneration and in the promotion of UFGs. Without plants there is no life, hence, by supporting UFGs not only plant biomass increases within urban limits, but it also enables more absorption surfaces, attracts biodiversity (e.g. pollinators), as well as it attenuates heat island effects. This is particularly significant as the global Climate is changing and its impacts are more severe in inadequately designed urban areas, worsening climate change risks such as flooding, sea level rise and droughts. This inevitably compromises Earth's capacity to keep its equilibrium.

Climate action (Objective 13), through local adaptation and mitigation efforts is thus fundamental. However, we must make sure that the "solutions" don't become themselves part of the problem. This is particularly important as local actions can displace issues to other sectors or into the future. So, we have to first connect the dots. By dots I mean people, by people I mean neighborhoods and by neighborhoods I mean cities, and by cities I mean countries. For every action there will be a severe reaction and we have no more time to pretend we are alone in this planet and that one's action won't harm the whole system.

A good way to start is to focus on responsible consumption and production (Objective 12), aiming to reduce ecological footprints (from individual to country's level), by improving the way we manufacture and consume goods and exploit natural resources. In that matter, proper implementation and policy making for UFGs locally, could strategically allow these areas to become important parts of the city's food system; to promote awareness for sustainable development and lifestyles; and could also integrate circular economy agendas (e.g. by supporting composting practices, waste upcycling, etc.). The promotion of composting in UFGs might decrease the amount of solid waste directed to

landfills or treatment facilities, closing loops and re-nourishing the soil. It could also get people to consider their own waste production.

Preparing the composter



Source: Circular Schools Project

Thus, with so much land still available, Lisbon could take a big step further to pursue SDGs, by promoting and up scaling food gardening activities around the city, throughout less bureaucratic ways than those **in place**. For that, local stakeholders, such as city and borough-level authorities need to foster new ways of thinking, planning and implementing local sustainability policies. To do so, we should listen to what people have to say, involving residents in transformation processes and decision-making; also by letting them aware of individual consequences of disconnecting the dots. It might take longer, but it might bring more fruitful outcomes, such as more participative and less administrative approaches in policies in the long run.

All in all, current food policies fail to address the problematic nature of food systems, since they give citizens no sense of the many relations that exist between the parts and among food and other systems. Above all, they fail to outline the food system as an important urban system that city planners and policies should consider transversally. In this respect, UFGs may work as laboratories for

multidisciplinary studies and policy experimentation, allowing more holistic methodologies to be tested, bridging different public sectors and enabling a more systemic look into city's food systems and how their parts interconnect.

Tainan Messina is a PhD student at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa) in the **Doctoral Programme in Climate Change and Sustainable Development Policies**.

Combate ao plástico nos oceanos: estará Portugal a preparar as suas tropas?

Sónia Cardoso

 20 de junho de 2018

Olhe à sua volta e conte o número de objectos feitos inteira ou parcialmente em plástico. Para facilitar a tarefa, peço que o faça apenas no perímetro de 1 metro. Surpreendido?

A presença onnipresente do plástico no nosso dia-a-dia faz com que passe despercebido muito facilmente, contudo, um olhar mais atento torna-o impossível de se camuflar: está nos nossos computadores, telemóveis, em recipientes, brinquedos, carros e até cosméticos. O plástico foi concebido para ser durável e resistente. Estas características, aliadas à sua fácil utilização e baixo preço, democratizaram uma produção com crescimento exponencial (sobretudo desde a Segunda Guerra Mundial). De acordo com Geyer e colegas (2017), os mesmos motivos que levaram à “libertinagem” da utilização deste material, nomeadamente a sua resistência e durabilidade, dificultam a sua assimilação na natureza no seu fim de vida útil. Os mesmos autores alertam: “without a well-designed and tailor-made management strategy for end-of-life plastics, humans are conducting a singular uncontrolled experiment on a global scale, in which billions of metric tons of material will accumulate across all major terrestrial and aquatic ecosystems on the planet” (p.3). De facto, dados das Nações Unidas relevam que todos os anos *treze milhões de toneladas* de plástico vão parar aos oceanos.

Um dos grandes primeiros sinais de alerta foi dado em 1997, aquando da descoberta accidental da *mancha de lixo do Pacífico* pelo capitão Charles Moore.

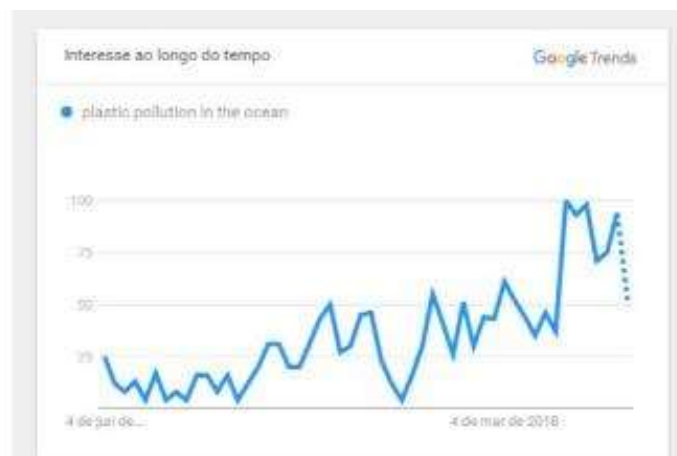
No Verão de 2017, resultou da Conferência dos Oceanos um documento elaborado por 193 Estados-membros das Nações Unidas no qual estes reiteraram o compromisso de implementar estratégias robustas e de longo prazo para reduzir o uso de plásticos e microplásticos, em prol da diminuição da poluição marinha. Uns meses mais tarde, a série documental Blue Planet II (BBC,

2017) ajudou a consolidar o interesse da opinião pública mundial pelas consequências do plástico nos oceanos. Após a divulgação da série, a problemática ganhou o ímpeto necessário para “exigir” um espaço mais proeminente na discussão política e na atenção mediática de celebridades e empresas um pouco por todo o planeta – o chamado *Blue Planet Effect*. O crescente número de pesquisas sobre o tópico no Google reforça a sua crescente relevância.



Fonte: “Sad what washes up at high tide #recycle #colgate #sea #plastic” de Ben White sob a licença *CC BY*, via *Flickr Creative Commons*

Pesquisas no Google em todo o mundo sobre “plastic pollution in the ocean” de junho de 2017 a março de 2018, *Google Trends*. O valor máximo de 100 representa o pico de popularidade do conceito pesquisado.



Fonte: *Google Trends*

Mais recentemente, em Maio de 2018, a **Comissão Europeia** propôs a proibição total de alguns produtos (como os cotonetes e as palhinhas) e a redução do uso de recipientes descartáveis para alimentos e bebidas. Os fabricantes receberão incentivos para encontrar soluções alternativas sustentáveis e os Estados-membros deverão recolher 90% das garrafas de plástico descartáveis até 2025. Alguns dias mais tarde as Nações Unidas cimentaram o seu compromisso no combate ao plástico ao lançar uma campanha associada ao World Environment Day (**5 junho de 2018**), na qual apelaram à partilha e adesão a eventos ligados ao tópico sob a alçada da *hashtag* #beatplasticpollution.

Apesar da proposta da Comissão Europeia ainda se encontrar em discussão, alguns **países europeus** anteciparam-se na luta contra o plástico. Desde 2016 que a **França** começou a **regulamentar os plásticos de uso único**. Em Abril de 2018, **Theresa May** (Reino Unido) propôs a eliminação dos produtos de uso único em Inglaterra. Na **Irlanda**, grandes cadeias de hipermercados já começaram a reduzir o uso de plástico. Em Itália, **instituíram-se multas ao uso de loiça de plástico descartável**.

Em todo o mundo, são compradas 1 milhão de garrafas de plástico descartáveis por minuto

Em Portugal, as iniciativas têm sido maioritariamente individuais ou de pequenas organizações, mais ou menos dispersas pelo país, com maior incidência nas zonas costeiras. Aqui ficam alguns bons exemplos: (1) **Movimento Claro**, iniciado por três jovens para consciencializar as populações sobre os danos do plástico descartável nos oceanos (zona de Cascais); (2) **Plasticus Maritimus**, o projecto individual de Ana Pêgo focado na educação sobre os perigos do plástico nos oceanos; (3) **Ocean Alive**, uma organização sem fins lucrativos com um programa de educação ambiental no estuário do Sado; (4) **Brigada do Mar**, uma associação ambiental de limpeza de praias em Setúbal já com 10 anos de vida; (5) **Straw Patrol**, uma iniciativa de Carla Lourenço (Faro) que pretende consciencializar para os efeitos nefastos do uso de palhinhas descartáveis de plástico e que também se dedica à limpeza de praias na costa algarvia.

Não menos importantes são organizações/movimentos direccionados para a sustentabilidade que têm ajudado a divulgar os malefícios dos plásticos nos oceanos e apelado à redução do consumo de plásticos, como a **Zero** (sendo uma

das suas fundadoras Susana Fonseca, investigadora do ICS-ULisboa) ou o **Movimento Zero** (da responsabilidade de Ana Milhazes Martins). Referencia-se ainda a campanha nacional *Menos Plástico, Mais Ambiente* lançada o mês passado pela Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal e financiada pelo Fundo Ambiental do Ministério do Ambiente com o objectivo de sensibilizar empresários, consumidores e turistas para a redução da utilização do plástico nos sectores da restauração e hotelaria.



Fonte: “Plastic-bottles” de *Krustycheyney* is licensed under *CC BY*, via *Flickr Creative Commons*

Fica por desenvolver um plano estratégico político concertado e a longo prazo, que timidamente parece estar a surgir. No início deste ano, a entrada no Parlamento da petição *Abolir o plástico em Portugal* levou a que vários partidos apresentassem vários Projectos-Lei com o intuito de reduzir ou interditar a utilização de utensílios de plástico no país e no sector da restauração. Foi solicitada a baixa desses Projectos-Lei à Comissão de Ambiente, Ordenamento do

Território, Descentralização, Poder local e Habitação sem votação e por um período de 60 dias.

Resta a esperança de que os desenvolvimentos das últimas semanas e as directrizes da Comissão Europeia instiguem à proactividade em Portugal, sobretudo a nível político. O trabalho de consciencialização dos consumidores que tem sido feito pelas pequenas organizações, ou por agentes de acção em nome individual, e pelos media, poderá estar a criar a faísca de empoderamento pessoal necessária para que os consumidores adiram mais prontamente às futuras directrizes que venham a ser implementadas. Se assim for, o Estado tem o seu trabalho facilitado. Contudo, não podemos subestimar o poder político, uma vez que este continua a ser essencial na demarcação de uma fasquia sobre a qual outros agentes de acção se poderão reger. O empenho político, quer através da instituição de novas regras, quer através do apoio à inovação, ou mesmo através de uma visão que interligue indústria, consumidores e agentes de tratamento de plástico, é um catalisador inquestionável e necessário.

Sónia Cardoso é bolseira de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), no projecto “Food and Families in Hard Times”.

On moral action for the sake of humanness and humanity

Tim O’Riordan



5 de setembro de 2018

I do not believe what I am about to suggest will happen. Nevertheless I feel it is timely to express it. I am a Gaianist, in that I subscribe to the provable evidence of an almost miraculous self-organising and self-perpetuating planet. We appear to be in stage two of the Gaian journey. The beginning was the microbial age of single celled biota which still colonise the microbiomes of our internal life giving functions. The second age of the more sophisticated many celled biota led eventually to the emergence of humanity. We seem to be heading towards the end of this age. What looms is a third Gaian age of a planet which is essentially post human. This could emerge within the coming thousand years. By post human I posit a species which has essentially lost any moral concern for the viability of its offspring, nor has the capability of being able to create the conditions for meaningful survival of the remaining human race. In essence that third Gaian age heralds the emergence of a species that can only live for its own existence. The humanness of caring, sharing and reciprocating will have atrophied. The essence of sustainability, namely providing both the conditions and the capabilities for future generations to live sustainably, will have been lost.

We now live inescapably in a climate changing world. The drama of fires, heat, flood, drought, landslide and storm surround us almost every day somewhere in the world. The climate change writing is on the wall. Yet we remain for the most part anxious yet unwilling to change our consumption patterns which increasingly envelop us in carbon dependency. Our escape valves are disheartenment, denial, dissonance and deluge. *Disheartenment* is enveloping us as we seem to be personally impotent in the face of ever rising greenhouse gas emissions and climate change writings on every wall. *Denial* is the route for avoidance of any prolonged conscious thought leading to action. *Dissonance* is a process of enabling us to override our belief/action contradictions. *Deluge* is the sheer overwhelming scale of information and tragedy, of catastrophe and family

despair, which darkens our visions of hope. Wherever we turn we see moral failure. The ethical investors are wary of reducing their financing of the fossil fuel sector which is still massively subsidised by tax regimes and regulatory support. The dark forces of carbon promoting capital creatively extend their grip.

Climate March in Washington DC, April 2017



Source: "DC-Climate-March-2017" by Mark Dixn is licensed under CC BY, via Flickr Creative Commons

Naomi Klein talks of “dark money”, “funds from conservative foundations that cannot be traced” (p. 44). George Monbiot clarifies this as a means for corporate interests to obscure their considerable political leverage by paying others “to speak on their behalf”. Klein notes that professional scientists are split when their livelihood depends on what they say: “we are all inclined to denial when the truth is too costly”. Monbiot echoes the warning of Franklin D. Roosevelt: “the liberty of a democracy is not safe if the people tolerate the growth of private power to a point when it becomes stronger than their democratic state itself”. The transformative morality we will examine below cannot flourish if these dark forces remain obscure and ascendant.

The forthright climate scientist Kevin Anderson examines all of the relevant emissions scenarios for a 2 °C 2100 target. He concludes that these are not plausible. They rely far too much on untested emissions removing technologies, and hope for optimistically rapid advances in low carbon energy and fuel use

substitutes. He blames climate scientists for “ultimately choosing to censor their own research”. He foresees a turgid future for the high emitting consumers, facing increasingly strident demands for ever higher levels of mitigation, at faster time scales, than any might personally or politically be willing to tolerate. By remaining silent, he notes, “...we do society a grave disservice — the repercussions of which will be irreversible”. Anderson appears to be laying a challenge to the climate science community to take a responsible and credible lead.

Demonstration in Bonn, Germany, at the beginning of the United Nations Conference on Climate Change (COP 23)



Source: “*Demo in Bonn at the beginning of COP 23*” by Spielvogel is licensed under CC BY-SA, via [Wikimedia Commons](#)

We are now confronting the unavoidable. Within a measurable period of time the planet could become uninhabitable through oppressive humid heat, unremitting drought, prolonged flooding across wide areas so medium term community scale adaptation becomes almost impossible, and sea shores which are menacing in tide and storm and salty drinking water. Fleeing such endangered zones where over 500 million live in dense cities and fishing farming communities is decreasingly possible. The sheer scale of these disruptions, already apparent in the news bulletins of this torrid summer, will test our humanitarian morals beyond their cultural capabilities.

Disheartenment, dissonance, neutralization and anaesthetism are powerful contributors to maintaining the gap between preferred and desired action and uncomfortable knowledge. Dissonance enables the uncomfortable transgression of known norms and morals for other values. It is just possible through dissonance reduction to acquire moral frameworks for consistent sustainable action. Neutralization is the suppression of dissonant feelings through comforting alternative but clashing behaviors. The key here is to centre moral norms in such a way that inconsistencies become so apparent that they can no longer be neutralized. Anaesthetism is the blanking out of any sense of unease and guilt. Only when these attributes are calmed, can anaesthetism be made redundant. Removing ambiguity and ignorance, displacing unwanted inconsistencies, buttressing social virtue and identity, and reinforcing consistent social norms become the central tenets of the interface between morality, science, personal ethics, and community behavior. Link the personal journey to the emergence of community empathy and supported action and there is a glimmer of hope that the gap can be closed.

One possible way forward is to price fossil (not biological) greenhouse gases at the point of exploration and production. This would neither be a tax nor a levy, as such words are toxic to those who will have to pay. This will only be possible if the dark forces are confronted by moral empathy for the future of humanness which is so tragically being lost. Hence the need for a more neutral phrase for such levies, such as a carbon contribution from the present for the future. This would create vast funds for enabling the low carbon transition and associated low carbon consumption to take place all over the world. It could be based on the principles of the UK Big Lottery Fund. Resources of investment, people and training could be made available for a series of community supported and charity backed schemes to help the poor be better off in a low carbon economy and society, to offset the costs of adaptation and foresight preparedness for the global vulnerable, and to foster for all manner of low carbon lifestyles and technologies. In the course of time such contributions would have to be matched by additional contributions from greenhouse gas emitting consuming behaviour. This would be necessary to get round the “rebound” effect. This is the kick-back when consumers feel they are able to use an efficient appliance more. Such a very

controversial move would have to await the success of the initial phase of the carbon contribution journey.

Sadly the practicalities of any global scale carbon contribution funding source would be almost impossible to manage on the large scale. Then scope for corruption, syphoning off and embezzlement would be just too tempting. Yet, if these funds could be channeled into community scale schemes and subject to scrutiny and to accountability of delivery, there might be a glimmer of hope. But for this to be achieved, there would have to be compassionate humanness and decency of treatment on a universal scale.

Some hope. Gaia 3 looms. We have at most a decade to get these suggestions up and running, or we will succumb to the anesthetics of moral abnegation. The reality of the changing climate and the litany of suffering already in place suggest that at the very least we should carefully examine carbon contributions for the sake of safeguarding both humanness and humanity.

Tim O’Riordan is Emeritus Professor of Environmental Sciences at the University of East Anglia (UEA) in Norwich UK. He is involved in many local and international projects and networks, including Future Earth. He has taught and supervised in the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa) PhD Programme on Climate Change and Policies for Sustainable Development for over a decade.

Invisibilidade e negatividade: o discurso mediático sobre ambiente em Portugal

João Carlos Sousa

📅 21 de novembro de 2018

Na sua obra seminal *a Democracia na América*, Alexis Tocqueville chama atenção para a centralidade dos *media* na formação da opinião pública.

Deste ponto de vista, aos *media* cabe tornar visíveis os temas considerados de interesse público, desde a escala local/regional à global. A opinião pública surge, desta forma, na área de sobreposição dos meios de comunicação e da política, contribuindo para o processo informativo que está subjacente à ação política, à participação e mobilização cívica, e à formulação de processos deliberativos no seio da esfera pública.

Tradicionalmente, cabe à imprensa escrita, à rádio e à televisão o papel de mediação, que recorrendo à publicidade, dão visibilidade às questões de interesse público. Nas últimas décadas tem-se assistido à intensificação e proliferação de canais digitais que permitem a comunicação, interação e, sobretudo, difusão de informação à escala planetária, numa aparente tendência de secundarização do papel do jornalismo e, em particular, dos jornalistas. Um pouco por toda a Europa, os sectores de media tradicionais, mais propriamente a rádio e a televisão, superam a internet (cf. Figura 1) no que diz respeito à confiança depositada pelos cidadãos quando acedem a conteúdos informativos.

Figura 1 - Sector de media que inspira mais confiança na Europa

MOST TRUSTED MEDIA IN EUROPE (Net Trust Index 2017)



Fonte: *Net Trust Index 2017*

O panorama europeu é relativamente homogéneo quanto à desconfiança em relação aos diferentes sectores, incluindo os media sociais. A área dos Balcãs é aquela onde a desconfiança relativamente à imprensa escrita e à televisão é maior. No entanto, falamos em consumo de conteúdos informativos e noticiosos nas plataformas digitais em Portugal, devemos ter em linha de conta o domínio do Facebook enquanto meio privilegiado de os portugueses acederem e partilharem informação, como é referido no estudo *Práticas e Consumos Digitais Noticiosos dos Portugueses em 2016*. O interesse e enfoque dos meios de comunicação sempre foram determinantes para a publicidade e visibilidade dos problemas que afetam as sociedades. No contexto atual, os media tradicionais confrontam-se com a concorrência dos media sociais digitais.

Figura 2 - Sector de media que inspira menos confiança na Europa



Fonte: *Net Trust Index 2017*

Deste modo, a opinião pública e o que dela emana é muito condicionado pelas representações que os media fazem sobre os mais diversos assuntos agendados. Numa sociedade como a portuguesa, em que os media em geral e a televisão em particular são os principais agentes de socialização política e de contacto com o mundo de acordo com o relatório *Reuters Digital News Report 2016*, as representações mediáticas feitas pelos diferentes órgãos de comunicação social dos diferentes sectores detêm um poder de difusão incomparável. Contribuem, por isso, de forma decisiva para o debate público.

Tomemos como referência a cobertura feita pelos *media* portugueses ao longo do ano de 2016. No âmbito mais vasto de apoio às atividades letivas e científicas desenvolvidas no *Laboratório de Ciências da Comunicação do ISCTE-IUL*, o *Barómetro de Notícias* consiste na recolha e análise dos principais destaques

noticiosos. Semanalmente é construída uma amostra de 413 peças publicadas com destaque nos diversos noticiários dos diferentes sectores dos meios de comunicação portugueses. Com base na análise de conteúdo ao *lead* das peças, procede-se à definição dos temas sobre os quais elas versam, podendo ser mais ou menos duradouros e, desta forma, pautar o ciclo informativo semanal.

Socorrendo-nos desta base de dados, calculámos a quantidade de trabalhos jornalísticos relacionadas com questões comumente associadas à temática do ambiente no ano de 2016. Assim, de um total de 20405 trabalhos recolhidos, 118 versam sobre categorias temáticas que são atribuídas ao domínio ambiental (cf. Tabela 1), representando um valor bastante diminuto (<0,01%). As temáticas foram seleccionadas a partir do **Sustentabilidade – Primeiro Grande Inquérito**, no âmbito do qual se questionou os portugueses sobre os principais problemas ambientais na atualidade. Uma nota de natureza metodológica e conceptual para sublinhar o facto desta categorização, não ser da responsabilidade e da nossa autoria. Ela é feita a montante no processo de construção do Barómetro. A constituição de uma amostra implicará sempre uma análise à semântica lide das notícias, para desta forma garantir melhor e mais rigor na construção do *corpus* de análise.

Tabela 1 - Temas ambientais nos media portugueses em 2016

Acessibilidade	3	2,5%
Património ambiental / natural	3	2,5%
Saneamento básico	3	2,5%
Organização do território	15	12,7%
Alterações climáticas	16	13,6%
Centrais nucleares	16	13,6%
Requalificação urbana	20	16,9%
Proteção do ambiente e poluição	42	35,6%
Total	118	100,0%

Fonte: Barómetro de Notícias LCC ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa

No plano qualitativo observa-se um agendamento diverso e heterogêneo feito pelos *media* portugueses, refletindo as diferentes vertentes e a complexidade do fenómeno ambiental na contemporaneidade. Assim, é visível na Tabela 1 a heterogeneidade das questões que incluem, desde como “acessibilidades” ou “requalificação urbana”, passando pela “proteção do ambiente e poluição” ou pelo “património ambiental/natural” até às “alterações climáticas”. Por outro lado, a distribuição sectorial das peças faz-se de forma assimétrica. Entre a rádio e a Web contam-se mais de 2/3 do total (72,8%). Por oposição as notícias oriundas da televisão cifram-se em apenas 3,4%. Estes trabalhos apresentam alguma concentração, particularmente entre as rádios noticiosas como a Renascença (12,7%) e a TSF (17,8%). As restantes distribuem-se entre os diversos meios de comunicação de forma relativamente homogênea.

As questões de âmbito ambiental não parecem, com efeito, deter um poder corrosivo no agendamento e intensidade dos ciclos semanais informativos. Apenas 33,9% destas peças tiveram direito a estatuto de manchete. Por seu lado, estes dados indiciam a invisibilidade do ambiente e das questões a ele associadas na agenda mediática dos meios de comunicação tradicionais. Se durante o ano de 2016 foram identificados 118 trabalhos jornalísticos nos diversos sectores de *media*, em 2017 foram identificadas 437 peças sobre “fogos florestais” no período de 16 a 30 junho (período subsequente à tragédia de **Pedrogão Grande**), o que não deixa de ser um aparente contradição. Com efeito, existem indícios de que a construção noticiosa sobre questões ambientais segue uma rotina na qual é dada atenção a questões pontuais que são “incapazes” de romper com a rotina do agendamento. Contudo, existem episódios, com forte carácter humano e com forte pendor dramático, como as duas vagas de incêndios florestais de junho e outubro de 2017, que têm o poder de romper com esse agendamento. Nesse caso, assiste-se à disseminação das notícias por sectores, incluindo os novos media digitais, mas também a uma maior visibilidade na abertura de noticiários e manchetes nos sectores mais tradicionais. Estas tendências indicam que o tratamento jornalístico das questões ambientais seguem um padrão relativamente próximo ao padrão mais geral do jornalismo, no qual o discurso objetivo e racional dá lugar à emoção e coloca a ênfase no lado humano e do seu sofrimento – personalização.

Uma tentativa de resposta, ainda que parcial, ao facto de Portugal ser, no contexto europeu, um dos países que apresenta valores mais elevados no que concerne à visão das alterações climáticas como consequência de fatores humanos, de acordo com o [ESS8](#), consiste em perspetivar a menor confiança dos portugueses relativamente à informação proveniente e que circula nas redes sociais digitais como o Facebook e/ou Twitter, onde, aliás, o impacto das chamadas *Fake News* e a contrainformação intensifica-se pela própria natureza da arquitetura destas plataformas *online*. Desta forma, assumimos que a excessiva exposição a informação é, a determinada altura, o terreno fértil para a desinformação.

Destas considerações resulta uma potencial agenda de investigação que está longe de se constituir e ainda mais distante de se concretizar, para desse modo se compreender melhor os fenómenos ambientais e o modo como são construídas as representações mediáticas sobre os mesmos e, desta forma, disponibilizar mais e melhor conhecimento à comunidade e a quem influenciar políticas públicas de prevenção, adaptação e/ou mitigação às alterações climáticas e aos riscos a elas associados.

João Carlos Sousa é licenciado em Sociologia (2009) e Mestre em Sociologia: exclusões e políticas sociais (2013) pela Universidade da Beira Interior. Desde junho 2016 que é investigador do OberCom. Em 2016-2017 foi bolseiro de Gestão Ciência e Tecnologia no OberCom – Palácio Foz. Nesse mesmo ano (novembro) ingressou no projeto Medida Ligar- Eficiência Energética para todos (ADENE), desenvolvido no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)). Atualmente frequenta o Programa de Doutoramento em Ciências da Comunicação do ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, a partir de 1 janeiro 2019 com Bolsa Individual de Doutoramento.

ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS



© "Global Warming", Khuroshvili Ilya

Introdução

As alterações climáticas são hoje consideradas o maior desafio com que a Humanidade alguma vez se defrontou, uma verdadeira **ameaça à sobrevivência da espécie humana**. Os últimos três anos foram sem dúvida decisivos e reveladores da encruzilhada em que, no dealbar de 2019, a Humanidade se encontra. Se, por um lado, se multiplicam as provas de que só um enorme esforço de descarbonização global poderá mitigar as consequências mais catastróficas, por outro as negociações globais sobre o clima veem-se dificultadas pela emergência de um discurso político populista. Este tem como grandes bandeiras a oposição à agenda ‘globalista’ das negociações sobre o clima e o regresso a um forte investimento nos combustíveis fósseis, em prol do crescimento, a todo o custo, das economias nacionais.

O Blogue ATS nasceu, há três anos, no rescaldo do Acordo de Paris – que inaugurava “uma nova arquitetura de governança ambiental global” (João Guerra, **janeiro de 2016**). Foram três anos que assistiram a uma convergência sem precedentes na agenda global do desenvolvimento, com a integração dos países em desenvolvimento nos esforços de redução de emissões ao abrigo do Acordo de Paris (entrou em vigor em 2016 e estava, em dezembro de 2018, ratificado por 184 países) e a adoção a nível global dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, sucessores dos **Objetivos do Milénio** (2000).

No entanto, desde 2015 houve também sinais contrários que obscureceram as expectativas criadas por Paris e pela nova ‘**Agenda 2030**’. Na sequência da eleição de Donald Trump como Presidente dos Estados Unidos, estes anunciaram a sua retirada do Acordo de Paris. O Brasil – berço da emblemática Cimeira do Rio (1992), em que nasceu a Convenção da Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas – anunciou, **nas vésperas da Conferência das Partes sobre o Clima - COP 24**, que retirava o convite **para receber a COP25** (a realizar no final de 2019).

Os fortes protestos que geraram o caos (precisamente) nas ruas de Paris, no final de 2018, foram inicialmente espoletados pelo aumento das taxas sobre os combustíveis. Trata-se de mais um sinal claro de que a transição e adaptação às alterações climáticas não serão viáveis sem uma adesão social significativa, para o que terá de se considerar, cuidadosamente, as suas implicações em matéria de justiça social. Antecipa-se, pois, que os dilemas e desafios das alterações climáticas continuarão a merecer grande destaque no Blogue ATS, como até aqui. As publicações incluídas neste capítulo trouxeram-nos uma reflexão crítica sobre as convulsões e interrogações que marcaram a atualidade do clima nos últimos três anos, centrando-se, sobretudo, em três grandes temas:

1 - A emergência de populismos nacionalistas em vários países, a par de uma oposição à agenda ‘globalista’ do combate às alterações climáticas, entendida como um obstáculo ao crescimento da economia (*posts* de Luísa Schmidt, [junho de 2017](#), e João Camargo, [fevereiro de 2017](#)). Mas também a afirmação de um contramovimento, protagonizado por governos locais e regionais, que ganha força na adaptação às alterações climáticas (Luiz Carlos Lourenço, [setembro de 2017](#)). Representantes deste movimento, que integra grandes empresas e governadores de Estados norte-americanos, marcaram presença na COP24, fazendo sombra à delegação oficial dos Estados Unidos. Em paralelo, as forças armadas levam cada vez mais a sério a ameaça das alterações climáticas, a par do terrorismo e das armas de destruição em massa (*posts* de Renate e Raul Boeno, [maio](#) e [junho](#) de 2017).

2 – Um olhar atento sobre os territórios mais vulneráveis. Uma parte dos *posts* publicados ao longo destes anos refletiu a investigação que tem sido desenvolvida sobre os impactos das alterações climáticas um pouco por todo o mundo, em particular no âmbito do [Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável](#). Este tema é um exemplo da dinâmica que o programa doutoral trouxe ao Blogue ATS. Na área das alterações climáticas, a maior parte dos *posts* publicados são, com efeito, da autoria de doutorandos, refletindo uma atenção especial sobre os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (como Cabo Verde e Moçambique) e sobre os impactos nos sistemas de produção agroalimentar.

3 – Como educar e comunicar sobre as alterações climáticas? A discussão está na ordem do dia: como enquadrar e direcionar as mensagens sobre o clima, mobilizando para a ação climática? Vários autores trouxeram este debate ao Blogue ATS, entre eles as doutorandas Jieling Liu ([maio de 2018](#)) e Mônica Prado ([outubro de 2018](#)). Desdramatizar não parece a melhor receita, perante a [evidência crescente de um worst case scenario](#). Continuar a aumentar emissões poderá significar um mundo com mais 3 a 4 graus centígrados até ao final do século. No entanto, cada vez mais se advoga a necessidade de construir uma visão positiva de um outro mundo possível, de forma a evitar o sentimento de impotência e os riscos ainda maiores de uma paralisação social. Transição e transformação tornaram-se conceitos omnipresentes no discurso político, académico e ativista, no contexto da adaptação climática. O Blogue ATS tem vindo a refletir, criticamente, sobre a evolução destas agendas, rumo ao novo horizonte das promessas: 2030.

[Carla Gomes](#)

Carla Gomes é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Lista de posts

COP21: Paris entre a esperança e a desconfiança <i>João Guerra</i>	92
As alterações climáticas e o ordenamento do território: ameaça e oportunidade <i>Alfredo Leal Franco</i>	96
COP-22: o fim das ilusões e a aliança ‘oleogarca’ EUA-Rússia <i>João Camargo</i>	100
Relações entre alterações climáticas e segurança <i>Renate Kottel Boeno</i>	104
Um americano em Paris <i>Luísa Schmidt</i>	108
Securitização das alterações climáticas: um debate político com implicações para as forças armadas <i>Raul Boeno</i>	111
Alterações climáticas: um contramovimento global em ação <i>Luiz Carlos de Brito Lourenço</i>	115
Adaptação e pobreza rural em África: o caso de Moçambique <i>Carla Gomes</i>	122
Agricultural risks, climate change and planning <i>António Sobrinho</i>	128
Clima e secas em Cabo Verde <i>Luzia Oliveira</i>	133
Jogos de tabuleiro sobre alterações climáticas: um meio para materializar conceitos, impactos, políticas e soluções <i>Mônica Prado</i>	138
Novos dados do Eurostat sobre alterações climáticas <i>Ana Rita Matias</i>	144
Navigating climate change communication between advocacy and denialism <i>Jieling Liu</i>	151
El cambio climático en los hombros de las ciencias sociales <i>Mercedes Pardo-Buendía</i>	155
O caso do impacto do ciclone tropical Haiyan nas Filipinas <i>Carlos Tito Santos</i>	159
Too much of technological optimism, too little of societal transformation. Is this a decisive crossroad for the U.S. on climate? <i>Mônica Prado</i>	164

COP21: Paris entre a esperança e a desconfiança

João Guerra

 14 de Janeiro de 2016

No mundo atual, mais de novecentas toneladas de CO₂ são emitidas a cada segundo, um ritmo que torna cada vez mais plausível a irreversibilidade das alterações climáticas (AC) e a grandeza dos seus efeitos. As emissões de gases resultantes do uso de combustíveis fósseis têm vindo a mudar drasticamente a estrutura da atmosfera terrestre, ativando um fenómeno de aquecimento global, cuja existência merece cada vez menos contestação. Este fenómeno corrói o próprio equilíbrio do planeta e as condições de existência da humanidade, mas muito particularmente, e em primeira linha, põe em risco os ganhos alcançados nos últimos anos nas condições de vida dos países e dos grupos sociais mais vulneráveis, seja porque se situam em áreas atreitas a eventos extremos e outros fenómenos climáticos geograficamente determinados, seja porque o lugar que ocupam na economia não lhes oferece espaço de manobra suficiente para enfrentar os desafios com que se deparam.

Tabela 1 - Índice de Risco Climático para 2013: os 10 países mais afetados

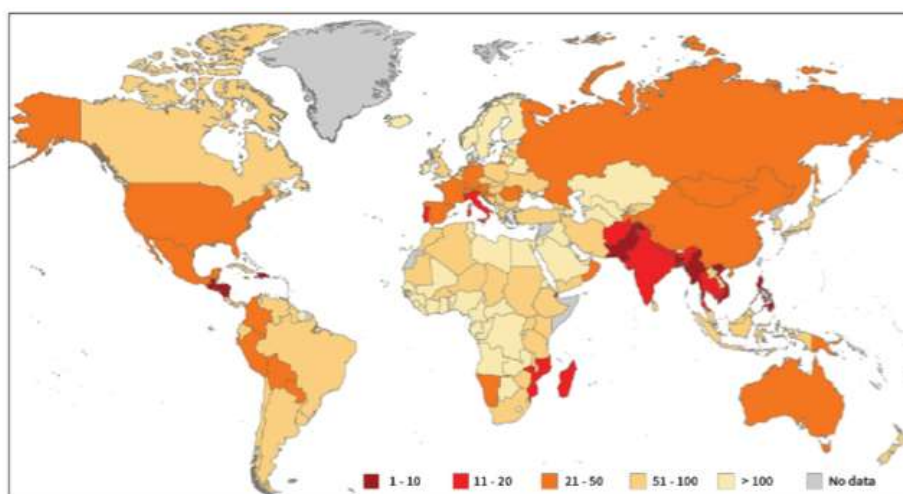
Posição 2013 (2012)	País	Valor no Índice	Número de mortes (total)	Mortes por 100.000 hab.	Perdas absolutas (milhões USD PPP)	Perdas (% do PIB)	IDH
1 (1)	Filipinas	2,17	6.479	6,65	24.538,56	3,82	117
2 (2)	Camboja	6,67	1.84	1,22	1.495,52	3,24	136
3 (3)	Índia	12,67	7.437	0,60	15.147,02	0,22	132
4 (4)	México	15,00	224	0,19	10.589,70	0,51	71
5 (7)	S. Vicente e Granadinas	15,33	9	8,18	96,58	8,33	91
6 (5)	Paquistão	15,50	301	0,16	5.419,77	0,65	146
7 (6)	Laos	17,67	23	0,34	263,51	0,83	139
8 (8)	Vietname	17,83	152	0,17	2.397,04	0,50	121
9 (10)	Argentina	20,33	122	0,29	2.010,0	0,22	49
10 (12)	Moçambique	21,67	119	0,46	88,21	0,33	178

Fonte: *Global Climate Risk Index (2015)*

Os dados expostos na Tabela 1 confirmam a relativa vulnerabilidade dos países mais pobres, onde os recursos para enfrentar os efeitos das AC estão aquém do necessário. Com efeito, são países como as Filipinas, o Camboja, a Índia, o México, ou São Vicente e Granadinas que, em 2013, surgem à cabeça dos países mais vulneráveis. Seguem-se o Paquistão, o Laos, o Vietname, a Argentina e Moçambique. Todos exibindo um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) relativamente baixo, que implica pouca capacidade para enfrentar os desafios das AC.

Em termos de eventos climáticos extremos, 2013 será muito provavelmente lembrado pelo tufão Haiyan, que em novembro desse ano causou mais de mil milhões de dólares de prejuízos e mais de seis milhares de mortes, sobretudo, nas Filipinas. Todavia, o Índice de Risco Global do Clima 1994-2013, baseado nos valores médios de exposição aos riscos climáticos, expôs a existência de disparidades entre países nestas duas décadas: os que tendem a ser continuamente afetados por eventos extremos (e.g., Honduras, Haiti, Nicarágua, Filipinas, Bangladesh, Vietname, República Dominicana, Guatemala, Paquistão...) e os que assumem altos valores do ranking em anos específicos, devido a catástrofes excepcionais (e.g., Mianmar, onde o ciclone Nargis causou em 2008 mais de 95% dos danos ocorridos neste período; Honduras, onde mais de 80% dos danos registados entre 1994 e 2013 foram provocados pelo furacão Mitch em 1998; Tailândia, onde as cheias de 2011 representaram 87% do total dos prejuízos assinalados nestas duas décadas ([Global Climate Risk Index, 2015](#))).

Figura 1 - Índice de Risco Climático (Ranking 1994-2013)



Fonte: *Global Climate Risk Index (2015)*

Não quer isto dizer que os efeitos mais perniciosos das AC se restrinjam a países com baixo IDH e baixo rendimento. A chegada de alguns países europeus ao grupo dos 30 mais afetados, entre os quais se inclui Portugal, deve-se, por exemplo, ao extraordinário número de mortes resultantes da onda de calor de 2003, que vitimou mais de setenta mil pessoas em toda a Europa (Ibidem). O sul do continente europeu (Figura 1), com destaque para Portugal e Itália, junta-se, assim, às áreas geográficas mais vulneráveis, que incluem o sul da Ásia, a América Central, a África Austral e muitos estados insulares de pequena dimensão. Ainda assim, embora os eventos extremos tendam a tornar-se mais frequentes no continente europeu, a capacidade aí instalada para os enfrentar implica necessariamente ameaças e prejuízos relativamente menores.

Uma estratégia alargada para enfrentar as AC tem vindo, por isso, a ser reclamada por diversas faixas da opinião pública e pelos poderes instituídos nas várias escalas da governança ambiental. No encontro realizado em Paris, entre 20 de novembro e 1 de dezembro de 2015, a COP21 (21.^a sessão anual da Conferência das Partes das Nações Unidas de 1992 – Convenção-Quadro sobre a Mudança do Clima) procurou responder a esse repto. Aprovado por 195 nações, o [acordo](#) aí alcançado afigura-se um marco de mudança paradigmática que, na luta contra as AC, reconhece a necessidade de integrar o contributo de todos (países desenvolvidos e menos desenvolvidos), numa ótica de justiça na distribuição de esforços e responsabilidades. Por outras palavras, o Acordo de Paris parece emergir como uma nova arquitetura de governança ambiental global que, no combate às AC, se pretende fundamentalmente transversal, equilibrada, ambiciosa e duradoura (ver o [comunicado de imprensa do Ministério do Ambiente sobre o acordo de Paris](#)).

Importa acautelar que esta abrangência se mantém para além dos princípios assumidos e aproveita a mobilização ímpar que implicou a participação de mais de 190 países nas deliberações. O acordo de Paris inclui um compromisso de corte nas emissões de CO₂ e reconhece que os países industrializados (os infratores mais óbvios e inequívocos) devem contribuir para a adaptação dos países em desenvolvimento. No entanto, sobretudo entre os representantes destes últimos, a desconfiança parece manter-se, no mínimo, a par da esperança que agora se renovou. Após o fecho da Conferência de Paris, os media internacionais referiram

cerca de cem mil milhões de dólares previstos para ajudar os países em desenvolvimento nesta empreitada contra as AC. Todavia, rapidamente chamaram a atenção para o facto de o acordo não especificar como e quem deve pagar e quem tem responsabilidades específicas. Veremos se os próximos anos (em que se espera que o acordo venha a ser ratificado pelos diversos países e organizações internacionais que o assinaram) não nos reservam surpresas desagradáveis e transformam uma vitória declarada num saco de promessas vazias e inconsequentes.

João Guerra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

As alterações climáticas e o ordenamento do território: ameaça e oportunidade

Alfredo Leal Franco

📅 20 de junho de 2016

As alterações climáticas aparecem geralmente como o **ambiente em risco** e **uma ameaça para a humanidade**, mas também podem ser vistas como uma oportunidade para estimular uma mudança estrutural que favoreça a resolução de outros problemas. Analisaremos esta questão na perspectiva da intervenção do ordenamento do território nos processos de adaptação às alterações climáticas.



Fonte: Cartoon de John Ditchburn via [Inkcinct](#)

Em qualquer sociedade existe um modelo de desenvolvimento com um paradigma subjacente que funciona como matriz e referência principal das dinâmicas socioeconómica de um país, assim como da orgânica da sua

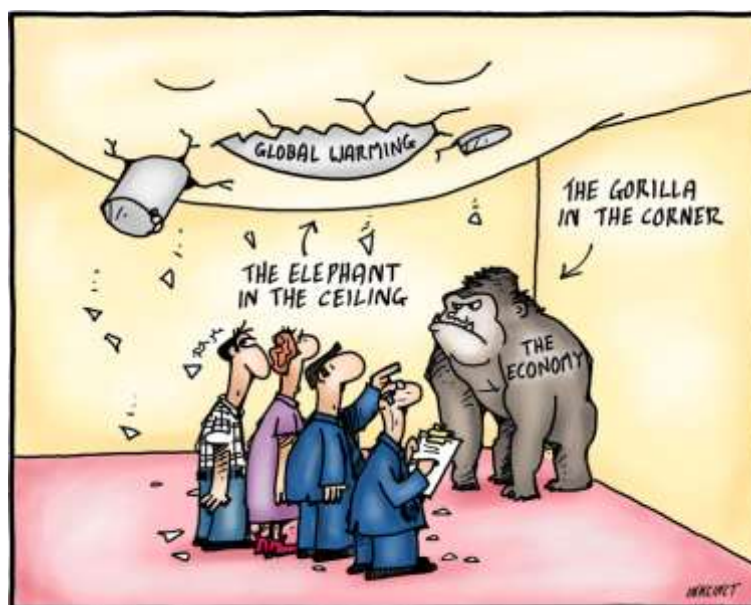
governança. O paradigma de desenvolvimento comum a todos os países tem sido o capitalismo e, nesse âmbito, confrontam-se hoje em dia os modelos de crescimento económico sem limites e o de desenvolvimento sustentável, sendo que o primeiro dá a primazia à economia, secundarizando os aspetos sociais e ambientais, e o segundo salienta a relação virtuosa que deve existir entre essas as componentes económica, social e ambiental numa ótica de longo prazo. As visões de ordenamento do território são condicionadas pelos modelos de desenvolvimento dominantes e, enquanto política pública, pelo papel que o Estado elege na sua relação com a sociedade.

O ordenamento do território tem dois momentos face às alterações climáticas de origem antropogénica, o antes e o após. No antes de elas evidenciarem a sua existência assim como os seus fortes impactos, já se confrontava com grandes desafios devido às mudanças aceleradas de diversa índole ocorridas a nível mundial: globalização, mudanças demográficas, tendências de urbanização, com a criação de grandes cidades, e de litoralização, na maior parte das vezes com a ocupação de zonas de risco, aumento do consumo de solo com a expansão das zonas urbanas, consumo excessivo de recursos naturais finitos para além da sua capacidade de regeneração e produção de uma carga cada vez mais insustentável de resíduos. Todas estas alterações aconselham a reconfiguração das visões e práticas de ordenamento do território.

No após, a emergência crescente das alterações climáticas complexifica muito mais os anteriores desafios. Existe hoje uma crise generalizada do crescimento económico sem limites, agravada pelos impactos das alterações climáticas que continuarão no futuro, com uma intensidade, frequência e duração cada vez maiores. As alterações climáticas podem mesmo ser vistas como a expressão duma doença mais profunda na sociedade moderna, em que os processos e valores dominantes da economia política concentram crescentemente a riqueza numa minoria, tomando como **aceitáveis a injustiça social e as externalidades ambientais** negativas.

Como resposta às alterações climáticas, as estratégias de adaptação entram nesta equação a montante e a jusante. A montante, apresentam um modelo de intervenção que vai influenciar o ordenamento do território, de modo a que este incorpore e dê resposta a essa nova realidade. Mas para além da adaptação, o

ordenamento do território lida com um conjunto de outras questões e interesses, que podem ser conflituosos ou mesmo contraditórios com as necessidades da adaptação às alterações climáticas. Assim, a jusante as soluções de ordenamento do território decidirão pela opção que estiver mais em conformidade com o modelo de desenvolvimento existente, indo determinar o tipo de adaptação que irá ser implementado. O ordenamento do território (OT) deverá então encontrar soluções que possam reforçar sinergias entre os diversos interesses em presença, limitando os conflitos, nomeadamente a **tensão entre o modelo de adaptação às alterações climáticas que em princípio seria o mais indicado e o que terá de ser adotado face aos modelos dominantes de desenvolvimento e de OT existentes.**



Fonte: Cartoon de John Ditchburn via [Inkcinct](#)

Na perspectiva de funcionamento *top-down* atualmente vigente a nível generalizado, o modelo de desenvolvimento em vigor (entre outros possíveis) vai determinar o modelo de ordenamento do território (entre outros possíveis), que por sua vez vai determinar que modelo de adaptação às alterações climáticas (entre outros possíveis) poderá ser posto em prática. Nesta perspectiva, pode constatar-se que as assimetrias do poder determinam **para quem, onde e quando os impactos das alterações climáticas são sentidos e o leque de recursos para a recuperação** das situações deles resultantes. Mas numa perspectiva alternativa de *bottom-up* é possível percorrer o percurso inverso de relações de influência, podendo haver até uma utilização simultânea destas duas perspectivas numa procura das soluções mais adequadas.

As alterações climáticas, com os seus impactos, contribuem para aumentar a crise global existente, de modo que a sua superação e consequente mudança de modelo também deverão ocorrer a nível global. Assim, reforça-se a necessidade de alterar a visão vigente de ordenamento do território, mesmo ao nível do quadro do modelo de desenvolvimento existente, o que não invalida que se coloque seriamente a hipótese de mudança do próprio modelo de desenvolvimento. E qual será esse novo modelo de ordenamento do território?

Criando uma resposta a esta questão, João Ferrão refere que existe um “amplo consenso quanto à necessidade de [adotar] novos valores em relação ao território e às práticas de ordenamento do território” (Ferrão, 2011, pg. 124) e que o que está em jogo é uma nova cultura, uma “cultura de território, uma cultura de ordenamento de território, uma cultura da aprendizagem, (...) uma cultura de mudança e de inovação social” (*idem*, pg. 124). Assim, quanto à visão de ordenamento, propõe a “adopção de concepções neomodernas” e de uma “política de ordenamento mais eficiente e resiliente, mas também mais justa e democrática” (*ibidem*, pg. 133).

Será que as novas visões de ordenamento do território e de desenvolvimento propostas face às alterações climáticas vão também poder dar resposta a outros problemas existentes nas sociedades atuais? Será que irão implicar o repensar do modelo global da sociedade e produzir propostas para uma mudança mais ou menos profunda do seu paradigma e dos seus modelos a nível generalizado? Nesta perspetiva, a forte ameaça que as alterações climáticas representam para a sociedade poderá conter em si o germe das condições para aproveitar esta grande oportunidade para a resolução dos seus principais problemas.

Alfredo Leal Franco é aluno de doutoramento no Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

COP-22: o fim das ilusões e a aliança ‘oleogarca’ EUA-Rússia

João Camargo

📅 8 de fevereiro de 2017

Com o fim da 22ª Conferência das Partes—COP 22 da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas, que decorreu em Marraquexe, terminaram também muitas das suas ilusões. Não tendo sido o colapso negocial da COP 15 de 2009, em Copenhaga, aqui colapsou a esperança de se atingir o Acordo global preconizado na COP 21 em Paris.

Ilustração da aliança entre Trump e Putin



Fonte: João Camargo

A mudança de presidente nos Estados Unidos foi devastadora para as Nações Unidas e para um caminho negocial rumo a um futuro climático seguro. Se havia algum conforto na ideia de que os líderes mundiais tomariam a decisão correta

para evitar o caos climático que significa atingir e ultrapassar os 1,5°C de aumento da temperatura média até 2100, apesar de decorridos 22 anos de negociações a meio-gás, tal conforto acabou em Marraquexe.

O resultado de 15 dias de negociação foi muito magro e sem avanços em assuntos-chave, como seja o apoio financeiro a políticas de adaptação nos países mais ameaçados; a adoção de uma metodologia comum para a medição das emissões de gases com efeito de estufa; ou uma maior ambição para as propostas de cada país, cuja soma perfaz um aumento de temperatura média acima dos 2°C.

A eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, um candidato que sempre rejeitou a existência das alterações climáticas e prometeu rasgar o ‘Acordo de Paris’, dominou a cimeira desde quase o início. Tal foi solo fértil para a inércia de uma COP que se anunciava de ação. A hesitação das últimas COP em avançar para um acordo climático seguro, principalmente por parte dos países mais ricos e poluidores, aqueles que teoricamente menos sofrerão com os efeitos das alterações climáticas, continuou.

O futuro dos Estados Unidos em relação às negociações internacionais sobre as alterações climáticas é incerto e pode passar pelo abandono da Convenção-Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas—tornando-se o único país não-subscritor, ou seja, um autêntico ‘Estado-Pária’, bem como pela renúncia do Acordo de Paris, ou, simplesmente, pelo uso do pretexto do seu carácter não-vinculativo para acelerar a produção e o consumo de gás, petróleo e carvão. Hoje, depois de olharmos para o programa energético de Donald Trump [no site](#) da Casa Branca, sabemos que é isso que fará.

Em relação a Portugal, o primeiro-ministro anunciou em Marraquexe que o país será “carbono-neutro” em 2050. Levada a sério, esta decisão enterraria a questão da exploração de gás e petróleo. Mas confiar em anúncios feitos em encontros internacionais não chega, pelo que é importante continuar a tornar totalmente clara a necessidade de cancelar todas as [15 concessões](#) atribuídas para a prospeção e exploração de combustíveis fósseis tanto em mar como em terra.

A este respeito, o governo de António Costa deu uma no cravo e outra na ferradura. Ao mesmo tempo que [cancela os contratos da Portfuel](#) de Sousa Cintra para avançar com furos em terra no Algarve e questiona um dos quatro contratos

para exploração no mar, autoriza a ENI e a GALP a **começarem a furar** no mar ultra-profundo ao largo de Aljezur.

***Sessão de coletivos internacionais na COP 22 sobre a luta popular
contra os combustíveis fósseis***



Fonte: Fotografia de João Camargo

A convocatória politicamente mais clara que saiu de Marraquexe foi a **posição**, assumida por mais de 400 organizações de todo o mundo, incluindo portuguesas, de rejeição de novos projetos de exploração de combustíveis fósseis em qualquer lugar do mundo. Esta é vista como a única possibilidade para manter a subida de temperatura média abaixo dos 2°C. Ou seja, nenhum novo projeto de fósseis deve avançar.

De regresso a casa, milhares de participantes e ativistas sabem que ainda está muito por decidir em relação ao futuro climático e à viabilidade do Acordo de Paris. Talvez o futuro resida em acordos multilaterais mais fortes. Ou talvez a precipitação de eventos climáticos extremos force a mão mesmo dos mais empedernidos defensores dos fósseis. Até lá, cada projeto para produzir mais gases com efeito de estufa, como sejam projetos de exploração de petróleo, gás e carvão, ou novos oleodutos, gasodutos, portos de Gás Natural Liquefeito, entre outros, serão os novos campos de batalha em que populações e ativistas lutarão por um futuro climaticamente justo e seguro.

Em Portugal, a muito breve prazo, estes campos de batalha estarão em toda a costa. A aliança Putin-Trump para relançar a indústria petrolífera com a perfuração do Ártico, o acelerar da revolução do *fracking*, assim como o retomar da construção de gigantescos oleodutos—o **KeyStone XL** e o **Dakota Access Pipeline**—que tinham sido suspensos por Obama, garantem-nos que esta luta contra os fósseis será central nos próximos anos.

João Camargo é aluno de doutoramento no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Relações entre alterações climáticas e segurança

Renate Kottel Boeno

 31 de maio de 2017

O debate académico—uma das forças motrizes dos estudos sobre segurança—tem salientado a relevância crescente da interrelação entre alterações climáticas e segurança. Nesse sentido, os relatórios do Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) e do United Nations Office for Disasters Risk Reduction (UNISDR), os discursos securitizadores e as pesquisas científicas têm apresentado um denominador comum: o alerta de que as alterações climáticas, os desastres decorrentes de eventos climáticos extremos, a urbanização desordenada e a escassez de recursos naturais potenciam e agravam os problemas sociais e económicos, destacadamente nos países em desenvolvimento. Esses obstáculos fragilizam a segurança do Estado e da população, ameaçando o bem-estar individual, coletivo e estatal, bem como o ambiente e demais sistemas, indicando-os como ameaça à paz e exacerbando vulnerabilidades e tensões existentes—favorecendo a ocorrência de conflitos.

Atuação de militares em ação conjunta para socorro a desastre natural nos Estados Unidos da América



Fonte: “Sandbags for colorado flood” de Nicole Manzanares, CCO, via Wikimedia commons

Segurança, tradicionalmente, tem sido entendida como o conjunto de interesses políticos de grupos específicos, sob um discurso de forte influência militar, com a finalidade de proteger o Estado de ameaças internas ou externas, bem como de outros perigos que possam prejudicar interesses e valores da sua sociedade. A partir dessa perspectiva tradicional, segurança mediria a ausência de ameaça e de guerra.

A partir do fim da II Grande Guerra, com a bipolaridade estabelecida pela Guerra Fria, o estudo sobre segurança estimulou o interesse do meio civil, ampliando o debate dos estudos estratégicos. Concomitante a essa discussão, outras ameaças e riscos, não militares, emergiram nas décadas de 70 e 80 do século passado. Esses estudos tiveram implicações na expansão do conceito tradicional de segurança, abordando, para muito além do poder militar e da proteção do Estado, a eliminação e/ou redução das ameaças— ambientais, sociais, económicas, sanitárias, entre outras—que impediam o bem-estar de grande parte da população mundial.

As organizações ambientais, segundo **Angela Oels**, foram as instituições pioneiras a abordarem as alterações climáticas como uma questão de segurança, com o objetivo de mobilizar ações de mitigação para evitar migrações em massa devido aos eventos extremos climáticos. Isso ocorreu porque países como os Estados Unidos da América e a Austrália, por exemplo, resistiram a aceitar os dilemas decorrentes das alterações climáticas, permanecendo inertes ao tema. O debate académico desenvolveu-se a partir de **Norman Myers** e seus estudos sobre refugiados ambientais. A partir de então, tem-se investigado as relações entre superpopulação, escassez de recursos naturais, migrações em massa, possibilidade de conflitos e segurança. Para os ambientalistas norte-americanos, ainda hoje a visão das alterações climáticas como ameaça à segurança seria o modo mais convincente de o governo agir e tornar as alterações climáticas uma prioridade política.

O **relatório** sobre alterações climáticas e segurança internacional elaborado por Francisco Javier Solana Madariaga e aprovado pelo Conselho Europeu em 2008 abordou questões sobre segurança e alterações climáticas, apresentando a existência de grande probabilidade de desestabilização e violência em sociedades mais vulneráveis às alterações climáticas, posicionando a segurança nacional e

internacional num novo grau de risco. No entanto, o documento sugeriu que a possibilidade de as alterações climáticas serem reconhecidas pela comunidade internacional como ameaça à humanidade estabeleceria novos caminhos para evitar suas consequências negativas se fosse adotada uma política climática dinâmica e globalmente coordenada.

Outro aspeto importante a ser destacado, nessa perspetiva, refere-se à probabilidade também elevada da **substituição da ampliação da capacidade militar** para intervir em conflitos pela expansão da capacidade de os setores militares e civis atuarem em conjunto em desastres decorrentes de alterações climáticas.

Helicóptero norte-americano monitoriza inundações em Bangkok em Outubro de 2011



Fonte: “Bangkok” by Jennifer A. Villalovos, CCO, via Wikimedia Commons

Michael Brzoska, ao estudar a ligação entre alterações climáticas e segurança nos documentos de estratégia de segurança e de planeamento de defesa dos países, concluiu que o pensamento predominante é o de que as alterações climáticas estão relacionadas com segurança como uma questão de **segurança ambiental**, e não sob a ótica de **conflito ambiental**. Esse cenário das alterações climáticas como um óbice ao bem-estar da população restringe a ação dos agentes de segurança, particularmente das forças armadas. Consequentemente, a gestão de desastres para lidar com as consequências de eventos climáticos extremos é apontada, nos

documentos de planeamento de defesa, em termos de política estratégica para alterações climáticas, como a principal missão das forças armadas, ou seja, sobressai o viés humanitário nas atividades militares relativamente à segurança sob um enfoque ambiental.

Brzoska retratou, ainda, a existência das seguintes medidas concretas que têm sido empregadas pelas forças armadas, nomeadamente nas grandes potências mundiais, no tocante às alterações climáticas: preparação para atuação militar externa em missões de ajuda humanitária; economia de energia e redução das emissões de gases com efeito de estufa pelas forças armadas; reforço das forças armadas na adoção de medidas de emergência. O viés bélico na atuação das forças armadas em prováveis conflitos decorrentes de alterações climáticas não se encontra esmiuçado na maioria dos documentos analisados.

Para o autor, a maioria dos países concebe as forças armadas como uma importante organização no combate aos desastres decorrentes de alterações climáticas, particularmente na gestão de desastres e situações de emergência. O fator essencial a ser elencado, nessa linha de pensamento, seria capacitar os recursos humanos militares para atuarem especificamente nesse tipo de atividade decorrente de eventos climáticos extremos, pois verificam-se um consenso e uma tendência global quanto ao crescimento da capacidade de gestão de catástrofes, a longo prazo, pelas forças armadas.

O cenário atual aqui descrito indica que, independentemente de a relação entre segurança e alterações climáticas seguir pelo viés humanitário e/ou bélico, novas ameaças compõem os riscos à segurança. Além das tradicionais ameaças de cunho militar, identificam-se, hoje, as não militares, entre elas a ambiental. Assim, o Estado deixou de ser o único sujeito ameaçado a ser protegido, pois indivíduos, ambiente, grupos sociais, entre outros, passaram a ocupar o mesmo *status*. Por fim, o **setor militar** deve estar preparado para estes e outros desafios futuros, que orientam a sua formação e influenciam as suas atividades.

Renate Kottel Boeno é aluno de doutoramento no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Um americano em Paris

Luísa Schmidt

 21 de junho de 2017

Não foi surpresa. A desvinculação dos Estados Unidos da América do Acordo de Paris tinha sido anunciada e está em linha com a lamentável atitude política da facção extremista que tomou conta do Partido Republicano nos EUA.

A figura que a representa – Donald Trump – tentou fazer passar a ideia de que não está contra um Acordo, mas que pretende negociar os termos de modo mais favorável à América.

Protesto nos EUA contra Trump



Fonte: "Climate J20" de Julia DeSantis is licensed under CC BY, via Flickr Creative Commons

É um logro. A América é o país que mais emissões lançou para a atmosfera durante mais tempo. Querer negociar uma posição mais favorável para si é não só moralmente inaceitável como inviável. O mundo não é um subúrbio da América e os outros países não são uma ralé que o poder americano trata conforme entende.

O mundo é a comunidade dos seres humanos no seu planeta único e o Acordo de Paris foi não só um acordo sobre as emissões, mas também um acordo entre os humanos para se salvarem, salvando o planeta onde existem. Não foi um torneio entre musculaturas políticas para triunfo do mais forte.

Este é o ponto mais inquietante da decisão facciosa da atual Casa Branca: o 'suprematismo' americano e o respetivo delírio de que a América se pode salvar sozinha e o resto do mundo que se amanehe.

Esta decisão isola a América, aprofunda o seu declínio e mascara isto por detrás da euforia que lhe dá o gesto afirmativo de poder. É tudo de muito mau augúrio. A começar para a própria América, minada que está por gravíssimos problemas de divisão interna com tremendos reflexos sociais e perante uma grave vulnerabilidade aos problemas que se prepara para agravar com esta decisão presidencial. Uma lástima, portanto.

A primeira e mais direta consequência negativa da decisão destes radicais que tomaram a presidência dos EUA será, segundo o instituto alemão [Climate Analytics](#), o potencial aumento das emissões de 3,5% nos Estados Unidos e respetivo aumento da temperatura global, desencadeando a espiral de consequências climáticas ruinosas para inúmeras sociedades e sistemas ecológicos no mundo, incluindo a própria sociedade americana e o seu património ambiental.

A segunda consequência será unir o resto do mundo em torno do projeto global que o combate às alterações climáticas representa, o que implicará quase que inevitavelmente a ascensão liderante da China em detrimento dos EUA.

Por outro lado, também sublinhará o papel da Europa no plano científico, técnico e, o que é mais importante, moral – o que já não acontecia há muito tempo e sobretudo desde os colonialismos.

Terá ainda como consequência uma renovada mobilização do interesse público para a questão das alterações climáticas e das energias renováveis, o que não deixa de ser uma espécie de 'efeito perverso' positivo. Vejam-se as inúmeras reações despoletadas um pouco por todo o mundo, a começar pela própria América, onde 400 cidades já se comprometeram a reduzir as emissões de carbono, 30 das quais pretendem fazer uma transição para energia 100% limpa

na próxima década... Onde Elon Musk (da Tesla) e Bib Iger (da Disney) deixaram o conselho consultivo da Casa Branca em protesto. Onde choveram as críticas de responsáveis pela Google, Microsoft, Twitter, Apple e Facebook, cujo presidente, Mark Zuckerberg sintetizou bem o que está posto em causa: “Deixar o Acordo de Paris é mau para o ambiente, é mau para a economia e coloca o futuro das nossas crianças em risco”.

Acresce que esta atitude de Trump põe inclusivamente em convergência, e até em aliança, entidades tão díspares como ONGA, empresas, deputados, artistas, cientistas... enfim, forças da sociedade civil – gerando aquilo que o sociólogo **Ulrich Beck** designa como ‘fenómeno de subpolítica’ – que ocorre quando entidades que não estão orientadas umas para as outras se unem em torno de um desígnio comum.

Por fim, esta decisão da atual Casa Branca gera também uma dinâmica de solidariedade com a maioria do povo americano, que se vê arrastado por decisões que não queria ver tomadas, como aliás bem o manifestou no voto presidencial, e cuja perplexidade só tem paralelo com a difícil situação a que forças políticas congéneres conduziram os ingleses nas últimas eleições.

A decisão que o Presidente dos EUA anunciou no dia 1 de junho de 2017 ficará na memória pela sua ambivalência. Por um lado, uma vergonha desgostante. Mas, por outro, e como efeito colateral, também o sinal de um relançamento de dinâmicas públicas mundiais baseadas no reconhecimento da ética de responsabilidade que todos temos uns perante os outros.

A decisão não podia ter sido mais lamentável; a perspetiva é, no entanto, a de esperança na Humanidade e no seu futuro.

Luísa Schmidt é socióloga e investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Securitização das alterações climáticas: um debate político com implicações para as forças armadas

Raul Boeno

 28 de junho de 2017

Enquanto o debate académico se tem ocupado em discutir conceitos paralelos, complementares e adjacentes ao de segurança, o debate político tem-se dividido entre securitizar e dessecuritizar o tema alterações climáticas.

Na Europa, a NATO (Organização do Tratado do Atlântico Norte), o maior bloco armado do planeta, semanas antes da realização da COP 21 (Paris/2015) emitiu a [Resolution 427 on Climate Change and International Security](#), demonstrando uma nítida postura securitizadora sobre o tema.

Esta resolução orientou os seus membros para aumentar a frequência e a participação de consultas militares, no seio da NATO, em assuntos ligados às alterações climáticas. Reforçou, também, a importância do assunto a ser tratado em Paris, devido aos futuros reflexos nos interesses da aliança na Europa e no mundo. Sobre a NATO, cabe lembrar dois pontos: o bloco incluiu as alterações climáticas como uma ameaça na sua atual estratégia de segurança e não é composto apenas por países europeus, como é o caso do Canadá e dos Estados Unidos da América (EUA).

Naquele mesmo ano, os EUA adotaram a sua National Security Strategy of United States of America ([NSSUSA](#)), inserindo as alterações climáticas ao mesmo nível de ameaça que os ataques terroristas e a proliferação das armas de destruição em massa. Como os meios militares são preparados a partir dos documentos de defesa e das ameaças neles elencadas, o setor militar dos EUA tem investido enormes somas de valores em pesquisa, formação de recursos humanos e aquisição de equipamentos para manter o seu poder bélico no patamar de hegemonia, focando-se principalmente em [novas fontes de energia](#) e

equipamentos sofisticados que permitam projetar as suas tropas em qualquer parte do globo onde existam interesses estadunidenses.

Estação militar de conversão energética, energia solar e eólica



Fonte: Navy Live

Em 2016, o Conselho da União Europeia emitiu a **Council conclusions on European climate diplomacy after COP21**, argumentando que a União Europeia espera que o Conselho de Segurança da ONU (CS ONU) continue a trabalhar sobre o tema alterações climáticas, devido às suas implicações na segurança internacional e nos interesses europeus. Ocorre que, ao levar o tema para o CS ONU, o tema passa a ser securitizado. Além disso, o Conselho de Segurança da ONU já se reuniu (2007, 2011 e 2013) para tratar das alterações climáticas e segurança internacional, e três dos cinco membros permanentes do conselho fazem parte do problema – grupo dos maiores emissores de Gases de Efeito de Estufa (GEEs) do planeta (EUA, China, Rússia).

Ainda em 2016, a **Declaração de Porto de Espanha** indicou que o setor militar do continente americano também está atento ao debate, reconhecendo que as alterações climáticas vão impactar as atividades das forças armadas. Segundo os Ministros de Defesa dos países da América, existe consenso de que as alterações climáticas devem ser entendidas pelos políticos, atores responsáveis pela tomada de decisões políticas e líderes militares como ameaças potenciais que podem desafiar a prontidão militar.

Desastres como o furacão Matthew (Jamaica, Cuba, República Dominicana, Bahamas e, especialmente, o Haiti/2016) mostram que muitos dos desafios que o mundo enfrenta, como as alterações climáticas, não respeitam fronteiras nacionais ou regionais. Os impactos das alterações climáticas, que aumentam a frequência, escala e complexidade de futuras missões das forças armadas, incluindo o apoio da defesa às autoridades civis, podem, ao mesmo tempo, minar a sustentabilidade de infraestruturas críticas, instalações e bens essenciais que sustentam as atividades das forças armadas. Nesse sentido, existe a necessidade de aumentar a capacidade do setor de defesa e segurança para mitigação ou **adaptação** aos efeitos das alterações climáticas nas operações e instituições de defesa.

Em 2017, o Ministério da Defesa do Brasil lançou o inédito **Livro Verde de Defesa** com o título “Defesa e Meio Ambiente – Preparo com Sustentabilidade”. Esse livro tem o objetivo de divulgar as boas práticas de gestão ambiental executadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas do Brasil.

Além disso, o livro também apresenta informações sobre as medidas de proteção, preservação, sustentabilidade e recuperação; e sobre as operações em apoio aos ecossistemas por meio das quais as Forças Armadas participam do esforço global em prol do ambiente.

Exército brasileiro em ações subsidiárias



Fonte: Notícias do Dia

Recentemente, o Presidente Donald Trump anunciou a retirada dos EUA do **Acordo de Paris**, alegando incompatibilidades com os interesses económicos

estadunidenses. Ocorre que os investimentos no setor militar já estão em andamento e dificilmente serão interrompidos antes da adoção de uma nova National Security Strategy of United States of America (NSSUSA). Sobre isso, cabe pontuar que justamente o setor militar poderá ser, pelo menos por enquanto, o **defensor da manutenção da participação dos EUA no Acordo de Paris**. Pois uma interrupção nos processos em andamento significaria, em última análise, uma fragilidade dos seus projetos estratégicos que poderia comprometer as suas forças armadas.

A postura oposta e desafiadora adotada pela China de se manter no Acordo de Paris deu um impulso no sentido de sustentar o Acordo e incentivar os demais países a cumprirem aquilo com que se comprometeram perante a comunidade internacional. Ironicamente, sobre isso cabe lembrar que Matthew Glass, na sua obra de ficção intitulada *Ultimatum* (2009), previu que a situação seria a inversa: no futuro, os EUA enfrentariam a China por causa da sua recusa de reduzir as suas emissões de Gases de efeito de estufa.

Como contraponto da securitização, a **dessecuritização do tema alterações climáticas** se apresenta como alternativa para aumentar o nível de confiança entre os povos, sendo obtida por intermédio da ajuda mútua e pelo reforço aos mecanismos de resolução de conflitos, impedindo o avanço do tema para a agenda de segurança internacional.

Assim, como reflexão deste breve contributo fica a perceção de que, independente do tema ser securitizado ou dessecuritizado, o setor militar tem permanecido atento ao debate político sobre as alterações climáticas porque elas têm exercido influência nas atividades desenvolvidas pelas forças armadas, bem como na infraestrutura de defesa dos países.

Raul Boeno é aluno de doutoramento no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Alterações climáticas: um contramovimento global em ação

Luiz Carlos de Brito Lourenço

 20 de setembro de 2017

Para enfrentar os negacionistas das alterações climáticas, mais do que resistir com intervenções práticas, é necessário um contramovimento de confronto com robustos argumentos científicos. Em última análise, foi o que sugeriu o apelo do Prêmio Nobel da Paz de 2007, Rajendra Pachauri. Ao encerrar uma breve palestra no Instituto de Ciências Sociais (ICS) da Universidade de Lisboa, em 30 de maio de 2017, na qualidade de ex-presidente do IPCC, conclamou a audiência à contínua divulgação dos riscos das alterações climáticas em vista dos desvios na Casa Branca.

O presidente dos EUA, Donald Trump, começou no plano interno a cumprir sua **promessa eleitoral** de deixar o **Acordo de Paris**. Em 28 de Março de 2017, revogou decisões de Obama que amparavam a mitigação dos impactos das alterações climáticas, segurança nacional e energia limpa.

No plano externo, a ansiada **renúncia aos compromissos dos EUA** veio às vésperas da Cimeira de Taormina do G-7, da qual ecoou o brado de seis outros países pela pronta implementação da declaração de **Ise-Shima**. Na Filadélfia, em junho passado, Trump justificou o recuo em decorrência das “medidas financeiras e económicas draconianas impostas aos EUA”, pois o Acordo causaria a perda de 2,7 milhões de empregos (cálculo da NERA, a consultadoria das mineradoras). Confiante, disse-se livre do **Green Climate Fund** (“um nome giro!”, zombou) e das obrigações de se atingir os USD 450 mil milhões a partir de 2020 para reduzir emissões de gases com efeito de estufa (GEE) e adaptações a desastres naturais. **Acusou o favorecimento da China**, que “aumentará suas emissões de forma escalonada por 13 anos, com centenas de novas centrais eléctricas alimentadas a carvão”. Segundo o **Greenpeace**, até então, uma média de 4 usinas por semana eram autorizadas na China.

O pronunciamento foi saudado como “a restauração histórica da independência económica norte-americana”. Trump valeu-se da realidade interna de que a **crise de confiança** nas alterações climáticas associa-se à evolução do mercado de trabalho desde 2008. De forma idêntica, em 2010, os investigadores do *National Bureau of Economic Research (NBER)* realizaram um inquérito no país que apurou a noção de que mais desemprego implica uma menor probabilidade de crença nas alterações climáticas (**NBER, 2010**).

Exploração de carvão em Gillette, no estado do Wyoming, EUA, 2013



Fonte: “Surface coal mine detail, Gillette, Wyoming” by Greg Goebel is licensed under CCBY-SA, via Wikimedia Commons

Tradição de resistência

O espírito pioneiro e progressista californiano animou um contramovimento. Em seu quarto mandato, o **governador Jerry Brown**, ao reconhecer os fatos como um “desafio à ciência”, afirmou: “A **Califórnia resistirá** ao curso insano e equivocado dessa ação”. Afinal, naquele estado surgiu a primeira legislação do planeta sobre qualidade do ar (Air Sanitation), depois que Los Angeles conheceu o smog (smoke + fog) em 1943. Foi o CalTech que confirmou a toxicidade do ozônio, fonte primária do odor e do nevoeiro que provocavam irritações à visão e problemas respiratórios.

Em 1967, o então governador Ronald Reagan constituiu a *California Air Resources Board*, um colegiado para controlar a poluição dos veículos, que mais

tarde inspirou a adoção do *Clean Air Act*, de 1970, executado pela EPA. Washington fez uma concessão especial à Califórnia para estabelecer seus próprios níveis de segurança e exigir das indústrias veículos mais eficientes no uso de hidrocarbonetos e na emissão de monóxido de carbono ([ver vídeo](#)).

O mercado atendeu à riqueza concentrada naquele estado, que se equivale à França (14,1% do PIB norte-americano; USD 18.456 mil milhões em 2016), com crescente aumento da população (hoje, 39,3 milhões de pessoas, das quais 26,4 milhões têm carta de condução). Ali se deu um crescimento urbano planeado com largas vias de acesso incentivando a cultura do automóvel para reunir a maior frota do país, com 35,3 milhões de veículos ([BEA/USDC, 2016](#)) ([Califórnia DMV, 2017](#)). Registe-se que, em 1998, quando Bush não ratificou o Protocolo de Kyoto, a Califórnia compensou o planeta em 2002 com uma lei de redução dos GEE, estabelecendo certificações e programas de incentivos específicos.



Tal autonomia levou [Brown](#), em [06/06/2017](#), durante visita ao presidente da China, [Xi Jinping](#), a fechar um acordo de cooperação na implementação do Acordo de Paris. O contramovimento avança com mais nove outros governadores, desde a Nova Inglaterra até o Havaí. O grupo Climate Mayors reúne capitais e megacidades, incluindo Pittsburgh (na Pensilvânia do carvão e aço). Ao todo, [1.200 personalidades](#) afirmam *We are still in* contra o negacionismo.

Fonte: “Don't Frack CA” [Brooke Anderson](#) is licensed under CC BY, via [Flickr Creative Commons](#)

Migrações para o Noroeste

Em seu favor, a revista *Science*, de [30 de junho de 2017](#), revelou os danos potenciais para os EUA causados pelas alterações climáticas em diversas situações, segundo o *Climate Impact Lab*, projeto de investigação da Escola de Políticas Públicas da Universidade da Califórnia-Berkeley e das universidades de

Chicago e Rutgers (New Jersey, EUA). Considerando que as alterações climáticas aumentam a imprevisibilidade e a desigualdade do futuro económico, o artigo adotou uma complexa metodologia que criou uma “*função dano*”, qual seja, a relação dos impactos da “temperatura da superfície média global” e os “custos do mercado e do não-mercado” nos EUA. Contudo, este estudo não se limita aos EUA.

O *The New York Times*, de 22 de junho de 2017, retratou os efeitos da elevação da temperatura: excesso de dias extremamente quentes (média de 35° C). A capital Washington pode chegar a ter em um ano nessas condições o mínimo de 14 dias e o máximo de 29 dias. Tal fenómeno afetaria todo o planeta: em latitudes semelhantes, Madrid teria 8 a 43 e Pequim 9 a 35; a menor latitude faria Nova Deli ter entre 137 e 200 dias.

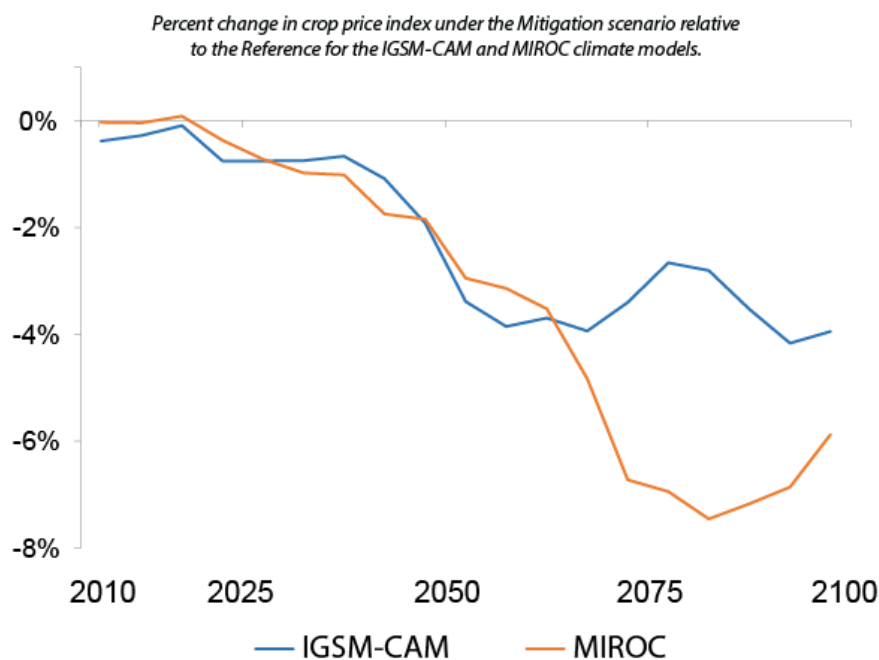
As médias consideradas como “prováveis” têm aqui 2/3 de chances de confirmação. Porém, o pior cenário é improvável, na medida em que se espera substituir o carvão por fontes de energia limpa. Todavia, com temperaturas altas evidenciam-se mudanças a maior na demanda por eletricidade para o condicionamento do ar. Há estimativas de aumento de 3,2% da mortalidade na Índia para cada grau Celsius acima de 20°. O planeamento urbano vai requerer sustentabilidade, expandindo as áreas verdes, incluindo os telhados dos edifícios.

Ao analisar exclusivamente o território dos EUA, o *Financial Times*, de 30 de Junho de 2017, destacou uma advertência aos municípios mais pobres com temperaturas relativamente superiores, localizados costa a costa, na metade sul do país,. Enquanto o segmento de “10% dos municípios mais pobres” terá perdas de renda entre 8,5% e 20,3%, estima-se que o grupo de “10% dos municípios mais abastados” ou terão ganhos (ou “perdas negativas” de menos 0,4%), ou perdas efetivas de até 3% no máximo. Assim, a continuidade de emissões exacerbará a desigualdade entre as regiões, com reflexos no desemprego e efeitos na mortalidade, criminalidade e demanda energética. O terço mais pobre dos municípios norte-americanos pode perder até 20% de sua renda.

Portanto, deslocam-se para norte as condições ideais para futuras safras agrícolas, regiões mais ainda favorecidas com uma simultânea redução nas despesas médicas e no custo energético. No ritmo atual, ter-se-á a maior transferência de renda dos pobres para os ricos na história do país. Sobretudo, é

esperada uma aguda inflexão na curva do índice de preços agrícolas. Naturalmente, as temperaturas mais altas trarão uma queda no rendimento agrícola no leste dos EUA, afetando o *Grain Belt*, responsável pela maior produção mundial de cereais e oleaginosas, beneficiando e retomando no final do século o quadrante noroeste dos EUA, vastamente irrigado e hoje resiliente ao calor.

Figure 1 - Projected Change in National Crop Price Index Due to Global GHG Mitigation



For more information, visit EPA's "Climate Change in the United States: Benefits of Global Action" at www.epa.gov/cira.

Fonte: CIRA Report "Climate Change in the US: Benefits of Global Action", Environment Protection Agency (2017)

Futuro otimista?

Como suporte à assinatura do Acordo de Paris, a EPA divulgou o relatório *Climate Change Impact and Risk Analysis* (CIRA), em junho de 2015, que evidenciava benefícios com os compromissos no IPCC. No ano 2050, a mitigação global dos GEE por uma melhor qualidade do ar evitará a morte prematura anual de 13.000 indivíduos nos EUA (avaliadas em USD 160 mil milhões), e menos 57.000 mortes de pessoas até 2100 (USD 930 mil milhões). Tal monetização decorre de decisão da Câmara Consultiva Científica da EPA, para fins de análises custo/benefício de riscos ambientais à vida humana, estabelecer o cálculo do "valor de uma vida estatística" estimada em USD 9,45 milhões, base

2010, aos quais se somam o crescimento estimado do PI. Dessa maneira, poderiam ser aportados milhares de milhões de dólares por diversas regiões na forma de infraestruturas para recursos hídricos, por exemplo, entre outros benefícios.

Sendo a “qualidade da água” sensível às precipitações, aplicou-se um modelo com um cenário mais húmido (IGSM-CAM, MIT) e um cenário mais seco (MIROC, Universidade de Tóquio). As estimativas da EPA aqui foram construídas por especialistas do MIT e do Departamento de Energia dos EUA (DOE), com resultados para 2050 e 2100 sob aumentos de mais de 2° C além da média histórica. Dentre os principais benefícios, os agricultores poupariam USD 11 mil milhões por ano em colheitas ora perdidas motivadas por secas, enchentes e desastres semelhantes, preservando áreas de 4.500 km² em florestas.

Não se conhece o andamento do [CIRA](#), cuja página na internet está suspensa “para se refletir sobre as prioridades da EPA sob a liderança do Presidente Trump e do Administrador Pruitt”, procurador do Oklahoma, estado produtor de gás natural, cuja capital Tulsa ostenta com Houston a marca de “oil capital of the World”. A associação entre a indústria dos combustíveis fósseis e grupos políticos conservadores formariam um “eixo ideológico do mal climático”, segundo o economista [Paul Krugman](#).

“The Golden Driller – Welcome to Tulsa...”



Fonte: “The Golden Driller” - Welcome to Tulsa..” by [Tom Hart](#) is licensed under [CC BY](#), via [Flickr Creative Commons](#)

Enfim, fecham-se as cortinas do protagonismo da governança global alcançado por Obama, mérito reconhecido em *Before the flood* (2016), filme também exibido pelo ICS durante a [Clima Expo 360° realizada no MUHNAC](#). Sob Trump, os EUA criaram um isolacionismo inédito, que começa na fronteira com o avançado Canadá de Justin Trudeau. Oportunamente, Emmanuel Macron, novo

presidente da França, lançou a plataforma *Make the planet great again*, convite a todo mundo acadêmico para financiar projetos de investigação relacionados às alterações climáticas .

Além do Japão, o contramovimento cresceu impiedosamente a leste, pois conta com a China, o principal país gerador mundial de emissões de GEE, que anunciou “cumprir sua palavra”. Antes do encontro em Hamburgo do G-20 renovou seus votos *juntamente com a Rússia*, com quem divide interesses estratégicos no Ártico – a *Ice Silk Road*, evento que levantará riscos da navegação polar já conhecidos por *companhias seguradoras*, primeiramente nos territórios desses países, onde o acesso à informação é severamente controlado. Assim, este contramovimento acentua o afastamento dos EUA de um projeto global.

Luiz Carlos de Brito Lourenço é investigador na Universidade de Brasília e atualmente é investigador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Adaptação e pobreza rural em África: o caso de Moçambique

Carla Gomes

📅 8 de novembro de 2017

“**A**gora é que vimos que trabalhar na margem do rio fica feio”. O desabafo vem de um jovem camponês que entrevistei em 2015 nas margens do Lúrio, um dos grandes rios de Moçambique. As cheias desse ano engoliram impiedosamente as *machambas* (terrenos de cultivo) que as populações da aldeia tão laboriosamente tinham cultivado, pondo em risco toda a época de colheitas e precipitando uma crise alimentar. Mais uma.

No período que passei no Norte do país, em trabalho de campo, as chuvas foram de tal modo intensas que o governo declarou o estado de emergência. De acordo com o Ministério da Agricultura, **mais de 100 mil hectares** terão sido afetados. Seguiu-se, em 2016, o ‘alerta vermelho’ devido à seca extrema (Centro e Sul), alimentando uma ‘bola de neve’ de prejuízos de que as populações rurais dificilmente chegam a recuperar.

O Rio Lúrio, em Moçambique



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Não surpreende, portanto, que esta aldeia à beira do Lúrio esteja numa das zonas apontadas, em sucessivos estudos – entre os quais o último **relatório do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (IPCC)** –, como as mais vulneráveis aos eventos climáticos extremos. A generalidade dos estudos recolhidos pelo IPCC aponta para um aumento futuro da intensidade e frequência de secas, chuvas intensas e cheias. Além disso, a subida da temperatura irá favorecer a propagação de pragas e doenças. Os sistemas de produção baseados na cultura do milho, em especial no continente africano, estão entre os que suscitam maiores preocupações.

Face aos riscos de perda das colheitas, as populações destas zonas têm adotado as suas próprias estratégias de mitigação de riscos, que deverão ser tidas em conta no planeamento de futuras estratégias de adaptação. Nas proximidades do Lúrio, por exemplo, muitas pessoas optam por dispersar as culturas por várias machambas. Por um lado, ao cultivar as margens do rio, têm acesso a água todo o ano e não apenas durante a época de chuvas (novembro-abril). Por outro, ao cultivar outros terrenos mais afastados evitam perder a colheita por inteiro em caso de cheias mais graves.

Os sistemas baseados no milho serão os mais afetados



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

A dispersão das machambas permite, assim, rendibilizar os recursos naturais existentes, minimizando, dentro do possível, os riscos climáticos. Porém, os camponeses entrevistados nestas zonas reconhecem que o aumento da densidade populacional e da competição sobre as terras mais produtivas tem vindo a condicionar estas práticas. Um dos aspetos ainda pouco estudados neste contexto é o **impacto da ‘corrida às terras’**, por parte de investidores privados, ao longo da última década.

Crescente pressão sobre os recursos

O caso de Moçambique é paradigmático dos desafios que se colocam às populações rurais face às alterações climáticas. O país, que chegou a ser o mais pobre do mundo, ocupa ainda o 181º lugar entre 188 países no **Índice de Desenvolvimento Humano** das Nações Unidas (2017). Apesar das suas elevadas taxas de crescimento económico, a pobreza tem persistido nas zonas rurais, onde vive cerca de 80% da população. Mais de 70% depende da agricultura de subsistência, sobretudo de milho, arroz, feijão, mapira e mandioca.

Apesar do êxito na redução da pobreza a nível nacional desde o fim da guerra civil, há 25 anos, esta persiste entre as populações das zonas rurais, em particular no Norte e Centro do país. Os resultados da última **Avaliação Nacional da Pobreza** (2014/2015) revelam mesmo um aumento da pobreza rural nas províncias de Cabo Delgado, Niassa e Nampula em comparação com o anterior levantamento (2008). O Ministério da Agricultura aponta a falta de produtividade dos pequenos agricultores familiares, que **não se terá alterado nos últimos 50 anos**, como uma das principais causas para esta situação.

A concessão de terras a investidores privados – sobretudo na extração mineira, florestas e agricultura –, que disparou na última década, tem aumentado a competição pelas terras mais produtivas e acessíveis, próximas das principais estradas, rios e infraestruturas. Em Moçambique, estas concessões envolvem cerca de 3 milhões de hectares de terras aráveis, o equivalente a toda a terra cultivada pelos pequenos agricultores.

Em paralelo, surgem programas de desenvolvimento rural que favorecem o desenvolvimento do agronegócio em larga escala, como o **ProSAVANA** e o **Projeto de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio**, e que têm gerado intensa

controvérsia entre ONG e movimentos da sociedade civil. Receia-se sobretudo que haja expropriação massiva de terras, agravando ainda mais a vulnerabilidade e a insegurança alimentar das populações rurais.

FAO: “vamos ter de fazer mais com menos”

Apesar de todos os programas e investimentos para combater a fome no mundo, o facto é que ela está a aumentar pelo menos desde 2014. Existem atualmente cerca de 800 milhões de pessoas com fome e deverão ser mais 2 mil milhões até 2050, segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação (FAO). A propósito do **Dia Mundial da Alimentação**, que se assinalou a 16 de Outubro, a FAO recorda que a fome mata, todos os anos, mais pessoas que a malária, a SIDA e a tuberculose juntas.

O **Agricultural Model Intercomparison and Improvement Project** estima que até 2050 a produtividade global média da agricultura decline entre 5 e 7 por cento comparativamente a um mundo em que não houvesse alterações climáticas. A África Subsariana e o sul da Ásia deverão sofrer os piores impactos.

Milho afetado pelas cheias



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Esperava-se que o número de pessoas em risco de fome fosse declinando nos próximos anos, devido ao crescimento económico e ao desenvolvimento tecnológico, mas as alterações climáticas poderão anular os progressos feitos até aqui.

Um dos **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**, acordados na Assembleia Geral das Nações Unidas em Setembro de 2015, é “acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar, uma nutrição mais adequada, e promover uma agricultura sustentável”. Teremos de encontrar uma forma de duplicar a produção de alimentos nos próximos 30 anos para fazer face ao aumento da população global.

O grande desafio é alcançar o objetivo de uma forma social e ambientalmente sustentável. Aumentar a produtividade da agricultura, mas sem agravar a poluição química, a emissão de gases com efeito de estufa, a escassez de recursos naturais (como a água), e sem criar novos conflitos e problemas de justiça social. “Será necessário fazer mais com menos”, resume a FAO no relatório sobre o **Estado da Agricultura e Alimentação de 2017**.

Inevitavelmente, o recurso a Organismos Geneticamente Modificados (OGM), até agora raro em África, está na ordem do dia. Moçambique iniciou **em Agosto deste ano** os primeiros testes com uma variedade de milho resistente à seca e aos insetos, sob intensa controvérsia.

O certo é que as alterações climáticas vão exigir um esforço de adaptação da produção alimentar, que passa necessariamente pelo investimento na diversificação de culturas e em técnicas agrícolas **climate-smart**, que deverão ter em conta o potencial das práticas locais já existentes, adaptadas à realidade de cada região.

Neste contexto de crescente tensão, torna-se crucial investigar as realidades socioeconómicas que influenciam a resiliência climática e a segurança alimentar. O estudo das relações sociais a nível local, bem como das práticas de gestão dos recursos naturais, é determinante para prevenir uma degradação ainda mais profunda das condições de vida dos camponeses.

O contributo das ciências sociais – da sociologia à geografia humana – será, portanto, imprescindível para atingir os Objetivos do Desenvolvimento

Sustentável e para evitar que as alterações climáticas gerem retrocessos de desenvolvimento e graves problemas de justiça social.

Carla Gomes é aluna de doutoramento no [Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável](#) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e da School of International Development da Universidade de East Anglia (DEV-UEA). [Página Academia](#).

Agricultural risks, climate change and planning

António Sobrinho

 20 de dezembro de 2017

“Farmers must live with agricultural risks. Among them, meteorological risks may affect agricultural activity and farmers’ revenues. There are several ways to meet agricultural risks and insurance is one of them. By insuring their crops, farmers transfer risk to a third party, limiting their losses. However, uncertainty is an important factor to be taken into account, as there is more and more evidence of climate change affecting standard weather patterns. In that sense, insurance can play an important role in influencing land use planning, as well as setting guidelines for an efficient use of natural resources.”

Agriculture is a risky enterprise. It depends on numerous factors, some of them beyond human control. Nevertheless, one can consider three main ways to deal with agricultural risks, such as avoidance, prevention and assumption:

- risk avoidance seems to have a limited application as farmers cannot elude the uncertainties of weather (meteorological risks). It seems clear that avoidance is not the best way of meeting agricultural risks;
- risk prevention means the reduction of uncertainties through “improved facilities and techniques as well as organization”, as stated by P. K. Ray in his book “Agricultural Insurance (1981)”;
- risk assumption is a way to meet unavoidable risks through self-insurance or by transferring risks to a third party through insurance or speculation. While insurance offers protection in case of physical loss, speculation is basically a cover against probable loss of value.

Among agricultural risks, meteorological risks (e.g. excessive rain, hail, frost, strong winds, flooding, droughts, etc.) are under close surveillance, as extreme events are becoming more frequent and severe due to climate change evidence.

In Portugal, for instance, access to water is becoming a problem as hydric reserves have reached a critical point due to a severe drought and huge water demands as a result of the wild fires that have affected the country during summer 2017. This means that farmers and society as a whole require human intervention in order to cope with such demands and guarantee multiple usage of water through a judicious management.

Since a crop insurance system has been set up in the country on the 21st of September of 1979, farmers could insure their crops against several meteorological risks.

Risks covered by the crop insurance system at the time of its creation were as follows:

- extreme precipitation (above 10 mm in 10´);
- hail (solid precipitation as a spheroid);
- frost (ice deposits as a result of atmospheric water vapour sublimation, for several reference dates according to regional climatic characteristics of the country);
- strong winds (instant wind speed of above 80 km/h).

Along almost four decades, the Portuguese crop insurance system has been the object of several changes concerning risk coverage (e.g. more plants and risks) and some technicalities related to the production mode and claims, for instance. More information about crop insurance in Portugal can be found at the [IFAP](#) (Instituto de Financiamento da Agricultura e Pescas) website. Also at the website of [ASF](#) (Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões), one can find information on legislation concerning crop insurance.

Nowadays meteorological risks apply to almost all cultures, although for some of them there are several constraints foreseen in the legislation. The Portuguese crop insurance system is highly subsidized through EU funds. Even so, most of the farmers consider it expensive and they do not transfer their risks to a third party.

Actually there are a few reasons that make insurance expensive: they concern claims assessment and administrative costs, for instance. When a risk occurs,

physical damage evaluation should be performed by agronomists as a rule. This procedure is time consuming and represents a significant amount of money, and premiums become more expensive for the insured. Crop insurance does not attract as many farmers in Portugal as it should, basically due to the cost of insurance premiums.

Another way of risk transfer concerns speculation. Speculators “take upon themselves the chance of gain or loss through fluctuations in the value of certain commodities in the hands of producers, dealers or manufacturers”, as stated by P. K. Ray. This is much more a derivate product rather than an insurance product. Speculation, as described, is inexistent in Portugal.

Alqueva dam under construction

*Undertakings like the Alqueva dam required more than half a century to become reality.
Alqueva is viewed as a strategic water reserve for multiple purposes*



Fonte: Fotografia de António Sobrinho

The disruption of natural systems may cause serious prejudice to their sustainability. An example of that is the water diversion from the Douro water basin to the Spanish Levante, through the Tajo/Segura rivers, in order to irrigate orchards/gardens/golf courses in a semi-arid Mediterranean sub-region.

Such diversions affect the natural river flows and its biodiversity. Portugal, as a downstream country, suffers from the negative impacts of climate change as far as it concerns the water flows from its main international rivers (Minho, Douro,

Tejo and Guadiana). Experts and politicians, both Portuguese and Spanish, should discuss the current situation in order to make decisions on an equitable basis, regarding quantity and quality of water flows on a daily scale.

Fundamental decisions have to be made in order to assess the limits of our natural systems. This means that fundamental choices have to be made in order to set up priorities for water resources management, including solutions that may require social consensus. For instance, the decision to build or not to build a dam as water storage will be of fundamental importance to the irregularity of rivers' regimes due to climate change.

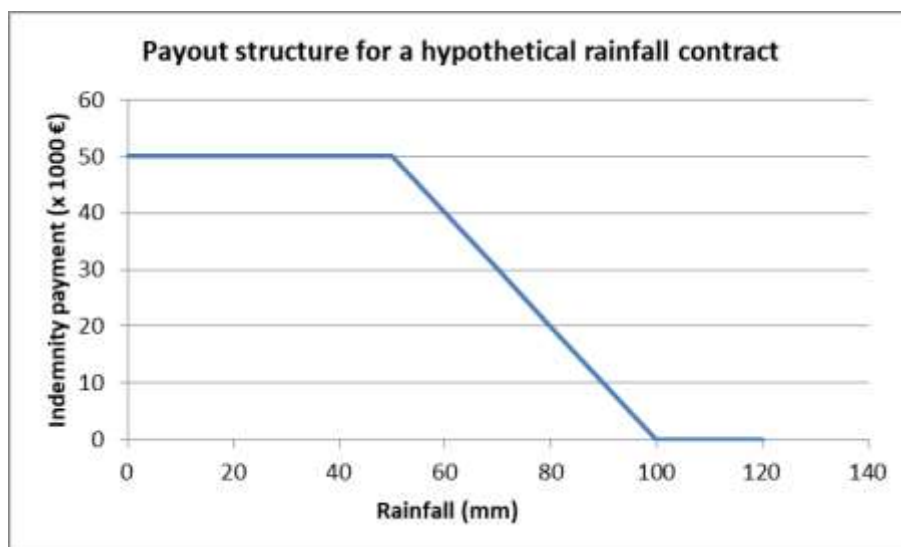
Insurance can play an important role influencing land use planning as well as setting guidelines for an efficient use of natural resources. This means that there should be incentives for farmers who decide to grow the most adequate species in less risk-prone areas, better adapted to topography, soil and water availability. On the other hand, an effort should be made in order to minimize the negative impacts on very small farms, on the use of poor farming practices, and on the access to subsidies and markets, for instance.

Besides the modalities above mentioned concerning risk assumption, a relatively new instrument known as weather index insurance (WII) is gaining ground, mainly in countries where weather networks are limited. The index should satisfy several properties (e.g. observable and easily measured, objective, transparent, independently verifiable, reported in a timely manner, consistent over time and experienced over a wide area).

As defined by the [World Bank](#), the WII “is a simplified form of insurance in which indemnity payments are based on values obtained from an index that serves as a proxy for losses rather than upon the assessed losses of each individual policy holder”. This index has to be based upon an objective measure (e.g. rainfall excess or deficit), having a straight correlation with the crop yield.

An example of a pay-out structure for a hypothetical rainfall contract is shown on figure 2. There will be indemnity payment if rainfall is below 100 mm. Maximum indemnity (50,000 €) is paid to farmers when rainfall is below 50 mm.

Figure 2 - Payout structure for a hypothetical rainfall contract



Source: Skees (2003)

WII is cheaper than traditional insurance due to its characteristics. This means that having done a previous study of the meteorological risks in order to define, for example, the risk profile, then it is possible to establish the layering of deficit rainfall risk by rainfall levels by risk retention, market insurance and market failure. Different parties could share the risk at micro, meso and macro levels and a pay-out structure for a hypothetical rainfall contract can be defined. There are no claims assessment and administrative costs are lower when compared to traditional insurance schemes. WII can be a useful instrument if well designed and managed.

In short, insurance could influence farmers' decisions regarding their options instead of running after any kind of subsidies aiming at the promotion of certain species. A well-managed crop insurance system, when compulsory for a large majority of the farmers, could reduce costs and become a valuable instrument for rural planning.

António Sobrinho is a PhD student at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), in the **Doctoral Programme in Climate Change and Sustainable Development Policies**.

Clima e secas em Cabo Verde

Luzia Oliveira

 3 de janeiro de 2018

2017 foi particularmente quente em várias partes do globo e, por conseguinte, um ano em que as emissões de CO₂ na atmosfera atingiram um novo *record*, tendo atingido no mês de maio 410 partes por milhão (noaa.gov).

Para além das altas temperaturas, ainda se registaram em muitos países outros fenómenos extremos como as secas, incluindo Portugal e Cabo Verde, fazendo com que os decisores políticos tenham adotado medidas específicas para enfrentar o período crítico que atravessam. Esta situação chama-nos a atenção, mais uma vez, para o facto de as alterações climáticas serem um problema sério e que exige de cada um de nós, a diferentes níveis e escalas, sermos pró-ativos no seu combate.

Figura 1 - Cenário desolador dos campos agrícolas
(Órgãos, ilha de Santiago, 13 de dezembro de 2017)



Fonte: Fotografia de Luzia Oliveira

Portanto, no arquipélago de Cabo Verde registou-se mais um ano de seca severa, depois de a população ter recebido a informação de que 2017 seria um ano confortável em termos de chuva (rtc.cv; asemana.publ.cv). Contudo, e contrariamente às previsões, até ao momento ocorreu apenas uma única precipitação, que deu para fazer a sementeira e a primeira monda, mas que foi insuficiente para garantir o mínimo do ano agrícola (figura 1), o pasto para os animais e a água para alimentar os aquíferos.

Para os cabo-verdianos não se trata de um ano invulgar, já que têm vivido frequentemente episódios de secas, com impactos marcantes principalmente no setor agropecuário. Por exemplo, em 2015 houve uma grande seca que vitimou uma quantidade significativa de gados (caprino e bovino), a produção agrícola foi praticamente nula em todas as ilhas e a população teve problemas em ter água disponível para as suas atividades.

Como encarar as previsões das chuvas para Cabo Verde?

Em relação às previsões das chuvas para o arquipélago, é preciso dizer que, por enquanto, vamos ter de continuar a contar com esta incerteza porque:

- O sistema climático é extremamente complexo e constituído por um conjunto de interações não lineares, limitando, deste modo, o grau de previsibilidade do clima, daí que apenas se consiga prever o tempo com maior confiança para períodos de 14 dias.
- As projeções que são feitas para territórios insulares, quando efetuadas pelos modelos globais, caracterizam-se por uma grande incerteza devido à baixa capacidade de resolução horizontal das grelhas fornecidas por estes modelos. Fatores relacionados com as características locais como topografia, bacias hidrográficas, zonas costeiras e ilhas, podem não ser suficientemente captadas nas suas simulações. Daí que, normalmente, se recorra aos modelos regionais, cuja resolução é maior.
- Mesmo recorrendo a modelos regionais, os cenários climáticos para as ilhas individuais, como as de Cabo Verde, confrontam-se com dificuldades, pois a maioria das projeções existentes atualmente são relativas às superfícies oceânicas próximas, com propriedades termodinâmicas muito diferentes dos

pontos de terra e, por isso, não levam em conta as influências físicas da superfície da terra das ilhas.

Como compreender a variabilidade climática em Cabo Verde?

O clima do arquipélago é o resultado da sua localização geográfica no meio do oceano Atlântico e nas proximidades do deserto de Sahara, na extremidade ocidental da faixa do Sahel, a sul do deserto do Sahara, o que o inclui numa vasta zona africana de clima da área Saheliana árida e semiárida (figura 2).

Figura 2 - Localização de Cabo Verde

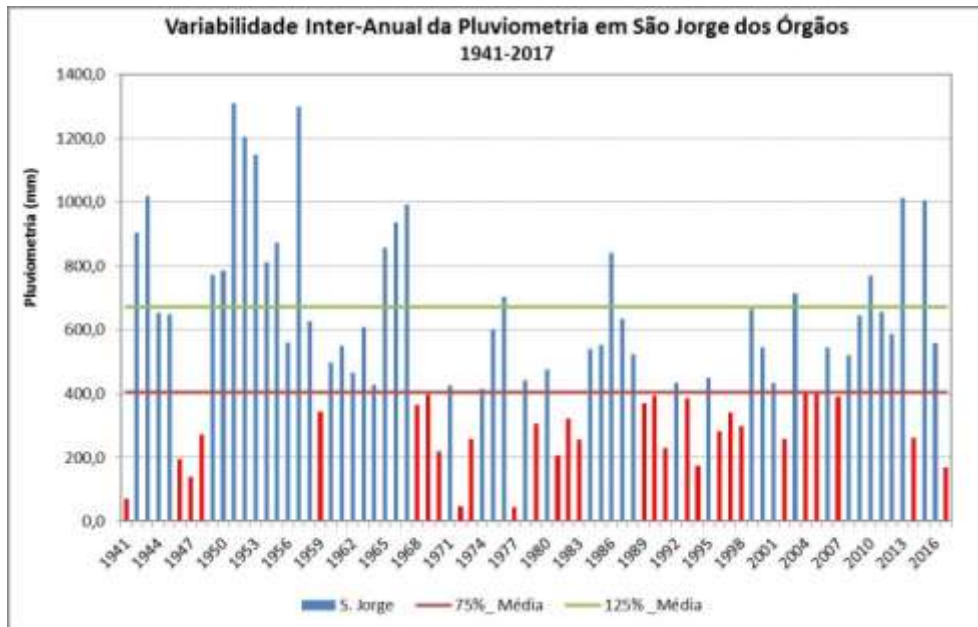


Fonte: USGS EROS Center

O clima é do tipo tropical seco, com duas estações distintas: uma curta estação das chuvas, que vai de julho a setembro, e os restantes 9 meses, que são dominados pela seca. As precipitações são caracterizadas essencialmente por chuva que cai em grande parte sob a forma de aguaceiro. Nota-se também que este período de chuva está ficando cada vez mais curto. Na verdade, nos últimos 10 anos as primeiras chuvas têm caído raramente no mês de julho, mas sim em agosto, embora nesta altura muitos agricultores já tenham tudo a postos para iniciar o ano agrícola, ficando, portanto, de olhos sempre no céu, esperançosos à espera da chuva. Recorda-se que, em 2016, as primeiras chuvas aconteceram nos finais de agosto, mas estas foram suficientes para garantir um bom ano agrícola, pastos para os animais e água para o lençol freático, bem como para as barragens. Pode afirmar-se que este curto período das chuvas possui uma grande irregularidade espaço-temporal, dado que em zonas com condições geográficas semelhantes é possível ocorrerem valores pluviométricos diferentes, do mesmo modo que dentro de um determinado mês podem registar-se quantidades muito

variáveis de chuvas. Esta variabilidade também se aplica aos períodos interanuais.

O gráfico que se segue dá-nos uma ideia de como têm sido as precipitações nos últimos 77 anos (1941- 2016) numa estação meteorológica que, segundo o autor, é representativa de Cabo Verde e inclui dados fiáveis.



Fonte: Gráfico elaborado por Antonino Pereira (agrometeorologista do INMG Instituto Nacional de Meteorologia e Geofísica)

Observa-se então uma grande variabilidade pluviométrica interanual durante este período, em que, dos 77 anos, somente 19 foram húmidos ou excedentários, cerca de 29 foram normais ou médios e 29 foram secos ou deficitários.

As precipitações no país podem ser explicadas essencialmente por três fatores:

1-A deslocação da FIT (Frente Intertropical) é um dos principais fatores. É que, com o movimento dos ventos alísios do norte e do sul em direção ao equador, forma-se uma Zona de Convergência Intertropical (ZCIT), que se vai estreitando à medida que se afasta do equador, para dar lugar a um eixo denominado por FIT. Então, a deslocação da FIT sobre o continente africano, mais para o norte ou para o sul do Sahel, é que determina o início, a duração e o regime da precipitação nesta região, incluindo também para o arquipélago de Cabo Verde. Quando a FIT vai mais para norte causa fortes chuvas na zona do Sahel, mas quando está mais para sul origina duras secas.

2-Outro fenómeno que também tem grande influência no regime das precipitações em Cabo Verde são as perturbações atmosféricas das ondas do Leste. Em altitude é dominada pelo fluxo do Leste, com valores máximos da intensidade do vento. Caracterizados pela localização do jato africano de leste (JAL) e do jato tropical de leste (JET), à superfície formam-se sistemas depressionários numa área a sul do arquipélago, área essa conhecida como sendo de ciclogénese ativa. Portanto, são as tempestades que, ao aproximarem-se do arquipélago, trazem as chuvas.

3-Um outro fator que contribui para a precipitação no país é o relevo e a exposição geográfica das ilhas em relação aos ventos alísios. É geralmente nas ilhas montanhosas que se registam maiores quantidades de chuvas.

Em suma, pode dizer-se que Cabo Verde sempre sentiu os impactos das alterações climáticas, manifestados através das secas cíclicas, e que, por estar localizado na zona do Sahel, o risco de vir a sofrer com as secas é enorme. Por isso, é necessário que a população esteja sempre preparada e consciencializada para enfrentar este fenómeno. Daí que se sugira a adoção de políticas públicas consistentes, de médio e longo prazo, com uma forte componente de mitigação das secas. Neste contexto, o envolvimento do Estado, das escolas e de toda a sociedade civil é de extrema relevância.

Luzia Oliveira é aluno de doutoramento no Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Jogos de tabuleiro sobre alterações climáticas: um meio para materializar conceitos, impactos, políticas e soluções

Mônica Prado

 28 de fevereiro de 2018

Jogos sobre alterações climáticas ou jogos climáticos são definidos como *“jogos e simulações em que alterações climáticas são o tema central e os quais têm foco nos processos (naturais), no papel dos sistemas humanos e nos potenciais impactos”*. A definição é dos autores Jason Wu e Joey Lee em artigo publicado na [Nature Climate Change](#), em 2015, em que realizam revisão de literatura de jogos sobre alterações climáticas. Esta revisão de Wu e Lee foca em formatos de jogos e na avaliação de exemplos representativos, ao invés da abordagem descritivo-analítica das duas revisões anteriores, a primeira realizada em 1997 e a segunda em 2013.

A primeira revisão abordou critérios para o sucesso de jogos digitais de simulação, a segunda considerou questões de conteúdo e a terceira revisão abordou formatos e o potencial para participação cívica do cidadão. Estas revisões sobre o inventário de jogos climáticos listam mais de 80 jogos de tabuleiro e/ou digitais, sendo que alguns foram criados como iniciativas de curto prazo e outros ainda estão disponíveis em plataformas digitais e/ou em *sites* para comercialização. Todas as três revisões apontam que os jogos climáticos são meios de comunicação, recursos educacionais e ferramentas para engajamento cívico.

De acordo com a segunda revisão publicada em 2013, “80% dos jogos têm como tema a mitigação, menos da metade se concentra na adaptação e muito poucos enfatizam ou tentam ensinar as bases biofísicas das alterações climáticas – climatologia, gases de efeito de estufa e efeito de estufa, etc.”. *Os autores destacaram dois jogos listados nas revisões: Game Framework for CO₂ Issue e Keep Cool*, como exemplos de jogos que buscam abordar potenciais

problemas de concentração de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera, ainda que o *ethos* não seja a base biofísica das alterações climáticas. *CO₂ Issue* e *Keep Cool* ligam carbono a combustíveis fósseis e os jogadores devem trabalhar em torno das demandas de energia e emissões, e encontrar uma maneira de cooperar e negociar ao invés de prosseguir de modo independente, o que pode resultar na tragédia dos comuns (*ênfase do CO₂ Issue*) ou no problema do *free-rider* (*ênfase do Keep Cool*). Tragédia dos Comuns e *Free-Rider Problem* (Problema do Parasitismo e/ou Aproveitamento de Situação) são teorias econômicas que buscam explicar o conflito entre os interesses individuais e o uso de um bem comum de recurso finito, e o ato de aproveitar de benefícios do uso de um bem comum sem pagar ou contribuir para seu provimento ou conservação, respetivamente.

CO₂ Issue é um esboço, um *croqui*, uma ideia para desenho de produto, e foi concebido em 1983, em âmbito académico, na Áustria, e hoje é considerado o primeiro jogo sobre alterações climáticas, embora nunca tenha sido materializado e transformado em produto. *Keep Cool* é um jogo de tabuleiro e foi criado em 2004, também em âmbito académico, na Alemanha. É considerado o jogo climático mais bem-sucedido dentro da literatura, porque alcançou um nível comercial com 6.000 cópias já vendidas e por ter lançado, em 2009, o subproduto *Keep Cool Mobile*. O jogo *Keep Cool* recebeu, em 2006, prêmio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) dentro da iniciativa da Década das Nações Unidas sobre Educação para o Desenvolvimento Sustentável.

Em novembro de 2014, no âmbito do programa doutoral Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Lisboa – Instituto de Ciências Sociais (ICS-ULisboa), foi criado o *Aventura Climática*©: *um jogo de estratégia para manter o efeito de estufa em equilíbrio*, o qual pertence à esfera da Ciência do Clima, diferente do esboço *CO₂ Issue* e do jogo *Keep Cool*, que pertencem às esferas da Economia e da Política do clima, considerando narrativa, objetivos e desafios. *Aventura Climática* tem propriedade de Direitos de Autor com registro na Inspeção-Geral de Atividades Culturais da Direção de Serviços de Propriedade Intelectual (IGAC-DSPI), Lisboa, Portugal, sob o número 738/2015, com data de 19 de fevereiro de 2015. A primeira prototipagem

e as duas primeiras fases de desenvolvimento do jogo de tabuleiro *Aventura Climática* foram apresentadas em forma de Pôster, em julho de 2015, na Conferência *Our Common Future under Climate Change*.

Apresentação Poster, Paris, Julho 2015, Conferência Our Common Future



Aventura Climática© é um jogo de salão em que o participante é uma peça do jogo, pois como peão da equipa caminha sobre o tapete do jogo carregando balões (moléculas de carbono) numa aventura pela atmosfera. Na versão tabuleiro, o peão é representado por um avatar que se move pelas casas do jogo. A equipa tem um líder e os demais participantes interagem entre si para responder a perguntas e para tomar decisões sobre como prosseguir na aventura para sair da atmosfera *Em Equilíbrio*. O *ethos* do *Aventura Climática* relaciona atmosfera e carbono e, com isso, coloca os jogadores em posição de refletir sobre o problema das alterações climáticas, que resulta da intensificação do efeito de estufa natural por conta do excesso de emissão de carbono de causa antropogênica.

Tanto *Aventura Climática* como *Keep Cool* são destinados a serem jogados em pequenos grupos, permitindo interação intensa e comunicação face-a-face entre os jogadores. Klaus Eisenack, autor de *Keep Cool*, considera que estas características “são uma forma mais adequada para simular as negociações climáticas do mundo real”, em artigo escrito em 2012. No caso de *Aventura*

Climática©, a autora líder, doutoranda do ICS-ULisboa, Mônica Prado, entende que essas características, juntamente com os **balões** que o peão transporta durante a sua jornada pela atmosfera, criam a aproximação necessária entre o conceito abstrato e a realidade do mundo vivido para a compreensão do efeito de estufa natural, dos impactos da emissão excessiva de carbono e da importância da atmosfera para a vida na Terra.

Participantes no Terceiro Teste do jogo Aventura Climática, em Outubro 2017



O experimento – *Aventura Climática*© – contou com quatro fases de desenvolvimento e três testes, e utilizou *Design Thinking* como metodologia para a construção do produto, que compreendeu criação de maquete-arte, prototipagem, pesquisa bibliográfica e documental, consulta a pares, observação direta, discussão coletiva e aplicação de questionários de avaliação. A concepção do jogo *Aventura Climática* se sustenta num tripé formado por uma base científica (Ciência do Clima), uma base filosófica (Ética do Clima) e uma base informativa (Educação do Clima).

Esse tripé é referência para a composição das cartas, que são elementos-chave da mecânica do jogo, e se alinham aos atributos do jogo. Um atributo é ser informativo sobre o conteúdo das alterações climáticas e sobre as soluções para enfrentar os problemas decorrentes. Outro atributo é aplicar o princípio ético de

que emissores tenham a responsabilidade moral de reduzirem as suas emissões à sua justa parte. Um terceiro atributo é incentivar o processo cooperativo de tomada de decisão de modo a manter a concentração de carbono na atmosfera em equilíbrio.

Ao todo são 54 cartas, sendo duas cartas *jokers* (Carbono), cinco cartas Bónus, cinco cartas Penalidade, e 42 cartas de conteúdo (Pergunta & Resposta). As duas cartas Carbono são estacionárias no tabuleiro e representam Momentos de Ponderação, no qual o líder, o peão e os integrantes de cada equipa, reunidos, discutem como estão prosseguindo na jornada e tomam decisão de como avançar para passarem pelo Portão de Saída da atmosfera, carregando uma quantidade de balões (carbono) que os mantenham *Em Equilíbrio*. As cartas Bónus e Penalidade são cartas de sorte que são retiradas aleatoriamente do monte de cartas misturadas com as de conteúdo. E, como indicam os nomes, correspondem a facilidades e a dificuldades oferecidas às equipas para avançarem pelas casas do tabuleiro. As 42 cartas Pergunta & Resposta refletem as diretrizes do [Artigo 6](#) da Convenção-Quadro para as Alterações Climáticas (UNFCCC), que diz que educação do clima deve: (i) centrar-se na Ciência do Clima, (ii) estabelecer sinergia com as convenções-irmãs (Biodiversidade e Desertificação) e (iii) relacionar as alterações climáticas com o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade. Quanto à sustentabilidade, a referência são os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), também chamados de Objetivos Globais, que constituem o corpo da [Agenda 2030](#) para o Desenvolvimento Sustentável, aprovada pelas Nações Unidas, em 2015.

Aventura Climática© tem como eixo organizador o desafio de manter-se *Em Equilíbrio*. No jogo, cada equipa utiliza balões para materializar, a nível tátil, a concentração de carbono na atmosfera que fará o peão da equipa experimentar frio ou calor durante a aventura pelo mundo da atmosfera, conforme a quantidade de balões (carbono) que carrega em sua veste, pois carbono está associado à regulação da temperatura do planeta Terra à superfície. Durante a jornada pela atmosfera, os participantes adquirem e descartam balões conforme utilizam as cartas Bónus, Penalidade e Pergunta & Resposta. Ainda para sustentar esse eixo organizador, os balões também permitem materializar a nível cognitivo (mental) soluções necessárias que mantenham a concentração de carbono na

atmosfera em patamares compatíveis com a habitabilidade do planeta. Essa materialização do conceito abstrato na realidade do mundo vivido se apresenta nos Momentos de Ponderação, quando as equipas necessitam tomar decisões coletivas sobre como manter-se *Em Equilíbrio* para chegarem ao Portão de Saída da atmosfera.

Maquete-arte para criar o tabuleiro e simular as equipas durante o jogo



Uma versão mercadológica do jogo *Aventura Climática*© deve estar disponível no fim de 2018 de modo que interessados possam aplicá-lo em ambientes públicos e diversos como as atuais casas e bares, que utilizam ludologia como atrativo para clientes, ou em ambientes de capacitação, treinamento e planeamento de organizações privadas, públicas e não-governamentais, ou em ambientes educacionais (formal, não-formal e informal) ou até para o público em geral interessado em soluções individuais e coletivas para os problemas das alterações climáticas nas cidades em que residem. As cartas de conteúdo do *Aventura Climática*© podem ser customizadas para refletir a necessidade de informação e medidas de adaptação e mitigação necessárias localmente.

O conteúdo deste *post* é resultado de investigação que integra a dissertação doutoral sobre o experimento *Aventura Climática*©: *um jogo de estratégia para manter o efeito de estufa em equilíbrio*. **Relatório de Progresso** sobre o andamento da dissertação foi publicado pelo ICS-ULisboa, em 2017, na categoria Estudos e Relatórios ICS (ISSN 2183-6922).

Mônica Prado é aluna de doutoramento no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Novos dados do Eurostat sobre alterações climáticas

Ana Rita Matias

 18 de abril de 2018

Um dos mais recentes blocos de indicadores que compõem o módulo “cross cutting topics” (temas transversais) desenvolvido pelo Eurostat, autoridade europeia de estatística, diz respeito às **Alterações Climáticas**. Esta compilação faz parte do esforço levado a cabo pelo Eurostat de **monitorizar os progressos** feitos pelos países europeus quanto aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas. O módulo dedicado às Alterações Climáticas encontra-se subdividido em cinco seções temáticas, abrangendo indicadores vários: 1. Emissão de gases com efeito de estufa; 2. Causas; 3. Mitigação; 4. Impactos e adaptação e, por fim, 5. Iniciativas de ação climática.

Parque eólico offshore na Suécia



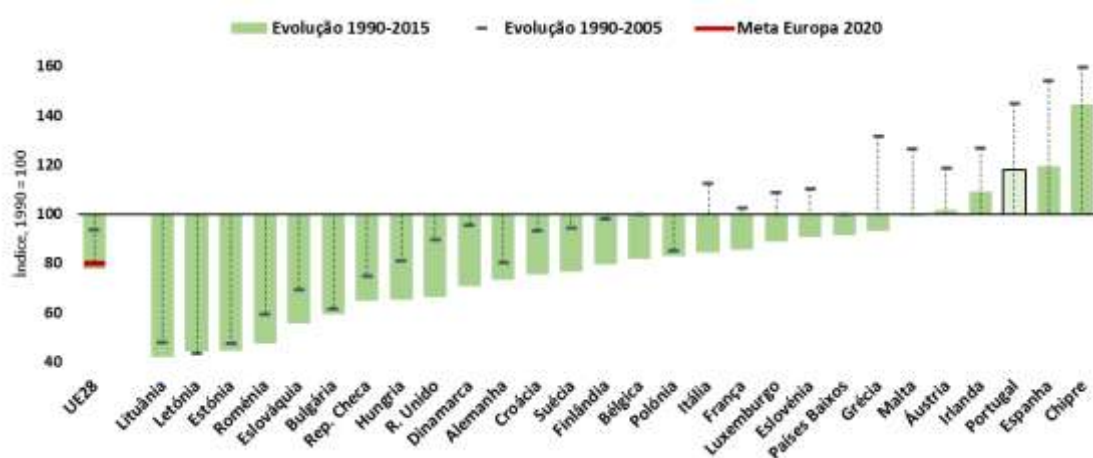
*Fonte: "Wind turbines" by Tomasz Sienicki sob a licença **CC BY**, via **Wikimedia Commons***

A título exemplificativo, damos conta abaixo de quatro desses indicadores, em termos do seu comportamento quanto à ação climática.

Emissão de gases com efeito de estufa (GEE): Portugal aumenta em 2015 as emissões

Na Fig. 1a é possível acompanhar a evolução de emissão de GEE (índice base, 1990=100) nos países da União Europeia 28. Existem diferenças assinaláveis nas tendências de emissões de GEE desde 1990 até 2015 entre os países da EU: desde reduções de quase 60% (caso da Lituânia e Letónia) para aumentos de mais de 40% (caso do Chipre).

Figura 1a - Emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por comparação com o índice base de 1990=100, nos países da União Europeia, em 2005 e 2015



Fonte: Eurostat (sdg_13_10); EEA

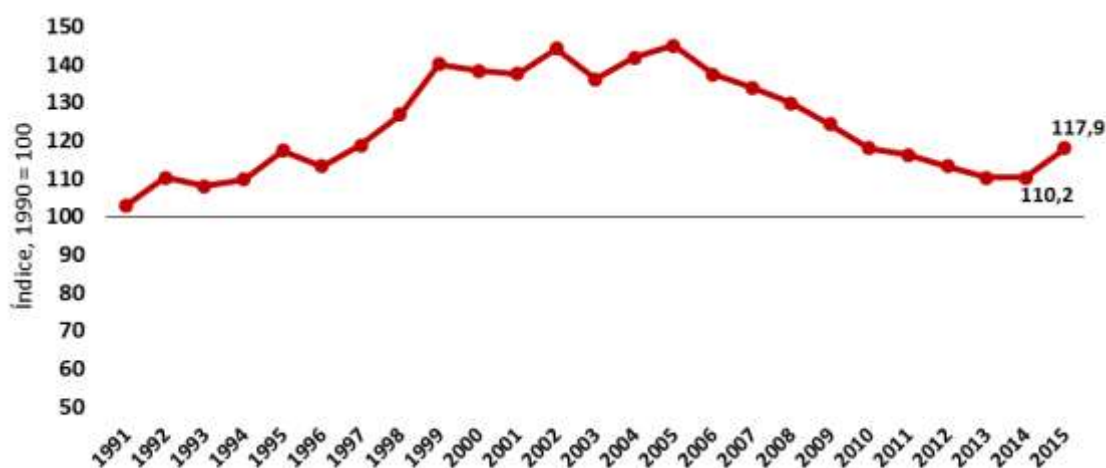
Nota: inspiração na Figura 13.3 em Sustainable Development in the European Union-Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context (2017).

Legenda: O indicador mede todas as emissões antropogénicas da chamada “quota de Quioto” de gases com efeito de estufa. Os vários gases são integrados num único indicador expresso em unidades CO₂ equivalentes. Os dados das emissões são apresentados anualmente pelos Estados-Membros da EU, como parte dos relatórios ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) (Eurostat)

Em 2015, a maioria dos países da UE-28 diminuíram as suas emissões face ao ano de referência – as exceções foram o Chipre, a Espanha, Portugal, a Irlanda e a Áustria. Desde 1990, a UE-28 reduziu as suas emissões em 22% – desde 2014, encontra-se abaixo da meta da Europa 2020 = 80.

Outra nota positiva: nos últimos dez anos, a tendência é a de a maioria dos Estados-Membros diminuírem as suas emissões GEE, mesmo nos anos mais recentes de recuperação económica. Em 2015, metade dos países já tinham ultrapassado a meta da Europa 2020 – casos a destacar, os países bálticos: Estónia, Letónia e Lituânia.

Figura 1b - Emissão de gases com efeito de estufa (GEE) por comparação com o índice base de 1990=100, em Portugal, entre 1991 e 2015

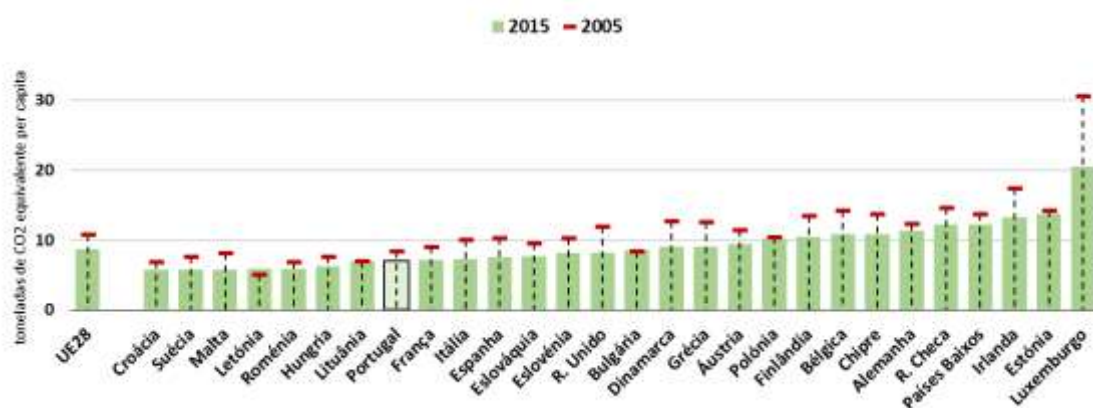


Fonte: Eurostat (sdg_13_10); EEA.

Legenda: O indicador mede todas as emissões antropogénicas da chamada “quota de Quioto” de gases com efeito de estufa. Os vários gases são integrados num único expresso em unidades de CO₂ equivalentes. Os dados das emissões são apresentados anualmente pelos Estados-Membros da EU, como parte dos relatórios ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) (Eurostat)

Portugal, após ter atingido o pico das emissões em 2005 (mais 44,9% do que o ano de base de 1990), entre 2006 e 2014 entrou numa fase de diminuição constante do indicador. Em 2015, a situação inverte-se e as emissões aumentam em 7,7 pontos índice face a 2014. Naquele ano, o índice das emissões portuguesas situou-se em 117,9 pontos índice.

Figura 1c - Emissão de gases com efeito de estufa (GEE), per capita, nos países da União Europeia 28 em 2005 e 2015



Fonte: Eurostat (sdg_13_10); EEA.

Nota: inspiração na Figura 13.3 em Sustainable Development in the European Union-Monitoring report on progress towards the SDGs in an EU context (2017).

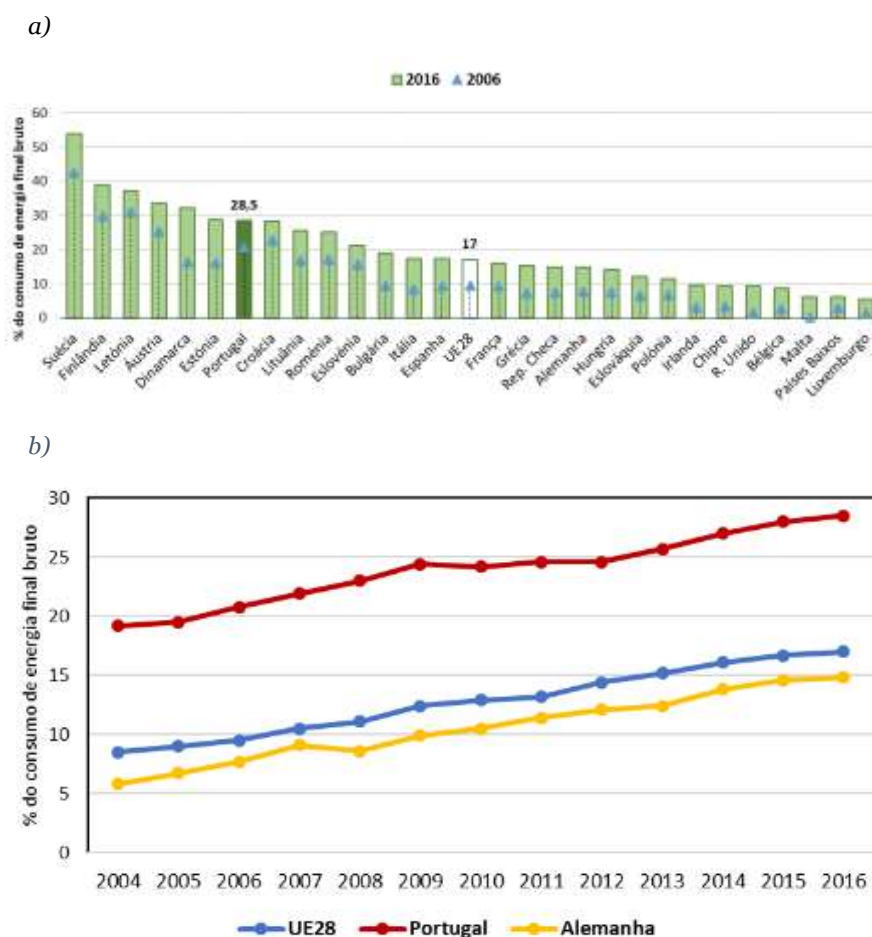
Legenda: O indicador mede todas as emissões antropogénicas da chamada “quota de Quioto” de gases com efeito de estufa. Os vários gases são integrados num único expresso em unidades de CO₂ equivalentes. Os dados das emissões são apresentados anualmente pelos Estados-Membros da EU, como parte dos relatórios ao abrigo da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre as Alterações Climáticas (UNFCCC) (Eurostat).

Em 2015, as emissões de GEE *per capita* variaram de 5,7 toneladas (na Croácia e Suécia) a 20,5 toneladas (Luxemburgo) de CO₂ equivalentes (Fig. 1b). As emissões no Luxemburgo, muito acima dos restantes países, podem ser parcialmente atribuída à entrada e saída de passageiros e carros do país. Na última década para Portugal, as emissões diminuíram de 8,4 toneladas, em 2005, para 7 toneladas de Co₂ equivalente, em 2015.

Peso das energias renováveis no consumo final de energia sobe em toda a Europa

A União Europeia apresentava, em 2016, um peso de energias renováveis de 17% (Fig. 2a) – mais 7,6 pontos percentuais (p.p.) do que há uma década.

Figura 2 - Peso da energias renováveis no consumo final bruto de energia (%), nos países da União Europeia 28



Fonte: Eurostat (sdg_07_40)

Legenda: O indicador mede a parte do consumo de energia renovável no consumo bruto de energia, de acordo com a Diretiva Energias Renováveis. O consumo final bruto de energia é a energia utilizada pelos consumidores finais (consumo final de energia), mais as perdas na rede e o autoconsumo das centrais elétricas (Eurostat).

Todos os Estados-Membros, entre 2006 e 2016, registaram uma evolução positiva no indicador – a Dinamarca, seguida pela Suécia, foram os Estados-Membros onde essa evolução foi mais significativa, subindo 15,9 p.p. e 11,1 p.p., respetivamente. No entanto, a evolução do peso das energias renováveis apresenta uma grande variabilidade no seio da UE: o valor mais alto de 53,8%, na Suécia, contrasta com o valor mais baixo de 6%, em Malta e nos Países Baixos, e de 5,4%, no Luxemburgo.

Portugal, em 2016, é o sétimo país onde este indicador assume o valor mais alto (28,6%, mais 7,7 p.p. do que em 2006). O país posicionou-se sempre muito acima da média europeia e dos valores, por exemplo, da Alemanha, a economia mais forte da Europa (Fig. 2b).

As perdas económicas por catástrofes naturais relacionadas com o clima estão a aumentar a cada década na Europa

Entre 1980 e 2015, as catástrofes naturais causadas por condições meteorológicas extremas relacionadas com o clima representaram cerca de 86% das perdas monetárias nos Estados-Membros da EU com todas as catástrofes naturais ([consultar aqui](#)). Ao longo daqueles 36 anos (Quadro 1), as perdas económicas com eventos climáticos atingiram 407 mil milhões de euros em 2015.

Quadro1 - Perdas económicas (em milhões de euros) relacionadas com eventos climáticos (meteorológicos, hidrológicos e climatológicos), na União Europeia, por décadas e entre 2010-2015

	Perdas económicas por eventos meteorológicos		Perdas económicas por eventos hidrológicos		Perdas económicas por eventos climatológicos		Total de perdas (milhões de €)	
	Milhões de €	%	Milhões de €	%	Milhões de €	%	Milhões de €	%
1980-1989	23 088	32,5	19 467	27,4	28 489	40,1	71 047	100
1990-1999	59 788	48,2	40 284	32,5	24 029	19,4	124 100	100
2000-2009	42 823	31,8	62 057	46,1	29 830	22,1	134 711	100
2010-2015	30 868	39,9	33 757	43,7	12 646	16,4	77 270	100
Total	156 567	38,5	155 565	38,2	94 994	23,3	407 128	100

Fonte: Eurostat ([cli_iad_loss](#))

Nota 1: Análise própria.

Nota2: As perdas económicas refletem principalmente danos diretos monetários a certos ativos. Perdas de vidas humanas, património cultural ou serviços dos ecossistemas não fazem parte dessa estimativa. As perdas relatadas, portanto, representam apenas estimativas de danos parciais.

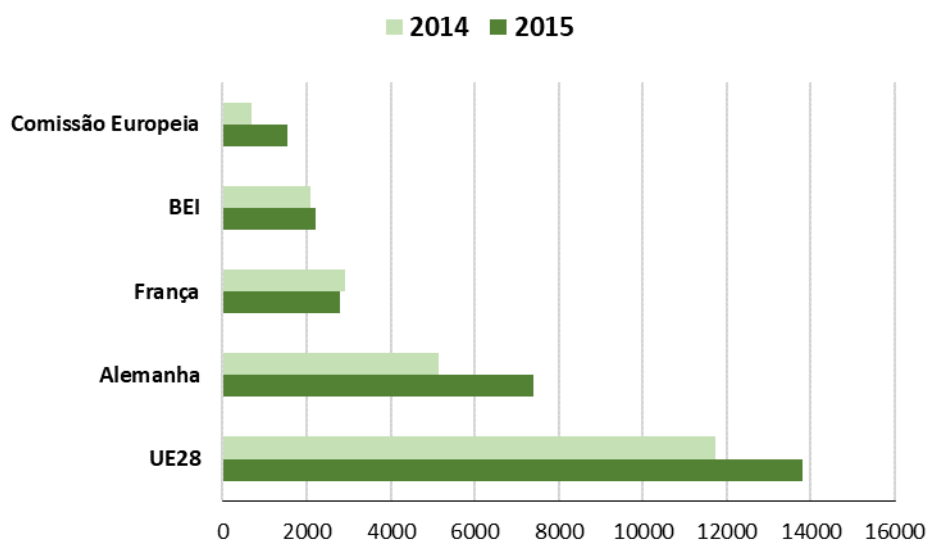
Legenda: Eventos meteorológicos (ex:tempestades); eventos hidrológicos (ex:inundações); eventos climatológicos (ex:secas, temperaturas extremas...). O indicador mede as perdas globais de desastres relacionados com o clima. É baseado nos dados do NATCatSERVICE gerido pela Munich Re insurance Company. O NatCatService é um banco de dados sobre catástrofes naturais a nível mundial.

A variação por década evidencia a tendência para o crescimento das perdas económicas – na década de 2000-2009 o total de perdas económicas foi de 134 mil milhões de euros, o valor mais alto de sempre. Os **eventos climáticos extremos** que mais prejuízos provocaram, no período em análise, foram as inundações que afetaram a Europa Central em 2002 (cerca de 20 mil milhões), a seca e a onda de calor de 2003 (15 mil milhões) e a precipitação extrema que afetou a França e a Itália em 2000 ([consultar aqui](#)). Embora a última década não esteja completa, o total de perdas económicas entre 2010 e 2015 já assume um valor superior ao registado na década de 80.

Despesas relacionadas com o clima aumentam entre 2014 e 2015

A 21ª Conferência das Partes da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC), realizada em Paris, incentivou, novamente, os países desenvolvidos a aumentar o seu apoio financeiro à mitigação e adaptação em países em desenvolvimento, fornecendo mais tecnologia e apoio à capacitação das populações e colocando o compromisso financeiro desse apoio em 100 mil milhões de dólares por ano até 2020.

Figura 3 - Contribuição para o compromisso internacional de 100 mil milhões de dólares em despesas relacionadas com clima



Fonte: Eurostat (sdg_13_50); EC services and EIONET

Nota: BEI-Banco Europeu de Investimento

Legenda 2: O indicador mede o montante total gasto com o orçamento anual dos Estados-Membros da EU, da Comissão Europeia e do Banco Europeu de Investimento, a fim de contribuir para o compromisso internacional de 100 mil milhões de dólares de financiamento relacionados com o clima no âmbito da Convenção das Nações Unidas para as Alterações Climáticas (CQNUAC).

A contribuição da UE para este compromisso aumentou de 11 mil milhões, em 2014, para 13 mil milhões euros, em 2015 (cerca de 18%) (Fig. 3). Contudo, as contribuições dos Estados-Membros variaram significativamente: a Alemanha contribuiu, em 2015, com 7 mil milhões euros e a França com 2 mil milhões, com uma ligeira diminuição face a 2014.

Nota final

Esta nova compilação estatística disponibilizada pelo Eurostat será, tudo aponta para isso, um instrumento importante para o estudo e análise dos esforços para combater os impactos das alterações climáticas no contexto da União Europeia.

A existência desta ferramenta permite a comparação, agregação e partilha de informação sobre o modo como os impactos das alterações climáticas se distribuem pelos territórios europeus, também eles com níveis de risco e capacidades de resposta muito diferentes.

Ana Rita Matias é socióloga e aluna de doutoramento no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Tem trabalhado sobre questões ligadas às desigualdades sociais, condições de vida e ambiente.

Navigating climate change communication between advocacy and denialism

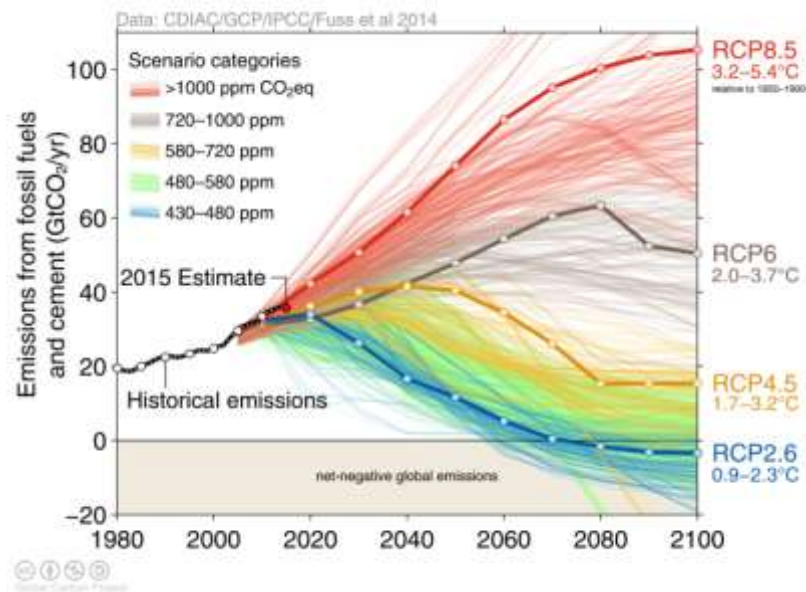
Jieling Liu

 2 de maio de 2018

When I came back from Asia after a 4-month trip to Lisbon at the beginning of March this year, a friend came to pick me up. Driving into the city, I noticed how green every corner had turned and the sun was gently shining golden light into the car – “How nice! I came back to the peaceful, green and sunny Lisbon!” As I spoke out loud my happiness, my friend kindly informed me that it had been raining for three weeks in a row, and that the sun “only came out to greet my return”. I was surprised, as much of my memories of Lisbon have been associated with sunny summer on the beach. “Yes, my mother said it was not at all common fifty years ago to have so much rain at this time of the year,” with a look in my eyes, my friend added: “it’s climate change, yeah?”

If I was to respond instinctively based on my scientific knowledge of climate change, I would say: “it *probably* is a result of climate change”, which was what I responded. We know that climate change is not merely about the excessive amount of CO₂ in the atmosphere resulting in warmer temperature and “the warmest year on record...in a row”, nor just about penguins and polar bears, it is also about warmer oceans, more vibrant storms and more destructive wind speed – Harvey, Irma, Patricia... record damaging storms and superstorms on earth, sea level rise, increasing heatwave mortality, and a range of uncertainty related to extreme events, causing great costs of life and the economy. But it was obvious that the word “probably” did the opposite of facilitating the communication and **clarifying the issue of climate change**, on the contrary, it turned off the conversation which had an excellent context “three weeks of unusual rain”, in delicate awkwardness. The next thing we knew was that the rainy season continued for another few weeks.

This graph shows about 1200 different scenarios for how the climate can evolve!



Source: Global Carbon Project

This type of discussion is typical among people who try to communicate climate change and it indicates three things: 1) **distance** (temporal, social, and geographical) to climate change events which could lead to decreased **psychological proximity**, reducing interests in communicating the topic; 2) “probability” is a translation of **perceived uncertainty**; and 3) the subconscious perception of climate change issue – **tremendous complexity**, is **above a cognitively manageable degree for most non-scientists**. Comprehending uncertain and complex information could be discomfoting and thus result in disabling conversations. However, these psychological or cognitive interpretations can be easily confronted with the rather different reactions in the 60s and 70s when we for the first time came to a collective awareness of the human-induced damages to our ecological environment. Back then, public debates and demonstrations were echoed, legislation work was promoted, TVs and radios were voicing actively to push governments for actions, a series of environmental agenda, policy tools and **institutional bodies** were created.

So why are we now so incapable of communicating the biggest environmental crisis of our time – climate change? The fact is, in between active climate advocates and prominent deniers, there is a majority of people who are mildly **sceptical**, hesitate to discuss climate change full-frontally or simply insensitive about the issue. The scenes of climate change problems being

politicised and active advocates fighting against total deniers cannot represent the majority. Mistaking these scenes as major problems in climate change communication could jeopardise the possibility of raising more awareness among the majority. In fact, the phenomenon reflects our subconscious anxiety and fear towards the uncertainty and complexity of climate change. Besides the **public attitudes** of “don’t care”, “too late anyway”, “selfish,” “only looking at economic benefits of the current established system” and “prioritising other agendas”, avoiding the discussion of climate change is also a survival instinct, in which cognitive reaffirmation process prefers the information that could keep us in the “comfort zone” rather than the upsetting ones.

Come Hell or High Water



Source: “Come Hell or High Water” by **Akuppa John Wigham** licensed under **CC BY**, via **Flickr Creative Commons**

Therefore, stop politicising climate change and categorising or forcing people to take sides would be the first step to “unfreeze” the situation. Even when it was “not common at all to have an excessive amount of rain and in the wrong season” half a century ago, we were already warned by **the Meadows to face the scenario of exponential economic and population growth with a finite supply of resources**. As long as we still live in our biological form, we are intrinsically linked to the nature around us and our lifestyle choices have a major impact on the ecological environment. Acknowledging that we depend on the common good resources on planet Earth and that they are limited would then be the first stage to restore the stage for climate change knowledge enquiry. As we admire Al Gore’s courage to

speak **truth to power** and long-term advocacy for actions on climate change, we need to take small steps each time we communicate but view it as a long-term task as if we were to teach a baby how to walk. Furthermore, to avoid that “delicately awkward” moments of silence, we need to make one step further than just looking at each other and lamenting “Ahh...climate change!” or “Ahh... Donald Trump!” This one step further can mean an attempt to continue the original debate, change to another perspective or to tell another personal story. Finally, taking people out of their comfort zone and have them face **the inconvenient truth** would not work if people are left without being guided to imagine a positive alternative to move into, this means, we need to narrate a positive sustainable future which people can relate to *personally* and project hope when we debate and tell climate change stories.

Jieling Liu is a PhD student at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), in the **Doctoral Programme in Climate Change and Sustainable Development Policies**.

El cambio climático en los hombros de las ciencias sociales

Mercedes Pardo-Buendía

 23 de maio de 2018

Las evidencias del Cambio Climático no dan lugar a duda: 1) el aumento de la temperatura media de la superficie del planeta desde la industrialización en alrededor de 0,85°C; 2) la disminución del hielo en el Ártico (3,5-4,1% por década en el periodo 1979 a 2012 e importantes cambios en la Antártida); 3) la subida del nivel del mar (0,11°C por década hasta los 70 metros de profundidad, en el periodo 1971-2010).

Las consecuencias de esas evidencias abarcan asuntos tan graves como el aumento de fenómenos climáticos extremos, como son las olas de calor que, con muy alta probabilidad, serán más frecuentes y durarán más tiempo, tormentas y huracanes, entre otros. Dentro de estos fenómenos no lineales – lo cual añade mayor riesgo – tenemos la reaparición del fenómeno de El Niño.

Las proyecciones de los diferentes modelos de análisis, con independencia de la variabilidad de las cifras, también son claras: habrá un aumento del calentamiento global del planeta. Aun en el caso de que las sociedades dejaran de emitir hoy mismo gases efecto invernadero, se tardaría muchas décadas, si no un siglo, en disminuir el CO₂ en la atmósfera a niveles preindustriales.

La gravedad del calentamiento global del Planeta abre unas perspectivas de un futuro incierto y preocupante. No se trata solo de que a los osos polares se les deshielen las plataformas del Ártico que son su hábitat de supervivencia; se trata de que, probablemente, se acabó para los humanos la fiesta del crecimiento económico desaforado a costa de lo que sea.

En el siglo XIX se requirió a la economía un “pacto” entre capital y trabajo; el siglo XXI se caracterizará por el necesario pacto entre economía y ecología: la comprensión de la importancia de los ecosistemas biogeofísicos, indispensables para la supervivencia de la humanidad. Más importante todavía: las energías

renovables y las espectaculares mejoras de la eficiencia energética no serán solo para una minoría – Occidente – que se beneficie de los avances tecnológicos, **sino que necesariamente deberán llegar a todos los lugares del planeta.**

“No coinciden quienes causan el cambio climático y quienes son los afectados”



Fuente: “Kids Want Climate Justice” by Lorie Shaull is licensed under CC-BY-SA, via Commons Wikimedia

Aunque no coinciden quienes causan el cambio climático y quienes son los afectados, ello no impide situar el Cambio Climático como un hecho social en sentido durkheimiano. Es un hecho social 1) por sus causas: el modelo energético contaminante de combustibles fósiles; los grandes cambios de usos del suelo – urbanización, ganadería, entre otros; 2) por sus consecuencias: son las sociedades y la población humana la que está siendo afectada por el Cambio Climático.

Por tanto, la lucha contra el Cambio Climático, la transición a una economía y una sociedad no contaminante, requiere de la participación activa de todo el conocimiento existente y por desarrollar de las ciencias sociales.

Una carga tan fuerte como es el necesario cambio profundo de las sociedades, en la economía, en la política, en los valores, en el consumo, en el comportamiento... para luchar contra el Cambio Climático no puede ponerse solo sobre los hombros y las espaldas de los climatólogos, los físicos, los químicos, los científicos naturales, los tecnólogos. Los sociólogos, politólogos, economistas, humanistas,

filósofos, pedagogos, periodistas, historiadores, todas las ciencias sociales tienen un papel que cumplir en el análisis riguroso del problema así como de la búsqueda de soluciones en las sociedades, que es donde solo se pueden llevar a cabo.

Estamos ante el mayor cambio social desde el inicio de la revolución industrial: de la Sociedad del Petróleo a la Sociedad del Sol, es decir la sociedad que funcionará, más pronto o más tarde, mayoritariamente con energía solar. No es una cuestión tecnológica. Ya existe tecnología madura para ello. De lo que se trata es de su implementación en todos los órdenes: cambios en el modelo de movilidad y transporte; en los diseños urbanos; en la edificación; en la estructura del modelo de energía que permita la generación distribuida y el autoconsumo; entre otros muchos cambios sociales de calado.

“Estamos ante el mayor cambio social desde el inicio de la revolución industrial”



Fuente: “I don’t believe in global warming” by Matt Brown is licensed under CC BY, via Wikimedia Commons

Pero además, esa transición energética debe ser una transición justa. Es decir, debe llegar a todos los sectores sociales y a todas las sociedades, y estar al servicio de la mejora de las condiciones de vida de los sectores más vulnerables. No todo vale en la lucha contra el Cambio Climático si eso produce más pobreza; tampoco todo vale en la lucha contra la pobreza **si produce más Cambio Climático**. Ambos

asuntos – los más graves a los que se enfrentan las sociedades actuales – están intrínsecamente relacionados y las ciencias sociales pueden y deben ayudar en el necesario cambio social. Podemos ilustrar esa afirmación con alguno de los sucesos graves relacionados con el Cambio Climático. La ola de calor que se produjo en Europa en el verano del 2003 produjo casi 13.000 muertes en España, directamente a población sana expuesta o indirectamente a población vulnerable. El análisis de la situación, no por los meteorólogos cuya función se limitaba a informar de las temperaturas y su evolución, sino por los científicos sociales, permitió identificar la importancia de informar adecuadamente a la población de lo que había que hacer y no hacer en esos días, en los medios de comunicación y en los servicios de salud, así como de desarrollar políticas públicas al respecto para los servicios públicos de salud. A partir de los análisis se construyó capacidad preventiva ante nuevas olas de calor, con resultados positivos

Otro ejemplo que ilustra la necesidad de implicación de las ciencias sociales en materia de Cambio Climático es la necesidad de desarrollar políticas e instrumentos sociales para el cambio lo más rápido posible hacia la producción y uso de energías renovables, en todos los ámbitos desde las empresas hasta el hogar. La lucha contra la pobreza energética, por ejemplo, puede apoyarse también en facilitar el acceso a la tecnología de ahorro energético para los hogares.

En suma, la lucha contra el Cambio Climático requiere la participación activa de todas las ciencias, a fin de mejor comprender y abordar la solución del problema.

Mercedes Pardo-Buendía é Professora de Sociología del Cambio Climático y Desarrollo Sostenible na Universidade Carlos III de Madrid.

O caso do impacto do ciclone tropical Haiyan nas Filipinas

Carlos Tito Santos

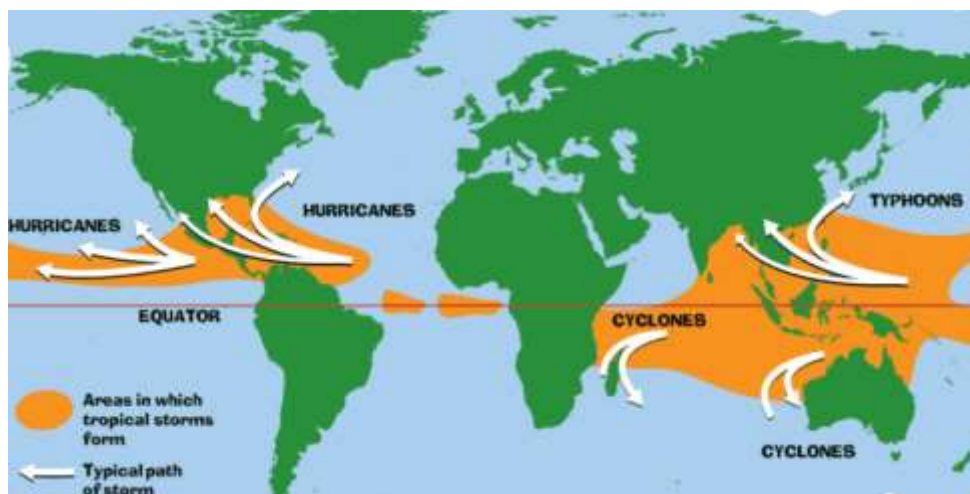
 26 de setembro de 2018

As alterações climáticas e os ciclones tropicais

A pesar de existirem algumas incertezas científicas sobre a forma como as alterações climáticas afectam os ciclones tropicais, a variabilidade do clima e as alterações climáticas estão definitivamente a influenciar estes fenómenos climáticos extremos, cada vez mais intensos e devastadores.

O [Quinto Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas](#) de 2013 concluiu que o aquecimento do clima era inequívoco. Estudos mais recentes como Emanuel (2015) ou Knutson et al. (2015), indicaram que este facto contribuiu para que a temperatura da superfície do mar esteja a aumentar, o que faz com que mais água evapore para a atmosfera e contribua para a intensificação dos ciclones tropicais. O aquecimento global estará também a causar a subida do nível do mar, o que agravará o impacto das inundações resultantes da sobrelevação marítima dos ciclones tropicais em zonas costeiras baixas.

Regiões dos ciclones tropicais em todo o mundo



Fonte: NASA

O ordenamento do território e os ciclones tropicais

Nas regiões afectadas pela passagem de ciclones tropicais, as zonas costeiras estão, portanto, cada vez mais expostas à intensidade destes fenómenos extremos. Os impactos têm sido devastadores, não só em termos de números de vítimas mas também de prejuízos avultados. Comunidades, ecossistemas e infraestruturas são particularmente vulneráveis aos impactos destes fenómenos climáticos extremos, por se encontrarem em zonas sujeitas a riscos.

As cidades atingidas por ciclones tropicais demoram, em geral, bastante tempo a recuperar, por não terem podido antecipar e investir em medidas preventivas e por terem falta de planos de adaptação e de medidas resilientes ao clima, não só para as infraestruturas, mas também para os diferentes sectores e serviços. Estes desastres naturais atingem em especial os mais pobres, que normalmente são os que sofrem mais vítimas e danos materiais.

Muitas das cidades costeiras necessitam antecipar e adaptar regularmente o seu ordenamento do território, de forma a poderem reduzir as vulnerabilidades aos ciclones tropicais. Como tal, o ordenamento do território pode desempenhar um papel fundamental através da integração das medidas de adaptação às alterações climáticas e de redução do risco de catástrofes, nomeadamente, através de instrumentos como o zonamento e os códigos de construção. Incentivos financeiros para a redução de risco, tais como incentivos fiscais e desincentivos ou seguros, podem também ser ferramentas muito eficazes para reduzir os riscos e melhorar a resiliência das pessoas e infraestruturas. Neste contexto, o ordenamento do território deve ser determinante na protecção das comunidades e do ambiente, ao evitar a construção em zonas vulneráveis. Os impactos das alterações climáticas representam também novos desafios para reforçar a capacidade de adaptação através de novas abordagens tecnológicas e arquitectónicas mais integradas com os ecossistemas.

Neste século XXI, uma série de ciclones tropicais extremamente intensos, como o Katrina (2005) e o Sandy (2012) nos Estados Unidos e o Haiyan (2013) nas Filipinas, tiveram consequências devastadoras, que causaram perdas humanas e danos significativos às infraestruturas. A intensidade destes desastres climáticos demonstrou uma falta de preparação por parte dos governos, das comunidades e do sector privado em lidar com os impactos destes fenómenos. Mesmo em países

desenvolvidos como os Estados Unidos, a inadequação de muitas infraestruturas e o planeamento desactualizado contribuíram para agravar os impactos dos ciclones tropicais Katrina e Sandy.

Impacto do ciclone tropical Haiyan nas Filipinas

Nas Filipinas, a dimensão do impacto do ciclone tropical Haiyan e da sua sobrelevação marítima representou um ponto de viragem devido à potencial influência das alterações climáticas nos ciclones tropicais. Haiyan foi responsável por um elevado número de vítimas e avultados prejuízos estimados em cerca de US\$12.9 mil milhões (National Economic and Development Authority, 2013), em particular na cidade costeira de Tacloban. O Haiyan veio também mostrar a grande vulnerabilidade aos impactos destes fenómenos climáticos extremos numa região das Filipinas que está habituada à passagem anual de ciclones tropicais.

Percurso do ciclone tropical Haiyan



Fonte: CNN

O processo de reconstrução das infraestruturas nas áreas afectadas pelo Haiyan seria feito através do princípio de “reconstruir melhor”. Desta feita, medidas de redução de riscos foram integradas nos instrumentos de ordenamento do território, bem como zonamentos baseados em análises de risco, códigos de construção resilientes ao clima e modernização de infraestruturas.

Na cidade de Tacloban, logo após o impacto do Haiyan, foi implementada a política de zonas de construção interdita numa faixa de 40 metros a partir da linha da água, o que originou um processo de realojamento forçado dos ocupantes ilegais que viviam nas zonas sujeitas a riscos para a área norte da cidade, para os proteger do impacto de futuros ciclones tropicais.

Nova área de realojamento no norte de Tacloban



Fonte: Fotografia de Carlos Tito Santos

O impacto do Haiyan foi determinante para impulsionar novas leis, políticas e planos nas Filipinas, como o Plano Abrangente de Ordenamento do Território em Tacloban que foi revisto para incluir medidas de adaptação às alterações climáticas e medidas de redução dos riscos, tendo captado recursos financeiros e humanos para apoiar o processo de recuperação e reabilitação das zonas afectadas por este ciclone tropical.

Com os últimos anos a registarem consecutivamente as temperaturas médias mais altas, a comunidade internacional precisa urgentemente de tomar medidas que reduzam os impactos das alterações climáticas. Neste contexto, integrar a adaptação no ordenamento do território nem sempre é uma tarefa fácil, devido a potenciais políticas e planos antagónicos, interesses em jogo, falta de recursos e governança. No entanto, o ordenamento do território pode ser fundamental para diminuir a vulnerabilidade das populações e infraestrutura a riscos múltiplos, melhorando a resiliência das áreas urbanas apoiadas por políticas, legislação e

governança territorial efectiva que podem ajudar a antecipar os impactos dos ciclones tropicais extremos.

Carlos Tito Santos é investigador na organização **Oscar M. Lopez Center** baseada nas Filipinas que trabalha na área da adaptação as alterações climáticas e a gestão de risco de desastres.

O texto deste artigo resume as ideias e os resultados essenciais da tese de doutoramento do autor intitulada “The impact of tropical cyclone Haiyan in the Philippines: Contribution of spatial planning to enhance adaptation in the city of Tacloban”.

Too much of technological optimism, too little of societal transformation. Is this a decisive crossroad for the U.S. on climate?

Mônica Prado

📅 9 de outubro de 2018

For three days, I have immersed myself in the climate leadership training in Los Angeles, CA, USA, promoted by **Climate Reality Project**, a non-profit international organization dedicated to education and advocacy. Now I have a green circular button I can use as a global identification – a symbol that allows me to be named a climate leader and to be part of a global community of more than seventeen thousand people. Mine was the 39th climate leadership training and the largest already within a thread that began with the historical meeting held in 2006 outside of a barn in a farm with no more than twelve people sitting around in wood benches. **Al Gore** was and still is in command. He is the leader of a crowd in the U.S. eager for transformation, one of its kind, and the tactics of the Climate Reality Project rely on interpersonal communication, innovative technology and business trade. The goal is to create individual and societal support for strengthening the U.S. position as one of the players on the global effort to decarbonize the economy.

LA Training Group Official Photo – August 28-30, 2018



Fonte: Climate Reality Project

The public international image of Al Gore – the 45th vice-president of the U.S. and the recipient of the 2007 Nobel Peace Prize jointly awarded to the Intergovernmental Panel on Climate Change (IPCC) – is associated with *An Inconvenient Truth*. The documentary released in 2006 was part of the IPCC strategic communication plan aiming to spread the scientific findings stated on the AR4 (Assessment Report Four). For the first time in history, a global organization announced that climate change was caused in part of (a big chunk, I would say) human intervention in the atmosphere due to emitting too much greenhouse gases and creating an unbalanced state putting in risk ecosystems and species (humans inclusive). Professor Dr. Filipe Duarte Santos, last year, during an *interview* about the wildfire in Portugal, mentioned that humanity has changed the composition of the atmosphere, while explaining that the concentration of CO₂ has increased 43% since the pre-industrial period.

The tone of *An Inconvenient Truth*, known as the first Al Gore documentary, was alarmist, emotional and persuasive. It was time to raise awareness about the issue and to craft solutions to reduce emissions and avoid drastic impacts. The movie, targeting a massive international audience, worked as a wake-up call for perceiving risks associated with climate change. The threatening tone is no longer there. The mainstream discourse of the 39th climate leadership training is the same one embedded in the second Al Gore documentary released last year – *An Inconvenient Sequel: Truth To Power*. It is still emotional and full of infographics; however, the attention is on *hope*.

During the leadership training, sessions and speeches (or presentations) on how to communicate climate change emphasized the need for focusing on solutions and on taking local actions that will impact globally. One of the practical and hands-on teachings was about how to prepare and deliver presentations. Five sessions and three speeches addressed the subject, and Al Gore gave two presentations, explaining the cause and effects of climate change and the solutions for the climate crisis using vivid images and less wordy slides. On the first one, he spent a little more than an hour; on the second, he taught the 2.400 training attendees how to deliver it in ten minutes. Presentation is a keyword under the umbrella of how to shape interpersonal communication and build rapport with people. This type of communication is sedimented on the premise

that personal interaction is a way to effect social change, whose process starts with the individual, and from this ground zero builds a ripple effect into collectiveness.

Most important of all was the talking points for communicating and messaging climate change for small groups. Communicating from the heart – “tell your personal story and why you do care about the issue” – was pinpointed as crucial to establishing a conversation. The mantra for messaging is to divide the presentation in three parts: science, impacts, and solutions. One of the suggestions was: “Explain them all, but jump on the hope part as quickly as possible to drag peoples’ attention for acting on what they can do individually and collectively to reduce emissions”. The hope part is based on an optimistic narrative that technology and innovation will do the job to shifting a carbon society to a low carbon one.

At that point, there was no way not to notice the absence of mentions on adaptation measures and changing consumption patterns. These subjects require behavior change at large. The Climate Reality Project, during the 39th training, pointed out interpersonal communication, innovative technology and business trade as strategic cards for keeping the U.S. in the game of reducing emissions under the Paris Agreement. The need for a deep societal and economic transformation leading to a new future and life style was not part of the climate training. It passed over in silence on topics such as production and consumption pattern, soil for agriculture, and food waste as if natural resources were unlimited and inexhaustible. The IPCC latest report – Special Report 15, *Global Warming of 1.5 °C* (IPCC SR 15) – officially released on October 8th, highlights the importance of reducing consumption of energy and greenhouse-gas intensive products through behavioral and lifestyle changes.

The LA 39th climate training took place one week before the **Global Climate Summit**, held in San Francisco, CA (September 11-14). Taking advantage of the Summit agenda, the California governor, Jerry Brown, signed the **SB 100** measure pushing the state to carbon neutrality by 2045. In signing the measure, he reassured – what was a side dish of the main menu in the narratives of panelists and speakers of the 39th climate training – “we are open for business”. This avenue is the one chosen by Eric Garcetti, mayor of Los Angeles, a city

integrating the **C40** – a network of 40 world megacities committed to clean energy and sustainability. Garcetti spoke on the second day of the training and emphasized that the key point for acting locally is to envision a post-carbon era now because sustainability is intertwined with every aspect of a city and its people.

IPCC SR 15 – risks at 1.5 °C for people, economies and ecosystems based on the Five Integrative Reasons for Concern (RFCs)

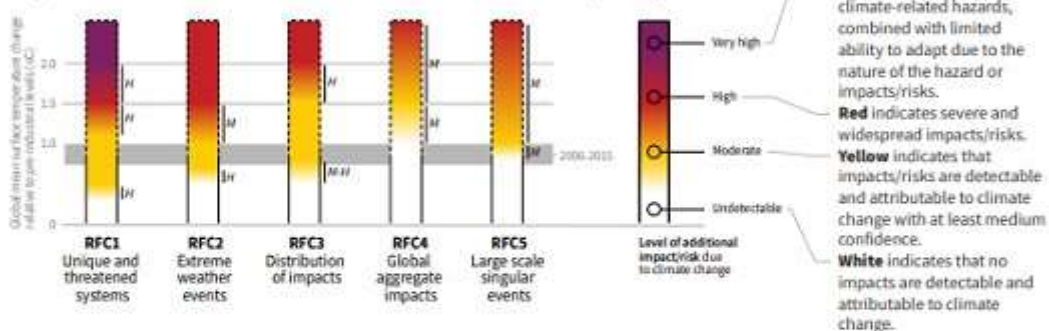
Approved SPM - Copyedit pending

IPCC SR1.5

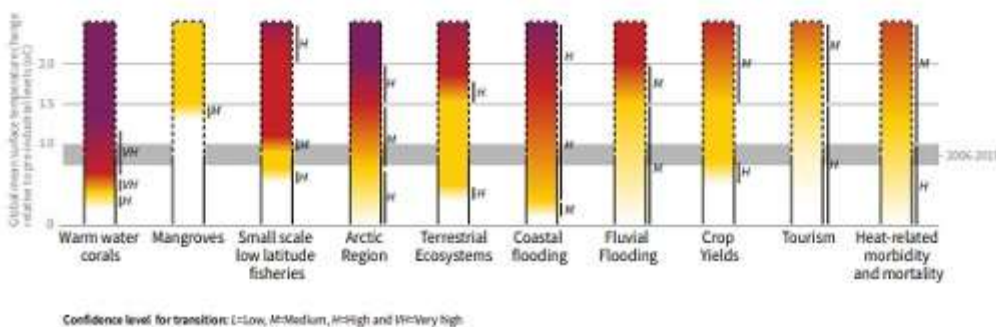
How the level of global warming affects impacts and/or risks associated with the Reasons for Concern (RFCs) and selected natural, managed and human systems

Five Reasons For Concern (RFCs) illustrate the impacts and risks of different levels of global warming for people, economies and ecosystems across sectors and regions.

Impacts and risks associated with the Reasons for Concern (RFCs)



Impacts and risks for selected natural, managed and human systems

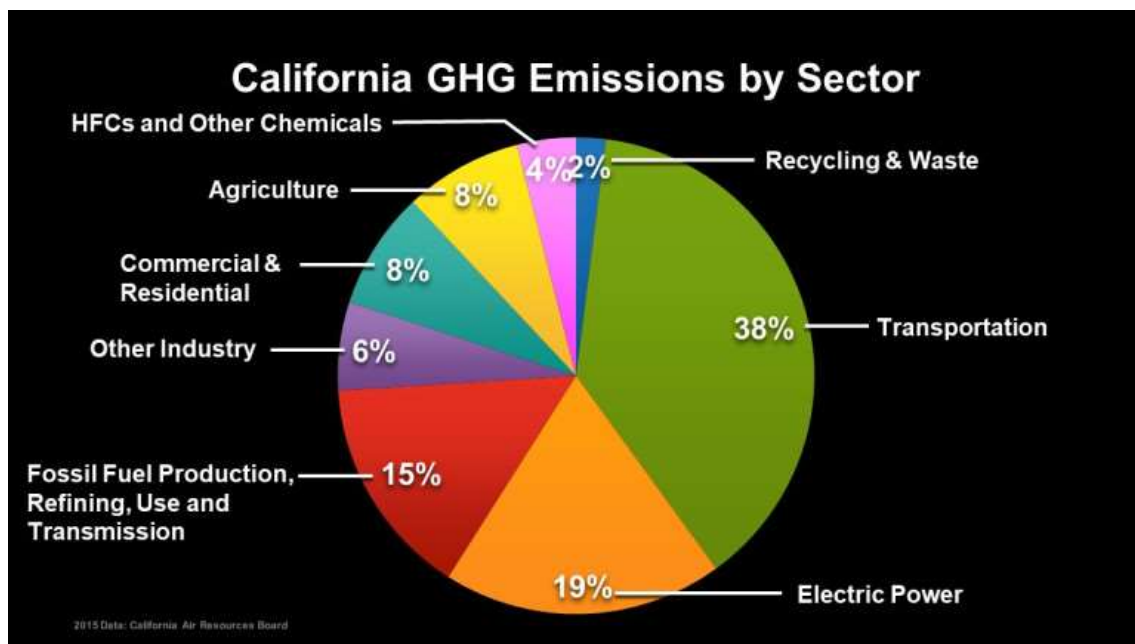


Fonte: IPCC SR 15

These efforts, however, are not even near the 2 °C cap. A close look at the Intended Nationally Determined Contributions (INDCs) from all 197 signatories of the Agreement (the U.S. included) points to a **2.7-3.7 °C** of warming at the end of the century. The IPCC Special Report 15 (*Global Warming of 1.5 °C*) could function (I expect) as a push to strengthening the global response to avoid the **catastrophic**

risks of climate change. The Climate Reality Project is in tune with the tone of the SR15 and its 2019 agenda is focusing on businesses such as clean grid, efficient buildings, mass transit transportation, and renewable energy storage. The international NGO 350.org is aligned as well. According to the NGO, the report is a call to action for phasing out fossil fuels now and aggressively accelerating the transition to 100% renewable energy and implementing nature-based solutions to reduce CO₂ already in the atmosphere.

California GHG emissions by sector – data 2015 Air Resources Board



Fonte: California Air Board Data (2015)

Alongside with [Climate Mayors](#) – a coalition of 407 US mayors, representing 70 million people – and the societal movement We Are Still In, the California governor is leading the presence of the U.S. in the Paris Agreement, navigating as a parallel power in relation to the current President of the U.S., Donald Trump. More than ten times during the 39th training (I counted, how surprised I was), Al Gore and executive members of the Climate Reality Project have said, loudly and didactically, that the U.S. is not out of the Paris Agreement as the President Trump brags. They explained that, officially, the U.S. could not withdraw until the next day of the new presidential election – November 4th, 2020. Until there, “We the People”, as imprinted in the United States Constitution, will keep the U.S. in the game working with alliances to keep pace with the voluntary

contributions pledged by the U.S.: reducing emissions by 26%-28% by 2025, based on 2005 levels.

Mônica Prado is a PhD student at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), in the **Doctoral Programme in Climate Change and Sustainable Development Policies**.

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

ÁGUA, FLORESTAS E ÁREAS PROTEGIDAS



Introdução

Água, florestas e áreas protegidas são os temas reunidos neste capítulo, partilhando entre si uma importância vital para o bem-estar humano e para a sustentabilidade ambiental do planeta. Todavia, essa sustentabilidade necessária está cada vez menos assegurada, tal é a magnitude – crescente – das ameaças perpetradas pelas sociedades humanas, em virtude de um *cocktail* de factores, entre os quais, o aumento contínuo da população mundial.

Dos 10 artigos incluídos neste capítulo, seis são respeitantes à água. Os recursos hídricos, bens naturais indispensáveis à vida e de suporte directo de muitos ecossistemas, enfrentam problemas graves em muitas regiões do mundo como a escassez derivada de um consumo crescente de água (sendo a agricultura o sector de actividade que claramente se destaca neste domínio, e reflectida nestes artigos), mas também ampliada pelos efeitos das alterações climáticas; a poluição por esgotos urbanos e industriais, fertilizantes e pesticidas, ou ainda a utilização abusiva da engenharia hidráulica ‘pesada’ que adultera e danifica os sistemas naturais hídricos originais. Três artigos (José Gomes Ferreira, [setembro de 2016](#) e [novembro de 2017](#); Gleydson Pinheiro Albano, [maio de 2017](#)) têm o Nordeste do Brasil como pano de fundo – um dos quais também abarcando a Península Ibérica em termos comparativos no quadro da política de transvases. O Nordeste brasileiro é uma das regiões vítimas de stress hídrico, tal como Cabo Verde, retratado noutro artigo (António Sobrinho, [dezembro de 2018](#)), que interroga a necessidade de construir barragens neste arquipélago. Os outros dois artigos convidam a uma reflexão, quer sobre a necessidade de uma nova cultura da água (José Gomes Ferreira, [julho de 2018](#)), quer analisando uma escala de perspectivas sobre a intensificação sustentável da agricultura (André Silveira, [fevereiro de 2018](#)), alertando, em ambos os casos, para a urgência de uma abordagem mais ecológica e holística, assente numa visão ecossistémica, cultural e social.

A floresta é o tema de dois artigos. «Que se precisa pois? Depois dos fogos, uma pergunta com 202 anos» (Pedro Almeida Vieira, [outubro de 2017](#)), surge no rescaldo dos incêndios catastróficos que reduziram a cinzas mais de 500 mil hectares num só ano em Portugal (um triste recorde nacional) – o fatídico ano de 2017. Portugal é o país que mais tem ardido na Europa, quer em termos relativos (percentagem do seu território) quer em diversos anos até em termos absolutos (independentemente da sua dimensão). Será a gestão florestal e territorial um problema crónico nacional? É o que sugere a “pergunta com 202 anos”, assinalando, por exemplo, que desde o início deste século «arderam cumulativamente mais de 2,5 milhões de hectares, isto é, cerca de 30% do território nacional»... O outro artigo, de João Afonso Baptista ([março de 2017](#)), tendo as florestas de Angola como cenário, critica as abordagens contemporâneas sobre realidades florestais que não levem em conta o contacto directo com esses territórios, e desprezem por princípio o conhecimento local dos seus habitantes construído ao longo de gerações.

«Áreas protegidas: demasiado importantes para continuarem esquecidas» (David Travassos, [fevereiro de 2018](#)) é, como o próprio título sugere, uma reflexão sobre a situação actual destas áreas no contexto nacional, elencando problemas e desafios. Apesar de albergarem, no conjunto das áreas classificadas, «a maior riqueza do património natural e paisagístico do país, sendo fundamentais pelos serviços de ecossistemas que prestam», sofrem no entanto «de um historial já longo de múltiplos défices: de recursos humanos e financeiros, de fiscalização, de acções de conservação da natureza e restauro ecológico de habitats» e «não têm merecido a atenção devida do poder político, dos media e da opinião pública».

Finalmente, o artigo «Etnografia breve de uma vila piscatória em mutação», de Ana Delicado ([fevereiro de 2018](#)), é um retrato de Santa Luzia, uma vila e freguesia do concelho de Tavira, situada à beira da Ria Formosa e de antiga tradição piscatória (que remonta ao século XVI), hoje cada vez mais voltada para o turismo como sector económico alternativo, incluindo o alojamento local.

David Travassos

David Travassos é bolseiro de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)) e membro do [Observa](#) – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.

Lista de posts

Crónica do Sertão: entre a seca e a esperança <i>José Gomes Ferreira</i>	174
Políticas públicas de regadios no Nordeste do Brasil <i>Gleydson Pinheiro Albano</i>	180
O milagre dos transvases num mundo à beira da catástrofe hídrica <i>José Gomes Ferreira</i>	184
Sustainable intensification of agriculture? Insights from water systems and an old oxymoron <i>André Silveira</i>	190
Desafios para uma nova cultura da água <i>José Gomes Ferreira</i>	196
Valerá a pena construir barragens em Cabo Verde? <i>António Sobrinho</i>	200
A floresta: sobre o conhecimento eco(i)lógico <i>José Afonso Baptista</i>	206
Que se precisa, pois? – Depois dos fogos, uma pergunta com 202 anos <i>Pedro Almeida Vieira</i>	211
Áreas Protegidas: demasiado importantes para continuarem esquecidas <i>David Travassos</i>	215
Etnografia breve de uma vila piscatória em mutação <i>Ana Delicado</i>	226

Crónica do Sertão: entre a seca e a esperança

José Gomes Ferreira

 12 de setembro de 2016

Este texto baseia-se na experiência de trabalho de campo de um projeto de pós-doutoramento na Universidade Federal do Rio Grande do Norte, em torno das políticas públicas e sustentabilidade ambiental, em particular a seca e vulnerabilidade social no Nordeste brasileiro, assim como sobre saneamento básico no Brasil e em Portugal.

Madrugada em Natal, seguimos para o interior do estado do Rio Grande do Norte. Nos dias seguintes acompanho a equipa da Universidade Federal do Rio Grande do Norte que irá capacitar os técnicos de 86 prefeituras no sentido de elaborarem os seus Planos Municipais de Saneamento Básico. Sinto-me em casa, o processo é ligeiramente diferente do levado a cabo em Portugal pela equipa ClimAdaPT.Local, mas as semelhanças são enormes. Deixando de lado essa coincidência, sigo viagem com a restante equipa no mini-autocarro, uma oportunidade para saber mais sobre um dos temas da minha pesquisa e um problema que muito urge resolver no Brasil.

Pouco passa das 5:30 da manhã, talvez por isso impressione mais o número de carros-pipa (para nós, camiões-cisternas) que logo em Macaíba, município situado na Grande Natal, rumam a Oeste. Ao longo de cerca de 200 Kms vão ser às centenas os que se cruzam na nossa viagem. Com todas as cores, formas e feitios, seguem rumo ao sertão, onde a água é um líquido inexistente. Na vasta região sertaneja não chove, pelo menos, desde 2012, o que faz com que muitas albufeiras estejam praticamente com volume morto ou atinjam, na melhor das hipóteses, 10% da sua capacidade.

Em visita anterior à vizinha Paraíba deparei-me com o mesmo cenário, um problema que em breve irá afectar os dois estados. Estou a pensar sobretudo no açude de Coremas, que é o ponto de abastecimento de municípios de um e de outro lado. Quanto a Boqueirão, que abastece cidades como Campina Grande, atingia em Julho o pior nível da sua história, com pouco mais de 8% do volume, ou seja, está sem água e a que possui terá uma grande concentração de poluentes.

Estamos a falar de uma barragem que abastece uma cidade com mais de 400 mil habitantes e 18 outras cidades, o que equivalerá sensivelmente à população do município de Lisboa: imagine-se a dimensão do problema.



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

Nesta e numa viagem posterior rumo ao interior do Rio Grande do Norte, seguimos atrás de filas e filas de carros-pipa, por vezes no mesmo compasso, por serem mais difíceis de ultrapassar nas estreitas estradas. Ao olhar pela janela vejo áreas que lembram um manto de ouro em vez de erva verde. Nesse reclinar deixo passar igualmente algumas memórias de Portugal, pelas semelhanças de cada montanha e depois nas amplitudes térmicas sentidas no interior, com calor seco e noites frias. Aqui e ali a caatinga ocupa as encostas de pequeno declive e corta com tons cinza e castanho esse manto dourado. Ao longo do percurso fazemos uma curta paragem, durante a qual cruzamos com pessoas de trato simples e rosto marcado pelas suas vidas secas, mas também pela capacidade de resistência. Aqui e ali, já na entrada do Seridó, caem escassos pingos de chuva, insuficientes para colar o pó à terra e fazer crescer arbustos e plantio. Avistam-se pequenos lagos naturais e pequenas bacias de retenção, sempre com pouca água, apesar de ser Inverno. Não deixa de ser estranho que longas adutoras colocadas à beira da estrada transportem água para o litoral e depois todos estes camiões

façam o percurso inverso carregados com água potável. No litoral a chuva é repentina e intensa. Em qualquer lugar a falta de respostas aos problemas do saneamento condicionam soluções e têm um forte impacto sobre a saúde humana, essa será uma das justificações.



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

Estamos numa das regiões semiáridas mais populosas do planeta, a resposta à seca tem como principal prioridade fixar as populações, evitando o drama dos retirantes, ou seja, a fuga das populações flageladas pela seca. Este é um drama de má memória para o Brasil, designadamente para o Nordeste, que não esquece que na resposta às grandes secas de 1915 e 1932, perante a incapacidade de dar trabalho a tanta mão-de-obra, foram criados campos de concentração nos arredores de Fortaleza, no estado vizinho do Ceará. Ninguém quer repetir esse gesto, razão pela qual a estratégia mudou, procura agora dar resposta imediata aos problemas, sem esquecer medidas no sentido da convivência adaptativa à seca. Essas medidas têm variado, passam pelos citados carros-pipa, pela construção de cisternas individuais, pela construção de diversas infraestruturas, tais como poços, barragens e açudes, assim como pela capacitação e acompanhamento dos agricultores e por garantir apoio social em situações de perda de colheitas. A crise em que o país mergulhou a partir de 2015 coloca

algumas preocupações, mas o desejo de todos é de continuidade das políticas e das acções em curso, designadamente dos programas de emergência em situações de seca (por ex., Bolsa Estiagem e Garantia-Safra), e da continuidade de grandes obras, entre as quais, a conclusão da barragem de Oiticica e do adutor de emergência entre a barragem Armando Ribeiro Gonçalves e a cidade de Caicó. A isso se junta a necessidade de conclusão do projecto Sanear RN, que pretende solucionar os problemas de saneamento básico em 18 municípios do Rio Grande do Norte, correspondentes a cerca de 80% da população.



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

O peso da infraestrutura é tão grande que nos relatos da agenda mediática os rios estão praticamente ausentes. As excepções são o rio Piranhas-Açu, por ser um dos mais cobiçados para agricultura de regadio, e o rio São Francisco, devido à grande obra de transposição em curso, que será provavelmente o maior transvase da América Latina, temática que opto por não aprofundar aqui dada a sua complexidade. Os rios estão ausentes mas a tecnologia está presente em doses massivas através da chamada indústria da seca, que inclui grandes obras para armazenamento e transporte de massas de água e o abastecimento como medida de mitigação.

Apesar das preocupações e dos relatos, existe vida e esperança nos campos, onde, entregues ao destino, os agricultores e criadores de gado não desistem. Tive a oportunidade de ver discutir bons exemplos, todos eles partindo de um modelo de agricultura familiar, que quer apostar nos produtos endógenos e em novas formas de produção com menores necessidades de água e sem recurso a pesticidas. A pequena escala parece não ser um problema, o problema está em certificarem os seus produtos e em criarem redes que permitam garantir o escoamento. A esta dinâmica não será alheio o contributo da academia na qualificação de técnicos e na formação dos agricultores e outros produtores. Apesar da incerteza relativamente ao futuro o caminho está traçado, existe esperança naquelas gentes e nos responsáveis pelos vários projectos de extensão e qualificação.

A discussão sobre o agronegócio vem à tona com a mudança ocorrida no baixo Açu a partir de 1983, ano de inauguração da barragem Armando Ribeiro Gonçalves, quando aquele que era o maior reservatório de água do Nordeste se transformou no principal pólo de produção de fruta tropical do Nordeste. Trata-se de um dos tópicos fundamentais para mostrar ser desigual o acesso água por parte dos diferentes actores sociais. Aliás, o tema esteve no centro de um debate organizado pelo **SEMAPA – Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental**, um dos grupos de pesquisa que integro.



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

Em pleno mês de Agosto, portanto em pleno Inverno, visito a barragem de Gargalheiras, localizada no Rio Grande do Norte a escassos quilómetros do município de Acari e a cerca de 225 km de Natal. É indiscutível a beleza do local, onde se pode encontrar um óptimo restaurante e uma pousada que convida a um fim de semana. Porém, é uma beleza em forma de drama. As imagens são claras quanto à situação da barragem, onde apenas resta um pequeno lençol de água, incapaz de cobrir o fundo da albufeira. Não se avizinha um Verão fácil para este povo que, já habituado às agruras do clima, pouco se lamenta, mas sofre. O viajante não pode imaginar as dificuldades de toda esta gente. As imagens lembram o paraíso, mas não relatam as dificuldades. Não ignoro o potencial da região, a frase sempre dita do ambiente como oportunidade, aí reside igualmente esperança.

Na estrada asfaltada encontramos dois sertanejos conduzindo um boi. Seguem estrada fora guiando o animal no pico do calor. Sem pressa de chegar, aguardamos alguns momentos para registar o momento, gesto a que simpaticamente reagem, sem palavras, mas com um olhar transparente e cativante, como que a dizer obrigado por terem vindo. Nós agradecemos e seguimos, partilhando um pequeno trecho das suas vidas e dos seus trajes, imaginando as conversas que possam ter após a nossa passagem.

José Gomes Ferreira é membro do **Observa – Observatório de Ambiente e Sociedade** desde 1998 e do grupo de pesquisa Ambiente, Território e Sociedade desde a sua criação, ambos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**). Encontra-se actualmente a fazer Pós-doutorado no Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais, Departamento de Políticas Públicas da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, centrando a sua pesquisa sobre políticas públicas e sustentabilidade ambiental. Como professor convidado, lecciona sobre os mesmos temas na referida Universidade, onde integra os grupos de pesquisa SEMAPA – Socioeconomia do Meio Ambiente e Política Ambiental e SAD – Sustentabilidade, Ambiente e Desenvolvimento.

Políticas públicas de regadios no Nordeste do Brasil

Gleydson Pinheiro Albano

 24 de maio de 2017

O Nordeste do território brasileiro, principalmente a sua região semiárida, atravessou os últimos séculos sendo lembrado dentro e fora do país como uma região atrasada, muito em função da pobreza da sua população, da desigualdade de acesso a terra e da ocorrência de secas, que fizeram uma multidão de nordestinos migrar para outras áreas do país, como o Sudeste e a região Amazônica.

No início do século XX, com a ocorrência de mais uma grande seca nessa região do país, o governo brasileiro resolveu criar um órgão para enfrentar as secas dessa região e assim nasce no ano de 1909 a Inspetoria de Obras Contra as Secas (IOCS) (hoje, Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – **DNOCS**).

Durante toda a primeira metade do século XX esse órgão iria ser responsável por políticas de construção de açudes com o objetivo de fornecer água para matar a sede do nordestino. Inclusive é pela criação e área de delimitação do órgão (área de ocorrência de secas) que o termo **Nordeste** é popularizado e institucionalizado no país, entrando posteriormente na cartografia como uma das regiões brasileiras.

Após a Segunda Guerra Mundial, há um indicativo de superação dessa política de construção de açudes com a criação da Comissão do Vale do São Francisco em 1948 (hoje, Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – **CODEVASF**), que ficou responsável por desenvolver o vale do Rio São Francisco, considerado a maior bacia hidrográfica do Nordeste.

A partir dos anos 1960, a COVEFASF e o DNOCS, influenciados pelas ideias de desenvolvimento difundidas principalmente por órgãos internacionais, vão implementar uma política de regadios para o Nordeste do Brasil com o apoio e financiamento substancial do Banco Mundial como tentativa de solução dos problemas relacionados com a seca.

Bacia do rio São Francisco no Nordeste do Brasil



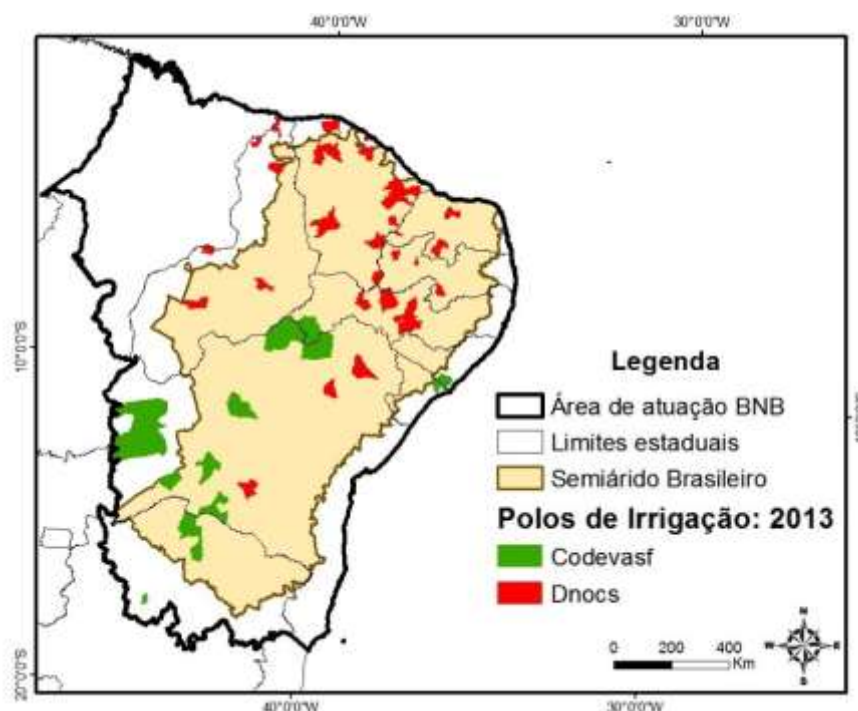
Fonte: Wikipédia

Foram implantadas dezenas de perímetros de regadio no semiárido nordestino desde os anos 1960 até os dias atuais com o objetivo de desenvolver a região através da produção, venda, exportação e até beneficiamento de frutas, como melão, banana, coco, manga, uva, dentre muitos outros produtos.

Os projetos de desenvolvimento ancorados na rega e implantados por todo o Nordeste a partir dos anos 1960 vieram a se mostrar com o tempo, como uma série de problemas resultantes da má gestão do dinheiro público, como atrasos, além de altos custos sociais, com as desapropriações de muitos para dar lugar ao perímetro de rega para? poucos, como reconheceu o **Banco Mundial em relatório em 1983**.

Segundo o relatório do Banco Mundial, as metas de irrigação colocadas pelo Governo Federal do Brasil ficaram longe de ser atingidas nos projetos de irrigação. O Banco cita que das 22.000 famílias que o DNOCS esperava instalar em 1980, somente 2.957 (13%) foram instaladas.

Perímetros de regadio (polos de irrigação) no semiárido nordestino implantados pela CODEVASF e pelo DNOCS até 2013



Fonte: *Confins* (Autoria de Antonio Marcio Buainain e Junior Ruiz Garcia)

De forma similar, dos 100.000 hectares que o DNOCS esperava irrigar em 1980, apenas 14% (14.270 ha) foram concluídos. Do mesmo modo, a CODEVASF também não atingiu as metas propostas de irrigação. Da meta de 50.000 hectares, somente 20% foi atingido.

No ano de 2000, após dezenas de empréstimos do Banco Mundial e vários projetos de desenvolvimento ancorados pelo Governo Brasileiro nos perímetros de rega, tem-se uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU) que fez um diagnóstico das políticas de rega entre 1971 e 2000.

Com essa auditoria ficam evidentes inúmeros problemas relacionados com a política de regadio brasileira. Um dos problemas é a falta ou limitação de recursos hídricos, que a auditoria do TCU identificou. Dos 38 projetos públicos de irrigação do DNOCS em 2000, 22 estão com limitação de recursos hídricos ou sem recursos hídricos prejudicando a possível emancipação dos mesmos, sem falar que muitos desses além da falta de recursos hídricos tem sério comprometimento das suas infra-estruturas hídricas, prejudicando de sobremaneira o processo de funcionamento regular do perímetro.

Uma década e meia depois do relatório do Tribunal de Contas da União, temos a mesma realidade se apresentando, principalmente com a redução significativa dos níveis da maioria dos grandes e médios reservatórios de água do semiárido Nordeste nos últimos anos. Muitos perímetros de rega estão em colapso hídrico, sem água para funcionar, outros estão em colapso pela destruição das suas infra-estruturas hídricas, que não sofreram reformas ou reformulações suficientes nas últimas décadas.

***Infra-estrutura de armazenagem de água para distribuição no
Perímetro Irrigado do Sabugi, Rio Grande do Norte, Nordeste do Brasil***



Fonte: Fotografia de Gleydson Pinheiro Albano

Percorrendo alguns desses perímetros no semiárido nordestino nos últimos anos, escuto a população local nomear essas estruturas hídricas sem funcionamento de “cemitério”. Uma triste constatação para um ambicioso projeto de políticas de desenvolvimento e de combate às secas.

Gleydson Pinheiro Albano é Professor da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil e atualmente um Investigador visitante no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

O milagre dos transvases num mundo à beira da catástrofe hídrica

José Gomes Ferreira

 22 de novembro de 2017

Assiste-se em várias geografias ao alastrar da crise hídrica a uma escala sem precedentes, agravada pela rapidez das alterações climáticas em curso, que intensificam as ameaças à disponibilidade de recursos hídricos, mas também pela crescente procura de água resultante do crescimento da população mundial, pelo aumento do consumo per capita e pela expansão da agricultura de regadio, como mostram os dados da [FAO](#) e a publicação [Global Water Outlook to 2025](#). O problema pode acentuar disputas pelo recurso e por territórios que o possuem, intensificadas face à desigual distribuição geográfica e social da água, e à tensão entre o entendimento da água como bem comum e direito humano, tal como classificado pelas Nações Unidas em 2010, e a pressão pela sua mercantilização, de que nos fala [Pedro Arrojo Agudo](#).

Para garantir o armazenamento, transporte e fornecimento de água têm sido colocadas em prática, por um lado, soluções de longo prazo, privilegiando a construção de infraestruturas seguindo na sua génese soluções hidráulicas de grandes dimensões, tais como barragens, canais e adutoras de transporte de água. E, por outro, medidas emergenciais que procuram levar água a populações em situações de colapso no abastecimento, tal como acontece neste momento nos municípios da região de Viseu, que na iminência do colapso da barragem de Fagilde estão a recorrer ao abastecimento através de camiões-cisterna. No Nordeste brasileiro, a utilização de camiões-cisternas é uma prática comum, numa região em que as políticas públicas recorrem adicionalmente a medidas assistenciais de apoio aos pequenos produtores agrícolas, de modo a fixá-los nas suas explorações e a evitar a saída de ‘retirantes’, os refugiados ambientais nordestinos.

Seca no Nordeste brasileiro/RN. Barragem Armando Ribeiro Gonçalves com apenas 13,21% da sua capacidade de armazenamento – [link](#)



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

A opção pela construção de grandes canais ou adutoras de transporte de água é conhecida desde a Antiguidade. Na sua análise sobre as origens do capitalismo, Max Weber mostrou que a existência de infraestruturas de irrigação constituía um forte impulso à modernização dos estados, por implicar a existência de uma estrutura burocrática de gestão e planeamento, e por articular os usos agrícolas e o abastecimento urbano. Séculos mais tarde, o desenvolvimento tecnológico e os novos conhecimentos de engenharia e de materiais do período pós-Revolução Industrial proporcionaram o surgimento de empreendimentos de grandes dimensões, parte dos quais utilizados a partir daí igualmente para produção de energia. Em vários países, muitas propostas foram apenas planeadas, pelo que nunca chegaram a avançar. Ainda assim, parte destas permaneceu simbolicamente na agenda de opções de resolução dos problemas da seca.

Este é um ponto de partida para a realização de uma pesquisa internacional que compara dois casos aparentemente distintos. São eles: i) a polémica do transvase do Tejo-Segura, por ser a que nos afeta de forma direta e ser um tema na ordem do dia com o acentuar da seca na Península Ibérica: e, mudando de hemisfério terrestre, o projeto de transposição da água do rio São Francisco para as bacias setentrionais do semiárido brasileiro, ou seja, o transvase das águas deste rio

como solução para a seca no interior do Nordeste. Numa leitura prévia verificamos que entre estes dois casos existem algumas semelhanças, ressaltando naturalmente diferenças quanto à dimensão das obras, concretização, valor simbólico como proposta de desenvolvimento, envolvimento da academia e processo de contestação por parte da sociedade civil.

Historicamente, identificamos uma quase coincidência na data das propostas fundadoras. O transvase das águas do rio Tejo tem antecedentes na Proposta de Lei sobre Caminhos e Canais, levada às Cortes (Espanha) em 1820, mas somente formalizada em 1933 no Plano Nacional de Obras Hidráulicas. A obra avançou e a primeira fase ficou concluída em 1960. Por sua vez, em 1818, ainda no governo de Dom João VI, ou seja, no final da presença portuguesa no Brasil, foi apresentada a primeira proposta de transposição das águas do rio São Francisco, que pretendia levar água deste ao rio Jaguaribe, no Ceará. Ao contrário do transvase Tejo-Segura, a transposição foi sucessivamente adiada e somente em 2017 foi inaugurado o Eixo Leste, pelo que **falta ainda concluir o Eixo Norte**.

Nos casos em análise, mas também noutros (por exemplo, no rio Colorado, na Califórnia), a irrigação assume-se como uso predominante. Na Península Ibérica, a água é retirada da cabeceira do rio Tejo e transferida para a **produção agrícola da região de Múrcia**. Na transposição das águas do **São Francisco**, ainda que o projeto afirme que o uso prioritário previsto seja o consumo humano e a dessedentação animal, a água irá igualmente ser usada na produção agrícola intensiva em áreas irrigadas, entre as quais o Vale do Açu, conhecido por ser grande produtor de fruta tropical, integrando o mercado de **commodities, através do qual o Brasil** exporta grandes quantitativos de **água virtual**, ou seja, a água incorporada nos produtos, bens ou serviços, considerando as características ambientais de cada região na avaliação dos impactos e usos da água, do início da produção da matéria-prima à comercialização do produto.

O debate sobre justiça socioambiental, associado à discussão sobre as desigualdades regionais e sociais no acesso e sobre as prioridades no uso da água, tem gerado enorme controvérsia em Espanha, motivo para a presença constante do tema na comunicação social. Os opositores argumentam ser necessária uma nova cultura da água, que não aponte apenas para o líquido que sai da torneira ou passa no canal de rega, mas para uma visão ecossistémica, de enraizamento

social e simbólico-cultural que valorize a água como recurso natural finito e ameaçado, capaz de aproximar as pessoas, gerar laços e estabelecer redes, ao mesmo tempo que reforça os valores ambientais e sensibiliza para a necessidade de proteção dos ecossistemas hídricos. Nessa proposta é reconhecida a importância das paisagens e das atividades lúdicas e instrumentais, seja a pesca, banhos, rega ou abastecimento público.

Seca no Nordeste brasileiro/RN – Rio Piancó Piranhas-Açú visto da ponte de Jucurutu



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

No Nordeste brasileiro é prematuro avançar com exemplos de injustiça ambiental, mas a falta de articulação entre a obra da transposição e o planejamento municipal antecipam algumas dificuldades. Por outro lado, é histórico o uso da água como elemento central de dominação e controle social, razão pela qual **João Abner Guimarães Júnior** integra o debate na continuidade do clientelismo associado à indústria da seca, deslocado com a transposição para a indústria da construção civil. Guimarães Júnior acrescenta que o problema do Nordeste não é a falta de água, mas a falta de boa gestão e governança. Na mesma linha, **João Suassuna** receia que se esteja a usar dinheiro público para construir um ‘elefante branco’, incapaz de responder aos anseios da população nordestina e de promover o desenvolvimento regional.

Por último, o avanço rápido das alterações climáticas vem colocar alguns problemas a estas infraestruturas. Em ambas as geografias a situação hídrica atingiu um ponto em que as infraestruturas destinadas aos transvases podem, a breve trecho, não ter condições de resposta à função para a qual foram construídas. No caso do Tejo, **vários jornais**, através de reportagens ou pela mão de especialistas, têm feito eco do possível colapso do rio. Manifestando um problema semelhante, o rio São Francisco regista uma situação de grande carência de água, com impacto na agricultura irrigada de Petrolina e Juazeiro e na produção de energia em barragens como Sobradinho, o maior reservatório do Nordeste, que opera apenas a **4% da sua capacidade**, pelo que deve ser suspensa a qualquer momento.

Seca no Nordeste brasileiro/RN – animais resistem à seca



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

Em suma, pede cautela a construção de tipo de infraestruturas para o transporte de água de umas regiões para outras, ao gerar desequilíbrios no acesso e nos tipos de uso, sem sensibilizar para a escassez do recurso e para o valor ambiental, social e económico da água. Mas também por inverter os processos de governança, considerados apenas quando existe necessidade de legitimar decisões já tomadas. Não admira que estes empreendimentos estejam na origem de diversos conflitos socioambientais, opondo agricultores, empresas, populações afetadas e poder político. Não só por exporem situações de injustiça socioambiental, mas por

necessitarem de elevados investimentos públicos, sem posterior usufruto coletivo, e por avançarem como a solução milagrosa para os problemas da seca de determinada região com base num pressuposto de abundância de água que não pode ser confirmada.

José Gomes Ferreira é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), com apoio da Fundação para a Ciência e Tecnologia através da bolsa com a referência SFRH/BPD/116662/2016. É ainda professor colaborador do Programa de Pós Graduação em Estudos Urbanos e Regionais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

Sustainable intensification of agriculture? Insights from water systems and an old oxymoron

André Silveira

 14 de fevereiro de 2018

The concept of sustainable development is often seen as a contradiction in terms (i.e. an oxymoron). No form of economic development can be sustained indefinitely, given the inherent limitations of both humans and the ecosystems we depend upon to, for example, access good quality water and food. Economists continue to debate alternatives based on, for example, the concepts of ‘steady state economy’ and ‘degrowth’. Ultimately, I argue, any form of long term development centred on human well-being must safeguard the health of our rivers, aquifers, lakes and reservoirs.

No other sector of economic activity interacts more extensively with water systems than agriculture. In both developed and developing countries, we are witnessing a new wave of agricultural intensification in response to food security concerns associated with a fast expanding global population as well as social inequality. Food insecurity remains a highly complex phenomenon that has been greatly exacerbated by food waste, the production of crops for livestock, energy policies and prices (leading for example to the use of food crops for biofuels), as well as financial speculation.

Still, international organisations like United Nations’ Food and Agriculture Organisation (FAO) remain adamant – greater productivity per hectare of agricultural land is needed if the nutritional requirements of an ever-expanding global population are to be met. Crop production intensification is FAO’s strategic objective number one. Still, this round of intensification must be of a sustainable kind, so to avoid the environmental (and social) pitfalls of the so-called Green Revolution vigorously promoted in the decades following Second World War.

One of the small reservoirs of the Alqueva irrigation system in Alentejo, Southern Portugal



Source: Photo by André Silveira

Yet, how is sustainable intensification of agriculture to be achieved in practice? The answers are multiple and remain contested. Sociologist and geographer T.K. Marsden notes how proposals can be ranked on a scale of weak to strong interpretations of sustainability depending on, for example, the role of technology, the use of synthetic inputs (e.g. fertilizers, pesticides, herbicides), and the integration of local ecological knowledge. On the weak end, the emphasis is on agricultural production through processes such as genetic engineering, and on technology-oriented scientific knowledge production for efficiency and precision in the use of resources and synthetic inputs. The food crisis and corresponding food security “solutions” are framed in a global, aggregated way that appear to seek legitimacy for a renewed focus on agricultural productivity. This weak version of sustainable intensification has been promoted by a set of actors (e.g. food traders and retailers, producers of seeds, fertilizers, pesticides and herbicides, insurance companies, investment funds) with mutually reinforcing interests on global free trade of agricultural goods and related products, and on the financialisation of agriculture-related assets and businesses. This is visible,

for example, in the production of **soybeans**, **corn** and, more importantly for the Portuguese context, **olive oil**.

An intensive olive oil plantation irrigated by the Alqueva system in Alentejo, Southern Portugal



Source: Portal agronegócios

Aligned with a stronger, more ambitious interpretation of sustainability one finds actors, strategies and practices aiming at intensifying the ecological processes that underpin long term agricultural productivity, promote soil fertility and conserve water and organic matter. Knowledge about local agro-ecologies should be integrated in processes of scientific knowledge co-production to provide local and regional food security solutions. Proponents are producers and consumers advocating short supply chains, slow food, organic agriculture and fair trade. Overall, the notion of sustainable intensification of agriculture highlights the contradictions in the old oxymoron of sustainable development, with weak interpretations of sustainability dominating not only the **European agriculture and food policy** but also its **research and innovation landscape**.

FAO's strategy of sustainable intensive crop production advocates careful consideration of the environmental processes through which ecosystems produce important services for human well-being. Well-functioning rivers and aquifers provide humans with, for example, drinking water, food, flood/drought protection, as well as landscapes and environmental amenities that lie at the core of local identities, and senses of place and community.

Water ecosystems' contribution to human well-being			
Support	Regulation	Provision	Culture & Identity
Dilution of contaminants, nitrogen and phosphorous cycling, decomposition	Water flow regulation (flood mitigation by natural flood plains) Water purification (e.g. filtration by river bank vegetation)	Water and food for people, animals and plants	Recreational, spiritual, aesthetics, educational

Source: Martin-Ortega et al. (2015)

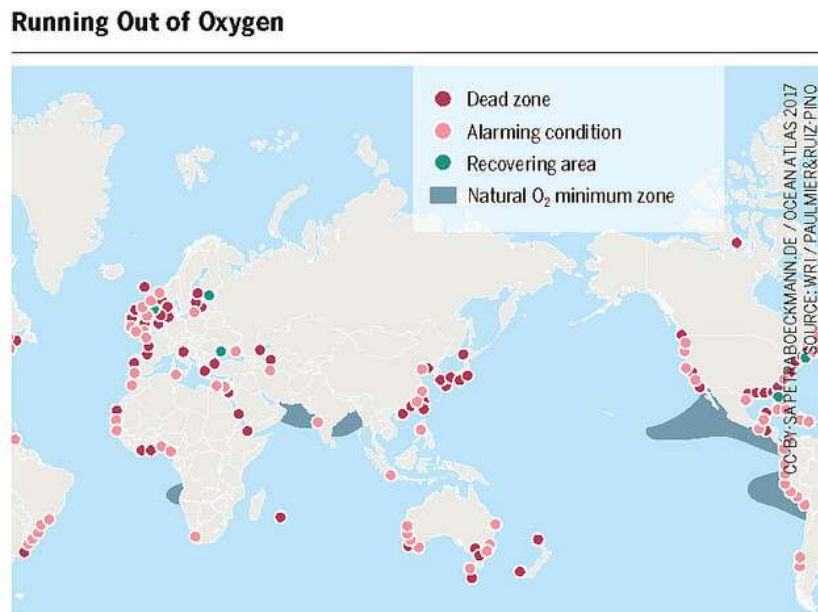
The debate about sustainable intensification happens at a time when science has already rung the alarm bell to call the public's attention to the dangerous way in which we have **already overcome planetary boundaries** such as the nitrogen and phosphorous cycles and biodiversity.

One of the fundamental issues is that the diffuse form of water pollution that agriculture can cause is particularly difficult to quantify, control and prevent. The problem arises from the cumulative effects, over time, of many small, highly dispersed and individually insignificant pollution sources. It deeply affects rivers, aquifers and oceans, as nitrogen and phosphorous in agricultural soils are released into water systems. The combined presence of nitrogen and phosphorous in water bodies affects levels of oxygen and ultimately their ability to sustain life. This is originating the so-called **dead zones** in coastal areas around the globe.

If we are to find long-term policy and institutional responses to this challenge, in defence of a responsible conception of sustainability, the governance of water and agricultural inputs must transcend the temporal and spatial boundaries within which our administrative and political systems operate. On one hand, the slow accumulation of phosphorous in soils and sediments or of **nitrates in rocks**, defies electoral and policy implementation cycles. On the other hand, the way in which water flows ignore political and administrative boundaries makes it fundamental

that new initiatives are transboundary and cross both national and local jurisdictions.

A global map of the dead zones around river estuaries



*Natural oxygen minimum zones can be found in the tropics.
However, the numerous dead zones located near estuaries
are manmade.*

Source: “Running Out of Oxygen” by Heinrich-Böll-Stiftung is licensed under CC-BY-SA, via Flickr Creative Commons

This has been particularly acknowledged in countries like the United Kingdom, through public programmes such as **catchment sensitive farming** supported by specialised advisory services, in civil society initiatives such as **rivers trusts**, and in **business initiatives** through which water companies and farmers collaborate with a view to enhance water quality in reservoirs used for drinking water abstraction.

There are **clear signs that the health of Portuguese catchments and aquifers is suffering in areas of intensifying agricultural production**. This trend can only be exacerbated by climate change, as more severe droughts increase the concentration and toxicity of pollution, and more frequent flash floods drag soils, nutrients and chemicals into our surface waters. Still, local populations must continue to rely on these water systems both as drinking water sources and as strategic reserves. This is the case of, for example, the ‘Gabros de Beja’ aquifer system, supplying the population of Ferreira do Alentejo where intensive olive oil

plantations have sprawled since 2004, benefiting from irrigation water provided by the Alqueva dam.

Building the capacity of government authorities, farmers and local communities to collaborate across water catchments and agricultural landscapes to find their own solutions to this problem will be key to sustainability. Civil society, businesses and public agencies at all levels of social and political organisation must step up cooperation for water and soil conservation at multiple scales (farms, landscapes, river basins). This should include work to openly provide data and information about water/land use, and to promote forms of agriculture that not only guarantee adequate levels of crop production but are also able to safeguard public environmental goods. Social environmental sciences must play an active role in revealing the diversity of problem perceptions and possible solutions, identifying policy implementation hurdles to overcome, and craft locally adapted solutions that the multiple stakeholders can regard as their own.

The pursuit of sustainable forms of agricultural intensification speaks to the core of the sustainable development debate, the trade-offs between economic, social and environmental dimensions of human well-being, and the way in which institutions and policy-making processes must be crafted to address those trade-offs in a just and transparent way. We must remind ourselves that, to a large extent, the health of our water systems tell us the extent to which we are achieving this.

André Silveira is a post-doc researcher at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa)

Desafios para uma nova cultura da água

José Gomes Ferreira

 25 de julho de 2018

O X Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água: “20 anos de Continuidade duma Nova Cultura da Água: Fluxos de Água, Fluxos de Vida”, a realizar em Coimbra de 6 a 8 de setembro, acontece num momento particularmente interessante em termos de disponibilidade, qualidade e conflitos pela água. Além disso, o evento constitui uma excelente oportunidade para se discutirem as dimensões sociais e políticas da água, que a Fundação Nova Cultura da Água não quis deixar passar e assinalou no subtítulo do congresso. A água dos fluxos e os fluxos da vida dela resultantes não são uma mera narrativa. A água é o principal elemento da vida, a condição vital para a reprodução material dos organismos, e um dos elementos da natureza com maior presença simbólica e patrimonial em ritos e cerimoniais. Está presente no quotidiano, por exemplo, na nossa ligação mais íntima através do banho e em elementos exteriores como arranjo paisagístico das cidades em repuxos em rotundas e praças. A água é igualmente importante na definição da ocupação do território e na dinâmica das relações sociais, no que adquire características que superam o líquido que sai da torneira. Para Luísa Schmidt e Pedro Prista, mas também Pedro Arrojo Agudo, a água é líquido e ativo social na forma como atravessa o nosso quotidiano e interceta relações entre cidadãos, consumidores, estado e agentes económicos. A sua função vai para além do abastecimento aos cidadãos e das atividades produtivas, exerce funções ecológicas, presta serviços ambientais e condiciona valores sociais e práticas quotidianas.

Historicamente, a água tem sido um campo frequente de lutas, privações e evocações. As sociedades tradicionais distinguem as águas doces da terra das águas salgadas do mar. Nessa tipologia, as águas doces têm um valor sagrado que se perde nas sociedades modernas. Ainda hoje as águas correntes dos rios, ribeiros e fontes são consideradas benéficas para a saúde e fonte de vida. Em *A imagem das Águas*, Antonio Carlos Diegues e Lúcia Helena de Oliveira Cunha revisitam essa tipologia na obra *A Água e os Sonhos*, de Gaston Bachelard. A

metapoética bachelardiana liga o homem à matéria e à imaginação, propondo uma concepção em que as águas possuem significâncias e significados, assim como vozes, cheiros, cores e sabores. Nesta concepção, condensa atos e símbolos humanos, é substância e água sonhada, é matéria e imaginação. Em suma, a água está presente em todas as dimensões, na natureza e na cultura, nas estações do ano, nas celebrações da vida e da morte. É motivo de protesto e simultaneamente lugar de contemplação, consolo psíquico e fruição. É também a travessia dos campos da temporalidade e dos mitos da história, e nessa condição é um lugar de dupla passagem, pois permite a navegação e o contacto corpóreo, em que o banho purifica o corpo e a alma e fornece a possibilidade de momentos lúdicos.

A dimensão sagrada e espiritual da água mantém presença nos mitos e ritos dos povos tradicionais, apesar da grande pressão da perspectiva mais tecnológico-instrumental **Eloy Martos Núñez e Alberto Martos García** afirmam que os indígenas sempre tiveram uma visão holística que considera a água como elemento sagrado, de veneração e respeito, e que em outras culturas, o culto das ninfas e seres aquático exercer o papel de como o espírito guardião de determinado lugar. Atualmente, essa concepção é mais ampla e marcada pela questão ecológica, inclui as formas de organização e as tecnologias hidráulicas. No nosso país, estão ainda presentes algumas destas manifestações da cultura da água, por exemplo, no batismo, no pronunciamento segundo o qual a água limpa todas as impurezas e na partilha da água em comunidades rurais, a qual destina parte da água a cada proprietário com acesso a um poço ou açude, geralmente calculada com base em horas ou dias de rega. Na última década, a dimensão sagrada surge cada vez mais associada a uma tendência para a sacralização de alguns rios, designadamente com a atribuição do estatuto de personalidade jurídica, de modo a garantir a sua protecção por parte dos estados nacionais, de que são exemplo: os rios **Ganges e Yamuna**, na Índia; o rio **Whanganui e seus afluentes**, resultado de acordos entre o governo da Nova Zelândia e grupos Maori, o rio **Vilacamba**, no Equador e o rio **Atrato**, na Colômbia.

A dimensão lúdica e contemplativa da água é conduzida através da ideia de experiência fluviofeliz ou fluviofelicidade de **Francisco Javier Martinez-Gil**. O conceito refere-se a experiências pessoais de bem-estar e felicidade que temos oportunidade de experimentar ao viver os rios, sentir como fluem e influenciam

a vida. Martinez-Gil não ignora as ameaças, mas opta por interpretar os rios como espaços de fluvioterapia, em que a própria cristalinidade das águas desperta emoções únicas e transmite uma ideia transcendente da vida. Pois na sua concepção os rios são símbolos de pureza, fertilidade, perpetuação da vida e liberdade. É através da água que se perdoam os pecados e se atinge um estado de bem-estar, sem esquecer que quando recebemos alguém em nossas casas oferecemos água como símbolo de hospitalidade e fraternidade.

Praia fluvial de Loriga, município de Seia, Portugal



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

A abordagem apresentada não é nova e multiplicam-se as propostas, o que não evita que a água seja cada vez mais ameaçada. Entre essas ameaças e pontos polémicos destacam-se situações de conflito por necessidades de uso, por escassez de água e poluição, assim como a possibilidade de privatização dos serviços e o impacto das alterações climáticas. O X Congresso Ibérico de Gestão e Planeamento da Água constitui uma excelente oportunidade para o aprofundamento deste debate. Mas os desafios são muitos. Por um lado, a pressão e o consumo desigual, a poluição e a crise de governança – que nas palavras do citado Pedro Arrojo Agudo agravam a crise da água e deixam mais distantes as metas de universalização do acesso e a própria concretização.

Tabocas, município de Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Brasil



Fonte: Fotografia de José Gomes Ferreira

A proposta por uma nova cultura da água tem dado alguns passos e influenciado outros movimentos. No sentido de reverter a atual degradação, a Fundação Nova Cultura da Água defende uma visão humanística, que leve em conta as preocupações pela sustentabilidade ambiental, económica, social e cultural da água, e que reconheça a importância dos ecossistemas hídricos para os coletivos humanos, para o ambiente e o território. O novo paradigma deve ter como metas a defesa do sentido patrimonial e público da água, e a responsabilização e aproximação dos utilizadores. Só assim se restabelecerá a ligação espiritual do cenário físico com a vida quotidiana e se recupera o significado humano da água.

José Gomes Ferreira é sociólogo pós doutorado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) com o projeto: Convivência com a seca. Acesso à água e controvérsia pública nos transvases do rio Tejo e do rio São Francisco em perspectiva comparada.

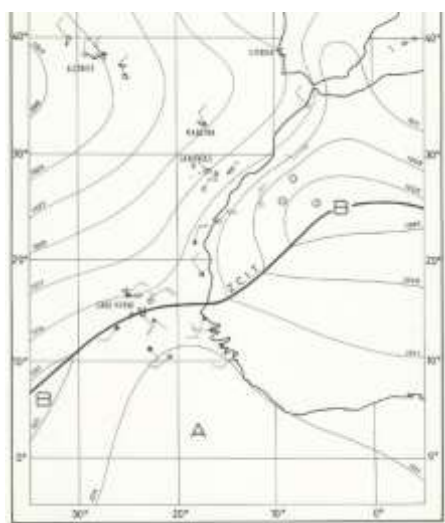
Valerá a pena construir barragens em Cabo Verde?

António Sobrinho

5 de dezembro de 2018

O governo de Cabo Verde, confrontado com o fenómeno das alterações climáticas, aprovou um conjunto de medidas que visam o aproveitamento integrado dos seus recursos hídricos. Na sua estratégia de adaptação às alterações climáticas recuperou uma ideia antiga relativa ao aproveitamento das águas superficiais das suas ribeiras, decidindo construir, até 2017, “cerca de 17 barragens, 29 diques e mais de 70 furos, visando obter 75 milhões de m³/ano de água para rega e consumo doméstico”, conforme referem Shahidian *et al.* (2014).

Figura 1 - Situação isobárica de “tempo de chuva”



No

É a geografia que determina as precipitações que se fazem sentir em Cabo Verde, dependendo aquelas da oscilação para norte da Zona de Convergência Intertropical que, ao posicionar-se mais próximo do arquipélago, traz consigo a estação chuvosa, particularmente durante os meses de julho a outubro. De junho a novembro podem formar-se a SE do arquipélago depressões tropicais, que se manifestam com maior frequência em Agosto e Setembro (Figura 1).

Fonte: Instituto Hidrográfico (1970)

Quadro 1 sintetizam-se algumas características fisiográficas de cada uma das 10 ilhas, destacando-se as ilhas de Santo Antão, São Nicolau, Santiago e Fogo por serem aquelas que atingem altitudes mais elevadas e, conseqüentemente, constituem barreiras de condensação, favorecendo a queda de precipitação.

As restantes ilhas têm registos de precipitação menos expressivos, particularmente Sal, Boavista e Maio. A ilha de Santa Luzia, sendo desabitada, não merece atenção particular.

QUADRO 1							
Arquipélago de Cabo Verde: fisiografia, população, precipitações, recursos hídricos e área arável							
Ilha	Area total (km²)	Altitude máxima (m)	Número de habitantes	Precipitação anual máxima (mm)	Recursos hídricos estimados (10 ⁶ m³/ano)		Área arável (ha)
					Superficiais	Subterrâneos	
Santo Antão	779	1.979	43.915	237	27,0	28,6	8.800
São Vicente	227	750	76.107	93	2,3	0,6	450
Santa Luzia	35	395	0	-----	-----	-----	-----
São Nicolau	346	1.312	12.817	142	5,9	4,2	2.000
Sal	216	406	25.765	60	0,7	0,4	220
Boavista	620	387	9.162	68	2,5	1,6	500
Maio	267	437	6.952	150	4,7	2,1	660
Santiago	991	1.394	273.919	321	56,6	42,4	21.500
Fogo	476	2.829	37.051	495	79,0	42,0	5.900
Brava	64	976	5.995	268	2,3	1,9	1.060
TOTAIS	4.021		491.683		181,0	123,8	41.090
Fonte: Adaptado de H. Vieira (2017).							

Fonte: Adaptado de H. Vieira (2017).

Fonte: Adaptado de H. Vieira (2017)

Os recursos hídricos estimam-se em $304,8 \times 10^6$ m³/ano (Quadro 1), assim repartidos:

- $181,0 \times 10^6$ m³/ano (recursos hídricos de superfície);
- $123,8 \times 10^6$ m³/ano (recursos hídricos subterrâneos).

Estas quantidades podem ser ilusórias caso não sejam equacionadas as questões relacionadas com a qualidade da água. A qualidade é de enorme importância, porque em muitos casos a água das captações contém um excesso de sais que torna pouco recomendável a sua utilização.

A grande preocupação dos ilhéus consiste no acesso à água, fundamental para a sobrevivência e o exercício de actividades como, por exemplo, a agricultura.

***Tela de captação de água do nevoeiro.
Monte Verde (Ilha de São Vicente)***



Fonte: Fotografia de António Sobrinho

A escassez de água obriga os cabo-verdianos a recorrer a métodos engenhosos com vista à sua recolha, condução e armazenamento, nomeadamente através da captação junto às nascentes, abertura de poços, construção de galerias, pontes-canais, cisternas/depósitos, perfurações a grande profundidade, aproveitamento da água dos nevoeiros, dessalinização da água do mar e, mais recentemente, construção de barragens.

A necessidade de preservar água de qualidade para consumo doméstico conduziu à procura de água menos exigente em termos de qualidade, nomeadamente para a rega. A construção de barragens visa dar resposta a esse desafio.

Resumem-se no Quadro 2 as características das principais barragens construídas em Cabo Verde (não foi possível reunir a totalidade da informação relativa à barragem de Flamengos, Ilha de Santiago).

QUADRO 2 Características das principais barragens no arquipélago de Cabo Verde						
Barragem e ano de Construção	Altura Max. (m)	Coroamento (m)	Capacidade (10 ³ m ³)	Volume de água disponível para rega (10 ³ m ³ /ano)	Área a irrigar (ha)	Caudal máx. do descarregador de cheias (m ³ /s)
Poilão (2006)	26,0	153,0	1.700	1.200	100	320,0
Saquinho (2013)	33,9	87,6	700	563	66	312,0
Salineiro (2013)	31,0	176,5	700	596	58	214,5
Faveta (2013)	36,5	98,0	700	536	86	186,6
Figueira Gorda (2014)	34,7	60,5	1.800	1.455	105	363,0
Flamengos (2017)	s/info	s/info	850	s/info	80	s/info
Principal (s/informação)	42,8	54,0	700	520	85	200,0
Canto da Cagarra (2014)	37,7	67,0	400	360	65	640,9
Banca Furada (2014)	41,3	160,0	450	300	35	350,3
TOTAL			8.000	5.530	680	

Nota: Sete das nove barragens encontram-se localizadas na Ilha de Santiago. As restantes duas, Canto da Cagarra e Banca Furada, situam-se nas ilhas de Santo Antão e São Nicolau, respectivamente.
Fonte: Adaptado de H. Vieira (2017), Santos (2013) e NRV/Norvia (2018).

Fonte: Adaptado de H. Vieira (2017), Santos (2013) e NRV/Norvia (2018)

No entanto, a construção e a gestão da água das barragens têm vindo a suscitar várias apreensões e críticas por parte da população.

O caso da barragem do Poilão é paradigmático. A primeira barragem de Cabo Verde ficou concluída em 2006, estando implantada numa secção da Ribeira Seca (Ilha de Santiago). Tem uma capacidade de 1,2 milhões de m³ e destina-se a fins hidro-agrícolas. Alguns anos após a sua entrada em funcionamento, o LNEG (2014) procedeu a um estudo sobre a avaliação da taxa de sedimentação da barragem. Os técnicos envolvidos nesse estudo estimaram-na em 90.000 m³/ano. Com este nível de sedimentação da albufeira, os autores do estudo chamaram a atenção para o facto de em apenas 7 anos a capacidade da albufeira ter ficado

reduzida a metade. A sedimentação é devida essencialmente à deposição do caudal sólido na albufeira, após o seu transporte ao longo de vertentes e vales, por acção das chuvas intensas.

Danificação de estruturas a jusante da barragem de Canto da Cagarra



Fonte: Expresso da Ilhas (Cabo Verde) – (2016)

Outro caso paradigmático está relacionado com a ocorrência de cheias devastadoras, que em 2016 danificaram seriamente algumas estruturas da barragem de Canto Cagarra (Ilha de Santo Antão).

Os danos foram estimados em cerca de 33 milhões de escudos cabo-verdianos para um custo total da obra de 575 milhões (1€ = 100 ECV). Esta barragem, construída em 2014, encontra-se num processo acelerado de assoreamento, que afecta a finalidade da obra.

As barragens da Faveta (Ilha de Santiago) e da Banca Furada (Ilha de São Nicolau) apresentam perdas de água significativas, devido a deficiências na sua construção.

O caso da barragem da Banca Furada foi transposto para o teatro, em estilo de comédia, pelo impacto social que causou o “fracasso” da sua construção. Com efeito, o Expresso das Ilhas noticiava, na sua edição de 22 de Setembro de 2016, que “a barragem de Fajã, na ilha de São Nicolau, voltou a captar uma quantidade significativa de água na sequência das chuvas dos últimos dias, mas de forma muito temporária (...). O nível desce três centímetros por minuto”.

No Quadro 3 indicam-se as hiperligações que permitem aceder a um conjunto de reportagens relacionadas com a construção e gestão das barragens mencionadas no texto.

QUADRO 3 – Vídeos sobre aproveitamentos hidráulicos em Cabo Verde	
Barragem	Reportagem
Poilão	Assoreamento da barragem – 3.9.2018.
Saquinho	Inauguração da barragem – 4.11.2013.
Salineiro	Barragem com pouca água – 25.8.2015.
Faveta	Barragem continua a verter água – 14.10.2014.
Figueira Gorda	Barragem a transbordar – 23.11.2015.
Flamengos	Barragem já armazena águas – 19.9.2016.
Canto da Cagarra	Campanha para limpeza da barragem – 20.9.2015.
Banca Furada	O fracasso da barragem (teatro-comédia) – 14.11.2015.
Visita às barragens	Visita às barragens após a passagem da tempestade Fred – 3.9.2015.
Barragens subterrâneas	Armazenar água das chuvas em mini-barragens subterrâneas – 26.8.2018.
<i>Fonte: RTC (Acesso em 2018. Datas das reportagens referidas no quadro).</i>	

Da análise efectuada foi possível concluir o seguinte:

- regista-se um aumento das disponibilidades hídricas superficiais, muito embora a capacidade útil das albufeiras fique, de ano para ano, seriamente comprometida devido a processos de assoreamento acelerado;
- é favorecida a infiltração de águas que irão recarregar os aquíferos;
- as cheias podem provocar danos estruturais significativos, cuja reconstrução envolve somas elevadas;
- detecção de impermeabilizações deficientes das barragens que estão na origem de perdas de água importantes;

- inviabilização das áreas de rega conforme previsto em projecto;
- gestão complexa dos recursos de águas superficiais;
- frustração das populações.

Valerá a pena construir barragens em Cabo Verde? A fisiografia, geologia, as precipitações intensas, a erosão, a sedimentação e, eventualmente a adopção de soluções de engenharia menos eficazes têm vindo a expor vários tipos de vulnerabilidades nas barragens existentes em Cabo Verde. É louvável o esforço que as autoridades cabo-verdianas têm vindo a dedicar, visando a optimização dos recursos hídricos superficiais do arquipélago. No entanto, a questão das barragens exige uma profunda reflexão e concomitante adopção de soluções mais eficazes, de forma a assegurar a viabilidade económica e social dos empreendimentos e corresponder às expectativas dos seus beneficiários. Uma outra alternativa pode consistir na construção de barragens subterrâneas. A água, sendo essencial à vida, impõe uma acção integrada de aproveitamento daquele recurso, de forma a que os benefícios da intervenção humana venham a superar eventuais impactos negativos.

NOTA: Para mais informações sobre o assunto, consultar: Luzia Oliveira. [Clima e secas em Cabo Verde](#).

António de Souza Sobrinho é aluno de doutoramento no [Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável](#) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). É licenciado em Geografia pela Universidade de Lisboa e pós-graduado em Hidrologia Física, pelo CESUR/IST. Exerceu actividade profissional como técnico superior na COBA, Consultores para obras, barragens e planeamento, sarl, assistente do curso de Geografia na Universidade do Porto e funcionário do Parlamento Europeu. Desempenhou ainda funções de investigador no Centro de Estudos Geográficos (Universidade de Lisboa).

A floresta: sobre o conhecimento eco(i)lógico

João Afonso Baptista

 22 de março de 2017

Ao fim de quase duas semanas a residir numa aldeia em Angola afastada do asfalto, do cimento e das redes móveis, resolvi ir beber um café ao sítio mais próximo. O desejo pela cafeína que não havia ali surgiu-me quando matabichava com outras quatro pessoas. Anunciei-lhes a minha viagem para a manhã seguinte. “Então tens de dar boleia ao Senhor Administrador,” avisou-me o soba, “se não ele leva a mal.”

O Administrador era novo na aldeia. Homem magro, alto, com ar de cidade, claramente desajustado à vida que ali se vivia. Ele tinha sido transferido para este povoado há pouco mais de um mês. Motivo (oficial) da sua colocação: administrar 27 aldeias dispersas “na mata”. A sede, como chamavam à casa do Administrador, construída pelo governo angolano no ponto mais elevado da povoação, situava-se junto à aldeia onde eu estava. “Estou muito oprimido aqui,” costumava queixar-se o Administrador.

Na manhã seguinte, não demorou mais do que dois minutos de solavancos no carro para o Administrador partilhar comigo algumas das suas preocupações: “Óh Doutor, o Doutor dá muita atenção a esta gente.” “É o meu trabalho,” respondi-lhe. “Mas o Doutor devia desconsiderar estas criaturas ignorantes.” Perguntei-lhe porquê. “Eles vivem rodeados de árvores.”

No meio da chiadeira das suspensões do carro e dos balanços por causa da irregularidade do caminho, disse-lhe em voz alta (para ser ouvido, não por irritação): “Então pelo menos sabem das árvores e da floresta, não é assim?” A resposta veio imediata: “Mas aí é que está Doutor; eles são ignorantes sobre as árvores porque *vivem próximo delas*. Não sabem nada sobre árvores e sobre a floresta. Não têm como! Não sabem explicar nem têm acesso às coisas *sobre* a floresta!” Meses depois percebi que esta não era uma opinião isolada. Pelo contrário, a importância do “sobre” mais do que o seu referente é uma crença cada vez mais enraizada na classe político-científico-ecológica em Angola.

A vida com a floresta numa aldeia em Angola



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista

Na Angola de agora, o conhecimento oficial ecológico está subjugado a dois fatores que se favorecem um ao outro: distância e representação. Por representação refiro-me ao “sobre”; ao que é dito e lido, apresentado e classificado, mostrado e demonstrado sobre ou em nome de algo (discursos, textos, imagens, gráficos, símbolos; tudo isto abrange as representações a que me refiro aqui).

Apresento-vos agora um outro protagonista nesta estória etnográfica: um alemão que conheci há cinco anos atrás, professor universitário em ascensão na Alemanha e que se dedica à produção de conhecimento *sobre* florestas em África (para efeitos de anonimato, refiro-me a ele como Hans). Encontrámo-nos várias vezes, sempre acidentalmente, e sempre em locais diferentes. “I travel a lot,” disse-me ele uma vez com sobriedade.

Um destes encontros foi em Rundu, uma cidade namibiana que faz fronteira com Angola. Ambos fomos lá para participar numa conferência. Hans apresentou e falou sobre o que tem vindo a apresentar e falar na última década: as florestas em Angola. Nesse dia, ele concentrou-se na floresta de miombo onde eu estive e onde o Administrador (des)vive. Hans brindou a audiência com gráficos coloridos,

glossários, diagramas computadorizados e, sobretudo, muitas imagens de satélite da floresta em questão. Através deste “conhecimento de cima”, ficámos todos a saber a evolução histórica e o presente da floresta que rodeia a tal aldeia que não tem café.

O que é interessante (mas longe de ser atípico) é que Hans nunca visitou esta floresta de que tanto sabe. Ainda assim, os seus relatórios, inundados com os tais gráficos vistosos e imagens de cima e de longe, carregam uma aura de autoridade e legitimidade oficial sobre o “é” da floresta, inalcançável de atingir pelas pessoas que vivem com a floresta – refiro-me aos residentes na aldeia onde o Administrador sobrevive.

Conferência na Alemanha sobre florestas e outros ecossistemas em África



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista

De facto, os relatórios de Hans residem nos escritórios municipais angolanos. Oficialmente, estes relatórios carregam consigo “as verdades verdadeiras” (assim me disseram tantas vezes) sobre as florestas regionais. Tal como em muitos outros países, são os Hanses estrangeiros e nacionais, os Hanses da capital ou de outras cidades que são reconhecidos e tidos em conta junto das elites da governação em Angola dedicadas ao ambiente. No jogo do conhecimento oficial,

aos que vivem junto das florestas cabe-lhes a figura de “criaturas ignorantes” que nada ou pouco sabem sobre florestas. Um paradoxo tremendo. Tal como **Tim Ingold** diz, “[s]omething... must be wrong... if the only way to understand our own creative involvement in the world is by taking ourselves out of it”.

Uma vez, um residente na aldeia levou-me até uma das suas colmeias na floresta. No caminho, fui-lhe perguntando sobre a floresta que estávamos a atravessar. Depois de várias respostas evasivas, ele propôs-me o seguinte: “Sente o som por baixo dos teus pés e vais entender esta mata.” Noutra ocasião, após quase vinte minutos de conversa difícil sobre a floresta, um “mais velho” aconselhou-me num tom conclusivo: “Tens que ir lá [à floresta] e senti-la tu próprio. Só assim vais compreender a floresta.” Um conselho elementar.

De facto, nesta e em muitas outras aldeias onde estive em Angola, o conhecimento das florestas resulta muito de intercorporeidade e é fundamentalmente produzido através de uma gramática não representável. É por isto que fui constantemente aconselhado a estar com a floresta; aconselhado a ouvir, tocar, cheirar, ver, enfim, sentir diretamente o que eu queria saber: “Tens que ir lá e senti-la tu próprio” – uma forma de aprender a conhecer fundamentada na presença e que vai para além dos limites da representação (para lá do “sobre”).

Apesar de muitos dos residentes rurais com quem lidei em Angola não serem fluentes na linguagem das representações sobre florestas, muitas destas pessoas são conhecedoras notáveis das árvores, dos solos, frutos, insetos, fungos, águas, ventos e de muitas mais coisas que preenchem os espaços onde e com os quais (con)vivem diariamente. No entanto, este é um conhecimento menos transferível e, essencialmente, incompatível com estratégias de expansão pós-coloniais visto não servir para legitimar a autoridade e as intervenções sobre espaços, coisas e animais (incluindo pessoas) efetuadas à distância.

Na prática, conhecimentos não representáveis são ineficazes para os exercícios de governação e administração feitos à distância. Talvez por isso, nas (eco)lógicas oficiais de muitos Estados, incluindo em Angola, este seja um conhecimento tão desvalorizado se não mesmo desprezado.

Não estou a fazer a apologia dos habitantes rurais em Angola, da mesma forma que não pretendo desacreditar os especialistas urbanos sobre a floresta. O que pretendo partilhar está para lá dos esterótipos. É tão somente isto: refletir sobre

a legitimidade que todos nós podemos ter, não ter, ou vir a ter a partir das formas como (não) nos relacionamos com o que julgamos saber.

Este texto resulta do meu trabalho de campo (intermitente) feito em Angola entre 2011 e 2016. Durante este período, fiz parte dos projetos de investigação [The Future Okavango](#) e [SASSCAL](#). Dediquei-me, sobretudo, às relações entre políticas ecológicas, epistemologias locais e o corpo.

João Afonso Baptista é antropólogo e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Que se precisa, pois? – Depois dos fogos, uma pergunta com 202 anos

Pedro Almeida Vieira

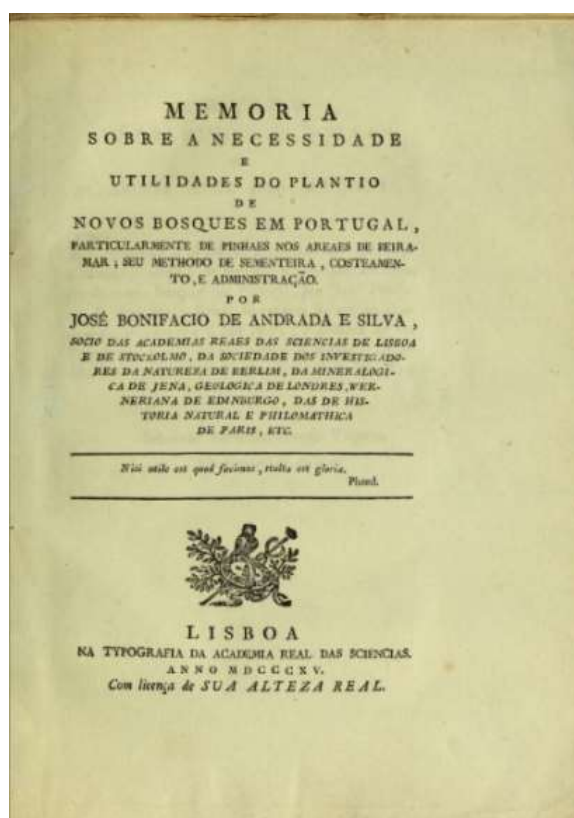
 25 de outubro de 2017

José Bonifácio de Andrada e Silva, antes de se tornar o Patriarca do Brasil, publicou em 1815 um livro intitulado *Memória sobre a Necessidade e Utilidade do Plantio de Novos Bosques em Portugal*. Preconizava ele o plantio de pinheiro no litoral, mas sobretudo uma boa gestão, algo que então não vislumbrava. As suas críticas, a um país que se achava com vocação florestal, mas não passava de um país de charnecas, mostravam-se demolidoras.

Atente-se a este trecho:

«Que se precisa, pois? Precisa-se quanto antes de uma boa Administração, única e enérgica; precisa-se de novos Regulamentos, assim gerais como particulares, acomodados às circunstâncias do Estado e às localidades particulares de cada distrito, em que se aproveitem as boas ideias antigas, e se corrijam as más por outras melhores, fundadas em princípios científicos e na experiência dos Séculos, cuja execução seja cometida somente a uma Directoria única e poderosa, que dirija e vigie com a mais sisuda atenção sobre os

Administradores particulares, que se devam conservar, e sobre os novos que de devam criar. Só assim se realizarão os magnânimos desejos de nossos Príncipes, sem desgraçados empates, rivalidades e oposições; só assim haverá economia e



responsabilidade; só assim, com o andar do tempo, haverá Oficiais instruídos e capazes, que obrando debaixo de princípios certos e harmónicos hajam de tirar ramos tão importantes do abatimento e miséria em que ora jazem, e de os aproximar gradualmente ao Ideal de perfeição que devem ter. Permita o Céu que o bom Príncipe, que como Pai nos governa, livre dos cuidados da Guerra, possa dar a este mal o remédio que tanto precisa.»

Hoje, no ano em que arderam mais de meio milhão de hectares e morreram 110 pessoas vítimas de incêndios inclementes, poucos podem acreditar que, de facto, somos um país de vocação florestal. De facto, pode custar, mas temos de nos consciencializar que só com muito trabalho e uma boa organização, como defendia há dois séculos Andrada e Silva, podemos almejar uma floresta economicamente sustentável. Infelizmente, estamos longe; temos estado mais próximos de uma pira de lenha letal: desde o início do século arderam cumulativamente mais de 2,5 milhões de hectares, isto é, quase 30% do território nacional. E o saldo de vidas humanas ronda quase 200.



Fonte: “Aldeia Forest Fires Portugal2012” de Steve McCaig sob a licença CC BY-NC, via Flickr Creative Commons

Foi porventura, ou por mal ventura, que fomos julgando ter, ao longo de algumas décadas do século XX, vocação florestal. Nunca tivemos; aparentámos ser quando o país era demograficamente equilibrado em termos territoriais. Deixámos de ter definitivamente quando a litoralização do país se intensificou e, pior ainda,

quando o mundo rural começou a desaparecer. Portugal já não é o país rural que foi no final do século XIX, em que 70% da população vivia em aldeias. Manter a floresta que começámos a «fabricar» exigia, aquando do processo de despovoamento rural, medidas políticas. Mas nem políticas nem políticos. Hoje, os distritos do interior, que representam mais de 60% do território nacional, elegem apenas 55 deputados (24% do total).

Tem sido muito este mito – o da vocação florestal, ou seja, fazer com pouco trabalho – a trazer-nos amargos de boca. Mas há muitos mais. De uma forma sintética, outro é o do incendiarismo. Não há responsável político, bombeiro, jornalista, homem do café, que não sentencie que, quando há grandes incêndios, todos são causados por incendiários organizados. Este ano falou-se mesmo em terrorismo. Não há estudos portugueses, como os do **ICNF**, ou espanhóis, como os compilados pela **La Fundación Ciudadana Civio**, que consigam quebrar o mito dos incendiários. E, enquanto isso, cometem-se os actos mais negligentes, não se fazem limpezas, nem manutenção de linhas eléctricas – que, aliás, **segundo um especialista da Universidade de Coimbra foi a causa do fogo de Pedrógão Grande**.

Outro mito para justificar os constantes desastres tem sido o do tempo quente e seco – que, há uns bons milhares de anos por aqui passa em território mediterrâneo. Não parece existirem dúvidas de se fazerem já sentir em Portugal os efeitos das alterações climáticas, confirmando, aliás, estudos científicos que apontavam para o aumento do risco de incêndios e do prolongamento temporal dos períodos críticos. Porém, risco não é sinónimo de certeza; pelo contrário.

Na verdade, tempo quente, seco e ventoso, ou seja, a ocorrência simultânea dos três 30 (mais de 30 graus de temperatura, menos de 30% de humidade relativa e mais de 30 km/hora de velocidade do vento) aumenta o risco. Porém, risco não deveria ser sinónimo de destino, se existisse, nessas condições especiais, uma boa gestão florestal, um reforço da vigilância e de prevenção e uma correcta localização de brigadas de primeira intervenção. De facto, em Espanha não acontece assim; **no decénio 2007-2016 somente 37% dos grandes incêndios ocorreram em condições meteorológicas extremas de temperatura, vento e humidade**.

Por fim, o derradeiro mito: aquele que defende, com unhas e dentes, que o combate aos incêndios florestais se mostra mais eficaz quando executado com abnegação, com paixão, pelos bombeiros voluntários. Muito se poderia argumentar sobre essa falácia, mas quer-se aproveitar esta ocasião para recordar uma «batalha» análoga empreendida por Miguel Bombarda que, desejando no início do século XX, a profissionalização da enfermagem, por se mostrar mais eficaz, recebeu forte oposição das «voluntárias» freiras. Hoje, ninguém questiona que a enfermagem profissional é mais eficaz e eficiente que a voluntária.

Pedro Almeida Vieira é engenheiro biofísico e autor do livro «Portugal: O Vermelho e o Negro»

Áreas Protegidas: demasiado importantes para continuarem esquecidas

David Travassos

 7 de fevereiro de 2018

As Áreas Protegidas, tal como as demais áreas classificadas, albergam a maior riqueza do património natural e paisagístico do país, sendo fundamentais pelos serviços de ecossistemas que prestam e são a essência da própria ‘identidade natural’ do território. Apesar disso, sofrem de um historial já longo de múltiplos défices: de recursos humanos e financeiros, de fiscalização, de ações de conservação da natureza e restauro ecológico de habitats. E não têm merecido a atenção devida do poder político, dos media e da opinião pública.

Durante 2017 arderam cerca de 20 mil hectares no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) – o equivalente a duas vezes a área do concelho de Lisboa e a quase um quarto do PNSE (onde todos os anos ardem centenas ou milhares de hectares). Também no Parque Nacional da Peneda-Gerês são recorrentes grandes incêndios. Em ambos os casos, qual foi a superfície total afetada nos últimos 10-15 anos?



Fonte: Fotografia de David Travassos

Este texto é composto por duas partes: a primeira faz uma contextualização da Rede Nacional de Áreas Protegidas; a segunda reúne um conjunto de reflexões sobre a sua realidade em Portugal.

As Áreas Protegidas são uma ferramenta basilar das políticas de conservação da natureza e da biodiversidade. A criação do Parque Nacional de Yellowstone, nos EUA, em 1872, é o primeiro marco da história das Áreas Protegidas a nível mundial. Hoje, estas áreas cobrem no total cerca de 15% da superfície terrestre do planeta e perto de 12% dos oceanos e das áreas marítimas sob jurisdição de países (ver *Protected Planet Report 2014*). A maioria das espécies de plantas e de animais depende dos seus habitats naturais, que por sua vez estão integrados num conjunto diverso de ecossistemas da Terra. Perante a contínua destruição ou adulteração dos habitats naturais pelo homem ao longo da sua história, e da redução ou extinção de muitas populações de plantas e animais selvagens, impôs-se a necessidade de se protegerem áreas fulcrais para a salvaguarda de espécies e habitats, sem que isso signifique reduzi-las a ilhas rodeadas de territórios ecologicamente degradados.

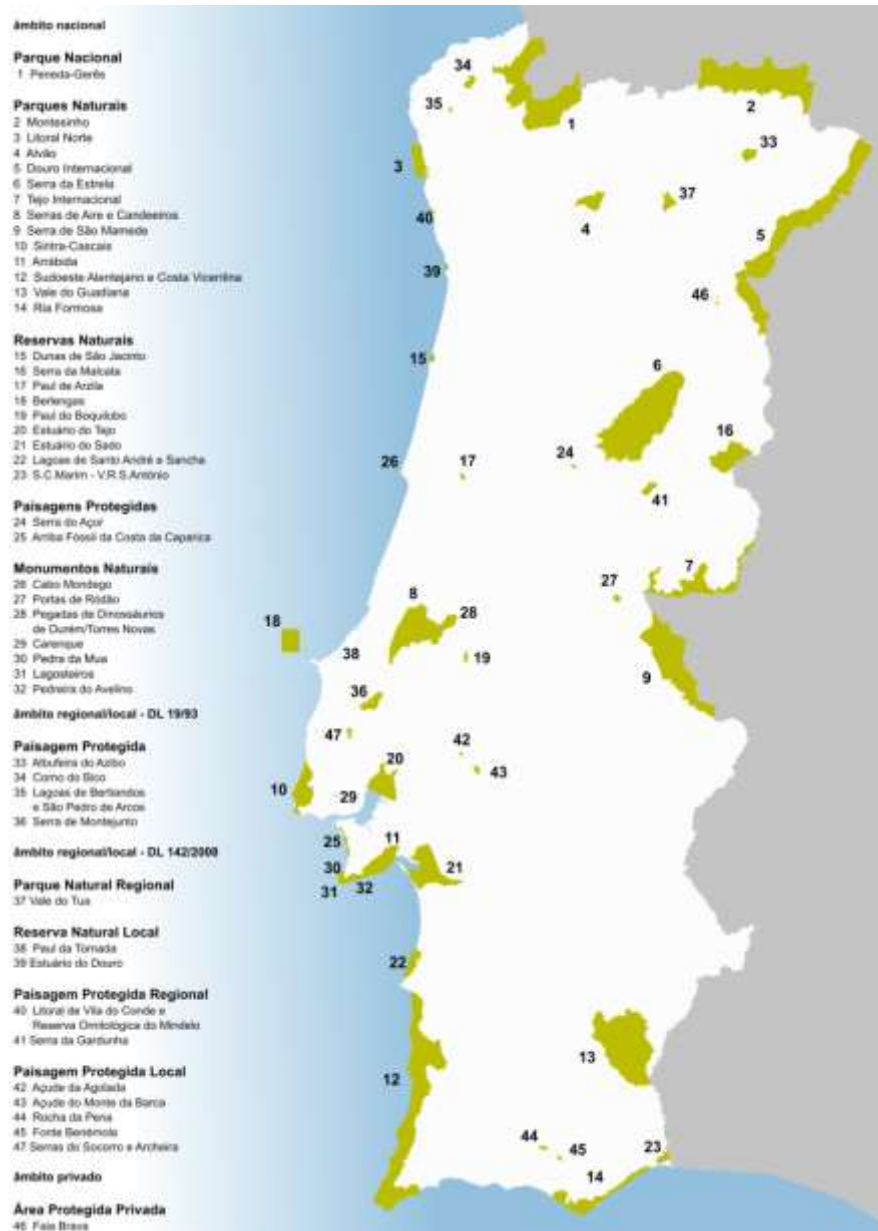
Um século depois de Yellowstone, foi criada em 1971 a primeira Área Protegida em Portugal: o Parque Nacional da Peneda-Gerês. Mas foi em 1975, com a criação do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico – o primeiro predecessor do atual Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) –, que se expande e consolida a hoje designada Rede Nacional de Áreas Protegidas (RNAP).

Alguma informação contextual sobre a Rede Nacional de Áreas Protegidas e Sistema Nacional de Áreas Classificadas

Atualmente, as Áreas Protegidas ocupam cerca de 8% do território nacional (continental) distribuindo-se por 46 áreas diferentes: 32 áreas de âmbito nacional, 7 de âmbito regional, 6 de âmbito local e uma de estatuto privado (ver mapa). São assim classificadas as áreas que apresentem uma relevância especial – natural (habitats, fauna e flora), geológica e paisagística – que implique medidas específicas de conservação e gestão, beneficiando de um quadro legal de proteção para assegurar a manutenção da biodiversidade, dos serviços dos

ecossistemas, do património geológico, incluindo também a valorização da paisagem. Estas áreas compreendem estruturas de direção e gestão, serviços técnico-científicos e de vigilância, e planos de ordenamento acompanhados por regulamentos que definem as regras de uso e ocupação do solo.

Mapa da Rede Nacional de Áreas Protegidas (em Portugal Continental)



Fonte: ICNF

As Áreas Protegidas de âmbito nacional são criadas e geridas pela autoridade nacional de conservação da natureza (o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas – ICNF), enquanto as de âmbito regional ou local são criadas e geridas por municípios ou associações de municípios. As áreas de âmbito privado

são propostas e geridas pelos respetivos proprietários. Todavia, a designação das Áreas Protegidas de âmbito regional, local ou privado é sempre atribuída, segundo determinados requisitos e critérios, pelo ICNF.

Para além das Áreas Protegidas ‘convencionais’, existem outros estatutos de classificação. Na União Europeia foi configurada a Rede Natura 2000. É a designação de uma rede comunitária de áreas classificadas que representam os habitats, espécies de plantas e de animais características da biodiversidade europeia (e de conservação considerada prioritária). A rede resulta da junção de duas categorias de áreas que se podem sobrepor, inclusive com as demais Áreas Protegidas de cada país: os Sítios de Interesse Comunitário (SIC), ao abrigo da diretiva “Habitats”, e as Zonas de Proteção Especial (ZPE), ao abrigo da directiva “Aves”. Portugal tem 62 SIC e 42 ZPE [para mais informações sobre a Rede Natura 2000 em Portugal, clicar [aqui](#)], que juntamente com a RNAP abrangem cerca de 22% do território nacional (continental).

Sistema Nacional de Áreas Classificadas em Portugal Continental

		N.º	Área terrestre (hectares)	Área marinha (hectares)	Área total (hectares)
Rede Nacional de Áreas Protegidas	Âmbito Nacional	32	689 479,31	53 621,26	743 100,57
	Âmbito Regional	7	46 247,48	0	46 247,48
	Âmbito Local	6	2 332,41	0	2 332,41
	Âmbito Privado	1	214,65	0	214,65
Rede Natura 2000	SIC + Sítios da Lista Nacional de Sítios	60 + 2	1 562 193,33	2 332 619,55	3 898 403,09
	ZPE	42	929 186,44	627 859,52	1 557 413,67
Áreas Classificadas ao abrigo de compromissos internacionais	Reservas da Biosfera	5	1 075 242,00	17 776,87	1 093 018,87
	Sítios RAMSAR	18	117 383,31	0	117 383,31
	Geoparques	3	609 759,82	0	609 759,82

Fonte: ICNF

Considerando ainda outras áreas classificadas em Portugal ao abrigo de compromissos internacionais (de âmbito supracomunitário), e que se podem justapor com os outros estatutos de classificação atrás apresentados, é de referir ainda, e sobretudo, as Reservas da Biosfera da UNESCO e os Sítios Ramsar (estes no âmbito da Convenção das Zonas Húmidas com interesse internacional para as aves aquáticas – [Convenção de Ramsar](#)).

O conjunto da Rede Nacional de Áreas Protegidas e das outras áreas classificadas ao abrigo de compromissos internacionais assumidos pelo Estado Português – sobretudo áreas de Rede Natura 2000 (SIC e ZPE), Reservas da Biosfera e Sítios

Ramsar – constitui o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, que por sua vez, juntamente com as ‘áreas de continuidade’ de Reserva Ecológica Nacional (REN), Reserva Agrícola Nacional (RAN) e domínio público hídrico, compõe a Rede Fundamental de Conservação da Natureza.

Como nota, no âmbito do seminário “Áreas Protegidas: Que Modelo de Gestão?” ocorrido em Março de 2017 no Instituto de Ciências Sociais (ICS), organizado pelo OBSERVA e pelo Conselho Nacional de Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CNADS), foi publicado um *policy brief* sobre este tema que está disponível on-line, e que inclui, por exemplo, informação sobre a evolução do quadro legislativo e dos modelos de gestão e direção das Áreas Protegidas em Portugal.

Problemas e desafios

Ao longo dos últimos 25 anos da história das Áreas Protegidas em Portugal, é de realçar uma série de problemas e desafios estruturantes para o seu futuro, alguns dos quais se traduzem em debilidades estruturais que se arrastam há muito tempo e que teimam em permanecer, enquanto outros se impuseram recentemente:

- Conversão dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (que incluem os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas) em Programas Especiais de Ordenamento do Território.
- Défice de recursos humanos e financeiros.
- Défice de fiscalização.
- Défice de monitorização das espécies e habitats, bem como de ações de conservação da natureza e restauro ecológico.
- Défice de educação e sensibilização ambiental e de interpretação do património natural.
- Desinteresse manifestado pelo poder político (nacional e local), pelos media (sobretudo televisivos) e pela opinião pública.

Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina – uma das jóias da Rede Nacional de Áreas Protegidas. Para além da ameaça sempre latente da pressão turística e imobiliária, em determinadas zonas esta área já sofre dos impactos causados pela agricultura intensiva, desde a destruição de importantes habitats naturais à poluição difusa que contamina solos e linhas de água que drenam para uma costa de grande valor natural.



Fonte: Fotografia de David Travassos

De Planos Especiais de Ordenamento do Território a Programas Especiais de Ordenamento do Território

Com repercussão direta na gestão das áreas protegidas é de salientar a conversão em curso, por imposição determinada pela Lei n.º 31/2014 (Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo), dos Planos Especiais de Ordenamento do Território – incluindo, portanto, os Planos de Ordenamento de Áreas Protegidas (POAP) – em ‘meros’ Programas Especiais de Ordenamento do Território. Assim, por obrigação legal, os conteúdos dos POAP são vertidos nos Planos Diretores Municipais (PDM). Ao contrário dos POAP, os Programas vinculam apenas a administração pública e não os particulares, passando estes a ser vinculados unicamente pelos PDM.

Para além das já manifestadas dificuldades de exequibilidade desta transposição, e com base também na experiência-piloto do novo modelo de gestão a ser ensaiado no Parque Natural do Tejo Internacional, é manifesto o receio de um processo tendente à ‘municipalização’ das áreas protegidas, que por génese, ao

defenderem valores patrimoniais de interesse nacional e internacional – habitats, fauna e flora, paisagens, valores geológicos – revelam um carácter supramunicipal e só nesta lógica tem sentido serem geridos. Tomemos, a título de exemplo, o caso do Parque Nacional da Peneda-Gerês, abrangido por cinco concelhos – perante a realidade natural em causa, que não obedece a fronteiras administrativas, tem sentido a continuação da sua gestão como um todo, e não como um somatório espartilhado por cada visão municipal (e dos seus interesses) sobre a sua parcela.

É assim imperativa, tal como defende o **CNADS**, a reversão do processo em curso e a manutenção dos POAP na sua condição de Planos Especiais de Ordenamento do Território – respeitando a importância nacional e internacional dos valores em causa e, como tal, de lógica e dimensão supramunicipal – e vinculativos dos particulares.

Défice de recursos humanos e financeiros, de fiscalização, de monitorização de espécies e habitats, de ações de conservação da natureza e restauro ecológico

O estrangulamento financeiro e de meios do ICNF é uma realidade que tem atravessado os ciclos políticos, já se revelando aliás bem antes da crise financeira que afetou o país recentemente. A quase penúria a que tem sido votado o ICNF tem comprometido grandemente a missão da Rede Nacional de Áreas Protegidas (e sem referir outras dimensões, como a avaliação de desempenho dos seus dirigentes ou as interferências políticas hierarquicamente superiores). A situação chegou ao ponto de, por exemplo, em 2004 terem sido cortadas as chamadas telefónicas nas Áreas Protegidas por **dívidas acumuladas**. Ainda no início de 2017, o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina, uma das maiores Áreas Protegidas do país (com cerca de 110 quilómetros de linha costeira) e que engloba um património natural de valor internacional (incluindo diversas espécies endémicas de plantas e, por definição, apenas presentes nesta região em termos mundiais), contava apenas com dois vigilantes da natureza. Esta incúria é condenável face aos parâmetros mínimos exigíveis às responsabilidades do Estado. No entanto, aguarda-se que a entrada de 20 novos vigilantes no final de 2017 e de mais 30 em 2018 inicie um novo capítulo num domínio essencial para a eficácia da gestão das Áreas Protegidas.

Por outro lado, há um déficit de monitorização dos valores naturais destas áreas, sobretudo dos habitats e espécies de conservação prioritárias. É um pré-requisito essencial e mesmo básico para o desempenho dos parques e reservas naturais – essa avaliação contínua deveria nortear as suas ações ou os seus planos de atividades ou de gestão (e estes existem?). O mesmo se passa com ações de conservação da natureza e de restauro ecológico de habitats – por exemplo, de áreas dominadas por espécies exóticas invasoras, como as diferentes espécies de acácias (*Acacia* sp.) provenientes da Austrália que invadiram importantes áreas florestais, ocupando de ano para ano cada vez mais território, e onde se tornaram quase a única espécie vegetal, ou os chorões-das-praias (*Carpobrotus edulis*), uma espécie proveniente da África do Sul que se alastrou pela maior parte da linha costeira de norte a sul do país.

Déficé de educação e sensibilização ambiental e de interpretação do património natural

É fundamental que as Áreas Classificadas desempenhem também a função central de educação ambiental (de promoção do seu património natural, paisagístico, geomorfológico e cultural) dirigida aos seus residentes e visitantes, e ao público em geral, com estratégias próprias, valorização das infra-estruturas existentes e procura de novas soluções. Um padrão preocupante e constante ao longo das últimas décadas, quando tanto já poderia ter sido feito, é o desconhecimento profundo dos cidadãos em geral, e dos residentes nas áreas classificadas em particular, sobre a sua importância e o património que albergam.

A este nível, e no caso específico das Áreas Protegidas, todas deveriam estar equipadas com centros de interpretação / informação, e em pleno funcionamento. Há áreas com mais de 25 anos que continuam sem ter um centro de interpretação; outras têm-no mas encontram-se desativados ou encerrados aos fins de semana (quando podem ser visitados pela maioria das pessoas). Estes centros deveriam ser infra-estruturas centrais na relação entre as Áreas Protegidas e o sistema de ensino (escolas) que se encontram na sua área de influência, e onde os alunos (e professores) poderiam deslocar-se em visitas de estudo e no âmbito de projetos e parcerias.

De uma forma mais abrangente, e reconhecendo o papel estratégico dos media na formação e informação da opinião pública, os media de ‘serviço público’, da TV à

rádio, devem ser envolvidos na criação e emissão de mais programas e espaços dedicados à conservação da natureza e da biodiversidade (ao património natural português), incluindo as áreas classificadas – sem esquecer a abordagem das sua importância, dificuldades e problemas – e em ‘horário nobre’. Neste domínio também deveria envolver-se a participação de órgãos privados de comunicação social, nomeadamente de TV (como contributos no âmbito da responsabilidade ambiental das empresas).

Falta criar um ‘espírito de identidade’ para cada uma das Áreas Protegidas, passando estas a ser reconhecidas como um referencial territorial comum de valores naturais, culturais e paisagísticos por parte dos seus habitantes, numa lógica supramunicipal. Mas estas áreas nem sequer possuem um sítio-web próprio, nem qualquer publicação periódica ou uma simples *newsletter*, faltando a organização das mais variadas iniciativas, como exposições sobre os seus valores naturais (itinerantes ou não pelos municípios das respetivas áreas). Salvo raras exceções – como por exemplo a criação de algumas áreas protegidas de âmbito local (e sem avaliar a qualidade do seu desempenho) –, são décadas de desinteresse, de falta de iniciativas e de vontade política a nível nacional e municipal.

Abrangendo o vale do rio Côa, a Reserva da Faia Brava é a primeira (e única) área protegida privada do país. É o resultado de um projeto notável de conservação da natureza levado a cabo pela Associação Transumância e Natureza (ATN) e o único local em Portugal onde está a ser desenvolvida a iniciativa europeia «Rewilding Europe». Ocupa uma área com cerca de 850 hectares, 650 dos quais já adquiridos pela ATN.



Fonte: Fotografia de David Travassos

Desinteresse manifestado pelo poder político (nacional e local), pelos media (sobretudo televisivos) e pela opinião pública

Durante 2017, e segundo dados do ICNF, arderam cerca de 20 mil hectares no Parque Natural da Serra da Estrela (PNSE) – o equivalente a duas vezes a área do concelho de Lisboa e a quase um quarto da superfície total do próprio PNSE. E praticamente todos os anos ardem centenas ou milhares de hectares na mesma área. O mesmo se passa no Parque Natural do Douro Internacional ou no Parque Nacional da Peneda-Gerês, com recorrentes incêndios que vão consumindo diferentes áreas. Em ambos os casos, qual foi a superfície total afetada nos últimos 10-15 anos? Provavelmente cerca de metade ou mais das suas áreas... Em 2017, os incêndios causaram um duro golpe na Paisagem Protegida da Serra do Açor, que inclui a Mata da Margaraça, e consumiram na totalidade a Reserva Botânica do Cambarinho, na serra do Caramulo (ambas, jóias da coroa do património natural nacional), e cerca de 72% da área do Monumento Natural das Portas de Ródão e 52% da Paisagem Protegida da Serra da Gardunha...

E outros problemas ameaçam as Áreas Protegidas, como as pedreiras que descaracterizam o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, e no Parque Natural da Arrábida, uma delas, de grande dimensão, continua a lavar mesmo ao lado da maior arriba costeira de Portugal Continental, indiferente à singularidade monumental deste local e aos diversos estatutos de classificação desta área. Ou, por exemplo, a pressão urbanística no Parque Natural de Sintra-Cascais, onde a construção dispersa já domina a paisagem a norte da serra de Sintra.

No entanto, estas realidades, as respectivas consequências ambientais e a delapidação do património natural continuam sem merecer grande destaque nos media (sobretudo televisivos). O padrão alastra-se ao debate público nacional e a outras matérias, como as questões anteriormente elencadas: a conversão dos Planos Especiais de Ordenamento do Território (que incluem os Planos de Ordenamento das Áreas Protegidas) em Programas Especiais num caminho que abre mais portas à ‘municipalização’ das Áreas Protegidas, o défice de recursos humanos e financeiros, o défice de fiscalização, de monitorização dos valores naturais, de conservação da natureza e restauro ecológico de habitats, ou sobre os próprios valores em causa – o património natural e paisagístico, que para além

das magnas funções ecológicas (os diversos serviços dos ecossistemas) possuem valor económico (turismo de natureza, por exemplo) e o seu próprio valor intrínseco. As Áreas Protegidas deveriam ser alvo de modelos pioneiros de desenvolvimento face ao resto do território, mas nem esse debate também tem lugar.

O silêncio quase crónico a que tem sido votada esta matéria ao longo das últimas décadas tornou-se parte do problema e não da solução – a discussão ou visibilidade continuam acantonadas a um círculo muito restrito de atenções. Atualmente, podem acontecer as maiores perdas de património natural sem que sejam notícia ou anotadas. É tempo de os media ampliarem o foco e contribuírem para dar a visibilidade que as Áreas Protegidas, a biodiversidade e o património natural merecem. Para mais num momento em que a par da ameaça das alterações climáticas à escala planetária (sendo a Península Ibérica uma das regiões do mundo mais afetadas), a crise global da biodiversidade chegou ao ponto de podermos estar a assistir à sexta extinção em massa conhecida da história da Terra, só que desta vez pela ação do homem, no que já é considerado como o novo período ou época do Antropoceno (ou Antropocénico).

Por mais pioneiro que seja em energias renováveis, um país que despreza, desconhece e não salvaguarda o seu património natural e biodiversidade, nem se dá conta da sua importância, não deixará de ser um país imaturo em matéria de ambiente e negligente face aos desafios atuais e ao conhecimento hoje existente.

David Travassos é bolseiro de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e membro do **Observa** – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade

Etnografia breve de uma vila piscatória em mutação

Ana Delicado

 21 de fevereiro de 2018

Santa Luzia é uma vila e uma freguesia (a mais pequena) do concelho de Tavira, no extremo sudoeste de Portugal. Ocupa uma área de 8,5 km² e tem uma população de perto de milhar e meio de habitantes, de acordo com os últimos censos (2011). É uma vila de pequenas casas predominantemente brancas, bordejada por um braço da Ria Formosa e rodeada de campos agrícolas e salinas. Tem em frente um troço da Ilha de Tavira onde se situa uma praia consistentemente distinguida pelos galardões da Bandeira Azul e da Bandeira Dourada, acessível apenas por *ferryboat* na época balnear.

Figura 1 - Imagem de satélite de Santa Luzia



Fonte: © Google Terrametrics (2017)

Desde o século XVI que há um núcleo populacional neste local, construído em torno de uma ermida dedicada à santa titular, hoje substituída por uma pequena igreja de traça moderna.

A pesca sempre foi a principal atividade económica e o eixo da identidade local. Até meados do século XX foi predominante a pesca do atum, através de uma armação frente à praia do Barril, instalada anualmente em abril e removida em setembro, que sustentava dezenas de famílias. Imortalizada nas fotografias de [Artur Pastor](#) (Figura 2) e no livro de Fausto Costa *A Pesca do Atum nas Armações da Costa Algarvia* (editora Bizâncio, 2000), a Armação do Barril (também chamada dos Três Irmãos), fundada em 1867, encerrou em 1966, devido ao acentuado declínio do número de exemplares desta espécie capturados. Igual sorte tiveram todos os arraiais (bases de operação da pesca de atum, que incluíam edifícios para processamento do pescado mas também para habitação dos trabalhadores) da zona, sendo a última campanha do Arraial da Abóbora alvo de um [documentário de Helder Mendes](#), “Almadrava atuneira” ([ver vídeo](#)).

***Figura 2 - Cenas da Vida Piscatória. Santa Luzia, Armação do Barril
Décadas de 40/50***



Fonte: Arquivo Municipal de Lisboa, Coleção Artur Pastor PT/AMLSB/ART022940

Pescadores de Santa Luzia dedicaram-se também à pesca do bacalhau na Gronelândia e na Terra Nova durante o Estado Novo. Muitos correram o mundo ao serviço da marinha mercante. Mais tarde, a atividade piscatória local redirigiu-se para a captura do polvo, tendo uma lota exclusivamente dedicada à venda do cefalópode. Apesar da construção em 2005 do porto de pesca e dos abrigos para os “mestres de terra” (Figura 3), responsáveis pelo fabrico e recuperação dos covos (armadilhas em ferro e plástico), hoje em dia a pesca na freguesia está em franco declínio, mais uma vez devido à diminuição de *stocks* da espécie (cf. [a tese de doutoramento de Carlos Sonderblohm sobre Pescas e Gestão Participativa do polvo capturado no Sul de Portugal](#)). Os barcos de recreio já ultrapassam em número as duas dezenas de embarcações de pesca fundeadas no porto.

Figura 3 - Abrigos de pesca



Fonte: Fotografia de Nuno Alves (2017)

A pesca converteu-se então de atividade económica em recurso patrimonial, mobilizável sobretudo para o turismo. A Armação do Barril é hoje um [monumento classificado](#), tendo sido reconvertida em área comercial, com lojas e restaurantes (um dos quais denominado “Museu do Atum”, que inclui uma exposição sobre o tema).

O apodo “Capital do Polvo” hoje indica sobretudo as especialidades servidas nos restaurantes locais, que usam o dito como *ex-libris* (Figura 4) e alcatruzes e covos a servirem de decoração. O Centro Ciência Viva mais próximo (Tavira) organiza regularmente no Verão, em protocolo com a associação local **Lais de Guia Associação Cultural do Património Marítimo**, visitas guiadas pela “Rota do Polvo” e pela “Rota do Atum”, combinando informação científica da biologia e etnografia e cooptando como guias antigos pescadores.

Figura 4 - Tabuleta de um restaurante local



Fonte: Fotografia de Nuno Alves (2017)

As festas anuais locais intitulam-se “dos pescadores” e, para além dos rotineiros carrosséis, barracas de farturas e concertos, incluem um dia dedicado a atividades recreativas marítimas tradicionais, como regatas de barcos (tendo há uns anos sido feita uma campanha para recuperar um barco tradicional, o *Cavalinhos*) ou o “pau de sebo” (Figura 5).

Santa Luzia mantém outras atividades económicas para além da pesca, como a apanha de marisco, a produção de sal, a agricultura (tanto em regime de agricultura biológica como explorações intensivas de citrinos e framboesas, responsáveis pelo aparecimento na freguesia de trabalhadores oriundos do

sudeste asiático). Mas é o turismo que atualmente sustenta a magra economia local, ocupando perto de metade da população empregada. Para além do aldeamento turístico de Pedras del Rey, Santa Luzia não tem unidades hoteleiras, mas encontram-se perto de duas dezenas de alojamentos locais registados no *Airbnb*. De acordo com os últimos censos, em 2011 55% dos alojamentos da freguesia eram de uso sazonal, segundas habitações de residentes noutros pontos do país ou no estrangeiro.

Figura 5 - Jogos tradicionais durante as Festas dos Pescadores



Fonte: Fotografia de Nuno Alves (2017)

Também em 2011, 6% dos residentes eram de nacionalidade estrangeira. Hoje em dia esse valor será muito superior, uma vez que **regimes fiscais favoráveis** tornaram ainda mais aliciante a escolha de Portugal, e do Algarve em particular, como país para passar a reforma por parte de nacionais europeus. Franceses, holandeses, ingleses, suecos têm sido os compradores maioritários de casas na vila, o que acaba por ter um efeito positivo, uma vez que lá passam largas temporadas (sobretudo na época baixa), mantendo vivo o comércio e a restauração local, enquanto os não residentes nacionais deixam as suas casas vazias perto de 11 meses por ano. Curiosamente, estrangeiros e nativos partilham

o gosto pelo jogo tradicional da petanca, ainda que os dois grupos nunca se misturem ou compitam entre si (Figura 6).

Figura 6 - Jogo de petanca



Fonte: Fotografia de Nuno Alves (2017)

Menos positivo é o efeito desta procura no preço das casas, sobretudo no centro antigo da vila e nas partes mais nobres do **bairro dos pescadores** construído na década de 1950, o que incentiva os residentes locais a vender as suas casas e a migrar para os prédios na periferia, quebrando antigas redes de sociabilidade. No entanto, a mudança nem sempre é negativa: permitiu a um velho pescador ter um apartamento com piscina, onde toma banho nas noites quentes de Verão.

Ana Delicado é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), vice-coordenadora do **Observa** – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade e proprietária de uma segunda habitação em Santa Luzia.

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

ALIMENTAÇÃO, SEGURANÇA ALIMENTAR E SAÚDE



© Nuno Alves

Introdução

Os investigadores do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade (GI ATS) são os principais contribuidores para o funcionamento do “metabolismo” do Blogue ATS. A presença de um Capítulo autónomo com *posts* relacionados com as temáticas da Alimentação, Segurança Alimentar e Saúde deve-se não só à centralidade destas matérias na interacção da espécie humana com o território bem como dos efeitos ambientais que decorrem dessa relação, mas também porque um dos principais eixos de estudo do GI ATS diz precisamente respeito ao tema da Alimentação. Os 12 textos que compõem este Capítulo apresentam uma multiplicidade de abordagens a conceitos como a segurança e insegurança alimentar, práticas agroalimentares com enfoque na sustentabilidade, questões relacionadas com a gestão e manutenção da saúde pública, bem como planeamento alimentar em zonas urbanas.

Partindo da análise dos artigos que constituem este Capítulo, é possível identificar duas temáticas com particular expressão: os conceitos de segurança (e insegurança) alimentar e os efeitos das opções agroalimentares no ordenamento do território e na sustentabilidade ambiental.

A segurança alimentar é o foco central de *posts* como o de Fábio Rafael Augusto ([abril de 2016](#)), cuja abordagem se prende com o desenho de alternativas e os desafios que se colocam à minimização do fenómeno complexo de insegurança alimentar através da articulação e cooperação entre o Estado e a sociedade civil. Mónica Truninger ([fevereiro de 2017](#)) oferece ao leitor uma distinção clara das particularidades associadas ao conceito de ‘segurança alimentar’, diferenciando-o da noção de ‘pobreza alimentar’ ou de ‘soberania alimentar’. Rita Calvário ([maio de 2017](#)) parte também da ideia de soberania alimentar no sentido de analisar os efeitos da co-produção de conhecimento no desenvolvimento de sistemas agroalimentares globais mais equitativos e democráticos. Mónica Truninger e

Sónia Cardoso (junho de 2018) apresentam no seu texto conjunto alguns resultados do projeto de investigação internacional “Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis”, coordenado em Portugal pela equipa do ICS-ULisboa, cujo objetivo dizia respeito ao estudo das manifestações da pobreza alimentar em famílias portuguesas com baixos rendimentos. Partindo da noção de segurança alimentar, o *post* de Virgínia Calado (julho de 2018) apresenta-nos uma abordagem aos resultados dos conselhos municipais de alimentação desenvolvidos em Portugal (envolvendo diversas entidades, desde a FAO ao Colégio F3 da Universidade de Lisboa), apontando para a necessidade de implementação de políticas públicas que promovam eficazmente a realização do direito a uma alimentação adequada, bem como para a clarificação do que se entende por ‘segurança alimentar’.

No que diz respeito à análise de práticas agroalimentares, o artigo de Dulce Freire (junho de 2016), elaborado precisamente no Ano Internacional das Leguminosas, apresenta uma análise histórica resultante da investigação desenvolvida no âmbito do projeto “Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)” relativamente ao consumo e produção de leguminosas em Portugal, bem como a exposição das particularidades que lhes estão associadas. Já o *post* de Marco Allegra (dezembro de 2016) oferece uma análise da noção de *terroir* no contexto do desenvolvimento de produtos “do território” resultantes do binómio “homem-ambiente”. No seu texto, Rosário Oliveira (outubro de 2017) aborda a temática do planeamento alimentar urbano no contexto da observação de mudanças radicais na organização do mercado mundial de alimentos e da necessidade de implementar estratégias que permitam “(...) (bem) alimentar as cidades numa perspetiva de sustentabilidade alimentar e territorial”. Fernando Mano (maio de 2017) e João Graça (outubro de 2018) oferecem leituras pertinentes sobre a evolução do consumo de produtos de origem animal (a sua produção global triplicou em 40 anos) e dos efeitos que o setor do agro-negócio exerce sobre a saúde humana, o ordenamento do território e a sustentabilidade ambiental.

Madalena Santos

Madalena Duque dos Santos é formada em Relações Internacionais e Estudos do Ambiente e da Sustentabilidade. É colaboradora do *Observa* – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade como bolseira de investigação.

Lista de posts

O papel da sociedade civil no combate à insegurança alimentar: deambulações futurísticas	236
<i>Fábio Rafael Augusto</i>	
As leguminosas têm futuro? Mudanças na produção e no consumo em Portugal	240
<i>Dulce Freire</i>	
A doença do vírus Zika: É mesmo um mosquito que causa tudo isso?	244
<i>Mônica Prado</i>	
Se o vinho sabe bem... O Lado Negro do terroir	248
<i>Marco Allegra</i>	
Segurança alimentar: da cacofonia à sinfonia semântica?	252
<i>Mónica Truninger</i>	
A bactéria da desconfiança: o caso de Vila Franca de Xira	258
<i>João Guerra</i>	
Redução do sobreconsumo de alimentos de origem animal: um tabu persistente	263
<i>Fernando Mano</i>	
Navegar a tensão entre ciência e movimentos sociais: notas a partir da soberania alimentar	272
<i>Rita Calvário</i>	
O aumento da prescrição e do consumo de psicofármacos em Portugal	278
<i>Nádia Salgado Pereira</i>	
Da cloaca ao sistema alimentar urbano	283
<i>Rosário Oliveira</i>	
Pobreza alimentar nas famílias portuguesas	286
<i>Mónica Truninger e Sónia Cardoso</i>	
Segurança alimentar e políticas públicas sobre alimentação	291
<i>Virgínia Henriques Calado</i>	
Comer o mundo. Desafios de sustentabilidade na nossa alimentação	295
<i>João Graça</i>	

O papel da sociedade civil no combate à insegurança alimentar: deambulações futurísticas

Fábio Rafael Augusto

📅 6 de abril de 2016

Pensar o problema da insegurança alimentar conduz, geralmente, a uma discussão que visa responder à questão: que caminho é necessário seguir para combater de forma eficaz o fenómeno? Tratando-se de um fenómeno complexo e multifacetado, a resposta acarreta uma multidimensionalidade que apenas permite traçar algumas linhas orientadoras.

Uma dessas linhas prende-se com a necessidade de concertar esforços entre o Estado e a sociedade civil, sendo que a “gestão” desta relação poderá implicar diferentes estratégias consoante o contexto sociocultural.

Figura 1 - What does the future hold for civil society organization?



Fonte: From Poverty to Power

Como pode a sociedade civil dar o seu contributo?

No que diz respeito ao combate à insegurança alimentar, a sociedade civil pode atuar a diferentes níveis, sendo aqui focado o seu papel na elaboração, aplicação e avaliação de medidas políticas que visam o combate/minimização do fenómeno. Walsh-Dilley e Wolford, no capítulo “Social Mobilization and Food Security: The

Contribution of Organized Civil Society to Hunger Reduction Policies in Latin America” (2015), lançam um conjunto de possíveis contributos (Figura 2).

Figura 2 - Civil Society Contributions to State Policy

Areas of contribution	Specific mechanisms
State formation	• Election of executive • Shape of class relations in state • Use of force versus consent • Incorporation of societal demands in state agenda
Voice	• Speaking for the poor, marginal, and excluded • Aggregating demands • Articulating demands in an intelligible political language
Framing	• Presentation of issue to entire nation, to global community, and to political leaders • Situating theme within broader “moral economy” of norms and common sense understandings of social justice
Pressure	• Organization of bodies in the street • Tactical maneuvers—using local, national, and international media, blockades, hunger strikes, international standards or law • Shaming (bodies versus political power)
Targeting	• Identifying the most needy • Establishing the networks and infrastructure to reach these audiences; disseminating information to target audience • Assisting target audience in accessing services
Oversight	• Continued pressure during implementation phase • Self-selection of beneficiaries • Threat of exit and opposition if project/policy/program fail • “Legs on the ground” provide feedback
Implementation	• Service delivery—assistance or assumption of task • Participatory design, evaluation, and execution

Fonte: Walsh-Dilley e Wolford (2015)

Com base nestes contributos, os autores realizam uma análise comparativa entre diversos países da América Latina (Peru, Bolívia, Guatemala e Brasil), de modo a perceber como se gere a relação entre Estado e sociedade civil em diferentes contextos. Concluem que é importante existir uma sociedade civil forte, capaz de articular esforços com o Estado, de forma a responder às suas necessidades, como se verificou, por exemplo, no caso do Peru. Uma organização que partiu da sociedade civil, a “Child Nutrition Initiative”, teve um papel crucial nos processos de enquadramento da problemática para mobilizar recursos (ligado à área de contribuição ‘*framing*’ da Figura 2), de estabelecimento de prioridades na agenda do Estado (‘*State formation*’) e de criação de condições para a implementação de programas que visam o combate ao fenómeno em causa (‘*implementation*’).

Por sua vez, o caso da Bolívia, onde a sociedade civil não possui um papel ativo nos processos de formulação, execução e avaliação de políticas de segurança alimentar, demonstra que o distanciamento entre Estado e sociedade civil promove, em diversos casos, ações desconcertadas que não cumprem o seu principal propósito.

No contexto nacional, foram dados alguns passos decisivos no que diz respeito à participação da sociedade civil nos processos de tomada de decisão, onde se destaca o papel da **REALIMENTAR** (Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional), que visa “congregar os esforços de diferentes atores sociais em direção à plena realização, em Portugal e no mundo, do Direito Humano à Alimentação”. Desta forma, esta iniciativa, que parte da sociedade civil, procura refletir e intervir nos processos de construção de políticas públicas nacionais e internacionais.

Destaca-se também o papel da **REDSAN-CPLP** (Rede Regional da Sociedade Civil para a Segurança Alimentar e Nutricional na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa), que tem promovido a articulação e intervenção da sociedade civil a diferentes níveis (global, nacional e regional).

Duncan e Barling (2012) analisam o processo que conduziu ao “**International Food Security and Nutrition Civil Society Mechanism**” (CSM), durante a reforma do Comité de Segurança Alimentar Mundial, em 2009. Esta iniciativa resultou da articulação de esforços de diversas organizações da sociedade civil que encontraram os meios necessários para, de forma autónoma, participar na governança global de questões relacionadas com a segurança alimentar. Desta forma, a sociedade civil ganha a possibilidade de influenciar a agenda política, os agentes envolvidos nos processos de tomada de decisão e a opinião pública a uma escala global.

Deambulações futurísticas

Tendo em conta o que foi referido anteriormente, interessa lançar algumas linhas orientadoras de resposta à questão: que desafios poderá enfrentar a sociedade civil no que diz respeito ao combate/minimização da insegurança alimentar ao nível das políticas?

Ainda que traçar cenários de futuro se trate, geralmente, de uma tarefa ingrata pelas rápidas e imprevisíveis transformações que podem ocorrer num curto período, parece possível apontar para alguns dos desafios que a sociedade civil poderá enfrentar ao nível da sua organização para participar nos processos de tomada de decisão. Para tal, recorre-se a alguns dos desafios que o “Civil Society Mechanism” (Duncan e Barling, 2012) enfrentou no processo de legitimação da

sua ação e adaptam-se os mesmos, para que possam ser transversais a diferentes contextos:

- Articular o processo de organização com estratégias de atuação concretas. O foco na criação de estruturas e processos poderá consumir demasiado tempo para definir estratégias que permitam cumprir os objetivos. Como possível solução, apresenta-se a criação de grupos de trabalho;
- Valorizar as redes de contactos, o estabelecimento de parcerias e a aprendizagem que se pode retirar daqueles que já atuam no terreno há mais tempo pode constituir uma enorme mais-valia. Além disso, poderá ser importante transformar *outsiders* em *insiders*;
- Gerir participação vs. representação, sendo necessário definir/articular estas duas dimensões;
- Promover o consenso, respeitando a diversidade;
- Promover processos de tomada de decisão eficazes, onde poderá ser necessário priorizar objetivos considerados fundamentais.

Partir para este tipo de generalizações acarreta, geralmente, consequências ligadas à inadequação. Assim, tais desafios constituem meros exemplos, visando responder às necessidades de agentes da sociedade civil, independentemente destes se encontrarem ou não organizados com o intuito de resolver problemas como a insegurança alimentar.

Fábio Rafael Augusto é bolseiro de investigação do projeto **Food and Families in Hard Times**, (coord. Rebecca O'Connell, financiamento: European Research Council), em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

As leguminosas têm futuro? Mudanças na produção e no consumo em Portugal

Dulce Freire

 29 de junho de 2016

Enquanto decorre o Ano Internacional das Leguminosas (2016), a Food and Agriculture Organization e outras entidades têm promovido diversas iniciativas para alargar o consumo destas proteínas vegetais. À semelhança dos outros *anos temáticos*, que têm sido assinalados pelas organizações internacionais, focando as atenções nas leguminosas visa-se destacar estes produtos no quadro de uma agricultura e de uma alimentação sustentáveis. Durante séculos, as leguminosas constituíram uma fonte essencial de proteínas na alimentação humana e não só, mas nas últimas décadas o consumo tem estado a cair. Quando se perspectiva um futuro alimentar sustentável, as leguminosas regressam à ribalta dos debates, potenciando soluções para diversos problemas. De facto, ainda que estejam a ser mais salientados os aspectos que podem atrair consumidores, desde as características nutricionais às potencialidades culinárias, as leguminosas são igualmente interessantes para os agricultores, porque promovem a fertilidade do solo (fixam azoto), evitando o uso de fertilizantes.



Fonte: *Museu Nacional de História Natural e da Ciência*

Em Portugal, a redução do consumo tem-se tornado preocupante. Por exemplo, em 2009-2014 as leguminosas representaram em média 0,6% dos alimentos consumidos por dia para cada pessoa, quando se aconselha 4%. Na prática, os **valores recomendados** correspondem ao consumo diário de 25g, se forem leguminosas secas, e a 80g, se forem frescas. Todavia, a redução da produção parece ter sido ainda maior, estando o abastecimento interno a ser assegurado pela importação.

Os dados recolhidos no âmbito do projecto «**Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)**», que decorreu no ICS-ULisboa (2012-2015), com financiamento da FCT, indicam que, em 2009, a produção de feijão e de grão-de-bico estava ao mesmo nível de 1850: com colheitas que rondavam as 5 mil toneladas anuais (ver o gráfico). Durante mais de 100 anos, até à década de 1960, registou-se uma tendência de crescimento da produção, que atingiu um máximo de 70 mil toneladas anuais de feijão em 1958-1961, e de mais de 30 mil toneladas de grão-de-bico em 1967. A produção de fava foi igualmente importante, ultrapassando as 50 mil toneladas anuais na década de 60. Mas o panorama alterou-se.

Produção de leguminosas e Portugal, 1850-2009



Fonte: Agricultura em Portugal: alimentação, desenvolvimento e sustentabilidade (1870-2010)

O gráfico mostra ainda alguns dados da produção de chicharo, lentilha e ervilha. Infelizmente, estas leguminosas não foram consideradas relevantes pelo Instituto Nacional de Estatística e não houve continuidade às séries iniciadas no século

XIX. A execução deste projecto permitiu pela primeira vez constituir séries estatísticas contínuas de âmbito regional, e também nacional, para muitos dos produtos que compõem a agricultura portuguesa desde 1850 (a partir de quando há estatísticas). Foi possível colmatar muitas lacunas e **disponibilizar novos dados históricos**, mas existem vários problemas que persistem. Neste caso, apesar de faltarem dados estatísticos, outros documentos e as práticas alimentares regionais indicam que chicharos, lentilhas e ervilhas continuaram a ser produzidos e consumidos.

São escassas as referências históricas às leguminosas, por comparação com o que existe para cereais, vinho e azeite. Percebe-se que às variedades autóctones se foram juntando as que vieram do Oriente e, a partir do século XVI, as que chegaram do Novo Mundo, mas desconhecem-se quase sempre detalhes acerca das mudanças nas condições de produção e consumo. Em 1749, João António Garrido explicava que os feijões para consumir em verde se semeiam no Verão com «hum grão de milho grosso; e tres feijoens juntos fazem huma boa copada arrumados á cana do milho. Tambem se semeão os feijoens de hum, em hum nas hortas entre canteiros, das alfacias, e das couves». Recomenda que se usem as sementes locais e não os feijões que vêm da Holanda, que não nascem. Quanto ao grão-de-bico, deve semear-se na lua crescente de março, deixando-o em água morna na véspera. Ao cozinhá-los «quando fervem não se lhes bota água fria senão morna; e cozem-se peyor com água corrente, que com água do poço; e fazem-se mais brandos cozidos com hervas, do que sem ellas». Estas recomendações fazem parte do livro que publicou e que está acessível no **sítio da biblioteca da Universidade de Coimbra**. Este e outros testemunhos indicam que, no século XVIII, as leguminosas com diferentes origens já integravam os sistemas agrícolas e as práticas alimentares nas modalidades que ainda eram habituais em meados do século XX.

A drástica redução da produção de leguminosas está associada às profundas mudanças sociais e económicas que decorreram em Portugal depois da década de 60. Por um lado, a agricultura mudou. As leguminosas de sequeiro (fava, grão, lentilha, chicharo e tremço) faziam parte das rotações de cereais e, além de servirem para alimentação humana, eram indispensáveis (sobretudo a fava) para as rações dos animais de trabalho. Com a difusão de tractores e fertilizantes

químicos, a par do abandono das terras mais pobres, estas leguminosas perderam utilidade. O feijão e as ervilhas carecem de água e, principalmente, o primeiro era consociado com o milho. É certo que este continua a ser o único cereal em expansão em Portugal (com produções que ultrapassam 1 milhão de toneladas), mas é outro milho! É um híbrido que abastece a agro-indústria mundial, cultivado em monocultura de precisão. Os *milhos tradicionais* (branco ou amarelo) não só serviam para fazer pão e rações, como permitiam consociações com feijão, abóbora, alface e outros produtos que crescem na mesma época. Esses milhos, que exigiam um labor constante e utilizavam terra e água criteriosamente, quase desapareceram.

Por outro lado, o consumo também mudou. O baixo consumo *per capita* de proteínas animais registado em Portugal (menos de 30g diárias) foi, durante décadas, uma realidade que envergonhou algumas elites: era mais um sinal de *atraso*, que não se podia esconder e que a FAO passou a registar nas estatísticas internacionais. A balança alimentar do INE indica que o país chegou aos valores médios mínimos europeus na segunda metade da década de 1960 (Dulce Freire, 2011, “**Produzir mais e melhor...**”, *Ayer*, 83). Nessa altura, já tinham sido levantadas muitas das regras que dificultavam a entrada de produtos estrangeiros no mercado interno e estava a ser incentivada a produção de proteínas animais (sobretudo aves e suínos), o que alargou a quantidade e a variedade de bens alimentares disponíveis.

No contexto destas transformações, ainda que o cozido à portuguesa ou o grão com bacalhau continuem a ser celebrados, o consumo quotidiano de leguminosas foi sendo abandonado. A redescoberta das leguminosas apresenta-se como uma oportunidade para Portugal. Aqui existem recursos ecológicos e conhecimentos que permitem cultivar e cozinhar diferentes variedades locais, contribuindo para um futuro sustentável.

Dulce Freire é historiadora e investigadora auxiliar Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

A doença do vírus Zika: É mesmo um mosquito que causa tudo isso?

Mônica Prado

 11 de novembro de 2016

Quero compartilhar com os leitores do Blogue ATS minhas reflexões sobre a doença do vírus Zika, as quais resultam de minha aproximação com a investigação social no marco da resposta à **emergência internacional** decretada no dia 1º de fevereiro deste ano pela Organização Mundial da Saúde (OMS). Nos últimos seis meses – maio a outubro de 2016 – tive a oportunidade de trabalhar na condução e análise de investigação social e operativa em saúde pública em países da América Latina e do Caribe como consultora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS). As leituras e o contato com cidadãos de diversos espaços geográficos e culturais produziram em mim um quadro reflexivo pessoal que imbrica ambiente, sociedade e território.

Antes de discorrer sobre minhas reflexões, gostaria de salientar que os dados divulgados pela OMS em seu último **informe** (10 de novembro de 2016) apontam que 69 países reportaram transmissão e que 58 reportaram epidemias da doença do vírus Zika de 2015 em diante. Além dos países que reportam transmissão por mosquito, como se vê no mapa a seguir, há 12 que reportam transmissão pessoa-pessoa: Argentina, Canada, Chile, Peru, Estados Unidos, Portugal, França, Alemanha, Itália, Noruega, Espanha e Nova Zelândia. Microcefalia e outras malformações associadas ao vírus Zika foram reportadas por 26 países e 19 reportam um aumento na incidência de Síndrome de Guillain-Barré (**SGB**).

Para facilitar a narrativa sobre minhas reflexões, escolhi a imagem de um tripé e suas três pernas a sustentar um ponto de convergência. A primeira perna do tripé diz respeito à interação e a convivência entre humanos e mosquito, a segunda traz à tona a preocupação e o cuidado com as futuras gerações e a terceira perna toca nas dificuldades da governança territorial e os desafios para a gestão da água e de resíduos.



Fonte: Centers for Disease Control and Prevention

A primeira perna desse tripé reflexivo se molda do distanciamento entre humanos e natureza, como se os humanos não fossem uma espécie dentre outras tantas espécies que habitam um mesmo ambiente. De um lado, está a incredulidade em geral das pessoas comuns de que um ser tão minúsculo como um mosquito possa causar tantos danos. De outro, está o engenho humano a criar artifícios para modificar ou alterar outra espécie de maneira a fazê-la sucumbir, reforçando a posição de supremacia da espécie humana.

É mesmo um mosquito que causa tudo isso? foi uma colocação comum por parte da população em geral no transcurso das investigações operativas. Associada a ela, o relato de esforços de prevenção contra mosquitos em geral, sem a diferenciação de que um mosquito em especial, entre os outros com quem se convive em casa, é o que transmite o vírus Zika – o *Aedes aegypti*. Assim, além de desconsiderar o risco também há dispersão para com as medidas preventivas. Se atitude e comportamento têm seus desafios, a tecnologia vem ganhando espaço. Experimentos de controle biológico para reduzir ou eliminar os males provocados pelo *Aedes* já estão em curso, seja com a liberação de mosquitos **inoculados com bactéria** seja com a **fabricação de mosquitos** geneticamente modificados.

A segunda perna do tripé está construída na visibilidade de que o valor intergeracional vem se firmando no século XXI como um valor ético e universal que conforta e direciona a tomada de decisão por parte dos humanos. O valor do cuidado para com as novas gerações leva a refletir sobre ter ou não ter filhos e

sobre o novo significado cultural para o uso de preservativos durante as relações sexuais dentro ou fora de relacionamentos estáveis.

Ainda que sob a ênfase do direito individual sobre decidir quando e como ter filhos, a OMS enfatiza o uso de preservativos e/ou a abstinência sexual para adultos homens e mulheres com vida sexual ativa em seu relatório de progresso (pg. 7 e 8) divulgado no dia 26 de outubro de 2016. Como exemplo, a **campanha pública** da Fundação CDC/Porto Rico (*Centers for Disease Control and Prevention*) enfatiza a transmissão sexual, o uso de preservativo e a participação masculina na prevenção de complicações na gravidez e para os bebês. No **vídeo da campanha**, o cuidado para com a nova geração é um gancho com o uso do slogan – *hazlo por ellos!*

A terceira perna do tripé de minha reflexão se conforma ao tomar como base o território e as dificuldades crescentes para uma governança territorial estratégica que se conduz por um fio invisível e abstrato, e que agrega o indivíduo, o vizinho, a comunidade, as instancias locais privadas, os serviços públicos do Estado e os entes governativos federais. Nessa engrenagem, o bem comum resulta da ação de todos. Caso algum elemento da engrenagem não esteja presente ou esteja enferrujado, a doença, nesse caso Zika, continua a transitar livremente por territórios sem fronteiras.

Em geral, as pessoas ouvidas e entrevistadas ressaltaram que o sentimento a prevalecer deveria ser o de que todos estão afetados e não especificamente uma comunidade ou um país, apontando para a inserção global. Outras muitas vozes trouxeram à tona o papel do vizinho e a responsabilidade na prevenção, sem, no entanto, indicarem que cada um é um vizinho de outro vizinho, apontando a presença do local. Também houve muitas falas sobre a frouxidão na gestão de resíduos sólidos, que é um serviço dos entes governamentais, sendo executado com recursos próprios ou por contratação de entes privados. Mais especificamente, a percepção da ausência governamental na gestão de resíduos de grandes volumes, incluindo pneus usados, e na gestão de terrenos baldios e casas fechadas. Tudo isso porque a fêmea do *Aedes aegypti* pousa seus ovos em paredes de qualquer recipiente com um mínimo de água parada e limpa. Se, de um lado, os recipientes a esmo relacionados com lixo ou espaços abandonados servem para abordar a prestação de serviços governamentais, de outro a

governança sobre a questão da água e seu armazenamento deixa de fora aqueles que necessitam de barris, toneis e tanques. A presença desses recipientes utilizados para guardar, dentro de casa, água limpa e/ou da chuva para cozinhar e lavar traz à tona a vulnerabilidade resultante da convivência com o *Aedes*. Essa convivência necessita de vigilância semanal para manter limpo os recipientes e esfregadas as suas paredes, além de assegurar que estejam cobertos e tapados adequadamente, de maneira a evitar a geração de um *Aedes aegypti* adulto que poderá infectar os humanos que lá residem. Na busca por apresentar esse enfoque mais holístico, no final de 2015 o **Ministério da Saúde** do Brasil lançou a campanha pública *Sábado da Faxina* que lista medidas e cuidados a serem verificados ao menos uma vez por semana. Ressalta-se que *Aedes* é vetor para Dengue, Chikungunya e Zika.

Essas três pernas que põem de pé meu quadro reflexivo têm como ponto de convergência a adaptação e a percepção de que ela é um caminho longo e feito da costura de intervenções pontuais e acumulativas a fim de criar saltos incrementais sucessivos. Parte dessa adaptação, de meu ponto de vista, será possível com literacia científica sobre os serviços da natureza. A outra parte, dentre tantas possíveis, é olhar para o local e vivenciá-lo, somado ao ambiente, em sentido alargado. Zika veio para ficar, dizem muitos dos médicos que ouvi nessa minha caminhada. Os efeitos sociais e econômicos das complicações da doença do vírus Zika, como a microcefalia e a Síndrome de Guillain-Barré são pesados e muito ainda está por ser revelado sobre a doença.

Nota: material do Ministério da Saúde do Brasil está publicado sob a licença Creative Commons CC BY ND 3.0 Brasil.

Mônica Prado é aluno de doutoramento do **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Se o vinho sabe bem... O Lado Negro do terroir

Marco Allegra

 6 de dezembro de 2016

Segundo a [International Organisation of Vine and Wine](#), *terroir* “is a concept which refers to an area in which collective knowledge of the interactions between the identifiable physical and biological environment and applied vitivincultural practices develops, providing distinctive characteristics for the products originating from this area”.

Trata-se de uma definição minimalista. Como sublinha a [Revista de Vinhos](#), “[f]alar de *Terroir* é falar de topografia, orografia, geologia, pedologia, drenagem, clima e microclima, condução da vinha, castas, porta-enxerto, intervenção humana, cultura, história, tradição etc.”. Um artigo no [New York Times](#) define o *terroir* como “a concept almost untranslatable, combining soil, weather, region and notions of authenticity, of genuineness and particularity – of roots, and home – in contrast to globalized products designed to taste the same everywhere”.

Soil and roots, “solo e raízes” – a ideia de *terroir* representa a ligação entre uma comunidade humana e o seu território, mas também um critério de validação desta relação: implicitamente, um vinho de alta qualidade só pode ser o fruto de uma relação positiva – mais: autêntica, histórica e orgânica – entre os elementos humano e físico da paisagem. Esta relação é o tópico de um [artigo](#) que publiquei com Ariel Handel e Galit Rand no jornal *Environment and Planning A* (o artigo recebeu, juntamente com outros dois, o [Ashby Prize](#) como melhor artigo publicado na revista no ano 2015). O artigo explora o “lado negro” do conceito no contexto do desenvolvimento da indústria do vinho nos colonatos em Israel/Palestina. Mas de que estamos realmente a falar quando falamos de *terroir*?

O *terroir* representa o protótipo de um discurso sobre a autenticidade da relação homem-ambiente que hoje se tornou quase hegemónico nas nossas sociedades, indo muito além da comunidade dos amantes e dos profissionais do vinho. A ideia

de “produtos do território” (produzidos em áreas específicas segundo metodologias tradicionais) é uma importante componente do *branding* agroalimentar e das políticas de desenvolvimento local. Ao mesmo tempo, esta ideia caracteriza hoje uma filosofia e um estilo de vida intrinsecamente associados à sabedoria enogastronômica, à saúde e à preservação do ambiente, ao respeito pelas culturas locais e até a ideais de justiça global.



Fonte: “*Château du Clos de Vougeot*” by *Jebulon* is licensed under *CC-BY-SA*, via *Wikipedia*

Como sintetiza o movimento *Slow Food*, o alimento “bom, limpo e justo” é a base para “[u]ma visão holística da gastronomia e a construção da capacidade de ultrapassar conceitos que não defendem o valor das diferentes culturas do planeta”. Como notam *Koen van Bommel* e *André Spicer*, a ênfase do *Slow Food* nos produtos tradicionais, metodologias artesanais e comunidades locais transformou o discurso sobre alimentos “from appealing only to gastronomes to becoming a broader field that encompassed social justice activists and environmentalists”.

O *terroir* e, mais em geral, os “produtos do território” sabem bem, fazem bem, e até contribuem para a criação de um mundo melhor: parece-me claro que temos aqui uma oportunidade imperdível para os criticar.

A inspiração neste sentido vem, **mais uma vez**, de Israel/Palestina. Os colonatos israelitas do West Bank representam a área onde a indústria do vinho local mais cresceu nos últimos anos. O desenvolvimento da indústria e da cultura do vinho – elemento indiscutivelmente judeu da paisagem – é parte de uma nova estratégia de legitimação da presença dos colonos no West Bank. Como nota Nati Israeli, coordenador turístico no Conselho Regional da Samaria, “Our strategy has changed.... Once we would organize demonstrations. Today it’s the exact opposite. We simply want people to come and get to know us; to like us.... This is Tuscany, and it’s 10 minutes away from your house” (Handel *et al.* 2015, pg. 1360). A mensagem dos colonos passou a ser “YESHA ze fun” (“a YESHA é divertida”) – onde YESHA (“salvação”) é o acrônimo hebraico que indica as áreas de Judeia, Samaria e Gaza.

O conceito de *terroir*, pelas suas características próprias, adapta-se muito bem a esta campanha – parte dum processo mais geral de “**normalização**” da presença judia no West Bank. Em primeiro lugar, o *terroir* é uma combinação de elementos humanos e naturais que não pode ser alterada sem mudar as características próprias do produto; inversamente, a qualidade, digamos, **de um vinho de Porto de Psagot** representa a prova que a relação dos colonos com a terra que ocupam é autêntica – parafraseando a expressão inglesa, *the proof is in the glass*. Em segundo lugar, os consumidores de vinho em Israel vêm da parte mais rica e progressista da sociedade, e os vinhos dos colonatos participam no circuito internacional de revistas, prémios e eventos que compõem a sofisticada *wine culture* global. Por isso, através do conceito de *terroir* o processo de normalização pode atingir um público-alvo muito diferente do das campanhas desenvolvidas através de *slogans* ideológicos.

Ao mesmo tempo, o conceito de *terroir* não representa de maneira nenhuma uma diluição da mensagem original do Sionismo e do movimento dos colonos nacional-religiosos. Pelo contrário, esta ideia (e, em parte, a do “território” no domínio agroalimentar) permite falar em termos politicamente corretos da existência de uma relação orgânica, até mística, entre homem e terra – pela primeira vez desde que conceitos associados à ideologia nazi como **Blut und Boden** e **Lebensraum** caíram em desgraça depois da segunda guerra mundial.

Claro, não estamos a acusar os *wine lovers* portugueses de proximidade ideológica em relação aos nazis. Mas devemos considerar também o potencial do lado negro do *terroir*/território – um outro conceito desse tipo já foi, aliás, objeto de uma análise mais aprofundada nas ciências sociais: o de “comunidade”. A ideia de “território” (produtos, culturas, comunidades) pode ser considerada como intrinsecamente positiva? Os métodos e as práticas tradicionais são imunes a dinâmicas de exploração? E sobretudo: se o vinho sabe bem, é tudo o que precisamos saber?

Marco Allegra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Segurança alimentar: da cacofonia à sinfonia semântica?

Mónica Truninger

 1 de fevereiro de 2017

O conceito de segurança alimentar tem sido objeto de vários debates e reconfigurações ao longo do tempo, de tal forma que há quem diga que existem mais de 200 definições.

A confusão ainda é maior nas línguas de origem latina! Não é invulgar estarmos num debate em português onde os e as oradoras empregam o termo ‘segurança alimentar’ para se referirem a realidades distintas: seja em relação a questões de risco, higiene, limpeza e desinfeção dos alimentos—*food safety* na língua inglesa e bem ilustrado pelo *Hazard Analysis Critical Control Points (HACCP)*; a questões de fome e escassez alimentar—*food security*; ou a questões de direito à alimentação—*food rights*.

Esta variedade de significados, mais as suas múltiplas nuances semânticas e combinações, explicam a cacofonia e falta de clareza concetual entre os termos de ‘pobreza’, ‘segurança’ e ‘soberania’ alimentares.

Podemos definir a pobreza alimentar como a incapacidade de adquirir ou consumir a qualidade adequada ou a quantidade suficiente de alimentos de forma socialmente aceitável—sendo aqui considerado inaceitável alguém ser forçado a recorrer à ajuda alimentar, roubar, pedir na rua ou procurar comida nos caixotes de lixo.

Já o conceito de segurança alimentar, conforme elaborado pela **FAO em 2001**, “[é] uma condição que existe quando todas as pessoas em qualquer altura têm acesso físico, social e económico a uma alimentação suficiente, segura e nutritiva e que vai ao encontro das necessidades e preferências alimentares para uma vida ativa e saudável”. Ou seja, a insegurança alimentar implica não ter acesso a uma alimentação suficiente, segura—aqui no sentido da *food safety* e, portanto, que não prejudique a saúde—e nutritiva.

Horta comunitária da Batavo, Brasil



Fonte: “Horta Comunitária da Batavo” de Darliton is licensed under CC-BY-SA, via Commons Wikimedia

Por isso, não é de surpreender que os conceitos de pobreza e insegurança alimentar sejam usados como sinónimos. Porém, eles não são a mesma coisa. Se considerarmos a falta de rendimentos como uma característica fundamental da pobreza, então chegamos à conclusão de que o rendimento é uma condição necessária mas não suficiente para garantir a segurança alimentar. As famílias com rendimentos mais elevados podem passar por períodos de insegurança alimentar quando enfrentam uma quebra súbita de rendimentos—por exemplo, devido a uma situação de desemprego ou divórcio—e são obrigadas a priorizar outras despesas acumuladas ao longo do tempo—por exemplo, de transporte, empréstimos ou educação.

No fundo, e comparando com a população economicamente mais vulnerável, estas pessoas podem estar num escalão de rendimentos considerado elevado, mas as dívidas e as novas circunstâncias de vida não lhes permitir fazer face às suas despesas, sendo obrigadas a reduzir as quantidades de comida ingeridas ou a usar estratégias de adaptação—por exemplo, consumir carnes mais baratas, reduzir os produtos de maior qualidade alimentar, optar por produtos perto de atingirem os prazos de validade ou evitar comer fora.

Algumas iniciativas—também de combate ao desperdício alimentar—têm vindo a providenciar comida que não representa perigo para a saúde pública, mas que já

está muito perto do prazo de validade—como é o caso deste **supermercado**. Muitas vezes as famílias acabam por não ter direito a acionar mecanismos de proteção social, pois os seus rendimentos são considerados acima da média. Isto coloca-as numa situação muito frágil, agravada pela dissonância entre o seu estatuto social aparente e a sua real situação económica, levando-as a sentir-se cada vez mais isoladas.

Por outro lado, podemos ter famílias com muito poucos recursos económicos que, devido às suas competências culinárias ou de produção agrícola para auto-consumo, por exemplo, numa horta comunitária, conseguem manter uma alimentação com relativa qualidade, não passando por situações de insegurança alimentar.

No que diz respeito à soberania alimentar, este termo aponta noutra direção: o direito à alimentação emanado dos direitos sociais e humanos, bem como a sustentabilidade dos meios de subsistência ao nível das comunidades locais.

Símbolo do movimento La Vía Campesina



Fonte: Raising Peace Campaign

A ideia da soberania alimentar surge em 1996 através do movimento internacional de camponeses e pequenos agricultores denominado **La Vía Campesina**, criado em 1993. Segundo este movimento, a “soberania alimentar é o direito de cada nação manter e desenvolver a sua própria capacidade de

produzir alimentos básicos, respeitando a diversidade cultural e produtiva". No fundo, trata-se de consagrar o direito de produzir a própria alimentação nos territórios locais onde as comunidades vivem. Assim, a soberania alimentar é uma condição prévia à verdadeira segurança alimentar. O conceito engloba quatro dimensões: o direito à alimentação; o acesso aos recursos produtivos; a integração da produção *agroecológica*; e o comércio de proximidade, bem como o uso dos mercados locais.

Uma das evidências do impacto da crise financeira e económica dos últimos anos é que a insegurança alimentar—incluindo episódios de fome entre adultos e crianças—ocorreu também—e ainda ocorre—nos países mais desenvolvidos. Este deixou de ser um problema que, aparentemente, só se passa lá longe, em África, Ásia ou na América Latina. Está bem perto de nós. Assim, as questões da segurança alimentar, apesar de não serem frequentemente mencionadas nos meios de comunicação social, estão presentes nas preocupações quotidianas de muitas famílias, tanto nos países que vivem em escassez, como nos que vivem em abundância.

No âmbito do projeto de investigação *Family and Food in Hard Times*, em que participa o Instituto de Ciências Sociais, no qual está a ser desenvolvido um estudo comparativo entre a Noruega, o Reino Unido e Portugal, uma equipa de cientistas sociais do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade está a recolher dados junto de famílias com crianças para compreender melhor os impactos que a crise económica teve, e ainda tem, nas práticas alimentares dessas famílias. Embora não haja resultados preparados para divulgação, pois o trabalho de campo ainda está em curso, as entrevistas realizadas têm mostrado aquilo que vários nutricionistas, comentadores e autores de estudos sobre o aumento das desigualdades sociais no nosso país têm vindo a documentar: um retrato dramático das condições de vida de muitas famílias que passaram, e ainda passam, por tempos bastante difíceis. Estas condições são, em grande parte, resultado da crise económica, agravada pelas medidas de contenção orçamental que vigoraram com mais intensidade entre 2011 e 2014.

De forma a analisar e aprofundar estas questões, uma equipa do nosso Grupo de Investigação realizou, em 2014, o *Estudo de caracterização da pobreza e insegurança alimentar nas famílias portuguesas com crianças em idade*

escolar, financiado pelo Programa Operacional de Assistência Técnica do Fundo Social Europeu e pelo Estado Português. Com base em metodologias quantitativas e qualitativas procurou-se identificar situações de pobreza e insegurança alimentar das famílias portuguesas com crianças em idade escolar, traçando um diagnóstico destas condições e examinando como a alimentação das crianças e das suas famílias foi afetada pela crise.

Os resultados, a disponibilizar em breve no livro *Alimentação em Tempos de Crise: Consumo e Segurança Alimentar nas Famílias Portuguesas*, Imprensa de Ciências Sociais, mostram que a insegurança alimentar, apesar de mais prevacente nos segmentos economicamente mais vulneráveis, atravessava já, em 2014, o tecido social de modo transversal.

Segurança alimentar e alterações climáticas



Fonte: "Global warming affecting global agriculture and food security" de Asamoah Francis, via Wikimedia Commons

Nos últimos anos, o conceito de segurança alimentar tem-se reconfigurado e tornado mais multidimensional. Segundo *Kevin Morgan e Roberta Sonnino*, estamos perante uma nova equação alimentar caracterizada: pela volatilidade dos preços no mercado alimentar global; pela transição nutricional nos países e economias emergentes; pela segurança alimentar vista como uma questão de soberania nacional; pelo efeito das alterações climáticas nos sistemas

agroalimentares; e, por fim, por crescentes conflitos sobre recursos naturais, incluindo terra, água e florestas, entre outros.

Todas estas questões proporcionam novas perspectivas sobre o conceito de (in)segurança alimentar cobrindo diversas dimensões, tais como: a nutrição, a inclusão social e a diminuição das desigualdades sociais; as políticas de proteção social e o fortalecimento do Estado Social; as políticas de emigração e de inclusão das e dos refugiados—muitos deles do clima; as dimensões ambientais—por exemplo, as questões do desperdício alimentar, a pressão das alterações climáticas nos recursos naturais e no deslocamento de populações; e também as dimensões que incluem direitos humanos fundamentais, tais como o direito humano à alimentação. Brevemente estará disponível mais informação sobre estas matérias no livro *Routledge Handbook on Consumption*.

Mónica Truninger é socióloga e investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

A bactéria da desconfiança: o caso de Vila Franca de Xira

João Guerra

12 de abril de 2017

Os acidentes industriais que ameaçam a saúde pública—ligados a atividades económicas que, por sua vez, garantem a subsistência das famílias e das comunidades—podem revelar-se momentos de ansiedade social excecional. Esses episódios são, geralmente, caracterizados por controvérsias públicas, pela desconfiança nos sistemas de monitorização, e por processos judiciais morosos que, do ponto de vista das comunidades afetadas, nem sempre se saldaram por resultados positivos.

Face à sua ocorrência, assiste-se, frequentemente, a encadeados complexos, onde os sentimentos de incerteza e perplexidade se juntam a alguma inabilidade institucional para lidar com problemas inesperados. Este é o caso do surto de *legionella*, ocorrido entre 12 de outubro e 4 de Dezembro de 2014, em Vila Franca de Xira.

Surto de legionella em Vila Franca de Xira em 2014



Fonte: Sapo

De acordo com o relatório final do **Grupo de Trabalho para o Surto de Legionnела**, criado pelo governo de então para acompanhar o problema, registaram-se 375 vítimas, das quais 12 mortais, maioritariamente residentes naquele município. Em Julho de 2016, quase dois anos depois, foram constituídos nove arguidos: a ADP–Adubos de Portugal, uma fábrica de fertilizantes, apontada pelas autoridades como fonte do surto; a *General Electric Water*, empresa responsável pela manutenção das torres de refrigeração da unidade fabril; e sete técnicos das duas empresas.

Ora, para enfrentar este tipo de desafios, próprios da ‘**sociedade de risco**’, os métodos que mais apelam à participação e ao envolvimento dos cidadãos têm vindo a merecer uma progressiva aceitação e institucionalização. Tal ocorre num quadro onde, tanto os princípios da governança (a partilha do poder de decisão, com recurso a métodos mais ou menos deliberativos), como os da sustentabilidade (precaução e equidade intra e intergeracional no uso de recursos), têm marcado crescente presença na implementação de medidas e políticas públicas. Frequentemente, aliás, estes têm vindo a contrariar o desencontro entre princípios e objetivos na promoção da qualidade de vida e da qualidade ambiental.

Voltando ao caso de Vila Franca de Xira, uma oficina participativa levada a efeito na freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa, uma das mais assoladas pelo surto, procurou pôr em prática estes desígnios de **envolvimento público** na reflexão sobre o desenrolar do processo e, sobretudo, sobre a ação das diferentes instituições.

Oficina participativa na freguesia de Póvoa de Santa Iria e Forte da Casa

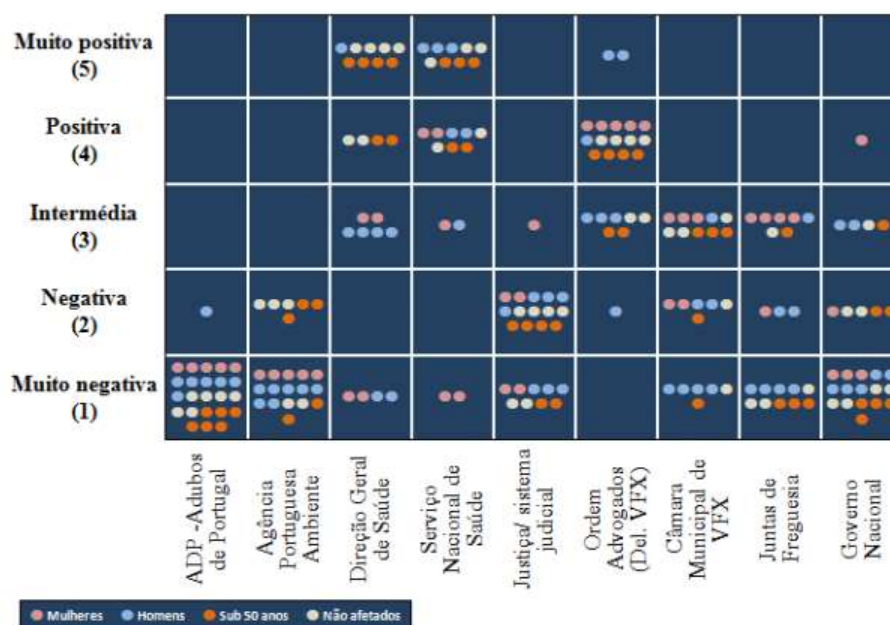


Fonte: Fotografia de João Guerra

A oficina decorreu no Pavilhão Municipal do Forte da Casa, a 13 de Outubro de 2016, tendo sido realizada em colaboração com uma associação local, *Os Amigos do Forte*, e contado com a participação de mais de três dezenas de residentes das áreas afetadas. Estes foram agrupados em quatro mesas de discussão distintas de forma a permitir a comparação de resultados entre i) mulheres; ii) homens; iii) sub-50 anos; iv) não afetados.

Após deliberação nas diversas mesas, elaborou-se o seguinte diagrama que expressa os posicionamentos individuais sobre a ação das diversas instituições envolvidas no desenrolar do surto e na sua resolução:

Diagrama síntese da avaliação dos moradores de Vila Franca de Xira quanto à atuação institucional na gestão do surto de Legionella



Fonte: Oficina participativa de Forte da Casa

A primeira grande conclusão que daqui decorre, corroborada, efusivamente, nas discussões que precederam a construção do diagrama, é a genérica postura crítica dos participantes. Para estes, apenas os serviços hospitalares e, talvez por arrasto, a Direção-Geral de Saúde se destacam pela positiva. Do lado oposto surge a ADP–Adubos de Portugal, a fonte mais óbvia do problema, mas são igualmente mal avaliados o poder político, nacional e local, e a generalidade das instituições da administração pública que, do ponto de vista dos participantes, falharam na monitorização ou, simplesmente, na defesa do bem-comum e da saúde pública.

Para além das graves consequências individuais e coletivas que o surto de *legionella* representou para a comunidade de Vila Franca de Xira, a agudização da desconfiança institucional parece, assim, ter sido um dos principais resultados do surto. Fenómeno que decorrerá de um sentimento misto de incompreensão e de abandono. A relativamente boa posição do Hospital, e dos serviços de saúde em geral, resultará, aliás, da própria natureza dos cuidados prestados, que implica a proximidade física de médicos, enfermeiros e outros técnicos de saúde. Condição suficiente para que as vítimas se tenham sentido efetivamente acompanhadas.

Quanto à origem e gestão da crise, os participantes mostraram não compreender um processo de monitorização que falhou e que, apesar disso, terá deixado as vítimas sem uma resposta atempada e eficaz. À ausência (percebida) dos poderes públicos junta-se a tradição pouco interventiva e pouco participativa da sociedade portuguesa que, por seu turno, se agrava com o perfil das vítimas (maioritariamente idosos), numa interação intrincada em que todos saem a perder.

Afinal, independentemente do esforço efetivo e das reais atribuições de algumas instituições, os cidadãos viram-se (sentiram-se) cerceados dos seus direitos mais elementares e enfrentaram com perplexidade as disfunções do sistema. Sentiram (e sentem) que não funcionou um sistema legislativo e um sistema de monitorização que deveriam ter garantido a qualidade ambiental e a saúde pública. Sentiram (e sentem) que a justiça e o sistema judicial (investigação criminal, Ministério Público, tribunais...) não acautelaram o direito à saúde e o ressarcimento das vítimas. Sentiram (e sentem) que não foram chamados a dar o seu contributo na resolução/minoração do problema.

Poder-se-ia ter atendido melhor o interesse público e os direitos dos cidadãos? *A posteriori* a resposta parece óbvia. Para se precaver este desfecho, ter-se-ia justificado uma cautela particular da generalidade dos agentes envolvidos, concretamente, em relação à natureza do surto, tipologia das vítimas e qualidade da prova pericial.

Quanto à *natureza do surto*, tratando-se de um dano ambiental que expôs ao risco um número indeterminado de locais e transeuntes, sem que necessariamente tivessem qualquer perceção do facto, ter-se-ia imposto,

antecipadamente, legislação mais apertada que impedisse tal ocorrência. Depois exigiria uma presença notória, articulada e eficaz das diversas instituições públicas e privadas, direta ou indiretamente implicadas, de modo a clarificar as características do surto e suas consequências. Ter-se-ia potenciado, assim, o envolvimento dos afetados e da população em geral na aplicação de medidas de minoração do risco e de reparação dos seus efeitos.

Quanto à *tipologia das vítimas*, uma vez que, quando infetados por *legionella*, os grupos mais vulneráveis eram pessoas com mais de 50 anos, ter-se-ia imposto uma adequação da performance e do discurso por parte dos órgãos públicos, particularmente do poder autárquico dada a sua estreita ligação com as populações e organizações cívicas. Refira-se, a este propósito, que a simples presença de representantes autárquicos numa das sessões participativas realizadas no Forte da Casa parece, só por si, ter apaziguado os ânimos mais exaltados.

Por fim, quanto à *qualidade da prova pericial*, se a produção de prova poderia condicionar a responsabilização criminal e o ressarcimento das vítimas, ter-se-ia imposto uma atuação pericial exemplar. Note-se que a acusação do Ministério Público, que só muito recentemente veio a público, a 15 de março de 2017, apenas conseguiu estabelecer o nexo de causalidade para 73 dos 375 casos infetados e 8 das 12 vítimas mortais, não restando, por isso, de acordo com a acusação, possibilidade de responsabilização penal para a esmagadora maioria das ocorrências.

João Guerra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Redução do sobreconsumo de alimentos de origem animal: um tabu persistente

Fernando Mano

 10 de maio de 2017

A “carnificação” da dieta humana

A crescente voracidade dos humanos por alimentos de origem animal (sobretudo carne, laticínios e ovos), converteu um punhado de espécies com interesse pecuário, nas mais preponderantes do Planeta. Se um extraterrestre chegasse hoje à Terra, provavelmente sentir-se-ia motivado a chamar-lhe “Planeta das Vacas”, coisa que não seria absurda, considerando que já em 2010 a massa total de bovinos domésticos excedia 130 milhões de toneladas, enquanto o total da massa de seres humanos não ultrapassava à data 100 milhões de toneladas.

Produção intensiva de frangos nos EUA



Fonte: “A commercial chicken house with open sides raising broiler pullets for meat” de U.S. Department of Agriculture, CCO, via [Wikipedia](#)

Ou talvez o nosso imaginário visitante preferisse chamar-nos o “Planeta dos Frangos”, atendendo a que a população total de frangos é 3 vezes superior à população total de seres humanos, cifras que testemunham o enorme incremento do sector pecuário ao longo das últimas décadas.

Há um século atrás, a proteína animal representava, em alguns países, uma considerável fatia da dieta das suas populações, embora distribuída muito desigualmente pelas diferentes classes sociais. O Reino Unido é um exemplo de grande consumo de carne já em finais do século XIX e princípios do século XX, fenómeno que acompanhou a crescente urbanização e o aumento dos rendimentos das famílias, e que viria a revelar posterior tendência para a estabilização. É na segunda metade do século XX que se inicia um enorme aumento do consumo dos produtos de origem animal, primeiro na maioria dos países “desenvolvidos”, mas que rapidamente alastrou às classes mais abastadas dos países “em desenvolvimento”, tendo a produção global de carne triplicado ao longo das últimas quatro décadas.

O aumento do consumo de produtos de origem animal, e mais concretamente de carne, deve-se hoje muito mais ao **aumento do apetite carnívoro das classes médias das economias “emergentes”**, do que ao aumento da população global do Planeta. O consumo global *per capita* de carne, que em 1962 era 23Kg, atingiu os 46Kg em 2009 e não parou de crescer desde então. A desigualdade é grande entre países. Tradicionalmente os maiores consumos *per capita* pertenciam aos Estados Unidos, à Austrália e à Nova Zelândia onde se atingem consumos superiores a 130Kg/ano, ao mesmo tempo que em vários países de África e do sul da Ásia, o consumo *per capita* ainda não foi além de 10Kg/ano. Os países europeus também apresentam elevados consumos *per capita*, mas com tendência para a estabilização desde a década de 90 do século passado, e a maioria deles – salvo raras exceções – exhibe consumos aquém dos 100Kg/ano.

Nas últimas décadas do século XX, alguns países da Europa meridional acordaram de forma serôdia, mas não menos voraz, para o consumo de produtos de origem animal. Portugal é um desses casos que em poucas décadas se tornou um dos maiores consumidores *per capita* de carne do mundo, com um consumo de 111Kg em 2015, ou seja, bastante mais do triplo da quantidade recomendada pelo **World Cancer Research Fund**, que em 2011 apelou a que a ingestão de carne

não exceda as 500g por semana, o que significa 27Kg/ano. A **Organização Mundial de Saúde** também recomenda que a ingestão de carnes vermelhas (bovino, suíno, ovino e caprino) e processadas, não ultrapasse no conjunto as 500g por semana. Conclui-se que a Organização Mundial de Saúde preferiria ver a generalidade das pessoas comer carne duas vezes por semana, e não diariamente como acontece frequentemente nos países mais desenvolvidos, e crescentemente naqueles que ainda o não são.

Comercialização de carne fresca num supermercado nos EUA



Fonte: “Fresh meat in a supermarket in North America” de Raysonho, CCO, via Wikipedia

Uma dieta insustentável

O aumento da produção de produtos de origem animal, principalmente carne, para satisfazer uma procura que cresce de forma aparentemente insaciável, significa uma muito má utilização dos recursos naturais, num contexto de crescente escassez de muitos deles. A nível global, mais de 70% de toda a área considerada “agrícola” em sentido lato, ou seja, cerca de 30% do total de área emersa do Planeta, está a ser usada não para produzir alimento para seres humanos, mas sim para produzir alimentos para animais. Às áreas de pastagem somam-se as **vastíssimas áreas de culturas arvenses** destinadas à produção de rações animais (principalmente soja), e para além disso 44% da colheita global de cereais está a ser destinada à alimentação animal.

Na União Europeia, dois terços da área agricultável é usada para produzir alimentos para animais, e a pecuária europeia necessita hoje de 20 milhões de

hectares fora da Europa para produzir os componentes proteicos das rações, principalmente soja. Uma redução de 50% do consumo de alimentos de origem animal na União Europeia – que mesmo assim continuaria a consumir mais do que a Organização Mundial de Saúde recomenda – representaria a **libertação de 45 milhões de hectares de terra arável**, ou seja, um terço da área arável da Europa.

O derrube de floresta para a instalação de monoculturas destinadas ao fabrico de rações, está a causar graves disfunções sociais concentrando ainda mais a terra na mão de um número reduzido de corporações do *agrobusiness*, e expulsando a pequena agricultura familiar, privando-se as populações locais das suas tradicionais formas de subsistência. Isto é bem evidente na **América Latina**, nomeadamente no Brasil e na Argentina.

Considera-se hoje que a **atividade pecuária** é responsável por 29% da poluição global dos recursos de água doce, devido à libertação de dejetos animais, antibióticos, hormonas, químicos usados na produção de curtumes, fertilizantes químicos e pesticidas utilizados na produção de cereais e proteaginosas para rações, e ainda sedimentos provenientes da erosão de pastagens. A pecuária é ainda responsável pela emissão de 64% do total de amónia com origem antropogénica, o que constitui grande contributo para a formação de chuvas ácidas e para a acidificação dos ecossistemas.

A destruição de floresta biodiversa para a instalação de monoculturas – principalmente soja e milho – destinadas à produção de rações, é a maior causa de aceleração da perda de biodiversidade que vivemos nos nossos dias.

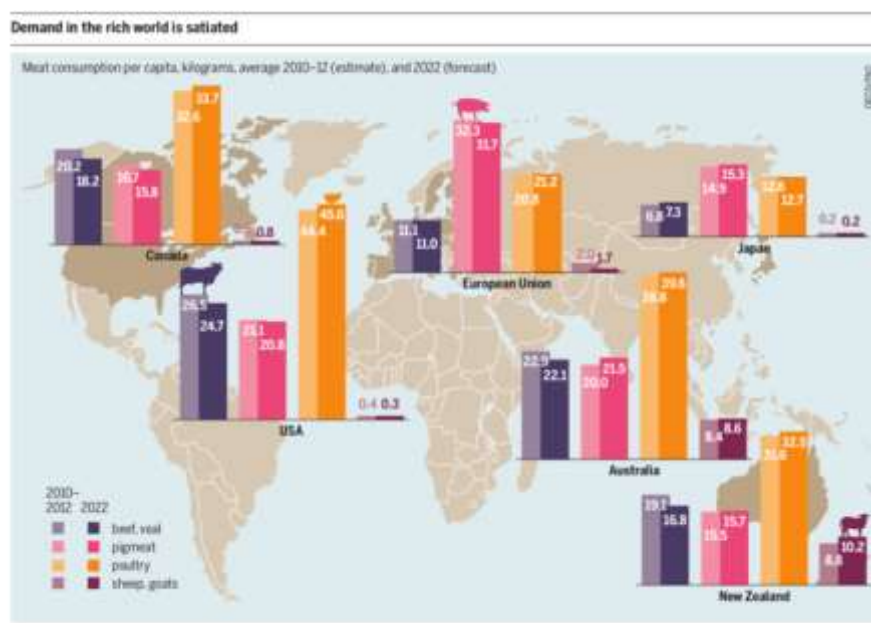
Num momento em que a Humanidade enfrenta com intensidade crescente a ameaça das alterações climáticas, a **pecuária é responsável por 18% das emissões globais** de gases com efeito de estufa, ou seja, mais do que todo o tráfico automóvel. E ao contrário do que frequentemente se pensa, a emissão de metano produzido pela fermentação entérica dos ruminantes, não representa mais do que 39% das emissões totais provenientes da atividade pecuária. A principal causa de emissão de gases com efeito de estufa pela pecuária, é o derrube de florestas e posterior instalação de monoculturas destinadas à produção de rações, incluindo intensivo uso de fertilizantes químicos e de pesticidas. A produção de rações na sua globalidade representa 45% do total de emissões provocadas pela pecuária. O

restante das emissões ocorrem no transporte e distribuição de animais e produtos animais, e ainda por efeito da decomposição de dejetos animais.

É cada vez mais **consensual entre a comunidade científica** que os potenciais avanços tecnológicos, por mais surpreendentes que venham a ser, não serão suficientes para compensar o aumento de danos ambientais provocados pela atividade pecuária que não pára de crescer. Nem sequer é credível que se consiga conter o aquecimento global abaixo dos 2°C se o comportamento da Humanidade não se modificar no que toca ao consumo de alimentos de origem animal, especialmente carne. A procura de soluções técnicas tem-se centrado essencialmente no **aumento da produtividade das atividades pecuárias** e na mitigação das emissões, admitindo as previsões mais otimistas que por esta via se possam alcançar reduções de 32%, o que não é suficiente considerando o aumento expectável da atividade pecuária.

A única solução reside na mudança de comportamento dos consumidores, com alteração dos seus hábitos alimentares. Uma mudança da tendência da dieta no sentido da ingestão diária de 90g de carne, quantidade suficiente para satisfazer as necessidades nutricionais em proteína animal (em Portugal, por exemplo, consomem-se hoje *per capita* mais do dobro) poderia evitar a emissão de 2.15 Gt CO_{2eq} ano até 2030.

Consumo de carne per capita nos países industrializados, média 2010-2012



Fonte: *Atlas da Carne 2014*, Heinrich Boell Foundation, Friends of the Earth Europe

Isto seria muito mais do que todas as reduções possíveis do lado da oferta, e seria um contributo absolutamente crucial para se conter o aumento do aquecimento global no limite de 2°C.

Acresce que na maioria dos países desenvolvidos, e crescentemente entre as classes médias e urbanas dos países em desenvolvimento, o consumo de carne e de laticínios atingiu um nível que atenta contra a saúde, e muitos são os estudos epidemiológicos que aconselham redução do consumo. Somos de facto omnívoros, mas com menor vocação carnívora do que muitos imaginam.

Evitando a abordagem do problema

Perante a insustentável tendência global de “carnificação” da dieta humana que vem sendo trilhada desde os anos 50 do século passado, seria expectável que os governos, as organizações internacionais e as ONG’s preocupadas com estes problemas manifestassem clara determinação em os enfrentar. Ora, a realidade é bem diferente e mostra-nos que todas estas instituições revelam alguma relutância, que algumas vezes chega a parecer temor, em abordar a temática do sobreconsumo de alimentos de origem animal.

Poucos são os países que explicitam nos seus planos de redução de emissões, ações concretas relacionadas com a pecuária. Dos 40 países desenvolvidos constantes no Anexo I do Protocolo de Quioto, só a **Bulgária e a França** definem quantidades de redução de emissões provocadas pela pecuária. Situação idêntica se verifica nos planos dos países em desenvolvimento, onde as referências à pecuária são genéricas, e apenas um – o Brasil – quantifica reduções a atingir no que toca a emissões provocadas pela pecuária.

Hoje somos tentados a concluir que as negociações no âmbito da **Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Alterações Climáticas**, subestimaram a pecuária. Não seria despropositado referir que a agricultura no seu sentido mais abrangente (e portanto, incluindo a pecuária) apenas recebe 4% do financiamento destinado à mitigação, fornecido por bancos multilaterais de desenvolvimento. Tudo isto chega a parecer absurdo quando nos lembramos de que a escassez de políticas e de financiamentos para enfrentar as emissões provenientes da pecuária, permanecem em forte contraste com a abundância de

apoios governamentais disponibilizados aos produtores de carne e de laticínios. Nos países da OCDE atribuem-se anualmente 53 mil milhões de dólares ao sector pecuário. É claro que em vez de enfrentarem o problema do sobreconsumo, os governos preferem apoiar o setor pecuário.

Lang e Caraher, já em 2010, consideravam que a urgente reversão da tendência do aumento do consumo de carne, era vista como “politicamente explosiva”. Lang denuncia a falta de coragem dos políticos, todavia não deixa de sublinhar que a falta de diálogo entre cientistas e políticos muito tem contribuído para que o sobreconsumo de alimentos de origem animal seja sistematicamente classificado de “muito difícil de resolver”, e colocado na caixa dos “deixar para o meu sucessor resolver”.

Na União Europeia, assiste-se a uma significativa ausência de atenção política ao sobreconsumo de alimentos de origem animal. Só muito pontualmente a Comissão Europeia, ou algum membro do Parlamento Europeu de forma isolada, trazem o assunto à luz do dia, mas sempre de forma intermitente e descontinuada, como se de um tabu se tratasse. De facto, a problemática do atual nível de consumo de alimentos de origem animal, está fora das políticas europeias. O mesmo se passa com os governos que temem abordar a **relação entre dieta e sustentabilidade**.

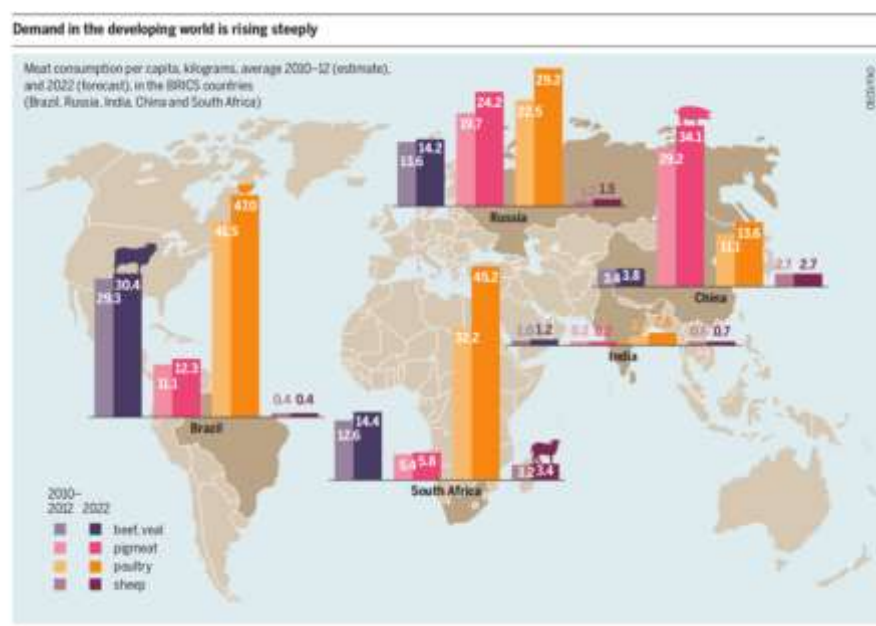
São várias as razões que ajudam a explicar a ausência de políticas para redução do sobreconsumo de produtos de origem animal. Desde logo, a esmagadora maioria dos consumidores não compreende a pegada ecológica da pecuária, e muito menos o seu contributo para o aquecimento global. Nesta matéria há um longo trabalho de informação a concretizar. De um modo geral, prodigalizam as recomendações para que se reduza o consumo de energia, mas têm permanecido esquecidas medidas que aconselhem a redução do consumo de alimentos de origem animal. Os próprios grupos ambientalistas têm sido minimalistas no que toca a campanhas desenvolvidas para aumentar a consciência coletiva em relação à pegada ecológica da carne e dos laticínios. Estas **campanhas** são realmente escassas e têm sido relativamente silenciadas.

À ignorância natural da maioria dos consumidores, há que somar uma ignorância propositada, a que os psicólogos chamam “dissonância cognitiva”, e que consiste num intencional alheamento das desvantagens do sobreconsumo, considerando

que este dá prazer, é tradicional, todos consomem muito, é um símbolo de identificação social, etc.. Neste capítulo, há ainda a considerar o esforço desenvolvido pela indústria pecuária e pela distribuição no sentido de afastar o consumidor da proveniência do produto. Quando o consumidor retira um pedaço de carne em condições de aparente assepsia numa atraente e muito iluminada prateleira de um sofisticado supermercado, dificilmente consegue ter consciência da realidade viva donde aquele pedaço de carne proveio.

Não podemos ainda esquecer os significados e simbologias que acompanham a carne em muitas sociedades, e que fazem dela muito mais do que um alimento. Esse é um dos “motores” da voracidade por carne das emergentes classes médias de países que tradicionalmente comiam muito pouca carne.

***Consumo de carne per capita nas economias emergentes,
média 2010-2012***



Fonte: *Atlas da Carne 2014*, Heinrich Boell Foundation, Friends of the Earth Europe

No caso concreto dos governos, é notório que temem não ser tolerados pelos eleitores, se estes considerarem uma intrusão abusiva o facto dos poderes públicos procurem condicionar as suas escolhas alimentares. Ou seja, os governos temem ser penalizados nas urnas por tentarem condicionar a liberdade de escolha dos consumidores.

Apesar das razões atrás referidas, e de outras que numa análise mais refinada se poderiam referir, há uma que é especialmente determinante para que muitas

instituições, a começar pelos governos, olhem para o sobreconsumo de produtos de origem animal como um tabu: a dimensão económica do setor pecuário. Só nos Estados Unidos, o *animal agrobusiness* ascende a 125 milhares de milhões de dólares, e na Europa esse valor é ainda superior.

Há um conjunto de grandes empresas envolvidas no negócio da pecuária que são extremamente poderosas. Vão desde fabricantes de fertilizantes químicos, farmacêuticas, e produtoras de sementes, até fabricantes de rações, de tratores, de equipamentos de rega, cadeias de supermercados, empresas de transportes, etc.. E além de todos os referidos anteriormente, temos os agricultores (neste caso criadores), grupo especialmente protegido nos países mais desenvolvidos. Na União Europeia mais de 12% do rendimento bruto dos criadores de animais, são garantidos por subsídios públicos.

O mais simples, mais eficaz e mais eficiente instrumento para contrariar o aquecimento global, que é a redução do sobreconsumo de alimentos de origem animal, continua assim a escapar-se entre os nossos dedos.

Fernando Mano é aluno de doutorando no **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Navegar a tensão entre ciência e movimentos sociais: notas a partir da soberania alimentar

Rita Calvário

📅 17 de maio de 2017

A cada dois anos realiza-se o Colóquio sobre Estudos Agrários Críticos. Este encontro junta investigadores/as que trabalham, numa perspetiva crítica e socialmente comprometida, temas ligados à agricultura, mundo rural e alimentação com ativistas e movimentos sociais. O objetivo é proporcionar um espaço de debate que promova a reflexão crítica e a coprodução de conhecimento e contribua para avançar as lutas por um sistema agroalimentar global mais equitativo, democrático e ecológico. Este é também um espaço onde muitas das tensões que ocorrem na relação entre academia e movimentos sociais se tornam visíveis, mesmo que nem sempre de forma explícita.

Este ano foi o País Basco a acolher a organização do Colóquio n.º 7 (**24 a 26 de abril**), aproveitando o facto de ser aqui que se vai realizar a VII Conferência Internacional da Via Campesina, de **15 a 24 de Julho de 2017**.

Foto de sessão plenária do Colóquio



Fonte: Elikadura21

A **Via Campesina** é um movimento internacional que representa cerca de 200 milhões de camponese/as e pequeno/as produtores/as familiares, trabalhadore/as agrícolas, povos sem terra, indígenas e migrantes. Nascido em 1993 como resposta à vaga neoliberal que assolou o Sul global na sequência dos programas de ajustamento estrutural e dos acordos de comércio livre, este movimento lançou, em 1996, a ideia de soberania alimentar. Inicialmente centrada no direito de cada país em definir o seu sistema agroalimentar, desde 2007 a soberania alimentar envolve também a luta pela democratização, desmercantilização, relocalização e ecologização do sistema agroalimentar global, numa perspetiva de **igualitarismo radical**. Esta ideia, ou projeto político, inspira atualmente a **ação coletiva** de dezenas de milhões de pessoas em todo o mundo, mas não é isenta de profundos debates, por exemplo, sobre o papel do Estado.

O Colóquio não é organizado pela Via Campesina, mas tende a juntar académico/as que simpatizam ou militam na organização, ou simplesmente partilham a ideia e o projeto da soberania alimentar. Isto não implica, no entanto, que não existam posicionamentos críticos.

La Via Campesina, movimento internacional de camponeses e camponesas



Fonte: La Via Campesina

Um momento de tensão ocorreu na sessão de encerramento. Entre o/as oradore/as convidado/as encontrava-se Henry Bernstein, um académico conhecido pelas suas **críticas** à Via Campesina (entendida como um “saco de gatos” composto por classes com interesses contraditórios), bem como à soberania alimentar (perguntando, por exemplo, se a agroecologia pode alimentar o mundo). Na mesma mesa encontrava-se também um ativista e membro de uma organização agrária do Sul global envolvido nas lutas pela soberania alimentar. O interessante foi o debate que se seguiu.

O **acadêmico** valeu-se de Lenine, Marx e outros autores para defender que não há campesinato, catalogando de populismo agrário a Via Campesina e o projeto de soberania alimentar. Quando confrontado com argumentos de que este é um movimento real, que existe e é incontornável, que entende o campesinato não como uma classe em si mas como uma **reivindicação política** que responde a uma “vontade e necessidade de unificação” daqueles e daquelas que sofrem “a violência da mercantilização da terra, trabalho, recursos genéticos e conhecimentos”, o orador manteve a sua posição sem qualquer tentativa de envolvimento com essa “realidade”, terminando a sua intervenção a dizer: “sou um intelectual”.

Este afastamento do “real” para estudar “de cima” os fenómenos sociais não é incomum na academia, mesmo para quem faz ciência crítica e é comprometido com as classes populares. Em parte, tal é fruto da própria separação entre ciência e política, e entre intelectuais “tradicionais” e “orgânicos”, mas reflete também um posicionamento epistemológico, o qual resulta de, mas também produz, abordagens teóricas de leitura do mundo. A questão não é só a falta de reconhecimento de que o/as “de baixo” produzem conhecimento, mas a de entender que é possível compreender o mundo sem atender à prática quotidiana, social e política “realmente” existente em contextos determinados. As relações sociais não são algo abstrato, exigem sensibilidade ao quotidiano e às circunstâncias que influenciam as resistências e estratégias ativistas.

Com isto não quero dizer que apenas a imersão no real produz conhecimento ou que a abstração teórica distanciada da prática não é necessária. Antes pelo contrário. Sem essa abstração dificilmente se pode ser útil a uma prática com ambições emancipatórias. Mas sem capacidade de apre(e)nder a partir da prática e das suas contradições, possibilidades e limitações, dificilmente se pode produzir um conhecimento útil. O que restaria seria enunciar “o que fazer” a partir de uma leitura fria, distante e “intelectual”, ou então definir *a priori* o que é ou não político e simplesmente catalogar o que existe na esperança de encontrar o **político verdadeiro**.

Por sua vez, o ativista manifestou descontentamento com uma prática de investigação que considera ser muitas vezes distante dos interesses dos movimentos sociais. Mencionou que são frequentemente abordados por

investigadore/as que seguem as suas agendas e pouco retorno dão aos movimentos, especialmente porque os tempos de investigação são longos comparados com as necessidades de resposta imediata do ativismo. Na sua perspectiva, a investigação deveria responder mais a essas necessidades e às agendas dos movimentos se realmente está comprometida com as lutas populares.

Marcha no Dia Internacional das Lutas Camponesas, 17 de Abril 2013



Fonte: European Food Sovereignty Movement

Da plateia, um outro ativista referiu a importância de aproveitar o espaço do colóquio para debater como pode a academia fazer avançar o movimento pela soberania alimentar, deixando-se de debates abstratos, por exemplo, sobre o que é ou se existe o campesinato. Uma académica concordou, afirmando que o seu contributo para o movimento faz-se através da afirmação da soberania alimentar e da agroecologia dentro das universidades. Outra investigadora realçou um paradoxo, já que ela tinha deixado de ser uma bióloga “pura” para introduzir na sua investigação uma componente mais social e crítica, mas o que o/as agricultore/as agroecológico/as lhe pedem é investigação aplicada em agroecologia.

Estes posicionamentos levantam questões relevantes. Por um lado, há uma tendência para entender a investigação como um braço do movimento social dentro das universidades com o papel de influenciar os debates teóricos, muitos dos quais produzem pensamento hegemónico e influenciam as políticas. É certo, desconstruir a ciência “normal” e normalizar as alternativas, como por exemplo a agroecologia face aos modelos dominantes da agricultura industrial-químico ou eco-modernista, é parte de uma luta política e requer académico/as comprometido/as. Não há ciência neutra nem apolítica, mas ela pode ser **pós-política**. Também por isso, questões de **posicionalidade** e **reflexividade** são importantes.

Mas há riscos em entender a investigação como uma mera extensão do movimento ou um simples reflexo dos seus debates e agendas internas. Um desses riscos é o dos movimentos abdicarem de aceder a leituras sobre o mundo e a sua ação que os ajudem a ir além do **particularismo militante** e a enquadrar a sua atividade num quadro mais global, potenciando a capacidade de reflexão crítica e apoiando a definição de estratégias. Aqui a perspetiva crítica é necessária. Se a investigação se limita a fazer a celebração das resistências e das lutas, pouco mais resta do que a autossatisfação.

Por outro lado, há muitas formas da ciência ser útil aos movimentos, por vezes de forma inesperada. Há estudos realizados sem qualquer ligação aos movimentos que a dado momento podem ser cruciais para avançar uma reivindicação. Há outros que aparentemente não trazem nada de novo aos próprios movimentos, mas podem ajudar a visibilizar as suas lutas, a estabelecer ligações com outros movimentos, etc.

A investigação e os movimentos têm os seus próprios espaços e tempos e manter a autonomia entre ambos é crucial. Nem os movimentos devem ser meros “objetos” de estudo de onde se extrai informação para cumprir exigências de publicação, nem a investigação pode apenas responder às agendas, interesses ou anseios dos movimentos. Há muitas formas de estabelecer colaborações produtivas e construtivas, bem como vários métodos que tentam **descolonizar a investigação** e apostar na **ação-participante** ou **militante**, sem esquecer os **desafios pessoais e profissionais** de conduzir pesquisa em tempos neoliberais.

As ansiedades de parte a parte, entre academia e movimentos sociais, são de certo modo inevitáveis e não há receita para as resolver. Estas tensões são um terreno de permanente navegação e negociação, bem como de problematização sobre a utilidade da ciência.

Rita Calvário é membro da equipa **Observa** – Observatório de Ambiente, Território e Sociedade.

O aumento da prescrição e do consumo de psicofármacos em Portugal

Nádia Salgado Pereira

📅 5 de julho de 2017

Segundo um relatório de 2011 da Ordem dos Psicólogos Portugueses (OPP), 10 a 20% das pessoas que procuram os cuidados de saúde primários em Portugal revelam queixas psicológicas. Dados recolhidos entre 2008 e 2009 apontam para uma prevalência elevada de problemas psicológicos na população portuguesa, situada em 23% e acima da média da União Europeia. No mesmo sentido, de acordo com um relatório da Comissão Europeia de 2010, Portugal está entre os países da União Europeia onde mais aumentou a procura de ajuda psicológica entre Dezembro de 2005 e Março de 2010. Estes dados sugerem que os problemas psicológicos terão crescido consideravelmente em Portugal, em particular ao longo da crise económica, criando uma maior necessidade de intervenção na saúde mental.

Fatores como o desemprego, a precariedade laboral e os cortes de rendimentos, potenciados pelas crises económicas, podem conduzir a situações de carência económica e de pobreza.

Impacto da crise económica na saúde mental

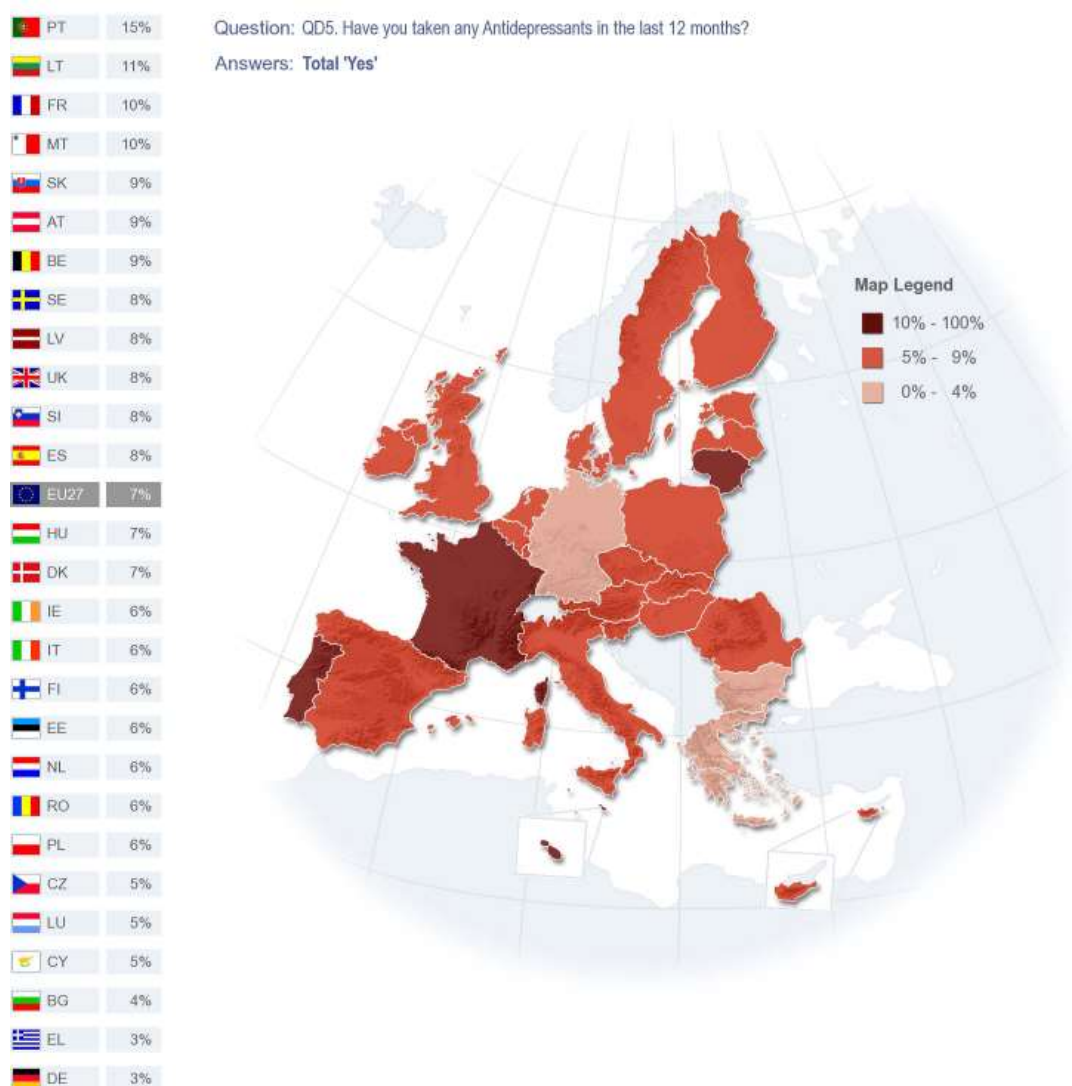


Fonte: iStock

Estas encontram-se associadas a um maior risco de problemas psicológicos, nomeadamente depressões e perturbações da ansiedade, podendo conduzir ao suicídio. De acordo com os resultados de um **estudo recente**, esta relação entre as condições de privação material e o risco de suicídio foi observada durante o período de crise em Portugal.

Nos últimos anos observou-se em Portugal um aumento da prescrição e do consumo de psicofármacos. Segundo o **Plano Nacional de Saúde 2012 – 2016** da Direção Geral de Saúde (DGS), o consumo de ansiolíticos, hipnóticos, sedativos e antidepressivos registou um aumento no Serviço Nacional de Saúde (SNS) superior a 40% entre 2002 e 2009.

Consumo de antidepressivos na União Europeia



Fonte: *Special Eurobarometer 345*

No mesmo sentido, e de acordo com dados do **Infarmed**, entre 2000 e 2012 registou-se um aumento do consumo de antidepressivos e de antipsicóticos. Relativamente a estes dados, Portugal apresentou a maior taxa de consumo de ansiolíticos, sedativos e hipnóticos em comparação com países como a Itália, a Dinamarca e a Noruega. Segundo **um relatório da Comissão Europeia**, Portugal revelou a maior taxa de consumo de antidepressivos entre Dezembro de 2005 e Janeiro de 2010, correspondendo ao dobro da média da União Europeia. Estes dados ilustram bem o aumento substancial de problemas psicológicos na população portuguesa.

No entanto, a capacidade de encaminhamento de utentes para os serviços de saúde mental no SNS parece ficar aquém das reais necessidades, devido ao reduzido número de profissionais atualmente existente. Segundo **declarações do bastonário da OPP**, Francisco Miranda Rodrigues, à TSF, o SNS carece de pelo menos 500 psicólogos para conseguir dar resposta ao elevado número de casos, que nem sempre necessitam de tratamento psicofarmacológico ou de internamento. A falta de profissionais de saúde mental pode, assim, ajudar a explicar o aumento da prescrição de psicofármacos, dada a dificuldade por parte dos médicos em encaminharem utentes para as especialidades. Confrontados com as dificuldades no encaminhamento, os médicos encontram como alternativa a prescrição de psicofármacos. Sem o necessário acompanhamento psicológico, este tipo de intervenção coloca em causa a adequação da resposta do SNS face ao agravamento dos problemas de saúde mental.

Hoje em dia é questionável a opção por tratamentos exclusivamente psicofarmacológicos. A curto prazo, tanto **a intervenção psicofarmacológica como a psicológica** demonstram eficácia. No entanto, os efeitos positivos das terapias psicológicas são prolongados e verifica-se um menor número de posteriores ocorrências. Por seu lado, os benefícios dos psicofármacos apenas se mantêm enquanto continuam a ser consumidos, podendo, assim, conduzir a problemas de dependência crónica. Além disso, a literatura descreve um conjunto de **efeitos adversos** associados ao consumo de psicofármacos, nomeadamente a tendência para a somatização e o desenvolvimento de traços fóbico-obsessivos.

Outro aspeto particularmente relevante diz respeito ao potencial de **reintegração socioprofissional** dos tratamentos psicológicos que têm sido associados à redução

do absentismo laboral, contrariamente ao que acontece nos tratamentos psicofarmacológicos. Deste modo, a opção por tratamentos psicológicos pode contribuir para a diminuição do número de atestados por doença e por invalidez decorrentes de perturbações psicológicas.

Bem-estar associado aos efeitos dos psicofármacos



Fonte: iStock

Por fim, está em causa um importante dilema ético quando ocorrem situações de médicos sem especialização em Psiquiatria a realizarem tratamentos psicofarmacológicos. A facilidade na prescrição de psicofármacos em Portugal por parte dos médicos de família pode ajudar a entender que, face ao aumento de problemas psicológicos na população, se tenha verificado um aumento no consumo destes medicamentos nos últimos anos.

Os resultados de um **estudo exploratório** realizado no Centro de Saúde de São João indicam que a consulta de Psicologia Clínica contribuiu de forma significativa para a diminuição do volume de trabalho dos médicos de família e o devido encaminhamento de casos. Neste sentido, a contratação de mais profissionais permitiria melhorar o acesso e a qualidade dos serviços de saúde mental. Além disso, seria necessário que o SNS regulamentasse a prescrição de psicofármacos, nomeadamente criando entraves à prescrição por parte de médicos sem especialização em Psiquiatria, de forma a evitar em muitos casos o

consumo excessivo e pouco justificado. É, assim, evidente a necessidade de um maior investimento na saúde mental por parte do SNS português.

Nádia Salgado Pereira é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Da cloaca ao sistema alimentar urbano

Rosário Oliveira

 31 de outubro de 2017

Em 2000, Wim Delvoye dava início a uma parafernália instalação que tinha como objetivo demonstrar a transformação do alimento no aparelho digestivo humano através de sete máquinas que reproduziam os sucos e as etapas deste processo, essencial para satisfazer uma das necessidades vitais de qualquer ser vivo: alimentar-se.

A inspiração deste artista conceptual belga terá sido influenciada pelo aceso debate que decorreu no centro da Europa em torno da Política Agrícola Comum (PAC), da qualidade ambiental e da segurança alimentar, o que motivou, primeiro, a definição de estratégias de planeamento alimentar urbano e, depois, a sua implementação. Curiosamente, à semelhança da dinâmica do processo de planeamento, também a instalação de Delvoye foi evoluindo ao longo deste período, estando em condições de ser exposta no início de 2008 no *Forum d'Art Contemporain*, no Luxemburgo, com o título '**Cloaca 2000–2007**'.

Recorrer ao trabalho de Delvoye permite evidenciar a importância da alimentação no funcionamento do metabolismo humano e, por inerência, no metabolismo urbano, entendido como a entrada e saída de fluxos, materiais e energia num dado território. Enquanto se desenvolvia esta obra, mudanças radicais na organização do mercado mundial de alimentos foram acentuadas, apoiadas por sistemas de transporte de longa distância e por tecnologias de refrigeração e processamento industrial de alimentos, mudando radicalmente a maneira como os cidadãos se relacionam com os produtos de que se alimentam, relegando a sua produção e transformação para uma espécie de paisagem rural abstrata.

No quadro das mudanças globais resultantes da tendência da mega urbanização, crescimento da população mundial, degradação dos recursos naturais e aquecimento global, com impactos ambientais e socioeconómicos severos, o

abastecimento alimentar das cidades é, provavelmente, um dos tópicos fundamentais para levar em consideração na teoria e nas práticas inerentes à formulação de políticas urbanas.

Países como a Holanda, a Inglaterra e a França começaram nesta década a reagir politicamente à necessidade de um planeamento alimentar que pudesse influenciar o sistema alimentar a vários níveis: segurança alimentar e nutricional, sustentabilidade ambiental, eficiência energética, justiça social, governança, etc. A alimentação passou, assim, a ser tida como essencial no pensamento sobre a resiliência e na criação sustentável de lugares, numa atitude de *place-making* e de *community building*.

Um dos conceitos fundamentais que foi veiculado através das estratégias e das iniciativas levadas a cabo, foi o de que as etapas do sistema alimentar urbano (produção, processamento, distribuição, consumo e resíduos) têm uma tradução direta em termos espaciais. Portanto, são propensas à criação de lugares potencialmente sustentáveis se tiverem por base os princípios da economia circular: áreas agrícolas rurais, periurbanas e urbanas produtivas relacionadas com as infraestruturas verdes, redes de circulação pedestres e ciclovias conectadas com circuitos de distribuição e consumo de alimentos, mercados de agricultores, novas tipologias de construção e de produção energética.

O Pacto Alimentar Urbano de Milão (2015) veio expandir a adesão de mais de 130 cidades aos princípios do planeamento alimentar urbano. Em Portugal, já aderiram cerca de 30 municípios, com iniciativas neste âmbito, embora ainda haja muito por fazer.

A investigação desta temática sob diversas perspetivas está a ser prosseguida por investigadores do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade, sendo um dos seus objetivos encontrar soluções inovadoras para a integração do planeamento alimentar na agenda do planeamento urbano e regional, através de uma abordagem funcional, promotora da dinâmica urbano-rural e dos fluxos e metabolismos necessários para assegurar a segurança alimentar das áreas metropolitanas.

Reconhecendo a importância desta linha de investigação em diversas Faculdades da Universidade de Lisboa, o Colégio F3 – Food Farming and Forestry dedica o tema ‘Sustentabilidade Alimentar das Cidades’ à 2ª Conferência Anual do

Colégio, onde será também apresentado o livro ‘Alfaces na Avenida – Estratégias para (bem) alimentar a cidade’, que reúne 19 capítulos da autoria de investigadores de 12 Escolas da Universidade de Lisboa. É já no dia 2 de novembro e o acesso é público.

***Alfaces na Avenida – Estratégias
para (bem) alimentar a cidade’***



Fonte: 2ª Conferência Anual Colégio F3

Este será o momento em que o CF3-Universidade de Lisboa lança um apelo junto de académicos, políticos, decisores e da sociedade em geral, para o que Wim Delvoye, com a sua Cloaca, já nos interpelava há uma década atrás. É tempo, agora, de encurtar caminho e começar a definir e a implementar estratégias de planeamento alimentar em Portugal que permitam (bem) alimentar as cidades numa perspetiva de sustentabilidade alimentar e territorial.

Rosário Oliveira é Arquiteta Paisagista, Investigadora Integrada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e membro do Colégio F3 – Food Farming and Forestry da Universidade de Lisboa.

Pobreza alimentar nas famílias portuguesas

Mónica Truninger e Sónia Cardoso

 5 de junho de 2018

A crise económica iniciada em 2008/2009 e as políticas públicas de contenção apertada do orçamento de estado português tiveram como reflexo o decréscimo dos rendimentos disponíveis das famílias entre 2009 e 2014. Alguns estudos apontaram que foram as pessoas com rendimentos menos elevados que mais foram afetadas pela crise, tendo visto o seu rendimento diminuir cerca de 25%. Aliás, Portugal manteve-se como um dos países socialmente mais desiguais da Europa. Os indicadores de privação material também aumentaram neste período, bem como a taxa de pobreza, sobretudo a das crianças e jovens (Farinha Rodrigues et al., 2016).

Os constrangimentos económicos aliados ao recuo das políticas sociais conduziram à degradação das condições de vida de muitas famílias portuguesas. Contudo, as repercussões na alimentação permaneceram praticamente inexploradas. Passados 10 anos sobre o espetar da crise económica em Portugal, quisemos saber como é gerida a alimentação das famílias carenciadas com crianças.

No próximo dia 7 de junho vamos discutir estas questões no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) no âmbito do Colóquio “Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis”, onde serão apresentados os resultados preliminares do projeto com o mesmo nome pela equipa do ICS-ULisboa (Mónica Truninger, Karin Wall, Vasco Ramos, Fábio Augusto e Sónia Cardoso). Segue-se uma *mesa redonda* com alguns profissionais e especialistas nesta área, nomeadamente Pedro Graça (professor associado, FCNAUP/DGS-PNPAS), Rita Barbosa (serviços sociais da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica), Rui Matias Lima (DGE-Ministério da Educação) e Catarina Cruz (Observatório da Luta Contra a Pobreza na Cidade de Lisboa). O professor José A. Pereirinha do ISEG fará o comentário final.

O projeto de investigação “Famílias e Alimentação em Tempos Difíceis” está a ser realizado simultaneamente em Portugal, Noruega e Reino Unido, no âmbito do

Conselho Europeu de Investigação (FP7/2007-2013 /ERC Grant Agreement n.º 337977), sendo coordenado por Rebecca O’Connell (University College London). Em Portugal, o projeto iniciou-se em agosto de 2016 e está a ser coordenado no ICS-ULisboa por Mónica Truninger e Karin Wall.

O objetivo principal é analisar as experiências e implicações da pobreza alimentar em agregados familiares com baixos rendimentos. Numa primeira fase, foram entrevistadas 45 famílias com menores a seu cargo (entre os 11 e 15 anos de idade) e com algum grau de privação material, residentes na área urbana de Lisboa e numa zona rural em Sintra. Realizámos 90 entrevistas (45 encarregados de educação/pais e 45 crianças) com uma duração até 3 horas.

Numa segunda fase, selecionaram-se doze famílias para serem visitadas de novo. Fizemos então outra entrevista com recurso a métodos visuais. Cedemos máquinas fotográficas e propusemos às crianças que retratassem as suas refeições (em casa e fora desta) durante duas semanas. Passado este período, recolhemos as fotografias e as crianças conversaram connosco sobre as suas experiências durante a atividade proposta. Foram ainda realizadas e documentadas visitas às cozinhas das famílias, e falámos com os pais para saber se existiram mudanças nas suas vidas desde a primeira entrevista.

Campanha do Banco Alimentar



Fonte: Fotografia de Lu Pan

Tendo em conta os objetivos do projeto, emergiram cinco grandes categorias de análise: condições económicas, pobreza alimentar, recursos para fazer face à pobreza refeições escolares e alimentação saudável. De seguida, apresentamos um sumário das principais questões às quais procuramos responder ao longo da nossa investigação.

Condições Económicas

Os resultados apontam o desemprego como o principal factor explicativo das atuais condições económicas das famílias. Emergiram três grandes categorias: (1) desemprego de longa duração em que a crise económica iniciada em 2008/2009 surge como a causa principal; (2) desemprego de longa duração devido à saúde do próprio entrevistado (psicológica ou física) ou de outros (papel de cuidador); (3) situações ocasionais de emprego precário ou mal pago aliadas a desemprego (mesmo que ocasional ou de curta duração). Uma pergunta a fazer é saber qual o papel das políticas sociais para a melhoria das condições económicas das famílias.

Pobreza Alimentar

Conclui-se que, apesar de a alimentação ser uma prioridade para as famílias e os episódios de fome serem esporádicos nesta amostra, isso não atenuou os constrangimentos sentidos. Face a este quadro, interessa-nos perceber: de que forma foram afetadas a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos? Os baixos recursos económicos permitiram manter um mínimo de participação social (ex. comer fora, receber ou visitar amigos para comer em casa)? E como são geridas as experiências de pobreza e quais as consequências psicológicas e emocionais associadas?

Recursos para fazer face à Pobreza Alimentar

Os resultados mostram que as famílias recorrem a tipos de estratégias diferentes para reduzir os custos noutras áreas do seu orçamento familiar, de forma a preservar a sua alimentação. Para além disso, adotam estratégias criativas de gestão da alimentação, como a confeção de pratos baratos, que façam render (ex. muita massa ou arroz com pouca carne) e que cheguem para mais do que uma única refeição.

Mas valerá a pena perguntar se existirão diferenças nas estratégias adotadas entre as famílias a residir em meio rural e urbano. Por exemplo, terão as famílias residentes em meio rural um acesso mais privilegiado a alimentos frescos (ex. vegetais e frutas)? Ou será que as famílias em espaço urbano têm mais apoios para fazer face à pobreza alimentar? De facto, vimos que a ajuda formal (ex. apoios sociais, caridade) e informal (ex. amigos, familiares) mostrou-se crucial para todas as famílias. Mas como se caracteriza esta ajuda? E que fatores facilitam ou condicionam o acesso aos diferentes tipos de ajuda?

Refeições Escolares

Em relação às refeições escolares observou-se que estas são muito importantes para as crianças de famílias carenciadas. Mas será que as crianças e os jovens gostam destas refeições? Por que será que o peixe não é tão apreciado?

Refeição escolar numa escola portuguesa



Fonte: Fotografia da autoria de uma das crianças que participaram no projeto

Alimentação Saudável

Relativamente às noções de alimentação saudável observámos que praticamente nenhuma família tinha dúvidas sobre o seu significado. Para além disso, reconhecem a importância de manter uma boa alimentação. Contudo, será que

conseguem aceder aos ingredientes necessários para fazer e manter uma alimentação saudável? Será a sopa um prato habitual, simbolizando um *proxy* possível à alimentação saudável?

No Colóquio “Famílias e Alimentação em Tempos Díficeis” procuraremos dar resposta a estas questões com base nos dados recolhidos ao longo dos últimos dois anos. A articulação entre os dados recolhidos a partir das entrevistas com os métodos visuais mostrou ser crucial para uma visão mais alargada sobre esta temática. Para além disso, considerar a perspetiva das crianças e dar-lhes um papel de destaque neste projeto permitiu expor arestas que não haviam sido consideradas anteriormente e que enriqueceram a nossa compreensão sobre os desafios da alimentação nas famílias com baixos rendimentos. Os dados obtidos confirmaram alguns resultados sistematizados em pesquisas anteriores, porém, também ajudaram a desmistificar ideias e estereótipos veiculados na opinião pública sobre a alimentação das famílias de baixos rendimentos.

Se quiser saber mais, convidamo-lo a participar no Colóquio, cujo programa se encontra [aqui](#). Poderá inscrever-se gratuitamente [aqui](#).

Monica Truninger é Investigadora Auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Sónia Cardoso é bolseira de pós-doutoramento no projeto “Families and Food in Hard Times”, no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Segurança alimentar e políticas públicas sobre alimentação

Virgínia Henriques Calado

 11 de julho de 2018

A criação de conselhos municipais de alimentação em Portugal é uma proposta em torno da qual se têm vindo a mobilizar diversas entidades, designadamente, a **FAO-Portugal**, a **Rede Rural Nacional**, a Rede Portuguesa pela Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (**ReAlimentar**) — rede da sociedade civil que «tem por objetivo principal influenciar os processos de formulação e tomada de decisão sobre políticas públicas, nacionais e internacionais, que digam respeito à Soberania e Segurança Alimentar» — e universidades portuguesas, como a Universidade Aberta e a Universidade de Lisboa, esta última através do **Colégio Food, Farming and Forestry (F3)**. Seminários organizados, como aquele em que se discutiu o *Direito humano a uma alimentação adequada através de compras públicas e cadeias curtas agroalimentares* (Universidade de Lisboa, 7 de fevereiro de 2018) ou a oficina *Direito humano à alimentação adequada e políticas públicas ao nível local* (FAO – Portugal, Lisboa, 19 de junho de 2018), permitiram dar conta do desejo de implementação de políticas públicas nacionais e municipais que possam contribuir para uma realização progressiva do direito a uma alimentação adequada.

Cartaz de divulgação de oficina, 2018



Fonte: **FAO-Portugal**

A discussão empreendida tem salientado, entre outros aspetos: a importância da agricultura familiar; a procura de modos de produção, distribuição e consumo sustentáveis; a valorização das redes locais de produção e consumo; a importância da participação da sociedade civil e a necessidade de familiarização com conceitos como os de *alimentação adequada* e de *segurança alimentar e nutricional* – conceitos estabelecidos pela FAO. É justamente sobre os conceitos de (in)segurança alimentar, no sentido que lhes é atribuído pela FAO que me debruçarei, sinalizando alguns eixos que me parecem relevantes no aprofundamento da discussão.

Segurança alimentar: «situação em que todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e económico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que permitam satisfazer as suas necessidades nutricionais e as preferências alimentares para uma vida ativa e saudável.»

Insegurança alimentar: «situação em que as pessoas não têm acesso, de forma segura, a alimentos sãos, nutritivos e em quantidade suficiente para garantir o seu normal crescimento e desenvolvimento bem como uma vida ativa e saudável»

FAO, IFAD, UNICEF, WFP and WHO. The state of food security and nutrition in the world 2017 :107.

Uma primeira consideração, a propósito da *segurança alimentar*, tem a ver com semântica e correspondentes implicações ideológicas agregadas a esta noção. As palavras raras vezes são fruto de acaso e muito menos o são quando a partir delas se procuram definir políticas públicas. O conceito de *segurança alimentar* constitui uma das expressões que reportam a uma conceção específica de governo das sociedades. Trata-se de uma conceção em que a proteção, harmonização, regulação e controlo são promovidos através de políticas assentes nas noções de *risco* e segurança. A perspetiva de regulação social, que se revela através da segurança que se procura proporcionar aos cidadãos, não assenta tanto num discurso com pendor claramente sancionador, disciplinador e moralista, antes salientando o discurso securitário, protetor e preventivo, através do qual estados de exceção e medidas específicas, como as relativas à produção, distribuição e consumo de alimentos, podem ser implementados e legitimados. A esta visão, que se vem tornando hegemónica, importa contrapor um olhar crítico: pugnar pela *segurança alimentar*, e por uma *alimentação adequada*, pode não

significar apenas uma forma de zelar pelo bem comum, remetendo, também, para uma limitação de escolhas individuais e uma restrição de direitos fundamentais, como o direito ao livre desenvolvimento da personalidade, direito para o qual a Constituição da República Portuguesa remete (artº 26) e que Luísa Neto (2009) discute ao analisar a nutrição como política pública.

Uma segunda consideração prende-se com a dimensão tecnocrática que envolve o conceito de *segurança alimentar*. Surgido, afinado e estabelecido no quadro da FAO, este conceito foi objeto de um particular investimento a partir da década de 1970, altura em que a identificação de uma crise alimentar global conduziu a uma intensificação do debate internacional sobre a disponibilidade de alimentos básicos, como os cereais, e a sua estabilidade em termos de preços. A transformação do conceito de segurança alimentar num conceito operacional, a partir do qual se pudesse medir e apresentar de forma objetiva a insegurança alimentar, constituiu um procedimento indispensável para procurar regular a produção e distribuição de alimentos e também para definir formas de intervenção, medidas e programas de ajuda alimentar. Uma das metodologias adotadas pela FAO para avaliar a insegurança alimentar baseou-se na quantidade de calorias ingeridas *per capita* (discutível enquanto modo de medição), mas outros meios, mais sofisticados, foram surgindo também, nomeadamente com a complexificação de fórmulas de cálculo que confluíram para um fechamento de campo e o afastamento de não especialistas. A existência, na dependência da FAO, de um organismo como o Comité para a Segurança Alimentar Mundial (CFS) e os inúmeros relatórios e demais documentos incessantemente produzidos por esta agência, traduzem bem uma intensa atividade tecnocrática em torno desta questão. No seio da FAO, estudos de caráter mais qualitativo não abundam, e dimensões da alimentação relacionadas com a cultura, convivialidade, reciprocidade e hospitalidade são frequentemente ignoradas.

Uma terceira e última consideração prende-se com a necessidade de monitorização dos usos dos conceitos de (in)segurança alimentar. Apresentados como resultado de cálculos objetivos, frequentemente provindos de especialistas que é suposto garantirem rigor, tendem a ser apresentados como elementos neutros, que servem de justificação a políticas públicas e formas de atuação por parte do sector agroalimentar. Convém sublinhar que a noção de segurança

alimentar pode facilmente ser capturada por este sector, que tanto evoca a falta de alimentos para procurar apoio para uma lógica mais produtivista, como evoca questões de segurança para justificar formas de alimentação afirmadas como mais sustentáveis, como é o caso da agricultura biológica. Também os estados podem afirmar a insegurança alimentar que os afeta, para, através da ajuda externa, procurarem diminuir os seus problemas orçamentais, como é o caso de diversos estados africanos. Por fim, há também a referir que o aumento da segurança alimentar, com maior produção e disponibilização de alimentos, é feita por vezes à custa da perda de soberania alimentar, tal como a **Via Campesina**, movimento que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores e trabalhadores agrícolas de todo o mundo, tem procurado denunciar, destacando que a garantia da segurança alimentar pode colocar algumas sociedades na dependência de grandes empresas tecnológicas e agroalimentares. Pelos motivos expostos, é, pois, conveniente manter a noção de segurança alimentar sob atenta vigilância.

Virgínia Henriques Calado conduz no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) o projeto “Políticas que Amassam o Pão: Cidadania e Orientações Alimentares no Âmbito das Nações Unidas”, projeto financiado pela FCT através da bolsa de investigação SFRH/BPD/97532/2013. Integra o grupo de investigação Identidades, Culturas, Vulnerabilidades e o Colégio Food, Farming and Forestry (F3).

Comer o mundo. Desafios de sustentabilidade na nossa alimentação

João Graça

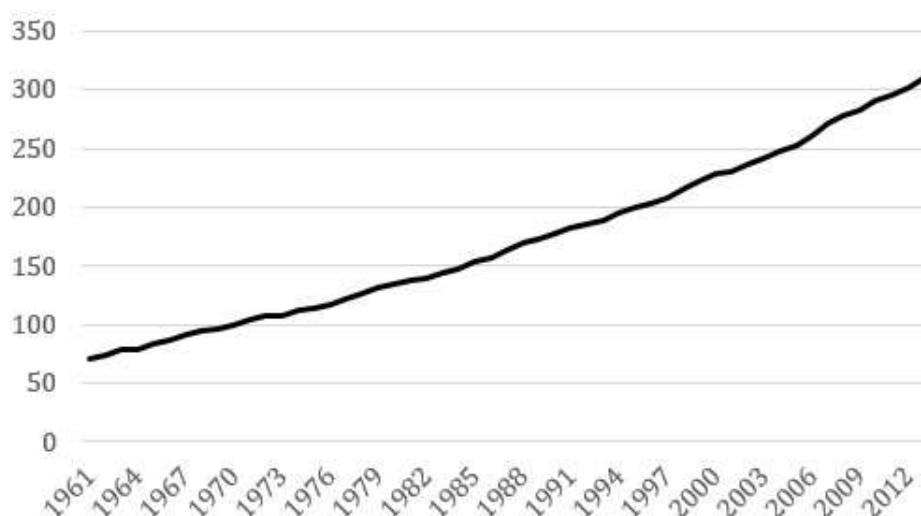
 31 de outubro de 2018

Muitos alertas e discussões sobre a (in)sustentabilidade dos atuais padrões de produção e consumo humano centram-se em temas como os transportes, a dependência energética de recursos fósseis, e a separação e gestão de resíduos. No entanto, a nossa alimentação, e a produção e o consumo de alimentos de origem animal em particular, têm sido associados a **problemas ambientais muito significativos** em todas as escalas, que incluem a degradação de terrenos aráveis, alterações climáticas, poluição atmosférica, poluição e destruição de recursos hídricos, e perda de biodiversidade.

De facto, o século passado assistiu a um **aumento massivo e sem precedentes** da frequência e quantidade do consumo de alimentos de origem animal, materializando uma aproximação global aos padrões e estilos de vida dos países ocidentais industrializados. Uma das principais marcas desta mudança em larga escala caracteriza-se pelo aumento exponencial do consumo de carne e pela redução progressiva do consumo de cereais integrais, **leguminosas** e vegetais, à medida que as sociedades se tornaram mais abastadas. A título ilustrativo, **em Portugal** os indicadores de consumo de carne apontam para um aumento de mais de 400% entre 1961 (cerca de 23kg anuais per capita) e 2017 (cerca de 114kg anuais per capita), considerando estatísticas relevantes disponíveis a partir de várias fontes (FAO-United Nations; Instituto Nacional de Estatística).

Ao **nível global**, os níveis de produção de carne quadruplicaram nos últimos 50 anos, passando de cerca de 70 milhões de toneladas para mais de 300 milhões de toneladas por ano. As estimativas preveem que este número continue a **aumentar exponencialmente** nas próximas décadas, devido ao aumento da população mundial e a mudanças socioeconómicas com reflexo na procura e na oferta de alimentos de origem animal.

Produção de carne ao nível global (milhões de toneladas/ano)



Fonte: FAO

As consequências ambientais destas mudanças, à escala global, são alarmantes, especialmente numa altura em que a sustentabilidade dos sistemas alimentares é apontada como **um dos principais desafios para o desenvolvimento humano**. Vários estudos e meta-análises recentes, que examinaram milhares de unidades de produção em vários pontos do mundo, centenas de sistemas agrícolas e dezenas de produtos alimentares, têm reforçado que os alimentos de origem vegetal apresentam consistentemente **maior eficiência** na produção e **menores impactos ambientais** comparando com alimentos de origem animal. Estes estudos concluem ainda que a sustentabilidade dos sistemas alimentares implica mudanças profundas nos padrões de consumo, materializadas numa **transição para dietas de maior base vegetal**, para obter benefícios ambientais necessários a uma escala e alcance não atingíveis apenas por melhorias baseadas na produção.

Apesar da força destas conclusões, admite-se que **poderá ser necessária uma profunda mudança social** para atingir progressos significativos na redução do consumo de carne e numa alimentação de maior base vegetal. Sendo um tema recente, as evidências acerca dos processos psicossociais que afetam esta transição permanecem relativamente escassas. Alguns estudos apontam, ainda assim, para várias conclusões que podem ajudar a compreender em que medida estamos realmente dispostos a alterar os nossos hábitos.

Uma conclusão importante é que há diferentes tipos de consumidores – ou seja, **não reagimos todos da mesma forma** à perspectiva de reduzirmos ou substituímos o consumo de carne. Cada vez mais pessoas estão recetivas a essa alteração de hábitos, muitas vezes por conhecimento e consciência em relação aos problemas de sustentabilidade ligados à produção de carne e aos benefícios de comer mais refeições atrativas e nutricionalmente adequadas de origem vegetal (para a saúde, para o ambiente, e para a diminuição do sofrimento animal).

No entanto, também há pessoas que não se sentem preparadas para fazer essa mudança. Entre os consumidores mais resistentes, alguns estudos têm observado a existência de um padrão de **apego ao consumo de carne**. Dentro deste padrão, os consumidores têm uma carga hedónica especialmente forte no consumo, ou seja, a carne é representada como uma fonte insubstituível de prazer na alimentação. Adicionalmente, a ideia típica de refeição para estes consumidores tende a incluir necessariamente uma porção de origem animal como eixo estruturante do prato. Face a uma refeição que não tem carne ou peixe podem sentir que a refeição é incompleta, e tendem a encarar o consumo de animais como um direito naturalmente conferido aos humanos na qualidade de espécie dominante. Há também, muitas vezes, sentimentos de dependência afetiva em relação ao consumo, no sentido em que a perspectiva de reduzir ou evitar o consumo de carne pode desencadear nestes consumidores sentimentos de perda e privação.

Estas evidências ajudam a compreender algumas reações menos entusiastas, e por vezes até defensivas, em relação às transições para uma alimentação de maior base vegetal. As pessoas com maior apego ao consumo de carne tendem a ver a mudança de hábitos **como uma ameaça** e a reagir reafirmando o consumo de carne como necessário para o ser humano, relativizando os impactos negativos, comparando estes impactos com outros problemas que são vistos como maiores ou mais importantes, ou sentindo que as alternativas não são realmente viáveis, acessíveis e atrativas. Isto ocorre de forma automática, quase inconsciente, e não de forma deliberada. De facto, o ser humano **tende a reagir mal** ao que possa ativar sentimentos de privação, muitas vezes em prejuízo da própria saúde e da sustentabilidade do planeta. Isto pode acontecer em relação ao consumo de

carne, mesmo quando temos acesso a informação sobre as consequências negativas dos nossos hábitos.

Comer o mundo à dentada



Fonte: [Maxpixel](#)

Face a estes desafios, torna-se claro que é necessário criar soluções que vão ao encontro dos perfis, necessidades e expectativas de vários tipos de consumidores. Impõe-se, portanto, uma agenda de investigação integrada – mas diferenciada – que permita informar diretamente os caminhos de transição em larga escala para uma alimentação de maior base vegetal – identificando-se e superando-se barreiras, e reforçando-se os fatores potenciadores da mudança.

João Graça é atualmente Investigador de Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)) e Professor Auxiliar Convidado na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (FCH-UCP). O seu principal interesse de investigação incide nas transições para hábitos de consumo mais saudáveis e sustentáveis, com foco principal na alimentação.

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

ENERGIA



© Ana Horta

Introdução

Vivemos em “sociedades de combustíveis fósseis”, como disse **John Urry**, dado o uso destas fontes energéticas constituir a característica mais significativa do mundo moderno. Os modos como as nossas cidades, tecnologias, mercados globais e aspetos mais corriqueiros da vida quotidiana estão organizados dependem em grande medida da exploração do petróleo, do carvão e do gás natural como fontes de energia. O desenvolvimento económico possibilitado por estes recursos naturais desde o século XVIII tem sido notável, mas a combustão em larga escala destas energias contribuiu para a emergência de dois grandes desafios que se colocam ao mundo contemporâneo: a necessidade de adaptação às alterações climáticas e a urgência da transição para sistemas energéticos sustentáveis.

Apesar da centralidade da energia no desenvolvimento e funcionamento das sociedades ocidentais, até recentemente as ciências sociais deram aos sistemas energéticos uma atenção que parece agora insuficiente. No entanto, os problemas de vários tipos que nos últimos anos têm ganho visibilidade – como conseguir reduzir o consumo energético, a aceitação social da exploração de energias alternativas ou a necessidade de minimização das injustiças associadas à energia – começam a tornar-se objeto de estudo das ciências sociais cada vez mais frequentemente.

Em Portugal é ainda muito escassa a investigação sobre estas questões na ótica das ciências sociais. O ICS tem dado o seu contributo nesse sentido, embora, como se torna evidente pela dimensão deste capítulo, seja muito reduzido o número de investigadores que se ocupam desta temática. No entanto, com o contributo de doutorandos no âmbito do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, como Luzia Oliveira e João Camargo, e também de investigadores visitantes, como Luiz Carlos Lourenço, autores de *posts* deste capítulo, os textos acerca dos projetos (ou das

reflexões) sobre as questões energéticas que têm sido conduzidos no ICS acabaram por formar um capítulo autónomo deste *e-book*.

Os textos aqui reunidos referem-se a muitos dos principais tópicos que têm caracterizado a investigação em ciências sociais sobre energia: a dificuldade em promover a mudança de comportamentos no sentido da eficiência energética; as práticas quotidianas associadas ao consumo de energia; as controvérsias públicas, participação cívica e movimentos (mais ou menos) locais em torno da produção e exploração de fontes de energia; o impacto da instalação de centrais de produção de energias renováveis nas paisagens; a emergência de comunidades que desenvolvem projetos de investimento em energias renováveis; a definição de políticas públicas com vista à transição energética no sentido da sustentabilidade, incluindo os constrangimentos estruturais que enfrentam e até as suas próprias incoerências internas; as dinâmicas de adoção de fontes alternativas de energia, como os biocombustíveis; e ainda a pobreza energética que afeta o bem-estar, a saúde e a inclusão social das populações.

Ana Horta

Ana Horta é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**)

Lista de posts

Mudanças nas práticas dos consumidores: como as baterias dos telemóveis podem contribuir para a eficiência energética	303
<i>Ana Horta</i>	
Nem no meu quintal, nem no de ninguém: a luta contra a exploração de petróleo e gás no Algarve	307
<i>Ana Delicado</i>	
Capitalismo puro	311
<i>Ana Horta</i>	
Clima e energia: política pública de ambiente em Cabo Verde	316
<i>Luzia Oliveira</i>	
A última oportunidade para os biocombustíveis no Brasil	321
<i>Luiz Carlos Lourenço</i>	
Políticas públicas climáticas, petróleo e gás: Portugal, Espanha e Marrocos e a insanidade institucional	329
<i>João Camargo</i>	
A ameaça escondida da pobreza energética em Portugal	334
<i>Ana Horta</i>	
Energias renováveis e qualidade da paisagem	339
<i>Ana Delicado e Luís Silva</i>	

Mudanças nas práticas dos consumidores: como as baterias dos telemóveis podem contribuir para a eficiência energética

Ana Horta

 17 de fevereiro de 2016

Se tem um smartphone já deve ter reparado na rapidez com que o pequeno aparelho fica sem bateria. Por isso há quem ande sempre com o carregador ou tenha comprado uma bateria de reserva ou *power bank*. Mas também há quem esteja a desenvolver uma nova prática: gerir o telemóvel de modo a evitar gastar energia desnecessariamente e assim prolongar a duração da bateria.

Uma **investigação** realizada recentemente mostra que gerir a energia do telemóvel é uma nova prática de muitos adolescentes. Sendo o grupo etário que mais utiliza o telemóvel e tendo geralmente grande facilidade em utilizar tecnologias eletrónicas, parte dos adolescentes está a adquirir um hábito que consiste em usar energia com mais eficiência. Este know-how poderá ser aplicado noutros domínios da sua vida quotidiana, com benefícios tanto a nível económico como ambiental. Dada a necessidade urgente de tornar sustentáveis as sociedades contemporâneas, o desenvolvimento desta prática é muito interessante do ponto de vista da mudança de comportamentos no sentido de um consumo de energia mais sustentável. Esta investigação mostra o processo de adoção desta prática, contribuindo para compreender como se processam algumas mudanças nos comportamentos relacionados com o consumo de energia.

A questão de como promover a mudança de comportamentos no sentido da adoção de práticas quotidianas mais sustentáveis tem sido amplamente debatida. Apesar de todas as campanhas de sensibilização realizadas, a concretização destas mudanças tem-se revelado muito difícil, em parte porque as nossas atitudes, valores e informação nem sempre se traduzem naquilo que fazemos na prática. E assim dificilmente mudamos muitos dos nossos hábitos, mesmo sabendo que são pouco recomendáveis do ponto de vista ambiental, económico

ou da nossa própria saúde. Mais investigação sobre como surgem e se transformam os nossos hábitos é, por isso, fundamental.

O artigo agora publicado sobre o modo como os adolescentes portugueses utilizam o telemóvel e as suas implicações em termos de consumo de energia ajuda a compreender que fatores estão envolvidos na formação de hábitos de utilização de energia com mais eficiência.

Com base num inquérito e em entrevistas realizadas a adolescentes em Lisboa, a equipa observou três fases na formação das práticas de gestão da energia do telemóvel. Numa primeira fase, em que os utilizadores começaram a usar telemóvel, as suas competências relativas ao uso deste aparelho (bem como ao seu consumo energético) eram ainda elementares: limitavam-se a ligar



o telemóvel ao carregador quando a bateria acabava. Uma segunda fase inicia-se quando trocam o telemóvel anterior por um *smartphone* e aceleram o seu ritmo de utilização do telemóvel. Nessa altura a necessidade de orquestrar a bateria disponível relativamente às diversas circunstâncias de utilização do telemóvel (como o facto de estarem fora de casa sem o carregador ou terem usado as redes sociais ao longo do dia através do Wi-Fi da escola) faz emergir práticas de gestão do aparelho que permitam prolongar a energia disponível na bateria. Na terceira fase estas práticas tornam-se normais, passando a fazer parte das suas rotinas diárias e permitindo integrar com sucesso o telemóvel nas diversas atividades da vida quotidiana. Evitam assim situações de rutura, como ficar sem bateria quando precisam de avisar os pais para ir buscá-los ou quando querem manter-se ativos nas redes sociais.

Fonte: “Charging mobile phone on wooden table” by Ruslan Nassyrov, via 123RF Stock Photo

Estas práticas de gestão do telemóvel incluem ações como desligar o acesso a redes (Wi-Fi, Bluetooth) e determinadas funções quando não são necessárias, reduzir o brilho do ecrã, fechar as aplicações depois de usá-las, desinstalar aplicações que não são usadas e ativar o modo de poupança de energia.

Para que estas práticas sejam adotadas e reproduzidas é fundamental a articulação de diversos elementos. O artigo mostra como se estabelecem e são cruciais as interligações entre infraestruturas (como a expansão da rede de internet wireless nas escolas, transportes públicos e em casa dos adolescentes), objetos (as características do próprio telemóvel e suas aplicações, que o tornam tão apelativo mas, simultaneamente, grande consumidor de bateria), contexto sociocultural (em que se inclui a pressão social no sentido de se ser popular, participar ativamente nas redes sociais ou ter um telemóvel topo de gama em vez de um “tijolo”, por exemplo) e disposições incorporadas (como a necessidade que sentem de ter sempre o telemóvel consigo ou o hábito de pegar no aparelho e verificar se há novas mensagens, mesmo não tendo recebido qualquer notificação).

Embora nem todas as práticas de gestão do telemóvel adotadas pelos adolescentes para que não fiquem sem bateria sejam formas de eficiência energética, uma vez que não evitam consumos energéticos desnecessários (como quando usam um outro equipamento para ouvir música ou aproveitam estar a carregar a bateria para fazer coisas que sabem que consomem bastante energia, como ver vídeos, por exemplo), importa salientar o potencial do desenvolvimento destas competências do ponto de vista da adoção de comportamentos mais sustentáveis. De facto, o *know-how* e os hábitos assim adquiridos poderão manter-se no futuro e, inclusivamente, estender-se à utilização de outras tecnologias. No entanto, a reprodução desta prática irá sempre depender das interligações entre os diversos elementos que lhe deram origem.



Fonte: Photo by Andrey Kiselev,
via 123RF Stock Photo

Este *post* é baseado no artigo “*Mobile phones, batteries and power consumption: an analysis of social practices in Portugal*” (DOI), publicado este mês pela revista *Energy Research & Social Science*.

A investigação foi realizada por membros do grupo de investigação Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, tendo sido financiada pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (contrato EXPL/IVC-

SOC/2340/2013) entre abril de 2014 e junho de 2015 no âmbito do projeto **Electroteen**.

Ana Horta é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**)

Nem no meu quintal, nem no de ninguém: a luta contra a exploração de petróleo e gás no Algarve

Ana Delicado



24 de fevereiro de 2016

É comum afirmar-se que a participação cívica em Portugal é baixa. E, de facto, olhando para a **subida contínua da abstenção** eleitoral ou para os resultados dos inquéritos internacionais que demonstram que Portugal tem das taxas mais baixas na Europa de participação em manifestações (7%), assinatura de petições (8%) ou contacto direto com um representante político (6%) (**European Social Survey**, 2012), esta afirmação parece confirmar-se.

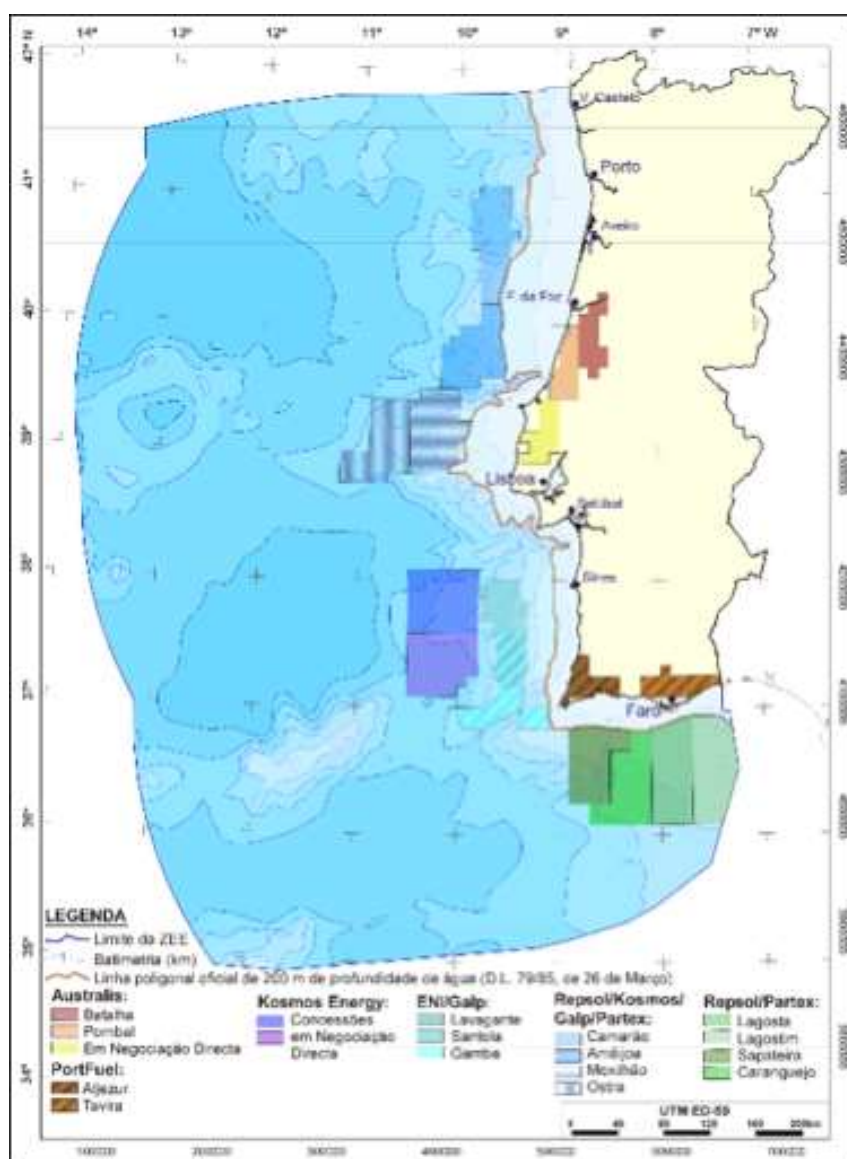
No entanto, o que uma leitura mais atenta da realidade demonstra é que, quando os problemas ambientais (ou de outra natureza) as afetam diretamente, as pessoas mobilizam-se, procuram informação e aliados, exercem pressão para ver os seus interesses e necessidades satisfeitos. Foi disso exemplo o prolongado caso da **coincineração de resíduos perigosos** e, agora, a mobilização contra a exploração de petróleo e gás natural no Algarve.

Em março de 2015, perante as notícias que o governo português teria assinado contratos de concessão da exploração de hidrocarbonetos em praticamente toda a costa portuguesa, do Porto a Vila Real de Santo António, e de exploração de gás de xisto na região Oeste e na serra algarvia, de Aljezur a Tavira, foi constituído um movimento cívico com o objetivo de “alertar a população para os riscos inerentes à exploração de hidrocarbonetos no Algarve, incentivar um debate público sobre as consequências para a região de uma tomada de decisão desta natureza, exigir um estudo de impacto social, económico e ambiental, e, ainda, pressionar o estado para publicar toda a informação inerente à prospeção, pesquisa, desenvolvimento e produção de petróleo e gás natural em Portugal” (**Plataforma Algarve Livre de Petróleo**).

Este movimento reúne um conjunto alargado de diferentes agentes: organizações não-governamentais de ambiente, movimentos de transição, autarcas, surfistas,

agricultores, residentes e proprietários de habitações de férias, empresários do setor turístico.

Mapa das concessões de exploração de hidrocarbonetos



Fonte: **PAPL**

Em pouco menos de um ano de existência, o movimento dinamizou várias petições, uma das quais reuniu o número suficiente de assinaturas para ser discutida na **Assembleia da República**. Criou um *website* onde disponibiliza a informação sobre os contratos de exploração, tão difícil de encontrar nos organismos oficiais. Organizou manifestações de rua e campanhas nas redes sociais, com base em selfies de apoiantes empunhando cartazes com palavras de ordem: #AlgarveLivreDePetróleo #RasgaOContrato. Promoveu debates públicos em múltiplos locais da região e foi presença assídua nas sessões de esclarecimento

organizadas pelos promotores da exploração de hidrocarbonetos. Angariou o apoio público de **artistas**, **cientistas** e até de **partidos políticos**.

Recolha de assinaturas para a petição “Um Algarve livre de pesquisa, prospeção, exploração e produção de petróleo e gás natural”
marcha pelo clima em Tavira, 29 de novembro de 2015



Fonte: Fotografia de Nuno Alves

O que explica esta mobilização cívica tão forte no Algarve e quase inexistente noutras regiões igualmente em risco? Por um lado, os potenciais impactes ambientais da exploração de hidrocarbonetos afetarão severamente não só áreas naturais sensíveis (a Ria Formosa, os ecossistemas do barrocal e da serra) mas também as atividades económicas da região: turismo, agricultura, pesca, viveirismo e captura de bivalves e marisco, desportos náuticos, sem que estejam previstas quaisquer contrapartidas para as autarquias e as populações locais. Por outro lado, o capital social e cultural de alguns dos residentes, em particular de nacionalidade estrangeira, que mostram particular apego ao local de adoção.

O que este caso releva também é a persistência da tradição administrativa centralista, secretista e pouco democrática de lidar com o público em matéria de risco ambiental. Os contratos foram assinados em segredo pelo governo anterior, sem qualquer discussão pública. Promotores e decisores atribuem as críticas da população a emotividade e ignorância e **negam a existência do risco**, apesar de bastas evidências do contrário: veja-se o caso da **catástrofe ecológica no Golfo do México em resultado de uma fuga numa plataforma petrolífera**, da fuga de gás metano de um poço na Califórnia ou da **contaminação ambiental causada**

pelo *fracking* nos Estados Unidos. Não foram feitos estudos de impacto ambiental porque a legislação é omissa no que respeita à fase de prospeção.

Poucas semanas depois da *COP de Paris*, em que governos de todo o mundo, incluindo o português, se comprometeram com metas ambiciosas para a redução de gases com efeito de estufa para prevenir os efeitos catastróficos das alterações climáticas, que no fundo exigem que se *mantenham no subsolo* os recursos fósseis que ainda estão por explorar, estas concessões estão claramente em contraciclo com a política ambiental atual. E, também, em contradição com os *objetivos propostos* de aumentar o peso das energias renováveis no consumo de energia, num país onde estas asseguram já boa parte das necessidades (em 2014, *27% do total de energia e 52% da eletricidade*).

É então a luta contra a exploração de petróleo e gás no Algarve um caso clássico de NIMBY (o acrónimo em inglês para “no meu quintal não”)? É bem mais do que isso. É sobretudo um exemplo de mobilização cívica local inserida em movimentos globais de defesa do quintal de todos.

Ana Delicado é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa)

Capitalismo puro

Ana Horta

📅 26 de outubro de 2016

“**Há** uns vinte anos fomos forçados a aderir ao capitalismo; agora compreendemo-lo.” É assim que o investimento em energias renováveis é sentido numa pequena comunidade da antiga República Democrática Alemã. Esta comunidade, considerada exemplar no envolvimento comunitário na produção de energia renovável, assegurou 35% do total da eletricidade consumida pela povoação em 2014 e, em 2050, pretende tornar-se autossuficiente em termos de produção de eletricidade através de fontes renováveis.

A escola, o pavilhão desportivo e outros edifícios são aquecidos por um sistema comunitário que não emite CO2



Fonte: Fotografia de Ana Horta

Zschadraß (em Colditz, no estado da Saxónia) tem sido referida como uma comunidade modelo em que a população é coproprietária dos investimentos feitos em energias renováveis. Através de uma fundação e de uma associação

formadas por habitantes locais, a comunidade tem investido em projetos de energia renovável que incluem aerogeradores de energia eólica (em que 20% é propriedade da comunidade, pertencendo o restante a um investidor privado local), painéis fotovoltaicos nos edifícios públicos e um sistema de biomassa instalado numa quinta, entre outros. Com o lucro obtido através da venda da eletricidade à rede são financiados programas comunitários de apoio às crianças que têm proporcionado, por exemplo, refeições escolares gratuitas para crianças de famílias com baixos rendimentos, campos de férias e serviços de transporte. O jardim infantil também é apoiado e quando o empréstimo bancário realizado para financiar os aerogeradores estiver pago pretende-se que o lucro seja usado para permitir que o jardim infantil seja gratuito para todas as crianças da povoação.

O plano “Zschadraß sustentável” começou no ano 2000. Para fazer face às dificuldades financeiras, o município procurou não só reduzir as despesas energéticas, que representavam a sua segunda maior despesa, como aumentar o rendimento municipal através da produção de energia renovável, recorrendo para isso ao sol, vento e biomassa. Atualmente a biomassa utilizada é proveniente da própria zona, constituindo assim uma fonte de rendimento adicional, e na construção desse sistema de produção de energia foram reutilizados materiais de fábricas que tinham sido desativadas com o fim da República Democrática Alemã. Este plano municipal tornou também possível a criação de alguns empregos.

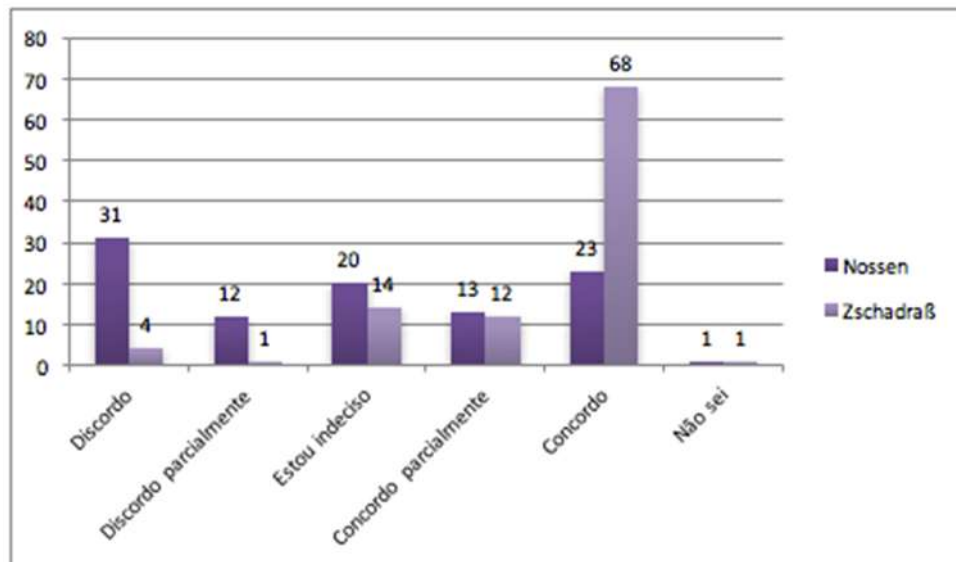
Na bibliografia sobre a aceitação das energias renováveis sustenta-se por vezes que nas comunidades que são coproprietárias de parques eólicos as populações locais são mais favoráveis a essas tecnologias do que onde os proprietários são empresas.¹ De facto, uma investigação² que comparou precisamente as atitudes dos habitantes de Zschadraß com uma outra localidade próxima onde também foram instalados parques eólicos, mas sem envolvimento comunitário (Nossen), mostrou níveis de aceitação muito mais elevados em Zschadraß. Tal como ilustra o gráfico abaixo, esta atitude positiva relativamente à energia eólica estende-se

¹ Veja-se por exemplo o artigo Tarhan, M. D. (2015) “Renewable energy cooperatives: a review of demonstrated impacts and limitations.” *Journal of Entrepreneurial and Organizational Diversity*, 4(1): 104-120.

² Musall, F. e Kuik, O. (2011) “Local acceptance of renewable energy—A case study from southeast Germany.” *Energy Policy* 39.6: 3252-3260.

inclusivamente à concordância com uma crescente utilização desta energia no país, em contraste com a outra povoação.

Concordância com a afirmação “Devemos usar mais energia eólica na Alemanha”



Fonte: Musall e Kuik (2011, p. 3257)

A aceitação local dos parques eólicos não deverá ser explicada apenas pelo facto de a comunidade ser coproprietária ou não. Uma série de outros fatores importantes devem ser considerados. Sem querer listar todos esses fatores, poderá salientar-se a perceção dos diversos impactos (económicos, ambientais, etc.) dessas tecnologias e o contexto da sua implementação, mas outros fatores de carácter subjetivo têm também sido considerados relevantes, como o modo como estes projetos são liderados, a experiência pessoal dos habitantes ou o seu sentimento de ligação ao local.

No caso de Zschadraß, o facto de o processo de planeamento ter sido conduzido com transparência, assim como ter beneficiado de uma liderança empenhada e do envolvimento da comunidade, parecem ter sido fundamentais. Além disso, a localidade tem recebido prémios e distinções, assim como muitos visitantes. Desde que os aerogeradores começaram a ser construídos, têm sido visitados por muitas famílias. Parece haver um reconhecimento generalizado dos benefícios para a comunidade deste projeto que acabam por minimizar a perceção de impactos negativos como, por exemplo, o ruído proveniente dos aerogeradores ou o perigo que estes representam para as aves.

Os visitantes são convidados a abraçar a maior turbina e assim experimentar uma sensação única



Fonte: Fotografia de Ana Horta

Zschadraß faz parte de um número crescente de comunidades na Alemanha que, tal como em muitos outros países europeus, têm como objetivo tornarem-se autossuficientes energeticamente. Há uma grande diversidade de situações e muitos destes casos constituem bons exemplos de “**democracia energética**”, mas infelizmente são quase inexistentes em Portugal.³

No nosso país – tal como mostrou o projeto **Renergy** – o investimento em energias renováveis e, em particular, em energia eólica, tende a estar concentrado num pequeno número de grandes empresas. A transparência com que são utilizados os rendimentos provenientes das energias renováveis em Zschadraß contrasta com a perceção de uma elevada desigualdade na distribuição desses rendimentos sentida em muitas localidades portuguesas onde foram instalados parques eólicos.⁴ Enquanto nestas localidades portuguesas parece ser frequente

³ Kunze, C. e Becker, S. (2014) *Energy Democracy in Europe. A survey and outlook*. Rosa Luxemburg Stiftung. Veja-se, no entanto, o caso da **Coopérnico**, a primeira cooperativa portuguesa de energias renováveis.

⁴ Delicado, A., Truninger, M., Figueiredo, E., Silva, L., Junqueira, L., Horta, A., Fonseca, S., Nunes, M. J. e Soares, F. (2015) *Terras de Sol e de Vento. Dinâmicas sociotécnicas e aceitação social das energias renováveis em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

o sentimento de que os recursos locais são explorados em benefício de interesses alheios, em Zschadraß há o sentimento gratificante de se estar a dar uso aos próprios recursos de forma benéfica para a comunidade e para o ambiente.

Será isto puro capitalismo? Não sei, o título deste *post* é só uma pequena provocação. É evidente que o capitalismo está associado a problemas ambientais gravíssimos. Mas quando comunidades locais exploram recursos renováveis de forma sustentável e com isso financiam atividades em benefício da população e ainda contribuem para desenvolver sentimentos positivos de conexão relativamente à localidade, a mim parece-me que pode haver alguma pureza nesse capitalismo.

A visita a Zschadraß decorreu em Setembro passado. Foi uma das excursões oferecidas pela [3rd Energy & Society Conference](#), que teve lugar em Leipzig, e em cuja comissão científica participaram membros do Grupo de Investigação Ambiente, Sociedade e Território.

Ana Horta é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Clima e energia: política pública de ambiente em Cabo Verde

Luzia Oliveira



19 de janeiro de 2017

O resultado da COP 21 em Paris evidenciou a importância que a questão das alterações climáticas ocupa na agenda dos decisores políticos, tanto à escala macro como micro. Os compromissos assumidos pelos grandes e pequenos países emissores, como é o caso de Cabo Verde, mostram que não há outro caminho que não seja a opção por uma política voltada para a descarbonização da economia, a fim de evitar que a temperatura média global ultrapasse os 2°C acima dos níveis pré-industriais.

Apesar de a primeira reunião pós-Paris COP 22, realizada em Marraquexe, ter terminado num clima de incerteza devido às eleições presidenciais norte-americanas, ficou patente que o paradigma do desenvolvimento atual, baseado essencialmente em combustíveis fósseis, é incompatível com a capacidade de absorção do planeta. Refiro-me à capacidade de sequestro por parte dos grandes sumidouros naturais, como sejam os oceanos e florestas, e mesmo das tecnologias desenvolvidas para potenciar tal capacidade, pelo que todos os esforços devem ser desencadeados para tentar inverter a trajetória de crescimento das emissões de gases com efeito de estufa. Não restam dúvidas de que é indispensável a opção por uma política energética assente na produção por fontes renováveis, conjuntamente com medidas de eficiência energética, que vão desde alternativas para otimizar a produção até às pequenas práticas individuais para racionalizar o consumo.

Para países insulares em vias de desenvolvimento, como Cabo Verde, uma política energética deste tipo terá uma relevância significativa porque permitirá garantir a segurança de abastecimento, aproveitar a riqueza de recursos endógenos e servir de locomotiva para sectores importantes como o turismo – considerado o *pivô* de desenvolvimento do país.

A opção pelas energias renováveis por parte dos operadores turísticos tem a vantagem de ajudar a suprir a fraca qualidade na prestação dos serviços de energia e água e assim melhorar a qualidade dos seus próprios serviços. Além disso, a crescente preferência pelo turismo ecológico poderá ditar uma maior procura de empreendimentos que utilizam sistemas e práticas sustentáveis de energia.

A aposta nas energias renováveis e na eficiência energética permitirá ainda que zonas remotas tenham acesso a energia. Porém, a fragilidade económica, a insularidade e a exiguidade territorial do país poderão atuar como constrangimentos estruturais na materialização de uma política energética desta natureza.

Cabo Verde definiu desde muito cedo, em 1975, a sua política pública do ambiente, com o objetivo de enfrentar as adversidades de um clima agreste e promover o equilíbrio social, económico e ambiental. Mas é só a partir de 1990 que a política pública de ambiente ganha dimensão com a aprovação de um conjunto de políticas que lhe servem de suporte até aos dias de hoje. Entre estas políticas incluem-se a Constituição da República de 1992 e a Lei de Base do Ambiente de 1993, assim como vários Decretos Regulamentares, a adesão a diversas Convenções Internacionais e a elaboração e implementação de múltiplos instrumentos de ação, entre eles o Plano de Ação Nacional para o Ambiente, os Programas de Eletrificação Rural e o Programa de Ação Nacional sobre as Mudanças Climáticas.

Ao longo dos anos, estas políticas têm sido desenvolvidas a nível central e local, de forma integrada e com a participação da sociedade civil. Elas vão sendo definidas e ajustadas em função das conjunturas nacional e internacional, assim como das dinâmicas institucionais e políticas internas. Estas políticas têm ainda sido influenciadas pela política internacional em matéria do ambiente. Especialmente importantes são os períodos que antecedem e procedem uma cimeira internacional, nos quais o país elabora e divulga instrumentos de política relevantes. Aqui destaco a primeira e segunda comunicação sobre as mudanças climáticas, o relatório para Cimeira Rio+20 e o Intended Nationally Determined Contribution (INDC) apresentado na COP21 de Paris.

Relativamente ao INDC, o contributo do país para a redução de emissões centra-se em setores prioritários como a energia, os transportes, os resíduos, a agricultura, a floresta e outros usos do solo. É no sector da energia, no entanto, que se espera um contributo significativo através da promoção de energias renováveis, estimando-se uma redução média de emissões na ordem de 600-700 tCO₂eq/ano.

Quadro resumo do INDC, ER e EE

Energias Renováveis		Eficiência Energética
<i>Compromisso incondicional</i>		
Atingir 30% da taxa de penetração na rede elétrica	2025	Diminuir para 10% a procura da energia, tendo em conta o cenário de base até 2030
<i>Com apoio internacional</i>		
Aumentar a taxa de penetração na rede elétrica para 100%	2025	Diminuir para 20% a procura da energia, tendo em conta o cenário de base até 2030
<i>Com grande esforço</i>		
Atingir uma taxa de penetração na rede elétrica de 100%	2020 em 3 etapas: i) 35% (2016-2018) ii) 50% (2018-2020) iii) 100% (2020-2025)	Diminuir para 20% a procura da energia, tendo em conta o cenário de base até 2030

Fonte: INDC Cabo Verde (2016)

Sendo Cabo Verde muito vulnerável aos impactos das alterações climáticas, o país tem também dado especial atenção às políticas de adaptação, abrangendo áreas prioritárias como os recursos hídricos, o setor agro-silvo-pastoril e do turismo e as zonas costeiras. Existem muitos casos de ações de co-benefício com a mitigação, como é o caso da bombagem de água através de painéis solares para a agricultura.

Bombagem de água através de painéis solares para a agricultura



Fonte: Luzia Oliveira (2011)

O abastecimento energético com segurança e fiabilidade, assim como a garantia de uma taxa de cobertura total a preço acessível, constituem um grande desafio num país quase totalmente dependente de fontes de energia primária.

A taxa de população com **acesso à energia elétrica** ronda atualmente os 85%. É na restante franja, que ainda não dispõe de energia elétrica, que as energias renováveis poderão ser uma alternativa para atingir a cobertura total. Existe uma política ativa nas energias renováveis, cuja taxa de penetração na rede elétrica situa-se hoje à volta dos 25%, mas que se perspetiva que atinja os **100% em 2020**. É suposto que a concretização desta ambiciosa meta seja conseguida com um conjunto de medidas de eficiência energética e o envolvimento das famílias, do sector público e das empresas.

A vulnerabilidade económica de Cabo Verde pode inviabilizar esta política de promoção das energias renováveis. Este é um país que possui uma economia frágil, em que predomina o sector terciário, uma elevada dívida pública e uma fraca capacidade de geração de emprego. Tendo em conta o avultado volume de investimento inicial que as energias renováveis requerem, não disponível no país, a maioria do capital terá de vir do exterior, por via privada e/ou de parcerias público-privado, as principais modalidades adotadas até hoje.

Comunidade 100% renovável em Monte Trigo, Tarrafal



Fonte: Jornal A Semana

Outro problema é a insularidade e a exiguidade territorial. Sendo um arquipélago constituído por 10 pequenas ilhas, e com uma população de cerca de meio milhão de habitantes, os desafios com que uma política de investimento nas energias renováveis se depara são enormes. A exiguidade territorial coloca uma questão de escala, implicando que os investimentos terão de ser multiplicados para as 9 ilhas habitadas. Outra dificuldade tem a ver com a integração da rede, o que, sendo tecnicamente possível entre ilhas cujas distâncias são reduzidas, torna-se, no entanto, extremamente oneroso.

Portanto, é imperativo reforçar a implementação de políticas públicas baseadas nas energias renováveis e na eficiência energética para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa. Cabo Verde, apesar de fortes constrangimentos, deve continuar nesta senda para se poder desenvolver sustentavelmente.

Luzia Oliveira é aluna de doutoramento do **Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

A última oportunidade para os biocombustíveis no Brasil

Luiz Carlos Lourenço

 15 de março de 2017

De acordo com [Guy-Peters](#), o caminho entre as promessas políticas e as suas efetivas realizações passa necessariamente pela escolha entre dois tipos de agendas onde a demanda específica do interesse público será processada: a agenda sistemática, organizada, objetiva e não necessariamente consensuada, com resultados semelhantes a uma bacia fluvial interconectada; ou, a agenda institucional, a qual destina-se a conter conflitos ou manter apoios, destinada a acompanhar a “marcha das coisas”, com intensidade passageira, cujos pontos críticos serão alvejados apenas quando forem extremos.

Primeira fábrica de etanol 2G do Brasil



Fonte: “*Bioflex*” de [Marcusbcarmo](#) sob a licença [CC-BY-SA](#), via [Wikipedia](#)

Em [estudo comparado de 2012](#) sobre os protagonistas mundiais de etanol, concluí que, enquanto nos EUA havia uma política de Estado a título de recuperação económica e auto-suficiência energética (com volumoso apoio à investigação científica e tecnológica, extensivos ao carvão e gás de xisto), no Brasil esteve em curso apenas a prorrogação contínua de uma política setorial de exportação de etanol. Percebiam-se dimensões diversas. No Brasil, o foco era um

só tipo de biocombustível; nos EUA, visava-se atender a todas as fontes de energias renováveis.

Eis que aparece o último aviso: renascem as esperanças de afirmação dos biocombustíveis na matriz energética brasileira. Diante de mudanças estruturais de 2016, o governo brasileiro anunciou em dezembro último duas iniciativas, quase em simultâneo: o “**Combustível Brasil**”, na expectativa da retomada dos negócios relacionados ao petróleo para 2018, depauperados por escolhas estratégicas equivocadas da **Petrobras** no presente século (crescimento com forte endividamento); e o “**Renova Bio 2030**” ou “Diretrizes estratégicas para os **biocombustíveis**”, aberto a consultas públicas com vista a estabelecer um novo plano de apoio ao setor tendo por base “a previsibilidade de produção, sustentabilidade ambiental, económica e social, compatível com o crescimento do mercado”. Por ora, são iniciativas sem alguma forma legal. Porém, em 1 de Março de 2017, já entrou em vigor a obrigatoriedade de adição de 8% de biodiesel ao diesel mineral, prometendo dar continuidade à escalada dos combustíveis renováveis.

Segundo a **UNICA**, principal entidade da classe produtora de açúcar e etanol, o governo comunicou a intenção de passar da atual produção de 27 milhões de litros de etanol para 54 milhões de litros até 2030. Não restam dúvidas quanto à capacitação tecnológica dos laboratórios da **Embrapa**, **CENBIO**, **CTBE**, **CTC**, empresas de **investigação da biotecnologia** e universidades. Entretanto, em face do acordo da COP21, a meta para este combustível líquido obriga os atores a combinar variáveis “produção” e “área”, condicionados à custosa recuperação de extensas terras degradadas pela pecuária, considerando que o **zoneamento** autorizado para plantação de cana-de-açúcar excluiu a Amazônia, o Pantanal e outras áreas, vai prevalecer.

A compensação pode vir do milho (campanhas no verão e no inverno), pois o Brasil é o **terceiro maior produtor mundial** depois de EUA e China, superando a União Europeia. Confrontado pelos concorrentes brasileiros quanto a determinadas **desvantagens para produção de etanol a partir do milho**, no início da disputa pela entrada do produto da cana nos EUA, o cereal é hoje utilizado na produção de etanol no país. Há, igualmente, a imensa oferta de biomassa para a

2ª geração de biocombustível. Tecnologia à parte, vejamos a dinâmica socioeconómica dessa atividade industrial até aqui.

Posto típico de combustível no Brasil, com fornecimento de álcool (marcado A) e gasolina comum (marcada G)



Fonte: “Posto típico da Petrobras em São Paulo” de *Mariordo* sob a licença CC BY, via Wikipedia

Condições preliminares

Após a expansão vertiginosa do sector agroenergético no início deste século, uma “tempestade perfeita” formou-se no horizonte dos canaviais brasileiros com a crise financeira de 2007 a 2009. Desde o início do mandato do Presidente Lula, em 2003, houve intensa mobilização diplomática, particularmente junto ao Presidente Bush dos EUA, para tornar o etanol uma commodity e oferecer cooperação tecnológica aos países emergentes tropicais.

Ao amparo da estrutura empreendedora da Petrobras, que criou em 2008 uma subsidiária exclusiva para biodiesel, ao tempo que explorava o petróleo da camada do **pré-sal**, as principais comercializadoras multinacionais de grãos (ADM, Bunge, Cargill e L.Dreyfus – igualmente conhecidas por “**Grupo ABCD**”) expandiram sua atuação no sector acompanhadas por grupos industriais especializados (**Shell**, **British Petroleum**, **Toyota**). Certamente, a motivação maior era atender ao mercado de consumo de etanol nos EUA. Logo, adquiriram usinas, associaram-se, verticalizaram o sector da produção à distribuição. Construíram

plantas de etanol inteiramente novas (“*greenfield*”), pois contavam, ainda, em suprir a constante demanda por energia elétrica no Brasil, em déficit há uma década, e já dependente de termoelétricas.

Desse modo, o tradicional usineiro nacional, herdeiro da figura escravista do “senhor de engenho” (rebatizado no governo Lula de “**herói do agronegócio**”), transferiu, em média, um terço dos ativos para o controle do capital estrangeiro. As estratégias multinacionais trouxeram escala para a mecanização e consolidaram 40% da comercialização da cana-de-açúcar.

Cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: “**Plantação de cana pronta para a colheita, São Paulo**” de Mariordo sob a licença CC-BY-SA, via Wikipedia

A crise financeira

Beneficiado pela estabilização do real após a especulação monetária de 2002 e pelo crescente acesso ao consumo por classes de baixa renda, o sector automobilístico no Brasil cresceu em média 15% ao ano entre 2004 e 2007. Valeu-se de haver introduzido em 2003 motores “**flex fuel**”, pelo qual o consumidor pode optar pelo combustível conforme a relação preço/consumo. Em 2010, chegou a produzir mais de 3,5 milhões de veículos, a maior quantidade desde 1957. Contudo, veio a crise financeira, suspendeu encomendas aos fornecedores e ameaçou desempregar; tão logo as vendas caíram 23,7% em 2008. O sector de autopeças reduziu seus investimentos em 70% no ano seguinte.

De imediato, o governo reduziu impostos entre 2011/2014 para incentivar a compra de veículos de baixa cilindragem e ampliou o crédito de longo prazo para a renovação da frota de carga. Afinal, em um país desprovido de infraestrutura para mobilidade urbana, com 15 zonas metropolitanas acima de 2 milhões de habitantes (IBGE, 2016), a procura por motocicletas, veículos novos ou usados foi generalizada.

Inflação e desemprego encerraram, a partir de 2015, o tratamento anticíclico. Como parte do negócio, as estiagens de 2010, 2013 e 2014 e as geadas em 2012 e 2015 afectaram a produtividade canavieira. Novas espécies estão a ser desenvolvidas para resistir a pragas e ao défice hídrico, mas não poderão escapar de recorrentes chuvas em excesso. De outra parte, o excedente da oferta mundial forçou a queda dos preços do açúcar, o que comprometeu o endividamento das empresas. Sob a lógica do curto prazo caiu o valor dos ativos das usinas com o fechamento de 85 usinas. Desde 2008, foram registados 79 pedidos de recuperação judicial, inclusive em nome das recém-chegadas Shree Renuka (Índia) e Abengoa (Espanha).

Evolução da produção de cana, açúcar e etanol no Brasil entre 2000 e 2017



Fonte: MAPA

Contexto em 2017

Os plantadores com capacidade operacional colheram a melhor campanha de sempre na cana-de-açúcar. Na safra 2016/2017, a área ocupou 9,1 milhões de hectares (equivalente ao território continental português) e proporcionou 694,5 mil toneladas (respectivamente, 5,3% e 4,4% a mais do que 2015/2016), pois o

preço baixo obriga ao aumento do volume de vendas. Toda a produção brasileira foi processada neste último verão por 353 usinas (das quais 106 produzem só etanol, 16 só açúcar, e as demais são mistas), enquanto 25 outras usinas ficaram inativas, a grande maioria localizada no Centro-Sul, sobretudo São Paulo.

Dentre as justificativas do Renova Bio consta o acordo do Brasil na COP 21, em Paris, de 2015, para reduzir emissões de GEE em 37% até 2025, em 43% até 2030, bem como restaurar 12 milhões de hectares em florestas. Servirá este programa como um seguro, ou seja, uma forma de mitigar os eventuais riscos de um descumprimento daquele compromisso, visto que **persistem focos de incêndios** em todo o território, com alternâncias do total de áreas afectadas ano a ano: houve 188 mil eventos em 2016, isto é, 8% acima da média.

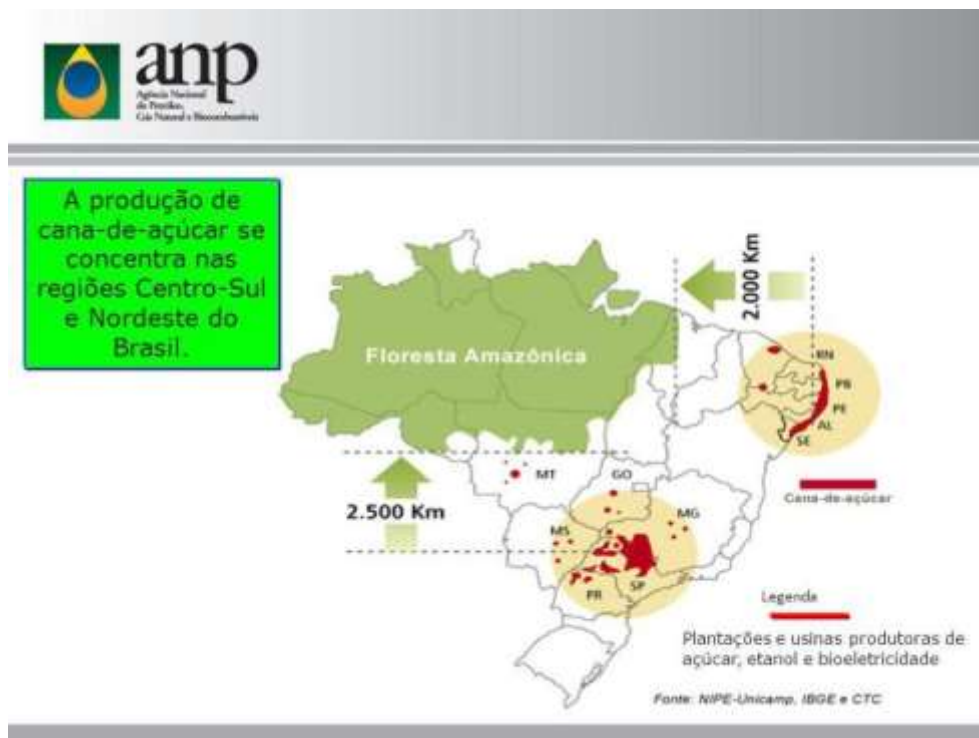
Por parte do Estado têm sido insuficientes a prevenção, o controlo e a penalização (lentidão da justiça) do crime ambiental. Estima-se em 7.989 km² (1,5 vez a área do Algarve) a superfície desmatada na chamada “**Amazônia Legal**” (5,2 milhões km²), apenas em 2016, um aumento de 29%, embora 71% menor do que a taxa registada em 2004, quando começou o **Plano de Prevenção e Controle do Ministério do Meio Ambiente**. Isso depende de ação coordenada entre autoridades federais e estaduais.

O mesmo **risco** ocorre no bioma Cerrado, um ecossistema originalmente de vegetação baixa distribuída entre arbustos e gramíneas, que cobre o relevo referido pela literatura como “sertão”, o imenso interior agreste. Incorporadas ao território nacional desde o primeiro quartel do século XVIII, essas áreas foram ocupadas, sobretudo, desde os anos 1970, com apoio governamental, por pequenos agricultores vindos do sul do país. Vizinho na fronteira oeste ao Pantanal e à Amazônia, o bioma tem uma superfície de 2,2 milhões km², abrangendo o Planalto Central, onde se situa Brasília, a capital federal. Não obstante sua biodiversidade, concentra extensas culturas de soja, algodão, milho e cereais vários, e, ainda, eucalipto, seringueira, café, e a pecuária de corte (zebuína, taurina e raças híbridas), além da cana-de-açúcar.

Num bioma ou noutro, é forte a busca generalizada por novas áreas de produção. Na verdade, o fenómeno deriva da forte valorização das terras para lavoura no país, em diversas regiões produtoras, cujos **preços subiram**, em média, 308% entre 2002 e 2013. Estudo da Assessoria Estratégica do Ministério da Agricultura

informa que o hectare-padrão custava em média R\$ 10 mil (aproximadamente € 2.940).

Áreas geográficas da produção de cana-de-açúcar no Brasil



Fonte: ANP-Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis

Perspectivas dos atores

Para o sector importa a definição antecipada de uma meta (mandato legal), pleito que remonta às diretrizes da “**Environment Protection Agency Act**”, de 2005, e a **lei de segurança e independência energética nos EUA**. Estas estabeleceram o consumo de 36 bilhões de galões de etanol em 2022, distribuídos entre biocombustíveis ‘convencionais’ (milho) e os ‘avançados’, como a cana-de-açúcar, celulósico ‘biomassa’, biodiesel e outros. No Brasil, os produtores anseiam por um marco institucional na forma de um mandato do governo federal, pois a racionalidade económica exige previsibilidade. Ao mesmo tempo cabia tentar, na esfera das autoridades estaduais, harmonizar na federação as **alíquotas do imposto sobre vendas**, a exemplo do que fez São Paulo ao baixar de 12% para 7%. Mas, favorecer o consumidor conflita com a redução de receitas, que não está na ordem de prioridades dos atores políticos regionais.

O mandato será útil para o Estado, pois o planeamento é considerado “uma ferramenta de *desenvolvimento económico* no Brasil”, como refere o **Banco Mundial**, escola atribuída ao economista Celso Furtado (*Plano de Metas*, 1956), formatado na CEPAL, onde ainda hoje constitui área de trabalho. Na relação automóvel-petróleo no Brasil os preços da gasolina, gasóleo e gás veicular nunca foram livres, mas “administrados”, instrumento auxiliar à política monetária.

No Brasil, o Estado é indutor de suporte à agricultura familiar e empresarial (**Proálcool**, **PNBio**); e, também, é regulador e interventor por meio da Petrobras (um *quasi* monopólio de capital aberto criado em 1953) e da cobrança da “**Contribuição de Intervenção sobre o Domínio Económico**”, criada em 2002, e que foi simplesmente anulada até abril 2015 na formação do preço da gasolina. Que se possa confirmar a nova nomenclatura de “imposto ambiental” para este tributo.

Está-se diante da última chance para se rever o privilégio dos fósseis. Na prática, são inexistentes serviços de transporte público movido a renováveis nas cidades brasileiras. Acham-se autocarros na Europa, mas não em São Paulo, centro produtor do etanol. De facto, não se imaginam os benefícios socioeconómicos que ações em prol de uma economia sustentável irão gerar, sobretudo na saúde pública. O Renova Bio, após 40 anos, acena com um inédito “diálogo com transparência”, contrariando decisões *top-down*, e, sobretudo, com a chave da equidade no tratamento dos diversos biocombustíveis, condições favoráveis à inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, maior inclusão de indivíduos e instituições, no presente e as futuras gerações. Que vá além da retórica.

Luiz Carlos Lourenço é investigador na Universidade de Brasília e autor convidado do **Blogue ATS**.

Luiz Carlos Lourenço- Este texto compõe material de investigação do autor sobre as políticas públicas para energias renováveis no Brasil como parte de seu projeto de pós-doutoramento de comparação das agendas da União Europeia e Brasil para a nova economia verde.

Políticas públicas climáticas, petróleo e gás: Portugal, Espanha e Marrocos e a insanidade institucional

João Camargo

 11 de abril de 2018

Nas políticas públicas regionais, nacionais, autonómicas e municipais de Portugal, Espanha e Marrocos há um reconhecimento inequívoco da existência de aquecimento global e das alterações climáticas, da origem humana dos mesmos e da fonte principal do dióxido de carbono: a combustão do petróleo, do gás e do carvão. Esse reconhecimento deu origem a leis, estratégias, planos, programas e agências nos três países: por exemplo, a [Estratégia Nacional Energética](#) de Marrocos, que define que até 2020 42% de toda a energia elétrica do país venha de fontes renováveis, o [Programa Nacional para as Alterações Climáticas de Portugal](#), que visa assegurar a redução das emissões de gases com efeito de estufa em 18 a 23% até 2020 e 30 a 40% até 2030 em relação a 2005 ou a [Oficina Espanhola para as Alterações Climáticas](#) e o [Conselho Nacional do Clima](#) em Espanha. A nível autonómico é possível ver, por exemplo, a [Lei Catalã para as Alterações Climáticas](#) e a nível local as [estratégias municipais de adaptação às alterações climáticas](#) em Portugal.

Quanto mais se desce na escala do poder político, partindo da União Europeia (no caso de Portugal e de Espanha), para os governos centrais, os governos regionais e, finalmente, os municípios, a efetividade das leis, e a sua necessária radicalidade face ao cenário das alterações climáticas, vai-se acentuando. Mas há reconhecimento por parte de todas as estruturas de governação daquilo que é o fundamental do processo que deu origem às alterações climáticas, partindo diretamente da queima de combustíveis fósseis até à alteração da composição atmosférica, aumentando a energia e o calor na atmosfera e, consequentemente, de todos os ecossistemas terrestres. Também há um reconhecimento inequívoco por parte de todas as estruturas de governação da particular vulnerabilidade do território mediterrânico – onde se inserem os três países – aos impactos das alterações climáticas, em particular do avanço do deserto do Saara e do aumento

da aridez que inviabilizará muitas das atividades humanas hoje desenvolvidas nestes territórios.

Não obstante, existe, em primeiro lugar, uma desconexão total entre, por um lado, o reconhecimento das causas do aquecimento global e as alterações climáticas e, por outro, as ações necessárias para travá-las (perceptível até à escala da governança global, como são exemplo os relatórios do Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas das Nações Unidas, com um gigante vazio entre diagnósticos e propostas de resolução efectivas). Essa desconexão ajuda a explicar a debilíssima estratégia internacional de combate às alterações climáticas, vergada e vergada, década após década, aos interesses das empresas petrolíferas e energéticas em geral. O próprio Acordo de Paris dá exemplo disso, ao colocar como objetivo um aumento de temperatura entre os 1,5°C e os 2°C até 2100 sem estabelecer o que quer que seja além de propostas individuais dos próprios países no sentido de reduzirem as suas emissões. O aumento da temperatura em 1,5°C será atingido provavelmente em 2022 e o aumento de temperatura em 2°C em 2037. A presunção de que 2°C representam de alguma maneira uma medida de segurança é uma espécie de roleta russa civilizacional, já que esse aumento de temperatura levará ao desaparecimento do gelo no Ártico e ao degelo da Gronelândia.

Ocupação da mina de carvão de Hambach pelo movimento Ende Gelaende, durante a COP-23 na Alemanha



Entretanto, mais em Portugal e Marrocos do que em Espanha, existe uma grande propaganda política à volta da questão do combate às alterações climáticas, com profusa legislação a todos os níveis, presunção de *mainstreaming* com integração da questão em todos os sectores. Em Portugal, o governo anterior executou um reforma fiscal “verde”, cuja principal medida foi a taxaçaõ sobre os sacos de plástico, e o atual governo apresentou, na cimeira do clima COP-22 em Marrocos, a intenção do país ser “carbono neutro” em 2050, estabelecendo para tal um roteiro para a neutralidade carbónica, distribuído pelas áreas da energia, transportes, resíduos, agricultura, florestas e uso dos solos. Marrocos projeta a sua imagem através do grande investimento em energia solar, de que é mais evidente o empreendimento tipo “Desertec” em Ouarzazate, **Noor**. Em Espanha, o governo atual mantém há alguns anos uma política altamente restritiva do desenvolvimento das energias renováveis, destacando-se o “imposto sobre o sol”, taxando severamente a produção de energia a partir de painéis fotovoltaicos, que viam um grande aumento no país há alguns anos. Não obstante, assinou o Acordo de Paris e os membros do governo não rejeitam a existência das alterações climáticas.

Mas há algo verdadeiramente estúpido nestes três países: abundantes concessões de exploração de petróleo e gás. Em **Marrocos**, em terra, existem 29 concessões petrolíferas, incluindo para exploração não convencional, seja de areias betuminosas, seja de gás de xisto por fraturação hidráulica. No mar, existem 64 concessões petrolíferas, em *offshore* e *ultra-deep offshore*. Em **Espanha** estão ativas 13 concessões *offshore* (em Málaga, Bacia de Cádiz, Tarragona e Donostia/S. Sebastian) e 35 concessões em terra. Em Portugal estão ativas 2 concessões em terra (Batalha e Pombal – Bacia Lusitânica) e 3 no mar (Lavagante, Santola, Gamba – Bacia do Alentejo) em *offshore* e *ultra-deep offshore*.

No caso concreto de Portugal, apenas uma contabilidade criativa permitirá alguma vez dizer que se tem como objetivo a neutralidade carbónica quando se tem uma política pública de aumento inequívoco de emissões de gases com efeito de estufa: a cosmética substituindo a política pública climática.

Cartaz da manifestação Enterrar o Furo, Tirar as Petrolíferas do Mar, a 14 de Abril em Lisboa



Fonte: Salvar o Clima

Apesar disso, existem alguns sinais positivos, nomeadamente vindos do **Belize**, da **Irlanda** e da **Costa Rica**, que estão a avançar legislativamente para proibir a extração de combustíveis fósseis nos seus territórios. A **Dinamarca** pretende proibir a extração em terra e a França, mais em jeito de propaganda, anuncia que a partir de 2040 acabará com a exploração de petróleo e gás.

A resistência popular a vários destes projetos fósseis faz-se devido a inúmeros problemas, o primeiro dos quais os impactos diretos dos mesmos. No entanto, é no impacto climático deste tipo de projetos que devemos identificar a maior ameaça, em particular para países tão vulneráveis às alterações climáticas. Ter uma política climática incoerente – que é aquilo que têm Portugal, Marrocos e, especialmente, Espanha – é grave. Pretender expandir a exploração de combustíveis fósseis é do campo da insanidade institucional. **A combustão de todas as reservas conhecidas de combustíveis fósseis hoje existentes no planeta levaria a uma subida de temperatura global da ordem dos 6°C.** Estas políticas institucionais propõem aumentar ainda mais estas reservas. Os conflitos institucionais entre governos locais e governo central, como no **Algarve em Portugal** contra a exploração de petróleo no mar; entre o governo regional do País Basco e o governo central em Madrid por causa do **fracking na região** ou entre o governo regional da Catalunha e o governo central em Madrid por causa da **Lei**

para as Alterações Climáticas, respondem a conflitos sociais climáticos latentes e crescentes e deverão ser a antecâmara de conflitos sociais mais amplos, com base em movimentos sociais e populares, pressionando desde baixo os poderes centrais até hoje muito mais expostos à influência e pressão das empresas petrolíferas e energéticas à escala global.

João Camargo é aluno de doutoramento do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

João Camargo está a concluir a tese de doutoramento em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), com o título “Alterações Climáticas, Nova História da Humanidade – Mainstreaming de Políticas Públicas Climáticas no Mediterrâneo, hotspot intercontinental de alterações climáticas”.

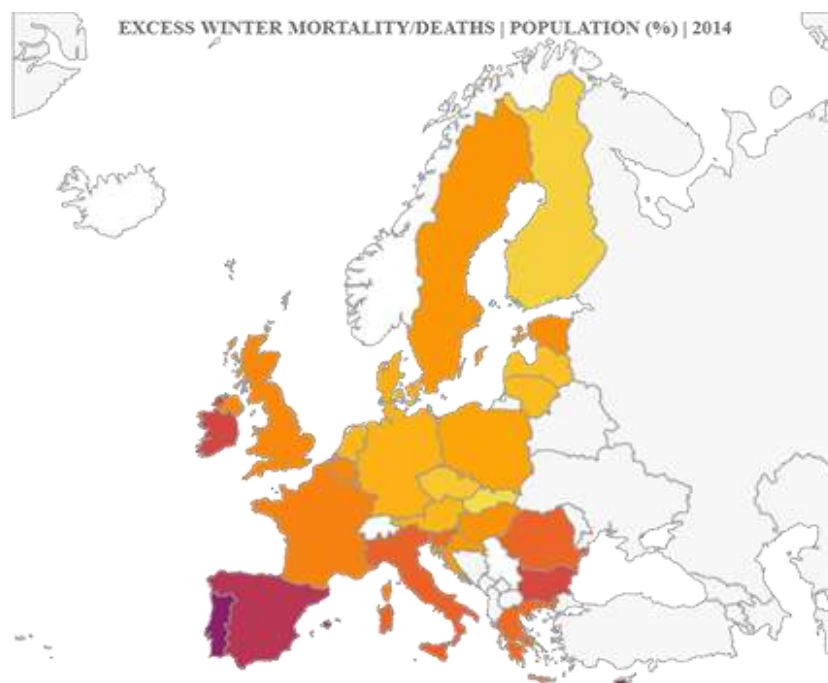
A ameaça escondida da pobreza energética em Portugal

Ana Horta

📅 27 de junho de 2018

N um dos dias mais frios deste inverno contei quantas pessoas via na rua com luvas ou gorro. Durante bem mais de meia hora pelas ruas de Lisboa só vi duas ou três. Nenhuma delas tinha simultaneamente luvas e gorro. Não era a estética dos agasalhos que me interessava. O que queria era perceber como é que os portugueses se comportam em relação ao frio. Agora que o tempo quente voltou, esta questão pode parecer descabida e sem qualquer atualidade. No entanto, se tivermos em conta que Portugal é **um dos países europeus em que o excesso de mortalidade no inverno é mais alto**, já será evidente que devíamos dar mais atenção a esta questão (Figura 1).

Figura 1 - Excesso de mortalidade no inverno, 2014
(percentagem da população)



Fonte: *EU Energy Poverty Observatory*

Nota: O verde escuro representa 0 a 6,67% da população; cada tom mais claro representa mais cerca de 7%; o tom laranja representa 26,67 a 33,33% da população. Legenda completa [aqui](#)

É paradoxal que num país com clima tão ameno a população seja mais vulnerável ao frio do que nos países da Escandinávia ou noutros do norte da Europa. No entanto, diversos fatores contribuem para explicar este aparente paradoxo, como a capacidade das populações para se protegerem do frio, que está fortemente relacionada com a pobreza energética e a reduzida eficiência térmica das habitações, os rendimentos das famílias, as desigualdades sociais ou o baixo nível de despesa pública com cuidados de saúde (Healy, 2003).

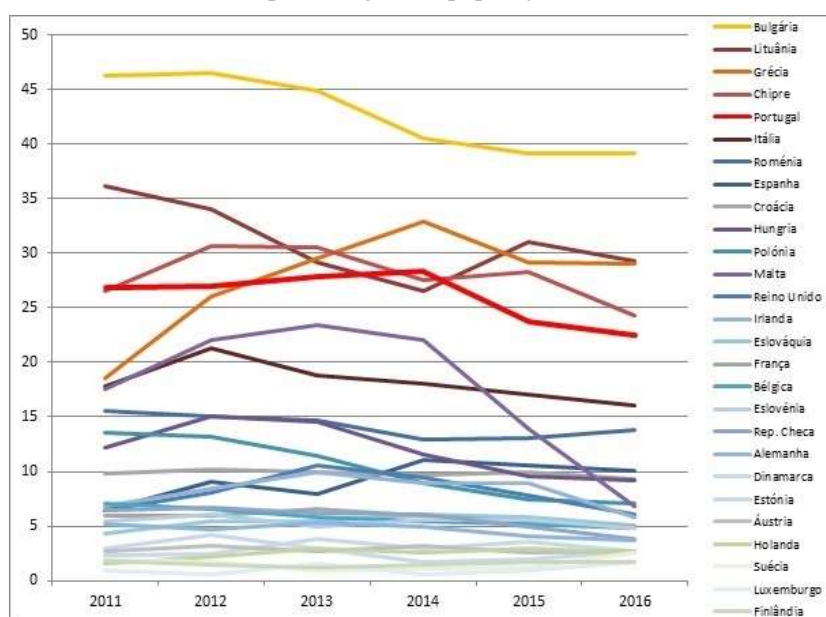
A pobreza energética é provavelmente o menos conhecido destes fatores. Trata-se de um termo ainda novo em Portugal. No Reino Unido, onde primeiro começou a ser investigado, foi objeto de considerável ceticismo político no início dos anos 90. Designado como “fuel poverty”, referia-se à incapacidade de uma família ter serviços energéticos (aquecimento, água quente, iluminação, etc.) adequados em casa por 10% do seu rendimento (Boardman, 2010). Desde então, a constatação da extensão e da gravidade deste problema foi lenta mas conduziu a que a noção de pobreza energética ganhasse finalmente atenção política. Atualmente já faz parte da agenda da União Europeia, como mostra a sua inclusão no pacote de medidas com vista à transição energética, que obriga os estados a monitorizar a pobreza energética, bem como a recente criação do Observatório Europeu da Pobreza Energética. No entanto, como ficou evidente logo nas primeiras reuniões da Ação ENGAGER sobre pobreza energética na Europa, a diversidade de situações nos diferentes contextos regionais, nacionais, socioeconómicos e culturais é tão grande que se torna difícil encontrar definições, metodologias de medida, causas e soluções comuns.

Ao contrário do que seria de esperar, mas compreensível no contexto da crise recente, a pobreza energética aumentou recentemente na Europa. Estima-se que na União Europeia afete mais de 50 milhões de famílias, com graves implicações para a sua saúde e bem-estar e também consequências negativas para a economia. O excesso de mortalidade no inverno associado à reduzida eficiência térmica dos edifícios e a baixas temperaturas em casa é atribuível a doenças cardiovasculares (40%) e respiratórias (30%), sendo que as crianças que vivem em casas frias têm o dobro da probabilidade de sofrer de diversos problemas respiratórios, a saúde mental dos que vivem em pobreza energética é também diretamente afetada, além de que problemas de saúde menores (como

constipações, gripes, artrite e reumatismo) são também exacerbados pelo frio em casa (Marmot Review Team, 2011).

Portugal tem sido um país fortemente afetado pela pobreza energética. Tendo em conta um dos indicadores mais usados, que diz respeito à vulnerabilidade das famílias ao frio em casa, Portugal é um dos países da União Europeia em que a população mais frequentemente diz não ser capaz de manter a casa adequadamente quente (Figura 2). De acordo com os resultados do *inquérito da União Europeia ao rendimento e condições de vida (EU-SILC)*, entre 2011 e 2016 cerca de 26% dos portugueses têm dado esta resposta, enquanto a média dos 28 estados-membros tem sido cerca de 10%. Em Espanha a média tem sido cerca de 9%, bem abaixo de Portugal, e em vários dos países mais frios do Norte a média tem estado abaixo dos 5%.

Figura 2 - Incapacidade para manter a casa adequadamente quente, 2011-2016
(percentagem da população)



Fonte: Eurostat, *Inquérito EU-SILC*.

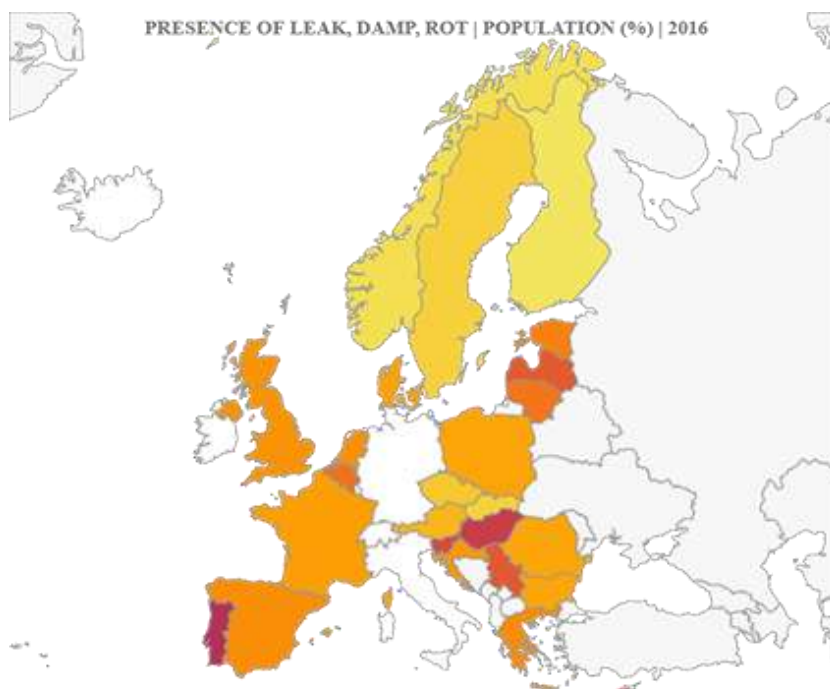
Os dados relativos a Portugal não são de modo nenhum surpreendentes se considerarmos a baixa qualidade da generalidade das habitações, o elevado preço da eletricidade e o facto de no inverno muitas famílias recorrerem a aquecedores elétricos (e não a sistemas de aquecimento central, como é comum no resto da Europa). Os aquecedores elétricos são baratos e práticos (porque podem ser ligados a qualquer tomada elétrica e são móveis), mas têm um consumo

energético relativamente muito elevado. Se um aquecedor destes estiver ligado dez horas por dia, pode custar **120 euros por mês** e só se consegue aquecer uma divisão da casa.

Num dos países da União Europeia em que os preços da eletricidade para os consumidores domésticos são dos mais elevados, qualquer família pensa duas vezes antes de aquecer a casa. De facto, em 2016 **Portugal foi o sexto país com preços da eletricidade mais altos** para as famílias. Aliás, os preços **têm vindo a subir** desde 2008 – ao contrário do que seria de esperar devido à concorrência entre os fornecedores de energia elétrica num mercado liberalizado.

Um outro indicador que faz parte das estatísticas da União Europeia e que tem sido dos mais usados para aferir a eficiência térmica dos edifícios, e assim compreender a extensão da vulnerabilidade à pobreza energética, é a presença de falhas nos telhados, humidades nas paredes, nos pisos e nas fundações dos edifícios e ainda apodrecimentos nas janelas e nos pisos.

Figura 3 - Presença de falhas nos telhados, humidades nas paredes, pisos e fundações e apodrecimento nas janelas e pisos, 2016
(percentagem da população)



Fonte: *EU Energy Poverty Observatory*

Nota: O verde escuro representa 0 a 10% da população; cada tom mais claro representa mais 10%; o tom amarelo representa 30 a 40% da população. Legenda completa [aqui](#)

A este respeito Portugal foi em 2016 o país da União Europeia em que mais pessoas afirmaram viver em habitações com estes problemas (Figura 3).

Outras características das habitações como a falta de isolamento térmico nas paredes, nos telhados e nos pisos e janelas pouco adequadas (sem vidros duplos, por exemplo) têm sido também identificadas entre as causas da elevada prevalência de pobreza energética em Portugal (Bouzarovski, 2014).

Apesar de a pobreza energética ser associada principalmente ao frio em casa, diz também respeito à incapacidade de arrefecimento da habitação quando o tempo está quente – o que em Portugal afeta potencialmente um número ainda maior de habitações do que a necessidade de aquecimento (Simões *et al.*, 2016).

Neste cenário desolador, como se comportam os portugueses face ao frio? Culturalmente o frio parece ser desvalorizado, e assim tende a ser considerado normal ou socialmente aceite ter algum frio em casa no inverno, embora com consequências para a saúde que podem ser terríveis. Neste contexto, torna-se ainda mais difícil dar visibilidade e reconhecimento público a um problema que não é fácil de resolver.

O ICS-ULisboa está atualmente a participar num projeto coordenado pela ADENE – Agência para a Energia sobre este problema – a Medida “LIGAR – Eficiência Energética para Todos!”, financiada pelo PPEC 2017-2018 – e, em breve, poderá saber-se mais sobre a pobreza energética em Portugal.

Ana Horta, investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e membro da Ação COST European Energy Poverty: Agenda Co-Creation and Knowledge Innovation (ENGAGER 2017-2021).

Energias renováveis e qualidade da paisagem

Ana Delicado e Luís Silva

 18 de julho de 2018

As energias renováveis são um dos itens da **Estratégia Europa 2020**, tendo sido definida uma meta global de 20% no consumo de eletricidade proveniente de fontes renováveis. Em Portugal, o objetivo sempre foi mais ambicioso, a saber, chegar a 2020 com 31%. Entre os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas também se encontra um respetivo a energias renováveis e acessíveis, que estabelece a meta de aumentar substancialmente a participação de energias renováveis na matriz energética global até 2030.

Os dados mais recentes indicam que Portugal está no bom caminho para atingir estas metas, uma vez que, em 2016, o peso das energias renováveis no consumo total de energia já se cifrava em 28,5% (**Eurostat**) e chegava mesmo aos 72% quando se considera apenas o consumo de energia elétrica (**INE**). Tal deve-se, sobretudo, à energia hídrica (responsável por 51% da energia renovável gerada), seguida pela energia eólica (37%) e, a uma larga distância, pelas energias térmica e geotérmica (10%) e, finalmente, pela energia fotovoltaica (apenas 2%).

Barragens, parques eólicos, incineradoras de biomassa (com e sem cogeração) e centrais solares (térmicas e fotovoltaicas) tornaram-se elementos frequentes nas paisagens rurais (e, às vezes, não tão rurais assim) portuguesas. Impactos visuais, mas também sonoros, ambientais e mesmo sociais não têm deixado de se fazer sentir, suscitando, por vezes, a resistência das populações locais e de ambientalistas.

A Ação COST TU 1401: Renewable Energy and Landscape Quality (**RELY**), financiada pela Comissão Europeia, visa criar paisagens de energias renováveis sustentáveis, compreender melhor como a proteção e a gestão da paisagem na Europa pode conciliar-se com o estabelecimento de sistemas de produção de energias renováveis, e contribuir para uma transformação socioambiental sustentável dos sistemas de energia, através de um intercâmbio de

conhecimentos a nível internacional sobre o estudo e a avaliação de medidas suscetíveis de mitigar os impactos das infraestruturas energéticas na paisagem.

Esta rede europeia de ciência e tecnologia especializada nas energias renováveis foi constituída em outubro de 2014 e terminará em outubro de 2018. Reúne, atualmente, mais de 200 participantes, oriundos de 34 países europeus e 3 países não europeus (Albânia, Canadá e Israel), muitos investigadores e docentes universitários (de diversas disciplinas, como arquitetura paisagística, engenharia, geografia, sociologia, antropologia, ciências da comunicação), mas também representantes de empresas, organizações não-governamentais ou departamentos da administração central.

A rede organiza-se em quatro grupos de trabalho: Sistemas de produção de energias renováveis e impactos na qualidade da paisagem; Sensibilidade da paisagem e potencialidades para produção de energia renovável; Aspetos socioculturais da sustentabilidade da produção de energia renovável; e Síntese das conclusões e divulgação.

Ao longo dos últimos cinco anos, esta rede procurou combinar conhecimento académico com o conhecimento prático de *stakeholders* e decisores, focando-se tanto no planeamento e na perceção da paisagem como nas controvérsias de localização e envolvimento público com as tecnologias de energia. Tal materializou-se em publicações conjuntas, incluindo textos científicos (como este [artigo](#) resultante do Grupo de Trabalho 2) e *policy papers*, apresentações em conferências, uma exposição itinerante, um [glossário](#) traduzido nas diversas línguas (28, incluindo o Esperanto) e um arquivo fotográfico, bem como em várias Escolas de Verão, missões científicas de curta duração e palestras online.

A primeira das duas reuniões anuais da rede teve lugar no ICS-ULisboa na Primavera de 2015.

Entretanto, foram produzidos alguns avanços no conhecimento sobre o tema em questão, como a identificação de boas práticas ou práticas inteligentes de casamento entre infraestruturas energéticas e paisagem e a criação de uma tipologia, análises comparativas com base em informação estatística e questionários aplicados pelos parceiros, a inventariação e revisão crítica da

abundante literatura da área, assim como a recolha de ferramentas de participação pública e de planeamento inovadoras nos diferentes países.

Membros da rede COST RELY em Lisboa, 2015



Fonte: *COST RELY*

Os conhecimentos obtidos estão vertidos num livro, intitulado *Renewable Energy and Landscape*, a publicar em Berlim pela Jovis em setembro de 2018 (ISBN 978-3-86859-524-6).

Dois dos resultados principais da Ação foram o desenvolvimento de mapas participativos que permitem identificar os melhores locais para a implantação de infraestruturas energéticas e de uma árvore para a tomada de decisões para selecionar as melhores ferramentas de planeamento.

Outrossim, verificou-se que, no que concerne à energia eólica, as preocupações com a paisagem são um fator importante em todos os países europeus, mas as questões socioeconómicas também são significativas, especialmente nos países do Leste e do sul da Europa.

A participação nesta rede proporciona excelentes oportunidades de aprendizagem, de trabalho em colaboração transdisciplinar, de estabelecimento de contactos com colegas e instituições diversas, e de formação de consórcios para candidaturas a novos concursos de financiamento, algumas bem sucedidas, como é o caso do projeto *PEARLS Planning And Engagement Arenas For Renewable*

Energy Landscapes, financiado pelo Horizon 2020 MSCA RISE, em que o ICS-ULisboa participa e que acaba de ter início. Acima de tudo, permite o acesso a experiências e práticas de outros contextos que ficámos com vontade de replicar em Portugal e noutros países às escalas europeia e mundial.

Thy, Dinamarca



Fonte: Fotografia de Bela Munkácsi, banco de imagens da Ação COST RELY

A título de exemplo, referimos o trabalho do James Hutton Institute (Aberdeen, Reino Unido), que desenvolveu uma tecnologia de visualização de paisagens futuras, o **Virtual Landscape Theatre**. Através de um ecrã curvo onde são projetadas modelizações por computador, as populações locais podem experienciar as paisagens como são na atualidade e como ficarão uma vez implantadas as infraestruturas energéticas. Podem mover-se através desta simulação, acrescentar ou modificar elementos (por exemplo, a dimensão, cor e localização de turbinas eólicas), visualizar informação relativa a velocidade do vento, propriedade das terras, riscos de inundação, património cultural. Podem ainda exprimir a sua opinião através de um dispositivo de votação eletrónico. Esta é uma forma de promoção do envolvimento do público no planeamento das energias renováveis que favorece uma tomada de decisão informada, em linha

com os princípios do Conselho da Europa relativamente à **Convenção Europeia da Paisagem**, que o nosso país assinou em 2005.

Ana Delicado é socióloga e investigadora do GI Ambiente Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Luís Silva é antropólogo e investigador do Centro em Rede de Investigação em Antropologia investigador no Centro em Rede de Investigação em Antropologia (CRIA) da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade NOVA de Lisboa (*CRIA-NOVA FCSH*).

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

CIDADES, HABITAÇÃO E PLANEAMENTO URBANO



© Simone Tulumello

Introdução

Este capítulo reúne quinze contributos que, a partir de perspetivas e olhares distintos, correspondem a reflexões críticas centradas em temas relacionados com dois domínios de intervenção pública: as políticas de habitação e o planeamento urbano.

Na sua diversidade, os vários textos reconstituem contextos (sobretudo a crise financeira iniciada em 2007/8 e as políticas de austeridade que se lhe seguiram), identificam fontes de influência de ideias e referenciais de ação pública (com destaque para as agendas de organizações internacionais e supranacionais), e apresentam situações e políticas de outros países (Palestina, EUA, Itália, China, Dinamarca, Reino Unido), que permitem aprofundar uma visão mais reflexiva sobre aspetos essenciais para a compreensão do presente e a delineação do futuro da sociedade portuguesa. Sem pretensão de exaustividade, salientaremos três aspetos.

Em primeiro lugar, as tensões e os conflitos que se verificam no âmbito das políticas de habitação e do planeamento urbano entre saberes e práticas com distintos graus de institucionalização, entre atores com diferentes motivações (políticos, técnicos, ativistas), entre interesses divergentes ou mesmo antagónicos e formas de planeamento e governança territorial e multinível que se desejam colaborativas e inclusivas, entre políticas nacionais e dinâmicas locais de base comunitária.

Em segundo, a ideia de construção de futuros urbanos encarada simultaneamente como um desígnio inescapável face às realidades insustentáveis e de injustiça que caracterizam as nossas cidades e os processos políticos e socioeconómicos que as produzem, e como desafio à capacidade de o conhecimento científico e os membros da comunidade académica contribuir para, em conjunto com outros tipos de conhecimentos e de atores, identificarem

vias possíveis de transição para formas de desenvolvimento mais sustentáveis e justas.

Finalmente, e em terceiro lugar, o papel que a investigação crítica baseada em análises rigorosas, comparativas e de longa duração pode desempenhar na identificação de vias de transição e transformação no sentido salientado no parágrafo anterior, reformulando concetualmente antigas agendas de pesquisa, dando visibilidade a temas tradicionalmente pouco valorizados (p.e., habitação rural) ou abrindo espaço para o estudo de novas relações (p.e., cinema e cidade), iluminando zonas de sombra do ponto de vista do conhecimento científico.

No seu conjunto, estes quinze *posts* refletem as preocupações de uma equipa pluridisciplinar que, olhando as cidades a partir de interesses tão distintos – das competências técnicas dos planeadores à segurança urbana, do direito de habitar às iniciativas de cooperação intermunicipal, das “ilhas” do Porto à produção cinematográfica sobre espaços urbanos – visa compreender melhor a complexidade e os fatores críticos dos atuais processos de urbanização e, desse modo, tornar mais legíveis as tendências em curso, com as suas limitações, contradições e potencialidades, e fornecer informação útil para todos os que desejam cidades (e sociedades) com futuro.

João Ferrão

João Ferrão é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Lista de posts

O(s) estado(s) da habitação em Portugal e na Dinamarca <i>Sónia Alves</i>	348
A Habitação regressa à agenda política? <i>João Ferrão</i>	354
A recuperação das “ilhas” no Porto: partir as gavetas para repensar o espaço comum <i>Roberto Falanga e Aitor Varea Oro</i>	360
Mobilizar as mais-valias do planeamento a favor da construção de habitação económica? <i>Sónia Alves</i>	366
Habitação para todos? <i>Dulce Freire e Pedro Namorado Borges</i>	372
A crise na Área Metropolitana de Lisboa: entre austeridade nacional e respostas locais <i>Simone Tulumello</i>	378
Not in planning’s name? Lessons from Israel/Palestine <i>Marco Allegra</i>	381
Novas agendas urbanas <i>João Ferrão</i>	385
Segurança urbana, poder local e (des)centralização entre Lisboa e Memphis <i>Simone Tulumello</i>	390
Trauma e resiliência após um sismo: o exemplo de Amatrice, Itália <i>Ana Sofia Ribeiro</i>	395
Os veículos elétricos de baixa velocidade estão a influenciar a urbanização de alta velocidade na China <i>Dennis Zuev</i>	398
O cinema e a cidade na Cinemateca Portuguesa <i>Mariana Liz</i>	403
Do planeamento colaborativo: artefacto ou artifício? <i>Sebastião M. F. Bhatt</i>	407
Portugal, o novo Eldorado dos processos participativos? <i>Roberto Falanga</i>	411
Eixo Verde e Azul: intermunicipalidade em ação na Área Metropolitana de Lisboa <i>Luís Balula</i>	417

O(s) estado(s) da habitação em Portugal e na Dinamarca

Sónia Alves

 20 de outubro de 2016

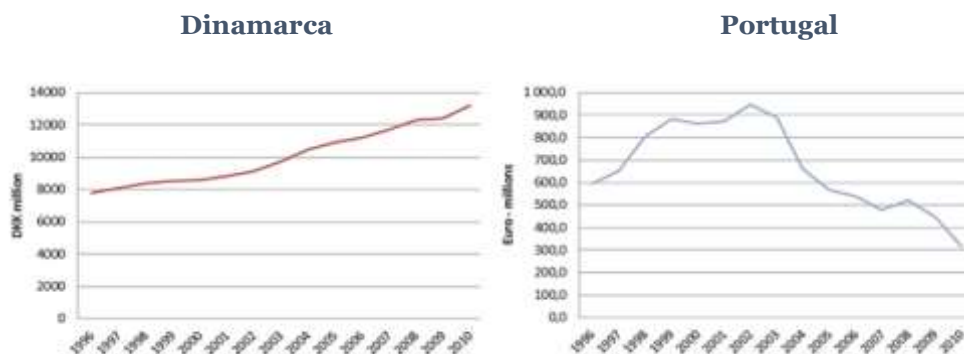
Num *post* anterior salientei a importância dos estudos de análise comparada internacional para um conhecimento mais aprofundado do que existe de diferente e de semelhante entre países do ponto de vista da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas. Com o objetivo de contribuir para o debate sobre as políticas de habitação em Portugal, discuto agora alguns dos resultados de uma *investigação produzida sobre os sistemas de habitação em Portugal e na Dinamarca*. O objetivo é mostrar como fatores de natureza ideológica e política explicam a trajetória divergente dos sistemas de habitação ao nível internacional. Em causa está não apenas o nível da despesa do estado com a habitação, mas os objetivos e as lógicas que orientam essa intervenção e, como resultado, a extensão, qualidade e composição social dos vários segmentos de habitação.

Estado, habitação e sociedade

Apesar da habitação ser um bem de primeira necessidade e uma componente fundamental na qualidade de vida das famílias, ela ocupa uma posição muito variável nos gastos dos estados, entre países, e num mesmo país ao longo do tempo. A comparação das despesas dos estados português e dinamarquês com a habitação entre 1996 e 2010 permite observar uma ação oposta neste domínio (Figura 1).

Enquanto na Dinamarca as despesas com a habitação, que correspondem a 2% do Produto Interno Bruto (PIB), têm vindo a aumentar, dirigindo-se sobretudo ao apoio à construção de habitação para arrendamento sem fins lucrativos e a subsídios à renda; em Portugal, desde 2002, as despesas do estado em habitação têm vindo a diminuir situando-se atualmente no valor de **0.1% do PIB**.

Figura 1 - A evolução dos gastos do estado com a habitação em Portugal e na Dinamarca no período de 1996 a 2010



Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal); Statistics Denmark (Dinamarca)

Como resultado de diferentes soluções, em termos de despesa pública e de lógicas de intervenção do estado com a habitação, observam-se contrastes expressivos na estrutura de ocupação e na qualidade do *stock* de habitação entre países. Na Dinamarca, à semelhança do que acontece em países com Estado-providência fortes e com grande prosperidade económica (e.g. Alemanha, Holanda, Suíça), onde existe uma forte regulação dos mercados de habitação, o sector de arrendamento representa cerca de metade do total do *stock* de habitação. Em Portugal, à semelhança do que ocorre na generalidade dos países do sul da Europa, e mais recentemente da Europa de leste onde a habitação social foi privatizada, o sector de arrendamento social é reduzido e tem vindo a diminuir (Figura 2).

Figura 2 - Relação entre o número de proprietários/inquilinos em Portugal e na Dinamarca no período de 1960 a 2015



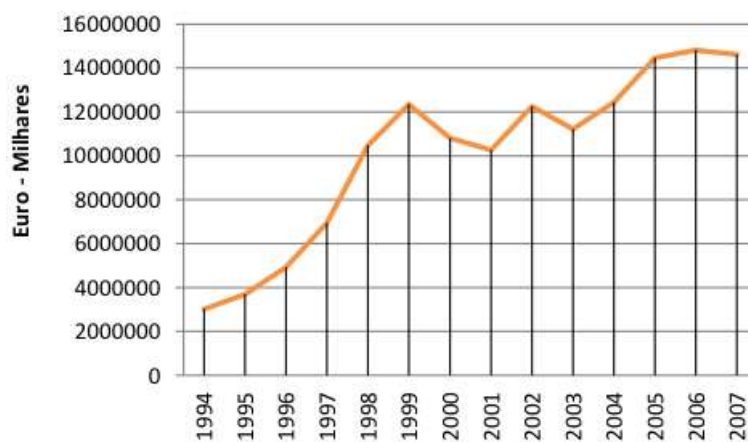
Fonte: Instituto Nacional de Estatística (Portugal); Statistics Denmark (Dinamarca)

O aumento da proporção de proprietários no total de habitação com ocupação permanente em Portugal, que corresponde a 73% do total em 2011, foi o resultado de uma política do estado de incentivo à compra da casa, em detrimento de apoio ao arrendamento.

A análise às **despesas do Orçamento Geral do Estado com a habitação entre 1987 e 2011**, num ciclo de 25 anos que envolveu governos com ideologias várias, mostra que cerca de 73% do total das despesas públicas em habitação (equivalente a 9,6 mil milhões de euros) foi dirigido ao apoio a empréstimos bancários para a construção e/ ou aquisição de habitação.

Num contexto de reduzidas taxas de desemprego e baixas taxas de juro, em que os bancos fizeram uma fraca avaliação dos riscos, o endividamento das famílias portuguesas disparou. Entre 1986 e 2013 o nível de endividamento das famílias portuguesas aumentou de **35% para 118%** do rendimento disponível, sendo uma parte significativa deste relacionada com a compra da casa.

Figura 3 - Evolução dos montantes concedidos no crédito à habitação no período de 1994 a 2007 em Portugal

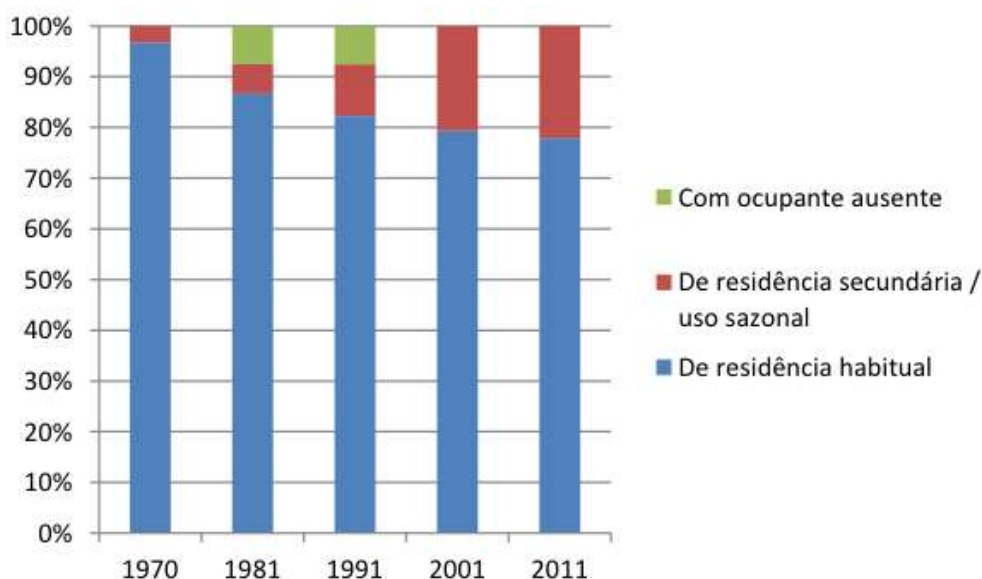


Fonte: Pordata, com base em dados da DGTF/MF

Enquanto em 1991 a proporção de ocupantes proprietários que adquiria a habitação através de crédito bancário era apenas de 14% do total, em 2011 este valor já correspondia a 43%, equivalente a 2.923.280 indivíduos (INE 2013).

Durante este período, aumentou ainda o peso da habitação de residência secundária ou de uso sazonal, por norma ocupada para fins turísticos, por famílias nacionais ou estrangeiras (Figura 4).

Figura 4 - Evolução das formas de ocupação dos alojamentos familiares clássicos de 1970 a 2011



Fonte: INE – Recenseamentos Gerais da Habitação

O peso da habitação de residência secundária ou de uso sazonal é cerca de três vezes maior em Portugal do que na Dinamarca, correspondendo, respetivamente, a 23% do total da habitação (i.e. 1.133.300 fogos, cf. INE 2012), e a 8% dos alojamentos na Dinamarca (i.e. 220.000 em 2007).

O sector de arrendamento social (que na Dinamarca é designado por arrendamento sem fins lucrativos) é substancialmente diferente entre os dois países. As diferenças não são apenas no modo como é designado, mas sobretudo na sua escala (tamanho) e no modo como é organizado, no que respeita aos agentes que o promovem (empresas privadas sem fins lucrativos no caso da Dinamarca e setor público em Portugal) e os seus beneficiários.

Em Portugal existem cerca de 120.000 alojamentos de habitação social, representando apenas 3,3% do *stock* de habitação de ocupação permanente, sendo este um sector crescentemente restrito a famílias (comprovadamente) muito pobres. Os processos de venda de fogos de habitação social aos arrendatários (por parte dos municípios e do IHRU) favoreceram a redução do sector, que revela hoje uma composição social pouco diversificada e crescentemente marcada por fracos recursos socioeconómicos.

Enquanto as políticas de atribuição de fogos em Portugal hierarquizam as famílias com base nas suas necessidades, o que implica a concentração espacial de famílias pobres (reforçando tendências de segregação socio espacial), na Dinamarca o sector de arrendamento sem fins lucrativos (que corresponde a 21% do total do *stock* de habitação) está acessível a toda a população, não sendo restrito a nenhum grupo social em função de classe social ou rendimentos. Embora a habitação, como se disse, seja acessível a todos, ela é atribuída com base no tempo em listas de espera e o estado, que providencia apoio à construção e subsídios às famílias necessitadas, tem o direito de utilizar cerca de 25% dos alojamentos vagos no sector para fazer face a situações de emergência social.

No que respeita ao sector de arrendamento privado, que tem o mesmo peso nos dois países (e.g. 20% do total de *stock* de habitação), este está em Portugal polarizado em dois subsectores quanto ao nível dos valores das rendas e da qualidade da habitação. Por um lado, mantém-se um subsector de contratos de arrendamento antigos e de duração ilimitada, que foi, durante décadas, afetado pelos processos de congelamento de rendas. A carga de regulação imposta pelo estado aos senhorios foi de tal forma elevada e prolongada no tempo que teve consequências nefastas na qualidade desta habitação. Os contratos de arrendamento antigos, que representam ainda hoje 35% de todos os contratos de arrendamento do sector privado em Portugal, têm rendas muito reduzidas (em 2011 cerca de 15% tinham rendas iguais ou inferior a 35 euros por mês). Por outro lado, no extremo oposto da regulação encontra-se o subsector dos contratos recentes em que a definição do valor das rendas e a duração dos mesmos são deixadas ao livre arbítrio e à dinâmica da oferta e da procura. Em áreas de maior procura turística (e.g. Lisboa e Porto), o resultado tem sido um substancial aumento dos preços das rendas de habitação, que se tem tornado cada vez mais inacessível a uma população da classe média-baixa.

Recomendações políticas resultantes da investigação

O colapso da bolha imobiliária e financeira mundial demonstrou, de uma forma dramática, os riscos que elevados níveis de endividamento do estado e das famílias podem representar para a população e para um país. O aumento dos preços da habitação e das tendências de polarização socio espacial nas maiores cidades tem demonstrado a necessidade de um mercado social de habitação para

promover uma maior mistura de regimes de ocupação e de valores de renda. A regulação do estado ao nível fiscal e do licenciamento, definindo, por exemplo, uma maior inclusão de fogos de baixo custo para arrendamento em áreas de expansão ou requalificação urbana, poderá ser um instrumento importante para dinamizar o sector de arrendamento em Portugal. Os mercados de habitação, que são uma construção social que reflete os valores e as relações de poder existentes numa sociedade, devem ser regulados pelo estado por forma a incorporarem preocupações com uma maior justiça social e urbana.

Sónia Alves é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

A Habitação regressa à agenda política?

João Ferrão



17 de janeiro de 2018

Conhecemos bem o poder que as organizações internacionais (ONU e as suas várias agências, OCDE, etc.) e supranacionais (órgãos da União Europeia, por exemplo) têm na formação de agendas políticas que rapidamente obtêm ressonância nas agendas mediática e mesmo científica de múltiplos países. Entre os diversos casos recentes, as alterações climáticas, a descarbonização da economia e o conceito de economia circular destacam-se pela forma rápida e eficaz como se afirmaram como questões prioritárias, temas de controvérsia no espaço público e domínios de intervenção política beneficiários de regimes específicos e particularmente favoráveis de financiamento e de fiscalidade.

Ao mesmo tempo que novos conceitos, temas e prioridades emergem ao nível global e se expandem rapidamente por um número crescente de países, outros permanecem na penumbra deste universo das “ideias e políticas que viajam”, uns porque são considerados ultrapassados, irrelevantes ou não generalizáveis, outros porque ainda não alcançaram o reconhecimento suficiente para ganharem um lugar de notoriedade nas agendas globais. Neste contexto de formação desigual de agendas políticas transnacionais, o caso da habitação ocupa uma posição interessante.

Nos países mais desenvolvidos, e sobretudo a partir da construção extensiva de habitação social nas cidades europeias mais afetadas pelas duas grandes guerras do século XX e, numa fase posterior, com a expansão do setor imobiliário e do acesso a habitação própria alimentados pela economia de crédito no âmbito da crescente financeirização da economia, a habitação saiu das agendas políticas. É verdade que, com a queda dos regimes comunistas nos países do leste europeu, a questão do financiamento da reabilitação de enormes bairros públicos levou a que esses países tentassem influenciar a Comissão Europeia no sentido de esta assegurar uma comparticipação nas avultadas despesas a efetuar nesse esforço de regeneração urbana através da disponibilização de fundos. Mas a habitação, como o ordenamento do território, não é uma política comunitária, pelo que lhe

está vedada a possibilidade de beneficiar de apoios diretos provenientes da União Europeia. No âmbito do ciclo de programação comunitário 2007-2013 foi, então, aberta a hipótese de compartilhar despesas com intervenções de melhoria de eficiência energética e de conforto térmico em edifícios de bairros sociais, possibilidade que se mantém no atual ciclo 2014-20. Mas, genericamente, a habitação ocupou nas últimas décadas uma posição marginal no contexto das agendas políticas dos países mais desenvolvidos, incluindo os europeus. Prevalecendo a ideia de que a habitação se deve reger por mecanismos de mercado, a ação pública neste domínio tende a restringir-se a intervenções de apoio aos segmentos populacionais mais vulneráveis, em geral desenvolvidas ao nível local. A inexistência de políticas de habitação nacionais era, afinal, um sintoma de progresso e desenvolvimento. Pelo contrário, a necessidade de políticas de habitação estaduais correspondia a um traço característico dos países menos desenvolvidos.

Contudo, algo parece estar a mudar nos últimos anos. Repare-se na cronologia que a seguir se apresenta de forma muito sumária.

Em 25 de setembro de 2015 foi aprovada, na Cimeira das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável realizada em Nova Iorque (EUA), a agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 intitulada **Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**.



Fonte: Associação Portuguesa de Documentação e Informação de Saúde (APDIS)

Esta Agenda inclui 17 objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS). O primeiro ponto do ODS 11, designado Cidades e Comunidades Sustentáveis,

refere a questão da habitação. Aí se consagra o objetivo de assegurar a todos, até 2030, o acesso a habitação adequada, segura e acessível. Este aspeto é particularmente relevante se levarmos em consideração que a *Agenda 2030* se aplica a todos os países do mundo e não apenas, como sucedia com o documento que a precedeu, os *Objetivos de Desenvolvimento do Milénio 2000 – 2015*, aos países ditos em vias de desenvolvimento.

A 30 de maio de 2016 foi acordada a *Agenda Urbana para a União Europeia*, designada por Pacto de Amesterdão, na reunião informal dos ministros responsáveis pelos Assuntos Urbanos realizada naquela cidade. Neste



Fonte: *Fórum das Cidades*

documento, que levou em conta textos já em circulação no âmbito da preparação da Nova Agenda Urbana da ONU (ver parágrafo seguinte), a habitação foi considerada um dos dez temas prioritários indicativos tendo por base uma auscultação efetuada junto dos governos nacionais e das autoridades regionais e urbanas, e está ainda presente noutros temas, como a inclusão de migrantes e refugiados ou a pobreza urbana. Para cada um dos temas prioritários foi definido um trabalho em parceria que, no caso da habitação, “Visa

promover o acesso a alojamento de boa qualidade e a preços acessíveis. Será dada ênfase à habitação pública a preços acessíveis, à regulamentação em matéria de auxílios estatais e à política geral em matéria de habitação”. A parceria para a habitação, juntamente com outras três parcerias, foi considerada prioritária, beneficiando, logo em 2016, de um apoio financeiro por parte do governo dos Países Baixos como experiência piloto.

No dia 20 de outubro de 2016, as delegações dos países presentes na Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Habitação e Desenvolvimento Urbano Sustentável (HABITAT III), realizada em Quito (Equador), aprovaram a *Nova Agenda Urbana*.

O seu plano de implementação inclui múltiplas referências à habitação e às políticas de habitação, apresenta o direito a uma habitação adequada como uma componente indissociável do direito, mais amplo, a um nível de vida adequado, e contém diversos pontos específicos sobre uma habitação adequada, acessível, segura, resiliente e sustentável para todos assim, como sobre políticas urbanas e integradas e instrumentos legais e financeiros a mobilizar para esse efeito. Este documento foi, aliás, apresentado como uma extensão da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.



Fonte: Habitat III

Em 26 de abril de 2017, depois de um debate político e de uma auscultação pública de mais de um ano, a Comissão Europeia adotou a [Recomendação \(UE\) 2017/761](#) sobre o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, apresentado como “um compromisso e uma responsabilidade partilhada entre a União Europeia, os seus Estados-Membros e os parceiros sociais”. A habitação constitui uma das 20 prioridades aí enunciadas, sendo explicitados neste domínio três deveres: (i) garantir às pessoas necessitadas o acesso a habitação social ou a uma ajuda à habitação de boa qualidade; (ii) garantir às pessoas vulneráveis o direito a assistência e a proteção adequadas em caso de despejo; (iii) garantir a disponibilização de alojamento e serviços adequados aos sem-abrigo para promover a sua inclusão social.

Finalmente, a 15 de novembro de 2017 foi aprovado o projeto de Parecer do Comité das Regiões Europeu [Rumo a uma Agenda Europeia para a Habitação](#), onde se apela à construção de uma agenda europeia da habitação à luz da Agenda Urbana da UE (Pacto de Amesterdão) e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais num texto de 39 pontos cujos subtítulos agregadores são significativos: necessidade de uma melhor articulação entre as políticas da UE e as políticas de habitação dos Estados-Membros; uma nova política de coesão que tenha

plenamente em conta a questão da habitação; uma agenda europeia para a habitação no seguimento do Pacto de Amesterdão.

Nenhum destes documentos é legalmente vinculativo (o último, aliás, não passa de um projeto de Parecer). E todos eles foram criticados – e bem – por serem genéricos, “redondos”, pouco ambiciosos e de exequibilidade duvidosa. Mas a verdade é que eles não deixam de ser interessantes na medida em que revelam, à imagem de exercícios anteriores de *agenda-setting* ocorridos em relação a outros temas, a emergência lenta mas aparentemente irreversível de novas perspetivas políticas e sociais sobre a habitação e as políticas de habitação.

No que diz respeito à União Europeia, e mesmo tendo em conta a sua significativa diversidade interna, parecem destacar-se 6 novas linhas orientadoras para o futuro próximo:

- Garantir um maior equilíbrio e coordenação entre políticas macroeconómicas e políticas sociais, num contexto pós-crise em que se reconhece que as políticas de austeridade e a centralidade redentora atribuída à competitividade e ao empreendedorismo acentuaram as desigualdades sociais e desvalorizaram a necessidade de promover formas progressistas de inovação societal;
- Consagrar a habitação como um direito social europeu, isto é, considerando-a mais como um direito do que como um bem / mercadoria (a casa) e, simultaneamente, como um compromisso e uma responsabilidade europeia partilhada mesmo quando estão em causa políticas de âmbito nacional;
- Defender habitação acessível e de qualidade para todos e não apenas para os grupos há muito identificados como vulneráveis, dado o modo como a precariedade do emprego ou o envelhecimento da população criaram novas situações de não-acesso a habitação adequada;
- Desenvolver uma agenda europeia para a habitação como um aprofundamento da agenda urbana da União Europeia, ultrapassando em definitivo o entendimento da questão da habitação como um problema de assistência social e de construção de bairros de habitação social e englobando-a numa visão mais ampla de base territorial (o direito à cidade, para retomar a conhecida expressão de Henri Lefebvre);

- Integrar a habitação na nova política de coesão no próximo ciclo comunitário, o que significa olhar para a habitação e para as políticas de habitação na interseção das questões sociais, económicas e territoriais, e não apenas no âmbito de uma delas, e por esta via garantir uma maior diversidade de apoios no período pós-2020;
- Aumentar as frentes de articulação entre políticas comunitárias (eficiência energética, alterações climáticas, redução da pobreza e inclusão social, crescimento económico inclusivo e criação de emprego, etc.) e as políticas de habitação dos estados-membros.

Talvez estejamos perante indícios frágeis, demasiado embrionários, sem a consistência ou o apoio político suficientes para vingar. No entanto, os vários documentos referidos não deixam de sinalizar que algo parece estar a mudar, mesmo que apenas à superfície e a nível retórico. Para que a narrativa proposta abra portas à ação, todas as pequenas frestas deverão ser aproveitadas para trazer de novo a habitação e as políticas de habitação para as agendas política, académica e mediática. O documento [Para uma nova geração de políticas de habitação](#), que esteve em debate público no final de 2017, constitui, justamente, um bom pretexto para que essas brechas comecem a ser abertas e exploradas em Portugal.

João Ferrão é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

A recuperação das “ilhas” no Porto: partir as gavetas para repensar o espaço comum

Roberto Falanga e Aitor Varea Oro

 31 de janeiro de 2018

Quando em 1994 Isabel Guerra publicou o artigo “As pessoas não são coisas que se ponham em gavetas” no nº 20 da revista *Sociedade e Território*, o objetivo era despertar a atenção para as questões habitacionais do país à luz do arranque do **Programa Especial de Realojamento** (PER) ocorrido em 1993. A este programa seguiram-se outros planos e intervenções pontuais neste domínio, como a Lei 91/95 (alterada pela Lei 70/2015) sobre as Áreas de Génese Ilegal (AUGI) e, em 2005, a Iniciativa Bairros Críticos (IBC), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 143/2005. No entanto, a discussão em torno do desenho e das modalidades de realojamento, e da habitação em geral, continuou presente no debate público, embora de forma tímida quando comparada com o que se verifica atualmente.

O debate sobre o direito a uma habitação condigna voltou a marcar a agenda política nacional, com a nova **estratégia de políticas de habitação** anunciada pela Secretaria de Estado da Habitação, e já mencionada por João Ferrão neste **blogue**, e a preparação de uma nova **lei de bases da habitação**, anunciada pela deputada do Partido Socialista Helena Roseta nos finais de 2016. Recentemente, o **Fórum da Habitação: Ausências Passadas, Presenças Futuras**, em que participaram representantes políticos, técnicos municipais, membros da academia e ativistas, contribuiu para salientar como as problemáticas que as novas medidas que o Governo está prestes a adotar precisarão de abordagens complexas e multinível perante as múltiplas carências ainda existentes no território nacional (ver post de Simone Tulumello neste **blogue**).

Ainda a este respeito, a **Caravana pelo Direito à Habitação**, uma iniciativa que desde 2017 junta moradores, grupos de ativistas e académicos, desempenhou um papel fundamental na denúncia de carências habitacionais pelo país. Entre os casos assinalados pela Caravana, as “ilhas” existentes na zona Oriental do Porto

destacaram-se por, em muitos casos, se caracterizarem ainda hoje por condições de extrema precariedade estrutural e de insalubridade. As “ilhas” são estruturas habitacionais produzidas durante o período da industrialização do país, sobretudo na cidade do Porto, localizadas no interior dos quarteirões das zonas de expansão burguesa da cidade oitocentista, e que consistem em estreitos corredores de uso comum com acesso, de um ou dois dos seus lados, a diminutas casas de aproximadamente 16m², faltando-lhes, em muitos casos, casa de banho própria. A Caravana recolheu testemunhos de escassa, se não nula, manutenção pública das casas e situações graves de precariedade habitacional. Os moradores apontaram ainda o aumento exponencial do custo da habitação e a desregulamentação do mercado de arrendamento na cidade do Porto como fatores que ameaçam a qualidade de vida e a possibilidade de mobilidade social.

Ora, havendo moradores que reclamam o direito de aceder a serviços básicos, muitos afirmam também que as “ilhas” representam o seu sítio de pertença, um lugar onde gostariam de continuar a viver desde que as condições de habitabilidade sejam melhoradas. Anseios e preocupações em torno das “ilhas” confirmam que os objetivos de inclusão social dificilmente poderão ser intervencionados a partir de uma visão meramente material e de curto-prazo do alojamento. Pelo contrário, uma análise crítica das “ilhas” deverá conjugar a sua evolução histórica com o atual debate sobre as novas políticas de habitação no país.

A este respeito, é indispensável mencionar o papel desempenhado pelo processo Serviço Ambulatório de Apoio Local (SAAL), o qual colocou a complexidade da questão habitacional no centro do debate nacional no contexto pós-revolução 1974. Se, de forma semelhante ao PER que o sucedeu quase 20 anos depois, a preocupação principal incidia sobre as questões da habitabilidade e salubridade, outros elementos chave foram introduzidos pelo SAAL numa abordagem diametralmente oposta à do PER, tal como a posse do terreno e a formulação de políticas do habitar. No Porto, e na redefinição do que comumente eram entendidos como “bairros de lata”, o SAAL atuou ou esteve prestes a atuar nas “ilhas”, e tornou-se um dos instrumentos para reclamar o direito à cidadania plena. O programa contribuiu para que o estigma associado às “ilhas” fosse substituído por uma revalorização da sua centralidade urbana, uma mudança que

não pode ser entendida sem mencionar a influência que a matriz da **Escola de Arquitetura do Porto** teve na forma de pensar a cidade e a sua vivência. Como legado do SAAL chega-nos a validação das “ilhas” como modelo patrimonial, a valorização do comunitário como elemento distintivo destes lugares, a ligação entre desenvolvimento “de baixo para cima” e a democratização da produção do espaço urbano, e a possibilidade da prática arquitetónica contribuir para construir a favor da identidade cultural dos lugares em que intervém. Mais do que uma abordagem formal, o SAAL visou ser uma **ferramenta de agrupação da procura** capaz de orientar a prática arquitetónica para torná-la cúmplice da transformação social (e não da preservação do *status quo*).

A progressiva divergência entre direitos e interesses em torno da habitação torna-se evidente nas “ilhas”, onde continua a exercer-se uma certa violência sobre os seus habitantes: se no passado estas estruturas representavam soluções “de fim de linha” para uma população que não dispunha de outra alternativa habitacional, hoje a precariedade física desses locais coexiste com o medo de expulsão como consequência da ação maciça dos grupos de investimento imobiliário. Deparamo-nos desde logo com uma primeira encruzilhada: será justo intervir nas “ilhas” e correr o risco de estas se tornarem apetecíveis para os interesses do mercado e do alojamento local, levando, na maioria dos casos, à substituição dos residentes atuais por inquilinos com maior poder económico? Ou será melhor não intervir, preservando as “ilhas” de uma transformação radical, mas também deixando que os seus residentes continuem a viver em condições precárias? Haverá uma terceira opção?

O trabalho que o **Habitar Porto** tem vindo a desenvolver nos últimos anos na cidade do Porto possui como um dos seus eixos de reflexão e intervenção a recuperação de “ilhas”. Recuperar “ilhas” significa alargar o foco de análise para além da mera qualidade construtiva dos seus fogos, colocando em perspetiva histórica pressupostos que estruturaram alguns dos programas nacionais em matéria de habitação, e retirar aprendizagens que permitam perceber as intervenções não só em termos de “objetos arquitetónicos”, mas também como forma de coser o território e corrigir os seus desequilíbrios. Em linha com a abordagem de transformação social promovida pelo SAAL, foi lançado o concurso “**Pensar, Construir, Habitar**” em novembro de 2017 pelo Habitar Porto em

parceria com a Junta de Freguesia de Campanhã. O local de intervenção é uma das “ilhas” da operação SAAL-Antas que não chegou a ser intervencionada, estando o arquiteto responsável por aquela brigada entre os elementos do júri. Este é chamado a escolher uma proposta que responda à necessidade de a nova proprietária da “ilha” controlar os custos de recuperação do património, e dos novos inquilinos acederem a habitação a custos justos. Trata-se do primeiro concurso que, a nível nacional, desafia os profissionais de arquitetura a procurar soluções de projeto que democratizem o acesso tanto à produção como ao usufruto do espaço urbano.

Ilha das Antas 52, Porto



Fonte: Habitar Porto

A iniciativa decorre em duas fases, encontrando-se neste momento na fase de avaliação das 14 propostas submetidas. Aproveitando os interesses não lucrativos da proprietária, o concurso pretende levar para o “centro” valores que hoje se encontram, por vezes, na periferia do pensamento arquitetónico. A recuperação não deverá contemplar alojamento local, mas sim a inclusão num mesmo espaço de pessoas com estatuto social e condições económicas diferentes, misturando regimes de rendas condicionadas e de custo livre. As intervenções deverão estar em conformidade com as regras legais vigentes, de modo a garantir a boa execução das obras e a resolver a situação de limbo urbanístico que caracteriza as “ilhas”. Finalmente, exigem-se soluções que considerem a acessibilidade e a redução de barreiras arquitetónicas, o que se traduz na exigência de áreas generosas que contrariam tanto as exíguas dimensões das “ilhas” como a atual tendência do mercado para maximizar o lucro minimizando a dimensão das frações.

Resta perceber o que será então um bom projeto de recuperação para esta “ilha”, num país onde a habitação volta a ser tema crucial de debate e onde as grandes cidades são chamadas a governar da melhor forma novos fluxos imigratórios, investimentos de capitais externos e especulação imobiliária. A tipologia de casas abre, intuitivamente, ao interesse de pessoas seniores, assim como de jovens casais e quaisquer pessoas que não procurem necessariamente grandes áreas de habitação. Os perfis sociodemográficos dos futuros moradores não poderão ser entendidos ignorando as grandes transformações em curso na cidade do Porto e no país, isto é, a exigência de acesso a habitação condigna e a saída de centros históricos atacados pela especulação imobiliária. O que poderá ser o espaço comum para pessoas que vêm de contextos diferentes, com interesses e estilos de vidas por vezes opostos ou, no mínimo, contrastantes? Como articular, ou até agregar, os mais diversos desejos, anseios e medos de antigos e novos inquilinos? Por fim, como inventar uma nova ideia de espaço comum sem que esta fique presa a falsos idealismos e esteticismos?

A reconfiguração do espaço comum da “ilha” requer a articulação de múltiplos espaços de encontro e confronto, destacando-se o espaço simbólico onde os interesses da proprietária, dos arquitetos projetistas, da autarquia e dos inquilinos se encontram, assim como o espaço de partilha entre moradores dentro dos muros que delimitam a própria “ilha”. Reconfigurar o espaço comum desafia ainda uma certa rigidez técnica e burocrática de administração central e local para com a habitação, e a fragmentação de laços sociais em sociedades que por vezes não procuram, ou já não são capazes de procurar, vida comunitária. Coloca-se, portanto, o desafio de reconfigurar um espaço de e para a comunidade, um espaço de partilha onde seja possível sair de, ou partir, as “gavetas” da habitação. Este desafio não se coloca apenas a este concurso ou a esta “ilha”. No entanto, este concurso tem o mérito de frisar que as “ilhas” não são apenas um objeto degradado, mas lugares históricos e simbólicos a partir dos quais é possível repensar a urbanidade. Questiona-se não apenas a missão social da arquitetura, mas também a função do arquiteto juntamente com outros profissionais e académicos, numa sociedade que precisa de análises complexas para soluções construtivas e sociais adequadas. As “ilhas” obrigam-nos, de certa forma, a refletir sobre o tipo de sociedade que somos num contexto urbano que se

transforma a um ritmo acelerado, e que exige que valores e direitos do habitar voltem a estar no centro da agenda política nacional.

Roberto Falanga é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e membro do Júri do Concurso ‘Pensar, Construir, Habitar’.

Aitor Varea Oro é investigador no MDT-CEAU-FAUP e coordenador do programa ‘Habitar Porto’.

Mobilizar as mais-valias do planeamento a favor da construção de habitação económica?

Sónia Alves

 28 de março de 2018

No seguimento de outras publicações que neste blogue discutem o futuro das políticas de habitação em Portugal (Falanga, Tulumello, Ferrão) e de *posts* anteriores que sublinham a importância da análise comparada internacional para o aperfeiçoamento das políticas de habitação, reflete-se agora sobre as potencialidades do planeamento urbanístico na provisão de habitação económica, isto é de habitação destinada ao arrendamento social e ao arrendamento privado a preços acessíveis às famílias de classe média-baixa.

A reflexão estrutura-se em duas partes. Na primeira parte, a partir do uso de estatísticas oficiais, apresento evidências que demonstram a existência de problemas nos mercados de habitação e na situação económico-financeira das autarquias, que apelam, a meu ver, a uma nova abordagem na captura dos aumentos de valor do solo e dos edifícios que resultam de decisões e de ações do planeamento urbano. Na segunda parte, apresento o exemplo da Inglaterra, país onde prevalece uma agenda ideológica neoliberal, marcada pela crença na centralidade dos mercados, mas também um consenso alargado sobre a necessidade das autoridades locais, a bem da sustentabilidade económico-financeira das autarquias e da justiça social, utilizarem instrumentos de *captura dos planning gain* – como coloquialmente têm vindo a ser designados.

1. Sobre a necessidade de captura das mais-valias do planeamento e do licenciamento urbanístico

A Lei de Bases da Política Pública de Solos, de Ordenamento do Território e de Urbanismo define os objetivos, os princípios gerais e os procedimentos associados ao planeamento urbanístico. Ao nível local, são os planos territoriais que determinam as normas relativas à ocupação, uso e transformação do solo, condicionando, por isso, o seu valor económico no mercado. A alteração do estatuto jurídico do uso de solo rústico para uso de solo urbano consubstancia,

especialmente em áreas urbanas, a criação de importantes mais valias para os proprietários. Ao longo das últimas décadas a permissividade das autoridades locais em relação à transformação (excessiva e arbitrária) de solo rural em solo urbano, causou não apenas o aumento excessivo dos perímetros urbanos, com também a destruição de diversos valores paisagísticos e arquitetónicos.

O aumento da construção de habitação não significou a resolução dos problemas do setor, mas antes o aumento de custos da administração com infraestruturação e construção de equipamentos públicos. Em algumas áreas verificou-se inclusivamente o aumento exagerado nos valores da habitação. Os dados do INE (2017) confirmam a existência de uma bolha especulativa nos preços da habitação nos municípios da Área Metropolitana de Lisboa e do Algarve, quer no arrendamento quer na compra da habitação própria, com o município de Lisboa a registar o preço de venda médio mais elevado, de 2 231 €/m² (INE, 2017).

A informação disponível demonstra também que:

- apesar do elevado nível de investimento no mercado imobiliário nesses municípios, quer ao nível do número de transações de imóveis, quer de obras concluídas e licenciadas, mantém-se um elevado **nível de endividamento líquido das autarquias**;
- a maior parte do investimento no setor da construção e da requalificação urbana tem sido dirigido para o setor do turismo (comércio, restauração, alojamento temporário) e para um segmento de população estrangeiro com um elevado poder de compra, reduzindo as opções das famílias da classe média-baixa de acesso a uma casa adequada, em termos de espaço, comodidades e distância ao local de trabalho;
- as políticas públicas em Portugal têm incentivado o investimento privado estrangeiro no setor imobiliário nacional (ex. **Golden Visa**), ao contrário do que acontece noutros países, como a Dinamarca, onde a compra de habitação é proibida a estrangeiros, a menos que estes tenham vivido no país nos últimos cinco anos e façam dessa a sua residência permanente. A habitação de uso secundário ou sazonal em Portugal representa já 23% do parque habitacional nacional, o que corresponde, em termos percentuais, a cerca do dobro do registado na Dinamarca;

– a disponibilização de recursos públicos para alavancar investimentos privados no setor do turismo e da requalificação urbana (e. g. *Iniciativa Jessica, IFRRU 2020*), por oposição a investimentos no setor da habitação acessível e sem fins lucrativos, tem tido impacto no aumento dos preços de venda de edifícios que se destinam (crescentemente) a usos que competem com a habitação e, em particular, com o arrendamento de longa duração.

Em Lisboa, os efeitos desta tendência têm vindo a repercutir-se na perda da população residente. Entre 1981 e 2011, o município de Lisboa perdeu aproximadamente 250.000 residentes, o que equivaleu a 32,5% do total da população. Em 2011 residiam no município de Lisboa somente 536.859 indivíduos. A análise da duração dos contratos e valores das rendas nos períodos antecedente e posterior ao Novo Regime de Arrendamento Urbano (NRAU) confirma um aumento da precarização nos contratos de arrendamento, em termos de redução da duração média e aumento dos valores da renda (*Alves et al. 2017*).

Em Portugal verifica-se que a proporção da população com custos em habitação superiores a 40% do rendimento disponível é mais elevada no caso dos inquilinos com rendas no mercado de arrendamento privado (35,9%). Um facto tanto mais preocupante quando se verifica que é precisamente neste sector que se registam os maiores aumentos nos valores das rendas e onde vive cerca de 39,3% do total das famílias de menores rendimentos.

Um outro dado interessante é que as taxas urbanísticas cobradas pelos municípios aos privados têm sido escassas para cobrir os custos da provisão de infraestruturas (*Rebelo s/data, Condessa 2012*), e que os recursos existentes ao nível local são insuficientes para a implementação dos objetivos considerados estratégicos ao nível do documento nacional de políticas de habitação (ver *Nova Geração de Política de Habitação*).

Os estudos de Alves & Rosa (2017) demonstram que a implementação do regime jurídico excecional da reabilitação urbana, criado pelo governo em 2004, tem permitido a aplicação de um sistema de isenção de taxas urbanísticas por parte das autarquias que, em vez da captação de recursos, tem permitido a transferência de importantes somas de dinheiro para as empresas privadas. Mesmo no caso de operações de renovação urbana que envolveram a criação de

parcerias público privadas e a aplicação de importantes somas de dinheiro para cobrir custos com expropriação de terrenos e edifícios por ‘utilidade pública’, demolição ou construção de infraestruturas, as autoridades públicas não tiveram a coragem política e técnica de exigir aos privados a inclusão de habitação acessível às classes média-baixa, optando alternativamente por realojar os inquilinos de fracos recursos económicos em habitação social noutras áreas. A **Operação das Cardosas** é um caso paradigmático a este respeito (figura 1).

Figura 1 - A operação das Cardosas no Porto



Fonte: Fotografia de Sónia Alves

2. O exemplo de Inglaterra

Em Inglaterra existe uma separação básica entre o direito de propriedade e o direito de desenvolvimento do solo. Por exemplo, um solo classificado como rústico, destinado a áreas agrícolas ou florestais, não pode ser usado para usos residenciais a menos que seja emitida uma licença por parte das autoridades de planeamento ao nível local. Na avaliação dos pedidos de licenciamento para a realização de obras de construção as autoridades locais consideram não apenas aspetos relacionados com a qualidade do projeto de arquitetura e de outras especialidades, como também os custos diretos e indiretos associados a essas operações, por exemplo para a realização, manutenção e reforço de

infraestruturas, equipamentos coletivos e habitação económica (para arrendamento social, arrendamento privado e compra) acessível às famílias de classe média-baixa.

O princípio de *inclusionary housing policy* que em Inglaterra é implementado através da *Section 106, do Town and Country Planning Act 1990*, e do *Community Infrastructure Levy* (CIL), em execução desde 2010, tem permitido contribuições financeiras e em espécie para a provisão de habitação económica em operações conduzidas pelo mercado.

A avaliação da execução destes instrumentos tem demonstrado uma grande variabilidade de práticas ao nível local, mas também que em áreas de grande dinâmica construtiva (e.g. Londres e no Sul de Inglaterra) tem permitido a coleta de importantes recursos para a provisão de habitação económica, infraestruturas e equipamentos públicos (Lord *et al.*, 2018), facilitando a mistura de regimes e tipos de habitação.

Figura 2 - Houses under construction on Birkenhead, Merseyside, England



Fonte: “Houses under construction on Seymour Street, Tranmere, England” de Repton1x sob a licença CC-BY-SA, via Wikimedia Commons

Termino defendendo a necessidade de um debate sobre a relevância da aplicabilidade destes instrumentos ao contexto local português com vista a

garantir uma maior redistribuição dos benefícios e custos associados ao desenvolvimento urbano, e como forma de contribuir para a provisão de habitação económica.

Sónia Alves é atualmente Postdoctoral Fellow Marie Skłodowska-Curie na Universidade de Cambridge – Cambridge Centre for Housing and Planning Research, Department of Land Economy. É ainda visiting researcher no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Habitação para todos?

Dulce Freire e Pedro Namorado Borges

 16 de maio de 2018

Nos últimos meses, os problemas de acesso à habitação têm animado os debates no espaço público. Se na Assembleia da República o assunto tem sido discutido, o governo apresentou decisões que considera pertinentes para aplacar esses problemas. Estas iniciativas do Estado enquadram-se numa orientação que remonta a abril de 1918, quando foram promulgadas as medidas que conferiram consistência à intervenção pública no âmbito da habitação. Verifica-se que, passados cem anos sobre essa legislação inaugural, o assunto não perdeu actualidade.

Invisibilidade do problema rural

Uma análise histórica destas iniciativas mostra que o Estado privilegiou o apoio à habitação urbana, mesmo quando a população rural ainda era a larga maioria em Portugal e vivia em condições deploráveis. Esta foi uma das conclusões do projecto, intitulado *O problema da habitação rural: debates e políticas públicas durante o Estado Novo (1933-1974)*, desenvolvido no ICS-ULisboa com financiamento do Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. Como até à década de 1960 a maioria dos portugueses trabalhava na agricultura e vivia nas áreas rurais, parece que as políticas públicas visaram sobretudo uma minoria que residia em cidades e algumas vilas. Então, uma questão se impõe: o Estado não viu os problemas da habitação rural?

Esta pesquisa focada no Estado Novo, inserida no projecto mais amplo para assinalar os cem anos de políticas públicas para a habitação em Portugal, procurou responder a esta questão, orientando-se por dois objectivos principais. O primeiro foi esclarecer como é que o Estado entendia os problemas da habitação rural. O segundo centrou-se na identificação das iniciativas que receberam apoio público e visaram contribuir para atenuar esses problemas.

1918-2018: um século de habitação apoiada

Nos últimos dois anos, o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana, a entidade que é a actual herdeira dos serviços públicos especificamente criados desde 1918 para agir nesta área, lançou um amplo projecto de pesquisa que permitiu conhecer de forma sistemática os impactos das iniciativas do Estado. O projecto *O problema da habitação rural: debates e políticas públicas durante o Estado Novo (1933-1974)* decorreu no âmbito desta pesquisa mais ampla. Uma síntese em 12 capítulos vai ser publicada ainda este ano no livro *Habitação: cem anos de políticas públicas em Portugal, 1918-2018* (Imprensa Nacional–Casa da Moeda), com coordenação de Ricardo Agarez. O trabalho, realizado por 23 autores com diferentes formações (arquitectos, historiadores, sociólogos e geógrafos), permitirá compreender a concepção, os processos de decisão e os impactos dos vários programas habitacionais apoiados pelo Estado desde 1918. Esta análise é essencial para perceber a genealogia e a configuração de problemas que continuam actuais.

Logo em Março de 1933, quando o Estado Novo ainda estava em fase de consolidação, Oliveira Salazar afirmou num discurso: «A intimidade da vida familiar reclama aconchego, pede isolamento, numa palavra, exige a casa, a casa independente, a casa própria, a nossa casa» (publicado em *Discursos*, 1934, vol. I). Apesar de estas palavras se aplicarem tanto às famílias rurais como às urbanas, de facto, foram os problemas destas que mereceram mais atenção política e maiores investimentos financeiros do Estado. Mesmo assim, foram construídas centenas de habitações inseridas em programas executados nas áreas rurais. No âmbito desta pesquisa identificaram-se cerca de 400 empreendimentos, distribuídos pelas várias regiões do país. Todavia, na época essas iniciativas adquiriram uma certa invisibilidade, que se foi prolongando, em parte, devido à falta de estudos académicos.



Fonte: Fotografia de Pedro Namorado Borges

Estado e sociedade civil

Identificaram-se programas em que o Estado teve uma intervenção directa. Nestes, os serviços públicos, dependentes de um ou vários ministérios, estiveram envolvidos na concepção e execução dos empreendimentos. É o caso do programa *Casas para Famílias Pobres*, promovido pela Direcção Geral dos Serviços de Urbanização/Ministério das Obras Públicas a partir da década de 1940. Ainda que tenha tido uma abrangência mais ampla, centenas de novas habitações foram construídas em localidades classificadas como rurais. Já o programa *Aldeias Melhoradas*, que começou em finais da década de 1950, estava vocacionado para a reconstrução de casas e a implementação de algumas infra-estruturas básicas apenas em aldeias. Com esta iniciativa, promovida pela Junta de Colonização Interna/Ministério da Economia, o Estado reconhecia as

carências específicas da habitação rural e ansiava deter o êxodo rural, quando, na verdade, este se acelerava. O programa foi executado em mais de uma centena de aldeias, continuando a ser praticamente desconhecido.

Casas para pobres, Bairro Cancela de Abreu, Amarante (Junho de 2017)



Fonte: Fotografia de Pedro Namorado Borges

Em outros casos, o Estado apoiou financeiramente ou influenciou a concepção de bairros e habitações, mas não esteve directamente envolvido na execução das obras. Os interlocutores do Estado foram organizações criadas especificamente para resolver problemas habitacionais e que também actuaram em áreas rurais. Duas associações surgiram ligadas à Igreja Católica, nos anos 1950. O *Património dos Pobres* foi uma iniciativa do Padre Américo, que já tinha em curso a Obra do Gaiato. Da elite laica partiu a iniciativa de promover o *Movimento Nacional de Auto Construção*, ligado à União Católica dos Industriais e Dirigentes do Trabalho, que actuou particularmente no distrito de Coimbra. Ambas as organizações defendiam a autoconstrução, procurando fornecer materiais com apoio técnico e financeiro, para o que recorriam ao Estado e a privados.

Em 1970, surgiu a *Fundação Salazar*, incentivada pelo Presidente da República, Américo Tomás, para homenagear o ditador Oliveira Salazar então falecido. Apesar de ter perdido capacidade de iniciativa depois da Revolução de Abril de 1974 (foi extinta em 1979), em poucos anos construiu dezenas de bairros,

sobretudo em periferias ainda rurais de cidades que estavam em processo de expansão.

Tendo em conta a natureza ditatorial do Estado Novo, que limita e persegue, muitas vezes violentamente, as organizações da sociedade civil, o funcionamento destas entidades dever-se-á entender pelas estreitas ligações que mantinham com as elites do regime. Aparentemente, todas actuaram, pelo menos no início, ao abrigo de estatutos aprovados pela Direcção Geral de Assistência, que nos anos 1950 fazia parte do Ministério do Interior. Constituíram-se como organizações formais sem fins lucrativos, com estatutos que lhes permitiam actuar no âmbito da assistência social.

Aldeia Melhorada de Prados (Junho de 2017)



Fonte: Fotografia de Pedro Namorado Borges

As concepções de bairros e habitações, ainda que estas apresentassem diferentes formas de organização e tipologias, enquadravam-se no que se designava como a “casa mínima” (dois ou três quartos, às vezes sem casa-de-banho ou duche interiores), unifamiliares com quintal ou em edifícios de poucos pisos. Subjacentes a estas definições, estavam interpretações sobre as características e necessidades do que eram classificadas como famílias pobres ou miseráveis. Quando foram construídos, muitos destes empreendimentos localizavam-se na periferia dos núcleos urbanos, denunciando uma segregação geográfica e social que, entretanto, se pode ter atenuado.

A conjugação de dados recolhidos através de vários métodos de pesquisa, conciliando consulta de arquivos e trabalho de campo, permitiu obter uma visão, ainda que preliminar, das configurações espaciais, temporais e arquitectónicas destes programas. A distribuição espacial, possível recorrendo ao sistema de informação geográfica, mostrou como a acção do Estado teve impacto nas diferentes regiões, o que associado aos restantes dados disponíveis abre novas pistas de pesquisa que merecem ser exploradas em outros projectos.

Dulce Freire é historiadora e investigadora auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). Entre as suas últimas publicações conta-se “An agrarian history of Portugal 1000-2000: economic development on the European frontier” (co-editora com Pedro Lains; Brill, 2017). É coordenadora do projecto “ReSEED. Rescuing seeds’ heritage: engaging in a new framework of agriculture and innovation since the 18th century”, financiado pelo European Research Council (STGrant 2017).

Pedro Namorado Borges é arquitecto e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-Ulisboa). Está a preparar um doutoramento sobre os impactos das políticas públicas de habitação nas áreas rurais. Coordenou, com Vanda Maldonado, o livro “Vitor Figueiredo: Projectos e Obras de Habitação Social 1960-1979” (Ed. Circo de Ideias: 2015).

A crise na Área Metropolitana de Lisboa: entre austeridade nacional e respostas locais

Simone Tulumello

 9 de março de 2016

Passaram mais de oito anos desde que, em outono de 2007, o colapso do mercado de crédito à habitação iniciou uma reação em cadeia que iria provocar a falência do banco Lehman Brothers, a crise financeira e, finalmente, a grande recessão global. Na Europa, a recessão produziu, por sua vez, uma série de crises das dívidas soberanas, que desde 2010 afetaram de maneira particularmente evidente os países do sul da Europa, incluindo Portugal, o qual teve que recorrer, em 2011, a um “programa de resgate” e a um financiamento extraordinário da “troika” composta pelo Banco Central Europeu, a Comissão Europeia e o Fundo Monetário Internacional.

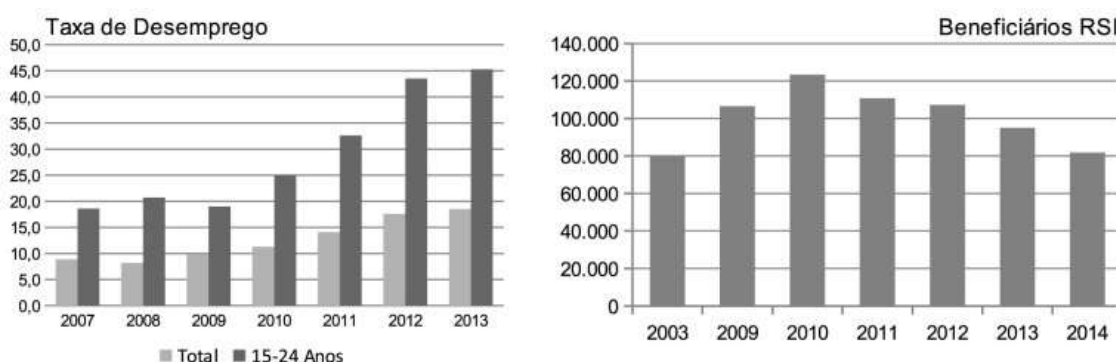
Durante esses anos, muito foi estudado e escrito sobre as causas e os efeitos da crise nos vários países europeus, sobre as políticas anticrise adotadas – nomeadamente, políticas de austeridade a nível europeu e nacional – e sobre as dimensões políticas da crise e da austeridade. Porém, e em termos comparativos, o debate sobre a dimensão local e urbana da crise foi pouco rico. Quais as consequências da crise e das políticas de austeridade nas sociedades urbanas? Quais as respostas implementadas pelas autarquias? E quais as reações cívicas e políticas desenvolvidas à escala local?

No artigo [Dinâmicas sociogeográficas e políticas na Área Metropolitana de Lisboa em tempos de crise e de austeridade](#) (em acesso aberto), publicado por mim, João Seixas, Ana Drago e Susana Corvelo na revista *Cadernos Metrópole*, tentou-se responder a estas perguntas com base no estudo da Área Metropolitana de Lisboa.

Foram analisadas as relações entre três componentes: (1) a evolução geográfica e socioeconómica ao longo do desenvolvimento da crise, (2) as medidas nacionais de austeridade e os seus impactos, e (3) a conjugação dessas componentes com

as reações sociopolíticas de âmbito mais local. O estudo produziu duas conclusões principais, que resumimos a seguir.

Primeiro, combinámos as dinâmicas de evolução geográfica e socioeconómica com as fases das políticas anticrise, e principalmente com as primeiras políticas de austeridade de 2010 e a implementação em grande escala da austeridade após o resgate de 2011. Observámos, assim, mais do que uma crise, uma série de crises com origens e efeitos diferentes. Entre 2008 e 2010, os efeitos da crise económica global são evidentes em alguns setores económicos (principalmente construção e imobiliário) e afetaram sobretudo algumas áreas urbanas e suburbanas (nomeadamente, as áreas onde residem as populações mais dependentes da economia da construção) – como também sugere [um estudo de João Ferrão à escala nacional](#). Desde 2011, porém, a combinação da crise económica com as políticas de austeridade provocou o alargamento dos efeitos sobre todo o tecido social, afetando principalmente certas categorias, como as populações idosas ou mais dependentes das transferências públicas. Um claro exemplo disso é a reforma de 2010 que reduziu os beneficiários do Rendimento Social de Inserção, ao mesmo tempo que o desemprego aumentava. Finalmente, a Área Metropolitana de Lisboa voltou a ser, após décadas, uma terra de emigração, criando as condições para uma ulterior crise, resultante da drenagem de capital humano não só das classes mais pobres, mas também de indivíduos jovens e qualificados.



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de [INE](#) e [Instituto da Segurança Social](#)

Segundo, considerámos as transformações de cariz político e cívico, observando uma série de processos contraditórios. As autarquias, ao confrontar-se com as políticas de austeridade, adotaram as mais variadas posturas, desde a tentativa de neutralizar as reformas nacionais (como foi o caso de muitas câmaras

municipais em resposta à lei de reforma administrativa aprovada em 2012), até tentativas inovadoras de reinventar as políticas locais (como no caso da cidade de Lisboa, embora com muitas contradições internas). Ao nível cívico, observámos uma progressiva perda de confiança na política representativa (as eleições autárquicas de 2013 foram marcadas por uma significativa queda do número de votantes e por um aumento dos votos nulos e brancos) e um incremento na atividade cívica, com a emergência de grupos ativos na defesa dos direitos à cidade. Para alguns exemplos da renovada, embora ainda frágil, atividade cívica, vejam-se o estudo de Guya Accornero e Pedro Ramos Pinto (requer subscrição) sobre o ciclo de protestos anti-austeridade entre 2010 e 2013 ou o trabalho da associação *Habita*, provavelmente o primeiro movimento de luta pelo direito a habitação desde os anos 1970.

Em conclusão, a Área Metropolitana de Lisboa em tempo de crise caracteriza-se como um espaço de conflito de tendências de diferente cariz, entre políticas *top-down* de austeridade (e seus efeitos sociais) e tentativas mais locais de procura de alternativas. Por um lado, os poderosos efeitos locais das políticas nacionais de austeridade sugerem que apenas com o seu fim se poderão inverter as poderosas tendências de polarização económica e fragmentação político-social – os dados do *European Metromonitor da London School of Economics* confirmam como as áreas metropolitanas são fortemente dependentes das tendências económicas e das políticas nacionais. Pelo outro, parece evidente que novas políticas de coesão e uma governação mais democrática das respostas à crise poderão ver os seus efeitos multiplicados pela existência de uma capacidade local de inovação e adaptação evidenciada durante o período de crise.

Simone Tulumello é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Not in planning's name? Lessons from Israel/Palestine

Marco Allegra

 23 de março de 2016

Last year an International Advisory Board (IAB) chaired by **Cliff Hague** (former president of the Royal Town Planning Institute, RTPI) and working under the auspices of the UN-Habitat, produced a **report** on planning conditions for Palestinian communities in the so-called “**Area C**” of the West Bank. The report detailed the asymmetries of planning policies in Israel/Palestine and highlighted how planning arguments are often used by Israeli authorities to curtail Palestinian development. The publication of the report has stimulated a debate in the planning community: the findings of the report were endorsed by eighteen former presidents of the RTPI in a **letter** to the Institute’s official magazine, *The Planner*. Hague himself recently published a **commentary** in the journal *Planning Theory and Practice*. Reflecting on his experience, he noted how in the West Bank “‘good planning’ is the rationale for oppressing poor people” and asked professional bodies to take a stand against oppressive practices in Area C by declaring “not in planning’s name”.

Hague’s call certainly deserves support: indeed, the IAB report is nothing but the last addition to a long series of papers, reports, and books detailing the partisan nature of Israeli planning policies in the West Bank. But his commentary also invites further reflection on planning as a profession: what is “good planning”? And how you do stick to “good planning practices” when operating in politically polarized environments? For at least thirty years, since the publication of John Forester’s *Planning in the Face of Power* (1982), the relation between planning and politics has been a central concern in the debate of the international planning community. As I have argued elsewhere (Rokem, J & Allegra, M., forthcoming 2016, “Planning in Turbulent Times: Exploring Planners’ Agency in Jerusalem” *International Journal of Urban and Regional Research*), the reality of Israel/Palestine provides at least two interesting lessons in this regard.

House demolitions in East Jerusalem



Source: *Activestills* / +972

In the first place, the harsh politics of planning in Israel/Palestine reminds us that rationality, public interest, and planning practices do not exist in isolation: Hague's quest for "a set of propositions that are defensible in deeply rational terms that can enable planners to advocate for authoritative choices", is doomed to failure. Whether "good planning" is defined in terms of its potential to deliver rational/efficient solutions, or as a more democratic/participative process, its potential to deliver fair, comprehensive solutions to entrenched political problems is necessarily limited. Just as many of their colleagues all over the world, Israeli planners that I have interviewed in the course of my research like to think that, within the constraints placed by politics, a "safe space" for planners exists to unleash the progressive potential of their profession. But can any participatory planning intervention in East Jerusalem make up for the structural lack of representation (e.g. the absence of voting rights) of the local Palestinian population? The Israeli planning community has since a long time adopted the vocabulary of multidisciplinary and participation; but to what extent, say, the key principles of the "[Charter for Sustainable Planning](#)" of the Israel Planners Association (e.g. commitment to "Community and Society", to "People", to "Effective Mobility", to "Public Participation") are relevant to the Palestinians in the West Bank? The issue here is not the sincerity of Israeli planners: while this

may sometime be the case, IPA members (or my respondents) are not simply making an excuse to justify their involvement in an unethical endeavor. At the same time, it is clear that any notion of “good planning” should be considered against the social and political background in which the planning system operate. In Israel/Palestine, failure in acknowledging the intimate connection between planning and political issues invariably results into a technocratic approach that accentuates the conflicts it is supposed to minimize.

Bimkom architects working with Palestinian local communities in Area C



Source: *Huffington Post*

Is “politics” therefore hierarchically superior to “planning”? Is the planner’s role limited to the professional implementation of political directives? Paradoxically, the case of Israel/Palestine – where “everything is politics” – seems to suggest otherwise. Contrary to the logic of “safe space” (i.e. that planners’ agency is meaningful where political influences are limited), planning practices are effective to the extent they are embedded in the surrounding environment. In other words, planning dilemmas are not so much “compounded by the fact that planners have to operate within institutionally constrained spaces”, as Hague argues; a careful appreciation of the social, political and institutional context is the only genuine way to answer to these dilemmas. I have interviewed senior professionals working in Israeli institutions recalling episodes in which planning and political considerations went nicely together; or in which timely action,

coupled with a correct reading of the situation, allowed them to have a decisive and creative influence on important planning decisions. If planning was powerless against politics, how could we explain the large number of human rights NGOs active on planning issues (such as [Bimkom](#) or the [International Peace and Cooperation Center](#))? Tangible results of counter-planning activities might be scarce (although not insignificant), but they ultimately are “a form of political representation that competes with other forms of representation” ([Cohen-Blankshtain et al., 2011: 637](#)), and might constitute a “[quiet encroachment](#)” challenging the planning system.

Mainstream and activist planners in Israel/Palestine would by and large concur on the technical procedures that make up “good planning”; they would certainly disagree on the substance of (almost) every actual planning decision. So what does “good planning” look like? There is, of course, no straight answer to such question. As political theorists have shown, procedural democracy is simply insufficient in tackling substantive issues; planning, having abandoned a purely technocratic, modernistic approach to embrace a more participatory, communicative ethos, is now faced by the same wicked problems of democratic theory. Planning as a discipline does not have an inherent progressive value, but we should be hopeful about the agency of the planning community: “good planning” cannot solve pressing political problems; good planners should certainly try.

This post is a reduced version of a commentary to be published by the journal *Planning Theory and Practices* as a reply to Cliff Hague’s paper.

Marco Allegra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

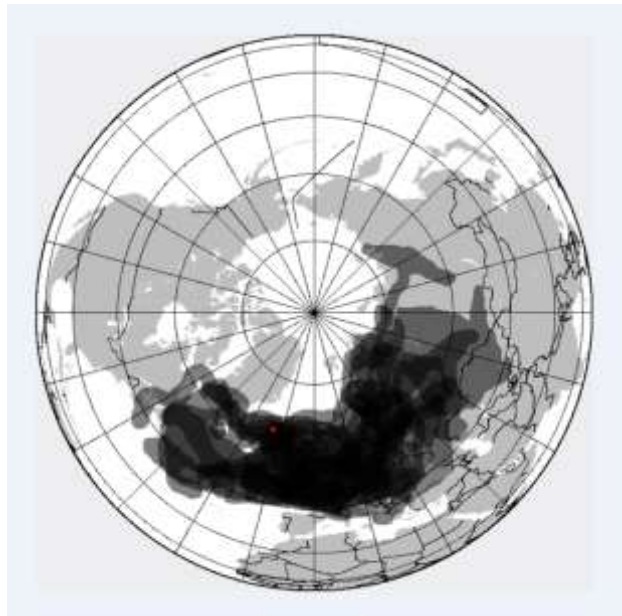
Novas agendas urbanas

João Ferrão

 8 de setembro de 2016

Um estudo recente estimou que cerca de 60% da população europeia e 80% dos residentes dos EUA não conseguem ver a via láctea durante a noite devido ao brilho das luzes das cidades. Este é apenas um indicador de como a crescente urbanização do planeta Terra afeta a nossa relação com a natureza. É certo que esta se encarrega, por vezes, de nos recordar que continuamos dependentes dela: foi o caso da erupção de 2010 do vulcão Eyjafjallajökull, ocorrida na Islândia mas cujas cinzas levadas para leste pelos ventos impediram o tráfego aéreo em diversos países da Europa e atingiram regiões tão longínquas como a Rússia asiática e o Próximo Oriente. Mas estes fenómenos, como os tremores de terra, são pontuais e não raro relativamente previsíveis. É o homem, e não a natureza, quem está a desequilibrar a relação entre ambos.

Área afetada pelas cinzas da erupção de 2010 do vulcão Eyjafjallajökull (Islândia)



Fonte: "Eyjafjallajökull volcanic ash composite" de Reisio, composto a partir do trabalho de Cogiati sob a licença CC-BY-SA, via [Wikimedia Commons](#)

Os vários alertas vermelhos emitidos nos últimos anos em Pequim por excesso de poluição, por vezes acompanhados por ordens de suspensão parcial da circulação automóvel e do funcionamento de empresas e de escolas, são um exemplo desse desequilíbrio que tem vindo a acentuar-se perigosamente.

Na verdade, as cidades constituem, ao mesmo tempo, os grandes polos de criação de conhecimento, inovação, emprego e riqueza e os principais focos de destruição dos sistemas biofísicos do nosso planeta. De acordo com um [documento](#) elaborado no âmbito da preparação da conferência HABITAT III sobre habitação e desenvolvimento urbano sustentável, que se realizará em Quito no próximo mês de outubro de 2016, a população a viver atualmente em cidades ocupa 3% da superfície terrestre, representa 54% da população mundial, emite 60% do total de gases com efeito de estufa, consome 76% dos recursos naturais do planeta e é responsável por 80% da riqueza global. Esses valores tenderão inevitavelmente a aumentar, se levarmos em conta que o serviço de População do [DESA/Nações Unidas](#) estima que em 2050 o peso relativo dos habitantes da Terra a viver em aglomerações urbanas será de 66%.



Fonte: “Fog over Hong Kong” de [Andi Andreas](#), via [Getty Images](#)

As cidades – ou, de forma mais correta, o capitalismo urbano-industrial – são o berço geográfico da [Grande Aceleração](#) que justificou a situação que alguns designam por [Antropoceno](#): uma nova era geológica em que os seres humanos, de forma direta e indireta, se transformaram num poderoso fator condicionante da evolução dos sistemas biofísicos terrestres, com destaque para domínios como

as alterações climáticas, as mudanças de uso do solo ou a extinção de espécies naturais. A destruição de recursos naturais finitos e a raiz antropogénica de muitos fenómenos ditos 'naturais', como inundações, ondas de calor, desassoreamento das praias ou erosão costeira, são indissociáveis dos processos de urbanização e estes, por sua vez, são o reflexo de um modelo económico e social centrado na ideia de crescimento ilimitado e na crença de que a ciência e a tecnologia conseguirão superar os diversos problemas que esse crescimento vai suscitando.

A gravidade da situação reúne atualmente um consenso muito alargado, mesmo a nível político-institucional. Se consultarmos a *agenda de desenvolvimento sustentável pós-2015 das Nações Unidas Transformar o nosso mundo: a Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável (2015)*, o documento preparatório da *Nova Agenda Urbana* que será votado na Conferência HABITAT III sob a designação *Declaração de Quito – Cidades para Todos*, também das Nações Unidas (2016), a *Agenda Urbana para a União Europeia (UE) / Pacto de Amsterdão*, aprovada no Conselho Informal de Ministros dos Assuntos Urbanos durante a presidência holandesa da UE (2016), ou a *Estratégia Cidades Sustentáveis 2020*, adotada pelo governo português (2015), podemos confirmar a existência de uma preocupação recorrente com o desenvolvimento urbano sustentável. A *Nova Agenda Urbana* a ser aprovada na Conferência HABITAT III defende, mesmo, a necessidade de uma mudança paradigmática na forma como planeamos, desenvolvemos e gerimos as cidades.

Sucedem que, num contexto de *urbanização planetária*, isto é, de processos com incidência e influência que ultrapassam em muito os espaços geográficos fisicamente ocupados pelo que designamos por cidades, debater futuros sustentáveis para as aglomerações urbanas é debater os modelos socioeconómicos e geopolíticos hoje prevalentes. E, paradoxalmente, quanto mais ambiciosas forem as novas agendas urbanas mais evidente se torna essa inevitável imbricação.

A questão essencial deste novo ciclo de agendas urbanas ambiciosas não é, portanto, a ausência, em cada cidade, de condições políticas, institucionais, culturais e técnicas necessárias para concretizar soluções complexas e exigentes em termos de liderança e de coordenação de ações desenvolvidas por atores com

visões, responsabilidades, prioridades e capacidades muito diversas. Naturalmente que a existência dessas condições é crucial. Mas discutir novas agendas urbanas ambiciosas como se elas fossem autonomizáveis de um debate mais amplo sobre a sociedade e a economia que queremos é uma ilusão que apenas tem sentido para quem possui uma visão pós-política do mundo em que vivemos, isto é, para quem defende que a mudança se baseia em soluções técnicas ditas inteligentes, formas de gestão eficientes, sucessivos acordos e consensos internacionais e crescente alinhamento das políticas nacionais com orientações globais.

Preso por ter cão, preso por não ter? Na realidade, as políticas urbanas têm sido alvo de críticas pelo facto de não serem suficientemente ambiciosas e integradas, surgindo demasiado associadas quer a políticas setoriais quer a temas da moda ou prementes, como a competitividade das cidades, as alterações climáticas, as questões de segurança, a inclusão de grupos vulneráveis ou as recentes 'soluções baseadas na natureza'. Mas, como vimos, a adoção de agendas que exigem um novo paradigma de desenvolvimento urbano sustentável implica, inevitavelmente, que as cidades sejam pensadas a longo prazo, não sobretudo a partir de si – ou seja, das suas características, condições e ativos – mas de cenários de futuro considerados desejáveis e exequíveis para as sociedades e as economias, recorrendo a metodologias de *backcasting*. É verdade que as cidades, pela centralidade que ganharam historicamente, são ao mesmo tempo um produto e uma condição dos modelos de crescimento e desenvolvimento. Mas em períodos de charneira como o que vivemos hoje, com as crises ecológica, económica e social associadas à falência da concepção moderna de progresso e aos efeitos predadores do capitalismo urbano-financeiro, as cidades têm de ser sobretudo encaradas como focos de mudança transformadora e não como palcos privilegiados de reprodução de tendências globais.

Neste contexto, os estudos sobre futuros urbanos, ou sobre o modo como essas realidades complexas que designamos por cidades – construídas quotidianamente por cidadãos, instituições, decisores – nos podem conduzir às sociedades e economias que desejamos, suscitam um debate para o qual o grupo de investigação 'Ambiente, Território e Sociedade', na sua diversidade de interesses e perspetivas, não deixará de contribuir. A reflexividade crítica é, na

verdade, a única forma de evitarmos o indesejável efeito de tenaz exercido pela pressão simultânea da crença na inevitabilidade da realidade presente, por um lado, e do temor da natureza apocalíptica do futuro que dela decorre, por outro.

João Ferrão é investigador coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Segurança urbana, poder local e (des)centralização entre Lisboa e Memphis

Simone Tulumello

 26 de abril de 2016

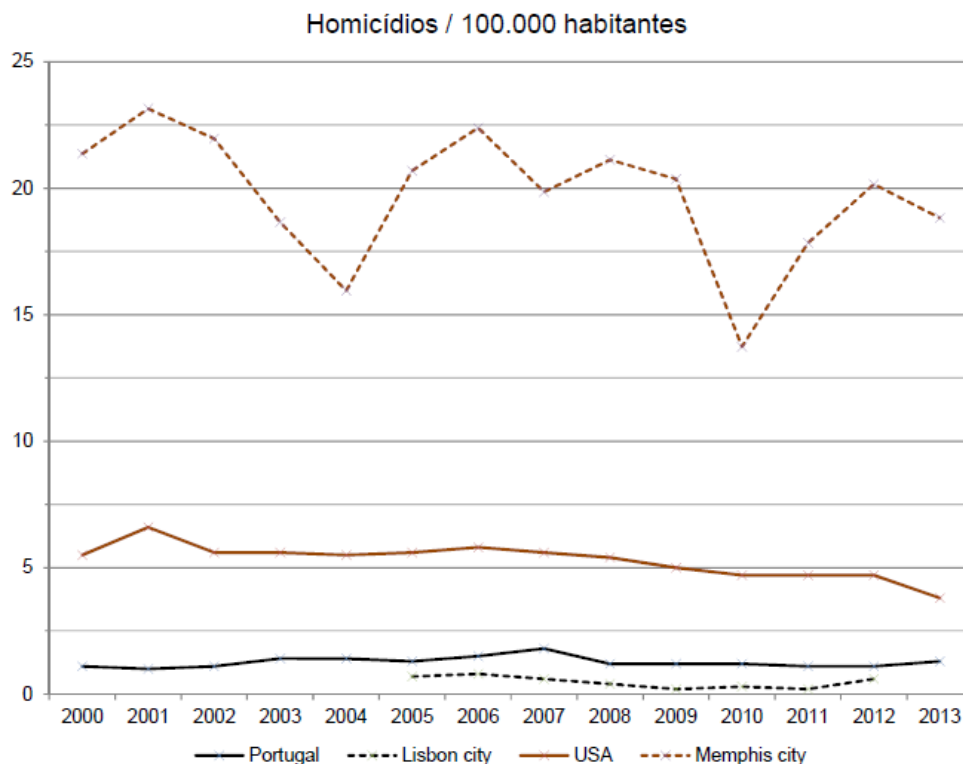
Encontro-me, graças a uma bolsa da comissão Fulbright EUA-Itália, no departamento de Planeamento Urbano e Regional da Universidade de Memphis (Tennessee), no período entre janeiro e julho de 2016. O objetivo desta estada em Memphis é produzir um estudo de caso para comparação com a Área Metropolitana de Lisboa no meu projeto de pós-doc *Which “secure cities”? A critical approach to security and feelings of fear in urban planning in Southern Europe* (FCT SFRH/BPD/86394/2012).

O projeto de investigação, iniciado em janeiro de 2013, é uma exploração crítica do papel das políticas locais urbanas, e das políticas de planeamento urbano e ordenamento do território, na segurança urbana e prevenção da criminalidade. Os objetivos são: i) entender melhor as relações entre espaço, políticas e perceções de segurança e de crime no espaço urbano; e ii) contribuir para a produção colaborativa de políticas de segurança numa ótica de justiça espacial e de governança urbana democrática. Na primeira parte do projeto analisei as políticas de segurança e o papel das políticas urbanas para a segurança nas cidades de Lisboa, Cascais e Barreiro (os resultados principais encontram-se neste relatório).

O trabalho de campo em Memphis permite-me comparar dois contextos radicalmente diferentes e complementares. Em Lisboa, uma das metrópoles mais seguras do mundo, as políticas de segurança são uma mistura de policiamento e de intervenção social e as autarquias têm experimentado uma série de políticas variadas (como o policiamento comunitário na Alta de Lisboa ou o Plano Estratégico para a Segurança de Cascais). Em Memphis, que sofre de taxas de crime violento particularmente altas (os homicídios são entre 10 e 20 vezes mais frequentes que em Lisboa) e de significativas relações entre pobreza, exclusão

social e violência, a conceção da segurança centra-se totalmente na aplicação da lei, na repressão e, portanto, no papel do departamento municipal da polícia.

Homicídios por 100.000 habitantes em Portugal, Lisboa, EUA e Memphis



Fonte: UNODC (PT, Lisboa, EUA), FBI e US Census Bureau (Memphis)

Há muitas razões que justificam a existência de diferentes políticas de segurança entre uma metrópole como Lisboa e outra como Memphis. Por exemplo, é importante sublinhar as diferentes conceções das origens do crime: enquanto nos EUA este é quase exclusivamente considerado como uma responsabilidade individual, na Europa é enquadrado em dinâmicas sociais e económicas mais amplas. Além disso, há nos EUA uma ideia oposta à Europeia acerca do papel do Estado, com uma dominância dos valores individuais e económicos sobre os valores coletivos e sociais. Em consequência, podemos perceber como nos EUA se utilizam políticas que visam prevenir diretamente as ações criminais e dissuadir os “criminosos”, incrementando neles a perceção do risco de cometer uma ação criminal, enquanto em contextos como Lisboa (e na Europa, em geral) se privilegiam políticas que procuram enfrentar razões estruturais do crime, como pobreza, exclusão ou mal-estar.

Neste contributo quero enfatizar uma dimensão específica, a da organização institucional dos dois Estados, porque esta perspetiva permite reconsiderar de um ponto de vista bastante incomum, pelo menos na Europa, o tema da centralização e descentralização do poder público.

Portugal é um país extremamente centralizado: por exemplo, **a despesa local é apenas pouco mais de 10% da despesa pública**. E o debate sobre a necessidade de descentralizar o poder público, em nome da proximidade, da prestação de contas e da subsidiariedade, é muito vivo. No domínio da segurança, a centralização é particularmente evidente: segundo a Lei de Segurança Interna (53/2008), o Estado e o Governo são os atores responsáveis pela segurança pública – e, de facto, as polícias criminais (PSP e GNR) são órgãos estatais. Esta centralização ajuda a explicar por que razão as autarquias, que são os recetores diretos das preocupações dos cidadãos com o crime e a violência, têm investido em políticas sociais e em práticas inovadoras – mas também em políticas discutíveis, como a vídeo-vigilância em áreas com pouco crime, como o Bairro Alto em Lisboa – na procura de alguma capacidade de intervenção nesse domínio.

Ao contrário, os EUA são um país federal, com quatro níveis de poder público (cidades, condados, estados, federação) e fortemente descentralizado, onde se confere um amplo poder à escala municipal. A segurança é uma responsabilidade principalmente municipal. Em Memphis, o departamento da polícia absorve quase 40% dos recursos económicos municipais, enquanto menos de 20% é destinado a políticas sociais e urbanas (serviços e espaços públicos, urbanismo e habitação, cultura e lazer) – contra quase 30% em Lisboa. Assim, embora a conceção política de segurança esteja centrada no papel da polícia, seria de qualquer forma muito difícil, ou quase impossível, empenhar-se em políticas com o objetivo de atacar os problemas estruturais da cidade; e o sistema criminal-judiciário torna-se o principal ator em áreas como a dependência de drogas e a doença psiquiátrica. Além disso, sendo os departamentos de polícia extremamente poderosos do ponto de vista político (pela sua dimensão em termos operacionais e pela quantidade de recursos financeiros que gerem e distribuem), é quase impossível questionar publicamente a estrutura de prioridades em relação às políticas de segurança – sob risco de se tornar objeto de acusações de ser *anti-cop*, inimigo da polícia.

Assim, o tema da segurança pode ajudar-nos a reconsiderar alguns lugares comuns sobre a descentralização. Por exemplo, a centralização pode funcionar (e nas políticas de segurança parece funcionar) como instrumento de redistribuição de recursos entre territórios mais e menos ricos. Ao contrário, em sistemas mais descentralizados e com uma forte correlação entre pobreza e incidência da criminalidade (como nos EUA), acontece que os contextos que mais precisam de recursos de segurança têm uma menor disponibilidade em comparação com contextos mais ricos e com menos problemas de crime. Além disso, a segurança é uma área onde os sentimentos públicos são particularmente sensíveis e até irracionais: por exemplo, os portugueses, embora vivam num dos países mais seguros do mundo, estão historicamente entre os mais preocupados com o crime. Assim, é certamente positivo que, nesta área, haja um processo de decisão em dialética democrática entre escalas mais e menos diretamente influenciadas pela proximidade com os sentimentos públicos.

Percentagem de pessoas que se sentem inseguras ou muito inseguras nas ruas durante a noite



Fonte: International Crime Victim Surveys

Em conclusão, se é certamente desejável uma maior descentralização dos poderes públicos em Portugal, é também importante lembrar-nos que a descentralização, na ausência de iniciativas de redistribuição horizontal e de colaboração vertical entre diferentes níveis administrativos (como é o caso de muitos contextos nos EUA), pode tornar-se em localismo, incrementando injustiças territoriais e

piorando a ação pública, especialmente em domínios como a prevenção das causas do crime e da violência.

Simone Tulumello é investigador de pós-doutoramento do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Trauma e resiliência após um sismo: o exemplo de Amatrice, Itália

Ana Sofia Ribeiro

📅 1 de março de 2017

Uma estrada sinuosa coberta de neve é o único caminho que leva a Amatrice, “o mais bonito município de Itália”, devastado a 24 de agosto por um sismo de magnitude 6, que assolou as áreas marginais de três províncias: Umbria, Lazio e Marche. Desde então, cerca de 4.000 pessoas receberam assistência humanitária, tendo várias sido deslocadas e outras resgatadas de edifícios em ruínas. 299 pessoas morreram, entre as quais também crianças.

Ruínas depois do sismo em Amatrice, Itália



Fonte: Fotografia de Israel Rodriguez

No âmbito de uma reunião internacional, a equipa internacional do projeto **CUIDAR** - Culturas de Resiliências à Catástrofe entre Crianças e Jovens visitou o local para tomar conhecimento da resposta de emergência fornecida pela **Save the Children-Itália** às crianças sobreviventes à catástrofe, no âmbito de um

protocolo assinado em 2016, meses antes do terramoto. O projeto CUIDAR pretende fortalecer a participação das crianças nas políticas públicas de gestão de catástrofes, contando com equipas de 5 países europeus: Reino Unido, Itália, Grécia, Espanha e Portugal.

Amatrice é um município composto por 64 aldeias dispersas nas montanhas, cuja principal atividade é a agricultura. Com o terramoto, as vias que ligam as aldeias foram interrompidas, pelo que o isolamento dos jovens é ainda maior. 80% do centro histórico de Amatrice foi destruído. Apenas camiões do exército se atrevem a ir até lá. Famílias inteiras morreram, não existem supermercados e outras infraestruturas sociais, o que torna a população profundamente dependente de apoio externo.

Logo após o terramoto, o serviço de Proteção Civil do Lazio abriu um acampamento de suporte básico, com uma tenda de refeições e dormitórios. Desde então tem estado a construir casas para realojar aqueles que decidiram permanecer na vila. No acampamento existiu desde início um espaço dedicado às crianças, onde estas puderam expressar as suas emoções e receber apoio na recuperação do trauma.

Na sequência da monitorização deste espaço, a Save the Children-Itália construiu, em cooperação com o município de Amatrice, a Região do Lazio e o Ministério da Educação, um centro comunitário para jovens e crianças, que tem assumido um papel central na agregação da comunidade e na recuperação do trauma.

Inaugurado a 31 de dezembro de 2016, o centro é, além da igreja, a única estrutura funcional no centro da vila onde os moradores e as crianças se podem encontrar em segurança e com algum conforto. Neste centro, cerca de 80 crianças prosseguem os seus estudos, bem como outras atividades da sua preferência, como música e leitura. Dado que não existem creches na zona, o centro também dispõe de salas para bebés dos 0 aos 3 anos.

Para o planeamento e implementação do centro, foram consultados pais, professores, instituições locais e, claro, as crianças e os jovens. Cerca de 132 crianças realizaram desenhos e jogos através dos quais expressaram sonhos e desejos. Muitas disseram que gostavam que a vida voltasse a ser o que era, “dando de comer ao burro com os seus avós” e “tocando música”. Outras declaram ser

importante terem um espaço onde fiquem juntas “para não ficarem deprimidas em casa”. O centro constitui esse espaço de encontro, onde além das salas de aula existe ainda uma sala com instrumentos e internet.

A participação das comunidades e a sua corresponsabilização são fundamentais para fomentar a resiliência na recuperação da catástrofe. Na nossa visita ao centro, falámos com equipas da proteção civil, que sublinharam a dificuldade de organizar uma resposta a uma catástrofe que afetou 3 regiões administrativas diferentes, com regras de organização específicas.

Particularmente marcante foi também o testemunho de uma jovem mãe que tem sido muito ativa na auscultação das famílias e das suas necessidades. Na sua opinião, além de uma melhoria na construção das habitações, é indispensável melhor informação sobre formas de prevenção e resposta na ocorrência destes eventos. Salientou ainda que a recuperação do trauma é um trabalho moroso e lento, destruído a cada nova réplica. Para quem não quer sair, trata-se de aprender a viver com a angústia de que de um momento para o outro tudo pode ser perdido.

Em Janeiro 2017, um novo sismo, menos intenso, fez-se sentir, reacendendo o medo nas crianças. Imediatamente, recomeçou também o trabalho de regulação do trauma, assegurando o seu bem-estar emocional. Delas depende o futuro da comunidade. Em Amatrice a terra ainda treme, mas a vida tem de continuar.

Ana Sofia Ribeiro é investigadora na área do ensino superior, educação comparada e políticas públicas no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

A autora gostaria de agradecer a Anna Grisi as informações prestadas e a Israel Rodriguez pelas fotografias de campo.

Os veículos elétricos de baixa velocidade estão a influenciar a urbanização de alta velocidade na China

Dennis Zuev

 13 de dezembro de 2017

Enquanto por todo o mundo os países tentam limitar o aumento da temperatura da Terra, a China fez da transição para o transporte de baixas emissões de carbono uma **prioridade**. Como parte do esforço para desenvolver veículos de baixas emissões (*low-carbon*), os fabricantes nacionais de automóveis elétricos beneficiaram de um apoio significativo por parte do governo **chinês**. As suas vendas, no entanto, têm sido prejudicadas por um concorrente de reduzida dimensão: o veículo elétrico de baixa velocidade (*disuche*).

Apesar do nome, os veículos elétricos de baixa velocidade (LSEV) não são assim tão lentos. Com uma velocidade máxima de 60 km/h, eles são suficientemente rápidos para se deslocarem em cidades grandes e fortemente congestionadas, podendo mesmo atingir 100 km/h se forem alvo de uma “intervenção manual”. A maioria dos modelos é compacta, assemelhando-se a veículos utilitários de três rodas ou a *buggies* de golfe – uma solução prática para a falta de espaço de estacionamento que se tornou **um problema significativo** à medida que cada vez mais pessoas conduzem na China.

A maior vantagem dos LSEV é, provavelmente, a sua eficiência de custo, com um preço médio de 4500 euros. Para além disso, todos os seus proprietários na China irão receber uma matrícula, independentemente da marca ou do tamanho do seu veículo.

Isto é importante, porque até recentemente a maioria dos LSEV não tinha registo de identificação. De facto, **até outubro de 2016** não havia regras que regulassem o seu fabrico ou uso. Mas agora que o governo anunciou a sua intenção de supervisionar o setor, esses veículos deverão vir a desempenhar um papel importante no rápido processo de urbanização da China.

“With mini EV you are only half a human being but you pay the same parking fee (2 yuan)”. Liaocheng, província de Shandong



Fonte: Fotografia de Dennis Zuey

Cidades do futuro

O novo plano de urbanização chinês prevê a migração de 100 milhões de pessoas para cidades de terceiro e quarto níveis do sistema urbano nacional até 2020, pelo que o transporte a preços acessíveis se torna uma prioridade. Ao assumir a supervisão do crescimento e desenvolvimento dos LSEV, o governo chinês está agora na posse de uma nova ferramenta para reformular o ambiente urbano.

De facto, a China tem uma reputação de cidades baseadas no uso intensivo de automóveis (*car-centred cities*), que sofrem de tráfego intenso e de poluição elevada. Embora a melhor opção seja estimular a utilização de transportes públicos, os LSEV podem vir a desempenhar um papel importante na qualidade do ar das cidades chinesas, oferecendo uma alternativa mais compacta e de baixa emissão a todos os que aspiram vir a ser proprietários de um automóvel.

Mas o LSEV não é a única opção de transporte *low-tech* na China urbana. Há também cerca de 300 milhões de motorizadas elétricas de diferentes tipos e marcas. De facto, motorizadas e bicicletas elétricas têm sido, até agora, os

veículos mais populares de combustível alternativo na história da **motorização na China**.

LSEVs na estrada principal. Não se sentem marginais de forma nenhuma... Liaocheng, província de Shandong



Fonte: Fotografia de Dennis Zuey

É de relevar, no entanto, que há algum tempo que as motorizadas elétricas são consideradas um problema para as autoridades locais, uma vez que estas tendem a valorizar outras soluções de mobilidade de alta tecnologia para tornar as cidades mais modernas. De facto, regras mais rigorosas foram impostas em dez cidades chinesas de grandes dimensões, entre as quais **Pequim e Shenzhen**, num esforço controverso de conter o uso de motorizadas.

É difícil de prever se as bicicletas elétricas irão desaparecer. A nossa **pesquisa** sobre a inovação da mobilidade com baixas emissões de carbono na China sugere que as e-bikese os LSEV continuarão a coexistir e a competir uns com os outros por algumas décadas. Ainda assim, a decisão do governo chinês de atribuir um estatuto legal formal ao LSEV irá, definitivamente, dar aos seus fabricantes uma nova vantagem no jogo da mobilidade de baixa tecnologia.

Tentativas anteriores de regularizar as empresas de veículos elétricos da China têm tido, ainda que discretamente, consequências imprevistas: em **agosto do**

ano 2016 foi relatado que 90% dos fabricantes de EV poderiam vir a ficar fora do mercado por causa das novas e difíceis regras. Por outras palavras, embora a regulamentação eleve os padrões de exigência, também irá favorecer alguns grandes produtores e sufocar a concorrência.

O criador de tendências globais

Apesar destes constrangimentos, deve notar-se que a China é o país que possui atualmente o maior número de LSEV privados do mundo, bem como o número mais elevado de LSEV utilizados em **serviços de carros partilhados**. E o governo chinês está empenhado em aproveitar esse sucesso.

Já existe um crescente interesse global em LSEV de menores dimensões, incluindo os EV dobráveis em cidades europeias e os veículos elétricos 3D-imprimíveis no Japão. Mas até agora, muitas cidades têm tido relutância em adotá-los em grande escala. Como resultado, os LSEV permanecem um “veículo elétrico de vizinhança” de presença marginal.

Mercado de LSEV, Jinan, capital da província de Shandong



Fonte: Fotografia de Dennis Zuey

Ao controlar este setor em expansão, o governo chinês irá ser capaz de elevar os padrões de exigência. Isso vai não só beneficiar os consumidores e impulsionar as vendas internamente, mas também ajudar os fabricantes a alcançar novos mercados em cidades europeias, como **Milão na Itália**.

O acesso aos mercados internacionais vai dar aos fabricantes mais capital para reinvestir na atualização da tecnologia LSEV e para adicionar novos recursos. Como resultado, esses veículos vão tornar-se ainda mais atraentes e capazes de competir com os automóveis de combustão

e os veículos elétricos convencionais, quer junto dos consumidores individuais, quer nos contratos para serviços de partilha de carros nas cidades.

Como alguns estudiosos gostam de dizer, “**como a China vai, também vai o mundo**“. Mais concretamente, muitos outros países são suscetíveis de vir a seguir a liderança da China no que se refere a esta lógica de desenvolvimento urbano.

A decisão do governo chinês de supervisionar a produção de LSEV vem pôr em evidência as intenções da China de liderar o desenvolvimento da mobilidade com baixas emissões de carbono, não apenas em casa, mas em todo o mundo.

Dennis Zuev é investigador do Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES) do ISCTE e investigador associado do Institute of Social Futures, University of Lancaster, Reino Unido.

O cinema e a cidade na Cinemateca Portuguesa

Mariana Liz

 10 de janeiro de 2018

A relação entre o cinema e a cidade tem sido uma das grandes áreas de investigação dos estudos cinematográficos das últimas décadas. Num artigo de 2012, Charlotte Brunsdon desenhou uma cronologia de publicações sobre cinema e cidade, sobretudo em língua inglesa, nas duas décadas anteriores. Esta contém mais de trinta monografias e coleções de ensaios, e poderíamos adicionar a esta lista pelo menos duas dúzias de publicações sobre o mesmo tema lançadas nos últimos anos. Este é um número surpreendente para um campo tão restrito como, apesar de tudo, ainda é o dos estudos cinematográficos.

Face a tão rápido crescimento, para alguns este é um tema que começa a esgotar-se. No entanto, à medida que o cinema sofre transformações aos mais variados níveis – incluindo a perceção de que vivemos numa era pós-cinematográfica – e as cidades crescem em importância – como o demonstra a adoção, pelas Nações Unidas, de uma Nova Agenda Urbana – estudos sobre o cinema e cidade ganham um novo fôlego. Trabalhos mais recentes propõem-se pensar não só o que é o cinema e o que é a cidade, mas sobretudo como os dois objetos em mudança se relacionam e, ao mesmo tempo, se transformam mutuamente.

Veio de encontro a este debate o ciclo *O Cinema e a Cidade*, que teve lugar na Cinemateca Portuguesa entre setembro e novembro de 2017. Durante três meses, foram exibidos e discutidos dezenas de filmes que têm representado, estruturado e ajudado a pensar o espaço urbano, incluindo clássicos sobre grandes capitais mundiais, de *Lisboa, Crónica Anedótica* (Leitão de Barros, 1930) a *Viagem a Tóquio* (Yasujiro Ozu, 1953), de *Roma* (Federico Fellini, 1972) a *Do The Right Thing* (Spike Lee, 1989).

O ciclo *O Cinema e a Cidade* incluiu também uma exposição sobre a história das salas de cinema em Portugal entre os finais do século XIX e do século XX. Finalmente, esta iniciativa contou com um colóquio sobre o mesmo tema, que se

realizou a 28 e 29 de setembro. Este texto centra-se nesse colóquio. Ao revisitar as comunicações apresentadas e debates que a estas se seguiram, o texto sublinha os temas e questões que têm estruturado o pensamento sobre cinema e cidade. Inclui ainda algumas reflexões sobre linhas de investigação futura para os trabalhos a desenvolver neste campo.

O primeiro dia começou com um painel sobre os lugares do cinema na vivência da cidade. Margarida Acciaioli mostrou-se preocupada com a demolição recente de um grande número de salas de cinema em Lisboa. Com elas, disse, perdeu-se grande parte da história da arquitetura do século XX, de tal maneira que os **cinemas em Lisboa no século XX** se tornaram efetivamente um objeto de estudo arqueológico. Esta preocupação foi ecoada pelas apresentações de José Neves e José Manuel Fernandes. Como contraponto, Alexandre Alves Costa apresentou a **recuperação do histórico Cinema Batalha no Porto** como um caso de sucesso.

Cinema Batalha no Porto. By Manuel de Sousa – Own work



Fonte: "**Cinema Batalha**" de Manuel de Sousa, via **Wikimedia Commons**

À tarde, Teresa Borges e Eva Ângelo mostraram e analisaram mapas representando a distribuição de salas de cinema em Portugal. Se em 1916 havia 172 salas, em 1946 existiam mais de 300. Em 2017 há apenas 170 salas de cinema

em Portugal, quase todas em multiplexes. No entanto, estas equivalem a mais de 500 ecrãs. De facto, o número de ecrãs de cinema tem vindo sempre a crescer em Portugal, sobretudo em cidades como Lisboa.

Estes dados mostram não só como uma abordagem quantitativa pode ajudar a repensar a importância do cinema e de outras atividades culturais para os centros urbanos, mas também como a sua georreferenciação levanta **novas questões para investigadores** na área da cultura. Inês Lobo e Júlia Varela, por exemplo, fizeram um levantamento dos cinemas que existiram em Lisboa na Avenida Almirante Reis, centrando a sua investigação na questão da exploração do património nesse mesmo território. O dia terminou com apresentações de Alberto Guerreiro, sobre a importância do cinema na criação de uma visão moderna da cidade de Alcobaça, e de Mariana Liz, sobre iniciativas como CinAlfama, CineSociety e Filmin ao Vivo, e a interligação entre cinema, cidade e turismo.

O segundo dia arrancou com apresentações de Nuno Fonseca, Érica Faleiro Rodrigues, Jacques Lemièrre e Paulo Cunha, que caracterizaram as salas de cinema enquanto lugares sociais. Para uns, as mutações sofridas pelas salas de cinema têm sido prejudiciais à ontologia do cinema. Para outros, pelo contrário, estas amplificam a definição e natureza do cinema.

Por exemplo, Paulo Cunha falou sobre a história do Cineclube de Guimarães e sublinhou a emergência de **novas formas de cinefilia**, sobretudo em cidades portuguesas de dimensões mais reduzidas. Imersão e partilha, experiência individual e experiência social, e espaço público e espaço privado, surgiram como oposições importantes para pensar não só o cinema, mas também o espaço urbano contemporâneo, assim como as atividades culturais que nele se desenvolvem.

Percorrendo a história do cinema, o painel que encerrou o colóquio reuniu José Bértolo, João Almeida e Silva, Ana Cabral Martins e Iván Villarme Álvarez. José Bértolo discutiu o caso de Paris no pós-guerra, e a forma como o crescimento da cidade teve, nesse período, um impacto determinante na modernidade aparente do cinema da **Nouvelle Vague francesa**. Houve ainda apresentações sobre a representação de Tóquio em diferentes momentos do cinema japonês; sobre os *blockbusters* do **novo cinema de Hollywood**, pensados para os multiplexes dos

subúrbios norte-americanos; e sobre a cidade pós-moderna e a expansão do cinema digital.

Na apresentação final do colóquio, Iván Villarrea Álvarez sublinhou um paradoxo interessante: se, por um lado, é cada vez mais difícil ver cinema no centro da cidade, por outro, o centro da cidade torna-se mais cinematográfico, na medida em que é transformado em cenário de um crescente número de filmes contemporâneos. Pense-se, por exemplo, no **filme promocional da Web Summit** 2017 produzido pela Câmara Municipal de Lisboa, e na forma como este recicla e reinventa imagens de Lisboa que, não sendo artificiais, não deixam de mostrar apenas uma parte ínfima da cidade.

Do ponto de vista da representação, está o cinema contemporâneo não só a mudar-se para as zonas mais periféricas da cidade, mas também a contribuir para processos de **gentrificação** dos centros históricos urbanos? Como pode a imagem em movimento ajudar a repensar conceitos como autenticidade e realismo, local e estrangeiro, cultura e consumo?

Do ponto de vista da experiência, há ainda pouca investigação sobre novas formas de exhibir e ver cinema. Qual é a história, e qual tem sido a evolução social, de cineclubes e outras sociedades dedicadas ao cinema e à cultura nas cidades? Que apoio, de instituições locais, nacionais ou internacionais, têm recebido iniciativas como **Há Filmes na Baixa!**, no Porto, ou **Cineconchas**, em Lisboa? Qual o objetivo destes eventuais apoios, e têm estes sido alcançados, tendo em conta o sucesso destas iniciativas?

O colóquio aqui apresentado, e as discussões apaixonadas que o caracterizaram, deixam bem claro que o tópico cinema e cidade está longe de se esgotar. Assumir que o cinema e a cidade estão em mudança é também assumir a necessidade de repensar os termos das investigações conduzidas até agora. A iniciativa da Cinemateca deixa um convite à comunidade artística e académica, às instituições culturais e à classe política para imaginar um futuro em que espaço urbano e cultura, cidades e cinema, permaneçam intimamente ligados.

Mariana Liz é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Do planeamento colaborativo: artefacto ou artifício?

Sebastião M.F. Bhatt



27 de setembro de 2016

A percepção quotidiana de uma crescente proximidade interpessoal permitida ao longo das últimas décadas pelas novas tecnologias de informação e comunicação tem contrastado com a persistente e generalizada ideia de afastamento dos cidadãos face às suas instituições e políticas, não obstante os processos de democratização e modernização empreendidos. Neste cenário, o gradual acentuar da crise económica dos estados e os seus efeitos têm interpelado o sector das políticas públicas e respetivos instrumentos para a construção e afirmação de um novo paradigma de políticas e de planeamento visando a abertura, o empoderamento e a participação cidadã.

Com efeito, a evolução da **crise da dívida soberana** e o **acentuar das desigualdades** socioeconómicas evidenciados em **relatórios internacionais** revelaram, por um lado, a indisponibilidade do Estado e do seu planeamento em continuar a responder aos desafios territoriais isoladamente e, por outro, a necessidade de recorrer a parcerias e a redes de cooperação como **modelo administrativo eficiente** de organização processual e de suprimimento das suas limitações. Assim, as décadas de 80 e 90 do século XX apontaram de forma progressiva – numa evolução diferenciada ao nível territorial e cultural – para uma alteração do modo tradicionalista e formalista do exercício de governo e do planeamento, com o assumir de uma nova agenda participativa visando a mobilização e implicação de agentes privados e das comunidades locais num trabalho conjunto.

Em plena economia de mercado foram gradualmente operados processos de desagregação, descentralização e privatização de sistemas de gestão e prestação de serviços públicos, mobilizados novos atores e criados novos instrumentos – programas, projetos e outros mecanismos – que procuram organizar e ativar eficientemente formas de intervenção e interação coletivas.



Fonte: *Dilbert* by Scott Adams (2012)

Em resposta à intensificação do atual contexto de crise, o emergente **modelo institucional** tem vindo a reforçar-se na sua orientação propositiva para a capacitação de recursos humanos, a descentralização e desconcentração administrativa, a otimização de recursos, a consulta cívica e a codecisão (*versus* investimento em infraestruturas, centralização, etc.). O princípio da responsabilidade comum da “coisa pública”, muito presente na definição da **New Urban Agenda**, vai sendo prescrito como uma chave mestra para o planeamento e a resolução dos problemas urbanos. Contudo, não obstante os aparentes sinais discursivos de abertura e colaboração, um persistente número de planos, programas e projetos evidenciam riscos e efeitos paradoxais denunciadores de um intrincado enigma.

A primeira ambiguidade emana da frequente fratura entre o plano discursivo e estratégico em que se enquadra a participação e a correspondente implementação. Desde o seu início que o ciclo de execução de um plano ou projeto caracteriza-se pela sua não-linearidade, na justa medida em que se desenvolve num campo de agenciamento diversificado, iterativo e complexo no qual o próprio processo de definição estratégica evolui em função dos objetivos e interesses dos atores e grupos envolvidos. Neste âmbito, a esfera discursiva de um projeto constitui-se como um espaço de instrumentalização em que se tem verificado a utilização de um conjunto de sofismas, como são exemplo os *slogans* de “consulta”, “equidade”, “sustentabilidade”, “criatividade”, “inovação”, etc. A sua evocação tem-se constituído frequentemente como um fim em si mesmo, ou pior, um mero rótulo conveniente de mobilização e coação cívicas.

A segunda ambiguidade decorre da esfera de multiplicidade de atores em presença, como sejam os grupos profissionais, níveis administrativos, elites sociopolíticas e sectores de atividade, prosseguindo interesses diversificados privados ou públicos, permanentes ou temporários, visíveis ou ocultos. No decurso da operacionalização de um plano ou projeto, como refere Healey, embora se publicitem processos de consulta em contexto de equidade e de codecisão, o diferenciado perfil e grau de acesso à informação, competências e recursos dos agentes é determinante. A voluntariosa sociedade civil e as comunidades locais são amiúde condicionadas e manipuladas pela conveniente tecnocracia institucional. Por outro lado, a imagem do ator Estado (*pós-keynesiano*) tem sido transfigurada no seu perfil de “máquina” – provisora, coesa e homogénea – revelando-se como entidade administrativamente fragmentada cujas estratégias nacionais confrontam-se com competências, compromissos e recursos limitados por parte das autarquias locais. O ator Estado, em função da sua estratégia contextual, mantém relações mais privilegiadas com certos sectores em detrimento de outros. Elites, *lobbies*, mecenas, tecnocracias, partidocracias, “coutadas” de consultorias constituem “clientelas” que acabam por explicar a polissemia e as (in)coerências internas de certos projetos.

A terceira ambiguidade resulta da frequente subordinação do processo de consulta e de participação (em especial, quando não vinculativo) ao mito da “racionalidade” da decisão política representativa ou de metodologias de apoio à tomada de decisão. O “imaculado manto decisório” oculta reiteradamente múltiplas influências inscritas e percetíveis nas relações diferenciadas de interesses e de poder entre os agentes. A rigidez das normativas europeias, o peso dos investimentos privados e de outros compromissos, as lógicas de influência intra e interpartidárias manifestam a relevância do poder, formal e informal, no campo de forças da tomada de decisão.

Em suma, será a desejável abordagem participativa e colaborativa um eficiente artefacto ou um conveniente artifício? A construção e a coordenação de processos de desenvolvimento territorial parecem carecer de um olhar atento mais sistémico, criterioso e incisivo, de modo a aferir se o dispositivo colaborativo e de codecisão se constitui efetivamente como uma componente vinculativa da intervenção regulatória entre os interesses estratégicos privados e institucionais,

por um lado, e a qualidade de vida, o bem-estar e a integração socioeconómica dos cidadãos e a sustentabilidade dos territórios, por outro.

Sebastião M.F. Bhatt é estudante de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**) (em colaboração com TU Delft).

Portugal, o novo Eldorado dos processos participativos?

Roberto Falanga

 17 de outubro de 2018

Processos participativos: de onde vêm e para onde vão?

Os novos processos participativos com a sociedade civil têm vindo a representar um fenómeno de destaque em muitas democracias contemporâneas. Experiências pioneiras de orçamento participativo desempenharam um grande papel na replicação à escala global, como demonstram as mais de 2 mil autarquias no mundo empenhadas neste tipo de processo. No Brasil, onde o primeiro orçamento participativo foi realizado pelo município de Porto Alegre nos finais dos anos 80, a **Rede de Brasileira de Orçamento Participativo** contabilizou 355 processos em curso até 2012, e **dados mais recentes** confirmam que cerca de mil orçamentos participativos foram implementados até 2016 na América Latina. Em 2018 **contam-se** cerca de 3500 orçamentos participativos em Europa, seguidos pela Ásia, com cerca de 800, África, com cerca de 350, e Estados Unidos, com cerca de 75.

O orçamento participativo, assim como outros processos que se propõem incidir sobre programas e políticas públicas através da inclusão de cidadãs e cidadãos na tomada de decisão, têm representado um ponto de viragem para entender os modelos atuais de governação alargada e em rede. Desde o planeamento territorial, passando pela regeneração urbana, a saúde e a educação, novas ferramentas de debate e decisão proporcionam a possibilidade de abrir canais de interlocução (e cooptação) de membros da sociedade civil. Se alguns países chegaram a regulamentar o funcionamento desses processos nas constituições e/ou através de leis específicas, como no caso da República Dominicana (lei 176/2007), Peru (lei 28056/2003) e mais recentemente Colômbia (lei 1757/2015), na esmagadora maioria dos casos esses processos vigoram por resoluções, deliberações e despachos que só parcialmente vinculam o processo ao

programa de governo. Por outras palavras, raramente existe a obrigação de iniciar e/ou dar continuidade a um processo participativo.

Perante a difusão maciça desses processos nas últimas décadas, torna-se imperativo não só mapear as práticas em curso, como examinar as mesmas para entender o que deverá hoje ser considerado como processo participativo. Olhando para os princípios básicos que moveram a difusão dos primeiros orçamentos participativos, por exemplo, existe claramente uma missão de maior justiça social e de redistribuição do poder em prol dos setores da sociedade civil mais desfavorecidos. Além disso, os mesmos deveriam ser inseridos num desenho de reformas administrativas mais amplo, que promova novos modelos de governação orientados para o reforço dos regimes democráticos. Contudo, a partir dos anos 2000, agências transnacionais e internacionais fizeram dos processos participativos o instrumento de uma desejada melhoria da eficácia e eficiência das medidas públicas, e um objetivo de governação para recuperar consensos na classe política.

Perante este quadro, será legítimo perguntar por que razão os processos participativos se tornaram tão apetecíveis para as autarquias e para o governo nacional em Portugal. O **Observatório Nacional** gerido pela plataforma Portugal Participa confirma a existência de quase 200 processos participativos a serem implementados por municípios e freguesias. Um número recorde considerando-se o número de autarquias no país, o que tem vindo a levar investigadores e profissionais da área a olhar para Portugal como uma espécie de Eldorado da participação. O entusiasmo cresce quando se considera que o governo nacional iniciou no ano passado **três orçamentos participativos** à escala nacional e que em 2018 arrancou o primeiro **orçamento à escala regional** nos Açores. Desde o primeiro **orçamento participativo** local em Palmela em 2002, passando pelo **orçamento participativo** iniciado em 2007/2008 e o programa **Bip/Zip** criado em 2011 em Lisboa, chegando aos recordes de participação no **orçamento participativo** de Cascais, e considerando ainda os orçamentos participativos supralocais, torna-se necessária uma reflexão crítica sobre este fenómeno em Portugal. Necessária porque a expansão destes processos se instala num contexto quer de **baixa confiança e afeição** para com instituições e representantes políticos, quer de escassa mobilização cívica.

Manifestação “Rock in Riot” para o direito à habitação, Lisboa 23 de março 2018



Fonte: Fotografia de Roberto Falanga

Três aspetos críticos a destacar nos processos participativos em Portugal

Segue-se uma reflexão crítica em torno dos primeiros 15 anos de experimentação de processos participativos no país, com o objetivo de questionar esse sucesso e abrir a possibilidade de um debate mais consistente sobre alguns dos seus limites. Focar-me-ei em três aspetos que merecem particular atenção por parte de promotores políticos, profissionais, investigadores e participantes, a fim de discutir o valor acrescentado dos processos participativos para a vida social e política do país.

Um primeiro aspeto a destacar é que, até ao momento, os processos participativos não têm proporcionado espaços politizados de debate. Isto não aconteceu por uma razão clara e controversa ao mesmo tempo: o foco passou de objetivos intimamente ligados a uma extensão dos mecanismos de redistribuição da riqueza em prol dos princípios de justiça social para objetivos que se circunscrevem ao exercício de “práticas democráticas” de governação. Recorde-se, contudo, que as práticas democráticas são sempre e necessariamente práticas políticas. Evitar este pressuposto cria uma circunstância que é epistemológica e historicamente problemática considerando que qualquer escolha feita no âmbito da participação, seja ela de natureza administrativa, técnica, ou até circunstancial

em alguns casos, pressupõe incondicionalmente a existência de agendas políticas. As formas como os processos participativos são propostos, assim como as cidadãs e os cidadãos se apropriam deles, se opõem ou recusam a participar, desconhecem a sua existência ou não demonstram interesse em dedicar-lhes o seu tempo, são fatores que só podem ser entendidos aceitando o caráter eminentemente político da participação.

Graffiti no muro da cerca do Centro de Inovação da Mouraria, um dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de Lisboa em 2012



Fonte: Fotografia de Roberto Falanga

Um segundo aspeto a destacar, intimamente relacionado com o primeiro, é que até ao momento não tem havido, aparentemente, uma apropriação político-partidária dos processos participativos. Apesar de, numa primeira fase, os orçamentos participativos terem sido apoiados internacionalmente por algumas fações da esquerda radical, a tendência nos últimos anos tem sido significativamente mais abrangente e transversal no espectro partidário. Em Portugal, essa tendência confirma-se com o Partido Socialista a ganhar visibilidade devido ao seu papel na capital e no governo nacional, e com o envolvimento de partidos de centro-direita, como testemunha o sucesso do orçamento participativo em Cascais. Contudo, esta tendência confirma os receios relacionados com o domínio de uma retórica que permeia internacional e

nacionalmente a implementação destas práticas em detrimento de um mais robusto debate político. A difusão internacional de *toolkits* e guiões de implementação, a celebração de boas práticas de participação e as suas desejadas transferências globais, assim como a inserção de mecanismos supostamente participativos em todo o tipo de financiamento internacional que investe o domínio público e, em particular, a governação urbana, remetem a uma retórica que desencoraja qualquer posicionamento político e partidário, e que reduz os processos participativos a ferramentas de governação *prêt-à-porter*. Ora, se é verdade que os processos participativos passam sempre e necessariamente por agendas políticas, haver princípios e estratégias político-partidárias por trás não será necessariamente um mal. Muito pelo contrário, se explícito, o posicionamento político-partidário de quem promove participação poderá pôr as condições para que o debate entre representantes e representados seja mais genuíno, mesmo em situações de conflito. Além do mais, a explicitação das agendas político-partidárias limitaria a perpetuação de modelos de participação que se reduzem a meros concursos de ideias onde a entrega aos participantes de troféus por glórias temporárias parece ser o momento mais alto da desejada melhoria da governação democrática.

Se a ausência de debate politizado e dos partidos políticos representam sinais da “neutralização” política que se insinua nos processos participativos, a escassa monitorização e avaliação dos processos é o terceiro aspeto que quero destacar nesta reflexão. Os processos participativos em Portugal não têm apostado suficientemente na prestação de contas, num quadro nacional de baixa cultura de avaliação das políticas públicas. A experimentação tornou-se experimentalismo com todas as perversões do caso, como a de considerar os processos participativos como práticas extra-ordinárias na agenda política e, portanto, imunes a mecanismos de fiscalização *ad aeternum*. Se bem que em muitos casos as propostas e os projetos de orçamentos participativos estejam acessíveis em plataformas designadas para o efeito, e em alguns casos sejam administrados inquéritos de satisfação aos participantes e/ou à população em geral, convém esclarecer que nem uma nem outra destas opções devem ser consideradas como medidas de avaliação por si só. Se os processos participativos são iniciados para terem algum impacto no curso das políticas públicas e na vida democrática da sociedade, só uma bateria metodológica complexa de monitorização e avaliação

poderá equacionar os dados necessários para decidir acerca da sua continuidade. Caso contrário, não só será legítimo perguntar por que está a ser investido dinheiro público e a serem utilizados recursos humanos para os processos participativos, como também duvidar da sua anunciada mais-valia.

Longa vida aos processos participativos?

Esta reflexão não pretende cobrir os processos participativos de pessimismo. Pelo contrário, a reflexão baseia-se numa conceção de democracia participativa que apela a que representantes políticos, cidadãos e cidadãos associados e não associados, profissionais, investigadores e ativistas se confrontem com questões que têm entrado no debate nacional com alguma dificuldade. Após 15 anos de experimentação em Portugal, será necessário assumir a existência de um fenómeno extenso que não pode continuar confinado a experimentalismos, ou nas fronteiras das decisões políticas que “contam”. Será necessário que os governos se equipem com novos instrumentos para que a durabilidade dos processos de participação esteja garantida sem depender apenas dos humores dos representantes políticos. A sua regulamentação deverá ser tema de debate, assim como a sua transparência num contexto de implementação onde autarquias e governo nacional têm vindo a mostrar grande entusiasmo, mas escasso compromisso com a prestação de contas. Considerando que não existe governação neutra, e que somos governados por um sistema representativo onde as agendas de governo continuam ligada ao sistema político-partidário, por que não aproveitar a oportunidade histórica de haver processos participativos espalhados a varia escala por todo o país para um reposicionamento político dos mesmos?

Roberto Falanga é investigador de Pós-Doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa). É membro do Grupo de Investigação de Ambiente, Território e Sociedade e desenvolve a sua investigação/ação em torno dos processos de participação da sociedade civil nas decisões públicas.

Eixo Verde e Azul: Intermunicipalidade em Ação na Área Metropolitana de Lisboa

Luís Balula

 19 de dezembro de 2018

Em julho de 2016, os municípios de Sintra, Oeiras e Amadora, em conjunto com a Parques de Sintra – Monte da Lua (PSML), uma empresa pública que opera na área do turismo e lazer na região, assinaram voluntariamente um protocolo para desenvolver o projeto EVA na área metropolitana de Lisboa. EVA é o acrónimo de Eixo Verde e Azul e o projecto respeita à criação de um vasto parque (Belas-Queluz-Cruz Quebrada) estruturado pelo rio Jamor e cobrindo uma área de aproximadamente 10 km² partilhada pelos três municípios contíguos. O parque irá possibilitar a conetividade de um amplo território, interligando diversos ativos territoriais – naturais, patrimoniais e infraestruturais – nos três municípios.

O âmbito regional do EVA



Fonte: Imagem do vídeo promocional do EVA

São esperados impactos positivos do EVA na qualidade de vida e no bem-estar dos residentes da região, quer do ponto de vista ambiental, através da criação de

um novo ‘pulmão verde’ equivalente em área ao de Monsanto, quer do ponto de vista económico, ao proporcionar o desenvolvimento do turismo no eixo Sintra-Queluz-Jamor. Os resultados esperados a curto prazo incluem a renaturalização do leito e das margens do rio Jamor; a reabilitação dos principais espaços públicos confinantes, muitos deles em áreas urbanas; e a conclusão de uma rede pedonal e ciclável entre os vários equipamentos e pontos de interesse adjacentes a este corredor “verde e azul”. No longo prazo, espera-se que o EVA contribua para reforçar a rede regional de espaços verdes, com vista à redução da pegada de carbono metropolitana. Espera-se também que o aumento das infraestruturas de mobilidade suave (corredor pedonal/ciclável ligando Belas ao passeio marítimo de Oeiras, incluindo uma ponte ‘verde’ em Queluz sobre o IC19 e uma passagem inferior à A5 em Carnaxide/Queijas), bem como a criação de novos espaços públicos e parques urbanos (junto à estação de Queluz/Belas, junto ao Palácio de Queluz e ao longo do rio Jamor), contribuam para a coesão territorial, melhorando igualmente a coesão social.

O projeto insere-se na estratégia regional da Área Metropolitana de Lisboa (A.M.L.) no âmbito dos objetivos da estratégia **Europa 2020**, nomeadamente: (i) adaptação às alterações climáticas; (ii) prevenção e gestão de riscos; (iii) proteção ambiental; e (iv) transição para uma economia de baixo carbono. Em primeiro lugar, a intervenção no próprio rio Jamor, através da regularização do leito e suas margens, visa prevenir as inundações sazonais. Em segundo lugar, a criação de um vasto corredor verde contínuo contribui para a proteção do ambiente e para a preservação da fauna e flora locais. Em terceiro lugar, a extensa rede de conexões pedonais e cicláveis entre os diversos equipamentos e pontos de interesse adjacentes ao corredor facilita formas de mobilidade menos poluentes e reforça a conectividade territorial.

Talvez mais significativamente, no entanto, o projeto EVA tem atuado como um catalisador da colaboração intermunicipal, permitindo a troca de conhecimento e facilitando um processo ativo de aprendizagem mútua. O alinhamento dos três municípios em torno do objetivo comum do desenvolvimento integrado de uma região intermunicipal proporcionou uma base territorial coerente para a implementação de uma série de prioridades específicas a cada um dos três municípios.

O EVA, perto do Palácio de Queluz



Fonte: Imagem do vídeo promocional do EVA

Apesar das diferentes agendas políticas e trajetórias de desenvolvimento económico distintas, foi possível desenvolver um processo cooperativo e comunicacional com vista a atingir um objetivo territorial partilhado. Um pacto formal ao nível político permitiu que os técnicos dos três municípios se reunissem e discutissem ideias, percebessem os problemas dos outros e superassem as diferenças para articular conjuntamente uma intervenção integrada.

O EVA, no vale do Jamor



Fonte: Imagem do vídeo promocional do EVA

Os principais intervenientes do EVA são os três municípios e a PSML. No entanto, a implementação do projeto requer a coordenação e a cooperação de uma diversidade de agentes, sendo necessário garantir tanto a integração horizontal, entre as autoridades locais e entre estas e as entidades setoriais, como a integração vertical, entre escalas de governança. Dada a pluralidade das

iniciativas e a extensão territorial do projeto, este exigiu, à partida, a aprovação de seis entidades setoriais distintas (a Direção Geral do Património Cultural, a Agência Portuguesa do Ambiente, o Ministério da Defesa Nacional, as Infraestruturas de Portugal, as Águas de Portugal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas). Por outro lado, dado que se candidatou a financiamento através do programa **Portugal 2020**, o projeto EVA foi também apreciado pela CCDR-LVT, no âmbito do Programa Operacional Regional de Lisboa (**POR Lisboa 2020**); e pela AML, no âmbito da Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial da Área Metropolitana de Lisboa (**EIDT-AML**). Este Programa e esta Estratégia, por sua vez, estão alinhados com os objetivos da estratégia Europa 2020.

A complexidade deste contexto de governança multissetorial e multinível, para além de intermunicipal, justifica alguns dos obstáculos encontrados. Com efeito, durante o processo que conduziu à aprovação do projeto, verificou-se a existência de conflitos organizacionais e inconsistências entre políticas nacionais, regionais e municipais, tais como a sobreposição de planos e programas distintos – e muitas vezes divergentes – para o mesmo território. Além disso, apesar de existirem duas autoridades supra-municipais (a AML e a CCDR-LVT), estas não têm, na prática, um papel ativo na coordenação intermunicipal de uma estratégia regional coerente para a área metropolitana. Por esta razão torna-se mais difícil desenvolver projetos territoriais intermunicipais como o EVA, o que sugere a necessidade de uma liderança supra-municipal com meios, competência técnica e legitimidade política para planear e gerir o território à escala regional.

O projeto EVA é um compromisso de longo prazo, tendo entrado em fase de implementação apenas recentemente, não havendo ainda impactos significativos a assinalar para as comunidades locais. No entanto, e para já, a estrutura de governança estabelecida para conceber e implementar o projeto EVA é certamente um resultado positivo. A cooperação institucional no sentido de possibilitar intervenções territoriais integradas, uma ambição central da Agenda da União Europeia 2020, continuará a ser fundamental na **política de coesão pós-2020**. Esta cooperação é necessária para melhorar a prestação de serviços a uma escala “funcional” (em vez de administrativa), incluindo abordagens experimentais ao desenvolvimento regional. A este respeito o EVA constitui um

promissor estudo de caso de boas práticas, em que uma abordagem territorial integrada, que responde a desafios locais, tem igualmente o potencial de criar valor à escala regional.

Nota: o projeto EVA foi o caso português selecionado para o estudo 'Regional strategies for sustainable and inclusive territorial development' (**ReSSI**), conduzido no âmbito do Programa de Cooperação ESPON 2020. A equipa de investigação portuguesa foi coordenada pelo Prof. Mário Vale, do Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT), da Universidade de Lisboa.

Luis Balula (Ph.D. Planning & Public Policy) é consultor em projetos e investigador na Universidade de Lisboa.

TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO



© João Afonso Baptista em Ukuma, Angola

Introdução

O *post* que inaugurou o blogue ATS em janeiro de 2016, da autoria de João Ferrão, refletia na altura sobre algumas das grandes contradições das sociedades contemporâneas, nos três vértices a que se dedica este grupo de investigação: ambiente, território e sociedade. Apesar das promessas da globalização, com o elogio aos benefícios da abertura das fronteiras e da liberalização dos mercados, nos últimos anos têm-se erguido novas barreiras físicas e virtuais entre povos, assistindo-se à emergência de extremismos e protecionismos.

Três anos após a publicação do *post*, a atualidade política veio apenas confirmar esta tendência, revelando de forma brutal as suas consequências sociais, das disputas sobre o acolhimento de refugiados na União Europeia à separação de famílias nas fronteiras dos Estados Unidos. Ao comemorar os seus 60 anos, a União Europeia vê a sua integridade ameaçada por crescentes divisionismos e por uma vaga de rejeição às instituições de governança internacional e aos pilares da paz pós II Guerra Mundial, incluindo os direitos humanos universais.

Há um território que claramente domina as atenções nos *posts* que foram integrados neste capítulo: Moçambique. Esta reflexão mais aprofundada sobre um país – as suas marcas históricas, identidade, dilemas e vulnerabilidades – permite-nos convocar uma discussão sobre aqueles que são, no fundo, os grandes dilemas do desenvolvimento humano e sustentável na atualidade.

Enquanto os temas ‘clássicos’ teimam em permanecer na agenda, ou a ela regressam em força - as marcas persistentes da guerra e a fragilidade das economias dependentes da ajuda externa (série de *posts* de Paulo Granjo, [maio de 2016](#)), os direitos dos refugiados (Pedro Figueiredo Neto, [abril de 2018](#)) – a globalização gerou novos conflitos e interrogações. A abertura ao turismo (João Afonso Baptista, [março de 2018](#)), à ‘indústria’ do desenvolvimento e aos mercados agroalimentares globais (Carla Gomes, [novembro de 2018](#)), bem como

a integração ilusória dos refugiados nos campos de fronteira, expõem as fragilidades dos territórios pós-coloniais. Mas revelam também uma persistente ambivalência na relação com o Outro que é, no fundo, transversal ao Sul e Norte globais.

Carla Gomes

Carla Gomes é investigadora de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Lista de posts

Estados-nação muralhados: presentes insustentáveis, futuros indesejados	426
<i>João Ferrão</i>	
Moçambique: insustentável é a guerra.	
(1) Nem guerra nem paz	429
<i>Paulo Granjo</i>	
Moçambique: insustentável é a guerra	
(2) Uma economia dependente e “auto-insustentável”	432
<i>Paulo Granjo</i>	
Moçambique: insustentável é a guerra	
(3) Poder e riqueza	436
<i>Paulo Granjo</i>	
Moçambique: insustentável é a guerra	
(4) Rotação de poder e crise	439
<i>Paulo Granjo</i>	
Moçambique: insustentável é a guerra	
(5) Poderes e futuros	443
<i>Paulo Granjo</i>	
Turismo, desenvolvimento e os governadores governados	447
<i>João Afonso Baptista</i>	
Campo de refugiados sem refugiados	451
<i>Pedro Figueiredo Neto</i>	
‘Corrida’ às terras aráveis: a perspectiva da justiça ambiental	457
<i>Carla Gomes</i>	

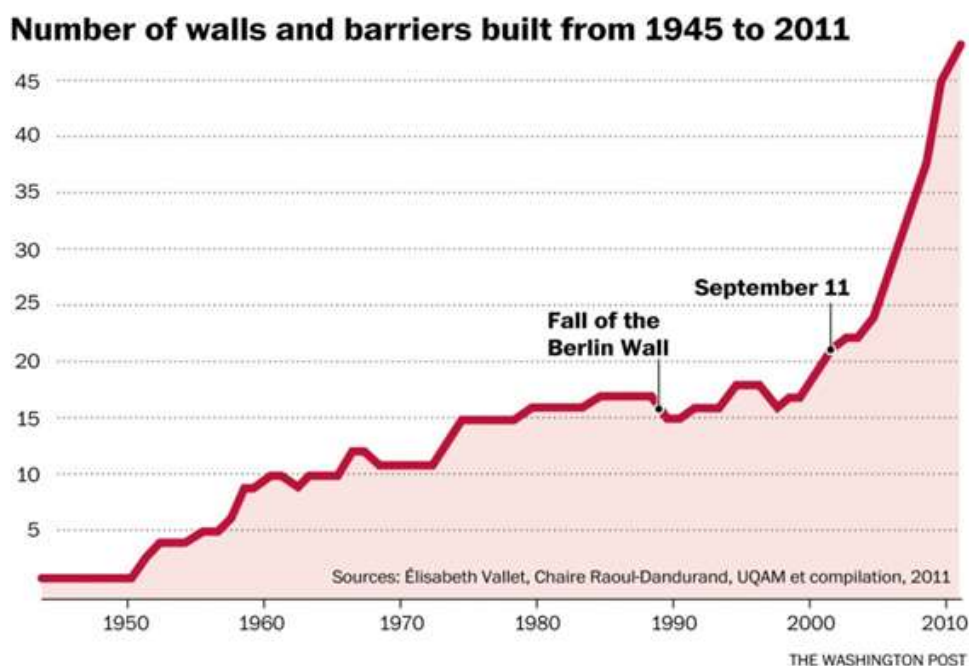
Estados-nação muralhados: presentes insustentáveis, futuros indesejados

João Ferrão

📅 5 de janeiro de 2016

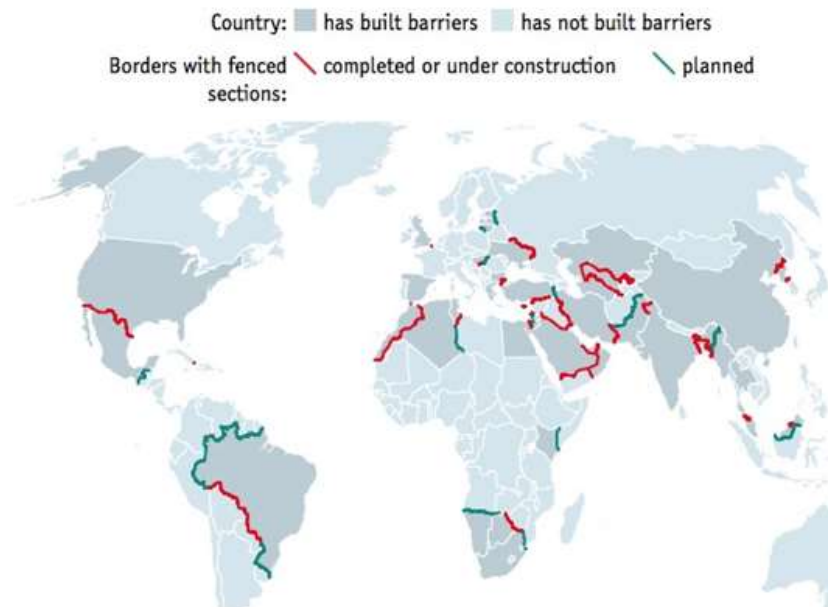
Em 2015, a construção de barreiras físicas nas fronteiras nacionais alcançou um lugar de grande destaque nas agendas política e mediática. Donald Trump, por exemplo, candidato às primárias do Partido Republicano dos EUA, defendeu a edificação de um muro de mais de 3.000 km ao longo de toda a fronteira com o México. Ao mesmo tempo sete países europeus, sobretudo do Leste mas também o Reino Unido e a Áustria, anunciaram ou iniciaram a construção de barreiras em alguns troços das suas fronteiras como forma de impedir a entrada de refugiados provenientes sobretudo do Médio Oriente.

Esta não é, no entanto, uma tendência recente: desde 2000 que o total de quilómetros de fronteiras nacionais protegidas por barreiras físicas não para de crescer.



Fonte: *The Washington Post*

Atualmente, quase 1 em cada 3 países do mundo tem, ou planeia ter, fronteiras protegidas por muros, cercas de arame farpado, algumas delas eletrificadas, ou barreiras virtuais monitorizadas por satélites (caso do Brasil, por exemplo). Em 1989, data da queda do Muro de Berlim, os países com troços de fronteira fortificados eram apenas 16.



Fonte: *The Economist*

É certo que a construção de barreiras físicas fronteiriças não é recente: basta relembrarmos a Grande Muralha da China, cuja edificação se iniciou há cerca de 2.400 anos, ou a Muralha de Adriano, erguida pelos romanos na fronteira com a Escócia há mais de 2.200 anos. Também é verdade que várias das barreiras construídas nos últimos 50 anos foram entretanto desativadas, abandonadas e até transformadas em atração turística: relembremos, pela sua relevância simbólica, os casos do Muro de Berlim (1961-89) ou das Paredes da Paz de Belfast (1969-presente). E não deixa também de ser uma evidência histórica que as várias barreiras fronteiriças sempre se revelaram ineficientes face a invasores poderosos, transgressores imaginativos ou, apenas, pessoas desesperadas à procura das condições de paz e de vida condigna que não encontram nos países de origem.

Mas nunca, como hoje, a edificação de barreiras fronteiriças alcançou uma centralidade tão grande nas agendas políticas. O estado-nação muralhado surge para muitos como a resposta política nacional adequada em sociedades onde o risco de ‘invasão por terceiros’ se diversifica, aumenta e ganha relevo nos média

e nos medos dos cidadãos, mesmo quando não existem razões objetivas que o justifiquem.

Esta visão de estado-nação muralhado coexiste, de forma aparentemente paradoxal, com o elogio da globalização, da abolição das fronteiras económicas e tarifárias, do papel integrador das tecnologias de informação e comunicação, da mobilidade de capitais, bens, ideias e... pessoas.

A multiplicação de barreiras fronteiriças, físicas ou virtuais, constitui um excelente revelador das tensões e contradições que caracterizam as sociedades contemporâneas.

Ela expressa, antes de mais, a emergência das visões securitárias e de estado de exceção de base nacional justificadas por uma complexa e diversificada constelação de fatores – antagonismos étnicos e religiosos, situações de pobreza e desemprego, conflitos políticos e guerras ambientais, efeitos das alterações climáticas – que concorrem para o aumento do número de deslocados, refugiados, migrantes indocumentados e imigrantes ilegais.

Ao mesmo tempo, a compreensão das circunstâncias, razões e implicações da multiplicação recente de barreiras fronteiriças exige o recurso a um leque amplo de conhecimentos, que vai bem além das áreas disciplinares da ciência política, da história ou dos estudos migratórios.

A escolha deste tema para iniciar o blogue do grupo de investigação Ambiente, Território e Sociedade tem, assim, um duplo objetivo simbólico: por um lado, salientar as virtualidades de leituras interpretativas efetuadas a partir do triângulo analítico cujos vértices dão o nome ao grupo de investigação; por outro, aprofundar o debate sobre futuros imaginados, desejados e possíveis, bem como sobre as trajetórias de mudança e as estratégias de transição para os alcançar. Este é o contributo que queremos dar, a discussão que pretendemos suscitar, os caminhos interdisciplinares que gostaríamos de ajudar a desbravar e a percorrer em diálogo com a sociedade.

João Ferrão é investigador coordenador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e coordenador do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade.

Moçambique: insustentável é a guerra. (1)

Nem guerra nem paz

Paulo Granjo

 23 de maio de 2016

Em Moçambique, arrasta-se há mais de 3 anos uma crise político-militar de consequências imprevisíveis.

Remonta a finais de 2012, com um “retiro” do líder do maior partido da oposição – Afonso Dhlakama, presidente da RENAMO – para a sua antiga base de guerrilha em Satungira, reivindicando mudanças na lei eleitoral e o cumprimento de cláusulas do Acordo de Paz firmado 20 anos antes, que previam a integração no aparelho de Estado dos antigos oficiais das suas forças.



Fonte: Voa Português

Aquilo que, na altura, foi publicamente interpretado como mais uma exigência musculada de negociações com o governo (ocupado pela FRELIMO desde 1975), tendo em mente o acesso aos esperados benefícios da futura exploração das reservas de gás natural há pouco descobertas, acabou por se transformar num rol de recontros armados, ao longo de 2013. Primeiro, num troço limitado da principal estrada do país; depois, através do cerco e ataque a Satungira por

parte das forças de elite governamentais, ordenado pelo então Presidente da República, Armando Guebuza.

Na sequência desse ataque, a RENAMO boicotou as eleições autárquicas e registaram-se em Maputo inéditas manifestações apartidárias, apelando à paz. Conversações posteriores permitiram a participação de todos os partidos nas eleições parlamentares e presidenciais de 2014, em que foi eleito o candidato da FRELIMO, Filipe Nyusi.



Fonte: Téla Nón

Apesar do reiterado empenho do novo Presidente em resolver as tensões por via negocial, 2015 ficou marcado por emboscadas a comitivas de Afonso Dhlakama, pela sua exigência de governar as províncias onde o seu partido fora mais votado, por cercos e assaltos policiais a casas suas e a sedes da RENAMO (alegando buscas de armas) e por notícias de ataques a populações que ambas as partes atribuem aos seus adversários, seguidos de deslocações de refugiados para o Malawi.

As ações policiais continuaram este ano e, enquanto o parlamento funciona com a presença dos deputados eleitos pelos 3 maiores partidos (FRELIMO, RENAMO e MDM), o líder da oposição está escondido em parte incerta.

Moçambique não está em guerra, mas tão pouco está em paz. Na sua estranha combinação de normalidades institucionais e de situações de exceção, não vive sequer, em rigor, um conflito de baixa intensidade.



Fonte: *O País*

Sugiro que o que está na base desta situação confusa é, afinal, uma competição por recursos, que poderá nem sequer focar-se prioritariamente nos dois partidos em confronto explícito. Para a compreendermos, teremos que atentar em três fatores que são estruturais em Moçambique e na interação que entre si mantêm:

- 1 – Uma economia nacional extremamente dependente de permanentes influxos financeiros exteriores e, por esse facto, insustentável na sua ausência.
- 2 – A estreita ligação entre poder político e poder económico, a par daquilo que está economicamente em causa, conforme se detém ou se deixa de deter os postos-chave do poder político.
- 3 – Uma cultura de poder autoritária, resultante quer da experiência histórica de exercício do poder e de contrapoderes, quer de novas circunstâncias e de dinâmicas auto-reprodutoras.

São esses os aspetos que abordarei nos *posts* que aqui publicaremos ao longo dos próximos quatro dias.

Paulo Granjo é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Moçambique: insustentável é a guerra. (2) Uma economia dependente e “auto-insustentável”

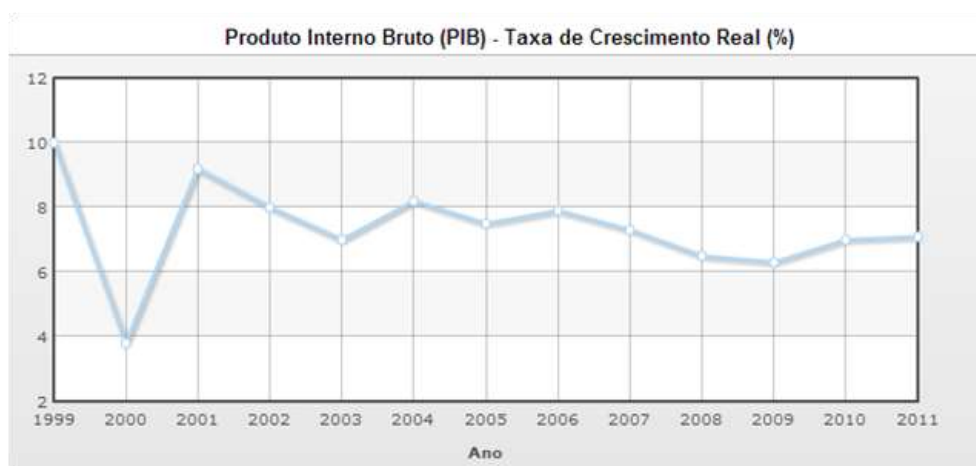
Paulo Granjo

 24 de maio de 2016

A economia moçambicana, durante anos apresentada pelo FMI e pelo Banco Mundial como um exemplo de sucesso, assenta ao longo dos últimos 24 anos em bases que tornam estatísticas como o PIB ainda mais enganadoras do que é hábito.

Com reduzida atividade produtiva, à exceção de um setor primário largamente familiar e de algumas grandes empresas intensivas em capital estrangeiro, a vida económica monetarizada e os florescentes comércio e serviços citadinos tornam-se viáveis devido à recirculação do permanente caudal de meios financeiros vindos do exterior.

Para se ter uma ideia, a **comparticipação direta de governos estrangeiros no orçamento de estado**, que com a crise na Europa e um aumento das receitas fiscais se situa agora na casa dos 30%, atingiu regularmente 50 a 60%. Mas mesmo então, essa comparticipação nunca representou mais de 20 a 25% do dinheiro que entrou anualmente no país, através de atividades de “apoio ao desenvolvimento” promovidas por instituições internacionais, governos estrangeiros e ONG.



Fonte: *Info Diário*

Isto quer por um lado dizer que, medindo o PIB a circulação contabilizável de riqueza e não a sua criação, as substanciais taxas de crescimento registadas até alguns anos atrás são mesmo inferiores ao mero efeito contabilístico desse influxo, só se explicando que não fossem maiores devido à recirculação de parte desse dinheiro fresco na “economia informal” e ao eventual entesouramento de outra parte.

Quer isso também dizer que o próprio suprimento de bens de consumo às populações urbanas (largamente importados) e a viabilidade das atividades de comércio e serviços dependem da continuidade desses influxos. O financiamento externo a fundo perdido é um pilar fundamental da economia moçambicana que, tomada como um sistema fechado e na ausência dele, seria insustentável mesmo com os modestos padrões de consumo da esmagadora maioria da população.



Fonte: Moçambique Media Online

Por fim, isso quer dizer que a acumulação financeira das elites económicas nacionais passa pela captação desses fundos, seguida da aplicação de parte deles nos sectores comerciais e de serviços. Dessa forma, o modelo de investimento autóctone – enquanto parceiros viabilizadores de projetos externos, empresários terciários ou líderes locais da própria “indústria desenvolvimentista” – reproduz o ciclo de dependência e alimenta-se dele.

Sem alterar no imediato este quadro, a recente confirmação de enormes reservas de gás natural ao largo da província de Cabo Delgado era passível de introduzir significativas *nuances*. Numa perspetiva de interesse público, a sua exploração

(ainda longe de começar) poderia aumentar em muito os recursos estatais e as capacidades de investimento público, quebrando a dependência financeira e viabilizando a construção de alternativas económicas autossustentáveis. Numa perspectiva de interesses privados, os ganhos com essa exploração – em comissões, gestão de *royalties* e parcerias em empresas– representavam negócios sem qualquer paralelo anterior.



Fonte: *Rainharvest*

Para a RENAMO, contudo, só uma rápida renegociação do *status quo* político-económico poderia impedir que esses benefícios lhe passassem totalmente ao lado, igualmente passando a sul das províncias do Centro do país onde é predominante e que acusa o governo de desfavorecer. Não causa estranheza, por isso, que as habituais retóricas e táticas belicistas do seu líder fossem levadas um pouco mais longe, em finais de 2012

As elites político-económicas, por seu lado, estavam confrontadas com uma questão de *timing*. Pelas regras constitucionais (que a FRELIMO poderia alterar, caso nisso concordasse, devido à sua maioria qualificada parlamentar), o Presidente da República atingiria o limite de mandatos antes da chegada de tal maná, sendo um outro dos grupos que a compõem a deter, nessa altura, o fulcro do poder.

Abordarei nos *posts* dos próximos dois dias as razões para a relevância desses condicionalismos.

Paulo Granjo é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Moçambique: insustentável é a guerra. (3) Poder e riqueza

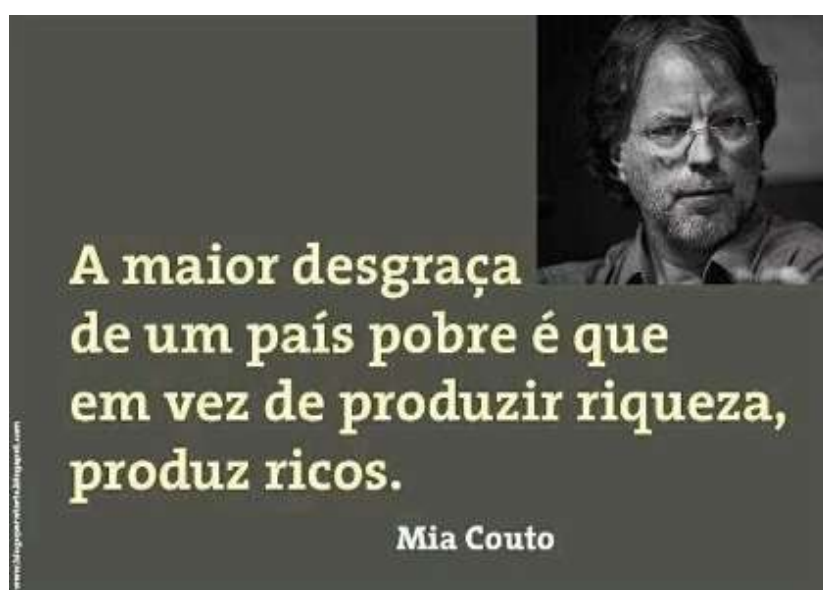
Paulo Granjo

 25 de maio de 2016

Marx afirmou, de forma algo panfletária e metafórica, que o Estado é o Conselho de Administração Delegado da burguesia. Na verdade, a realidade moçambicana – tal como aliás ocorre noutros países – ultrapassa a sua imaginação e as visões clássicas acerca do capitalismo.

Podemos dizer que o poder político é diretamente ocupado pelas elites económicas, que por sua vez o são porque, precisamente, foram e continuam a ser elites políticas.

Por outras palavras, neste país pobre o acesso à riqueza económica em larga escala – seja através da captação de recursos públicos, seja através do acesso aos negócios mais rentáveis – depende de se deter o Estado, de se controlar as suas decisões e as negociações estratégicas com entidades internacionais ou, pelo menos, implica integrar as redes político-económicas que têm como fulcro quem detém o Estado.



Fonte: 5dias.net

A transformação da elite política em (também) elite económica foi sustentada, no início da década de 1990, pelo **processo de privatizações** dominado pelos políticos no poder, para seu próprio interesse e acumulação de propriedade.

Numa **segunda fase**, o enriquecimento das elites foi sobretudo conseguido através da captação imediata de recursos públicos por parte dos indivíduos ou grupos privados que tinham acesso a eles – fosse de forma direta, fosse através de mecanismos de garantia bancária ou de empréstimos expectavelmente não-reembolsáveis.

Com a **passagem da aplicação de fundos externos para o modelo do apoio direto ao orçamento**, no qual Estados estrangeiros fornecem ao moçambicano fundos substanciais ligados a planos estratégicos específicos, aumentou o controlo exterior sobre esses fundos públicos e a antecedência com que é definida a sua aplicação. Para além do dinheiro alcançável através de comissões, tornou-se crucial, para enriquecer, saber com alguns anos de antecedência que dinheiro haverá para que planos, que empresas especializadas serão necessárias para os executar e quando. É essa informação privilegiada que permite, recorrendo a sócios externos com o *know-how* específico, criar empresas especializadas que ocupem antecipadamente o terreno vazio e, com as relações necessárias, vencer os concursos públicos que virão a ser lançados.

Assim, não basta pertencer à elite político-económica. O acesso aos negócios mais lucrativos implica que se tenha proximidade com a parte dessa elite que, naquele momento e aquando da concretização dos programas, detém o topo do poder estatal.



Fonte: *O País*

Uma vez que a elite política a que é reconhecida legitimidade histórica é mais ampla do que cada um dos grupos que, dentro dela, podem deter o poder estatal em cada ciclo presidencial, há duas eventualidades ou momentos que se tornam fulcralmente sensíveis quer para a reprodução da elite político-económica enquanto tal, quer para o posicionamento dos indivíduos e grupos dentro dela:

1 – A possibilidade de partilhar o poder com outros grupos, sejam eles a elite política de um partido concorrente, ou uma elite concorrente dentro do mesmo partido;

2 – A rotação de grupos dominantes, dentro do topo da elite político-económica, através da substituição (constitucionalmente imperativa, após dois mandatos) do Presidente da República e, consequentemente, da sua *entourage*.

A importância que essas “ameaças” assumem na eclosão e dinâmica da crise político-militar moçambicana será, amanhã, objeto do próximo *post*.

Paulo Granjo é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Moçambique: insustentável é a guerra. (4) Rotação de poder e crise

Paulo Granjo

 26 de maio de 2016

A anterior mudança de Presidente da República tornou clara a importância crítica que a detenção do topo do poder político **assume para os interesses económicos dos grupos componentes da elite**[1]. As grandes estrelas empresariais do tempo do presidente Joaquim Chissano foram marginalizadas e substituídas, havendo queixas públicas por parte de membros influentes da elite de que o presidente Guebuza monopolizava em si e na sua *entourage* mais próxima o acesso aos melhores negócios.

Seria bastante compreensível se, sendo por sua vez substituído, este último procurasse evitar que o mesmo viesse a acontecer a si e aos seus.



Fonte: *Muliquela*

A tentativa de reter o poder supremo foi evidente, ao manter-se como presidente da FRELIMO, o que estatutariamente fazia com que o novo Presidente da

República lhe devesse obediência, na sua qualidade de membro do partido. A sua posterior substituição por Filipe Nyusi também nesse cargo – tensa, **forçada** e exigindo a inesperada convergência de diferentes grupos de interesses no Comité Central – não será estranha à dificuldade que este último evidencia para impor a sua autoridade sobre as forças militarizadas do aparelho de Estado.

Penso contudo que, enquanto hipótese, será legítimo fazer recuar a 2013 a importância que a manutenção do poder presidencial poderá ter jogado na eclosão e na dinâmica desta crise político-militar.



Fonte: O País

É recorrente, mas eventualmente simplista, considerar que a decisão de atacar a base de Satungira – numa implícita busca de “solução savimbiana” – resultasse da personalidade e cultura de poder de um homem recordado como **Ministro do Interior** durante a fase mais repressiva do Moçambique independente e que tinha cultivado, enquanto Presidente, uma inédita proximidade com o regime angolano.

Simplista porque, apesar da eventual importância desses fatores e dos repetidos recontros que constituíam fortes provocações da RENAMO ao poder do Estado, essa decisão representava enormes riscos para os interesses da elite político-económica no seu todo, não sendo credível que pudesse ser tomada impulsivamente ou de ânimo leve. De facto, uma escalada e posterior disseminação de confrontos armados retirariam ao FMI e ao Banco Mundial a

razão para apoiarem o seu único “exemplo de sucesso” de políticas pacificadoras e neoliberais, afastaria os grandes investidores internacionais nas áreas extrativas e industriais e faria suspender os substanciais apoios dos “países doadores”.



Fonte: Televisão de Moçambique

Nessa ameaçadora possibilidade, as fontes de riqueza das elites secariam e a própria economia nacional se tornaria insustentável, tonando-se previsíveis rebeliões urbanas mais graves e explicitamente antigovernamentais do que as de 2008 e 2010.

Sugiro, por isso, que a solução belicista de 2013 só faria realmente sentido caso estivesse integrada numa estratégia de poder mais vasta. Por hipótese, caso a ameaça de instabilidade e confronto constituísse um argumento contra a transição de poder, em tais circunstâncias, de um estadista experiente e inflexível para qualquer outro, novato e sem poder sedimentado. Ou seja, constituísse um argumento para convencer a FRELIMO a utilizar a sua maioria parlamentar qualificada para alterar o limite constitucional aos mandatos presidenciais e, a bem da governabilidade, manter o Presidente da República.

Esta hipótese parece ser reforçada pela simultânea ocorrência de uma inédita **vaga de raptos urbanos**, perante uma pouco compreensível inação policial. O clima belicista e de insegurança urbana suscitou um **fenómeno de vigilantismo** com **antecedentes históricos**, mas também uma reação popular inédita: **manifestações apartidárias exigindo a paz e a segurança** que juntaram várias dezenas de milhar de pessoas, em contraste com uma fracassada tentativa de **manifestação de apoio ao Presidente**. Estes desenvolvimentos, entretanto, fragilizariam eventuais veleidades de perpetuação no poder.

Discutirei amanhã, no último *post*, as consequências para a crise político-militar que decorrem de nela existir uma vertente de confronto interno pelo poder.

Paulo Granjo é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Moçambique: insustentável é a guerra. (5) Poderes e futuros

Paulo Granjo

 27 de maio de 2016

Em finais de 2015, vi o presidente Nyusi declarar na televisão que iriam terminar imediatamente os assaltos policiais a sedes da RENAMO, em busca de armas. No dia seguinte, vi um mero comandante provincial da polícia afirmar, ao mesmo canal moçambicano, que na “sua” província as ações continuariam até ao total desarmamento.

Esta contradição quase inacreditável, tendo em conta quer as competências constitucionais do Presidente da República, quer a praxis do seu exercício, constitui um eloquente signo de uma situação que é consensual entre os mais diversos observadores: ao contrário das anteriores transições presidenciais, ao atual Presidente tem sido sonogado o pleno exercício do seu poder, em particular no que diz respeito à obediência das forças militarizadas e à resolução da crise político-militar.

Ao que tudo indica, a **recente exoneração do Comandante-Geral da polícia** é uma declaração da inaceitabilidade dessa situação e do empenho do Presidente em revertê-la. Mas a fragilização, a partir do próprio aparelho de Estado, das tentativas presidenciais de criar condições para uma solução negociada para a crise demonstra a divisão das figuras mais influentes da FRELIMO, quanto ao caminho a seguir. Por outro lado, quer a identidade dos defensores públicos da via belicista, quer o facto de as desobediências presentes terem que estar respaldadas em obediências passadas, indicam esse confronto como sendo uma continuidade da competição pelo poder estatal e partidário, mesmo depois de Filipe Nyusi ter assegurado nominalmente a liderança de ambos.

Justifica-se perguntar por que razão é que as táticas belicistas, por oposição às negociais, continuam a ser o ponto de clivagem dessa competição pelo poder. É verdade que se trata de um campo em que as limitações do poder nominal, face

ao exercício de contrapoderes baseados na influência e em hierarquias que deixaram de ser formais, se tornam facilmente evidentes – e que a evidenciação dessas limitações constitui, em si mesma, um poderoso instrumento de competição política. Mas, tendo em conta o desagrado popular, os riscos envolvidos e a reconhecida flexibilidade tática dos experientes políticos frelimistas (ou mesmo de Dhalakama, que por exemplo guinou do não-reconhecimento dos resultados eleitorais de 2014 para a exigência de governar as províncias onde, nessas eleições, tinha vencido), porquê a insistência na via belicista?

Creio que há mais dois fatores a ter em conta.

Por um lado, o carácter sensível da partilha do poder a que aludi no 3º *post* desta série não é apenas de natureza económica, mas igualmente um traço perene (e, aliás, partilhado pela RENAMO) da cultura de poder na região, que poderíamos sintetizar sob o princípio de que *the winner takes all*. Assim sendo, a insistência na via bélica não é apenas um instrumento de tensão intrapartidária, mas também uma posição coerente com o *ethos* de exercício do poder.

Por outro lado, o belicismo tende a assumir, em contextos muito diversos, uma lógica auto-reprodutora. Uma vez tendo sido posto em ação, a sua credibilidade intimidatória implica que sejam galgados sucessivos patamares e, quanto mais tal acontece, mais difícil se torna para os seus mentores e executores revertê-lo, quer pelos crescentes custos associados a essa decisão, quer pela progressiva dificuldade em conceber alternativas aceitáveis.

Neste quadro, quem me lê estará talvez surpres@ por ter falado tão pouco de um dos lados em contenda – a RENAMO. Isso deve-se ao facto de me parecer evidente que não seria difícil chegar a propostas mutuamente aceitáveis para ambas as partes e para o salvaguardar das respetivas faces, a partir do momento em que ambas reconhecessem a existência de condições para negociarem de forma credível.

No entanto, tais condições e o seu reconhecimento só poderão existir se o atual Presidente da República conseguir alcançar um efetivo controlo do aparelho de Estado e um apoio alargado das elites partidárias para com a opção negocial que declara ser a sua. Se não o conseguir, será pelo contrário expectável a sua eventual transformação numa figura essencialmente decorativa.



Fonte: Público

Dessa forma, sugiro, a resolução da crise político-militar moçambicana joga-se mais ainda no interior das elites da FRELIMO do que no confronto mantido entre ela e a RENAMO.

(coda) Insustentável é a guerra

Entretanto, o impacto político das manifestações pela paz ocorridas em 2013 – tal como, aliás, a capitalização em votos que o discurso anti-belicista do MDM obteve nas eleições autárquicas desse ano – indicam que, apesar da fragilidade da chamada “sociedade civil” moçambicana, nem ela nem a expressão de sentimentos dos cidadãos serão irrelevantes para o desenvolvimento deste processo.

Mesmo quando politicamente militantes ou justificadamente descontentes com as suas condições de vida, todos os moçambicanos com quem tenho falado desde 2012, das mais diversas condições sociais, estão conscientes de que a guerra é aquilo que não querem de todo. Não apenas pela morte e destruição bélica ou pelos traumas recentes, mas também porque representaria a insustentabilidade do seu tipo de vida e de subsistência presentes, mesmo quando estes são muito modestos, precários e difíceis.



Fonte: Téla Nón

Possam eles fazer-se entender.
Possam os poderosos conseguir ouvi-los.
Porque insustentável, é mesmo a guerra.

Paulo Granjo é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Turismo, desenvolvimento e os governadores governados

João Afonso Baptista

 14 de março de 2018

São duas da tarde. O sol, a luz e o calor estão violentos. Dona Rosa, como é seu hábito nesta altura do ano, está a descascar *marula*, a fruta que, dizem aqui, “embebeda até elefante”. Estou sentado numa cadeira de plástico junto a ela, protegido pela sombra de um canhoeiro corpulento, muito perto da estrada de terra que atravessa a aldeia. De repente, ela interrompe o descascar da *marula* e eu paro de falar. Ouvimos um som exótico: vem aí um carro.

Poucos segundos depois, um 4X4 cinzento metalizado entra na aldeia. Não pára. Dentro do carro, vão dois turistas europeus. Canhane, a aldeia no sudoeste de Moçambique onde Dona Rosa vive, não está habituada a carros. Mas neste momento invulgar o que nos desperta mais é a velocidade destemperada com que o veículo fura pela aldeia adentro. A *marula* húmida despida de casca que Dona Rosa acumula nos baldes está agora coberta com pó vermelho da estrada, tal como nós ficámos. Num tom sereno, Dona Rosa comenta: “Eles devem voltar aqui para visitar a comunidade.” O carro progride apressadamente e, da mesma forma como entrou, sai de Canhane afugentando os cabritos e as crianças que surjem à sua frente.

A pergunta óbvia à Dona Rosa: “Por que é que eles querem vir aqui?” Coberta com o pó seco deixado pelo carro, responde: “Porque o turista quer ver o que fazemos com o seu dinheiro. Quer saber como a comunidade se desenvolve.” Este episódio inspirou-me a escrever o livro *The Good Holiday: Development, Tourism and the Politics of Benevolence in Mozambique*, publicado em 2017 pela Berghahn Books.

Ao fim de várias semanas a viver em Canhane, naquele dia e naquela hora Dona Rosa abriu-me a porta para o novo ofício e a nova arte de viver nesta aldeia moçambicana desde que despertou para o “turismo comunitário”. A sua resposta

espontânea anunciou o que eu viria a constatar nos próximos meses: os habitantes desta aldeia esquecida pelos regimes colonial e póscolonial em Moçambique adotaram uma nova identidade coletiva com valor para o mundo contemporâneo – o ser e parecer uma “comunidade em desenvolvimento”.

A estrada que atravessa a aldeia



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista (2008)

E foi assim, fruto de uma ocorrência do acaso, que eu abracei um novo desafio na minha forma de fazer antropologia: o fenómeno da mobilização transnacional de pessoas e instituições para ajudar Outros. Grande parte do livro *The Good Holiday* é dedicado ao papel que a aldeia de Canhane desempenha como produto mas também como produtora desse fenómeno.

O caminho para o Lodge



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista (2008)

Em 2002, uma Organização Não Governamental (ONG) suíça selecionou Canhane para se tornar no primeiro caso de “turismo comunitário” em Moçambique. A arquitetura de “pobreza”, a aura de “nativismo” e a proximidade ao Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo fizeram desta aldeia um alvo natural para o mercado internacional do desenvolvimento. Desde então, tal como em muitos outros locais no mundo, Canhane, as pessoas que lá vivem, os turistas que a visitam, e as instituições que promovem esta interação são estimulados por uma indústria a que chamo *developmentourism*. Nesta indústria, as atividades e os interesses dos sectores profissionais do desenvolvimento e do turismo fundem-se: desenvolvimento é turismo, e turismo é desenvolvimento. Dito de outra maneira, na indústria do *developmentourism*, as ações dos turistas confundem-se com as atividades das Organizações Não Governamentais para o Desenvolvimento (ONGD), tal como o trabalho dos profissionais destas Organizações se confunde com as atividades dos turistas.

A pequena aldeia rural de Canhane tem esta curiosidade: amplifica os sintomas do mundo global moderno. Nesta aldeia, aprende-se muito não apenas sobre a vida local, mas também sobre as ansiedades, moralidades e necessidades inerentes à vida cosmopolita nas grandes metrópoles do mundo moderno. Os turistas e os profissionais do desenvolvimento desses sítios que visitam a aldeia transportam e descarregam, muitas vezes, esses sintomas nos residentes locais e nos espaços onde circulam.

Developmentourism em Canhane (retrato I)



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista (2008)

Developmentourism em Canhane (retrato II)



Fonte: Fotografia de João Afonso Baptista (2008)

Habitei e vivi Canhane praticamente durante o ano inteiro de 2008. Aprendi muito. Aprendi, por exemplo, sobre o poder avassalador que a palavra “comunidade” exerce sobre comportamentos e localidades – especialmente no mundo do **developmentourism**, “comunidade” é um conceito que formata modos de pensar. Aprendi como o auto-orientalismo se pode tornar numa estratégia importante dos **orientalizados**. Aprendi sobre a forma como as sensações dos sentidos, que enchem os nossos quotidianos e estão associadas a ideais de pureza e autenticidade, podem ser afinal governadas por outras e outros. Aprendi também acerca da ética do consumo e, sobretudo, do consumo de ética – a mercadorização do que parecia ser incomensurável, intransacionável. Aprendi sobre o enorme impacto que certas formas de governação não-governamental têm na vida global contemporânea. Finalmente, Canhane ensinou-me a ver certos turistas, especialmente as e os **developmentourists** que carregam consigo conceções morais sobre “desenvolvimento local” e a ansiedade de exercer essas conceções nos “Outros,” como uma espécie de governadores governados.

João Afonso Baptista é antropólogo e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Campo de refugiados sem refugiados¹

Pedro Figueiredo Neto

 26 de abril de 2018

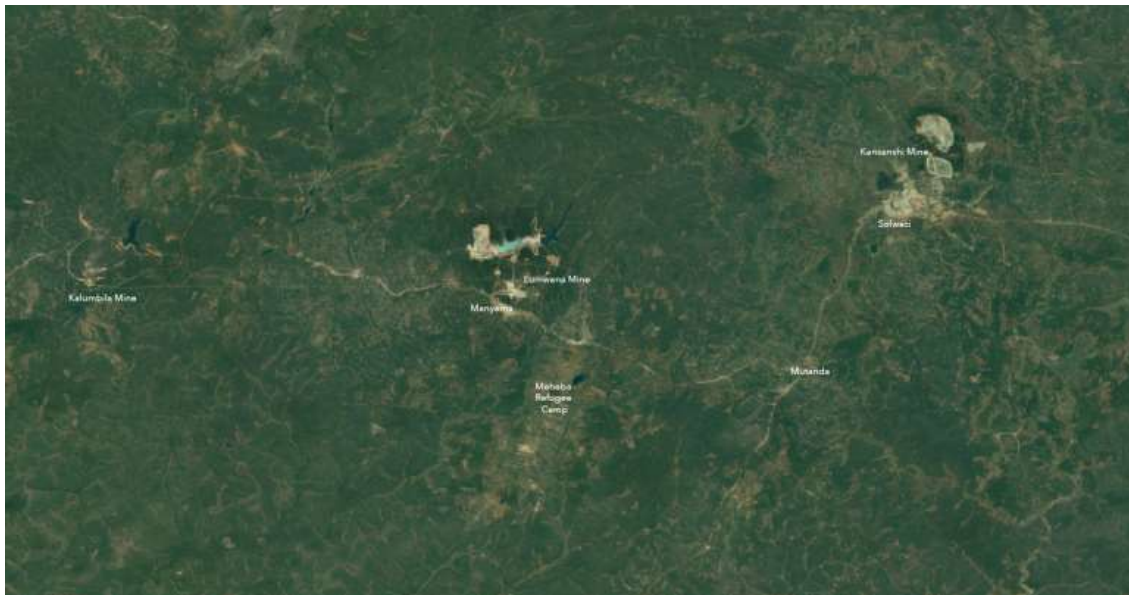
A observação de um campo de refugiados ao longo do tempo – de resto, como acontecerá com tantos outros lugares – informa acerca da história e política(s), sobre dinâmicas socioeconómicas e ambientais, sobre o evoluir das relações entre a esfera humanitária e do desenvolvimento, tanto ao nível regional como global. Desde 2012 que acompanho a situação no campo de refugiados de Meheba (Northwestern Province, Zâmbia), com incursões regulares no terreno (2012, 2014 e 2018) observando as várias transformações aí experienciadas, e reflectindo, entre outras coisas, acerca de qual o fim desse lugar muito além da emergência que lhe deu origem, bem como dos respectivos habitantes.

Criado em 1971 com vista a acolher populações que escapavam do conflito angolano, o campo de refugiados de Meheba iria crescer ao longo do tempo. Ecoando os picos de violência regional, o campo viria a receber também indivíduos oriundos da República Democrática do Congo (RDC), Ruanda, Burundi, Somália, entre outros países menos representativos. As sucessivas vagas de refugiados, a par do carácter agrícola (a cada núcleo familiar eram atribuídos cerca de 5ha de terra arável com vista à auto-suficiência), explicam os mais de 720km² de área deste lugar. Da estrada alcatroada que liga as cidades de Solwezi e Mwinilunga parte a via principal do campo que, ao longo de mais de 35km, articula, em forma de espinha de peixe, os seus oito blocos. Até recentemente, uma leitura sócio-espacial informava, de modo mais ou menos linear, acerca de quarenta anos de conflitos na região. Hoje em dia, Meheba apresenta um panorama sócio-espacial e demográfico bastante mais complexo e heterogéneo,

¹ O título deste post é inspirado no filme “Campo de flamingos sem flamingos” (2013) de André Príncipe, no qual o realizador tenta mapear um “Portugal real”, mostrando uma realidade bastante desfasada daquela normalmente veiculada pelos media.

explicitando uma série de transformações políticas, socioeconómicas e humanitárias.

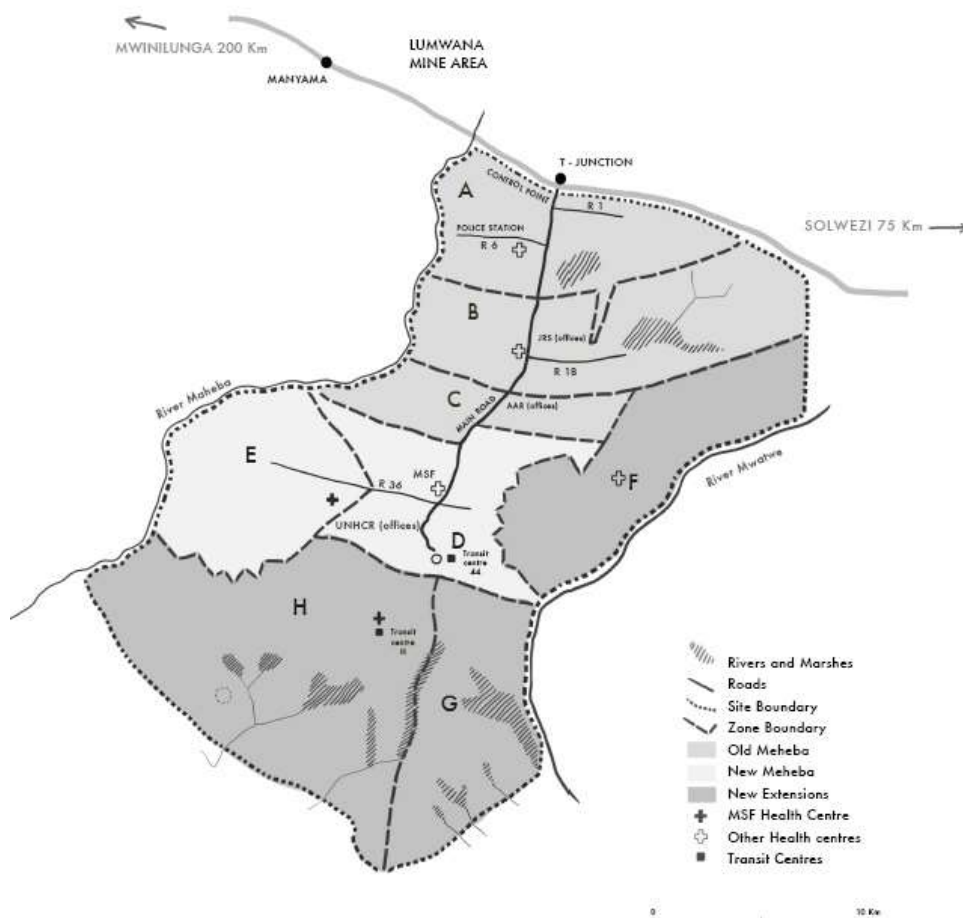
Mapa da região



Fonte: Elaborado pelo autor a partir do Google Earth

Não sendo possível elaborar aqui todas essas questões, importa salientar alguns dos aspectos chave que ilustram transformações mais recentes, e que permitem pensar sobre o que sucede a um campo e aos respectivos habitantes ao longo do tempo. A esse respeito, o fim das hostilidades em Angola, em 2002, configurou um momento charneira. Em 2001, no ápice do conflito angolano, Meheba atingiu um recorde populacional, chegando a contar com mais de 50 000 deslocados. Desde essa altura, porém, que se registou um decréscimo do número de refugiados – essencialmente refugiados angolanos então recém-chegados que, na sua maioria, optaram pelo repatriamento voluntário –, ao que se seguiu também um desinvestimento e gradual abandono por parte das entidades político-humanitárias responsáveis (UNHCR, ONG parceiras e governo zambiano). Não obstante a presença de outros grupos, a proeminência da questão angolana face ao campo era evidente – fosse por estar na origem da sua criação, fosse devido a uma série de dinâmicas económicas e (geo)políticas, cuja elaboração não cabe nestas linhas.

Mapa do campo



Fonte: Elaborado pelo autor com base em Agier 2011² e UNHCR briefings

Em 2012, o estatuto de refugiado caducava para os deslocados que possuíam nacionalidade angolana. De um mês para o outro, as estatísticas estabeleciam oficialmente o fim de uma emergência. Cerca de metade dos então 18 000 refugiados residentes em Meheba deixavam de existir enquanto tal, passando a figurar na categoria de *populations of concern*. Situação semelhante verificar-se-ia no ano seguinte, desta feita afectando os deslocados do Ruanda. Assim, não sendo considerados refugiados, tais populações deveriam seguir uma das *durable solutions* promovidas pelo UNHCR: repatriamento voluntário, integração local, ou reinstalação num país terceiro. Ora, tratando-se de segundas e terceiras gerações de refugiados, falar de repatriamento era senão ambíguo. Além disso,

² <https://www.wiley.com/en-us/Managing+the+Undesirables-p-9780745649016>

para quem não restava outra opção, o repatriamento seria vivido como um renovado deslocamento forçado, raramente voluntário. Sendo a reinstalação num país terceiro muito pouco provável, restava a “integração local”. Mas tal envolvia um apertado processo burocrático – o qual se encontra ainda a decorrer –, implicando, entre outras questões, a transferência das áreas onde a maioria dos refugiados angolanos e ruandeses habitavam – e que alguns ainda habitam – para as margens do campo. De resto, áreas que não dispunham de infraestruturas básicas, localizadas demasiado longe do centro do campo e das vias de comunicação principais, e com solos nem sempre adequados à agricultura.

Parcelas familiares, Zona D



Fonte: Fotografia de Pedro Figueiredo Neto

Além disso, entre 2008 e 2014 partes da região onde se insere Meheba passaram a estar integradas no conjunto de zonas que o governo zambiano designa como *Multi Facility Economic Zones* (MFEZs) – zonas que têm como objectivo fomentar o desenvolvimento económico através da captação de investimento estrangeiro, com amplas isenções fiscais. A exploração mineira – com as minas de Kansanshi, Lumwana e Kalumbila, essencialmente de cobre, ouro e urânio – expandia-se desde o Copperbelt e chegava às portas do campo. Outrora inóspita, a região onde fora implantado Meheba passou a conhecer um crescimento económico e populacional inusitado, mas não sem consequências dramáticas. A presença mineira teve um tremendo impacto ambiental, sobretudo ao nível da contaminação dos aquíferos dos quais dependem as populações do campo e respectiva envolvente. Além disso, a chegada de novas populações atraídas por

potenciais oportunidades, a par do impacto económico da presença das minas e respectivas empresas multinacionais, levou à inflação de certos bens essenciais, tornando-os proibitivos para muitos dos habitantes refugiados, aos quais está vetado o direito de trabalhar. De referir ainda que, em 2014, seria aprovado um plano urbanístico com vista a integrar parte de Meheba num novo centro urbano de apoio às actividades mineiras. Tal projecto contemplava a inclusão das zonas mais antigas do campo – e melhor localizadas – sugerindo a reconversão de uma série de infraestruturas humanitárias. Por essa altura, despontava a pressão imobiliária. Com efeito, indivíduos não refugiados, alguns trabalhadores nas minas, começavam a residir e/ou a procurar terras em Meheba. Embora aprovado, em fevereiro de 2018 a intervenção ainda não tinha sido implementada. De qualquer modo, o processo de integração local tem catalisado a reorganização de Meheba, sendo que as posições do UNHCR, do governo zambiano e do UNDP – um novo actor, presente desde 2017 –, sugerem a intenção de consolidar três zonas distintas, socialmente hierarquizadas. A zona mais próxima da estrada principal como um futuro núcleo urbano (de resto, em conexão com o aglomerado já existente às portas de Meheba); um perímetro intermédio, dedicado a indivíduos refugiados, sob a égide do UNHCR; e uma terceira zona, marginal, destinada essencialmente a antigos refugiados angolanos e ruandeses qualificados para “integração local”, coordenada pelo UNDP.

A propósito destas últimas duas zonas, termino com um breve ponto de situação que remete para o título deste *post*.

Segundo dados do UNHCR, actualmente a população de Meheba ronda os 19 000 indivíduos e com tendência para aumentar, sobretudo devido aos contínuos fluxos de deslocados da RDC (provenientes das regiões do Kivu, Katanga e Kasai). Neste momento, os oriundos da RDC constituem mais de 80% do número oficial de “refugiados”. No entanto, ao contrário do passado, nos dias que correm os programas humanitários em Meheba são praticamente inexistentes. Além disso, a pouca ou nenhuma empatia local demonstrada para com os congoleses parece encontrar paralelo na comunidade internacional – seja face a Meheba, seja em relação à situação vivida na RDC em geral. De resto, embora partilhando uma série de circunstâncias com as comunidades angolanas e ruandeses, aos congoleses nunca foi dada a oportunidade de integração.

Mercado Rd 36, Zona D



Fonte: Fotografia de Pedro Figueiredo Neto

No que concerne as zonas de “integração local” há que referir a política de desenvolvimento posta em marcha pelo UNDP. Esta envolve o incentivo à monocultura de larga escala (nomeadamente, milho e soja) através de sementes “melhoradas”, dando assim continuidade a iniciativas anteriores por parte da USAid em colaboração com a SeedCo (uma subsidiária da então Monsanto). Contudo, um relatório recente da cooperação japonesa – encarregada da criação de poços e instalação de bombas de água nas zonas de “integração local” – levanta dúvidas quanto ao futuro de Meheba, já que as análises do solo informam acerca da existência de diamantes e de outros minerais valiosos. Sabendo do papel que os recursos minerais desempenharam – e desempenham – em diversos conflitos regionais e respectivos deslocamentos populacionais, tal facto aparece como uma perversa ironia do destino. Para os habitantes de Meheba, refugiados *de facto* e/ou *de jure*, a repetição desta história já não espanta.

Pedro Figueiredo Neto (1984) é antropólogo e investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), com o projecto: ‘Apartheid generalizado’. Desenvolvimento e deslocamento forçado: do campo de refugiados de Meheba (Zâmbia) aos reassentamentos das minas de Moatize (Moçambique) -SFRH/BPD/115071/2016.

‘Corrida’ às terras aráveis: a perspectiva da justiça ambiental

Carla Gomes

 14 de novembro de 2018

A aquisição em larga escala de terras em países em desenvolvimento teve um aumento notório na última década, impulsionada pelas crises climáticas e do preço dos alimentos, bem como pela liberalização dos mercados. A tese “[A justice approach to the African ‘land rush’: Investigating the social dynamics around agricultural investments in Mozambique](#)”, que defendi na Universidade de East Anglia em 2017, em co-tutela com a Universidade de Lisboa, aborda esta problemática a partir de dois estudos de caso realizados em Moçambique, um dos países que mais têm atraído investidores estrangeiros.

O fenómeno, que é comumente apelidado de *land rush* ou de *land grab*, tem suscitado nos últimos anos a atenção dos cientistas sociais, bem como a consternação de organizações não-governamentais (ONG) e movimentos de camponeses. Se, por um lado, empresas e governos nacionais têm defendido o aumento do investimento privado como panaceia para aumentar o emprego, desenvolver a economia dos seus países e melhorar a segurança alimentar, as ONG e os movimentos transnacionais como a Via Campesina receiam os impactos negativos sobre os modos de vida das comunidades locais, bem como a soberania e segurança alimentares.

Os investidores provêm das mais diversas origens, consoante as suas prioridades, bem como os sectores de investimento, que incluem a extracção de minérios, a exploração madeireira e a produção agrícola. A agricultura é no entanto, de longe, o sector que tem atraído maior investimento, quer em área quer em número de projectos, de acordo com o [Land Matrix](#) (figura 1). A crise climática, ao aumentar a procura de biocombustíveis, está entre os factores que contribuíram para este surto de investimento, além da crise dos preços alimentares (2007/2008), do aumento da população e da liberalização do mercado da terra em muitos países, mesmo que relativa. Em rigor, em países como Moçambique apenas é permitida

a concessão do uso da terra, pois esta é propriedade inalienável do Estado. No entanto, a duração das concessões pode estender-se até 50 anos, renováveis por mais 50, de acordo com a Lei da Terra, de 1997.

Figura 1- Intenções de investimento (informação de 2396 contratos, à data de 5/11/2018)



Fonte: Land Matrix sob a licença CC BY-NC-SA, via Creative Commons

Governos, empresas e instituições internacionais têm apresentado a ‘Nova Revolução Verde’ como uma oportunidade, ainda mais justificada pela ideia prevalente de que a terra arável é subaproveitada nestas regiões do mundo. Num processo *win-win* de modernização da agricultura, os países receptores deveriam, assim, ceder terras e recursos naturais, além da sua mão-de-obra, contribuindo os países investidores com tecnologia, capital e, por conseguinte, garantindo o aumento da produtividade agrícola e a criação de emprego. Pressupunha-se que, as mais das vezes, as empresas se instalariam em áreas isoladas e menos exploradas, que se poderiam desenvolver com recurso a tecnologias e processos de produção modernos.

No entanto, o que se tem vindo a verificar, sendo confirmado pela minha investigação de terreno e por estudos recentes realizados em Moçambique – é que as empresas procuram as áreas mais férteis, acessíveis e ricas em recursos naturais e localizadas junto aos principais rios, estradas, vias férreas e mercados. Portanto, tendencialmente as mesmas que são mais procuradas pela população local. Sobretudo depois da crise financeira global, menor é o apetite por áreas cuja exploração represente custos muito elevados. Acresce que a densidade populacional tem aumentado em muitas destas áreas – devido aos fluxos migratórios (em particular durante a guerra civil) e ao aumento da população.

Um novo ângulo de abordagem sobre a ‘Revolução Verde’

A tese consistiu num estudo empírico de justiça ambiental, focado nas dinâmicas sociais em torno desta ‘corrida’ às terras aráveis – a chamada nova ‘Revolução Verde’ para África – em Moçambique. Tratou-se de uma análise comparativa de duas concessões de terras para fins agrícolas, nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, no Norte do país. Ambas as áreas em estudo estão abrangidas por programas nacionais de desenvolvimento rural, respetivamente o Prosavana (Corredor de Nacala) e o Projeto de Desenvolvimento do Vale do Rio Lúrio.

Figura 2-Plantações de soja no Norte de Moçambique



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Em termos de enquadramento teórico e conceptual, procurou-se desenvolver um novo ângulo de abordagem sobre esta problemática, uma vez que a análise do tema tem sido dominada pela perspectiva da economia política, que se concentra essencialmente na sua dimensão transnacional. Neste caso, procurou-se obter uma visão mais ‘fina’ desta realidade a nível local e ao longo do tempo, alguns anos após o início da implementação dos projectos. Adoptou-se para tal o modelo tripartido da justiça ambiental, nas suas dimensões distributiva, processual (participativa) e de reconhecimento (figura 3), considerando ainda a forma como estas se projectam em diversas escalas espaciais e temporais.

Figura 3- As três dimensões da justiça ambiental



Fonte: Elaborado pela autora com base em múltiplas fontes citadas no capítulo 2 da tese

Em termos de metodologia, seguiu-se uma abordagem qualitativa, incluindo discussões em grupos focais, observação direta e análise documental. Foram ainda realizadas 90 entrevistas semiestruturadas a representantes do governo, de empresas investidoras, consultores e ONG, bem como autoridades locais, líderes tradicionais e população em geral, com ênfase nos camponeses mais directamente afectados pelos projectos.

Conta-se, pois, a história de cada uma destas propriedades agrícolas, do ponto de vista da justiça distributiva, processual e de reconhecimento. Será necessário interrogar como é que os impactos do projecto, incluindo os seus benefícios e possíveis efeitos adversos, se propagam no espaço – redesenhando a paisagem natural e social – e como evoluem ao longo do tempo – através das fases de consulta comunitária, aprovação e implementação (licença de exploração provisória, seguida de licença definitiva de longo prazo). A análise dos diversos ciclos de implementação dos projectos, bem como a observação das movimentações que estes provocam directa ou indirectamente, são fundamentais para ter uma noção mais realista dos seus efeitos no bem-estar e modos de vida das populações locais.

“É terra do dono”: concessões como ‘contratos’ de reconhecimento

Como prevê a Lei da Terra, cada um destes projectos foi sujeito a consultas comunitárias. No entanto, estes processos participativos estão sujeitos a limitações, quer por via das relações de confiança e influência que se estabelecem no terreno, quer pelos constrangimentos que persistem à liberdade de expressão e à afirmação da identidade dos camponeses locais. A percepção de atraso social e tecnológico enraizada entre os próprios camponeses acaba por limitar a sua influência. Estes, apesar de estarem representados nas consultas, aceitam por norma os projectos por uma multiplicidade de razões. Por um lado, por vezes consideram que estes são um facto consumado, dado que as empresas investidoras são apoiadas pelo Governo e, portanto, não devem ser contestadas. Por outro, pela expectativa de receber compensações financeiras, investimentos na comunidade e oportunidades futuras de emprego nas plantações. Ou seja, do ponto de vista formal, as populações dão o seu consentimento, mas este consentimento é, frequentemente, superficial e pouco inclusivo.

A tese analisa os projetos agrícolas como ‘contratos’ de reconhecimento recíproco, cuja manutenção depende da assunção, por parte das populações locais, das áreas de concessão como ‘território reservado’, sujeito a regras de uso e a limitações – “terra do dono”, nas próprias palavras dos camponeses. A existência prévia de projetos empresariais de agricultura favorece a aceitação de novas concessões, mas está, no entanto, condicionada pelo respeito de limites geográficos e temporais. Os marcos das plantações anteriores, bem como o respeito por funções laborais outrora exercidas, são fundamentais para garantir o reconhecimento por parte das populações. Outros recursos materiais, como a maquinaria, no caso das empresas, e a plantação de árvores, no caso das populações locais, revelam-se elementos cruciais na afirmação de um sentido de pertença e de partilha de território.

Vulnerabilidade climática e capabilities para a adaptação

Quando uma concessão de terras implica a cedência de terrenos de cultivo pela população local, ou mesmo o reassentamento de habitações, a falta de reconhecimento das práticas locais de gestão dos recursos naturais pode agravar a vulnerabilidade de certos grupos na comunidade, afetando, por exemplo, as suas estratégias de resiliência climática. Episódios climáticos súbitos, como as

cheias no rio Lúrio em 2014/2015 (Nampula e Cabo Delgado), vão por sua vez influenciar as percepções de justiça das comunidades quanto aos processos de reassentamento.

Figura 4-- Rio Lúrio, na fronteira entre as províncias de Nampula e Cabo Delgado



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Figura 5 – Rio Nataleia, na província de Nampula, durante a época das chuvas



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Este último aspecto poderia ser analisado com recurso a uma outra dimensão, a das capacidades humanas – *capabilities* –, conceito por vezes apresentado como uma possível quarta dimensão da justiça ambiental, outras como uma dimensão transversal às outras três. O controlo sobre o nosso próprio ambiente e a mobilidade pessoal são apenas dois exemplos de capacidades cruciais que têm sido recentemente estudadas no contexto da adaptação climática. As *capabilities* poderão revelar-se um interessante ângulo de abordagem no contexto da adaptação, ainda pouco explorado como modelo de análise empírica e que importa desenvolver em futuros projectos e publicações.

O texto integral da tese aqui resumida está disponível no [repositório da University of East Anglia](#).

Carla Gomes é doutorada pelas Universidades de Lisboa e de East Anglia (co-tutela), no âmbito do Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável. É bolseira de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), onde tem colaborado em projectos de adaptação, entre os quais o Plano Intermunicipal de Adaptação às Alterações Climáticas do Algarve (PIAAC-AMAL) e o acompanhamento da Estratégia Municipal de Adaptação (EMAAC) de Loulé.

BLOGUE ATS

GRUPO DE INVESTIGAÇÃO AMBIENTE, TERRITÓRIO E SOCIEDADE DO ICS-ULISBOA

CIÊNCIAS SOCIAIS E INTERDISCIPLINARIDADE



© *Simone Tulumello*

Introdução

Uma das primeiras coisas que ressalta ao ler o índice desta publicação é que o capítulo “Ciências Sociais e Interdisciplinaridade” é o mais amplo, contando com 23 textos. Não me parece que isso seja por acaso, antes pelo contrário. O grupo de investigação Ambiente, Território e Sociedade (ATS), que anima o blogue do qual este livro resulta, é dos mais multidisciplinares de um instituto, o ICS-ULisboa, cuja natureza é multidisciplinar. Mais, o ATS é um grupo de investigação onde as ideias de multi- e transdisciplinaridade são tomadas a sério como instrumentos de produção de conhecimento. De facto, seria difícil, em relação a todos os outros capítulos desta publicação, atribuí-los a uma “disciplina” específica.

Este capítulo nasce de uma simples constatação, o facto de que as práticas de inter- e transdisciplinaridade, embora promovidas discursivamente em todo lado, são, na realidade da academia contemporânea, percursos complexos e cheios de barreiras de dois tipos. As primeiras são de natureza “interna” à história das disciplinas, ou seja, a tendência natural dos sistemas para a autoconservação. As segundas, que podemos chamar de natureza “externa” – mas inextricavelmente ligadas às anteriores – que têm a ver com os sistemas de avaliação impostos à academia, mas abraçados por muitos setores da academia, que reforçam exatamente as dimensões mais conservadoras do sistema de produção de conhecimento. Um sistema no qual quanto se “produz” (em termos de publicações, financiamentos...) é decisivo para não perecer (o famoso lema *publish or perish*) incentiva a aceitação de padrões e regras, os fatores “internos” de que se falava antes, que tornam mais simples a produção. Arriscar menos para sobreviver.

O que isto significa em relação ao processo de investigação e de produção do conhecimento corresponde à linha vermelha comum aos diferentes textos deste capítulo, que são antes de mais exercícios de reflexividade – e mais

explicitamente nos textos da série “A utilidade das ciências sociais”, lançada pelo *post* de Andy Inch (janeiro 2017) e prosseguida por Simone Tulumello (janeiro 2017), Roberto Falanga (fevereiro 2017), Marco Allegra (março 2017) e João Mourato (abril 2017 e novembro 2018); mas também nos textos de Olivia Bina (julho 2016, maio 2017 e junho 2018) e Lavínia Pereira (maio 2018) que resultam, de forma mais ou menos direta, da ação **COST Intrepid**, dedicada exatamente à interdisciplinaridade nos estudos urbanos.

Não é possível esquecer que estas questões têm sempre mais relevância num contexto de crescente precariedade do mundo académico, tema presente ao longo da série “A utilidade das ciências sociais” e objeto de discussão específica nos dois capítulos de Paulo Granjo (ambos em outubro 2017) – não será inútil lembrar que dos mais de trinta investigadores do grupo de investigação ATS apenas três têm contrato permanente. Assim, as reflexões tornam-se sempre menos concetuais e mais políticas, para não dizer biopolíticas, como bem sabem as novas gerações de investigadores, que lidam com os efeitos psicológicos e físicos da precariedade no seu dia a dia durante anos ou décadas. Mas, ao mesmo tempo, este capítulo é o reflexo de como, no grupo ATS, há energia e vontade para buscar modelos de conhecimento para além do que é requerido pela sobrevivência do dia a dia: pensar, e praticar, ciências sociais realmente “úteis”.

Simone Tulumello

Simone Tulumello é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Lista de posts

Is social science useful? <i>Andy Inch</i>	469
A “possibilidade” de umas ciências sociais “úteis” <i>Simone Tulumello</i>	474
Da “projetificação” ou de como o presente está a ser adiado <i>Roberto Falanga</i>	478
As ciências sociais como virtuosismo político e social: a epistemologia de Bent Flyvbjerg <i>Marco Allegra</i>	483
O valor das ciências sociais: riscos, preconceitos e desafios (parte I) <i>João Moraes Mourato</i>	488
O valor das ciências sociais (parte II): o paradigma Schwarzenegger <i>João Moraes Mourato</i>	495
As cidades (in)conscientes <i>Roberto Falanga</i>	500
A Aldeia Lunar: “um pequeno passo para um homem, um salto gigantesco para a humanidade” <i>Mónica Truninger e Vera Assis Fernandes</i>	506
Quando $1+1>2$: a problemática da interdisciplinaridade nos estudos sobre questões ambientais <i>Augusta Correia</i>	510
Um desafio científico: o papel das redes sociais no ativismo ambiental <i>Sónia Cardoso</i>	514
The challenges of regulatory science: the case of chemicals <i>Susana Fonseca</i>	518
Europe, film studies and the social sciences <i>Mariana Liz</i>	523
“A minha opinião vale mais que os factos!”: o novo normal da pós-verdade <i>Luís Balula</i>	528
Imagine shaping your future <i>Olivia Bina</i>	534
European funds for interdisciplinarity and the social sciences and humanities: lessons to be learnt? <i>Olivia Bina</i>	540

The Alternative University of Romania: a life changing experience? <i>Lavínia Pereira</i>	549
As if U and sustainability mattered: U-you, U-niversity, U-theory, U-topia <i>Olivia Bina</i>	554
“Inclusão”, liminaridade e precariedade científica (I) <i>Paulo Granjo</i>	563
“Inclusão”, liminaridade e precariedade científica (II) <i>Paulo Granjo</i>	569
Oh Voluntariado, para onde tens vindo a caminhar tu? <i>Fábio Rafael Augusto</i>	576
Ciência cidadã de iniciativa comunitária <i>Ana Delicado</i>	580
Searching for utopia in dystopian times <i>Andy Inch</i>	584
Thinking about the future <i>Andy Inch</i>	589

Is social science useful?

Andy Inch



5 de janeiro de 2017

Este é o primeiro *post* da série “[A utilidade das Ciências Sociais](#)”

I’ll start by saying something that a relatively new member of an academic research group in a dedicated Institute of Social Sciences probably shouldn’t own up to but sometimes I’m not really sure of the value of academic social science research.

There, I’ve admitted it.

But I don’t think this is just a crisis of self-identity. Questions about the role and purpose of social research are vital, and perhaps have particular relevance to those of us working in more applied areas of the so-called social sciences. With budgets for research funding likely to come under increasing pressure across Europe, they are also likely to have much wider significance in the near future.

Like many others, I came to research out of a fuzzy belief that knowledge can improve society – this was underpinned by a set of equally fuzzy commitments to the creation of more socially just, democratic and environmentally sustainable ways of life. Unfortunately, steeped in the pseudo-scientific search for objectivity much ‘traditional’ social research still prefers to hide away any trace of such normative values. Shaped by increasing disciplinary specialization and the prevailing model of academic publishing, meanwhile, I worry that our practices often resemble a retreat from the complexities of the world rather than a serious attempt to engage with how we can play a part in changing it for the better. The traditional model of academic knowledge production is imagined as a linear process, moving from the conception of questions to the collection and analysis of ‘data’, and ultimately ending with the dissemination of ‘results’. You then sit back in your ivory tower to see how your sage insights make the world a better place. This may be the case in some areas of scientific endeavour, but I don’t know many social researchers that really believe it works.

As researchers, our ‘outputs’ are increasingly weighed and measured, rewards are distributed based on metrics of ‘quality’ and so we put huge amounts of time and effort into publishing papers in ‘top’ international journals (which overwhelming privileges work in the English language). While we shake our heads and mutter about the inadequacies of measuring performance in such a limited way, ever more papers are published, generating substantial profits for multinational companies who place them behind paywalls to be skim read by a few colleagues and maybe some students.

If social media echo-chambers were partly responsible for the ‘shock’ political events of 2016 – from Brexit to the election of Donald Trump – social researchers should hardly have been taken by surprise. We’ve been working in our own echo-chambers for years and the purpose of the publishing game often seems to be more about developing careers than influencing the world.

Open access publishing can help in this regard. But the problem is not just one of access to information. It is that so much of that information is written in esoteric language that is often impenetrable to all but the most committed of non-academics. I know this from first hand experience. [Planning Democracy](#), a small non-profit organisation I am on the board of in Scotland struggles patiently to translate my devotion to dead French philosophers into something usable in their campaigns for a fair and inclusive planning system.

Blogs like this perhaps offer more effective ways of reaching wider audiences (though I’m acutely aware that by writing in English I’m alienating potential readers here!). Media coverage can take research to wider audiences, and initiatives like [The Conversation](#) that enable academics to work with journalists to develop stories are promising in this regard. Some researchers are remarkably effective in their use of social media too, ensuring their work is seen by communities of practice for whom it might be valuable. But this type of writing and dissemination is still usually an optional extra that must always be done on top of the obligation to publish or perish in academic journals, and little time and attention is devoted to developing the skills required to do it well.

But dissemination is not the only moment when our work engages with the world. We go into communities, engage with people, draw on their experiences and observe their practices, all in order to better understand how the social world

works. In the traditional model we then disappear having collected our data. The language we use to do this frequently reifies the social relations involved – people become ‘research subjects’, places become ‘fieldwork sites’. All of this is meant to dress up what we do as respectable ‘science’. I worry that it is also a way of justifying research as an extractive industry – mining knowledge from society with too little concern for what we leave behind or give back¹. If the intractability of social problems in the world is any measure to go by, this extractive model of knowledge production hasn’t really been very effective either.

End Coal Now action. Reclaim The Power



Fonte: “End Coal Now action. Reclaim The Power” de Tom Richards sob a licença **CC BY**, via **Creative Commons**

There are, of course, other models of social research. I have become drawn towards participatory work, and commitments to the co-creation and co-production of knowledge are generating an increasing variety of different approaches, often promising a more ethical engagement with the people and places we interact with. Such methods also offer a means of being involved in, and learning from, the complexity of real processes of change – rather than simply observing them or collecting post-hoc accounts of what happened.

¹ This is a term my colleague at the University of Sheffield Lee Crookes and I have used a lot in recent years. I’m not entirely sure anymore where we extracted it from, but it’s definitely a product of our ongoing collaboration.

Funders too are increasingly interested in the ‘impact’ of academic research, and requirements to work with ‘users’ are becoming a standard part of many funding calls. This brings opportunities and challenges for those interested in changing the world, rather than simply interpreting it (to paraphrase Marx). The opportunities lie in an increased openness to new types of research. The many challenges include how this type of work can be done well, rather than simply as an instrumental response to financial incentives and how such approaches can be fitted in alongside other pressures: can meaningful, trusting relationships be created in the context of fixed-term project funding? Can such projects respond effectively to real needs in society? Can academic publishing pressures be squared with more accessible forms of dissemination?

Much of this agenda also assumes a world that wants to work with academics and believes the knowledge we produce can make a difference. Yet that is not always the case. During the Brexit referendum in the UK when faced by a wealth of hostile reports, one of the leaders of the leave campaign, Michael Gove, openly questioned whether the opinions of ‘experts’ mattered. This drew considerable commentary and no little criticism. But scepticism about the role and value of academic expertise is not confined to opportunistic right-wing populists.

In my experience, for example, urban planning practitioners often express scorn for anything they regard as theoretical. For me this usually brings to mind **Keynes’ view that**: “Practical men who believe themselves to be quite exempt from any intellectual influence, are usually the slaves of some defunct economist. Madmen in authority, who hear voices in the air, are distilling their frenzy from some academic scribbler of a few years back” (p.383). If social research becomes *too* applied, and seeks only to respond to the stated needs of users, there are real dangers of evicting critical approaches, losing sight of how the world might be made a different and better place.

This is why theorizing matters but it needs to be **as Stuart Hall once said** “a detour on the way to somewhere more important” (p42). It is also therefore important to find ways of communicating and sharing the value of such critical thinking in a world impatient for instrumental solutions.

“I think but I do not exist”



Source: Photo by Andy Inch

All of which brings me back to my crisis of self-identity. I suppose research like researchers comes in all shapes and sizes, there is no one true path and we all have to find our own ways of making a contribution. Though the traditional model of academic publishing and extractive research still dominate, there are arguably signs that it is breaking down.

Albeit often in limited ways, opportunities to publish differently or to collaborate in new ways do seem to be opening up. These create new tensions that we have to navigate without losing our vital critical faculties, or the ability to explore alternatives. But if we accept that prevailing models of social science are not well equipped to make a difference then we should welcome any opportunity to reimagine the role and purpose of social research.

References

- Hall, S. (1991) Old and new identities, old and new ethnicities. In Anthony D. King, ed., *Culture, globalization and the world system*. Minneapolis: University of Minnesota Press
- Keynes, J.M. (1936) *The General Theory of Employment, Interest and Money*, London, MacMillan.

Andy Inch is a post-doctoral researcher at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa),

Este artigo faz parte da Série “**A utilidade das ciências sociais**”

A “possibilidade” de umas ciências sociais “úteis”

Simone Tulumello

📅 25 de janeiro de 2017

Este é o segundo *post* da série “A utilidade das Ciências Sociais”

Este texto é uma resposta ao estimulante *post* de Andy Inch, no qual ele questiona a “utilidade” das ciências sociais. A minha intenção é sugerir uma possível pista para essa utilidade – uma utilidade, diga-se, desde já, radicalmente oposta às dinâmicas da academia criticadas por Andy. Para tal, vou partilhar algumas reflexões sobre os conceitos de “probabilidade” e de “possibilidade”, e sobre o seu significado em relação à construção do futuro – reflexões que provêm, embora de forma bastante livre, do meu interesse sobre o desenvolvimento (e “subdesenvolvimento”) do *Mezzogiorno* de Itália.

“Por aí é o caminho”



Fonte: Fotografia de Simone Tulumello (2012)

Política científica e futuro

Partilho muitas das preocupações do Andy sobre as tendências atuais da investigação social, decorrentes da rápida transformação da academia no sentido da mercantilização do saber, da *rejeição dos “tempos lentos”* (na procura de

resultados imediatos e “sensacionais”) e da promoção da competitividade em detrimento da cooperação: o modelo que Andy chama, através de uma astuta metáfora, “extrativo”. Preocupa-me o modelo extrativo enquanto membro da comunidade científica, “objeto” (e, ao mesmo tempo, sujeito) da extração, inclusive pelos **efeitos dessa extração sobre a nossa saúde!**

Mas preocupa-me ainda mais o significado que a precarização, a mercantilização e a competitividade estão a ter, e irão ter, para a qualidade do que fazemos como comunidade académica – ao ser-nos pedido sempre *mais* chegamos a ter de produzir *pior*, sendo o dia não extensível além das 24 horas. Numa academia obcecada com o *presente* (por exemplo, com a constante medição do que produzimos agora), preocupa-me a crescente incapacidade que temos de olhar para o *futuro* – e de contribuir para um futuro melhor.

Sem dúvida, precisamos hoje de nos mobilizar para contrariar a mercantilização do saber e da academia – e é por isso que lançámos, com a Rede de Investigadores Contra a Precariedade Científica, o **Manifesto para uma Ciência com Futuro e Direitos para Todos**.

Ciências sociais e possibilidade

Para além da política científica (embora em estreita conexão com ela), há a questão da forma como as ciências sociais e os cientistas sociais pensam o futuro.

Recentemente, a **Fundação Francisco Manuel dos Santos convidou Philip Tetlock**, um dos maiores peritos mundiais na ciência das previsões. Prever não significa, obviamente, definir exatamente o que vai acontecer (essa é a “ciência” de videntes), mas sim medir a probabilidade que cenários diferentes têm de se concretizar. Porém, o esforço para “melhorar” a ciência das previsões vai no sentido de canalizar a atenção para os cenários mais prováveis – isto é, sem definir o que vai acontecer, aproximar-se o mais possível dessa definição. Prever significa procurar regularidades e padrões que permitam ler melhor no presente as tendências futuras.

Este é um desafio de importância fundamental para as ciências, que domina as políticas científicas e as agendas de investimento – o próprio Tetlock tem beneficiado de grandes financiamentos pelo governo americano, que vê na ciência das previsões um recurso geopolítico fundamental.

Mas ao afinarmos a ciência das previsões arriscamo-nos a marginalizar o que, sendo menos provável, é, apesar de tudo, possível. E o possível é, muitas vezes, também o expectável. Aqui ajuda-nos o economista Albert Hirschman e a sua “propensão para a esperança”.

O percurso de Hirschman, economista atípico com uma paixão pela multidisciplinaridade e pouco amante de ortodoxias, desenvolveu-se na fronteira entre a academia e a prática, tendo, durante muitos anos, sido consultor económico na América Latina. Embora sendo um “ocidental” que achava apropriado transportar o modelo capitalista e a democracia liberal do norte para o sul do mundo, Hirschman acreditava na necessidade de olhar para as dimensões locais nos percursos para o desenvolvimento.

Hirschman reconhecia que a “mudança” é sempre improvável – sendo as forças de conservação quase sempre mais poderosas que as forças de transformação – sugerindo, então, o “possibilismo” como instrumento concetual e prático. O risco da ênfase no provável é o de marginalizar as forças de mudança que existem; pelo contrário, a ênfase no possível permite dar força às dinâmicas transformativas em ação.

A ênfase no possível, no caso do desenvolvimento local, implica uma mudança radical de atitude por parte das ciências sociais. As ciências do desenvolvimento tradicionais olham para as dinâmicas (económicas, políticas e sociais) locais com o objetivo de enfatizar as razões do “subdesenvolvimento” e acabam por concluir que o desenvolvimento é “impossível” se não acontecerem transformações culturais radicais, que são, porém, muito improváveis – é o caso das conclusões que Edward Banfield e Robert Putnam retiram do seu estudo sobre o Sul da Itália.

Uma ciência do possibilismo, porém, procura os momentos nos quais a mudança, por improvável que fosse, aconteceu e tenta perceber as suas causas, e também os seus limites, para construir os instrumentos para relançá-la e reforçá-la – é o caso do trabalho de Alberto Tulumello sobre a convergência económica no Sul da Itália nos anos 1990.

“The future is radically open”

“Do meu ponto de vista, esboçar futuros múltiplos é uma tentativa de deixar a porta aberta para o político e o contingente. A minha intenção não é assegurar que um futuro aparecerá automática e magicamente a partir de fatores tecnológicos e ecológicos exteriores. Pelo contrário, é insistir que a situação a que chegarmos será o resultado da luta política”

(Simon Frase, *Four Futures*, tradução do autor)

Olhar o futuro através da lente da possibilidade é, para mim, um projeto político, sobretudo numa época em que extrapolar o futuro provável a partir das tendências presentes significa render-nos ao desconforto e ao pessimismo – o que nos pode, provavelmente, conduzir ao percurso que passa pela explosão das desigualdades e dos racismos, pela tomada de posse de Donald Trump, pelo buraco negro de austeridade e pelo nacionalismo em que a Europa parece precipitar-se.

Mas é, ao mesmo tempo, um projeto académico – eis a razão de ter escolhido como imagem deste texto a fotografia que há uns anos propus para representar o trabalho do grupo de investigação que dá vida a este blogue. Este projeto é uma forma de viver a *dificuldade* presente da vida académica numa perspetiva de *utilidade*, uma utilidade ao mesmo tempo individual—trabalhar para melhores condições de vida na academia—e coletiva—trabalhar para uma academia capaz de contribuir para a mudança social. É um percurso entre muitos, obviamente, pois só através de visões diferentes a academia pode tornar-se um lugar de “progresso” – e espero ouvir, neste blogue e fora dele, críticas ao conceito de possibilidade aqui defendido.

É um percurso, enfim, de *abertura*, que se contrapõe ao *fechamento*, seja ele da academia para com a sociedade, ou das tendências dominantes do pensamento às ideias radicais. Neil Smith, *extraordinário pensador radical que nos deixou prematuramente em 2012*, quis dedicar a sua última palestra à *abertura e ao futuro*, intitulada “the future is radically open”, ou o futuro está radicalmente em aberto. O que vem a seguir é uma questão de luta política. E a academia tem o dever de ser *útil*, por exemplo, olhando para o possível.

Simone Tulumello é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Este artigo faz parte da *Série “A utilidade das ciências sociais”*

Da “projetificação” ou de como o presente está a ser adiado

Roberto Falanga

 22 de fevereiro de 2017

Este é o terceiro *post* da série “[A utilidade das Ciências Sociais](#)”

Enquanto o mundo laboral continua preso a uma lógica fundada na precariedade estrutural, oximoro que revela a força do projeto **biopolítico** neoliberal, muitas ou mesmo todas as esferas da vida individual e coletiva parecem ser igualmente afetadas por esta lógica.

As consequências óbvias, mas nem por isso menos perversas, da precariedade são hoje tema de debate público em Portugal. Por exemplo, a recente constituição de uma rede nacional que junta as reivindicações de investigadores em regime de bolsa ou afins conseguiu pôr em cima da mesa um debate sério e robusto sobre o futuro da investigação neste país.

A precariedade irrompe não só no mercado do trabalho, como também no quotidiano. Ela é uma força silenciosa que se apropria de tudo, engolindo o presente e deixando-nos com nostalgia de um passado que nunca tivemos e com esperança de um futuro que vislumbramos de longe.

Se a precariedade desfaz o presente é porque a “projetificação” da vida se tornou parte constitutiva de uma estratégia sociopolítica mais ampla que atua em várias vertentes, mas com especial predileção pela transformação do futuro numa eterna potencialidade, ou seja, no adiamento permanente do presente.

Do latim ‘pro’ (frente) e ‘iacere’ (deitar), o verbo ‘projetar’ fala do ato de avançar, de alongar, de estender. O ‘deitar’ para a frente uma ideia contempla ponderação e planeamento, mas também criatividade, expectativas e *desiderata*. Esta última palavra, do latim ‘de’ e ‘sidera’, conta-nos histórias à procura de estrelas para adivinhações exatamente sobre o futuro. Serão ainda hoje os desejos a indicarem o caminho a quem projeta o seu futuro? Se nalguns casos projetar

equivale à fascinante viagem de procura e descoberta, para muitos outros projetar transformou-se num jogo perverso de fuga ao presente, onde o potencial imaginado e desconhecido se cristaliza num *déjà-vu* da precariedade, num silogismo mortífero.

“Coelho Atrasado” por António Dacosta, Estação do metro Cais do Sodré, Lisboa



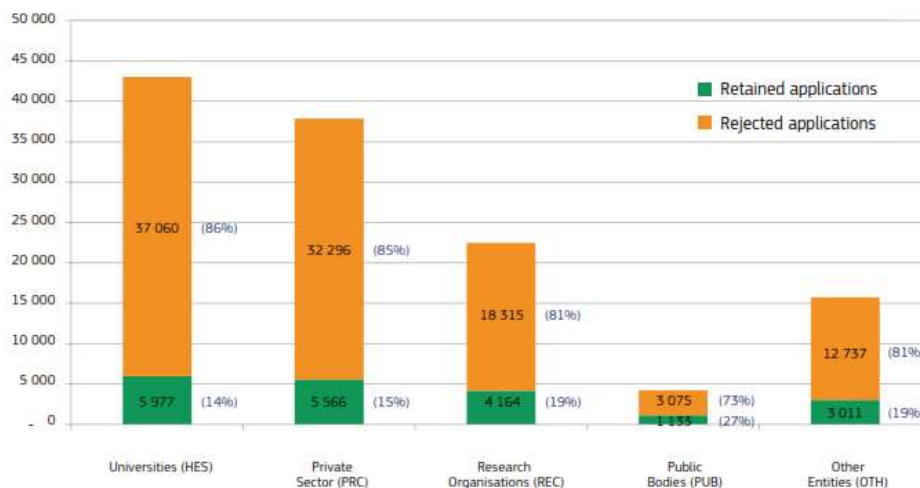
Fonte: *“Metro de Lisboa - Estação Cais do Sodré” de IngolfBLN sob a licença CC-BY-SA, via Flickr Creative Commons*

É desta forma perversa de projetar que quero falar neste *post*. A “projetificação” da vida provoca um sentimento difuso de preocupação com a escassez de tempo, mas também com a escassez de visões de conjunto e de estratégias a longo prazo. É interessante notar como o termo preocupar, derivado do latim ‘pre’ (pré) e ‘occupare’ (ocupar), volta a indicar uma ação fora do presente, desta vez preventiva. Ocupamos um lugar (ou um tempo, neste caso) antes de lá chegarmos, antes de lá ter ocorrido o que poderá existir. A preocupação projeta-nos, enfim, outra vez num futuro imaginado.

Sempre que nos candidatamos a fundos de investigação, construímos cenários futuros do que ‘poderá vir a ser’. Quando a procura de fundos se torna incessante e o tempo gasto ultrapassa o tempo para a própria investigação, até o defensor mais convicto de que precarizar incentiva as pessoas a produzir mais deverá rever

os seus axiomas de referência. Um exemplo de financiamento de apoio à investigação e inovação, onde universidades e centros de investigação desempenharam (e continuam a desempenhar) um papel importante, é o programa comunitário *Horizon 2020*, em que, até dezembro 2014, quase 75% dos candidatos foram entidades ligadas à investigação.

Proporção de aplicações rejeitadas ao programa Horizon 2020



Fonte: *Relatório da Comissão Europeia*

Estes números podem indicar um interesse genuíno em criar novo conhecimento e novas parcerias. Mas também podem sugerir que o ‘mundo das candidaturas’ transforma particularmente os setores onde o desmantelamento dos sistemas nacionais de financiamento público tem tido mais efeitos e onde, portanto, a lógica dos fundos comunitários entra com mais força. Apesar de existência de financiamento público ser uma condição *sine qua non* da investigação, não se trata apenas duma questão financeira. A procura continuada de financiamentos já não é uma questão de simples projeção, mas sim de “projetificação” da investigação, onde a continuidade e a segurança das carreiras são substituídas pela contratação de curto-prazo e por uma certa miopia em relação à sustentabilidade do sistema académico.

A este respeito concordo só parcialmente com o meu colega Simone Tulumello quando, neste [blogue](#), defendeu a falta de debate sobre o futuro da academia por causa da obsessão com o presente. Na minha opinião, o sistema de medição da produção científica que tem vindo a intensificar-se no presente não obscurece o futuro. Mas quando a medição faz parte de um quadro de precariedade, concorre

para a dilatação e cristalização de um futuro procurado na investigação que, porém, em raros casos parece realizar-se.

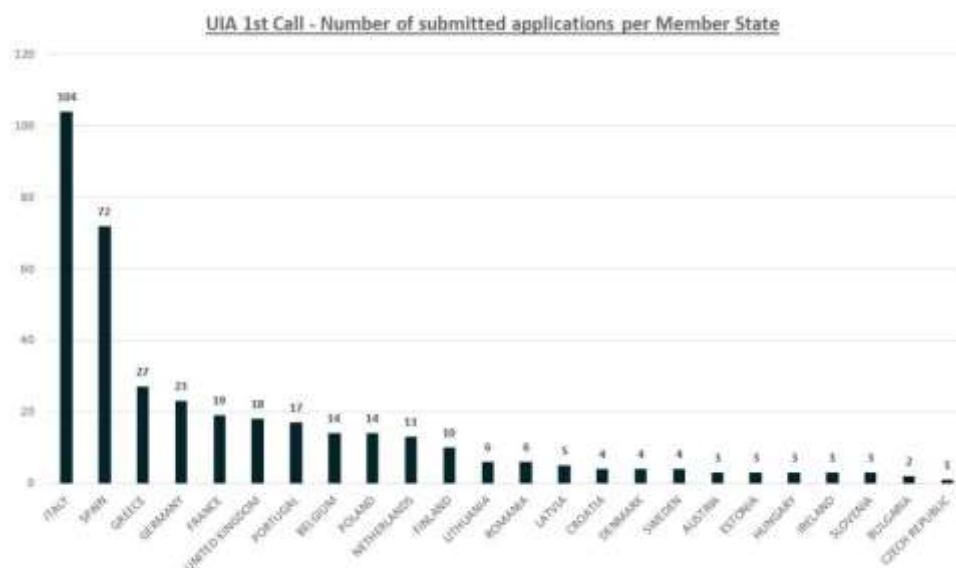
O que temos criado com a “projetificação” da investigação? Nas ciências sociais ganhamos e terminamos muitos projetos, alguns bem-sucedidos, outros menos, alguns que contribuem para produzir novo conhecimento, outros menos novo, e em todo o caso constrangidos numa gaiola de regras que o meu colega Andy Inch descreveu eficazmente neste [blogue](#).

E como gerimos o tempo pós-projeto? Alguns deixam rastros positivos, outros nem tanto, e por vezes ainda se levantam questões éticas quando não se cumprem as expectativas das comunidades envolvidas, devido, por exemplo, ao esgotamento dos financiamentos à investigação. E como aproveitamos a informação recolhida e elaborada? Nalguns casos sabemos como utilizá-la melhor (em outras candidaturas, por exemplo), noutros casos não temos verba suficiente para manter a base de dados ou o *website* abertos e acessíveis. E assim por diante. Esta forma de se projetar não representa uma oportunidade concreta para o futuro, mas sim a apologia de um presente que se adia *ad infinitum*.

A “projetificação” também entrou massivamente na lógica de governação. Muitas autarquias têm vindo a intervir na malha urbana recorrendo a fundos internacionais para compensar, em muitos casos, a escassez de recursos financeiros para intervenções de mais longo prazo. A galáxia destes financiamentos é ampla e com uma longa história.

À escala europeia, o Programa [Urban Innovative Actions – UIA](#) é um dos recém-chegados e, na sua primeira edição decorrida em 2016, financiou um total de 18 projetos sobre temas como pobreza urbana, integração de imigrantes e refugiados, emprego e transição energética. As ideias tinham de ser efetivamente inovadoras e as experiências-piloto financiadas deverão ter, espera-se, algum futuro. Trata-se, portanto, duma tentativa de iniciar políticas públicas a nível urbano sobre questões de importância crucial, pelo menos segundo as agendas externas, neste caso da União Europeia, que disponibilizam os fundos. Mas existirá um aproveitamento real das experiências-piloto que os fundos internacionais ajudam a implementar? Como garantir continuidade a longo prazo, caso esse seja um dos objetivos definidos?

Número de candidaturas aos fundos da primeira edição do Programa UIA por país



Fonte: *Programa UIA*

Este gráfico mostra os países que recorreram aos fundos da primeira edição do Programa UIA. De que modo devemos ler estes dados? Como reflexo de uma nova energia direcionada para a inovação dos modelos de governação urbana ou antes como um “mapa do desespero” onde a falta de estado social é compensada através da “projetificação” (até) das políticas públicas?

Nas cidades, assim como na investigação e em outros inúmeros âmbitos das nossas vidas, o problema não são os projetos. O problema é a penúria, ou a falta de todo o resto. É um pouco como ter à disposição quadros de grande valor numa casa sem paredes onde os pendurar. Para dar sentido à “projetificação” como estratégia sociopolítica (certamente a ação a longo prazo mais bem-sucedida das últimas décadas), precisamos de suspender o mantra do futurível, que de facto esvazia de substância o futuro, e voltar a debater as condições do presente. Seria saudável, enfim, que da (pre)ocupação do futuro possamos transitar quanto antes para a ocupação do presente, dos nossos espaços, dos nossos direitos.

Roberto Falanga é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Este artigo faz parte da *Série “A utilidade das ciências sociais”*

As ciências sociais como virtuosismo político e social: a epistemologia de Bent Flyvbjerg

Marco Allegra



29 de março de 2017

Este é o quarto *post* da série “A utilidade das Ciências Sociais”

Qual é a utilidade das ciências sociais? Qual o seu impacto na sociedade? E quais as opções (epistemológicas, metodológicas, políticas) disponíveis para o investigador maximizar este impacto – mantendo, ao mesmo tempo, autonomia e a independência que muitos de nós associamos ao estatuto da ciência? Estas são algumas das perguntas essenciais subjacentes ao recente *post* de Andy Inch neste blogue – seguido de um *contributo* de Simone Tulumello sobre “a ciência do possibilismo”.

Tive a oportunidade adicional de refletir sobre este tema durante o último seminário do nosso grupo de investigação. O debate que seguiu a apresentação sobre as metodologias quantitativas transformou-se, de facto, numa discussão sobre o processo de construção dos dados, a relação entre dados qualitativos e quantitativos, e as possibilidades de integração destes no desenho da pesquisa.

Neste *post* gostaria de continuar esta conversa encaixando-a numa perspetiva mais alargada – num discurso sobre os fundamentos epistemológicos das ciências sociais, a epistemologia sendo “o estudo do conhecimento e das crenças justificadas” e, mais em geral, “a criação e a disseminação do conhecimento em áreas de investigação específicas” (*Epistemology*, [Stanford Encyclopedia of Philosophy](#)) – para depois voltar às questões levantadas por Andy descrevendo a proposta epistemológica de Bent Flyvbjerg sobre as ciências sociais como virtuosismo político e social.

Métodos ou metodologias?

A contraposição “métodos quantitativos vs. métodos qualitativos” representa um refrão familiar nas conversas académicas. Apesar disso, como o último seminário do GI demonstrou, trata-se de uma contraposição com pouco fundamento.

Principalmente devido ao carácter complexo da realidade social, tanto a pesquisa qualitativa como a quantitativa encontram problemas semelhantes na construção e na análise dos dados. Aliás, se riscarmos a superfície aparentemente mais regular dos trabalhos quantitativos, identificamos uma dinâmica bem mais caótica, feita de limites tanto estruturais (e.g. séries históricas incompletas ou não comparáveis) quanto inerentes ao processo do desenho da pesquisa (e.g. a seleção das variáveis e a construção dos indicadores).

Por outro lado, tanto as abordagens quantitativas quanto as qualitativas adotam estratégias voltadas para a minimização deste tipo de problemas. Uma dessas estratégias consiste precisamente na abordagem da chamada *mixed-* ou *multi-methods research*, a integração de métodos diferentes na mesma investigação. De facto, existe hoje um consenso alargado sobre a necessidade duma abordagem pluralista em relação à escolha dos métodos; por outras palavras, a bondade de um método apenas pode ser avaliada em relação a um determinado desenho de pesquisa.

“There are things that you can measure...”



Fonte: *The Manga Guide to Statistics* (2008, pg. 18)

A situação é bem diferente quando consideramos o conceito de “metodologias”. Como observam Peregrine Schwartz-Shea e Dvora Yanow, enquanto os “métodos” são técnicas para recolher dados, uma metodologia

“tem raízes... na história do pensamento político ou científico e/ou nas premissas epistemológicas e ontológicas da filosofia da ciência (social) subjacente ao processo de investigação”

(citado em Jackson 2006, pg. 89)

Ou seja: enquanto existe hoje um consenso sobre o pluralismo dos *métodos*, a questão do pluralismo das *metodologias* mantém-se em aberto – na medida em que falar de metodologias implica debater as grandes alternativas epistemológicas disponíveis ao investigador e, mais em geral, o papel das ciências sociais.

Por exemplo, já no título do texto clássico *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, defende-se uma abordagem baseada na tradição epistemológica positivista, inspirada nas ciências duras: enquanto a escolha dos métodos (qualitativos e/ou quantitativos) pode depender das necessidades pontuais da investigação, o fim último da pesquisa seria a clássica “produção de inferências” da ciência positivista, ou seja, a descoberta de relações causais entre as variáveis observadas que remetem para as leis universais que regem o funcionamento das sociedades.

Ciências sociais fronêticas

Um ponto de vista radicalmente oposto é o da tradição que Bent Flyvbjerg chama “phronetic social science” – uma genealogia que inclui figuras como as de Aristóteles, Maquiavel, Nietzsche e Foucault. No seu livro mais conhecido *Making Social Science Matter: Why Social Inquiry Fails and How It Can Succeed Again*, Flyvbjerg apresenta uma abordagem metodológica que enfatiza a importância dos contextos nos fenómenos sociais – uma abordagem baseada nos *estudos* dos irmãos Hubert e Stuart Dreyfus sobre a aprendizagem e também no *trabalho* de Pierre Bourdieu.

Os fenómenos sociais são essencialmente condicionados pelo seu contexto, diz Flyvbjerg; por isso, o cientista social nunca conseguirá produzir teorias gerais de tipo positivista, i.e. independentes do contexto, baseadas em regras gerais, explanatórias e preditivas. A impossibilidade de excluir o contexto da análise dos fenómenos sociais cria um paradoxo aparente:

“O contexto não pode ser excluído porque, como Bourdieu demonstrou, o contexto define os fenómenos sobre os quais a teoria se aplica. Contudo,

uma teoria deve ser necessariamente ‘context-free’, caso contrário não representa uma teoria geral.”

(Flyvbjerg 2001, pg. 47)

Flyvbjerg indica uma saída para este paradoxo: em vez de tentar emular as ciências duras, as ciências sociais devem focar-se na virtude aristotélica da *frônese*, ou seja, a capacidade de fazer escolhas inteligentes em circunstâncias pontuais:

“A frônese ultrapassa tanto o conhecimento analítico-científico (episteme) quanto o conhecimento técnico ou know how (techne) e implica juízos e decisões tomadas ao estilo de um ator social e político virtuoso... O papel das ciências sociais frônéticas é clarificar e apoiar a deliberação sobre problemas e riscos que a sociedade está a enfrentar, e delinear o que pode ser feito duma maneira diferente – com a plena consciência de que nunca poderemos encontrar respostas definitivas a estas perguntas e nem sequer concordar com uma qualquer versão destas perguntas.”

(Flyvbjerg 2001, pg. 140)

A utilidade das ciências sociais

Se aceitarmos a proposta de Flyvbjerg, podemos sintetizar algumas diretrizes fundamentais para responder às questões colocadas por Andy Inch no seu *post*.

– As ciências sociais devem aceitar serem normativas: a frônese é virtude ativa, focada nas questões políticas e de valores – O que está a acontecer? Quais as consequências? O que podemos fazer? Neste sentido, as inquietações dos investigadores têm de ter raízes em problemas reais (e não serem simplesmente “theory-driven”) em relação aos quais a investigação pode fornecer um contributo concreto – este é o antídoto de Flyvbjerg aos chamados “so-what results” nas ciências sociais. Por outro lado, isto não significa renunciar às ambições teóricas das ciências sociais, mas sim adotar um modelo semelhante ao da *grounded theory*, em que o aparato teórico não é pré-existente ao trabalho de campo, mas emerge gradualmente no decurso da investigação.

– O investigador tem de manter a máxima proximidade entre si e o objeto de investigação, porque o verdadeiro conhecimento surge principalmente da prática quotidiana – por isso Flyvbjerg indica os *estudos de caso* como um método particularmente apropriado, por representar a investigação do contexto *par excellence*. Esta proximidade tem de ser mantida constante

durante todas as fases da pesquisa, com o objetivo de receber um *feedback* contínuo sobre os resultados do trabalho, e de maximizar o impacto da investigação na comunidade interessada. Citando o escritor americano Henry Miller, Flyvbjerg compara o trabalho de investigação a um

“terrain of which I have made a thorough, geodetic survey, not from a desk with pen and ruler, but by touch, by getting down on all fours, on my stomach, and crawling over the ground inch by inch, and this over an endless period of time in all conditions of weather”

(Flyvbjerg 2001, pg.133).

– O objetivo da investigação deve ser transcender o dualismo macro/micro e ator/estrutura; os produtos da investigação devem necessariamente representar uma “polifonia de vozes”, ou seja, um diálogo entre todos os sujeitos envolvidos, em que a voz do investigador é um *input*, mas não reivindica uma autoridade especial: a objetividade, diz Flyvbjerg, não é “contemplação sem interesse” mas sim a apresentação de uma “variedade de perspetivas e de interpretações afetivas ao serviço do conhecimento” (Flyvbjerg 2001, p. 139). A *Actor Network Theory* partilha a mesma ambição; [aqui](#) e [aqui](#) Tommaso Venturini apresenta a proposta metodológica da chamada “cartografia das controvérsias”.

Respostas parciais, claro. Fica em aberto, por exemplo, a outra grande questão: como é que este tipo de abordagem epistemológica (e a sua ênfase num carácter quase artesanal do trabalho científico) se concilia com as práticas prevaletentes na investigação científica – com a cultura do “*publish or perish*” e o uso extensivo de indicadores bibliométricos; com a precariedade nas universidades e a [projetificação](#) do trabalho científico; com a ênfase nas “*evidence-based policies*”? A proposta das “ciências sociais fronéticas” de Flyvbjerg indica uma direção diferente em relação a estas práticas – o futuro dirá se esta diversidade representa a sua força ou a sua maior fraqueza.

Marco Allegra é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Este artigo faz parte da [Série “A utilidade das ciências sociais”](#)

O valor das ciências sociais: riscos, preconceitos e desafios (parte I)

João Moraes Mourato

 19 de abril de 2017

Este é o quinto *post* da série “A utilidade das Ciências Sociais”

Há algum tempo atrás, o **Andy Inch** lembrou, neste blogue, uma questão fundamental, infelizmente pouco debatida: qual a utilidade das ciências sociais? Em resposta, o **Simone Tullumelo**, perante a atual mercantilização do saber e da academia, advogou o desenvolvimento de uma ciência social útil; **Roberto Falanga** sublinhou o efeito nefasto da atual *projectificação* na atividade científica; e Marco Allegra salientou a necessidade de questionar os próprios fundamentos epistemológicos universalistas que regem as ciências sociais contemporâneas.

Acumulam-se, de facto, denúncias de uma crise nas ciências sociais. Uma crise **identitária** e de **relevância social** que parece mobilizar pouco uma comunidade de prática que se encontra refém de uma lógica hegemónica de produtividade científica com questionável valor-acrescentado no impacte das ciências sociais. Em suma, sinto-me, por vezes, parte de uma dinâmica inquestionada de busca do que Mathias Biswanger designou de “**excellence by nonsense**”.

No meu contributo para esta **série** em discussão neste blogue, defendo que, enquanto cientistas sociais, precisamos de refletir sobre o que investigamos, para quê e para quem. Primeiro, contudo, quero frisar porque é, a meu ver, particularmente urgente este debate.

Como sublinhou o **Luís Balula**, o ressurgimento massivo do conhecimento alternativo e a consagração eleitoral nos Estados Unidos da política da pós-verdade veio expor a fragilidade com que o conhecimento científico sucumbe ao assalto mediático doutrinator de massas.

“Scientia potentia est”, afirmou Hobbes no seu Leviatã de 1668. “Conhecimento é Poder”. É hoje inegável a consolidação atual de estratégias concertadas de legitimação, não só ao acesso, mas também ao exercício do Poder com base na constituição de bases de conhecimento alternativo, no que George Monbiot denominou de “**indústria profissional da negação**”.

Verdade e pós-verdade



Fonte: Cartoon de Martin Shovel, via *The Norwich Radical*

Será este cenário reversível? A sê-lo, será por via de um rígido quadro regulador e certificador da informação circulada? As implicações de tal tornam este cenário em algo, a meu ver, estruturalmente impossível.

É, assim, atualmente inevitável que factos e factos alternativos, conhecimento e conhecimento alternativo, coexistam no universo de informação circulada globalmente, alimentando o que o prémio Nobel da medicina Peter Doherty designou como as “**guerras do conhecimento**”.

Alguns cientistas travam já **abertamente** este combate como, por exemplo, face ao ceticismo associado à questão das alterações climáticas. Esta é, contudo, uma batalha extremamente desleal. A **lei de Brandolini** sumaria, sarcástica e humoristicamente, a principal dificuldade a enfrentar, já que a energia necessária

para refutar factos e conhecimento alternativo é de uma magnitude muito superior à energia utilizada na sua criação.

O que podem ou devem os cientistas sociais fazer?

A resposta a esta questão está, a meu ver, fortemente condicionada por dois tipos de preconceito: um *exógeno* (A) e outro *endógeno* (B).

(A) O preconceito exógeno

O ponto de partida é reconfortante: a *Academia e os Académicos*, aparentemente, retêm uma significativa confiança por parte do público enquanto área e grupo profissional alargado, respetivamente. Contudo, Gudmund Hernes, no primeiro *World Social Science Report*, explica como, no diagnóstico associado à crise financeira e económica global de 2007-08, “os cientistas sociais tiveram um papel instrumental na construção, ou interpretação errónea, quer dos ‘instrumentos’ tóxicos quer das instituições defeituosas que suportavam o sistema financeiro”. Neste contexto, Hernes salientou o papel dos economistas, que “*não só não entenderam as implicações do que conceptualizaram como não monitorizaram a implementação das suas propostas*”. Cumulativamente, a atual propagação *mediática*—quer de informação falsa ou incompleta, apresentada como sendo científica, quer a denúncia errónea e descontextualizada—da *inutilidade de certa ciência*, induz inevitavelmente, aos olhos do cidadão, uma percepção desvalorizadora do valor da ciência.

Mas não só. Ao nível do poder político existe, e subsiste, um preconceito para com as ciências sociais. Veja-se, como exemplo, o caso recente da maioria Republicana no congresso Americano que procurou, no contexto da reprogramação financeira do orçamento da National Science Foundation (NSF), *eliminar o programa de ciência política*, advogando até que tal deveria ser extensível a todas as ciências sociais pois “estas disciplinas nunca poderão atingir a objetividade das ciências naturais”.

Mas estão as ciências ditas exatas livres de semelhantes julgamentos arbitrários? Poucos tópicos geram uma guerra do conhecimento como o aquecimento global e as alterações climáticas. Por um lado, tem-se vindo a *consolidar* na comunidade científica *uma posição comum* sobre a existência e as características das mesmas. Por outro lado, entre 2008 e 2011, desceu de 47% para 39% a percentagem de

norte-americanos que acredita que a “**maioria dos cientistas crê nas alterações climáticas**”. Mais, com 81% dos Democratas face a 42% dos Republicanos a acreditarem na existência de provas concretas do aquecimento global do nosso planeta, a “**correlação do valor atribuído à ciência e identificação política é evidente**”.

O surgimento deste ceticismo militante e politizado tem sido analisado em maior detalhe no contexto dos Estados Unidos, não havendo informação disponível equivalente que permita determinar quão representativo será este retrato da situação a nível global. Mas há um aviso implícito incontornável e uma questão que se levanta: *poderão as ciências sociais dar-se ao luxo de permanecerem como espectadores privilegiados na guerra pelo domínio da opinião pública face aos principais desafios sociais que enfrentamos?*

(B) O preconceito endógeno

Science Wars and True Science. Se, na perspetiva exógena, a afirmação das ciências sociais não deixa antever tarefa fácil, numa leitura endógena, o caso não é muito melhor. Refiro-me, claro, ao preconceito de carácter epistemológico que pauta a relação entre as ciências ditas exatas ou naturais e as sociais e humanidades, plasmado, por exemplo, nos textos de **Alan Sokal**, **Richard Lewontin**, ou **Gary Cutting**. Independentemente da legítima **contra-argumentação** que textos desta natureza suscitam, e dos **limites à crítica que fazem**, há que reconhecer algumas das fragilidades expostas. A **crítica progressista** de Bent Flyvbjerg é, neste contexto, seminal ao ilustrar como as ciências sociais se auto-constringem ao procurarem emular de forma acrítica os fundamentos epistemológicos das ciências naturais.

Excelência? ...em quê? Uma segunda dimensão do preconceito endógeno emerge do debate (ou sua ausência!) do propósito da atividade científica. Em 1963, Bernard Forscher, com um **curto texto** na *Science*, augurava que a academia se tornaria “numa indústria de fazedores de tijolos”. Na sua metáfora Forscher entendia que a academia fixava crescentemente a sua atividade na construção de peças de conhecimento, os tijolos, sem fomentar contudo a sua agregação num edifício explicativo holístico dos fenómenos complexos que abordava. Forscher temia que o fazer de tijolos se tornasse um fim em si mesmo.

Cinquenta anos volvidos, Hoffman confirma esta tendência inexorável em que a especialização e compartimentação do saber, ao invés da sua “generalização”, é o sinal do rigor académico. Sublinhe-se que não se defende aqui um argumento “anti-tijolo”. Questiona-se sim se a atividade científica deve ficar limitada à sua fase de produção. Como o coloca Hoffman, “somos encorajados a construir tijolos que são utilizados, ou melhor, citados por outros fazedores de tijolos”, e largamente ignoramos, voluntária ou involuntariamente, uma pergunta fundamental e tão raras vezes debatida entre nós: “que impacto têm, de facto, estes tijolos na mudança do mundo real?”

Em 1963, Forscher sublinhava “o imperativo de fazer chegar o conhecimento científico ao grande público, decisores e responsáveis pela elaboração de políticas públicas, no fundo, as pessoas que lhe podem dar uso”. Meia década depois, o problema mantém-se.... Retomando as palavras de Andy Inch “preocupa-me que as nossas práticas se assemelham mais a um isolamento das complexidades do mundo ao invés de uma tentativa séria de procurar determinar como poderemos ter um papel em mudá-lo para melhor”.

Porém, a verdade é que muitos académicos abraçam fervorosamente o posicionamento isolacionista da academia, rejeitando tudo o que, na sua perspectiva, constitui uma “distração do nosso verdadeiro trabalho, uma perda de tempo anti-intelectual”, como Hoffmann identificou. “Fazer avançar a ciência!” é o seu *leitmotiv* de eleição. Russell Jacoby, no seu livro “Os últimos intelectuais” de 1987, denunciava já a forma como a crescente insularidade da academia se metamorfoseava numa espécie de *imperialismo* endogâmico de valores crescentemente questionáveis. Estas diferentes visões sobre o que deve ser o papel da ciência e a que tipos de impactos devem almejar são o fundamento da segunda dimensão do preconceito endógeno que condiciona, a meu ver, as ciências sociais.

Três desafios para as ciências sociais no século XXI

1. O desafio epistemológico

Vivemos a nível mundial um período não de crise, mas de confluência de crises que se reforçam mutuamente. Estes *problemas perversos*, colocam toda uma nova pressão sobre as ciências sociais num mundo que se tornou

“demasiado grande para se conhecer”. Como sintetizaria Gudmund Hernes, urge desenvolver uma “investigação integrada em que as humanidades e as ciências naturais e sociais abordam conjuntamente os fenômenos naturais, processos sociais, arquiteturas institucionais, interpretações culturais, fundamentos éticos, etc.”. Em suma, emerge o apelo a uma ciência social que é *problem-oriented* e não exclusivamente de base *disciplinar*.

Este apelo é tudo menos inovador. Desde o cunhar do termo transdisciplinaridade por Jean Piaget nos anos 70 do século XX, que a sistematização do debate sobre o inquérito científico para além das fronteiras disciplinares se tem consolidado. Cinco décadas volvidas, a pós-disciplinaridade tornou-se incontornável face à natureza dos problemas complexos acima referidos, cuja análise crítica esgota a capacidade de abordagens de natureza exclusivamente disciplinar. Sublinho, contudo, para evitar equívocos, que um investimento numa lógica pós-disciplinar não pode ser feito à custa do anular das abordagens disciplinares. A existência da primeira não implica o desaparecimento das segundas.

2. O desafio identitário

John Brewer, no que designa por “ciência social pública”, identifica um segundo desafio fundamental: a “colaboração com o governo central e local, as ONGs e a sociedade civil no que é investigado, na forma como é investigado e no que é proposto resultar dessa investigação”. É de co-criação e co-produção de conhecimento que fala, como forma interativa de diminuir a distância entre academia e os problemas do mundo real.

E, sobre o papel do cientista social no contexto desta *ciência social pública*, Brewer é peremptório: “Se esperamos que a sociedade faça opções inteligentes, então aqueles que criam conhecimento devem encontrar formas de o projetar para além da torre de marfim académica”, de passar da interpretação ao engajamento, da teoria à prática, da academia aos seus públicos.

3. O desafio operativo

O Relatório do Conselho Científico das Ciências Sociais e das Humanidades (CCCSH) de 2011, albergava o título “Mais excelência, maior impacte”. Ao iniciar a sua leitura, duvidei de antemão da correlação que o mesmo implicava. Em

particular por, após uma busca ao documento, ter visto que a referência mais frequente a impactes se prendia com a criação de valor bibliométrico. Contudo, uma leitura mais atenta revelava um conjunto de recomendações que plasmavam os fundamentos da referida *ciência social pública*, advogando a promoção de “formas de estímulo à apropriação social dos resultados de investigação”. Estas formas não são definidas, nem se indica como medir essa apropriação social, mas este é um ponto fundamental. Contudo a principal mensagem que retive foi a defesa explícita do pluralismo na atividade científica:

“Toda a ciência tem a sua visão “mainstream” e as ciências sociais e humanidades não são exceção. No entanto, por vezes, o poder da visão “mainstream” torna-se de tal forma dominante que pode levar a uma redução significativa do pluralismo, ao estiolar das ideias inovadoras e ao bloqueio da emergência de novos paradigmas, emergência essa que é essencial para o progresso científico.”

Este raciocínio pode muito bem ser utilizado para refletir sobre qual o impacto que a nossa atividade enquanto cientistas sociais tem, sobre que tipo de valores a orientam atualmente e sobre que valor, de facto, produz. No fundo, o que quero sublinhar é que debatemos muito pouco o porque fazemos o que fazemos e para que o fazemos. Em suma: o impacto do que fazemos. A nossa atenção parece, hoje em dia, desequilibradamente centrada no quanto fazemos e quanto financiamento angariamos.... Na segunda parte deste artigo irei refletir precisamente sobre as formas atualmente predominantes de determinar o valor do cientista social.

João Morais Mourato é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Este artigo faz parte da *Série “A utilidade das ciências sociais”*

O valor das ciências sociais (parte II): o paradigma Schwarzenegger

João Morais Mourato



28 de novembro de 2018

Faz agora ano e meio que contribuí para a série de reflexões do nosso blogue sobre a [utilidade das ciências sociais](#), tema que, desde então, não voltou a ser abordado. Contudo, resultado do projeto [BEACON](#) que coordeno no ICS, e da leitura dos contributos recentes do [João Sousa](#) e da [Olívia Bina](#), decidi revisitar a discussão sobre a *utilidade* da Universidade e em particular das ciências sociais, ancorando-me, desta vez, na questão fundamental da comunicação do conhecimento. Surpreendentemente, reparei que comunicação não surge entre as palavras-chave (*tags*) mais frequentemente registadas no blogue. Ora se no [post anterior](#) explorei os desafios epistemológicos, identitários e operativos associados à evolução das ciências sociais, desta vez centrar-me-ei no que designarei como o seu desafio comunicacional.

O meu ponto de partida é a ideia defendida por [Daniel Sarewitz](#), *Science isn't self-correcting, it's self-destructing. To save the enterprise, scientists must come out of the lab and into the real world*. De facto, alimentados por um crescente (se bem que de gestão questionável) investimento público em ciência nos últimos 50 anos, os cientistas estão cada vez mais *produtivos*, despejando milhares de artigos em jornais académicos crescentemente de índole temática, inter-, multi- e transdisciplinar. Contudo, *quantidade* não se traduz forçosamente em *qualidade* e muito menos em *impacto*, questão crucial se queremos discutir a *utilidade* da ciência.

Esta questão tem vindo a ganhar maior destaque à medida que uma leitura quase [homogeneamente positiva](#) do contributo social da atividade científica tem vindo a ser gradualmente substituída por uma leitura mais crítica sobre o [real impacto da ciência](#) no abordar dos principais desafios sociais emergentes.

Como sumariza Sarewitz, se entendermos progresso científico exclusivamente como o livre e exclusivo exercício intelectual da ciência pela ciência, se não existir

nada para *medir* o seu impacto fora do contexto científico imediato, podemos estar a alienar irreversivelmente a responsabilidade social e política da atividade científica. Como contrariar então esta potencial alienação?

As respostas mais comuns a esta questão emergem no âmbito da **diplomacia científica** e da **comunicação de ciência**, e em poucos contextos são estas respostas mais urgentes do que no interface **ciência e alterações climáticas**. Independentemente da gestão das várias divergências internas no próprio debate científico, ou reflexo destas, não existe uma estratégia consensual dentro da comunidade científica para o engajamento de cidadãos, comunidade técnica e decisores políticos.

Existe sim uma dicotomia entre, por um lado, a vontade de uma maior radicalização dessa comunicação, assente na urgência e dimensão da mudança societal implícita, e, por outro, a noção de que o impacto psicológico da mudança necessária, nos cidadãos e decisores políticos, pode revelar-se paralisador se esta não for corretamente doseada. Veja-se como exemplo a dura reação de **George Monbiot** ao apelo de **David Attenborough** para uma maior suavização da comunicação mediática sobre alterações climáticas.

Pragmaticamente, quem estará certo?

Como sublinha Paul Van Lange, psicólogo social, os dilemas sociais associados às alterações climáticas são complexos pois os interesses coletivos são abstratos e os seus impactos são primariamente visíveis no futuro e não no presente. A incerteza tende a desencadear um pensamento heurístico, como o mito do interesse próprio; ou seja, as pessoas são naturalmente orientadas para o interesse próprio ou local, e não para interesses globais abstratos; e os líderes políticos tendem a adotar uma mentalidade competitiva, caracterizada pela desconfiança e rivalidade. **A mobilização para enfrentar desafios é frequentemente o verdadeiro desafio.**

De facto, testemunha-se atualmente **um abismo preocupantemente grande entre consenso científico e opinião popular**. É fácil supor que a resistência a uma mensagem baseada em evidência empírica seja resultado da ignorância ou da falta de compreensão, o chamado “modelo do déficit” da comunicação científica. Mas cada vez mais se debatem os limites dos padrões predominantes de

comunicação científica, pois se as pessoas estão motivadas a rejeitar a ciência, a repetição de evidência empírica terá pouco impacto ou, pior, um impacto inverso ao desejado.

Climate issues



Fonte: Cartoon de Toles sob a licença CC BY-NC-ND, via [conservationbytes](#)

Como diz [Per Espen Stoknes](#), “the trouble with mainstream conventional climate communication is that it rubs up against the psychology of our brain.” Ou, por outras palavras, *the truth? You can’t handle the truth!* Então como fazemos? Bem, a resposta pode muito bem surgir de onde menos esperamos.

O paradigma Schwarzenegger

Sim, é a [Arnold Schwarzenegger](#) que me refiro! Culturista, Mr. Universe, Mr. Olympia e ator de Hollywood a quem normalmente associamos papéis como Conan, o Bárbaro e essa forma de inteligência artificial icónica na ficção científica: *The Terminator*. O seu cunho mais reconhecível na cultura pop é provavelmente o aviso *I’ll be back!*

Mas *only in America* há uma propensão para estrelas mediáticas ascenderem aos cargos políticos mais variados. E enquanto candidato republicano,

Schwarzenegger foi eleito em 2003 Governador do estado da Califórnia. Durante os oito anos em que ocupou o cargo, Schwarzenegger assumiu-se como um dos mais ferozes ambientalistas republicanos. Tal é tanto mais significativo quanto é no partido republicano que reside a **quase totalidade dos representantes políticos negacionistas das alterações climáticas**.

Concordemos ou não com os seus valores políticos republicanos/conservadores, as credenciais ambientalistas de Schwarzenegger não devem ser menosprezadas. Da criação do **Global Warming Solutions Act de 2006** às **R20 Regions of Climate Action**, das múltiplas batalhas judiciais que travou com o governo federal à atual crítica cerrada à administração Trump ou mesmo à preparação de uma **ação judicial contra a indústria petrolífera** sobre o seu papel na evolução das alterações climáticas, Arnold foi, e é, consistente na sua ação política ambiental.

Mas aquilo que quero destacar é a sua abordagem comunicacional à ação climática. Arnold é altamente crítico da forma como ciência e cientistas abordam o tema. Nesta recente **entrevista** com David Axelrod, explica por que razão os *environmentalists have done a terrible job selling this (Climate Change)*! Reconheço que há mérito no seu argumento.

De facto, o **realismo crítico da abordagem do Terminator**, explora de forma exímia a discussão pragmática das causas e impactos contemporâneos, e não futuros, das alterações climáticas. Veja-se por exemplo o caso das emissões de monóxido e dióxido de carbono e subsequente poluição atmosférica. Ao invés de enfatizar o impacto das mesmas associado ao contributo para o efeito de estufa e aquecimento global a 30 ou 50 anos de distância Schwarzenegger colocou a tónica do seu discurso na relação de causalidade já identificada entre poluição atmosférica e um conjunto de **patologias respiratórias, oncológicas, de saúde mental, etc.** que afectam uma percentagem crescente da população mundial. Esta abordagem pode muito bem ser a ponte entre as leituras, acima referidas, de George Monbiot e David Attenborough. Ou seja, Schwarzenegger pode ter encurtado a ponte entre a urgência de uma mudança radical e a mitigação inteligente das barreiras psicológicas decorrentes do impacto societal que essa mudança pressupõe ao aproximar radicalmente causa e efeito aos olhos do cidadão e decisor político. Para a comunidade científica, Schwarzenegger traduz-se na urgência de rever as estratégias comunicacionais predominantes,

equacionando se as mesmas incutem, em tempo útil, a mobilização societal para a transição sócio-ecológica que tanto se advoga.

João Morais Mourato é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

As cidades (in)conscientes

Roberto Falanga

 17 de maio de 2016

Em Tamara, uma das cidades visitadas pelo Marco Polo do Italo Calvino na obra “Cidades Invisíveis” (1972), o protagonista observa que a cidade diz tudo o que é necessário pensar, faz repetir o seu discurso e enquanto o viajante pensa estar a visitar a cidade ele está, na verdade, a registar os nomes com que ela se define a si própria e a todas as suas partes.

O caráter relacional, contextual e conflitual da língua reflete-se nas formas como conhecemos as cidades. A origem das línguas e as negociações sobre os significados das palavras trilham caminhos que vale a pena percorrer para entender o presente. As histórias das línguas e das cidades são histórias de fusões e distanciamentos incessantes, são estórias de uma História que faz e desfaz, que junta e afasta, e que nos faz andar, saltar, correr e, por vezes, separar e parar. A língua é a evocação da memória, é a citação íntima e emocional do passado que nos permite aproximar do futuro. Recordar é voltar a pôr (-re-) no coração (-cor-), como fazem também os ingleses (*by heart*) ou os franceses (*par coeur*). Nas encostas das palavras existe a memória dos acontecimentos mais singulares, dos hábitos, das zangas, dos amores, das malandragens.

A língua portuguesa é rica em cruzamentos e encruzilhadas morfológicas e fonéticas, que testemunham o seu *tourbillon de la vie*. Olhando para o *etymon* de algumas palavras, e portanto para a “verdade”, que como um caroço de um fruto está pronta a germinar novamente, percebemos como os nomes das coisas viajam com as pessoas, os neologismos entram e saem das línguas, e passando de boca em boca transformam a vivência que temos dos lugares à medida que estes nos transformam a nós próprios. Vamos dar um passeio por uma rua urbana e encontraremos *armazéns*, onde por vezes vai haver *xaropes*, pacotes de *açúcar* ou garrafas de *álcool*, e a seguir vamos passar pelo mercado da cidade, onde poderemos comprar *alfaces*, *alcaparras*, e, por que não, *alcachofras*. Evocamos assim os encontros e os desencontros do passado com as populações

árabes, bem como alguns dos seus legados. No banco do mercado ao lado, poderemos ainda comprar *abacates*, *ananeses* e um bom *chocolate*, registos vivos do domínio e da colonização dos povos indígenas em terras americanas no século XV.

Rua Nova dos Mercadores, Lisboa, Séc. XVI

(o quadro, pintado por um artista holandês anónimo, foi descoberto em 2009 em Oxfordshire por Annemarie Jordan Gschwend e Kate Lowe)



Fonte: Jornal Público

Os legados da língua latina testemunham a transformação da língua e a articulação que palavras homófonas tiveram em relação a distinções de natureza social. Quando andamos pela *cidade* apropriamo-nos do espaço *urbano*, um espaço que remete para a palavra *urbs*, de origem etrusca, e que passou a designar apenas a cidade de Roma, capital do Império e das decisões políticas, assim como sucedeu com a *polis* grega. À *urbs* justapôs-se o termo *civitas*, que remetia para os diversos estratos da sociedade, constituídos por famílias ligadas por rituais comuns, o qual acabou por afirmar-se como a palavra de uso principal. Quando passamos pela nossa freguesia, entramos em ressonância histórica e emocional com a dimensão sagrada para que a palavra remete: freguesia, de *fili* *ecclesiae*, era o espaço dos “filhos da igreja”, da paróquia, da comunidade ligada por rituais religiosos. Quando voltamos para a *casa* depois de um dia de trabalho, cansados pela “tortura” para que esse termo remete (do latim *tripalium*, instrumento de tortura feito de três paus aguçados), voltamos para o nosso

ambiente *doméstico* em memória da *domus*, habitação dos cidadãos onde ardia o fogo sagrado, enquanto a “casa” propriamente dita era a habitação mais humilde, por vezes a residência de campo.

O trilho etimológico chega sempre a um destino, a uma “de-finição”, mesmo que provisória, porque presente. As margens semânticas servem como paredes para a criação de significados, os quais correm, subterrâneos e invisíveis, e vibram junto dos seus habitantes, visitantes e viajantes. Sentidos e significados não coincidem, assim como o sentido de uma rua ou a sua etimologia não correspondem ao significado que lhe é atribuída por cada um de nós ao percorrê-la, ao evitá-la, ao observá-la, ao recordá-la ou ao imaginá-la. Os significados criam-se na relação única e contínua que o espaço tem connosco e que nós temos com o espaço.

“Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é direto, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer, ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, fervilha de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se com uma estrela quando se põe a projetar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições”.

É com essas palavras que José Saramago, na obra “Todos os nomes” (1997), nos sugere que sem a função semiótica da língua o mundo seria uma selva de símbolos incomensuráveis, onde acabaríamos por perder a razão e deixar os impulsos fluir sem controlo. Como entender a dimensão que ultrapassa o sentido e a profundidade etimológica?

A psicanálise, que no século XX levou a cabo uma revolução profunda e controversa, e por isso maravilhosa, na nossa sociedade, e que fez penetrar as teorias do inconsciente nos estudos científicos, tentou compreender esta dimensão misteriosa, até então “sem nome”. O pai da psicanálise, Sigmund Freud, reconheceu como os processos de simbolização obedecem a uma ordem de sentido perante a qual a lógica racional não tem valor. O inconsciente torna-se o reino do ilógico ou, como é apontado pelo psicanalista Ignacio Matte Blanco, de uma outra lógica que opera na mente por “simetrização” e “generalização”. O inconsciente categoriza o mundo em conjuntos emocionais infinitos na sua

indiferenciação e, por fim, indivisíveis. Esta lógica age sem interrupção e faz de contraponto à nossa capacidade racional de discriminar e distinguir entre as coisas do mundo. Essa semiótica das emoções, que caracteriza a experiência do mundo, procura – custe o que custe – uma expressão nas palavras.

Assim, porventura, o que parece contraditório, pensando em termos racionais, torna-se possível no nosso inconsciente. Por exemplo, em contraposição à geometria euclidiana, o espaço do inconsciente pode ter mais de três dimensões e dois volumes podem ocupar o mesmo espaço simultaneamente. Isto é claro nos sonhos: estamos num supermercado e de repente, sem mudar de sítio, estamos na nossa casa sem ter necessariamente deixado de estar no supermercado. E fica claro em certas novelas, como *Alice no País das Maravilhas*, do novelista Lewis Carroll (1865), ou em recentes películas blockbuster, como *Matrix* (1999), *Inception* (2010) e *Interstellar* (2014). E fica claro ainda em obras de arte como as de Maurits Cornelis Escher, o qual decidiu submeter as leis da perspectiva a novas pesquisas críticas projetando objetos tridimensionais em superfícies planas e bidimensionais, criando assim algo insólito, difícil de compreender a partir de uma lógica racional. A ambição de demonstrar que é possível pensar noutras geometrias que não as conhecidas, fez com que o arquiteto Vittorio Gregotti afirmasse que o problema não reside na possível “irracionalidade” da criação artística, mas sim na capacidade de reconhecer a existência de racionalidades diferentes.

M.C. Escher – *Relativity* (1953)



Fonte: M.C. Escher

Ora se as palavras servem para contornar a selva de símbolos em que andamos, o esforço da sociedade tem sido o de emancipar os indivíduos das formas mais primordiais e maniqueístas de discriminação. Às categorias binárias do gênero “amigo/inimigo”, “dentro/fora”, que fazem do mundo um lugar visto a “preto e branco”, temos contraposto sistemas de entendimento mais complexos. Isto porque uma problematização mais profunda da realidade permite não cair no trivial e não assentar em exercícios de mero poder perante o outro. Infelizmente, nem sempre o esforço foi bem-sucedido. O que torna a redução de significados mais apelativa é a sua capacidade de disfarçar as contradições internas à cultura.

O movimento semântico entre dimensões infinitas e finitas acaba, assim, por transformar algumas palavras em mundos em contraposição, onde a cidade tem sido teatro por excelência. O poder que a língua tem tido foi uma das marcas que contradistinguiram a obra deslumbrante de Michel Foucault. Segundo ele, os discursos têm de ser analisados não só no seu valor expressivo ou nas suas transformações formais, mas também nos modos de circulação, de valorização, de atribuição e de apropriação, que variam com cada cultura e mudam dentro cada uma, e que nos falam das formas de poder. Pensamos na palavra idiota, grecismo que se referia ao homem sem encargos públicos e que se simetrizou com o sentido de incompetente e se estendeu a uma dimensão emocional pejorativa. O mesmo destino ocorreu a palavras como vilão, a designar não apenas quem vive no campo mas também o indivíduo mau, como pagão, habitante do *pagus* e que se tornou sinónimo de infiel. Dentro e fora da cidade, esse foi o destino também de outras palavras, como imbecil, originariamente a significar o indivíduo fraco por não (-*im-*) possuir bengala (-*baculum-*), deficiente, estúpido, parvo, que significava simplesmente pequeno (“*parvus*”) mas que acabou por designar uma pessoa sem intelecto, ou chato, que vem de *plato*, ou seja, plano, talvez porque o que é plano não resultava particularmente interessante.

Existe um fator comum a todas estas palavras: o forasteiro sempre foi e continua a ser o não conhecido, o estranho tanto no sentido de esquisito como de estrangeiro. O indivíduo que vem de fora não é, por definição, como nós. O estranho é, no melhor dos casos, algo curioso, mas na maioria dos casos algo perigoso que precisa de ser sinalizado. Para lidar com os ventos que sopram no mundo contra o que é estranho porque diverso, precisamos de entender os nossos

mundos semânticos e, junto a isso, necessitamos de poderes claros na sua forma de atuar e de aplicar medidas concretas para ampliar os direitos democráticos. Precisamos de governos que saibam dirigir os seus navios (do latim *gubernare*, “dirigir um navio”, de proveniência grega *kybernân*) e que nos façam atracar, e portanto chegar (“chegar” vem do latim *plicare*, que significa dobrar, entre outras coisas, as velas do barco) em terras onde os direitos civis e políticos sejam para todos e não só para alguns. Precisamos de continuar a sentar-nos junto ao Marco Polo e ao Grande Kublai Kan para falar de cidades do passado e do futuro. E precisamos, por que não, de inventar novos significados e novas palavras capazes de contar as cidades do presente.

Roberto Falanga é investigador de pós-doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**). É psicólogo de formação e Doutorado em Sociologia. A sua investigação é sobre formas de envolvimento de sociedades urbanas e tem privilegiado abordagens qualitativas de análise do discurso.

A Aldeia Lunar: “um pequeno passo para um homem, um salto gigantesco para a humanidade”

Mónica Truninger e Vera Assis Fernandes

📅 4 de maio de 2016

E se um dia houvesse uma base permanente na Lua? Em vez dos ‘pequenos passos’ de Neil Armstrong e dos outros 11 astronautas das missões da Apólo que pisaram a Lua nos anos 60 e 70 do século passado, teríamos vários passos na construção e no uso de uma Aldeia Lunar (*Moon Village*) – diríamos um ‘salto gigantesco’ para a humanidade... E será?



Fonte: Nascer da Terra, Apollo 8, NASA

Esta Aldeia Lunar seria composta por infraestruturas, edifícios, habitações e hotéis, veículos e, quem sabe, explorações agrícolas para produção alimentar, cadeias de supermercados, cafés, pastelarias e até bares construídos sobre o regolito lunar ou dentro de tubos de lava, com a ajuda de impressoras 3D, *robots* e *cyborgs*. Se esta imagem caricatural parece retirada de um livro de

ficção científica espacial, dos trabalhos de [Andrei Sokolov e de Pavel Klushantsev](#), entre outros, sobre cidades soviéticas na Lua, ou da série televisiva [Espaço 1999](#), na cabeça de muitos cientistas planetários, de responsáveis dos países ou regiões envolvidos na ‘velha’ e na ‘nova’ corrida ao espaço (EUA, Rússia, China, Japão, Índia, Europa, Canadá) e de empresários ‘lunáticos’ que apostam no próximo grande investimento – [o turismo espacial](#) –, a construção de uma Aldeia Lunar está a passar de um sonho a um projecto concreto que envolve milhares de milhões de euros.

Em Abril último, o director da Agência Espacial Europeia, Johann-Dietrich Wörner, anunciou planos para a construção de uma Aldeia Lunar ou [Moon Village](#). Uma das propostas é construir a aldeia com tecnologia 3D, tal como explicita este [vídeo](#). Esta base lunar servirá de passagem para outros vãos interplanetários, e eventualmente chegará a Marte onde, quem sabe, cadeias de supermercados, cafés, pastelarias e até bares serão construídos um dia¹.

É provável que a construção desta base lunar se torne realidade enquanto a população terrestre dá atenção (e bem) aos graves problemas do nosso planeta. Nomeadamente, as questões religiosas, ambientais, culturais, económicas, éticas e sociais que atingem diferentes grupos e que circulam nos média: o drama dos refugiados, os bombistas suicidas, a poluição da água (Rio Doce – o mais ‘amargo’ desastre ambiental do Brasil), o esgotamento dos recursos naturais e as energias fósseis, os papéis do Panamá, as desigualdades socio-económicas agravadas pela crise financeira, as alterações climáticas, o desrespeito pelos direitos humanos, etc. Mas pouca atenção das ciências sociais tem sido dada ao investimento cada vez maior de recursos na materialização do velho sonho da exploração espacial e da colonização da Lua, de Marte e do restante Sistema Solar pela espécie humana. Aquilo que Amitai Etzioni escreveu em 1964 no *The Moondoggle: Domestic and International Implications of the Space Race* parece ser tão atual agora: “A corrida ao espaço é usada como fuga. Ao focar [o nosso interesse] na Lua, adiamos enfrentarmo-nos a nós próprios, como americanos e como cidadãos da Terra” (p. 198, tradução própria).

¹ A propósito, poderíamos aludir ao seguinte trocadilho: *From a Mars Bar to a Bar in Mars!* (créditos: João Mourato).

Posters Visões do Futuro



Créditos: NASA/JPL

E o que diz a opinião pública sobre tudo isto? No mais recente inquérito do **Eurobarómetro** realizado aos europeus sobre as actividades espaciais, observa-se que os sectores que estes pensam que mais beneficiarão com estas actividades nos próximos 20 anos são: a energia (37%), o ambiente (33%) e a comunicação (31%). São os cidadãos com níveis de escolaridade mais altos, os homens e os jovens que se mostram mais optimistas quanto ao papel e aos impactos das actividades espaciais. No que respeita aos planos da União Europeia em relação ao investimento em futuras actividades de exploração espacial (por exemplo, a *Moon Village*), há uma clara divisão de opinião: 47% dos europeus considera que é importante investir enquanto 46% acredita que esse investimento não é importante, com destaque para Portugal (60%) e para Espanha (61%). Verifica-se também que uma grande percentagem dos europeus menciona que há assuntos mais urgentes a tratar no planeta Terra do que investir na exploração espacial e nas suas actividades tecnológicas.

Há vários motivos impulsionadores tanto da utilização da órbita geoestacionária da Terra como da exploração espacial do Sistema Solar. Os interesses vão desde a geoestratégia militar às telecomunicações e satélites, à monitorização das alterações climáticas ou às mais elevadas ambições de extracção de recursos noutras planetas, que poderão culminar na colonização e mercantilização do espaço (ver Peter Dickens e James Ormrod no livro pioneiro *Cosmic Society – Towards a Sociology of the Universe*). O possível esgotamento de recursos naturais na Terra e o consequente foco dos modelos capitalistas na privatização do espaço apoiados por uma hegemonia política e social terrestre são apresentados como justificação para a procura de recursos (minérios, energia) de

forma a compensar futuros cenários de crise na Terra (crises económicas, alimentares, ambientais). “É em alturas de crise que a exploração espacial ganha força, precisamente porque é um subterfúgio aos problemas vividos na Terra; sendo que é neste espaço vazio e infinito que se projectam a esperança, a utopia e o sonho da espécie humana” (visível nas **exposições científicas** sobre o espaço).

Porém, a Lua é um corpo celeste que se formou pouco depois da Terra e devido ao seu pequeno tamanho e composição química não existe actividade tectónica como a que é presenciada na Terra. A Lua, por isso mesmo, contém uma biblioteca de informação do Sistema Solar que se acumulou desde a sua origem até ao presente. Devido à proximidade celeste entre a Terra e a Lua, esta última fornece-nos informação sobre os primórdios da evolução do Sistema Solar e sobre o que afectava a Terra, permitindo compreender melhor o aparecimento e a evolução da vida no nosso planeta. O ambiente lunar é, por isso, um património de informação que, uma vez perturbado pela eventual construção de uma Aldeia Lunar, será destruído sem possibilidade de se reconstruir a história do nosso planeta e das dinâmicas do Sistema Solar. Poucos estão a pensar nas consequências culturais, ambientais, sociais e éticas da construção desta Aldeia Lunar e dos vôos mais altos da exploração espacial. Nomeadamente, a possibilidade de levarmos para os mundos extraterrestres os mesmos problemas que criámos na Terra: exaustão de recursos naturais, guerras, conflitos, refugiados, bombistas suicidas, papéis do Panamá... Mais reflexão, análise crítica e interacção de ideias são necessárias para compreender as consequências de tudo isto e identificar que vias de exploração espacial podem ser melhor implementadas, passando pelos princípios da precaução, responsabilidade, universalidade de direitos de acesso e respeito pelo uso do espaço, não só por parte de todos os seres humanos na Terra como de outras espécies não humanas, terrestres ou não. Talvez um dia devêssemos perguntar à Lua se gostaria de ser colonizada por nós?

(Este texto utiliza a ortografia pré-acordo ortográfico.)

Mónica Truninger é socióloga e investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Vera Assis Fernandes é geóloga lunar e investigadora no Museum für Naturkunde Leibniz-Institut für Evolutions-und Biodiversitätsforschung, Berlim

Quando 1+1>2: a problemática da interdisciplinaridade nos estudos sobre questões ambientais

Augusta Correia

 1 de junho de 2016

As questões ambientais são reconhecidamente complexas, levando à necessidade de trazer para este domínio disciplinas de diferentes campos do saber de forma a garantir uma visão holística e proporcionar novas soluções para estas problemáticas. Neste contexto, a interdisciplinaridade é um importante caminho a seguir. O reconhecimento de uma abordagem interdisciplinar nas questões ambientais tem cerca de 4 décadas. A conferência de Estocolmo (1972), marco essencial nas políticas de proteção ambiental, e mais tarde a conferência de Tbilisi (1976), a primeira conferência sobre educação ambiental, chamam a atenção para a necessidade de acionar os diferentes saberes no que toca à proteção do ambiente.

Embora se reconheça a importância de combinar diferentes disciplinas no sentido de encontrar as respostas mais adequadas às questões ambientais esta não é uma tarefa fácil. A dificuldade começa, desde logo, na definição dos conceitos. Muitas vezes o termo interdisciplinaridade é utilizado de forma indiferenciada, juntamente com conceitos como multidisciplinariedade, transdisciplinaridade ou pluridisciplinaridade. Neste sentido, qualquer tentativa de abordar este tema terá de começar por esclarecer as diferenças entre eles.

“A pesquisa baseada em uma abordagem disciplinar está associada a um único nível de realidade. O fenômeno em estudo é observado sob a ótica de apenas uma disciplina do conhecimento. É a abordagem da ciência clássica. (...) o conceito de disciplina deve ser entendido como um conjunto de conhecimentos especializados e focados em um domínio científico específico e homogêneo.

A multidisciplinaridade é caracterizada pela intervenção de várias disciplinas para estudar um mesmo fenômeno. Cada disciplina irá intervir dentro da sua ótica de forma sequencial ou paralela sem que haja cooperação entre elas. Não haverá nem integração nem

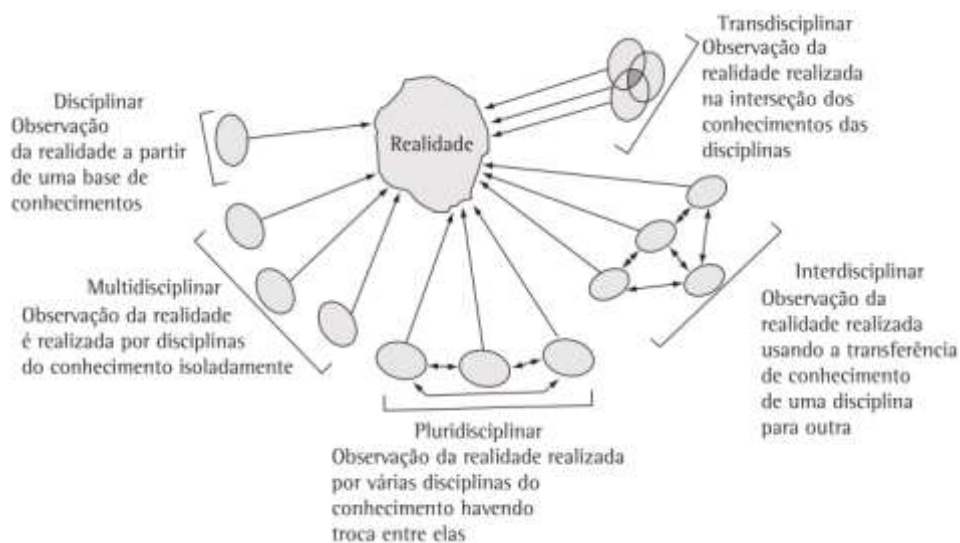
complementaridade dos conhecimentos gerados por cada uma das disciplinas intervenientes na análise do objeto observado.

Na pluridisciplinaridade o fenômeno também é estudado por meio da ótica de várias disciplinas de forma independente. Entretanto, há troca de conhecimentos entre as disciplinas a partir da cooperação entre elas, de forma a enriquecer o conhecimento sobre o fenômeno. Existe uma justaposição de diversos campos de saber situados geralmente no mesmo nível hierárquico, mas não há nenhuma coordenação (Silva, 2000). Assim, a análise econômica do sistema produtivo será utilizada para melhorar os resultados da otimização matemática dos fluxos de materiais e a análise sociológica irá levar em conta as formas de gestão para organizar o sistema de modo a melhorar sua eficiência na agregação de valor.

Na interdisciplinaridade existe um intercâmbio de conceitos, conhecimentos e métodos entre as disciplinas. Nesta abordagem há uma interação participativa de um grupo de disciplinas conexas, cujas relações são definidas a partir de um nível hierárquico superior, ocupado por uma delas (Jantsch; Bianchetti, 1999). O objetivo é a “transferência de métodos de uma disciplina para outra” (Nicolescu, 2005).

Finalmente, a transdisciplinaridade ocorre a partir da interseção dos conhecimentos de várias disciplinas. Para Nicolescu (2005), o prefixo “trans” indica aquilo que está ao mesmo tempo entre as disciplinas, através das diferentes disciplinas e além de qualquer disciplina. (...) Na abordagem transdisciplinar ocorre uma fusão do conhecimento das diversas disciplinas que tende à criação de um campo de saber com autonomia teórica e totalmente novo. As ciências cognitivas e a ecologia são resultados de uma necessidade de intervenção transdisciplinar para estudar determinados problemas da realidade (Pombo, 2006).”

(Neto & Leite, 2010, pg 2).



Fonte: Neto & Leite (2010)

Para que a transdisciplinaridade ocorra são necessárias condições únicas que permitam “não a dominação de várias disciplinas, mas a abertura de todas as disciplinas ao que as atravessa e as ultrapassa” (Freitas, Morin & Nicolescu, 1994), podendo dar origem a uma nova disciplina. No caso da interdisciplinaridade, a identidade de cada disciplina é preservada ainda que a sua contribuição seja depois combinada com a de outras disciplinas no sentido de conhecer e conseguir dar resposta a sistemas complexos. A interdisciplinaridade não pressupõe as disciplinas percam a sua identidade, mas sim que tragam o melhor e mais adequado de cada uma para a compreensão do objeto de estudo.

Para que o trabalho interdisciplinar ocorra é preciso ter em conta vários aspetos. Entre eles, as características individuais dos membros que integram essas equipas. O trabalho interdisciplinar exige humildade, confiança, abertura a novos conhecimentos e a novas formas de trabalhar. É necessário ainda que as próprias instituições fomentem a interdisciplinaridade. Instituições menos fechadas sobre si próprias, que contrariam o ‘clubismo disciplinar’, são mais favoráveis ao desenvolvimento de projetos interdisciplinares. E, por último, é importante fomentar a formação em contexto interdisciplinar. Programas de formação que integrem várias disciplinas dotarão os estudantes e futuros investigadores das competências necessárias para trabalhar em equipas heterogêneas e para integrar novas formas de saber para além da sua formação de base (ver Philippi Jr. *et al.*, 2000). O Programa Doutoral em Alterações Climáticas e Políticas de Desenvolvimento Sustentável, ministrado em regime de associação entre a Faculdade de Ciências (FC), a Faculdade de Letras (FL), o Instituto de Ciências Sociais (ICS), o Instituto Superior de Agronomia (ISA) e o Instituto Superior Técnico (IST) desta Universidade, a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH) e a Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Nova de Lisboa (UNL), é um bom exemplo. Assim, considerar a interdisciplinaridade exige ter em conta aspetos que estão presentes a diferentes níveis: intra e interpessoal e inter e intrainstitucional.

No caso das ciências sociais, os desafios associados à interdisciplinaridade são particularmente acentuados (Bina & Varanda, 2015). É comum verificar-se em equipas interdisciplinares que as ciências sociais ocupam uma posição hierarquicamente inferior comparativamente às ciências naturais. É comum nas

equipas multi ou interdisciplinares, as disciplinas ligadas às ciências sociais receberem uma ínfima parte do orçamento comparado com os que são atribuídos às ciências naturais, e muito raramente são elas que ocupam uma posição de liderança e de gestão dos projetos. No sentido de combater essa posição é fundamental que os cientistas sociais tomem a iniciativa de desenhar e submeter a financiamento projetos onde as suas disciplinas possam ter uma posição mais relevante e, desta forma, contribuir para a tomada de decisão. Mesmo em projetos onde não tenham um papel de liderança, há que invocar os recursos necessários para a realização de uma investigação de qualidade. Não existe nas ciências sociais uma cultura de gestão, mas sim uma 'cultura do milagre', onde com pouco se faz muito, da qual, infelizmente, muitos se orgulham. Esta é uma cultura contraproducente que desvaloriza o trabalho realizado e contribui para a obtenção de resultados que estão, muitas vezes, aquém daquilo que as disciplinas de ciências sociais podem oferecer. Contribuindo ainda mais para enfraquecer a posição das ciências sociais no interior das equipas interdisciplinares e na própria sociedade. A cultura de que os investigadores sociais conseguem fazer milagres é suicidária.

Mesmo no seio das ciências sociais, a criação de equipas interdisciplinares representa grandes desafios. Além das diferenças no que diz respeito às metodologias utilizadas, não são raras as vezes em que, embora essas disciplinas partilhem conceitos, os significados atribuídos a esses conceitos são substancialmente diferentes. Neste contexto a comunicação e a procura de uma linguagem comum é muito importante.

Em suma, o trabalho interdisciplinar não é fácil, mas as suas vantagens são inegáveis. E no que toca à investigação na área do ambiente esse trabalho é fundamental.

Augusta Correia é investigadora e tem colaborado em vários projetos do Grupo de Investigação Ambiente, Território e Sociedade do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Um desafio científico: o papel das redes sociais no ativismo ambiental

Sónia Cardoso

📅 7 de junho de 2016

No Verão de 2006, frases como *A global warning*, *By far the most terrifying film you will ever see* e *The scariest film this Summer* criaram o burburinho necessário para encher milhares de salas de cinemas em todo o mundo. O sucesso do documentário de Al Gore “Uma Verdade Inconveniente” não pode ser desassociado do marketing feroz que as frases acima ilustram. Contudo, o próprio filme fez uso de conceitos e teorias bem difundidos na área das ciências sociais para tornar eficaz a sua mensagem. Inegavelmente, o documentário determinou um ponto de viragem na opinião pública acerca das questões ambientais: apenas 2 meses após o lançamento do documentário as contribuições dos americanos para as compensações de carbono **aumentaram 50%** e em 2007 Al Gore recebeu o Prémio Nobel da Paz. Para além disso, nesse mesmo ano um **inquérito conjunto da Nielsen Company e da Universidade de Oxford** revelou que 3 em cada 4 pessoas que tinham assistido ao filme mudaram os seus hábitos e 95% admitiram ter ficado mais conscientes acerca da problemática das alterações climáticas.



**Campanha de divulgação do filme
“Uma Verdade Inconveniente”**

Fonte: “*An Inconvenient Truth (now in select cities)*” de *Micki Krimmel* sob a licença *BY-NC-SA*, via *Flickr Creative Commons*

Que conceitos podem ter contribuído para esta mudança de opiniões e hábitos?

Ameaça, morte, eficácia. Analisando o conteúdo do discurso de Al Gore, e até mesmo a escolha das imagens e dos gráficos exibidos ao longo do documentário, fica patente o objetivo de incrementar no público a percepção de severidade, suscetibilidade e risco, salientar a mortalidade e, ao mesmo tempo, aumentar a percepção de autoeficácia. Estes conceitos têm sido associados à predisposição para vários tipos de comportamentos, tais como, por exemplo, os comportamentos de consumo de bens, de ajuda dos outros ou até de adesão a organizações religiosas. De facto, desde grandes empresas sedentas por captar clientes até a organizações ambientalistas como a Greenpeace, que pretendem angariar voluntários, consciencializar a opinião pública e despertar atitudes pró-ambientalistas, são vários os contextos/atores que fazem uso consciente destes conceitos nas suas campanhas.

Dez anos após “Uma Verdade Inconveniente”, a discussão sobre as questões ambientais saltou dos écrans de cinema para as redes sociais. O Facebook, o Youtube ou o Twitter assumiram-se como canais preferenciais para a difusão de mensagens pró-ambientalistas e as organizações ambientais, como a Greenpeace, encontraram nas redes sociais um meio gratuito, eficaz e com difusão ilimitada para divulgar as suas preocupações e incentivar a ação. A título ilustrativo do poder das redes sociais, em 2010 a Greenpeace divulgou um vídeo no Youtube onde a Nestlé era acusada de ser cúmplice da destruição do habitat natural dos orangotangos por utilizar óleo de palma na elaboração do Kit Kat. O vídeo, que mostrava um homem a comer o dedo de um orangotango como se fosse um Kit Kat, tornou-se viral e a tentativa da empresa suíça de suprimir o vídeo do Youtube despoletou uma onda de protestos no seu Facebook. Os comentários dos utilizadores no Facebook da marca foram censurados, o que fez escalar a polémica, que terminou com um pedido de desculpas público por parte da Nestlé e o anúncio de um plano de “desmatamento zero”. Uma vez mais, a saliência da morte (com o dedo do orangotango a ser comparado a uma barra de chocolate) e o link deixado no final do vídeo a incitar à ação (aumento da percepção de autoeficácia) mostraram ser ferramentas úteis.



Fonte: Greenpeace

Este texto começou por incentivá-lo(a) a regredir 10 anos, agora peço-lhe que avance até 2026 e que partilhe comigo alguns questionamentos. Será que daqui a dez anos continuaremos a assistir a fenómenos marcantes na defesa do ambiente como foram “A Verdade Inconveniente” e o caso da Greenpeace/Nestlé? Provavelmente sim, se tivermos em conta que talvez nessa altura as problemáticas ambientais serão ainda mais salientes. Contudo, será que as mensagens seguirão os mesmos moldes?

Poderá o poder das redes sociais impulsionar a frequência de fenómenos mobilizadores de ativismo ou, pelo contrário, estarão esse poder e essa presença constante apenas a incrementar fenómenos de desumanização, exclusão, desinteresse e dessensibilização? E quanto às mensagens pró-ambiente propagadas com base nas redes sociais, poderão elas continuar a alicerçar-se nos ensinamentos das ciências sociais?

Poderão as redes sociais ajudar a cultivar a eficácia das mensagens, uma vez que facilitam a manipulação de risco e, dada a sua interatividade e imediatismo, elevam mais rapidamente a nossa perceção de autoeficácia e constroem um sentimento de pertença e consenso coletivo?

Ou, por outro lado, poderão as redes sociais resfriar o ativismo ao apresentarem indiscriminadamente um manancial de notícias e campanhas que, aliadas à nossa capacidade limitada de processamento de informação, dificultam o nosso foco e

levam à relativização da informação e à difusão de responsabilidade, inibindo-nos de agir?

Finalmente, serão as redes sociais apenas uma parte da equação mais complexa que é o ativismo, agindo sobretudo como um interveniente e não tanto como um catalisador?

Em suma, perante a iminência da proteção ambiental não poder ser desarticulada das redes sociais, abrem-se novos desafios para os cientistas interessados no ativismo ambiental, que poderão passar quer pela articulação dos espectros das redes sociais com a base de conhecimento já criada, quer pela sustentação de uma nova conceção de ativismo. Para já, são mais as questões que as respostas, visto estarmos ainda numa fase embrionária de compreensão do real impacto dos “muais” dos nossos computadores nos fenómenos de ativismo ambiental.

Sónia Cardoso é bolseira de investigação do projeto *Food and Families in Hard Times*, (coord. Rebecca O’Connell, financiamento do European Research Council), em curso no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

The challenges of regulatory science: the case of chemicals

Susana Fonseca

 4 de abril de 2018

In the last decades, there have been regular alerts on the risks that different chemical substances found in day-to-day life products – textiles, toys, cosmetics, food, electronic equipment, inks, etc. – pose for human health, particularly when vulnerable groups – among them children and women in childbearing age – are considered.

The research community has been a central intervenient in this debate. In fact, at the scientific level, research conducted on the interaction between some chemical substances and human health started, in a more systematic way, more than a century ago, even if regulatory effects resulting from that work can only be identified in more recent decades. But this is an area of strong controversy, where the strength of evidence necessary to act by anticipation by applying the precautionary principle has been everything but consensual.

The progressive development of what some authors call regulatory science, resulting from the interconnection between scientific expertise and regulatory policy in particularly controversial areas, is also of great relevance for the analysis of political decisions regarding the interface between chemical substances, human health and the environment. In fact, “throughout the twentieth century, scientific knowledge and expertise were constantly mobilized to develop public policies designed to prevent and manage the effects of toxic substances on health and the environment” (Boudia & Jas, 2014, pg. 1). However, and despite the unfulfilled promise to guarantee the safety for human health, scientific knowledge has retained a key position in the regulatory process, for it is still essential in the identification and characterization of toxic chemical substances and in constructing a narrative to legitimize the policies enacted.

Regulatory science used to have (and to some extent still has), as one of its structural elements, the idea that “the dose makes the poison”, what leads to the

possibility of establishing thresholds. This means that for every potentially dangerous chemical put on the market there is the theoretical perspective that it is possible to define a limit below which no relevant negative impacts will happen.

The emergence of the area of research connected with chemical substances with the potential to interfere with our hormones (usually called endocrine disrupting chemicals – EDCs), introduced in the regulatory science debate the perspective that there might be some chemical substances whose impacts can be far greater at low than at high doses, or whose impact may depend more on the timing of exposure than on the quantity. This new evidence became a major disruptor of the underlying assumption of regulatory systems: that a threshold can always be established. Also perspectives regarding the cocktail effect, namely the diversity of chemical substances that our bodies get in contact with every day, are far from being addressed by the regulatory system. The possibility that even if they are present in small doses they can add up (increasing the concentration inside our bodies) or react with one another, resulting in effects no substance was tested to before entering the market (there is no obligation for testing substances on their synergistic effects nor is it possible to consider all possible combinations, since each of us is the recipient of a unique chemical cocktail) is a challenge that is far from being addressed both by science and policy.

The interconnections between different forms of scientific expertise and how health and environmental threats (or perceived threats) are regulated are not recent and tend to show, not only the way different scientific knowledges are valued (medical community, chemists, toxicologists, etc.), but also how the idea of progress, the prevailing research paradigms, the faith in technology and the interdependencies between scientific expertise and economic interests evolved throughout history (for example see [Le Roux, 2016](#) for an illustration of situations in the 17th and 18th centuries, or more recently, the European Environment Agency publications, [2001](#) and [2013](#)).

The end of the 19th century and the beginning of the 20th century were key moments for the institutionalization of regulatory systems in areas such as medicines, food, industrial pollution and chemical substances, establishing science as a building block of systems regulating dangerous activities.

Regulatory Science is a negotiation process between different stakeholders



Source: “Pessoas” de Harishsi, via Pixabay

The limits that such regulatory systems present were revealed by several episodes throughout history, particularly after the Second World War, when a clear increase in industrial activities (including petrochemical, chemical) introduced many new substances into the market and to everyday lives, with the promise of development and wellbeing. This context eventually led to an increase in the scientific scrutiny of potential impacts and to the emergence of the “diversification of the sources and places of production of knowledge on toxicants” (Boudia and Jas, 2014, pg. 6 -10).

A scrutiny of how scientific knowledge is constructed also allowed for the portraying of uncertainties in regulation not just as technical uncertainties, which can be reduced by further investigation and rational discussion, but also as the result of deeper underlying structural indeterminacies and conflicts in the policy-process, resulting from the differing perspectives, interests and rationalities of different groups involved in regulation.

Chemicals are omnipresent in our lives



Source: "Balls" de Bogitw, CCO, via Pixabay



Source: "Towels" de Annca, via CCO, Pixabay

All these challenges, and the discussion surrounding them, led to a new conceptualization of what regulatory science main objective was. It was no longer seen as a process that would guarantee absolute safety, but a process through which a socially acceptable risk was established. A difference was accepted between risk assessment and risk management, allowing for the social definition of what degree of risk is acceptable in a given society at a given moment in time and for specific groups. In essence, as Soraya Boudia and Nathalie Jas say,

“regulatory systems recognize that standards of exposure, and more generally, the regulation of toxicants, result from scientific as well as economic and political processes. Yet at the same time, expertise and scientific knowledge are still publicly referred to in order to legitimate decisions on toxicants and their effects”

(2014, pg. 11).

In essence, regulatory science represents a combination of different factors, some scientific, other social, economic, cultural or political and yet, despite this fact and the challenges resulting from the emergence of new scientific paradigms that create strong debates between different scientific knowledges and cultures (for example, between toxicologists and endocrinologists), continues to be presented publicly as an almost purely scientific process.

A stronger public debate on this is urgent, particularly in Portugal where the regulation of chemical substances is usually low in the political agenda.

Susana Fonseca is a postdoc researcher at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), where she works on the integration of the precautionary principle in family and health practices . She is a founding member and one of the directors of the environment NGO ZERO, as well as of Coopérnico – Cooperative for Sustainable Development.

Europe, film studies and the social sciences

Mariana Liz

 8 de março de 2017

This post summarizes the main findings of my doctoral research, which is published as a book. It also discusses the current challenges for contemporary European cinema research, reflecting on the role film studies might occupy within the social sciences.

Ten years ago, I took part in the European Voluntary Service (EVS) programme in Perugia, Italy. I lived and worked with two other volunteers, one from Austria and one from Latvia, and we were constantly asked to give presentations in schools about our ‘European identity’.

The fact that we had one was a given. The fact that we would know how to define it, not so much. Still, we were prompted to design posters with images of tasty food and sunny places (at least in my case – I am from Portugal), and to talk at length about differences and similarities between our nations, about humanism and universality, and about European values.

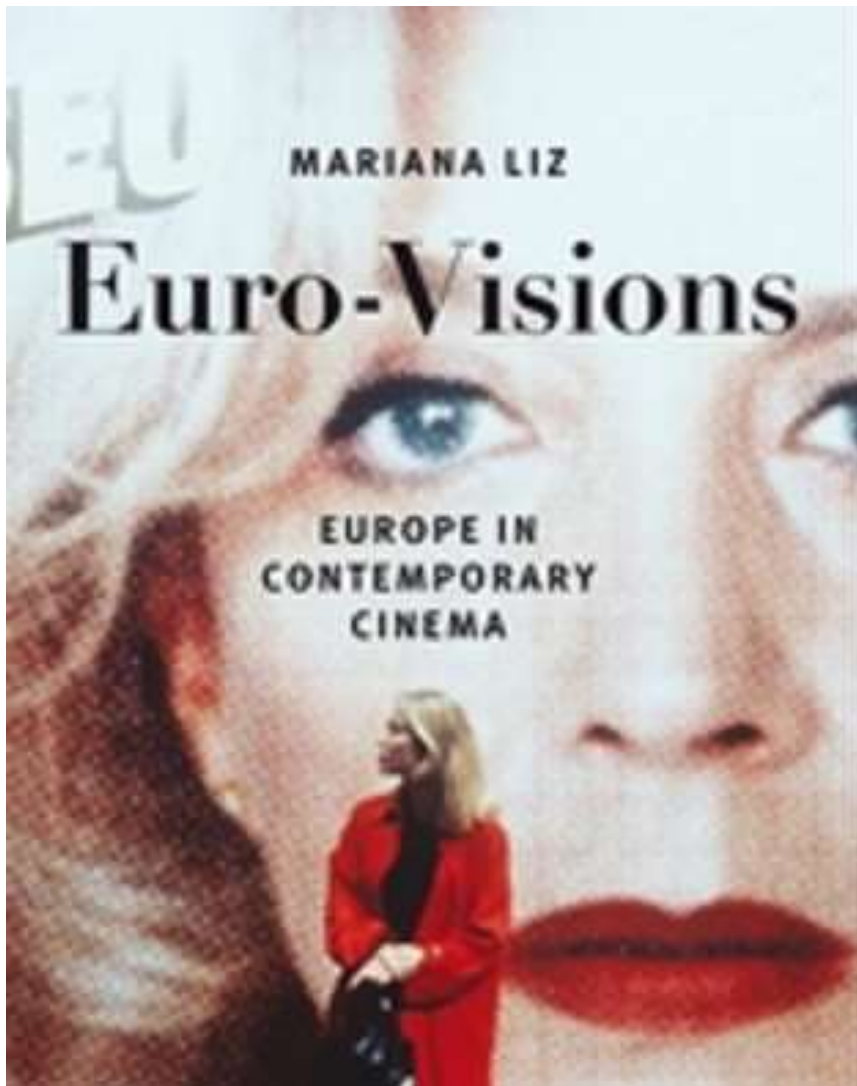
This experience led me think about what this supposed European identity might be. As my background was in film, I was particularly interested in finding out whether cinema had been part of the construction of a European identity, and, if so, how. Just as the EVS experience had taught me, European programmes such as this, and the work of EU institutions more generally, played a big role at least in launching discussions about the topic.

Therefore I designed a research project that brought together an analysis of the idea of Europe and of European cinema, and in which the work of the EU would be considered in detail.

My project was fine tuned during the first meeting with my PhD supervisor. I think at the time we joked about the relevance of this research for a UK university – why would someone from Portugal, who had just moved to the UK from Italy, via Spain, go to London to conduct research on Europe? Ten years later, and in the face of Brexit, the joke is significantly less funny.

This research project seems at once incredibly relevant (Europe and the EU is all everyone talks about – or at least was, until Donald Trump’s election in the USA – with **claims for stronger national sovereignty** echoing across the globe) and more irrelevant than ever (not only is the EU on a clear decline, but also the enormity of the issues affecting the world today might have actually highlighted Europe’s insignificance).

Book “Euro-Visions” by Mariana Liz



Source: Bloomsbury

Cultural approaches to the idea of Europe stress the association between Europe and the past, invoking key moments such as Hellenism, Roman law, Christianity and the Enlightenment as founding blocks of European identity. Scholars have also suggested the idea of Europe is based on key oppositions, such as Christianity versus Islam. At the same time as Europe is perceived to be in opposition to the

‘other’ (whatever this ‘other’ might be), European identity has either been seen as compatible with other identities or, paradoxically, equated with universality.

The link to the past, being oppositional and being universal are very general characteristics. The efforts of EU institutions to engage with these debates are similarly vague. Despite the **myth** that circulates in Euro-circles about Jean Monnet’s supposed quote: ‘If I would start again, I would start with culture’, the founding fathers saw the EU essentially as a market project. They adopted a functionalist view that believed that once economy was integrated, so would culture.

Hence, the first EU audio-visual policies were established around 1990. The last phase of the **MEDIA Programme** (before it was merged onto Creative Europe in 2014) focused essentially on film distribution. At this point, the European Commission identified as the primary role of cinema its contribution towards the creation of a transnational community (similarly to the imagined, national community described by Benedict Anderson as early as 1983), underpinned by a sense of belonging. From then onwards, an emphasis was put on initiatives promoting film literacy. MEDIA’s **promotional material** around these years highlighted the value of ‘cinophilia’ and framed the knowledge of European cinema in a positive, ‘loving’ rhetoric.

The MEDIA programme celebrates 20 years



Source: European Commission

The determinism that characterises EU film and cultural policies has backfired dramatically. The EU disingenuously seems to have expected only ‘positive’ emotions to emerge – whereas, in fact, negative views of Europe and European institutions are **widespread and growing**. BBC Radio 4 recently discussed **the decrease in the number of European films shown in UK screens**. One of the people interviewed argued that being exposed to European cinema was incredibly important for the knowledge (or lack thereof) of other European people and cultures. But is this really the case? And what does this mean for the study of Europe in film, and of European film?

Cinema tells the most varied tales of Europe, from the lives of historical figures to holidays and tourism, and moments or journeys of exclusion. It tells these stories in the most varied ways too, employing, for instance, camera movement, editing and sound to make points about the fluidity of contemporary Europe, the similarities that exist between its spaces, and the linguistic differences that separate those who inhabit it. Cinema’s prestige, dimension and ability not just to tell stories, but also to audio-visually rehearse them, should not be overlooked.

Reacting to developments in US politics since January 2017, Mark Shiel has **questioned the methodologies used by film and media scholars**, in particular those applied to the understanding of the ‘relationship between political participation and screen culture’. By focusing on cinema, and privileging textual analysis, are we ignoring important information on media usage and consumption, or being too slow to react to the complexities of the contemporary world? Would more focused audience studies, particularly related to audio-visual literacy, for instance, contribute to a better understanding of the relationship between Europe and its citizens, between politics and culture?

Uncertainty has become a key issue for the idea of Europe. While European cinema does not settle uncertainty, it might mirror it, and in doing so, contribute to the emergence of meaningful narratives, ways of telling stories or of grouping image and sound that might lead to a more harmoniously imprecise definition of Europe – in sum, to a more manageable uncertainty. A good example is Ken Loach’s *I, Daniel Blake* (2016), winner of the Golden Palm at Cannes and of a BAFTA for Best Film, and a film that has prompted **important debates on social exclusion and inequality** in Europe.

There is no doubt that image and communication are key in contemporary society. The methodological challenges outlined above should be seized as a chance to bring the study of film closer to the social sciences.

Future European cinema research should necessarily involve not just defining a corpus that is appropriate for film studies (and thus engaging in debates about the **post-cinematic**), but also thinking about how to frame uncertain Europe in a way that is not too uncertain, too vague or, as Zygmunt Bauman would have put it, too ‘out of touch’, and in modes that necessarily differ from the models political institutions in Europe have offered us thus far.

Mariana Liz completed a PhD in Film Studies at King’s College London in 2012. She taught at King’s and Queen Mary, University of London, and at the University of Leeds, in the UK. She is the author of *Euro-Visions* (2016) and co-editor of *The Europeanness of European Cinema* (2015). She has published on contemporary European cinema and Portuguese film in *Studies in European Cinema* and the *Journal of Romance Studies*, among others. From April 2017, she will be a postdoctoral fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (**ICS-ULisboa**).

“A minha opinião vale mais que os factos!”: o novo normal da pós-verdade

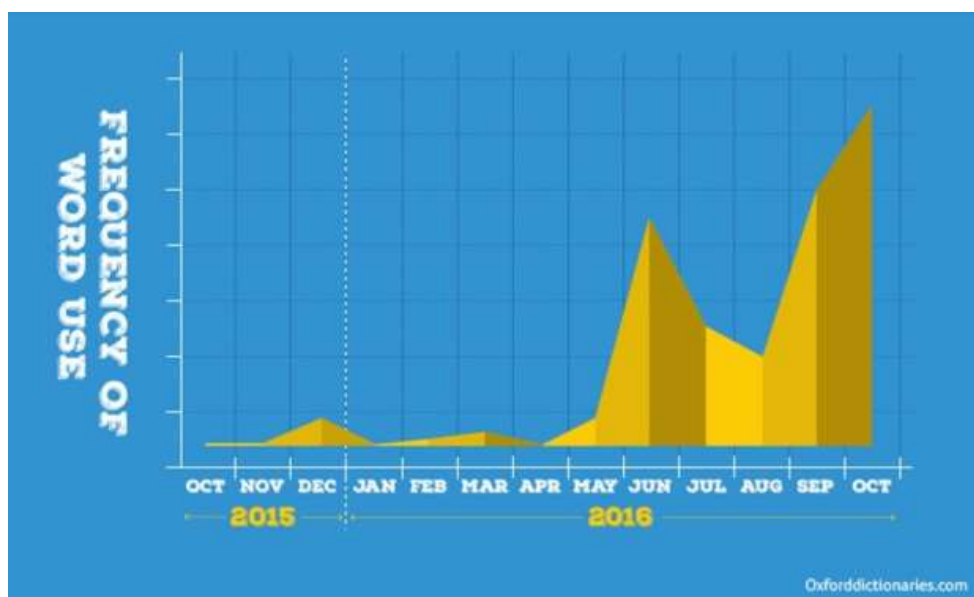
Luís Balula

📅 13 de fevereiro de 2017

Alguns dias após a eleição presidencial norte-americana de 8 de Novembro de 2016, o Oxford Dictionaries elegeu ‘pós-verdade’—*post-truth*—como a palavra do ano. Devo dizer que foi a primeira vez que ouvi a palavra; a primeira vez que me confrontei com o conceito. No entanto, ele existe há pelo menos 25 anos, tendo sido usado originalmente em referência à manipulação da cobertura mediática do escândalo Irão-Contra—administração Reagan—e da primeira guerra do Golfo—administração George Bush—e, mais tarde, em referência às declarações enganosas que levaram à invasão do Iraque—administração George W. Bush.

Actualmente, o conceito ganhou particular relevância, tendo-se tornado de uso corrente no contexto das recentes eleições norte-americanas, que elevaram a fasquia do abuso da verdade a novos limites. Curiosamente, ou talvez não, também no quadro de mais uma administração republicana.

Evolução da frequência do uso da palavra ‘pós-verdade’



Fonte: *Oxford Dictionaries*

De acordo com a definição do Oxford Dictionaries, ‘pós-verdade’ é um adjetivo que “qualifica as circunstâncias em que os factos objetivos são menos influentes na formação da opinião pública do que o apelo à emoção e às crenças pessoais”. Frequentemente associado ao substantivo ‘política’ na expressão ‘política pós-verdade’—*post-truth politics*—, ele é usado para exprimir a condição de um momento histórico—que é o nosso—em que a opinião pessoal e o facto científico se confundem, não só na formação de atitudes individuais e comportamentos sociais, como também na tomada de decisão sobre orientações políticas.

A origem epistemológica da noção de ‘pós-verdade’—hoje associada a um tipo de política capaz de rejeitar evidências científicas quando estas contradizem dogmas sectários—radica-se na corrente intelectual que exprime e define a condição relativizante do pós-modernismo, em que “tudo é relevante” e em que “*Shakespeare e o Pato Donald têm igual valor*”. Efectivamente, no actual universo mediático e nas redes sociais tudo é relativo e igualmente “i-relevante”—há histórias a ser fabricadas a todo o momento, há factos e evidências para todos os gostos—e não existe uma verdade estável, a não ser aquela que cada pessoa constrói a partir do mosaico de informação a que acede e do ecossistema mediático que escolhe habitar. Como Barack Obama afirmou recentemente numa *entrevista* à revista *New Yorker*, no novo universo mediático dominado pelas redes sociais,

“tudo é verdade e nada é verdade (...). Numa página do Facebook a explicação das alterações climáticas de um prémio Nobel surge exatamente igual à negação das alterações climáticas de alguém pago pelos irmãos Koch. E a capacidade de disseminar a desinformação [e] teorias de conspiração delirantes (...) acelerou de tal forma que não só polarizou extremamente o eleitorado como chega até a tornar difícil manter uma conversa normal.”

Na tradição iluminista, de que somos herdeiros, a esfera pública—ou, se quisermos, o lugar onde a opinião pública se torna, potencialmente, ação política—constitui um dos elementos essenciais da democracia participativa tal como hoje a entendemos. O filósofo e sociólogo alemão *Jurgen Habermas*, que desenvolveu o conceito, sugeriu que os meios de comunicação de massas têm particular importância na formação e manutenção da esfera pública. No entanto, *advertiu* que constituem também um veículo privilegiado de controlo dos fluxos de informação—por exemplo, ao seleccionar aquilo que constitui, ou

não, notícia—e podem facilmente ser usados para manipular a opinião pública e alterar comportamentos sociais.

Em 1992, Habermas referia-se à imprensa escrita e televisiva, produzida por jornalistas e profissionais da comunicação ainda relativamente enquadrados por uma ética reguladora do meio profissional. Hoje, no universo mediático *online* das redes sociais, a fronteira entre cobertura jornalística profissional e conteúdos gerados por utilizadores já quase não existe. E se por um lado esta grande abertura pode significar uma esfera pública mais democrática, de livre acesso a um leque mais amplo de pontos de vista e de fontes de informação, permitindo a criação de comunidades de interesses e alianças estratégicas, por outro lado a esfera pública virtual está igualmente a contribuir para uma cultura em que factos e ficções, evidências e opiniões, se combinam em formações variáveis e aleatórias.

Neste novo ambiente cultural, mediado pelos fluxos de comunicação da chamada *web2.0*, falta-nos sobretudo uma base de certezas estáveis—um “patamar de factos”—capaz de constituir um referencial comum para uma acção efectiva em questões fundamentais. Ainda nas palavras de Obama, na mesma [entrevista](#):

“Idealmente, em democracia, todos concordariam que as alterações climáticas são consequência do comportamento humano, já que é isso que 99% dos cientistas nos dizem. E então teríamos um debate sobre os meios para resolver o problema. Foi assim que nos anos setenta, oitenta e noventa, os Republicanos apoiaram o Clean Air Act e avançaram com uma solução de mercado para a chuva ácida, em vez de prosseguirem uma abordagem de comando e controlo. Discutiam-se os meios, mas havia um patamar de factos a partir do qual se podia trabalhar. Agora, muito simplesmente, isso não existe.”

A opinião pública é hoje alimentada por múltiplas narrativas sobre os mesmos factos mas dirigidas a públicos diferenciados, muitas delas contraditórias e competindo pelo estatuto de autenticidade. As redes sociais são verdadeiras “câmaras de eco” destas narrativas, ampliando o impacto na esfera pública quer de informação fidedigna, quer de [desinformação e propaganda facciosa](#).

“A minha opinião vale mais que os factos!” parece ser o mote da nova *realpolitik*—e basta possuir um telemóvel, uma doutrina musculada e uma conta no Twitter

para conseguir propagá-la. A partir daí é uma questão de números, a quantidade de “seguidores” determina o grau de factualidade da opinião. Tal como nas crenças das religiões dogmáticas, quantos mais são os fiéis, mais a fé na verdade da crença é confirmada pelos grandes números. E quando os números são suficientemente grandes, opiniões e crenças transformam-se, efectivamente, em **factos alternativos** que justificam decisões e orientações políticas.

De acordo com o académico britânico Jayson Harsin, a emergência deste novo “**regime pós-verdade**” deve-se à convergência de uma série de factores. São eles:

1. A fragmentação dos meios de comunicação de massa centralizados da era moderna, que tendiam a difundir o mesmo leque de notícias, repetindo-se uns aos outros;
2. A proliferação de conteúdos gerados por utilizadores e a escassez de autoridades fidedignas em que todos confiem, capazes de discriminar o que é verdade e o que é mentira;
3. Um novo tipo de comunicação de massas profissional informada pela ciência cognitiva, que procura influenciar a percepção de determinados grupos populacionais—*microtargeting*—, inclusivamente através do uso estratégico de rumores e falsidades;
4. Os algoritmos que governam o que aparece nos motores de busca de cada utilizador, baseados nas preferências individuais e não necessariamente no que é factual;
5. A sobrecarga de informação—*information overload*—que leva as pessoas a ignorar notícias importantes mas que não lhes dizem directamente respeito;
6. Um ambiente político e social inquinado por escândalos e suspeitas de corrupção e fraude, que leva ao descrédito das instituições; e ainda
7. Um jornalismo que tende cada vez mais para a difusão de notícias e reportagens sensacionalistas estilo tablóide e/ou de pura propaganda sectária.

Tudo isto são más notícias para a esfera pública. O projecto iluminista possibilitou a transição de um sistema de valores baseado na fé religiosa e no direito divino para um outro sistema baseado na razão e na universalidade da

objectividade científica. Ao mesmo tempo, atribuiu ao indivíduo a responsabilidade de pensar e julgar por si próprio acerca de factos empíricos e valores morais.

Por outro lado, a crítica pós-estruturalista e pós-moderna dos últimos trinta anos é unânime ao considerar que o iluminismo introduziu diversas formas de “**imperialismo cultural**”, ao substituir uma crença religiosa por uma nova crença, também ela essencialista e dogmática, na objectividade científica e no progresso tecnológico. O “relativismo cultural” da pós-modernidade, no entanto, apesar de procurar acomodar os diversos posicionamentos identitários da sociedade contemporânea—ou precisamente por causa disso—, determina uma hiperfragmentação do corpo político-social e, conseqüentemente, da esfera pública. E, neste aspecto, chegámos a um impasse difícil de ultrapassar.

Contrariando este relativismo fragmentador, as recentes formações de poder ditas “populistas”, e que têm vindo a ocupar o lugar das reivindicações *de classe* deixado vazio pela esquerda clássica, encontraram, entretanto, o seu tema unificador na globalização. Questões como a emigração e os tratados de comércio entre grandes blocos económicos constituem um referencial comum—um “patamar de factos” - capaz de mobilizar o descontentamento não apenas de chauvinistas e fanáticos mas também de largos sectores da classe média das democracias ocidentais que vêem na globalização uma ameaça à soberania das nações, à diversidade das culturas locais, às oportunidades de trabalho e aos direitos sociais conquistados desde o pós-guerra.

A impensável vitória de Trump, o inesperado Brexit, o crescente poder da oligarquia de Putin e a ascensão da direita radical na Europa são, no entanto, fenómenos indissociáveis dos novos regimes de pós-verdade, que se infiltraram na democracia e que parecem anunciar o advento de uma nova era anti-iluminista e pós-democrática. São também fenómenos que nos levam a interrogar o que leva um número significativo de pessoas, supostamente cultas e inteligentes, a rejeitar factos acerca dos quais há um alargado consenso científico.

Procurando explicar esta questão, sociólogos americanos têm vindo a conduzir **estudos** que permitem concluir que as pessoas seleccionam as notícias que confirmam aquilo em que já acreditam e consideram mais relevantes os fatos que corroboram as suas opiniões. Quando os fatos contrariam as suas opiniões,

elas não negam necessariamente os fatos, mas tendem a minimizá-los, dizendo que são menos relevantes.

Dada a actual profusão de comunicações científicas, muitas delas contraditórias, os factos da ciência são hoje usados num confronto pela supremacia cultural, que passa pela manipulação e controlo da opinião na esfera pública. Determinadas conclusões científicas—por exemplo sobre alterações climáticas, direitos humanos ou segurança nuclear—estão cada vez mais associadas a afiliações políticas ou sociais. No entanto, estas são matérias demasiado importantes para estarem sujeitas a critérios de opinião ou preferências partidárias. Quando o que está em causa é a possibilidade ou não de um futuro viável para a humanidade e para o planeta, há factos e verdades que são universais e incontornáveis.

Para refutar a deriva totalitária dos regimes da pós-verdade, cumpre a investigadore/as e cientistas, mas também a jornalistas e repórteres, encontrar formas de veicular mais efetivamente essa mensagem.

Luís Balula é arquitecto, urbanista e investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Imagine shaping your future

Olivia Bina

 6 de julho de 2016

“An inquiry into how art and science can at times disagree about our future, and why it matters”

Science and research agendas are an exercise in future thinking. They help to shape futures by planning to create the knowledge that will bring about desired change and transformation. For this reason, research policy, matters. And when it happens to reach a budget of almost 80 billion euros – as is the case of the [EU Framework Programme for Research and Innovation \(Horizon 2020\)](#) from 2014 to 2020 – it matters a great deal. Horizon 2020 is meant to help member states and the EU to respond to seven “societal challenges” that essentially define the strategic focus of Europe’s programme and of all the annual calls that arise from it.

Europe’s Societal Challenges

Europe’s Societal Challenges



...to be able
to ‘shape
the future’
(Boden et al. 2010)

1. Health, demographic change and wellbeing;
2. Food security, sustainable agriculture and forestry, marine and maritime and inland water research, and the Bioeconomy;
3. Secure, clean and efficient energy;
4. Smart, green and integrated transport;
5. Climate action, environment, resource efficiency and raw materials;
6. Europe in a changing world - inclusive, innovative and reflective societies;
7. Secure societies - protecting freedom and security of Europe and its citizens.

It follows that the framing of “societal challenges” will have a major influence over the kind of knowledge funded and, hence, over the shape of our future, illumined by the knowledge produced. Just like defining the problem is a way of circumscribing the realm of possible solutions. Thus, within the context of the EU

funded project **FLAGSHIP** “**Forward Looking Analysis of Grand Societal Challenges and Innovative Policies**”, we decided to explore how **speculative and creative fiction** envisage the future and its challenges, and to compare notes ([video](#)).

Fiction in the form of filmic and literary representations of futures can offer ways of embodying, telling, imagining, and symbolising “futures”. It is explored here as a form of creative forward-looking (“foresight”) technique – capable of providing alternative perspectives on future ‘possibilities’ and ‘warning signals’, and of revealing seeds of the future in the present. Our interdisciplinary team asked three questions: 1) What are the main concerns and hopes in futures fiction? 2) Can they enrich our capacity to understand and envision future challenges, and thus today’s framing of “societal challenges”? 3) What differences between challenges in fiction and in EU research policy, and what implications?

We studied 64 “texts”, including 27 novels and 37 movies with long-lasting impact on popular imagination, produced over the last 150 years (the list begins with “Paris in the Twentieth Century”, 1863, and ends with “Elysium”, 2013). Through content analysis we build a hierarchy of themes and identify *major patterns* of *long-lasting concerns* about humanity’s future.

Exploring futures in fiction as part of FLAGSHIP (EU project)

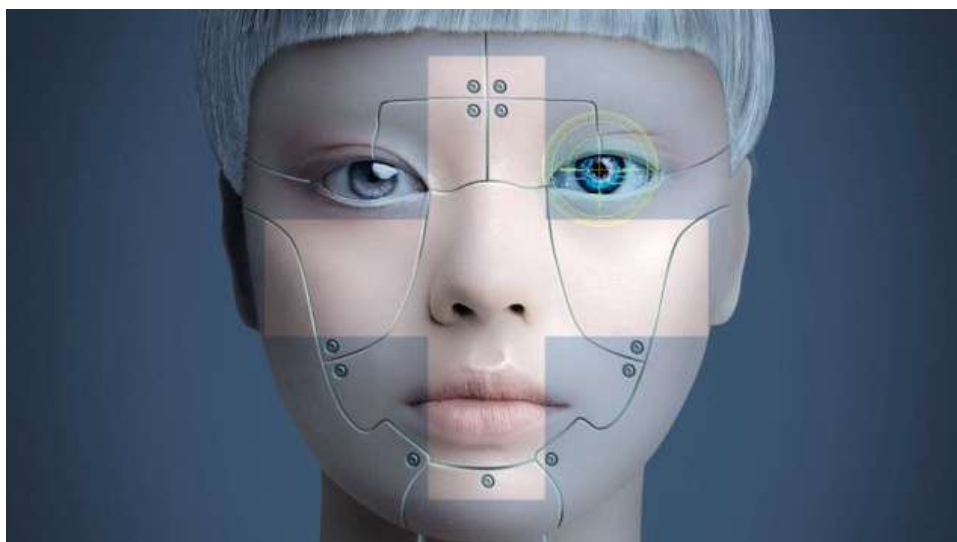


Source: EU project

The result of this journey through the arts is a rich and diverse understanding of what challenges lie ahead for humanity: revealing both similarities and some illuminating differences in terms of what really might matter into the future.

The study reveals a prevalence of three *archetypal impulses*: anti-utopia, dystopia and collapse, and identifies two alternative *disruption paths* that may lead to them. The first path is through natural catastrophic and often *sudden* events linked to environmental crises and resource scarcity, or to human conflict and technologically-driven disasters. The second is a *gradual* evolution towards disruption that builds on socio-cultural tensions and on often a-critical acceptance of technological advances. The tight link between rapid technological advances and demands for economic growth, that pervades rich and rising economies around the world, means that both pathways are potentially relevant today. They are emblematic paths towards an anthropocene (the age of humans as a force of nature transformation) that may turn out wrong. Wrong for the *planet*: “*we are changing Earth more rapidly than we understand it*”, and for *humans*, as we may be changing humans more rapidly than we understand them, thanks to advances in biotechnology and the many areas contributing to *transhumanism*. As the artist Cao Fei puts it, questioning the systemic aspirations of economic development and efficiency in his documentary on “Whose Utopia”: we are building “*a system that desires machines with human intelligence and humans that can perform like machines*”.

Humans+ The Future of Our Species: Exhibition at the CCCB which included Cao Fei's



Source: Documentary “*Whose Utopia*”

The detailed content analysis allows us to identify a wide range of patterns of concern and hope, which are frequently explored and often repeated across a period of 150 years of futures fiction – but which are poorly treated or absent in the EU research agenda and related “societal challenges”. It highlights how fiction sees *inequality*, oppression and a range of ethical issues linked to human and nature’s *dignity* as central to, and inseparable from, innovation, technology and science. Technology, in fiction, is often used for social domination and manipulation, as socio-political means of control. Its use restricted to specific ends favouring elite groups. Science too, more often than not, ends up as a tool for manipulation, control and rationalization. The study identifies warning signals in four major domains, arguing that these signals are compelling, and ought to be heard, not least because elements of such future have already escaped the imaginary world to make part of today’s experience. Even a cursory reading of the Economist’s “**Science & Technology**” section can provide persuasive arguments.

Linked to these techno-scientific characteristics, often bridging utopia and dystopia, as well as anti-utopia and collapse, we find that *scarcity, in fiction, abounds*. All forms of “orthodox” scarcity underpinning the EU “societal challenges”, including natural resources such as water and energy, as well as biodiversity and food, are present in these stories. However, our analysis also proposes a broader, “*unorthodox*” definition of *scarcity*, observing the ways in which future societies emphasise any kind of: insufficiency, rarity or limited supply. The result (see table 1) is an abundance of scarcity relating to individual dignity, freedoms, human values and wellbeing, resulting by – inter alia – processes of dehumanization, control, and strong homogenization. In summary: what makes us human.

And yet the silver lining here is that it is precisely these “unorthodox scarcity” traits that will save the day for many of these stories. They are precious to our present and our future. We thus conclude with two broad sets of implications from this inquiry into imagined futures: caution and daring. Each aimed at avoiding sudden or gradual pathways towards disruption.

Re-defining scarcity?

some of the most frequently scarce aspects/dimension depicted in fiction:

Self-direction (1984, 1949; The Handmaid's Tale, 1985; Logan's Run, 1976; Twelve Monkeys, 1995)	Reflexivity (Feed, 2002)
Dignity (The Tomorrow File, 1975; A Clockwork Orange, 1962; Hunger Games, 2012)	Freedom (Escape from L.A., 1996; Matrix, 1999)
Hope (Soylent Green, 1973; On the Beach, 1959; Blade Runner, 1982; Children of Men, 2006)	Security and protection (The Time Machine, 1895; Mad Max, 1979)
Sentiments and emotionality (We, 1921; Do Androids Dream of Electric Sheep?, 1968; The Giver, 1993)	Equality (Metropolis, 1926; Elysium, 2013)
Identity (We, 1921; Uglies, 2005; Twelve Monkeys, 1995)	Peace (Appleseed, 2004)
Privacy (Stand on Zanzibar, 1968; Minority Report, 2002)	Justice (The Tomorrow File, 1975; Elysium, 2013)
Idealism and creativity (Paris in the Twentieth Century, 1863; Brazil, 1985)	Love (The Machine Stops, 1909; The Handmaid's Tale, 1985)
Nature (Soylent Green, 1973; Blade Runner, 1982; The Road, 2006)	Trust (Ender's Game, 1973)

First, we recommend greater *caution* with the dominant techno-scientific and innovation agenda that underpins the “societal challenges” and the EU programming, so as to avoid *unintended consequences*. We argue for the need to strengthen research into the *human, social, political and cultural processes* involved in techno-science endeavours. This entails a much greater effort to integrate the perspectives of the humanities and social sciences into future research programmes: the understanding of how smart growth can deliver solutions to current challenges will differ significantly if you take an ethical or engineering perspective. This should be taken into account when formulating new research calls. The [recent review of Horizon 2020's](#) first year of funding suggests much can be done to improve such integration.

Second, we recommend that – in the light of insights from futures fiction – a more *daring* agenda that balances the focus on innovation in techno-science with the *evolution of human flourishing* ought to be considered. A list of 31 patterns (summarized in Table 2) arising from the texts is proposed to support this. The idea is that we should go beyond the crucial integration of hard sciences and social sciences and humanities, intended to ensure caution, and embrace a *wider perspective* about our future possibilities arising from the worldviews and paradigms of social sciences and humanities.

Horizon 2020 & beyond: elements of a “daring” agenda

- **Happiness and wellbeing** (e.g. psychological conditions, and quality of life)
- **Connectedness** (e.g. social interaction, physical closeness, contact with nature)
- **Identity** (e.g. sense of belonging, collective memory and aspirations, homogenisation, subcultures)
- **Systems of beliefs** (e.g. changing values, ethical perspectives, spirituality, religion)
- **Meaning of life and existence** (e.g. personal project and personal identity (who am I?))
- **Conceptions of the human** (e.g. human nature, human condition, trans-humanism)
- **Entertainment and art** (e.g. self-expression, creativity, leisure, entertainment (and potential control))
- **Nature - Aesthetic/ Spiritual Value** (e.g. redeeming role, embodiment of hope itself)
- **Progress and future** (e.g. ideas of progress and time, ideas of risk in the future)

Our findings also support the recent promotion of “Science With and For Society” and of “Responsible Research and Innovation” within Europe’s Directorate-General for Research and Innovation. This means combining interdisciplinary with transdisciplinary practices, which represent a tall order for both funding agencies and academic institutions, still largely set in disciplinary mindsets poorly fit for 21st century challenges.

Olivia Bina é investigadora principal do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

European funds for interdisciplinarity and the social sciences and humanities: lessons to be learnt?

Olivia Bina

 3 de maio de 2017

In January 2017, as part of the COST Action **INTREPID** on the role of interdisciplinarity in research programming and funding, we organised an international **conference** to discuss the status of the social sciences and of interdisciplinarity in occasion of the 20th anniversary of the Gulbenkian Commission's publication: *Open the social sciences: Report of the Gulbenkian Commission on the restructuring of the social sciences* (1996).

Immanuel Wallerstein keynote



Source: Photo by João Cão

As part of this event, we planned a Special Session to discuss the status and challenges of the social sciences and humanities (SSH) and interdisciplinarity in European Funding.

This included six invited speakers and discussants, followed by a workshop designed as a world café session, aimed at identifying a range of recommendations towards informing the next programming period (FP9) from the perspective of interdisciplinarity, SSH and responsible research and innovation (RRI), and possibly contributing to improvements for the final programming stage of H2020 (2018-2020) and input to FP9. A policy brief will soon be published on INTREPID's website, detailing all recommendations. Here, I'd like to focus on the main areas of discussion, concern and recommendation around interdisciplinarity and SSH.

Interdisciplinary research: paradox or gap?

We start with a possible paradox. Interdisciplinarity is being encouraged in science policy discourse and among funding agencies. It is considered a central quality of EU's Horizon 2020 programme, which targets Societal Challenges designed to cross disciplinary boundaries in order to address complex and interdependent problems. And yet, scholars who study interdisciplinarity, and institutions that track its progress, tell us that it remains poorly rewarded in terms of funding, recognition and career advancement. More than a paradox, as some suggest, this situation may be pointing to an increasing gap between the definition of science policy and in particular its research funding agenda on the one hand, and the status, structures and governance of one of the providers of such research: universities – on the other.

University: late-comer of left behind?

In her keynote, Felicity Callard delivered a compelling talk on the importance of interdisciplinary experimentation, illustrating through her own research, 'how to harness the promise and liveliness of an interdisciplinary space'. Her account seems a far, if inspiring, cry from the many voices criticizing universities' performance in creating and enabling such 'spaces'.

Even the carefully worded position of the League of European Research Universities (LERU), argues that 'disciplinarity and interdisciplinarity are equally important to advance science and to solve unprecedented societal challenges'. And yet, in 2016, their report lists 66 recommendations, which are often a re-wording (and a necessary update) of findings and recommendations

voiced over decades. Not least by the Gulbenkian Commission (1996) whose report's 20th anniversary gave rise to our conference: 'Foundations may give grants to imaginative groups of scholars but departments decide on promotions or course curricula'.

Our focus in INTREPID – and at this Special Session – is research programming and funding, based on the understanding that, as Lyall and others have demonstrated, 'decisions that funders make ... have a major impact on how interdisciplinary research is shaped, the extent of integration, and ultimately its effectiveness'. Yet, the keynote presentations and the discussions during the World Café left little doubt that universities were both 'late-comers' (see Lawrence) to the rethinking of disciplines and interdisciplinarity, and at risk of being left behind as science policy takes its own direction, almost irrespective of academia's well documented challenges.

In 2004 two reports explored EU funding's performance in terms of interdisciplinary research. Bruce and colleagues found that the EC could not deliver better interdisciplinarity alone since 'many of the constraints operating against interdisciplinary research emanate from academic systems in European universities, which still discriminate against inter-disciplinary research'. The same year the European Research Advisory Board-EURAB (2004) recommended: 1) a reassessment, where useful, of disciplinary demarcations; 2) a removal of institutional barriers to interdisciplinary research; 3) a rethinking of associated research training. LERU's 2016 report revisits, updates and expands on similar governance changes.

Are the 'institutions of learning' giving enough space to discuss the obstacles and changes? Even if to conclude that they do not agree with some, or most, of the science agenda(s) pressing for greater interdisciplinarity? It seems not. While 'LERU is convinced that academic institutions should remain the primary locus of scientific knowledge production and transmission', many at our Conference noted that research is increasingly taking place elsewhere, in private funded organisations and enterprises. This is to be welcomed, since the challenges of the 21st century need all the attention they can get. But concerns were also raised in terms of oversight, privacy and other ethical dimensions.

Conference Keynote Speakers, Final Panel: Callard, Wittrock, Wallerstein, Mäki, and Turner



Source: Photo by Olivia Bina

Innovation battleground: where are the social sciences, the humanities and the arts?

As mentioned, EU's **H2020** programme represented a major shift away from a structure based on disciplinary areas, to one based on Grand Societal Challenges (later the 'grand' was dropped', from GSCs to **SCs**), intended to promote largely interdisciplinary inquiries. Consistent with the history of European research funding from the 1950s onward, which was driven by industrial competition (e.g. EURATOM and CERN) and then economic innovation (1990s onward with Framework Programmes), these SCs are largely reflective of a techno-scientific understanding of innovation. As Peter **Fisch** argues in his keynote, the interpretation of innovation in current EU programmes remains far too 'technological'. Attention, and funds, for the role of social innovation in addressing SCs remains limited, by comparison (see for example **TRANSIT**).

Our conference **keynotes** repeatedly warned against such bias. In his keynote, Bjorn **Wittrock** listed ‘grand questions’ including the role of the EU in today’s world, what is life and what relation between human and non-human, which all required the contribution of SSH (and I would add, the arts).

The EC has produced a second monitoring **report** by Birnbaum and colleagues (2017) on ‘*Integration of Social Sciences and Humanities in Horizon 2020: Participants, Budget and Disciplines*’.

Number of experts per SSH discipline and clusters of disciplines		
Disciplines and clusters of disciplines	Number of experts per discipline	Share of experts that include partner-level expertise
Economics	648	26%
Political Science, Public Administration	417	17%
Business, Marketing	268	11%
Sociology	245	10%
Non - Research activities	224	9%
Law	128	5%
History	109	4%
Communication	111	4%
Humanities, Arts	102	4%
Psychology	96	4%
Education	90	4%
Anthropology, Ethnology	46	2%
Human Geography, Demography	33	1%
Total number of experts with SSH background	2517	100%

Source: *Integration of social sciences and humanities in horizon 2020 (2017)*

This was **presented** by Philippe Keraudren, of DG Research and Innovation (Unit B6 Open and Inclusive Societies), highlighting the following numbers:

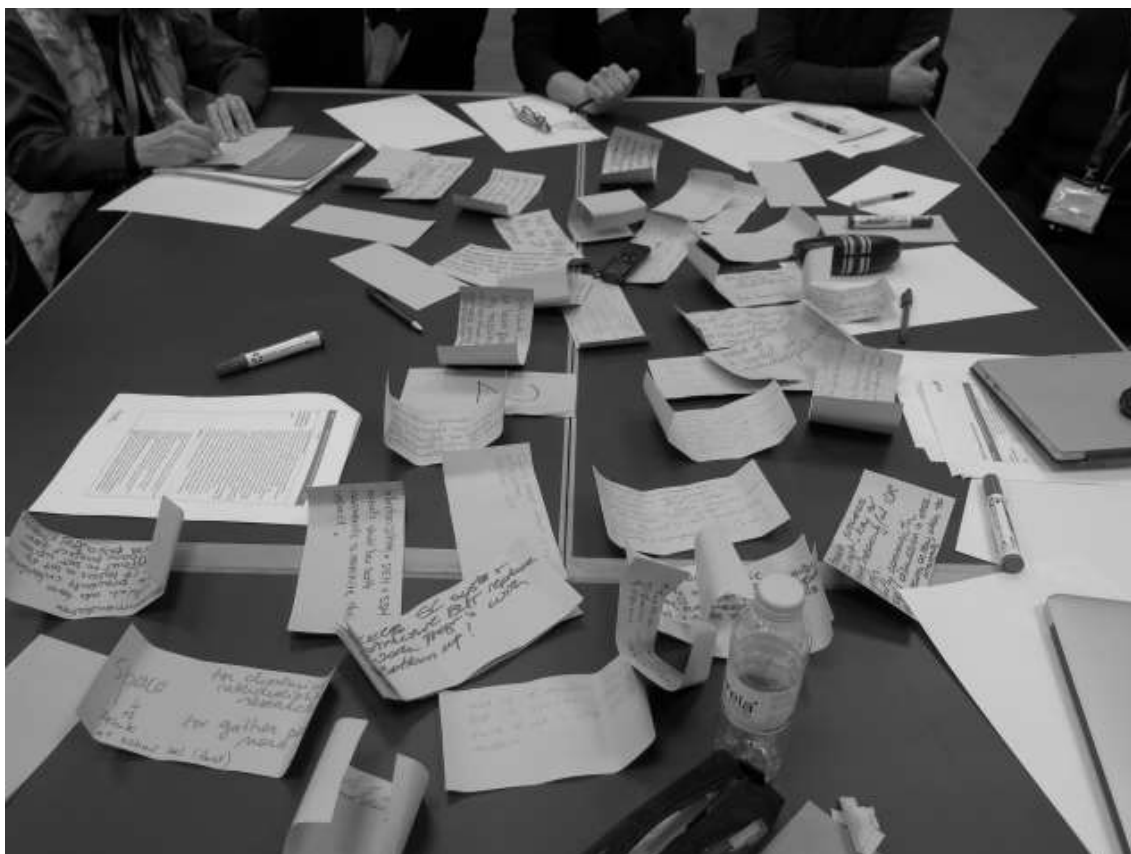
- Overall, 37% of topics were ‘flagged’ for SSH in the WP 2014-2015, and 41% in WP 2016-17.
- Involvement of 827 SSH partners in 197 projects in 2015.

- The share of budget going to SSH partners (i.e. € 197 million) amounts to 5% of the total 2015 budget of €3,7 billion and 22% of the budget of SSH-flagged topics of €888 million (which includes the Arts).
- Concentration of funded SSH partners coming from a handful of countries (6 countries account for 52% of funded SSH partners): UK, Italy, Germany, Spain, Belgium and France.
- Quality of SSH integration in projects funded under SSH-flagged topics in 2015: Good: 39%; Fair 29%; Weak 18%; and None 24%.
- Discipline prevalence in SSH-flagged topics in 2015 by percentage share of expertise – highest: experts in economics 26%, and lowest: in geography and demography 1%. See [table](#).

The 5%

Inevitably, the figure that stands out is the 95% of funds going to all other disciplines that are not SSH and the arts. Despite the effort to further strengthen the integration of SSH in programmes and calls, it is difficult not to view these results as falling short of expectations. Especially considering it is almost impossible to see any improvement compared to the [previous](#) report by Hetel and colleagues (2015). On this basis, many questions and concerns could be raised. I shall mention one of each based on the discussions held in January: how responsible are the representatives (institutions and individuals) of SSH and the arts for their lack of integration, and most importantly leadership? Some have argued that a shift is needed, from victimisation to empowerment. In our [blog series](#) on the role of the social sciences, there are some important reflections around this question. As for concerns, I would like to point out a potential ‘elephant in the room’: perhaps it is not the 5% to the SSH and Arts that should worry us most, but rather the destination and direction of the remaining 95%. The latter contributes to build our future through techno-science in all fields from human health to possible uses of resources located in outer space. Apart from a contribution of economists (judging from the table above), what other disciplinary perspectives and worldviews are being brought to bear in the framing of problems and solutions? The answer to this question is likely to have a direct impact on our future.

World Café Interdisciplinarity Table



Source: Photo by Olivia Bina

Towards a set of recommendations for EU research funding programmes

On the basis of the above themes and many others raised throughout the Special Session, here is a summary of key recommendations (a full list will be published [here](#)) aimed at the final research programming period of H2020 and the next (9th) EU Framework Programme:

1. *The EC should give meaning to the concept and its practice in funding programmes:* Interdisciplinarity (ID) is not a goal, nor an obligation, nor should ID be watered down by suggesting that a whole EU Framework Programme is ID in its coverage, nor should ID be equated with the problem of integrating SSH in the current programme. A definition, even if broad, would help in terms of guidance and during evaluation.
2. *The EC should diversify its programming:* reduce the current focus on WP calls in favour of: more open calls (see, for example, the experience of ERC discussed by Angela [Liberatore](#)) even when linked to target areas, and

more bottom up definition of priorities (including by scholars themselves: ‘give researchers some credit’!).

3. *SSH integration (and ‘flagging’) is not enough*: the practice of flagging SSH-relevant themes in current WPs is useful but does not address the bias of the overall programme and of the interpretation of the societal challenges; responsibility also lies with the SSH community, which should find its voice (‘from victimisation to empowerment’) in contributing to shape the research questions that will need answering.
4. *The EC should change its Evaluation Panels*: it could do more to draw from existing international reviews of good practice to shape its own guidance (Lyll: ‘disciplinary evaluation panels look for disciplinary weaknesses, not for interdisciplinary strengths’); ID is a competence and requires competent researchers to be present in panels evaluating ID proposals; similarly, proposals responding to SSH-flagged calls should be evaluated by panels including experts with SSH competence.
5. *Training is needed*: ID research entails a different way of thinking and collaborating that requires training, among other: in facilitation, in listening, in creative thinking. Thus training is recommended in multiple areas: a) Universities should promote ID-specific training for teachers and for researchers; b) The EC should train staff in DG R&I so that it is more familiar with the characteristics and qualities of ID research; c) The EC should consider funding online training courses for evaluators to obtain the necessary competences for evaluating ID research.
6. *The answer is more time and funds, not less*: ID research requires more time, and more funding. Just completing an integrative literature review will add a significant additional step in a research process.
7. *Licence to fail*: the current ethos of research, funding, and general performance evaluations throughout academia is increasingly less likely to accept failure. This goes against the grain of experimentation and creativity (see Felicity Callard) in general, and of ID in particular, given its high-risk implications.

8. *Proponents should define ID in their proposals:* what is their interpretation of ID, and even more importantly: why is it required, and how will it be carried out?
9. *Universities must do much more to support ID among the young:* plenty of evidence shows that early career researchers risk being significantly disadvantaged if they pursue ID paths. LERU's report provides ample food for thought.

EURAB's 2004 report opens with the following quote:

"Knowledge is extracted from a fully integrated world. Knowledge is 'dis-integrated' by disciplinary units called Departments in Universities. How can knowledge, discovery and dissemination be re-integrated?"

Richard Zare, BioX initiative, Stanford University

There have been many recommendations intended to help address these questions, before, and after 2004. Our Special Session has added a new layer to the pile. But is anyone listening?

Olivia Bina is a Research Fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa), Adjunct Assistant Professor at the Department of Geography and Resource Management of the Chinese University of Hong Kong (CUHK), and Member of the International Institute of Asian Studies (IIAS).

The Alternative University of Romania: a life-changing experience?

Lavínia Pereira

📅 9 de maio de 2018

I imagine a University that prioritises self-development, awareness and civic engagement!

Within the scope of this [research](#) on the ‘Future of University’, and its contribution to more just and sustainable futures, last February I went to Bucharest for a ‘short-term scientific mission’ (STSM) funded by [INTREPID](#) Cost Action, aiming to explore the educational and organizational model of [Alternative University](#) (AU) of Romania. My expectations were high. I had met Traian Bruma – one of the founders of AU – a couple of months earlier, and his enthusiastic presentation at a gathering at ISCSP in Lisbon caught my attention. Founded in 2008 by a group of students from Politehnica University of Bucharest, integrated in the student associative movements of Romania, AU is a non-conventional project for higher education. Proposing itself as an alternative to the Romanian higher education conventional system, considered by the founders to be outdated, disconnected from the world and indifferent to the real needs of the students, the Alternative University strived to be a freedom-centred organization with an educational model mainly focused in human development in its various

‘Schools around the World’ Hackathon @ the Alternative University, 4th February 2018



Source: Photo by Lavínia Pereira

dimensions, with a strong emphasis in self-directed learning.

Even if not acknowledged by the public education system of Romania – they don’t award students with formal diplomas – over the last few years AU has grown in dimension and ambition. Assuming its own place as a non-conventional educational model,

AU proved to be a relevant project, by creating a collaborative network between academics, business, and society, which is considered a crucial trait of today's research policy.

The four main areas of training are Education, Entrepreneurship, Marketing, and Management, organized respectively as four main 'communities of practice', which allow students to learn by doing, in a close relationship with professors, who are simultaneously professionals, collaborating with AU and working outside the University in their own activities (e.g. business, NGOs and/or social impact projects). This opportunity to learn directly from practitioners brings students a step closer to the range of skills needed to eventually co-create knowledge in transdisciplinary contexts that promote collaboration between stakeholders. It also provides them with the necessary competencies to more easily enter the job market or to become future entrepreneurs. In fact, the existing 'business incubator' has already helped many students to start their own business projects.

Activities at the Alternative University



Source: Photo by Alternative University of Romania

A central dimension of AU's educational model is the existing program focused on self-development, awareness, community building, and civic engagement.

"We focus pretty much on how people think of themselves and we offer them some life skills, experiences too, not only professional skills, and we

try to encourage them to know themselves better, to understand how they relate to themselves and to the world. And this is a constant ping-pong between what you understand about yourself and how do you decide to use those ‘superpowers’ that you find within yourself and put them to something useful for the world.”

(Interview with Corina Angelescu, member of the ‘Core Team’ of AU)

The program stands on three distinct though interconnected pillars. The first pillar is ‘Self-awareness’: students are encouraged to deal with their own individual needs, in order to design their path in learning and life, but also to address their main difficulties, insecurities and personal struggles. The second one – ‘Building community’ – aims at the development of competencies of the student to collaborate, get involved, and engage with common values and common purpose of a larger group of people. With the third one, ‘Acting for the world’, AU aims to encourage students to find their own place in their local communities and in the world, to understand the existing problems there, and how to contribute to address those challenges at a local scale, with a global mindset.

The existing ‘challenge-based curriculum’ of AU provides students with the opportunity to acquire competences in Inter- and Transdisciplinary (IT/TD). Students are motivated to engage with the community, find a challenge they relate to and want to address, to afterwards deep-dive into that challenge, understand its workings and causes, and then proceed to design a solution for that specific challenge. In order to find solutions to those real-world problems, they need to create IT teams, bringing people from different areas of expertise together, to collaborate and find complementarities in the process of creating a solution towards a common goal. Through this process students are also encouraged to engage, interact and co-create with different stakeholders (e.g. people from the local communities, NGO’s, institutions, and local businesses) hence implementing TD practices.

As for the students I met, there is clearly a ‘before and after’ effect when it comes to reflecting on their experience at the Alternative University. Entering AU was a life-changing experience after twelve, sometimes fifteen years within the public system. AU’s curriculum in ‘life skills’ (which runs in parallel with the other four technical curricula) is one of the fundamental aspects leading to

that *transformative* experience. The differences in between the two educational paradigms are such that, starting from a place of isolation, vocational disorientation and lack of autonomy, students end up being not only the protagonists of their own pathway of learning, but also potential agents of change in their surrounding environment.

The AU promotes collaborative work between academics, business, and the wider community



Source: Photo by Alternative University of Romania

Luiza Apostu is a former student who, with the support of AU ‘Entrepreneurship community’ developed a learning program for kids between seven and twelve years old anchored on the principles of social-emotional learning. By developing competencies such as self-awareness, self-management, responsible decision-making, social-awareness, and relationship skills, the program aims at contributing to youngsters well-being, empowering them in an early age with the necessary competencies not only to succeed in their own path of learning but also in their life. Ultimately, the program fills a gap in the mainstream educational system.

Luiza is a personal example of that transformative experience provided by AU, which combines a pathway of self-development with the discovery of a greater purpose, through the implementation of a project with social impact.

With its educational project, AU intends to bring together, in an integrated process of learning, the personal route of individual awareness, the building of appropriate skills and competencies to engage in community building, ultimately motivating the student to actively assume his/her social and civic responsibility.

To a certain extent we can say that the educational project of AU resonates with Fadel's proposal on 'Character Education': "Facing the challenges of the 21st century requires a deliberative effort to cultivate personal growth and the ability to fulfill social and community responsibilities as global citizens. (...) To build a foundation for lifelong learning, support successful relationships at home, in the community, and in the workplace, and develop the personal values and virtues for sustainable participation in a globalized world" [1].

Shouldn't the more conventional Institutions of Higher Education be attentive to that need in order to contribute to the well-being of their students and to more sustainable futures, overcoming the competitive and stressful environment [2] generated by market-oriented policies [3]?

Lavínia Pereira has a PhD in Philosophy and is a Research Fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS – ULisboa).

As if U and sustainability mattered: U-you, U-niversity, U-theory, U-topia

Olivia Bina

 14 de junho de 2018

U for You

When was the last time you sat with two strangers and told them the story of your life, in three minutes?

Mine was eight weeks ago. It is harder than you think. And not just because of the embarrassment factor, but because one too rarely thinks of one's whole life, let alone presenting it in three minutes. But it does achieve something precious: it tears down silos. Silos of me and you, of all those ideas of what makes us different, of what divides us, of the 'what I do' identities. It leaves you with something simpler, something about a shared humanity and a sense of what probably does matter and what probably does not (at least not that much).

U for University

It is from within this space that thirty-two people from fifteen countries began a journey to explore 'The Future Of Universities, as if Sustainability Mattered': a training programme centred around the question of how universities can be a positive force for transformation and change towards a more sustainable future.

The key words here being 'future' and 'sustainability', since both inevitably require a normative exploration engaging with 'evaluative claims about what is good'. And to add to the discomfort that at least some of us are already feeling with 'being normative', let me introduce the killer application: during a whole week, we were asked to use bodies (the ones in the room), emotions and, yes, minds. That was meant to take care of the centuries-long arguments around separation between thought and feeling.

Why does it matter? Why should we reconcile thought and feeling? Because in designing this week-long journey, coordinated by Marite Guevara, we aimed to develop some sense, and some idea, of a normative, embodied 'future of

universities’. We wanted to respond to the need ‘to fight for a different vision of higher education’ as Noel Castree called it: a vision that does not find itself exploring shades of neoliberal grey. We think that more should be done to repurpose universities and we took heed of Otto Scharmer’s critique: ‘The difficulties we have in meeting today’s global challenges, such as implementing the 17 Sustainable Development Goals (SDGs) worldwide, are not caused by a knowledge gap... The problem is a knowing-doing gap: a disconnect between our collective consciousness and our collective actions’. Our universities are still key institutions where knowledge is disseminated and created, and it is essential that they stop amplifying such gaps and divides through their predominant ‘silos’ and resulting mindsets.

I guess it is therefore apt that we were operating within the INTREPID arena: the EU funded network we are coordinating with a view to explore inter and transdisciplinary forms of knowledge needed to understand and engage with 21st century (sustainability) challenges. Details of earlier INTREPID work on this issue are available here: the Lisbon Conference (January 2017); the London’s workshop (March 2017): [Universities and Knowledge for Sustainable Urban Futures: as if inter and transdisciplinary mattered](#), and the Lüneburg’s conference session (September 2017): [Thinking about the Future of Universities](#); and Lavinia Pereira and I have summarized some ideas in a [blog](#) last year, while Lavinia describes in-depth an actually existing alternative university [here](#).

Here I wish to share a few reflections about process and content based on our last training school.

U for Theory U and more

The school was designed to explore ways of thinking about futures by combining Theory U and 3 Horizons. An introduction to [Theory U](#) by Otto Scharmer and Katrin Kaufer outlines the core ideas and the practice of the ‘U process’, based on a concept they call ‘presencing’: a heightened state of attention that allows individuals and groups to shift the inner place from which they function. When that shift happens, people begin to operate from a future space of possibility that they feel wants to emerge. Being able to facilitate that shift is, according to Scharmer, the essence of leadership today. [Isabel Chaparro](#) led the participants through Theory U, which entails travelling along the stages from ‘downloading’

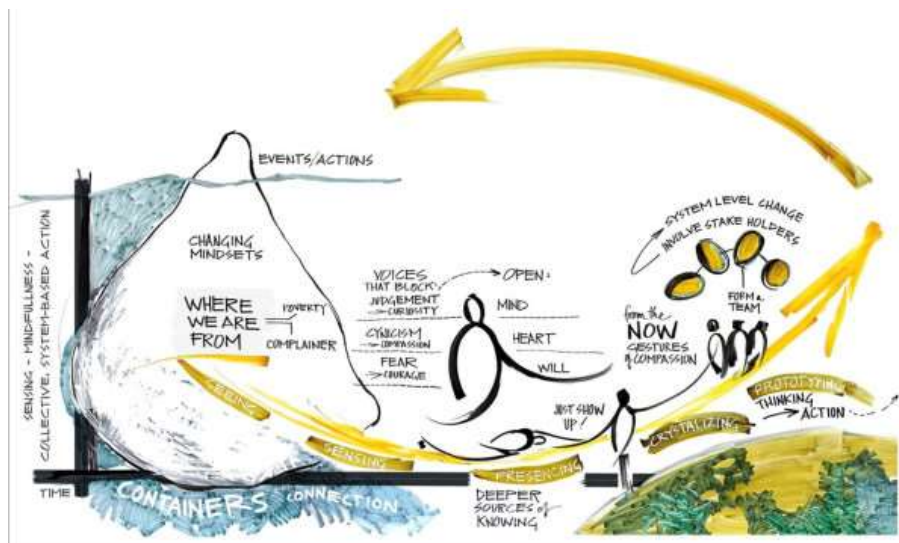
to 'co-creating', illustrated in Figure 1, and from 'seeing' to 'prototyping', Figure 2.

Figure 1 - Theory U: Absencing and Presencing



Source:.. © Isabel Chaparro using material by Presencing Institute

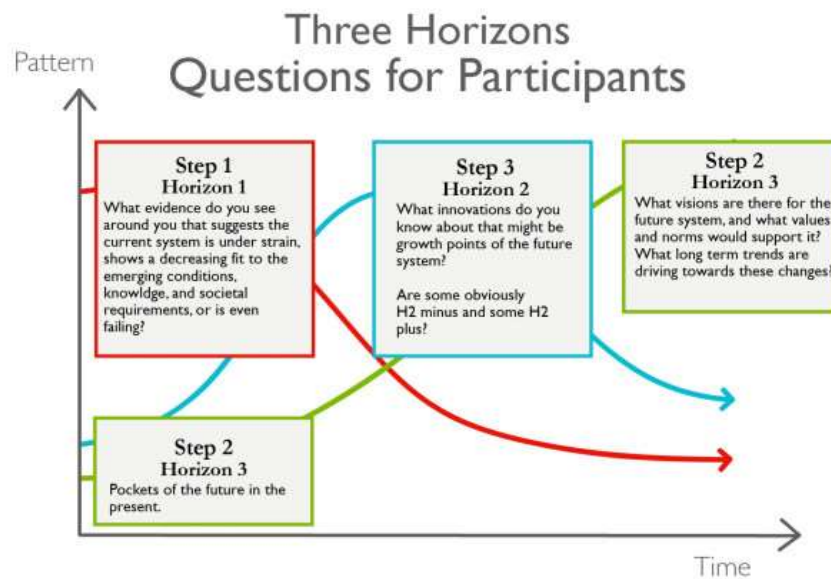
Figure 2 - Theory U: the journey from seeing to prototyping



Source:.. © Isabel Chaparro using material by Presencing Institute

The 3 Horizons approach, in this context, provides a complementary set of techniques. Carlo Sessa led this part borrowing from the work of H3Uni. It entails building pathways to a desired future, which for this training school meant envisioning universities where 'sustainable development mattered', through the exploration of three horizons (Figure 3).

Figure 3 - 3 Horizons overview



Source: *H3Uni*

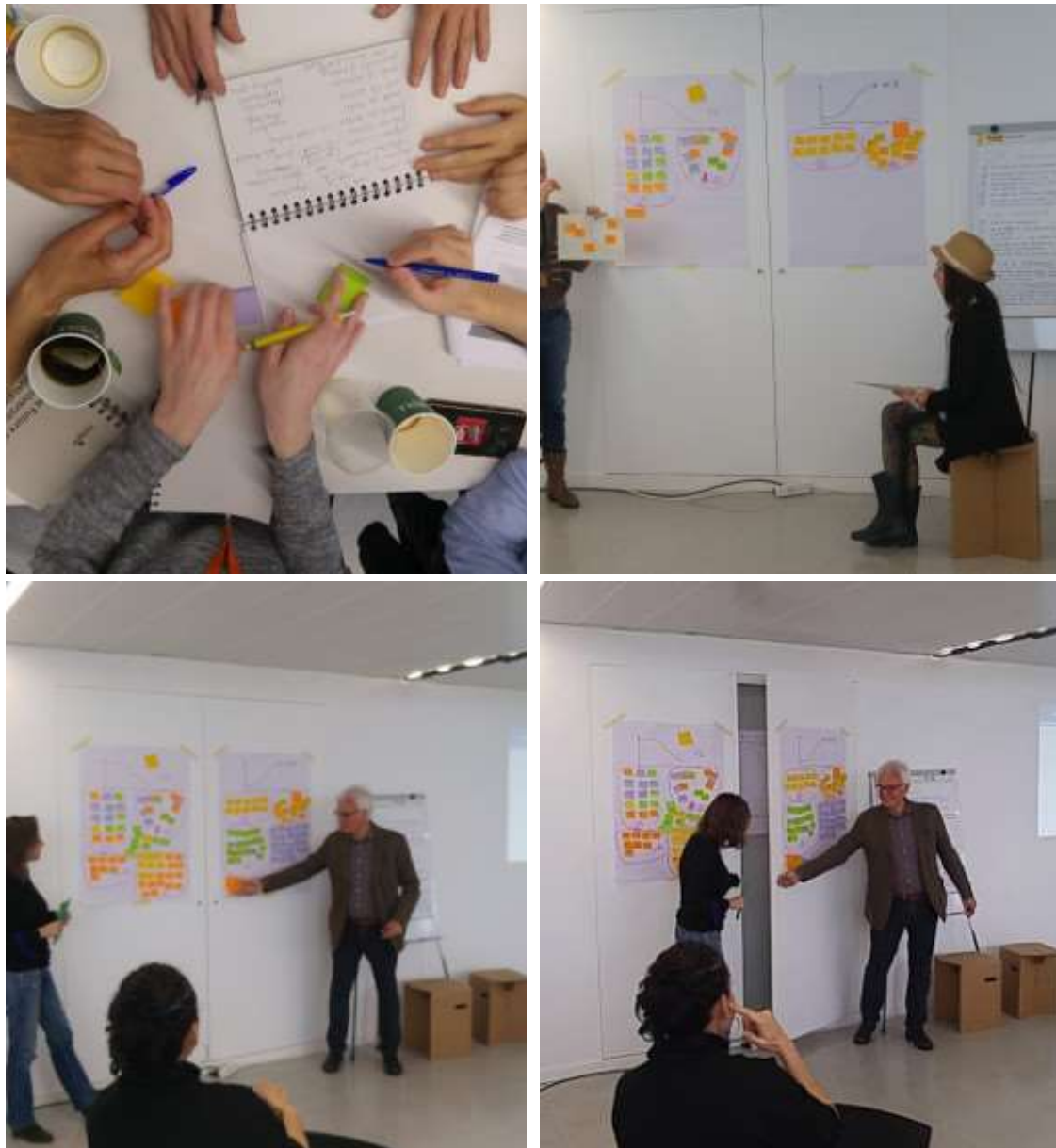
We combined Theory U with 3 Horizons thus:

- Horizon 1: Downloading past patterns (no more business as usual; seeing, sensing and presencing)
- Horizon 3: Presencing the emerging future (paradigm shift and crystalizing)
- Horizon 2: The innovation we need (crystalizing and prototyping)

The results of each step cannot be easily described in this blog, but you can see some of the results of the three horizons scanning in Table 1, and you can read about the five participants prototypes (part of Horizon 2) here:

- [UNI-Earth](#)
- [We Fail We Fix it](#)
- [E-Lastic Hub](#)
- [Nest Club](#)
- [U cook](#)

Figure 4- Groups shared their visions for Horizon 1 (current situation) and Horizon 3 (long term vision)



Source: Photo by Isabel Chaparro and Marite Guevara

Our discussions and the many exercises throughout the week (including storytelling, movement science, **art exploration**, social presencing theater, **stuck exercise**, 4D mapping) allowed us to explore our overall theme of how to ensure a long-term contribution of academia to sustainable futures, including the 'knowing-doing gap: a disconnect between our collective consciousness and our collective actions' highlighted by **Scharmer**.

The prototypes were especially geared towards this, but in fact the whole Theory U process is designed to bring this tension to the foreground, especially starting from our selves and how we live. The ethos behind Theory U requires us to turn to ourselves first, since, again in Scharmer's words, the problems outside (including non action) tend to originate from within: "Let no one enter [the university] who cannot see that the issues outside are a mirror of the issues inside".

Table 1 - The preliminary results of Horizon 1 and 3 for one of the five groups

HORIZON 1	HORIZON 3
• Fixed curricula • Silos of faculties and disciplines • The outcome is all about getting diplomas • One direction of teaching • Uniform approach: tasting all as if we were the same • Evaluation and promotion systems, eg focus on academic journals • Narrow learning modes: theory but little practice in context • Almost no creativity	• Immersive learning space • Education for sustainable and social development • Learning creative and hands on skills • Personal development • IKIGAI personal development • No degrees: credits for life long learning • New methods: theory U, embodied learning • Choice of space and place of learning: e.g. more in nature • Re-learn the human and nature connection • Networked learning: Getting to know each other and understand ones needs • Empower us to know the other and ourselves • More options e.g. summer schools, Erasmus etc. • E-learning models and co-learning and co-creating • Reverse classroom: online to learn theory, content, and classroom is for embodied learning

U for sustainability, or Utopia

About content, it seemed we made a mistake. We chose Sustainable Development Goals (SDGs) as a starting point to discuss the need for a university that actually contributes to share and create knowledge for sustainable futures. Everyone loved the idea while preparing the workshop. Everyone who signed up was excited about explaining how they already worked towards integrating SDGs in their universities and in communities or institutions outside universities. And then, passed the introduction session, they were gone.

But was it really a mistake? No one remembered them in the language they used. But we all discussed the bits and pieces that make up the core problems and challenges embedded in each of the seventeen goals. We looked at SDGs from the space we had created with our life stories, and that 'changes everything'. In

listening to our participants reflecting on what mattered to them in terms of the nexus of knowledge, higher education and sustainability, **Marta Varanda and I** had to come up with a core question for a ‘generative conversation’ as part of the Theory U process. It came out to be a three part question: Who do we want to be? What society do we want to live in? What is the role of university (in all this)? The result is partly summarized in Figure 5.

Figure 5 - Who do we want to be? What society do we want to live in? What is the role of university (in all this)?



Source: Photo by Olivia Bina

Here I would like to reflect on the broader picture, rather than on the specifics of the answers offered. I am particularly interested in the promotion of skills and dispositions to envisage desired futures, or, as my colleague Andy Inch once pointed out to me: in ‘the education of desire’ after Miguel Abensour. **Ruth Levitas** has painstakingly sought to reconnect us with the essence of utopianism, which she broadly defines as the expression of the desire for a better way of living

or of being. She also points to **prefigurative practices** of utopia as another way of living out ‘the relationships and practices that might characterize an imagined better future’. Our efforts to integrate Theory U and 3 Horizons are an initial exploration of how to educate our desire. For example, Horizon 2 and Prototypes might be seen as a step towards prefigurative practices.

Repurposing Universities: a first step

Consistently with our other INTREPID efforts towards thinking about the future of inter and transdisciplinary knowledge and the role of our universities, participants in this Training School also generally sought for a much clearer purpose. As one participant put it: ‘today we don’t go to university because we want to, but because it is what you have to do to get on in life’. Some of the key words offered in reply to our three-part questions pointed to a fundamental rethinking of the ethos of teaching, learning and doing research.

There are libraries full of wise words about the essential place of wisdom in society, and about the importance and traditional role of universities as places where such wisdom is dissected, questioned, reconfigured and cultivated. All I want to add here is that, today, the pursuit of critical pedagogy has become the only option if we wish to stir clear of assorted **dystopian futures**, where information **replaces wisdom**, and where humans might become means to undisclosed ends. By **critical pedagogy** I mean the ‘spaces where the achievements and maladies of the wider world can be openly examined’, the counterforce that provides students with time and space outside the algorithms that now populate our increasingly virtual world, the pedagogy that recognizes humans as the combined whole of mind, body and soul, the pedagogy that allows for the active struggle over ‘how human beings should live and what our life means’, and **empowers** -them and us- to envision **sustainable prosperous futures**. Or, put still more simply, universities must be the place and space where we can still question ‘**Whose Utopia**’ and the nature and possibilities of our human condition, and continue to reshape multiple ways towards **Ruth Levitas’s** social and concrete utopias, and prefigurative practices.

U INTREPID People

So we came to the end of the week. The process was everything but polished, and we are sure we need rethink many of the links and steps we took, to make them work better. But no one wanted to leave. Some just hung around for four hours after we said goodbye, until we were all thrown out by security. So, I guess we must have done something right.

My most sincere thanks to the organising team – Marite GUEVARA (Ersilia Foundation, Barcelona), Didac Ferrer (UPC-Barcelona Tech), Isabel Cristina Chaparro (Theory U Expert), Carlo Sessa (ISINNOVA) and Olivia BINA (me) & Marta Varanda (University of Lisbon) – and to all participants



Source: Photo by Olivia Bina

Olivia Bina is Principal Researcher the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa) and Adjunct Assistant Professor at the Department of Geography and Resource Management (Chinese University of Hong Kong). She Chairs the COST Action 'INTREPID'.

“Inclusão”, liminaridade e precariedade científica (I)

Paulo Granjo

 4 de outubro de 2017

1. Inclusão: uma falsa ideia clara

“Inclusão” tornou-se uma palavra-fetiche, onnipresente quer no discurso político vago e bem-intencionado, quer nos cadernos de encargos para o financiamento de pesquisas sociais.

Como qualquer palavra que utilizemos, pretendendo que seja mais do que um som, está associada a noções e ideias, por vezes muito variáveis. Contudo, na sua utilização predominante nos contextos que referi, constitui por um lado uma “falsa ideia clara” (para utilizar uma expressão cara a Mário Murteira) e, por outro, um traçoeiro simplismo.

Quando ouvimos “inclusão”, de imediato pensamos “exclusão”. Com isso, tendemos a aperceber ambas as palavras e ideias como um par opositivo, delimitado de forma evidente e com uma carga positiva ou negativa, consoante o prefixo; mas não é, de todo, esse o caso.

Ao estabelecermos essa oposição (fig. 1), não estamos, antes de mais, a constatar uma evidência empírica. Estamos a **ênfatizar de forma arbitrária** – mas de acordo com critérios valorativos, normalmente dominantes – um conjunto, entre muitos possíveis, de critérios ou características que permitam afirmar a semelhança ou a partilha de posse entre quem é “incluído”, ao mesmo tempo que enfatizamos um outro conjunto de características ou critérios de diferenciação ou desposseção, que permitam contrastar esse grupo com o dos “excluídos”. É só em função dessa arbitrariedade negociada que a fronteira entre “dentro” e “fora” (e entre quem está de um e de outro lado) é afirmada e assume um simulacro de evidência.

Figura 1 - Construção de fronteiras de inclusão/exclusão



Fonte: Elaborado por Paulo Granjo

Isto quer também dizer, face ao hábito de encarar a “inclusão” como positiva e o seu oposto como negativo, que tão pouco o facto de seleccionarmos um espaço de *inclusão* como sendo desejável ou relevante constitui uma evidência. Valorizarmos aquele, em detrimento de muitos outros possíveis, resulta afinal de uma escolha ética e política que deve ela própria ser objeto de análise – uma análise que se requer tão mais exigente e auto-reflexiva, quanto menos consciencializada seja essa escolha.

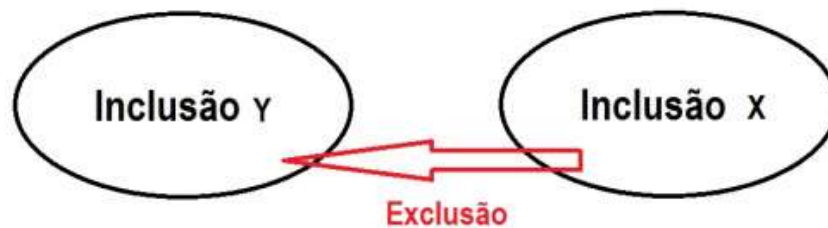
Este requisito de vigilância epistemológica é reforçado por duas outras características da relação entre *inclusão* e *exclusão*, na verdade mais complexa do que a mera oposição entre termos:

Por um lado, qualquer processo de *inclusão* implica e pressupõe uma prévia situação de *exclusão*, mas não chega constatá-lo; falta saber precisamente de quê, em que termos e qual o significado dessa *exclusão* para aqueles que são apontados como excluídos.

Por outro lado (fig. 2), qualquer processo de *inclusão* é simultaneamente um processo de exclusão, pelo menos em termos conjunturais. Como as pessoas ou

grupos não são folhas em branco, vivendo numa abstrata inexistência social, a *inclusão* num grupo, status, identidade, sistema de práticas, de valores ou de formas de sentir implica a sua *exclusão* de formas de *inclusão* anteriores em que se encontrava inserido, fossem elas opostas ou apenas diferentes.

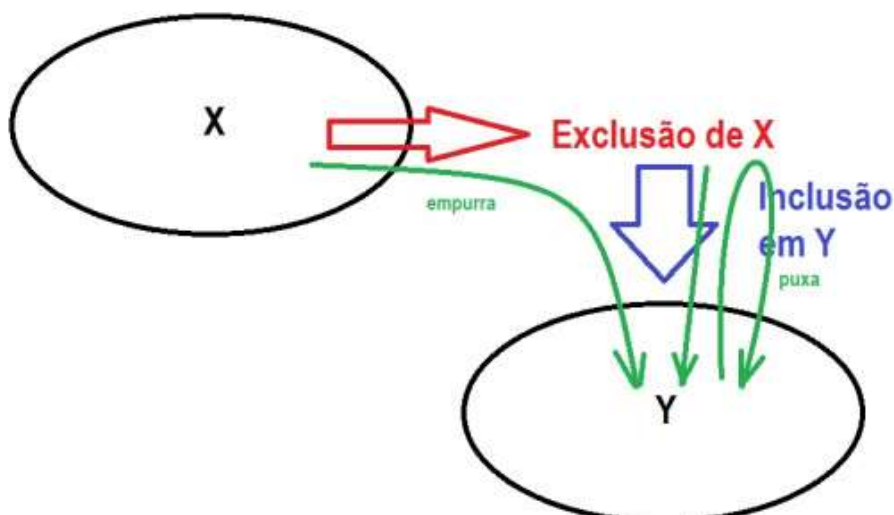
Figura 2 - Incluir em algo é excluir de outra coisa



Fonte: Elaborado por Paulo Granjo

Simetricamente, mas pela mesma razão, um processo de *exclusão* não pode projetar para o vazio. Assim (fig. 3), uma *exclusão* implica novas *inclusões*, em grupos ou sistemas de práticas, de representações e/ou de identidades para os quais os apontados como “excluídos” na perspectiva dominante são empurrados por efeito de *exclusão* que sofreram, para os quais são puxados pelos seus novos pares, ou nos quais se procuram integrar e ser aceites.

Figura 3 - Exclusão implica novas inclusões



Fonte: Elaborado por Paulo Granjo

Sintetizando, mais do que faces opostas de uma moeda, *inclusão* e *exclusão* são processuais e podem ser uma mesma coisa, olhada de perspectivas diferentes. O que, no mínimo, exige que tenhamos consciência da perspectiva que usamos e das razões por que o fazemos e que, desejavelmente, deverá requerer a mobilização e compreensão das várias perspectivas envolvidas.

2. Inclusão e liminaridade

Posto isto, chegou a altura de salientar que temos vindo a equacionar estes aspetos de acordo com uma simplificação, também ela habitual e dominante, mas raramente verificável: o pressuposto de que, perante cada critério que utilizemos, existem incluídos e excluídos, separados por uma única e nítida fronteira.

Pelo contrário, conforme seria de esperar num fenómeno com carácter processual, aquilo com que quase sempre nos deparamos nos mais variados casos empíricos é com a existência de uma ampla “terra de ninguém”, uma área de ambiguidade que, aplicada à lógica de inclusão e exclusão, corresponde ao espaço e situação daqueles que já não são “outros” mas ainda não são “nós”, que deixaram de ser excluídos *tout court*, mas tão pouco foram plenamente incluídos. Utilizando uma linguagem antropológica, quando olhamos os processos de inclusão e de exclusão, somos sistematicamente confrontados com situações e estados de *liminaridade*.

Mas, de novo, liminaridades há muitas. Tal como são muitas e bem diferentes as suas potenciais consequências no desenlace de um processo de *inclusão* e/ou *exclusão*.

Na sua forma mais clássica, aliás coincidente com a cunhagem original do conceito, a liminaridade corresponde a parte de um percurso – transitória, delimitada e colocada fora do tempo normal – que conduz à integração e *inclusão*, num grupo de práticas, de valores, de atitudes ou de estatuto. Poderíamos chamar-lhe uma liminaridade integradora (fig. 4), correspondente a estatutos como o de aprendiz, ou a fenómenos como os *ritos de passagem* estudados por Arnold van Gennep.

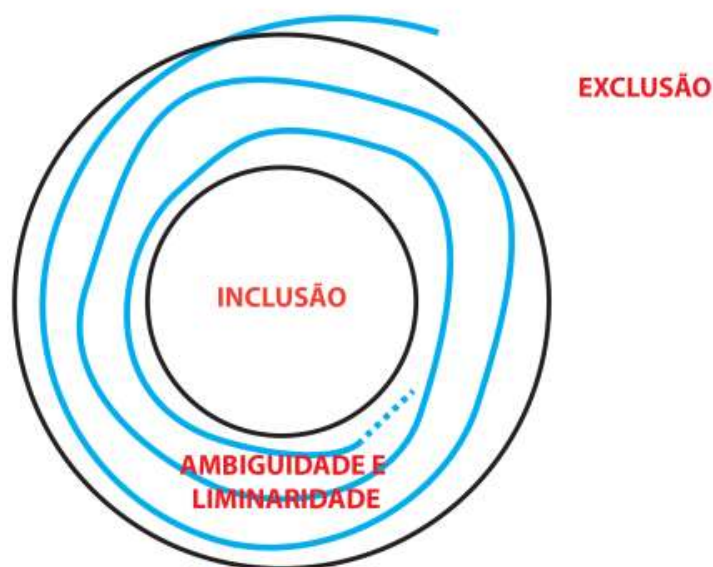
Figura 4 - Liminaridade integradora



Fonte: Paulo Granjo, infografia de Pedro Neto

No entanto, a liminaridade pode também ser, em vez de um percurso transitório que conduza à plena inclusão, um estado intermédio que se eterniza e que, de facto, reproduz e fixa estruturalmente um estatuto ambíguo, do qual só em condições excepcionais uma pequena parte das pessoas envolvidas se poderão libertar (fig. 5). É aquilo a que poderíamos chamar *liminarização estrutural*, da qual poderíamos apontar como exemplos estatutos como os dos goeses, dos cabo-verdianos letrados e dos assimilados, no contexto colonial português.

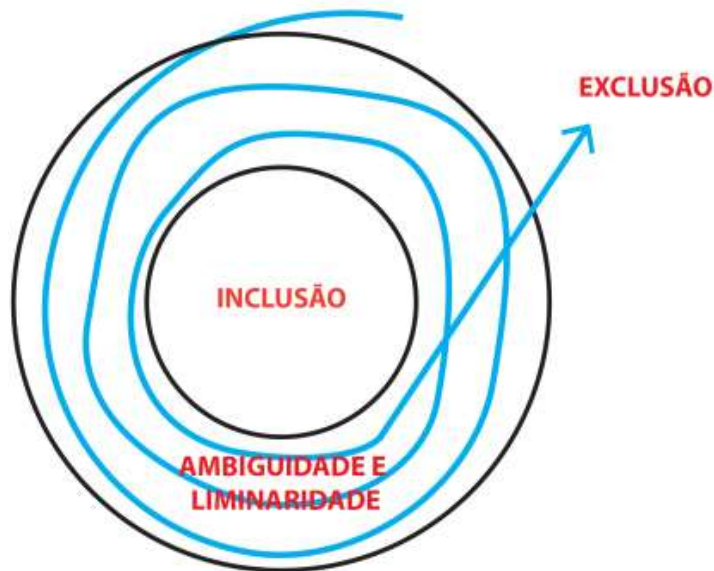
Figura 5 - Liminarização estrutural



Fonte: Paulo Granjo, infografia de Pedro Neto

Por fim, a liminaridade pode não conduzir à *inclusão* mas, após um período mais ou menos longo que a torne confundível com a forma anterior, ter como desenlace a exclusão (fig. 6). É, por exemplo, aquilo que se torna a prazo expectável, em contextos de precariedade laboral predominante.

Figura 6 - Liminaridade exclusora



Fonte: Paulo Granjo, infografia de Pedro Neto

Veremos, na segunda parte deste *post*, em que medida estas reflexões e instrumentos serão úteis para compreender um fenómeno bem atual: a precariedade científica e as movimentações em torno dela.

Paulo Granjo é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

“Inclusão”, liminaridade e precariedade científica (II)

Paulo Granjo

 11 de outubro de 2017

(Continuação do *post* publicado a 4 de Outubro)

Verifiquemos, então, em que medida esta proposta teórica poderá ser útil para compreender um processo de *inclusão* em curso e a negociação social nele envolvida: a regularização da precarização científica estrutural.

3 . Quando o precariado científico “não existia”

Tendo em conta o contraste entre essa situação e a atual, deveremos começar por focar a atenção no tempo recente, há menos de 2 anos, em que o precariado científico «não existia».

Claro que existia precariedade científica, abrangendo aliás 70% d@s investigadores trabalhando no país, sob 6 diferentes situações de vinculação laboral, concretizadas através de bolsas e de contratos a termo certo ou incerto. Contudo, para utilizar uma expressão clássica na análise de classes, constituíam um grupo “em si” (pela sua situação objetiva), mas não um grupo “para si” (segundo a sua perceção subjetiva).

Esse quadro resultava em grande medida de uma *atomização*, quer das condições de trabalho, quer das representações que lhes estavam associadas.

Por um lado, mesmo nos contextos disciplinares em que a pesquisa coletiva constitui a regra, cada investigador(a) apresenta combinações particulares de competência específicas valorizáveis, num meio particularmente competitivo; a sua situação tende a ser encarada como *individualizada e particular*.

Por outro, alcançar este patamar profissional (mesmo numa posição de liminaridade) implica uma continuada aprovação académica e reconhecimento das suas capacidades, normalmente nela mantida através de uma reputação de especialista, citad@ nacional e internacionalmente. Tal facilita um *efeito*

hegemónico (no sentido gramsciano de integração, pelos dominados, da ideologia dos dominantes) de *crença numa meritocraciana* qual, no seu caso pessoal, a sua qualidade ‘acabará’ por ser reconhecida e premiada.

Tal propicia, por fim, que uma situação que é sistémica e estrutural seja encarada como um *percurso pessoal* que, por ser único e individualizado, ‘dependerá’ da própria pessoa conduzir a um desenlace de sucesso ou de fracasso.

A progressiva generalização da precariedade científica (em grande medida suscitada e alavancada pela *disponibilidade de fundos europeus* apenas para vinculações precárias, mas também naturalizada enquanto apetecível fornecimento contínuo de *mão-de-obra gratuita* e quase isenta de responsabilidades para as instituições científicas) fez emergir, por outro lado, um segundo fator que reforça as tendências anteriores: a *hierarquização*.

Contratad@s ou bolseir@s segundo uma diversidade de estatutos e posições que podem ser abaixo ou equivalentes às várias posições na carreira, passam a existir precários que orientam, dirigem e/ou contratam outros precários. Dessa forma, à individualização soma-se um simulacro de progressão profissional. Uma progressão que, não obstante, pode ser revertida quando uma posição precária mais elevada chega ao fim sem que existam alternativas melhores ou equivalentes, fazendo com que quem estivesse numa posição equivalente a Investigador Auxiliar ou Principal possa retroceder, anos passados, para bolseir@ pós-doc.

Podendo tais percursos em “dentes de serra” ser também interpretados, de acordo com o quadro de representações que tenho vindo a traçar, como particularismo que ‘só acontecem aos outros’, o resultado global do conjunto de fatores que enunciei foi a generalização de um *otimismo liminar* ou, se preferirmos, da crença de que a situação de precariedade, para além de *individual*, é *transitória* e inevitavelmente *conducente à inclusão*, assim a própria pessoa esteja à altura das circunstâncias – conforme acredita estar (fig. 7).

Figura 7 - Percepção subjetiva da precariedade



Fonte: Paulo Granjo, infografia de Pedro Neto

Contudo, num quadro de representações com estas características e mediado pela crença meritocrática, a atomização não se limita a embotar a capacidade para descortinar o quadro sistémico e uma condição que é partilhada e estrutural, transcendendo os particularismos individuais. Tem também como consequência a *auto-culpabilização pelo “fracasso”* das tentativas próprias de *inclusão* na carreira, suscitando quer sentimentos de vitimização individual (por vezes justificados...) assacados à instituição e/ou a pessoas nela influentes, quer o evitamento e *vergonha de se assumir* como “precári@”, signo metonímico desse suposto fracasso pessoal.

Articulando-se entre si as crenças e representações de que (i) a precariedade científica é ‘normal’ e um processo conducente à inclusão, (ii) esse processo é um percurso individualizado e competitivo, regulado pelo mérito e (iii) a assunção do estatuto de precariedade é uma indicação de demérito, tornam-se compreensíveis dois fenómenos: que o precariado científico “não existisse” na percepção dos próprios e que, tão pouco, se desenvolvessem coletivamente equacionamentos sistémicos acerca da precariedade estrutural e mecanismos de ação para a reverter.

4. A descoberta da precariedade estrutural

A alteração do contexto político, resultante das eleições legislativas de 2015, introduziu dois fatores que se revelaram fulcrais para reverter a situação anterior.

Um deles foi a passagem a um governo minoritário assente em negociações interpartidárias, aumentando o escrutínio público, o poder do parlamento para corrigir decisões governativas e as condições para que a ação cidadã influencie as políticas públicas.

Outro, foi a combate à precariedade constituir um dos pontos dos acordos (entre PS, BE e PCP) que sustentam o governo e esse facto cedo ter entrado no discurso político.

O primeiro reflexo desse segundo fator na área da ciência foi o anúncio daquilo que viria a ser o Decreto-lei 57/2016, tendo como traço mais visível a transformação de parte das bolsas para doutorados em contratos a termo certo – com isso mantendo precariedade, mas garantindo o acesso aos direitos sociais básicos auferidos pelos restantes trabalhadores.

O seu anúncio teve um impacto relevante sobre as anteriores representações e atitudes, pois evidenciava antes de mais que, afinal, nem é normal viver de “falsas bolsas” que escamoteiam relações de trabalho, nem a *exclusão* dos direitos sociais mais básicos constitui um modelo aceitável e inevitável para o emprego científico. O debate acerca do seu conteúdo igualmente evidenciou a multiplicidade de situações precárias que sustentam o sistema científico e académico nacional, sem que este tenha podido ou querido solucioná-las.

Contudo, à imagem de um dos pontos teórico-analíticos que aponte no primeiro *post* desta série, tornou-se também fulcral compreender o que é que as várias partes envolvidas desejavam e entendiam como “inclusão”.

Um episódio particularmente ilustrativo dessa discrepância de entendimentos ocorreu numa **sessão pública sobre o conteúdo do ainda desconhecido decreto**, realizada no ICS-ULisboa. Perante as questões que lhe eram colocadas, o ministro da tutela (Professor Catedrático de profissão) perguntou admirado:

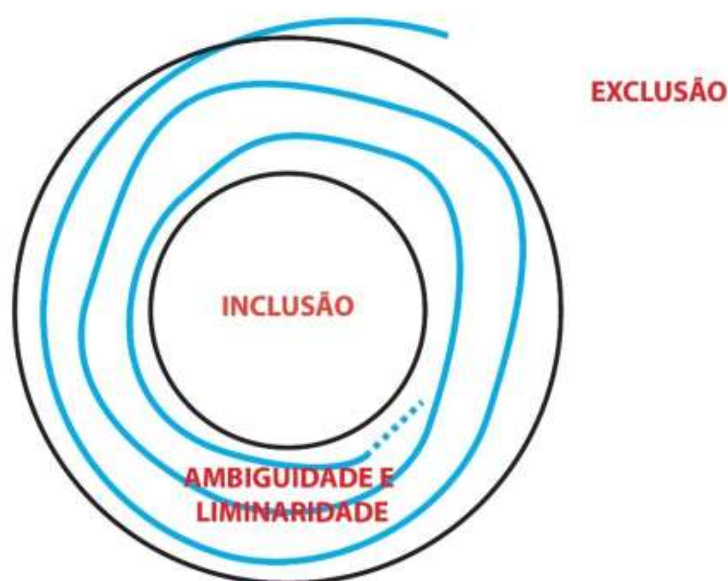
– Mas vocês querem emprego para a vida?!

Ao que se seguiu um silêncio espantado da audiência (parte dela perguntando-se provavelmente se o orador teria articulado a frase ao contrário do sentido que pretendia), até esta responder unanimemente que sim. Não se tratava propriamente de uma questão de ambiguidade, mas de duas visões bem diferentes de *inclusão*, cada uma delas parecendo evidente a quem dela partilhava.

Não obstante, caso o **articulado original do decreto** se limitasse a transformar bolsas em contratos a prazo, o seu autor teria sido glorificado e a mudança aceite com apreço. Mas o seu conteúdo não só confirmava que o objetivo era regular a precariedade e não resolvê-la através da *inclusão*, como instituía um sistema científico dual em que, a par da carreira estável e da *inclusão* nela, era criado um simulacro de carreira paralela precária, que podia estender-se por toda a vida, em sucessões de concursos a cada 6 anos.

Essa intenção formalizava, afinal, uma situação existente *de facto*. Mas, ao pretender institucionalizá-la enquanto sistema estável, tornava evidente para os próprios investigadores precários que a sua situação não correspondia estruturalmente à *liminaridade inclusora* em que se haviam imaginado (fig. 7), mas antes a uma liminarização estrutural e sistémica, que se pretendia eternizar (fig. 8).

Figura 8 - Perceção de precarização estrutural, com DL 57



Fonte: Paulo Granjo, infografia de Pedro Neto

Com esta evidência, a precariedade científica deixou de ser representada como uma *vergonha individual*, para passar a constituir uma *condição partilhada* com os colegas, que a todos é imposta por *escolhas políticas e académicas*. Tal quer dizer que o precariado científico se passa a poder conceber, dentro da sua diversidade e competitividade internas, como um grupo “para si”, com problemas e objetivos comuns que extravasam as estratégias pessoais. Mas quer também dizer que, se de escolhas e de relações de poder se trata e se, por outro lado, se vivem tempos propícios a influenciar as políticas públicas, então pode pragmaticamente valer a pena *incluir-se* em movimentações coletivas.

É verdade que as representações sociais são meras interpretações da realidade; mas são também *produtoras de realidade*, na medida em que enquadram e dão sentido às ações ou inações dos sujeitos, que por sua vez a transformam ou reproduzem. Neste caso, conduziram a um processo de mobilização que, em interação com instituições implantadas nos campos social e político, contribuiu para um processo de apreciação parlamentar do qual resultaram *modificações profundas do diploma*.

Também ações acerca do *Programa de Regularização Extraordinária de Vinculações Precárias na Administração Pública* (PREVPAP), anunciado como *excluindo* carreiras como a da investigação, vieram a *reverter essa orientação governativa*. Tal não impediu a circulação, a partir do topo das universidades, de ‘interpretações’ que *negavam tal inclusão*, nem que a omissão acerca da origem do dinheiro para pagar os contratos fosse alegada, enquanto pretexto para boicotar o *reconhecimento do desempenho de funções de necessidade permanente*, por muito óbvio que ele seja.

Paralelamente, *tomadas de posição* sobre o Decreto-lei 57 baseadas em *dados inverdadeiros*, opções de gestão académica que o procuram *desviar para o financiamento à docência* ou o *arrastar da aplicação* do mesmo pela FCT, alegando falta de regulamentação governamental, constituem indicadores de boicote institucional e governativo à forma de *inclusão* que os investigadores buscam, mesmo quando esta representaria um reforço institucional e a custo zero da mão-de-obra mais qualificada.

O contraste entre essas resistências, por um lado, e o consenso sociopolítico geral acerca das vantagens de reverter a precariedade, por outro, justificam que se

questione se as razões dos obstáculos se prendem com gestão de poder, com o uso de fundos comunitários, com apreço pelo modelo de precarização estrutural, com desprezo, ou com tudo isso. Mas tais resistências apenas parecem passíveis de agudizar os problemas, se não de criar ruturas no sistema, quanto mais não seja pelas perguntas e desagradáveis possibilidades de resposta que suscitam.

Regressando ao foco do tema, podemos então afirmar que, se as políticas científicas passadas, as regras de aplicação dos fundos europeus e as crises pós-*subprime* criaram e agudizaram a *precarização estrutural da ciência*, as tentativas dos poderes políticos e académicos para a institucionalizarem ou dificultarem a sua reversão criaram o *precariado científico*.

Trata-se, para os que nele estão *incluídos*, de um processo de *inclusão* feito sobretudo a contragosto. Um processo que, afinal, vai encontrar motivação na possibilidade de que o próprio grupo *inclusor* seja dissolvido, através de mecanismos que permitam um outro processo de *inclusão*, esse no grupo daqueles que consideram ser os seus pares por direito.

Paulo Granjo é investigador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Oh Voluntariado, para onde tens vindo a caminhar tu?

Fábio Rafael Augusto

 18 de outubro de 2017

A resposta a esta interrogação, que admito ser algo abstrata e com inclinações ligeiramente poéticas, emerge no âmbito do meu projeto de doutoramento em Sociologia – onde me proponho analisar iniciativas de apoio alimentar e as dinâmicas que se estabelecem no seu seio – e pode seguir duas linhas de resposta, orientadas por dois olhares que, infelizmente, nem sempre andam de mãos dadas.

Por um lado, temos um olhar para os números, onde se procura, através de uma visão alicerçada nas estatísticas e assente, em diversos casos, na preocupação de fornecer uma perspetiva longitudinal e comparativa, apontar tendências que nos permitam responder a questões como: quem pratica voluntariado? Quais as motivações? Quantos praticam? Quanto tempo disponibilizam em prol da prática? Em que tipo de ações concretas o voluntariado se expressa? Quais as organizações que promovem a prática? E quantas são?

Por outro lado, temos um olhar que se preocupa em examinar o fenómeno de uma forma intensiva, ou seja, em perceber, de forma aprofundada, as dinâmicas por detrás dos números e que podem, em última análise, ajudar a explicá-los.

O exercício que aqui me proponho concretizar enquadra-se neste segundo olhar e assenta na promoção de um debate que se tem vindo a estabelecer, particularmente, no âmbito da Sociologia, que remete para as modalidades de envolvimento na prática do voluntariado e para a concretização de projetos coletivos numa altura em que os indivíduos estão voltados para si mesmos e para a construção dos seus próprios percursos de vida. No fundo, o debate articula-se em torno da seguinte questão: como pensar em projetos coletivos numa altura em que o projeto do “eu” parece imperar? Assim, será possível compreender não só a forma como o voluntariado se regula no contexto atual, como também as possíveis motivações por detrás da prática em causa.

A inspiração para este debate emerge da obra “Associativismo e Novos Laços Sociais” de Alcides Monteiro (2004), e particularmente da questão: “o que leva os indivíduos a unirem-se?” presente na página 119. Este foi o mote que me conduziu a olhar para o debate que a seguir se apresenta.

É recorrente ouvirmos em conversas de café ou de paragem de autocarro que a sociedade de hoje é caracterizada por indivíduos que estão muito focados em si próprios e nas suas vidas e que, por consequência, não pensam nos outros. Refiro-me um pouco àquela ideia de que podemos passar anos e anos a viver num prédio sem nunca conhecermos verdadeiramente os nossos vizinhos. Esta ideia encontra-se presente, não só, no discurso que podemos estabelecer com um estranho, amigo ou familiar, como também está presente nos media. No jornal expresso, por exemplo, Diogo Agostinho lança a questão: *sociedade egoísta?*

E o que tem a Sociologia a dizer acerca disto? Como explicar estas preocupações? Serão descabidas ou fazem sentido?

Pois bem, como em tantos outros casos, partir para generalizações é sempre um grande risco, mas o facto é que existe um longo debate sobre a caracterização da sociedade atual e das dinâmicas que podemos encontrar no seu seio.

Diversos teóricos acreditam que nos encontramos numa segunda fase da modernidade, caracterizada pelos processos de *reflexividade e de individualização*. Nesta fase, os indivíduos, não só convivem com os *riscos* que advêm da industrialização (primeira fase da modernidade) como também se libertaram de laços comunais e “ganharam” a capacidade de construir as suas próprias narrativas biográficas, o que se deveu, em parte, ao facto de instituições como a família e a igreja terem deixado de servir de referências que orientavam as decisões e os percursos de vida, tornando-se categorias *zombie*. De acordo com esta perspetiva, os indivíduos passam a ser responsáveis pelas decisões que tomam ao longo da vida.

Desta forma, as preocupações anteriormente expressas não serão totalmente descabidas, mas ficam por responder algumas questões: como explicar o voluntariado – uma prática voltada para os outros – numa altura em que os indivíduos estão focados em si e nos seus percursos de vida?

“The Unique Man On His Own”



Fonte: “Individualism” de Gwydion M. Williams sob a licença CC BY, via Flickr Creative Commons

A este respeito, Monteiro (2004, pg. 133) explica que os indivíduos estabelecem relações de acordo com os seus “interesses, identificações e necessidades”. Assim, o envolvimento em ações coletivas passa a ser uma escolha livre e pensada em função dos processos de individualização e de reflexividade. A participação em projetos coletivos deixa, portanto, de ser um destino orientado, por exemplo, pelas instituições supramencionadas, para passar a integrar um processo de decisão focado nos interesses individuais.

Como resultado destas transformações, teóricos como Monteiro (2008) apontam para a existência de um novo perfil de voluntários, caracterizado pela valorização do projeto do “eu”, onde o indivíduo é motivado por ações com que se identifique e que lhe permitam cumprir os seus objetivos pessoais. Desta forma, estamos perante um perfil que se distancia de um tipo de voluntário (do passado) que era movido por valores coletivos e perante o qual a prática do voluntariado aparecia, de certa forma, como um projeto que lhe era “imposto”, onde a fidelidade e a lealdade a uma associação algo inflexível (pelas regras impostas e modelo organizacional) constituíam palavras de ordem.

Porém, pensar que o caminho que o voluntariado tem vindo a percorrer se pauta pela existência de um corte claro entre o passado e o presente pode representar apenas parte da resposta. Para teóricos como Hustinx & Lammertyn (2000; 2004); Read (2010); Kristiansen, Skille & Hanstad (2014) e Sanghera (2016), as atuais práticas de voluntariado podem englobar características do

passado com características do presente, não existindo, assim, uma separação clara entre os voluntários de “ontem” e os de “hoje”.

Em suma, a prática de voluntariado sofreu um conjunto significativo de transformações que conduziram à necessidade de identificar diferenças face ao passado. Porém, mais do que olhar para o caminho percorrido como sendo de rutura e de mudança de paradigma, fará sentido adotar uma perspetiva que, não desvalorizando as claras transformações que a prática tem vindo a sofrer, as enquadre numa perspetiva de continuidade.

Contudo, e ainda que encontre na literatura algum apoio para esta opção, deixo a questão em aberto para si (o leitor): para onde tem vindo a caminhar o voluntariado?

Fábio Rafael Augusto é bolseiro de investigação do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), no âmbito do projeto “**Families and Food in Hard Times**”, e doutorando do Programa Doutoral em Sociologia – OpenSoc. Colabora como investigador no projeto “**TRANSE-AC: Social and Environmental Transition – Alternatives and Commons**”.

Ciência cidadã de iniciativa comunitária

Ana Delicado

📅 6 de dezembro de 2017

No dia 25 de novembro decorreu na Biblioteca Municipal de Oeiras um colóquio sobre as cheias de 1967. Até aqui nada de novo, a efeméride dos 50 anos desta catástrofe foi celebrada em várias localidades afetadas e também através de **documentários televisivos** e reportagens alongadas na **imprensa**. O que distingue o colóquio **Rios de Lama** é ser o culminar de um processo de ciência cidadã verdadeiramente inovador.

Em 2014, as Bibliotecas Municipais de Oeiras lançaram o projeto Histórias de Vida, com o objetivo de recolher e registar histórias de pessoas da comunidade nascidas antes de 1955 e cruzá-las com a história local. O grupo, moderado por Ana Santos, bibliotecária, reunia-se regularmente na biblioteca de Algés, num processo que acompanhou o percurso de vida de cada um e permitiu a partilha de memórias e experiências. No final do ano seguinte a autarquia contratou uma **empresa de média** para dar apoio aos trabalhos do grupo, proporcionando-lhes formação em *digital storytelling* e criando uma **plataforma** onde os registos vídeo e áudio das histórias de vida foram disponibilizados.



Fonte: Fotografia de arquivo, autor não identificado, incluída no vídeo “As cheias de 1967”, realizado no âmbito do projeto Histórias de Vida

Um dos eventos que recorrentemente surgiu nas histórias de vida recolhidas é o das inundações de 1967, que causaram no concelho de Oeiras avultados prejuízos e pelo menos 33 mortos (os contabilizados oficialmente). Alguns membros do grupo decidiram então aprofundar a pesquisa sobre este acontecimento marcante da sua comunidade.

Curiosamente, a que é considerada a **catástrofe natural mais grave** do país desde o terramoto de 1755 mereceu muito pouca atenção por parte do mundo académico. Parágrafos isolados em grandes coletâneas da História de Portugal (por exemplo, no volume 18º da obra de Joaquim Veríssimo Serrão, 2010), destaques em estudos sobre o **movimento estudantil** do final dos anos 1960 ou análises da cobertura noticiosa do evento na **televisão** e na **imprensa** estão entre as poucas exceções. O âmbito do projeto **Disaster: Desastres naturais de origem hidrogeomorfológica em Portugal**, realizado por uma equipa do IGOT/ULisboa, com o objetivo de construir uma base de dados SIG para apoio à decisão no ordenamento do território e planeamento de emergência, fez-se o mapeamento das cheias e deslizamentos de terra em todo o país e a contabilização das respetivas vítimas, desde meados do século XIX, com base em notícias de jornais. No entender do seu coordenador, as inundações de 1967 destacam-se largamente:

“1967 é um outlier brutal (...) o número que aparece porque está nos jornais está curto (...) durante três dias não houve censura, isso a gente lê os jornais e percebe, e depois a partir de três dias nunca mais morreu ninguém (...) o número oficial (...) eram trezentos e qualquer coisa, de facto nos jornais conseguimos apanhar 522, foram mais garantidamente, exatamente quantos não sabemos mas foram mais.”

(entrevista realizada no âmbito do projeto *CUIDAR* a José Luís Zêzere, IGOT/ULisboa, 2017)

Estas análises breves são unânimes em assinalar a relevância social e política desta catástrofe, que pôs a nu as consequências do desordenamento das periferias de Lisboa em resultado do êxodo rural, as condições de vida miseráveis de franjas da população suburbana, as insuficiências do Estado Novo na resposta a emergências, a ação da censura que impediu a divulgação do número total de vítimas, a emergência da consciencialização política dos estudantes e a entreaajuda nas comunidades afetadas. E, no entanto, este fenómeno não mereceu ainda uma investigação histórica ou sociológica aprofundada.

Foi perante esta carência que alguns membros do Grupo Histórias de Vida se mobilizaram para pesquisar o evento em diversas vertentes. A história local muito deve ao contributo de historiadores amadores, que se dedicam a temas que muitas vezes os historiadores académicos consideram menores. Mas este projeto distingue-se pela forma sistemática e contextualizada como o tema foi tratado, pela ênfase dada ao testemunho oral (ainda hoje relativamente pouco valorizado pela historiografia académica) e pela colaboração, ainda que ténue, com o meio universitário. Paulo Gameiro, docente do ensino secundário, explorou o aspeto geográfico das inundações, com base na informação meteorológica disponível. Ana Paula Torres, professora de história aposentada, analisou os impactos das inundações, em particular no concelho de Oeiras, bem como os fatores que terão agravado a catástrofe a ação desenvolvida pelas instituições oficiais e não governamentais, com base em análise documental e nos relatos recolhidos, o que deu origem ao livro «As “Gotas de Ar Frio” que Inundaram a Grande Lisboa — Memória das Cheias de 1967 — O Concelho de Oeiras» (que inclui uma lista das vítimas). Helena Abreu, orientadora escolar reformada, investigou a explosão do paiol do Carrascal em Linda-a-Velha, recolhendo relatórios militares e camarários, notícias de imprensa e testemunhos da época e contando com o auxílio do coronel de engenharia José Santos Coelho para a interpretação dos detalhes técnicos (um trabalho que viria a servir de base a uma reportagem no *Público*).

Colóquio “Rios de Lama”, 25/11/2017



Fonte: Fotografia da Câmara Municipal de Oeiras

Este trabalho teve o apoio, mais moral que efetivo, de investigadoras do GI ATS, eu própria e Dulce Freire. Uma reunião em março de 2017 e algumas trocas de emails e materiais permitiram discutir eventuais fontes de informação a pesquisar e formas de analisar a informação recolhida, bem como formular a proposta de realizar um colóquio em torno do tema. O colóquio acabou por incluir intervenções dos membros do Grupo Histórias de Vida, das investigadoras do ICS-ULisboa, de Maria Manuela Mota, antiga Conservadora do Museu Calouste Gulbenkian, e de Diana Andringa, jornalista e ex-dirigente académica.

Este é, pois, um projeto de ciência cidadã que partiu de cidadãos e não de académicos, o que o torna uma raridade num panorama que é totalmente dominado por projetos propostos por cientistas em que os cidadãos são convidados a participar, na maior parte dos casos apenas na fase de recolha de dados. A 26 de outubro de 2017 realizou-se o **Encontro Nacional de Ciência Cidadã**, por iniciativa da Secretaria de Estado da Ciência e Tecnologia, e entre as dezenas de projetos apresentados nenhum tinha estas características. Do mapeamento colaborativo com pescadores dos mares do Algarve à identificação de espécies invasoras, da classificação de galáxias à participação cidadã no desenho de **estratégias locais de adaptação às alterações climáticas**, são múltiplas as iniciativas de aproximação dos cidadãos à ciência através da inclusão no processo de investigação científica. No entanto, são projetos em torno de questões formuladas por cientistas e respondidas através de metodologias desenhadas por cientistas. Há ainda um longo caminho a percorrer para equalizar os termos da equação: incluir os cidadãos na escolha dos temas a investigar, na conceção das metodologias, na interpretação e publicação dos resultados. Essa sim será uma verdadeira ciência com e para a sociedade.

Nota: Agradeço a Helena Abreu o apoio na revisão deste texto.

Ana Delicado é investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Searching for utopia in dystopian times

Andy Inch

📅 26 de julho de 2017

“Utopia is the process of making a better world, the name for one path history can take, a dynamic, tumultuous, agonizing process, with no end. Struggle forever.”

Kim Stanley Robinson, *Pacific Edge*

“No place like utopia”



Source: *“No place like utopia”* by Kaythaney is licensed under CC BY, via Flickr Creative Commons

It can be hard to know what to say when non-academic friends and family ask what you do as a full-time researcher. They often shake their heads, laugh and ask (only half-jokingly) when you're going to get a real job. When faced with this reaction, I've discovered it's best not to admit to spending long hours reading about utopia. But at the risk of confirming people's prejudices about life in the ivory tower that is one of the things I've been doing over recent months.

Since Thomas More coined the term in 1516, *Utopia* has been an important reference point in the cultural life of Western societies. Here in Lisbon the 500th anniversary of the publication of More's book was marked by a *series* of debates and performances at the Maria Matos Theatre while one of the first exhibitions at the newly opened MAAT was entitled '*utopia/ dystopia*'.

Back in 1516 a good number of contemporary readers are reputed to have taken Utopia for a serious account of an actually existing society. Expeditions are said to have set off in search of the artificial island created by King Utopus where people pissed in pots of gold.

At a certain point, linked to new understandings of history and progress, the search for utopia moved from an unmapped geographical location to become a possible future place, a destination that could actually be reached in time. This shift from a spatial to a temporal horizon also brought utopia to life in other ways, moving from the book-shelves of a literary genre to become an active part of both political theory and practice.

In all three of its traditional manifestations, as fiction, political theory and in experimental forms of communal living, utopianism has been concerned with the possibility of imagining, and realizing alternative worlds. As a result, utopianism has been closely associated with various political movements, most notably perhaps socialism, that have sought to transform society in response to the cruelty, wastefulness, or irrationality of the prevailing order of things.

However, the utopian tradition has always been complex and contested. Various scholars argue that More gave name to a much longer-standing or even essential human need for what Lyman Tower Sargent calls "social dreaming", stretching back to Plato's Republic and even beyond. However, the word that More chose also embedded a deep ambivalence into utopia, the Greek roots of which can be read as either *ou-topia*, meaning no-place, or *eu-topia*, meaning good place.

Of course, in everyday commonsense usage to be accused of being utopian means you are guilty of a hopelessly impractical idealism (not dissimilar to being considered academic). It was this sense that Engels famously invoked to dismiss the utopian socialism of Fourier, Saint-Simon and Owen, chiding their attempts to realize socialism in the here and now for misunderstanding the scientific laws of capitalism and therefore as a distraction from the class struggle.

Others, including famously **Karl Popper**, have launched more fundamental criticisms of the idea of utopia itself, taking vehemently *anti*-utopian positions by arguing that the pursuit of social ideals is inherently totalitarian, underpinned by authoritarianism and synonymous with forms of social engineering inimical to democracy and freedom. For leading anti-utopians in the second half of the twentieth century, liberal, conservative and post-modernist alike, utopian ambitions lay behind some of the worst excesses of state-sponsored violence and attempts to realize ideal societies led inexorably towards the concentration camps and gas chambers.

Such concerns are important and cannot be lightly dismissed. Many literary utopias have tended towards depictions of static social orders, reflecting the bad habits and fears of their own time more than any universal idea of a good place. However, without visions of how the world might be different we risk becoming hostage to a status quo that, despite its ideological protestations to the contrary, was itself once a utopia that people fought and died for. As William Morris put it in *A Dream of John Ball*:

“...men fight and lose the battle, and the thing that they fought for comes about in spite of their defeat, and when it comes turns out not to be what they meant, and other men have to fight for what they meant under another name.”

For this reason, as Frederic Jameson has argued it seems important to at least hold to a robust anti-anti-utopianism, insisting on the value of imagining and arguing over how the world might be transformed.

From the beginning utopia has also been shadowed by its own, dark ‘other’. After all, one person’s eutopia is the next person’s dystopia (not necessarily anti-utopian, dystopias are depictions of bad-places, often utopias gone wrong). Since the middle of the twentieth century, cultural production has tended decisively

towards the dystopian rather than the utopian. In a significant essay on *Utopia and Science Fiction* in 1978, Raymond Williams suggested that the utopian impulse and imagination had begun to shift again, retreating from the building of systematic alternative futures to instead act as a more limited heuristic, offering vision or hope against the grain of dominant social forces.

Rather than offering programmatic visions of a transformed world, heuristic utopianism focuses attention on the “*education of desire*”, a phrase first used by the French philosopher Manuel Abensour that points to a realm of social practices (literary, political or lived) where we might explore and learn about the possibility of alternative worlds.

Contemporary interest in Ernst Bloch’s work has arguably extended the scope of heuristic utopianism further, suggesting that we develop a utopian hermeneutics to interpret the traces of desire for different ways of living that reside in many social objects and practices. However, absent Bloch’s messianic marxist faith in the progressive unfolding of hope, determining which of these traces might contribute to concrete transformation and which are mere ideological abstractions becomes more difficult.

Locating utopian possibilities in the everyday rather than in a distant time or place enables a more open-ended and pluralist idea of how various forms of social dreaming might emerge from within a capitalist realism that seems to foreclose the possibility of more radical transformation. However, as Jameson, Ruth Levitas and others have argued, it may also suggest an underlying pessimism about our capacity to willfully transform the world.

So what to make of this search for utopia? (Or isn’t it time I got a proper job?)

Despite persistent fears of its exhaustion, the utopian impulse has proven resilient, shifting its location, form and content as hopes for the radical reconstruction of society have changed over time. The relations between the utopian tradition and the political possibilities for any such transformation are complex and resist any easy understanding. However, there is a marked sense in which the dystopian tenor of contemporary cultural production forms part of a wider conjunctural impasse. Contemporary societies seem to be haunted by images of the catastrophic futures our technologically enhanced presents are

constructing. And yet, at the same time recent decades have been marked by a dearth of compelling alternatives.

The story of utopia (dystopia and anti-utopia) reflects this impasse, but might it also offer ways of thinking beyond it? I'm still trying to work that out but as Oscar Wilde famously said in *The Soul of Man Under Socialism*:

“A map of the world that does not include Utopia is not worth even glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing. And when Humanity lands there, it looks out, and, seeing a better country, sets sail. Progress is the realisation of Utopias.”

Andy Inch is a post-doctoral researcher at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (*ICS-ULisboa*).

Thinking about the future

Andy Inch

 12 de setembro de 2018

This piece was first produced for a seminar held at ICS in July, 2017. A fully referenced version was published as part of a ‘position paper’ on the website of the INTREPID Cost-Action [here](#).

“At this rate, we’ll never get to the future.”
(*Chuck Palahniuk, Invisible Monsters, pg. 40*)

Recent years have seen a resurgence of interest in getting to the future.

The existential threat posed by ecological crises and the logical impossibility of indefinite growth on a finite planet has, for example, generated a profound sense of urgency. As [Bruno Latour](#) has argued, time is running out to take action. However, its normal flow also seems to have been reversed. Innumerable threats now seem to stream back towards the present from a damaged future that we are responsible for creating yet seem incapable of avoiding.

In economic terms meanwhile, the long-drawn out unfolding of the Global Financial Crisis of 2007-8 has produced an eschatological mood amongst some critical theorists who wonder aloud whether capitalism’s time might finally be up but also question whether anything can take the place of the inequality, austerity and precarity that have become normalized as promises of growth-fuelled prosperity have unraveled. Others, however, offer much more optimistic accounts of the bold new futures that are now emerging as ‘disruptive’ socio-technical innovations promise to accelerate the transformation of our cities, our lives and even what it means to be human (see for example Nick Srnicek and Alex Williams’ book [Inventing the Future](#)).

Such contrasting diagnoses of our present moment and its emerging futures illustrate the challenges of understanding and generating knowledge to shape what is yet-to-come. They are a reminder that the future is inherently elusive and unknowable, neither empty and open nor fixed and given. Its very intangibility means that all attempts to think futures are speculative and normative, imbued

with the affective atmospheres within which they are generated (whether hopeful or fearful; pessimistic or optimistic), but also potentially performative and capable of shaping how we act.

Perhaps for these reasons, mainstream social science has long had a problem with the future. Empirical research has been geared towards understanding the world as it has been and is, but there can be no observable facts about the future. Recent scholarship in sociology, anthropology and psychology has called for a centering of attention on the wide variety of practices through which all individuals and societies construct futures as ‘social’ or ‘cultural’ facts, enabling them to be understood and acted upon in the present by, for example, building hope and aspiration or taming fear and uncertainty. Others have sought to return to utopian traditions as a means of critically understanding our present moment, the futures we want, and the pathways by which we might get there. Such calls arguably share a common set of concerns. First, that the futures societies are currently producing are intensifying inequalities, injustices and unsustainability. And, secondly, that collective capacities to control the socio-technical and economic forces at work or to shape alternative possibilities seem worryingly limited.

Future factory: to let may sell



Source: Photo by Andy Inch

The production of urban futures is often understood in similar terms. Represented as the preserve of powerful economic actors who operate beyond the

political control of cities and states; shadowy forces that circulate hegemonic visions of ‘smart’, ‘creative’ or ‘eco-futures’ which function, above all else, to reproduce dependence on impossible promises of endless growth. Meanwhile, path dependencies literally built into urban infrastructures are understood to have locked-in patterns of unsustainable development that pose huge challenges for any attempt to re-shape complex urban systems.

Faced with such powerful intellectual pessimism, it can be hard to retain an optimism of the will. The idea of a normatively committed scientific practice directed towards changing the world has, perhaps, been more widely accepted within critical urban studies than in some other areas of social science, and may offer some, limited grounds for hope (e.g. David Harvey’s ‘Spaces of Hope’). Urban planning too is often defined by a commitment to linking knowledge and action, necessarily entailing a ‘future orientation’ that has profound consequences for the forms of future-shaping knowledge we might generate and value.

However, despite growing interest in ‘visioning’, ‘scenarios’ and associated tools and practices, active consideration of what the future orientation of planning entails remains underdeveloped. Whilst warning of the complexity of processes of future-shaping, John Urry presented six possible methods to generate knowledge that might assist in the task and which also suggest the potential value of bridging the physical sciences, the social sciences and the humanities: first, learning from past visions of the future; second, studying failed futures; third, developing dystopic thought; fourth, constructing utopias; fifth, extrapolation of current trends; and finally, building scenarios of possible futures. Even combining such methods, it is not possible to *know* the future. But it might be possible to build better understanding of what is probable, possible and preferable.

And, crucially, what we can do about it.

Andy Inch rejoined the Department of Urban Studies and Planning at the University of Sheffield (USP) as a Senior Lecturer in May 2018 having spent the previous two years as a research fellow at the Institute of Social Sciences of the University of Lisbon (ICS-ULisboa),

MÉTODOS E PRÁTICAS DE INVESTIGAÇÃO



© Jussara Rowland

Introdução

O último conjunto de *posts* deste blogue tem a especificidade de se centrar no processo de investigação - métodos, experiências de trabalho de campo, questionamentos éticos e comunicação de ciência - relacionando, em vários casos, tópicos e resultados de investigação com reflexões sobre o processo e contexto dessa pesquisa.

Numa academia que **cada vez mais valoriza (e contabiliza) os produtos finais em detrimento do processo de pesquisa**, os blogues oferecem uma oportunidade para contrariar essa tendência, facilitando a partilha de reflexões sobre as diferentes etapas desse percurso, numa temporalidade diferente da imposta pelas regras de publicação académica mais tradicional. A escrita de *posts* sobre estes temas torna mais visível e acessível o processo de fazer pesquisa em ciências sociais, aquilo que Melissa Nolas define como a “caixa negra” das metodologias - ver o primeiro *post* deste capítulo de Jussara Rowland (**março de 2018**) - mas permite também a partilha de conhecimentos e informação junto de outros públicos, nomeadamente estudantes de pós-graduação, numa espécie de “**economia do dom**” académica, baseada numa lógica de apoio interpares.

Um primeiro grupo de *posts* tem exatamente esse objetivo, a divulgação de métodos e técnicas de investigação, oferecendo conselhos técnicos ou indicando exemplos de ferramentas digitais. É o caso dos três *posts* de Luís Junqueira, onde o autor aborda temáticas relacionadas com a análise de redes sociais (**novembro de 2017**), análise de conteúdos de discursos *online* (**novembro de 2018**) e ferramentas e técnicas de visualização de dados (**janeiro de 2016**), e o *post* de Jussara Rowland (**setembro de 2017**), onde é exemplificada a utilização de vários métodos criativos em projetos de investigação.

O segundo grupo de *posts*, que inclui os textos de Fábio Rafael Augusto (**outubro de 2018**), Edson Cortez (**julho de 2017**), Sónia Alves (**fevereiro de 2016**) e Susana Boletas (**julho de 2018**), tem como foco central reflexões sobre questões éticas e

de acesso à informação durante o trabalho de campo. Os quatro *posts* abordam temas relacionados com as dificuldades de acesso à informação, as estratégias de negociação e adaptação desenvolvidas para lidar com essa questão e os questionamentos éticos que essas situações suscitaram junto dos investigadores, nomeadamente em termos de devolução de conhecimento às populações estudadas.

Os *posts* de Carla Gomes (**julho de 2016**) e de Susana Boletas (**maio de 2016**), por sua vez, são textos narrativo, mais próximos do formato de notas de campo, e apresentam uma reflexão sobre o trabalho desenvolvido no terreno a partir da partilha de experiências em dois contextos diferenciados: o bairro da Cova da Moura e uma aldeia em Moçambique.

Por fim, o último *post*, do fotógrafo Duarte Belo (**junho de 2016**), centra-se no seu trabalho de mapeamento fotográfico do território do concelho de Viseu. É relevante notar que, tal como vários outros autores de textos deste capítulo, Duarte Belo reflete também sobre o que diferencia o processo que leva à construção da fotografia e o resultado desse trabalho. Mais uma vez a atenção desloca-se para o que está antes, o trabalho de produção de conhecimento (e arte), cuja partilha serve não apenas para aceder a informações sobre a sua construção, mas sobretudo para explicitar aquela que é a relação entre autor/investigador, métodos de recolha e análise, e objeto de atenção.

Jussara Rowland

Jussara Rowland é socióloga. Tem trabalhado ao longo dos últimos anos em vários projetos de investigação no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**) relacionados com crianças, jovens, metodologias participativas e comunicação de ciência.

Lista de posts

Blogues de projetos de investigação. Para quê? E para quem?	596
<i>Jussara Rowland</i>	
Recursos de ciências sociais na web: Redes Sociais	602
<i>Luís Junqueira</i>	
Métodos quantitativos para uma análise exploratória de discursos sobre energia	607
<i>Luís Junqueira</i>	
Visualização de dados nas ciências sociais	611
<i>Luís Junqueira</i>	
O uso de métodos criativos nas ciências sociais	615
<i>Jussara Rowland</i>	
O acesso ao terreno: dilemas, desafios, estratégias e compromissos	622
<i>Fábio Rafael Augusto</i>	
Fazer pesquisa num contexto de partido dominante: o caso de Moçambique	626
<i>Edson Cortez</i>	
Investigação comparada internacional de políticas públicas: e quando não há informação?	633
<i>Sónia Alves</i>	
“Agora tens de escrever um <i>paper</i> sobre isto”: produção e devolução ética de conhecimento científico	637
<i>Susana Boletas</i>	
Na terra dos emolimoli	640
<i>Carla Gomes</i>	
“Não é maravilhoso ver as pessoas a viver como querem?!”	645
<i>Susana Boletas</i>	
Mapear, refletir o território	648
<i>Duarte Belo</i>	

Blogues de projetos de investigação. Para quê? E para quem?

Jussara Rowland

 21 de março de 2018

De entre todos os tipos de blogues académicos que tenho acompanhado nos últimos anos, os que mais me têm frustrado e fascinado são os blogues de projetos de investigação. De forma geral, são poucos os projetos que têm blogues verdadeiramente dinâmicos. Na maioria dos casos constrói-se um *website* com, eventualmente, uma página tipo blogue na qual serão publicadas algumas notícias direcionadas para o público em geral, que irá ser atualizada ao longo do projeto sempre que seja atingida alguma *milestone* ou que o projeto precise de publicitar um evento.

Mas será que se pode esperar de um projeto mais do que isso? No contexto acelerado da academia atual, até que ponto faz sentido investir na criação de um blogue no âmbito de um projeto? E se a resposta for afirmativa, para quê? Para quem? E, sobretudo, como?

Não penso que as respostas a estas perguntas sejam simples. Nos últimos anos as expectativas em relação a projetos de investigação têm-se ampliado, sendo agora exigido não só altos níveis de produção, mas também engajamento com públicos diversificados e provas de impacto social a vários níveis. Como resultado, coordenadores e equipas de projeto encontram-se muitas vezes sob pressão para gerir esses múltiplos objetivos. Tendo em conta que alimentar um blogue é uma tarefa que exige algum empenho e regularidade, fará mesmo sentido criar uma plataforma que irá obrigar a um esforço adicional por parte da equipa de projeto?

Num *posts* no seu excelente *blogue* sobre produção e comunicação académica, Pat Thomson tentou responder a esta questão a partir do exemplo de dois blogues de projetos académicos onde participou, e que considera terem sido particularmente bem sucedidos.

O primeiro, o *Performing Impact Project*, um projeto sobre como as companhias de teatro podem adquirir maior percepção sobre o impacto junto dos seus públicos, os investigadores utilizaram o blogue para explorar algumas ideias a

discutir com os parceiros do projeto. Para tal, publicaram de forma regular uma série de *posts* temáticos baseados na revisão de literatura especializada, como *este*, sobre memória da comunidade, ou *este*, sobre autenticidade e verdade. Estes pequenos textos foram lidos pelos parceiros ao longo do tempo, e posteriormente discutidos, em conjunto, nos *workshops* finais do projeto.

No segundo projeto, o *TALE*, sobre professores e estudantes de artes performativas e visuais, a equipa de investigação visitou, ao longo de 3 anos, cerca de 30 escolas. Durante esse tempo foi partilhando pequenos textos sobre cada visita, refletindo acerca das *conversas* tidas com professores e alunos e das *atividades* desenvolvidas na instituição. Estes textos tiveram como principal audiência, não só os financiadores do projeto, como as próprias escolas envolvidas no projeto.

Um outro blogue que tem desenvolvido atividades muito diversificadas é o do *Connectors*, um projeto financiado pelo *European Research Council*, e coordenado por Sevasti-Melissa Nolas, sobre *a relação entre as crianças e a vida pública* e a forma como a orientação para a ação social emerge durante a infância. Este blogue funciona não apenas como uma plataforma onde partilhar o desenvolvimento da pesquisa, mas também como espaço onde engajar o leitor no processo de reflexão da equipa. Nesse sentido foram idealizadas uma série de iniciativas, denominadas de *publics creating methodologies*, que incluem diferentes formas de envolvimento de públicos *on* e *off-line*, nomeadamente atividades de *crowdsourcing*. Entre estas destacam-se em particular as “*earliest political memory*”, as “*desire lines*” e as “*photos/stories from the field*”.

Earliest Political Memory

A série de posts “A memória política mais antiga” refere-se às memórias de infância sobre eventos políticos, situações do dia a dia e conversas sobre assuntos sociais e políticos. A solicitação da memória mais antiga, que se insere no que a coordenadora do projeto define como *anedoctal theory*, revelou-se para o projeto, desde cedo, como uma forma extremamente rica de pensar a relação entre a infância e a vida pública. Para além das histórias recolhidas durante o trabalho de campo, a equipa criou um *espaço no blogue* onde os leitores podem partilhar a sua memória mais antiga, contribuindo assim para alargar e diversificar a coleção.

EARLIEST POLITICAL MEMORY OF THE DAY #79

17th January 2018 - by robynlong2208 - in earliest political memories -

Staying up really, really late
with my mum and my
(German) Nan, watching
the fall of the Berlin Wall.
They were both crying. I
didn't understand it all, but I
knew it was really important, to us.

Staying up really, really late with my mum and my (German) Nan, watching the fall of the Berlin Wall. They were both crying. I didn't understand it all, but I knew it was really important, to us.

Fonte: *Connectors Study*

Photo/Stories from the Field

As foto-histórias são pequenos *posts*, com uma fotografia e 500 palavras no máximo, sobre experiências do trabalho de campo e suas metodologias. Inspirados pelo livro de John Van Maanen, *Tales of the Field*, o objetivo destes *posts* é refletir sobre o trabalho desenvolvido no terreno a partir da partilha de experiências e de momentos de interação com as crianças e os seus pais.

PHOTO/STORIES FROM THE FIELD: A DOG'S STATUE (AND THE STORY BEHIND IT)

30th August 2017 · by Varvantakis · in fieldwork, reflexivity ·



We loved listening to our interlocutors stories in the Connectors Study, and we have had a fair share of them during the ethnographic fieldwork in the three cities. We were particularly interested with perceptions and relations to the public sphere and publics – which often occurred through story-telling. The following extract is an example of such a convergence of story-telling and publics, taking place in public space.

Fonte: Connectors Study

O blogue do **Connectors** é um caso relevante pela sua ambição de tornar mais visível e acessível para o público o processo de fazer pesquisa em ciências sociais, aquilo que a coordenadora define como a “caixa negra” das metodologias. É também um blogue onde tópicos abordados são muitas vezes extensões de, ou são extensíveis a, outras atividades desenvolvidas pelo projeto, complementando-se mutuamente. De facto, segundo Sevasti-Melissa Nolas, o objectivo atual da equipa é transformar progressivamente o blogue num arquivo dos vários artefatos produzidos ao longo do projeto, tornando-se num “livro-vivo” de todo o processo.

Os três blogues aqui referenciados apresentam algumas diferenças, no sentido em que o projeto **TALE** e o **Performing Impact Project** são blogues, desde o início, com uma estratégia clara, e com uma audiência muito específica, ou seja, os seus conteúdos são orientados para os parceiros do projeto e público relacionado. No caso do **Connectors**, por sua vez, um projeto mais longo e exploratório, o desenvolvimento dos conteúdos do blogue foi sendo progressivo, surgindo em resposta às várias fases do trabalho de campo do projeto. Para além disso, dirige-se a um público mais indefinido, sendo que atualmente a sua audiência é composta sobretudo por académicos e investigadores.

Estes três blogues distinguem-se de outros, no entanto, pelo facto de procurarem um engajamento direto e ativo com diferentes públicos. A comunicação é feita não apenas no sentido de dar a conhecer os resultados do projeto, mas também para partilhar com as suas audiências o progresso da investigação, envolvendo-as ativamente, *on* e *offline*, no processo. A partilha de informação faz-se à medida que decorre o trabalho de campo, dando visibilidade a questionamentos teóricos, momentos de interação, indagações metodológicas, entre outros. Isso é geralmente feito através da publicação de *posts* regulares, relativamente curtos e temáticos. Para além disso estes blogues funcionam como plataforma agregadora de conteúdo, tornando-se, ao longo do tempo, num arquivo vivo sobre o projeto. Estes conteúdos irão continuar a atrair *clicks* e visitas, constituindo um recurso importante para os investigadores e um elemento de impacto a longo termo.

Uma das características dos blogues académicos, entre os quais os de projeto, é que podem ser extremamente diversificados, assumindo diferentes funções e formatos, não existindo, por isso, uma forma certa ou errada de o fazer (**Carrigan**,

2016). No caso dos blogues aqui apresentados, as investigadoras responsáveis tinham já prática prévia de escrita de blogues académicos, de carácter pessoal ou institucional, tendo utilizado essa experiência para pensar em diferentes estratégias de engajamento. No entanto, é preciso ter em conta que, como nota Pat Thomson neste *outro post*, o sucesso de um blogue de projeto não é garantido, colocando-se também diferentes questões em relação às informações e aos conteúdos que podem ser partilhados durante o decorrer da investigação.

A criação de um blogue e a definição dos seus formatos terão sempre de ter em conta as especificidades do projeto e das suas audiências. Ainda assim é interessante pensar nos blogues de projeto não apenas como plataformas de disseminação, mas ainda como ferramentas para engajar públicos, dar visibilidade a parceiros, aprofundar a relação entre diferentes tipos de conteúdos e informações, explorar ideias e clarificar argumentos. Nesse sentido, um blogue não deve ser considerado como um esforço adicional para os investigadores envolvidos, mas sim como uma ferramenta de desenvolvimento do projeto, em que os seus conteúdos servem para comunicar os resultados obtidos, mas também para informar o próprio processo de pesquisa.

Jussara Rowland é investigadora no *projeto CUIDAR* no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e editora do Blogue Ambiente, Território e Sociedade.

Recursos de ciências sociais na web: Redes Sociais

Luís Junqueira

 27 de janeiro de 2016

Ao longo dos últimos anos, aplicações como o *facebook* ou *linkedin* contribuíram para popularizar o conceito de rede social. No entanto, no contexto das ciências sociais a ideia de rede social tem um significado mais abrangente. As redes sociais são um método de representar e organizar dados que pode ser utilizado para estudar uma grande diversidade de fenómenos sociais. Este texto tem o objetivo de servir como uma *muito breve* introdução ao uso de métodos baseados em redes nas ciências sociais e de apresentação de alguns recursos online para recolher e trabalhar em redes sociais.

O uso de redes como suporte de dados não é obviamente apropriado a todas as situações em ciências sociais. Mas nas situações em que é possível e desejável obter informação sobre as ligações entre os atores sociais envolvidos, o uso de redes apresenta alguns benefícios:

- Simplifica a visualização de dados complexos. A disponibilidade de ferramentas que permitem manipular a representação de redes através de ajustamentos da posição, cor ou forma dos vértices e arestas facilitam a visibilidade dos elementos considerados relevantes, mesmo em redes densas ou de grande dimensão.
- Permite que se alterne facilmente entre várias escalas. É possível passar de uma análise dos aspetos estruturais da totalidade da rede para uma análise de partes da mesma (em última instância até aos elementos individuais) mantendo uma ligação entre várias escalas.
- Para todos os efeitos, uma rede é uma estrutura de dados. Os vértices e as ligações podem conter variáveis semelhantes às usadas habitualmente em trabalhos quantitativos em ciências sociais (género, idade, escolaridade, etc.) e que podem ser integradas na análise.
- Graças à popularidade das plataformas associadas ao que é frequentemente denominado *Web 2.0*, assentes em práticas de maior

interação e de participação dos utilizadores na produção de conteúdos, estão disponíveis novas fontes de dados que podem ser facilmente estruturados como redes. Análises baseadas em dados do *twitter*, *facebook*, *wikipedia*, etc. tornaram-se populares em algumas áreas das ciências sociais.

Uma rede é essencialmente constituída por:

- Um conjunto de objetos, denominados nós ou vértices;
- Um conjunto de objetos, chamados ligações ou arestas, que ligam pares de nós/vértices entre si.

Os *websites* de redes sociais, como o *facebook*, são bastante ilustrativos da forma usual de organizar dados sociais como redes. Os vértices são usados para representar atores sociais que podem ser não apenas indivíduos, mas também organizações, associações ou empresas. As arestas são então usadas para representar ligações sociais entre estes atores. As ligações podem assumir diversos significados, desde relações formais a contactos de natureza informal. A tabela seguinte apresenta alguns exemplos de sentidos que podem ser atribuídos às arestas de uma rede social.

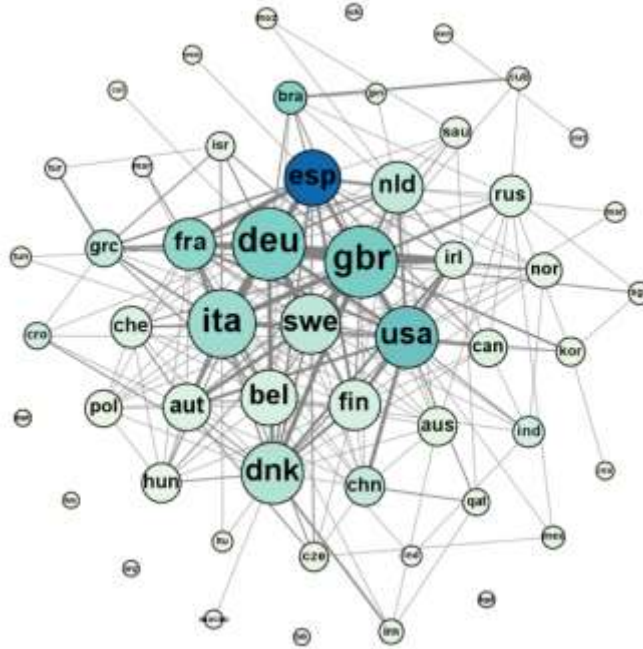
Tabela 1 – Uma tipologia de ligações em redes sociais.

Similaridades	Relações sociais	Interações	Fluxos
Proximidade geográfica	Parentesco	Colaboração	Informação
Pertença à mesma organização	Conhecimento	Entreajuda	Valores
Frequência do mesmo evento	Profissional	Oposição	Pessoas
Partilha de um atributo	Amizade	Concorrência	Recursos

Traduzido com modificações de Borgatti, S. et al. 2009. Network Analysis in the Social Sciences. Science, 323, 892-896

Figura 1 – Exemplo de rede social

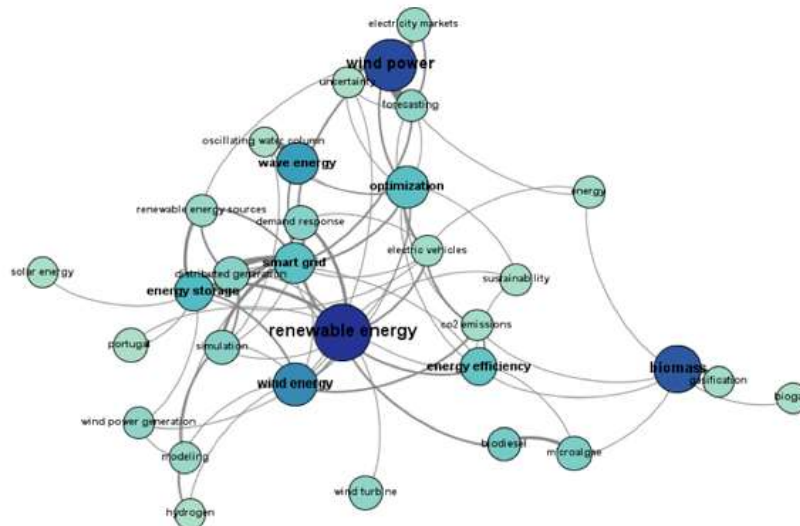
Os vértices representam o país de origem de investigadores que colaboram com investigadores portugueses na área das energias renováveis. As arestas representam a frequência da participação conjunta de investigadores desses países nas colaborações com investigadores portugueses.



Fonte: Thomson Reuters Web of Science, acedido em 24/05/2015

Figura 2 – Exemplo de uma rede de palavras

Neste caso foram usadas as palavras-chave associadas a artigos científicos. As arestas representam a frequência de coocorrência das palavras-chave num mesmo artigo.



Fonte: Thomson Reuters Web of Science, acedido em 24/05/2015

É também possível usar redes com o objetivo de mapear elementos de discurso tomando como base um corpo de textos sobre um determinado assunto, como,

por exemplo, legislação, discursos políticos, artigos de imprensa escrita ou *posts* de blogues. Nestes casos, as palavras/conceitos mais frequentes são utilizadas como vértices de uma rede e a sua coocorrência – a ocorrência mútua de duas palavras num mesmo texto – é sinalizada através de uma aresta. As figuras criadas permitem visualizar facilmente os termos que surgem frequentemente associados num corpo de texto de grande dimensão.

Para concluir, deixo uma breve descrição de alguns recursos que permitem trabalhar redes sociais. As ferramentas apresentadas em seguida são gratuitas e acessíveis a qualquer utilizador habitual de software de produtividade, especialmente se familiarizado com folhas de cálculo ou bases de dados. O mesmo se aplica às fontes de dados na tabela seguinte. Infelizmente, dada a relativa facilidade de acesso aos dados dos sites de media social, estes acabam por compor grande parte da oferta dos repositórios, o que condiciona um pouco a diversidade de dados disponíveis.

Ferramentas	
Gephi	É uma das aplicações mais populares para representar e analisar redes. O formato de ficheiro do Gephi (.gexf) é frequentemente utilizado para partilhar dados. É bastante intuitivo de usar, disponibiliza muitas opções para a visualização de redes e permite calcular as principais métricas.
NodeXL	Tem a vantagem de ser uma extensão do Microsoft Excel e beneficia da familiaridade do interface. Inclui funções de cálculo das métricas mais populares e de representação das redes. Disponibiliza também algumas funções de importação de redes sociais online.
Tabletonetwork	Pequena aplicação do MediaLab da Science Po que permite produzir um ficheiro de rede (formato .gefx) a partir de um ficheiro de tabela (formato .csv separado por ‘,’). Este ficheiro pode depois ser trabalhado em Gephi ou NodeXL.

Bases de dados	
SNAP Repositório de redes da Universidade de Stanford	Disponibiliza conjuntos de dados de vários sites de redes sociais e outras redes baseadas em informação recolhida da internet.
Repositório de redes da Universidade do Arizona	Disponibiliza conjuntos de dados de vários sites de redes sociais.
Network Repository	Repositório interativo de dados de redes criado por investigadores ligados à Universidade Purdue, E.U.A.. Os conjuntos de dados podem ser descarregados ou visualizados diretamente no site.
Network Data Repository	Repositório de dados de rede da University of California Irvine. Disponibiliza bases de dados de rede de várias origens
Using Twitter as a data source	Texto de Wasim Ahmed no blogue da London School of Economics and Political Science. Contém informação sobre alguns recursos que permitem extrair dados de sites de redes sociais.
Issuecrawler	Produz uma rede de <i>websites</i> ligados por <i>hyperlinks</i> a partir de uma 'semente' constituída por um ou mais endereços de sites fornecidos pelo utilizador.

Luís Junqueira é aluno do Programa Doutoral em Sociologia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS ULisboa).

Métodos quantitativos para uma análise exploratória de discursos sobre energia

Luís Junqueira

 7 de novembro de 2018

A participação nas redes sociais como o Facebook, Twitter e Instagram vem a ganhar uma importância cada vez maior na nossa interação com o mundo: veja-se, por exemplo, o papel do Twitter nas eleições americanas de 2016 ou do Facebook na mobilização para a manifestação “Que se lixe a troika” em 2013. Estas plataformas são cada vez mais espaços onde se estabelecem relações, se expressam representações sociais e se desenvolvem controvérsias. A exploração destas na sua componente relacional foi já referida num *post* anterior, mas ficou por fazer uma discussão sobre as possibilidades de análise do seu conteúdo. A massificação da internet trouxe também o acesso alargado a bases de documentação digitalizada, das quais as mais proeminentes são as bases de artigos de imprensa, mas que abrangem também debates parlamentares, documentos de políticas públicas, bases de livros ou de artigos científicos, entre outros.

Os estudos destas comunidades online e bases de documentos digitalizados pode beneficiar do uso de abordagens extensivas ao conteúdo, possibilitadas pelo crescente acesso a aplicações para a sua extração e análise. Atualmente existem múltiplas técnicas que permitem explorar este tipo de dados: métodos de reconhecimento de entidades, que identificam as entidades (pessoas, organizações, lugares) nomeadas num texto; métodos de análise de orientação, que classificam conteúdos como tendo sentido positivo ou negativo; ou métodos de classificação de texto, que agrupam textos com base na sua semelhança em termos de estrutura ou vocabulário.

Estes métodos têm potencial como ferramentas para as ciências sociais, mas a sua implementação requer algum conhecimento técnico ou aplicações específicas. No entanto, o uso de outros métodos extensivos mais acessíveis, como, por exemplo, a contagem de palavras, associados a visualizações

interessantes podem ser ferramentas úteis para um olhar exploratório a corpus textuais de maior dimensão.

Existem ferramentas que permitem analisar e visualizar corpos textuais disponíveis online. Uma das mais populares é o **Ngram Finder** da Google, que permite fazer pesquisas de termos na extensa base de dados de livros da Google e traçar a evolução do seu uso ao longo de um período de tempo. Fica um exemplo da evolução das referências a duas formas de energia, em que se nota, a partir dos anos 80, uma diminuição das menções à energia nuclear e um aumento das referências às energias renováveis, refletindo mudanças no contexto social e político.

Frequência dos termos *renewable energy* e *nuclear power* na base de livros da Google



Fonte:

Google Books Ngram Viewer

Outra ferramenta interessante é o **Texttexture** (e a sua versão mais recente **Infranodus**), que permite criar uma visualização de rede interativa das relações de proximidade entre os termos mais frequentes de um texto.

Este tipo de visualização pode ser usado como ferramenta exploratória de um texto ou corpus textual, dando uma visão global de como algumas palavras-chave são usadas no texto. Permite ainda ver o contexto em que essas palavras surgem no texto, o que torna esta ferramenta interessante como ponto de partida para uma abordagem qualitativa ao texto, em que os excertos a analisar são selecionados com base na rede de palavras. A rede pode ainda ser extraída em formato compatível com software para aplicação de métodos de análise de redes ou para mais liberdade na construção da visualização (ver **post** anterior).

Este *posts* tinha por objetivo despertar alguma curiosidade para métodos de análise quantitativa de texto que penso poderem ser interessantes na exploração de corpus textuais muito extensos e dificilmente analisáveis da forma tradicional. Estes têm valor em si mesmos, mas penso que a sua dimensão mais interessante é o potencial de suporte aos métodos de análise qualitativa. Podem dar um contributo para a análise, por exemplo, como forma de exploração inicial, identificando os termos que definem o texto e os excertos relevantes para análise posterior, ou como forma de contextualizar o uso na totalidade do texto de termos identificados como relevantes numa análise qualitativa.

Luís Junqueira é aluno de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa), e o seu tema de dissertação incide sobre a “Investigação em energias renováveis. Redes, práticas e instituições”, sob a orientação de Ana Delicado, investigadora no Observa.

Visualização de dados nas ciências sociais

Luís Junqueira

 15 de novembro de 2017

A visualização de dados é um tema que tem vindo a despertar o meu interesse ao longo da minha (ainda breve) carreira. A necessidade de representar as complexas teias de relações entre indivíduos, instituições, lugares, objetos, textos, etc. que compõem as dinâmicas sociais que estudamos fica frequentemente limitada pela nossa capacidade de as representar de forma clara e eficiente através de palavras e números.

As técnicas de visualização de dados foram um elemento importante ao longo da história da prática científica, não apenas como ilustração/representação de dados, mas como parte integrante do processo da sua interpretação. Ao trabalhar com dados quantitativos, as representações numéricas implicam frequentemente uma perda de informação ou uma visualização pouco intuitiva. A visualização através de gráficos, mapas e diagramas permite criar sínteses de grandes quantidades de informação com imenso valor para guiar, interpretar e validar o trabalho de análise estatística dos dados.

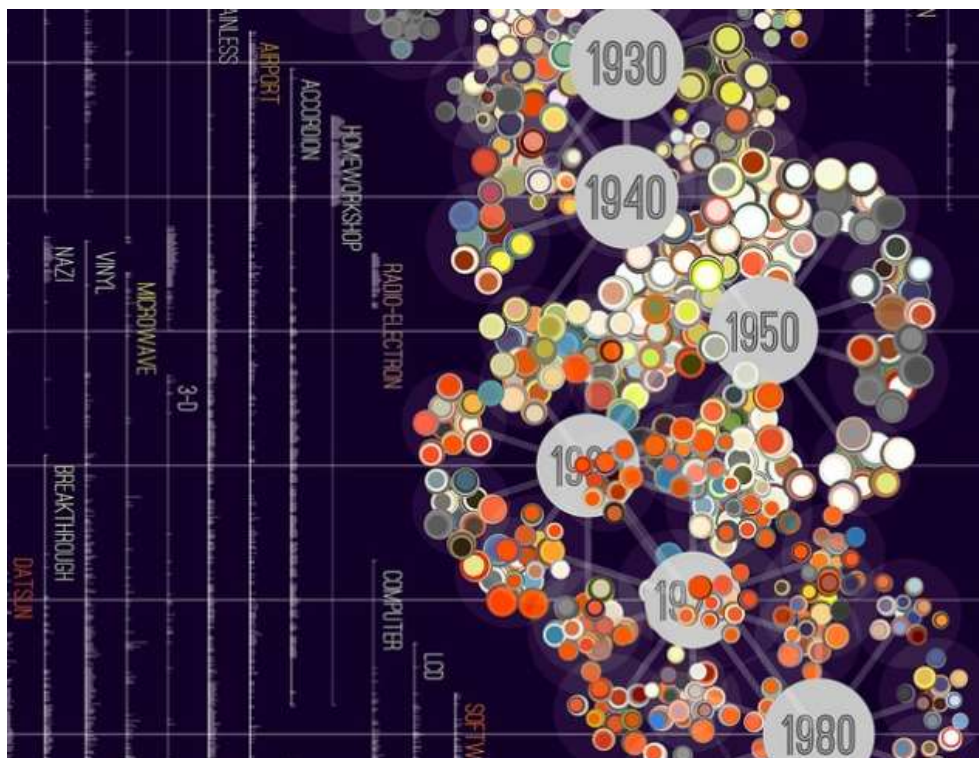
No entanto, durante grande parte do século XX a representação gráfica de dados não teve a atenção merecida por parte das ciências sociais. Após a segunda metade do século XIX, que [Michael Friendly](#) chama a Era Dourada dos gráficos estatísticos – deixo alguns exemplos interessantes de [infografias do século XIX](#), segue-se um período marcado pela emergência das técnicas modernas de análise de dados baseadas em amostragens e testes de hipóteses estatísticas. A introdução destas técnicas transformou as práticas científicas assentes na análise de dados quantitativos, cuja interpretação passa a ser em grande medida mediada por conjunto limitado de parâmetros estatísticos, em particular a significância, descurando a visualização dos dados como parte desta interpretação.

Atualmente, estamos num contexto de ressurgência da visualização nas ciências sociais motivada em grande medida por mudanças tecnológicas. Alguns tipos de dados quantitativos, especialmente aqueles que resultam de técnicas de recolha

de informação consideradas de maior qualidade como os inquéritos por questionário presencial, são bastante dispendiosos de produzir, mas a massificação da computação abriu novas possibilidades de disseminação desses inquéritos online ou por email e de acesso a software intuitivo para o tratamento e visualização de dados.

Acresce que vivemos um quotidiano cada vez mais marcado por uma presença digital, que pode ela própria ser objeto de investigação. As redes sociais, os blogues, as plataformas de partilha de conteúdos, tudo isto começa a ser encarado como potencial objeto de investigação – por exemplo, a **última conferência** em que estive presente tinha um painel dedicado a investigação sobre representação da ciência e ambiente em vídeos online. Trabalhar estes dados pode implicar grandes volumes de informação cuja análise não beneficia muito dos tradicionais métodos estatísticos. São necessários métodos menos focados na comparação de variáveis e que permitam mapear, interpretar e comunicar as dinâmicas, as relações e os espaços sociais que organizam as interações nestas plataformas digitais.

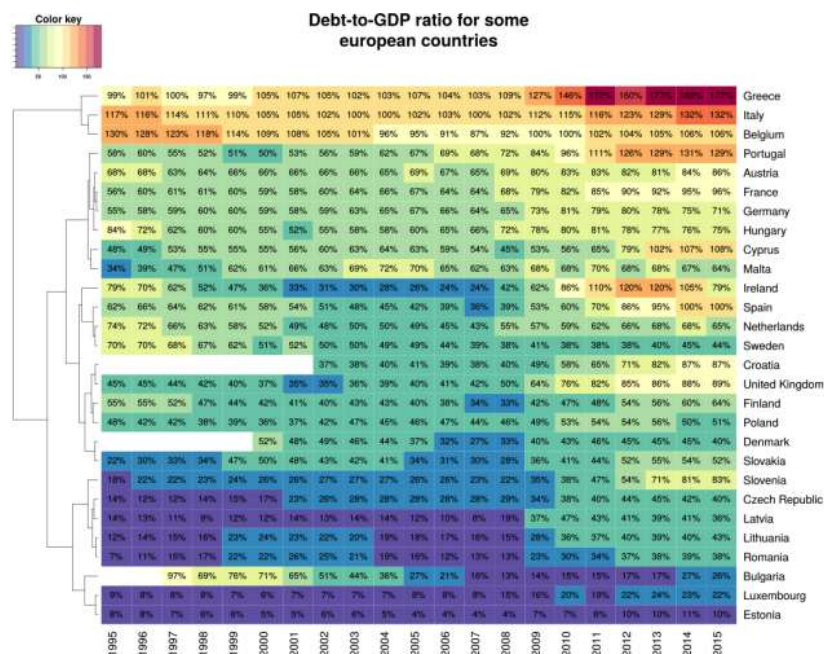
Visualização do arquivo da Popular Science Magazine



Fonte: "Popular Science – Process" de Jer Thorp sob a licença CC BY, via Flickr Creative Commons

Também mudaram as relações entre a ciência e a sociedade. Hoje espera-se que os investigadores não comuniquem apenas entre si, mas que contactem também com um público mais alargado – é uma das razões pela qual este blogue existe. Esta comunicação tem muito a beneficiar com a introdução de novas técnicas de visualização, que, mantendo o rigor científico, sejam apelativas e intuitivas para um leitor não especialista. Neste ponto, talvez as ciências sociais tenham algo a aprender com a comunicação social. O uso de infografias, em muitos casos interativas, tornou-se frequente nas edições digitais dos principais periódicos de informação – ver, por exemplo, os acervos de infografias do [The Guardian](#) ou do [Público](#).

Heatmap para Rácio Dívida / PIB em alguns países europeus.



Fonte: “Gdp to debt ratio” de [Sigbert, CCO](#), via [Wikimedia Commons](#)

A visualização de dados tem hoje um corpo de conhecimento desenvolvido noutras disciplinas do qual as ciências sociais têm tirado pouco proveito. Existe conhecimento tecnicamente fundamentado sobre boas práticas para visualização de dados – sobre como melhor usar cor, forma e dimensão para comunicar visualmente –, e *software* especializado para produzir os mais diversos tipos de gráficos, mas no que toca à visualização os currículos dos cursos de ciências sociais parecem manter-se focados nas representações clássicas de estatística descritiva – com a exceção da geografia, que mantém uma afinidade à representação espacial de dados. Isto talvez se deva à perceção errada de que a

adoção de novos métodos de visualização requer certas competências técnicas que só estão ao alcance de quem trabalha diretamente na área das tecnologias de informação e comunicação TIC. Mas, por exemplo, algumas técnicas simples, como *heatmapping*, podem contribuir para melhorar a leitura de uma tabela, e algumas técnicas de visualização, como o mapeamento de redes ou de dados textuais, têm vindo a tornar-se mais acessíveis devido à oferta de software específico.

Apesar do potencial dos métodos de visualização de dados na interpretação e comunicação de dados em ciências sociais é importante lembrar que as visualizações não são representações neutras dos dados. Tal como as representações numéricas e textuais, as visualizações são uma construção do autor com o objetivo de suportar um argumento que implicam escolhas sobre que informação é incluída e de que forma esta é apresentada – para os interessados o já clássico *Como mentir com estatística* de Darrel Huff é uma introdução acessível aos riscos do uso de dados estatísticos. Quando a representação é visualmente mais complexa, aumenta também este potencial de introduzir distorções, sejam estas intencionais ou não. Para que sejam uma mais valia para a interpretação e comunicação dos dados das ciências sociais é importante que as visualizações sejam acompanhadas de descrições claras sobre o seu processo de produção – que dados foram ocultados, que escalas são utilizadas na representação através da distância, dimensão, cor ou forma dos seus elementos – que permitam uma leitura informada por parte do público.

Por fim, deixo as ligações para alguns artigos, repositórios de imagens e aplicações que disponibilizam exemplos interessantes de visualização de dados:

- [O uso de métodos criativos nas ciências sociais](#)
- [Recursos de ciências sociais na web: Redes Sociais](#)
- [Healy & Moody. Data Visualization in Sociology](#)
- [SciencesPo Média Lab](#)
- [Flowing Data](#)
- [Visual Complexity](#)
- [Google Public Data](#)
- [Gapminder](#)

Luís Junqueira é aluno de doutoramento do [Programa Doutoral em Sociologia – OpenSoc](#) no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS ULisboa).

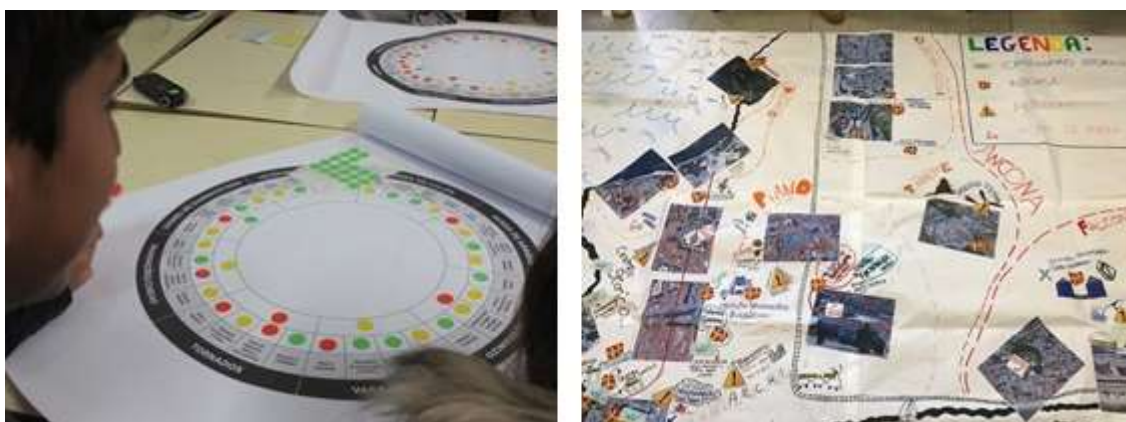
O uso de métodos criativos nas ciências sociais

Jussara Rowland

 27 de setembro de 2017

Entre os dias 6 e 8 de julho tive a oportunidade de participar na **CASICS – Creative Methods for Research and Community Engagement Summer School**, em Keele, no Reino Unido. O meu interesse por esta escola deve-se ao trabalho que tenho vindo a desenvolver enquanto membro da **equipa do ICS-Ulisboa** no projeto **CUIDAR** – Culturas de Resiliência à Catástrofe entre Crianças e Jovens. Um projeto europeu de investigação-ação participativa, no qual são utilizados um conjunto alargado de métodos criativos e participativos para promover, co-criar e comunicar as perspetivas, necessidades e capacidades das crianças junto de *stakeholders* dos setores da emergência e proteção civil.

Exemplo de métodos criativos usados no projeto CUIDAR: roda das catástrofes (Loures, Portugal) e mapa participativo (Ancona, Itália)



Fonte: Projeto **CUIDAR**

Nos últimos anos tem-se assistido a um interesse crescente pelo uso de métodos criativos nas ciências sociais. Estes incluem métodos visuais (e audiovisuais), artísticos, performativos, sensoriais, narrativos, mas também novos métodos digitais. Apesar da utilização de métodos criativos não ser um fenómeno recente, o interesse atual pelo tema deve-se, por um lado, à crescente difusão na sociedade contemporânea de uma cultura visual e multimédia que tem obrigado ao desenvolvimento de novos métodos de pesquisa orientados para este tipo de conteúdos. E, por outro, à “viragem participativa” das ciências sociais,

atualmente mais direcionadas para uma investigação colaborativa e coproduzida, na qual é valorizado o envolvimento ativo dos participantes na criação e produção de dados.

Para além da sua mais-valia para as abordagens eminentemente participativas, os métodos visuais e criativos, como nos explica Dawn Mannay [nesta entrevista](#), “são particularmente úteis para abordagens qualitativas interessadas no significado subjetivo dos participantes. Para aqueles que trabalham com uma abordagem interpretativa, sócio-construtivista, os dados visuais podem ser úteis para entender os mundos quotidianos dos participantes, as suas perspectivas únicas”. De facto, a criação de materiais por parte dos participantes possibilita uma menor intrusão por parte dos investigadores, permitindo que surjam, por exemplo, novos tópicos de análise na pesquisa.

O interesse por este tema levou à publicação, nos últimos anos, de múltiplos livros sobre o assunto a nível internacional – Kara (2015), Yamada-Rice e Stirling (2015), Mannay (2016), Leavy (2017), Mitchell et al. (2017), etc. – mas também, embora de forma mais dispersa, em Portugal. Ver, entre os mais recentes, sobre métodos visuais: Campos (2011), Martins (2013), Almeida et al. (2017); sobre antropologia e arte Campos e Zoetl (2012) e Almeida (2013); e sobre metodologias participativas e diferentes métodos criativos Meirinho (2012), Brites et al. (2015), Chaves (2017), Felgueiras et al. (2017).

CASICS – Creative Methods for Research and Community Engagement Summer School

A escola de Verão CASICS foi organizada pelo [Centro de Animação Comunitária e Inovação Social da Universidade de Keele](#) e facilitado por Helen Kara, autora do livro *Creative Research Methods in the Social Sciences: A Practical Guide*. Durante os três dias de workshops pudemos ouvir e falar de múltiplos métodos criativos. Pudemos também perceber a forma como estes métodos têm sido utilizados em vários projetos de investigação, mas sobretudo pudemos pô-los em prática, de forma a entendermos as suas dinâmicas e explorarmos as suas potencialidades.

Os participantes no exercício de Open Space Technology no New Vic Theatre



Fonte: Helen Kara

Entre os temas e métodos apresentados durante os três dias destaco alguns. **Mihaela Kelemen**, diretora do CASIC, falou-nos sobre as atividades de animação cultural do CASICS. A **animação cultural** é uma metodologia influenciada pelo **pragmatismo americano**, que pretende ser uma técnica criativa de coprodução de conhecimento sobre problemas, dilemas e grandes questões sociais. Trata-se de uma forma de engajamento artístico, baseada em técnicas de dramaturgia, que anima e torna visível as dinâmicas subjacentes de uma comunidade, podendo por isso ser usada como método de investigação social.

Com o apoio de **Sue Moffat** fizemos dois exercícios: o exercício dos botões e o *cinquain poem experiment*. O primeiro exercício consiste no mapeamento das relações de uma comunidade com base na separação, categorização e ordenação de um conjunto de botões de todas as cores e feitios (descrição pormenorizada nas **p.15-19 CASIC WP nº1**). O segundo é uma experiência de poesia criativa em que os participantes são convidados a escrever e dramatizar um **poema monostrófico de cinco versos** para responder a uma pergunta específica (**pg.12-15 CASIC WP nº1**). Estes exercícios podem ter muitas variantes e têm vindo a ser

utilizados em vários projetos, sendo que um dos mais recentes foi um estudo sobre **bancos alimentares e utilização de tecnologias digitais**.

Mapeamento com botões e dramatização do cinquain poem experiment no exercício de animação cultural



Fonte: *Helen Kara*

Véronique Jochum, investigadora no National Council for Voluntary Organisations (NCVO), falou-nos do uso de mapas colaborativos no projeto **Pathways through participation**. Este projeto teve como objetivo investigar como e porquê as pessoas se envolvem e se mantêm envolvidas em diferentes formas de participação e o que molda esses percursos ao longo do tempo. O projeto usou um conjunto diversificado de métodos qualitativos (nomeadamente histórias de vida), mas utilizou como método inicial no trabalho de campo o mapeamento participativo. O mapeamento foi feito por pequenos grupos de residentes a quem foi pedido que desenhasssem a sua localidade e indicassem (e discutissem) os espaços onde a participação ocorre.

Para os investigadores o uso deste método no início do projeto permitiu-lhes recolher informações importantes sobre as diferentes localidades (nos mapas e nas discussões), que foram depois utilizadas em fases sucessivas do trabalho de campo. Foi também uma atividade útil para se começarem a estabelecer relações

com os residentes e incentivar a sua participação durante todo o projeto. O projeto publicou o relatório *Using Participatory Mapping to Explore Participation in Three Communities* sobre o uso específico deste método. Durante a Escola de Verão a investigadora desafiou os participantes a desenharem mapas colaborativos dos espaços de participação de algumas das suas universidades.

Criação de um mapa colaborativo sobre os espaços de participação na Universidade de Keele



Fonte: Helen Kara

Na sessão sobre o uso de tecnologia na investigação, destaco em particular a atividade de *Soundwalk* dinamizada por *Rajmil Fischman*, do departamento de música da universidade. O objetivo desta atividade era refletir sobre o nosso ambiente sonoro. Como tal, foi-nos pedido que, em grupos, passeássemos pelos *campos da Universidade de Keele*, fizéssemos um registo da caminhada com um microfone profissional, e que prestássemos atenção ao som que nos rodeava, no sentido de identificar a essência sónica dos espaços percorridos. Quando nos reencontrámos, os grupos partilharam as suas reflexões, ouviram as gravações e discutiram de que forma o registo sonoro afetou, ou alterou, as suas anteriores percepções. Este exercício serviu para nos fazer refletir sobre como o som pode ser usado e incorporado na investigação e nas diferenças existentes

entre a forma como ouvimos os sons, como nos lembramos deles e de como estes são registrados. Apesar de ser um exercício simples, acabou por ser uma das sessões mais estimulantes, uma vez que incentivou os participantes a pensar na dimensão sonora dos seus projetos de investigação e em formas de incorporar métodos criativos relacionados com o som no trabalho de campo.

Discussão dos resultados do exercício de Soundwalk



Fonte: *Helen Kara*

Por fim, na sessão sobre escrita criativa, **Ceri Morgan**, professora do departamento de humanidades em Keele, falou-nos da *geopoetics* como método, e de várias áreas de estudo onde se faz uma abordagem criativa ao espaço. Destas, são de destacar os *walking studies*, uma área de investigação que tem em consideração o movimento no espaço e o impacto que esse movimento tem nas experiências vivenciadas no dia-a-dia. Entre as potencialidades destas abordagens, Ceri Morgan referiu **entrevistas ambulantes**, atividades de *geopoetics* **sobre espaços abandonados** ou mesmo a discussão “*on the move*” de textos por parte dos seus estudantes. No final da sessão a investigadora dinamizou um exercício de *memory walk*, no qual pediu aos participantes para refletirem, e escreverem, sobre os percursos que tinham percorrido durante a manhã. A discussão sobre os textos produzidos foi surpreendentemente rica,

refletindo a pluralidade de experiências e nacionalidades dos participantes da escola de Verão.

Desta experiência são de reter sobretudo os debates com os outros participantes, as dinâmicas e as potencialidades dos métodos apresentados. Nem todos os métodos abordados durante os três dias de escola eram novos para mim, alguns já conhecia, outro tínhamos usado no projeto CUIDAR. No entanto, é sempre interessante perceber as formas diferenciadas como estes são utilizados noutros projetos de investigação e discutir algumas questões relativas à sua implementação. É também útil experimentar pessoalmente as dinâmicas e assistir à forma como outros investigadores dinamizam e facilitam estas atividades. Ficou a vontade de aprofundar um pouco mais algumas questões poucos exploradas nesta primeira escola, como as implicações éticas da inclusão destas atividades nas várias fases da investigação, ou questões relacionadas com a análise dos materiais produzidos com estes métodos, sobretudo quando estes são usados não apenas como elementos de elicitação, mas também como objeto de análise incorporado na pesquisa.

Jussara Rowland é investigadora no projeto **CUIDAR** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**). O projeto CUIDAR é financiado pelo programa Horizonte 2020, coordenado pela Universidade de Lancaster e tem como países parceiros o Reino Unido, Itália, Grécia, Espanha e Portugal.

O acesso ao terreno: dilemas, desafios, estratégias e compromissos

Fábio Rafael Augusto

 24 de outubro de 2018

“Sabemos que o terreno de pesquisa [...] é muito mais do que um local onde vai ser realizada a observação. Mas também é um local.” (Amante, 2015)

No âmbito do projeto de doutoramento que me encontro a desenvolver no ICS-ULisboa em Sociologia, onde procuro analisar iniciativas de apoio alimentar (IAA) e as dinâmicas relacionais que se estabelecem entre voluntários e beneficiários, tenho vindo a deparar-me, como seria de esperar, com desafios de diversa ordem.

Um desses desafios prende-se com o acesso ao terreno. De forma a chegar às dinâmicas entre os atores supramencionados considerei pertinente partir para a realização de voluntariado nas IAA selecionadas. Desta forma, seria possível – com recurso ao método de observação participante – cumprir os objetivos do projeto e, simultaneamente, dar algo em troca às iniciativas.

Volunteer



Fonte: “Volunteer” de Truthseeker08, CCO, via Pixabay

Esta estratégia tem sido utilizada por diversos investigadores (ver [Merrel & Williams, 1994](#); [Watts, 2011](#); [Martin, 2014](#)) como forma de aceder aos mais variados tipos de instituições. Apesar desta “troca” que o investigador realiza com a instituição ser apontada na literatura como uma solução válida com benefícios para todos os intervenientes, levantaram-se algumas questões relacionadas, sobretudo, com a forma como o processo de negociação de entrada no terreno se iria desenrolar: Que postura devo adotar? O que devo propor e como o devo fazer? Que exigências podem surgir? Que restrições podem apontar?

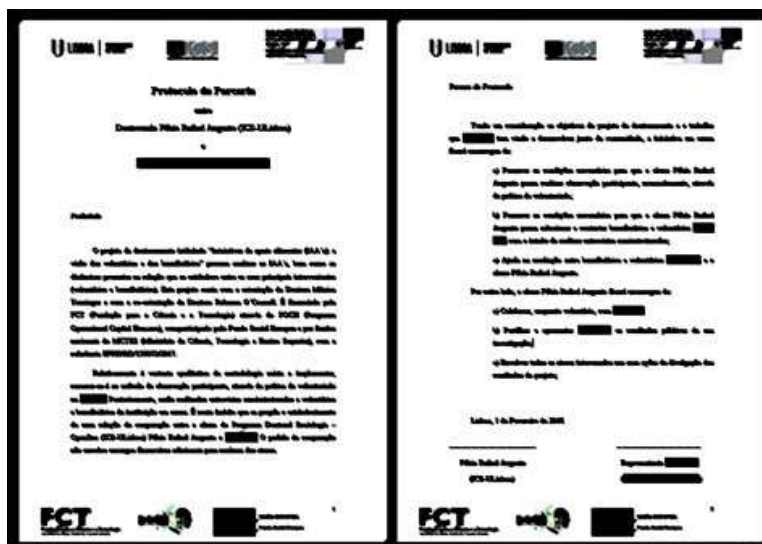
Numa tentativa de dar resposta a algumas das questões que me inquietavam, parti para o voluntariado numa IAA em outubro de 2016. Tratava-se de um período exploratório em que me interessava, fundamentalmente, perceber a realidade que viria mais tarde a estudar. Esta fase foi importante para perceber o funcionamento da iniciativa, bem como o ambiente vivido no seu seio. Apercebi-me, por exemplo, que a iniciativa carecia fortemente de voluntários; que as várias tarefas que iria realizar em contexto de voluntariado poderiam dificultar a observação das dinâmicas pretendidas no âmbito do doutoramento; e que a criação de um documento escrito que desse a conhecer os deveres do investigador e da iniciativa podia facilitar o processo de negociação de entrada nas IAA.

Porém, se é verdade que este período exploratório me permitiu traçar algumas estratégias, também é certo que levou ao surgimento de outras questões, nomeadamente no que dizia respeito à forma como eu iria informar os vários participantes no estudo sobre o meu duplo papel, enquanto investigador e enquanto voluntário.

Face a tais constatações, e após partilhar as mesmas com a minha orientadora e em contexto de aula, comecei a pensar sobre o processo de negociação e tomei algumas decisões. Parti para a criação do referido protocolo de cooperação de forma a que este garantisse, por um lado, que a iniciativa me acolhesse e permitisse cumprir os objetivos do projeto, ficando responsável por mediar a minha interação com voluntários e beneficiários e por informar todos os intervenientes sobre o meu duplo papel; e, por outro, que eu me compromettesse a dar a conhecer a todos os participantes do estudo os objetivos do projeto e a salvaguardar tanto a integridade da iniciativa como dos seus atores através do anonimato e da confidencialidade dos dados. Este protocolo foi submetido

à **Comissão de Ética** do ICS-ULisboa. Além disso, também solicitei um parecer ao Instituto em causa que comprovasse o meu estatuto de doutorando e a existência do meu projeto, algo que eu considerava essencial para dar legitimidade ao meu discurso.

Acordo



Fonte: Elaborado pelo autor

Após estes passos, parti para o contacto com as iniciativas e, portanto, para o processo de negociação de entrada no terreno. Um processo que depende fortemente da interação entre o investigador e o responsável ou os responsáveis pela instituição e da capacidade de o primeiro cativar o(s) segundo(s) a colaborar(em). Durante este processo de negociação deparei-me com posturas muito díspares por parte dos vários responsáveis com quem interagi, o que me conduziu a adaptar a diferentes exigências. De forma a salvaguardar as iniciativas, irei utilizar três letras escolhidas de forma aleatória para me referir às três IAA analisadas.

Na iniciativa A deparei-me com um responsável habituado a acolher os mais variados tipos de projetos de investigação na iniciativa que lidera. Este responsável referiu não ser necessário assinar qualquer protocolo nem ficar com nenhum tipo de documento relativo ao projeto, mostrou-se disponível a colaborar e não me exigiu nada em troca. Ainda assim, optei por partir para a assinatura do protocolo e para a entrega de vários documentos informativos do meu projeto.

Na iniciativa B “bati de frente” com uma instituição burocrática e altamente hierarquizada, tendo sido extremamente difícil chegar ao responsável e não só

me foi exigido o estabelecimento do protocolo e a entrega de vários documentos informativos, como também o compromisso de que antes de publicar os resultados da investigação os desse a conhecer previamente à iniciativa. Com grandes reticências, optei por concordar com todas as exigências. Contudo, no decorrer do trabalho de campo a iniciativa viria a tornar-se mais flexível e a concordar com a partilha de dados relativos apenas às notas de campo utilizadas no âmbito da tese, que ainda assim é uma prática questionável, mas mais fácil de gerir.

Na iniciativa C encontrei um misto das reações das anteriores, uma instituição algo burocrática e hierarquizada, mas flexível quanto à forma como o voluntariado iria ser compatibilizado com a investigação. Tive total liberdade para decidir as tarefas que pretendia desempenhar, bem como os horários, tal como na iniciativa A. Foi assinado o protocolo de cooperação e entregues os vários documentos informativos, mas tratou-se mais de uma necessidade minha do que da iniciativa.

Esta multiplicidade de situações mostra que o investigador deve partir para o processo de negociação de entrada no terreno com alguma preparação prévia e, de preferência, com conhecimento da realidade que pretende estudar. Desta forma, será possível estabelecer um diálogo mais próximo e realizar pedidos realistas. Durante o processo é necessário que o investigador seja capaz de negociar sem ser demasiado exigente e de ceder, sempre que possível, em prol do projeto e da sua continuidade. A existência de um protocolo de cooperação, de uma declaração por parte da instituição de acolhimento a comprovar a existência do projeto e de outros documentos informativos atribui legitimidade à pesquisa e permite clarificar os termos sobre os quais a parceria entre o investigador e a IAA irá assentar.

Fábio Rafael Augusto é doutorando do **Programa Doutoral em Sociologia - OpenSoc** no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**). O projeto de doutoramento que se encontra a desenvolver é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT) através da atribuição de uma bolsa de investigação, com a referência SFRH/BD/130072/2017, no âmbito do Programa Operacional Capital Humano (POCH), participado pelo Fundo Social Europeu (FSE) e por fundos nacionais do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES). Colaborou como investigador nos projetos "**TRANSE-AC: Social and Environmental Transition – Alternatives and Commons**" e "**Families and Food in Hard Times**".

Fazer pesquisa num contexto de partido dominante: o caso de Moçambique

Edson Cortez

 12 de julho de 2017

Neste pequeno artigo pretendo dar a conhecer as vicissitudes inerentes a conduzir investigação sobre a economia política de Moçambique e assuntos similares num ambiente em que os responsáveis por fontes escritas e orais têm receio de prestar declarações ou fornecer documentos que sejam fulcrais para que o investigador obtenha resposta às suas questões de pesquisa.

Maputo, capital e maior cidade de Moçambique



Fonte: “*Moçambique, approach into Maputo*” de Hansueli Krapf sob a licença CC-BY-SA, via Wikipédia

Moçambique é uma democracia de partido dominante, onde a **Frente de Libertação de Moçambique—FRELIMO** detém o controlo sobre o Estado, a economia, os recursos e parte da sociedade civil. Segundo o estudo “**Os custos da corrupção para a economia moçambicana**”,

“Neste tipo de economia política, as elites dominantes que ocupam posições-chave no partido, na administração pública, militar e económica possuem uma tendência de manter o poder através da ‘reciclagem’, entre

posições no partido, governo, instituições do Estado e parlamento, bem como na criação de ‘arranjos políticos’ no seio dos vários segmentos das elites governantes. Estas elites podem ser consideradas como sendo agentes que estão para se servirem a si próprios e que consolidam o poder organizando grupos de clientes, oferecendo-lhes determinados benefícios (financeiros, organizacionais, económicos, etc.) e acesso aos recursos em troca do seu apoio.”

A FRELIMO é o partido no poder desde a proclamação da independência em 25 de Junho de 1975. Como tal, é um partido que tem demonstrado uma enorme versatilidade e capacidade de adaptação face às mudanças ocorridas no país e no mundo ao longo dos anos. Após a independência, a FRELIMO transita de movimento de libertação nacional a Partido-Estado, iniciando o processo de construção do Estado-Nação em Moçambique através de um regime de partido único. Com a entrada em vigor da nova Constituição da República em 1990, que abriu espaço ao multipartidismo e à liberalização da economia, a FRELIMO mais uma vez acompanha a mudança de contexto. Desde as primeiras eleições realizadas em 1994 que a FRELIMO é o partido dominante da jovem democracia moçambicana.

As mudanças apresentadas pela Constituição de 1990 e reforçadas pela Constituição de 2004 obrigam à realização de eleições presidenciais e legislativas de cinco em cinco anos e permitem apenas uma renovação do mandato ao Presidente da República. Este constrangimento constitucional obriga a que a FRELIMO tenha de apresentar um novo candidato a Presidente da República a cada dez anos. Desde a introdução do multi-partidarismo, todos os candidatos deste partido ao cargo de Presidente da República têm consecutivamente ganho as eleições. Após a vitória eleitoral, o partido realiza “eleições” internas que visam tornar o Presidente da República simultaneamente o Presidente do partido. Este facto tem sérias implicações nas lógicas clientelares dentro do partido e em todo o processo de redistribuição de oportunidades de acumulação de capital.

Ao contrário de uma parte considerável dos movimentos de libertação nacional do continente africano, a FRELIMO nunca se tornou um partido controlado por um único indivíduo, “Patrão” ou “Big Man”, que tem um controlo absoluto sobre a sua rede clientelar e atribui benefícios a estes “clientes” para se manter no poder. Um exemplo claro de um partido controlado por um “Big Man” seria o caso de José Eduardo dos Santos com o MPLA em Angola.

No caso da FRELIMO há uma contínua negociação dos termos de troca, que muitas vezes conduz a tentativas bem-sucedidas por parte dos clientes de aumentar o preço da fidelidade. Isso decorre do facto de o partido não ter um único “Patrão” que detém o controlo absoluto sobre o partido e as redes clientelares, mas sim vários “Patrões” com rede clientelares particulares. Porém, essas redes não são estanques e há migração de “clientes” de uma rede para outra consoante os interesses em jogo.

Os principais “Patrões” do partido são Joaquim Chissano, Armando Guebuza, Alberto Chipande e Graça Machel, todos eles antigos combatentes da luta de libertação nacional. Pese embora se esteja na presença do mesmo partido que controla o Estado desde a independência nacional, há uma clara alternância dos indivíduos que controlam o partido e por conseguinte o Estado. Existem, por isso, tensões e disputas entre os principais “Patrões” do partido e as respectivas redes clientelares pelo controlo do partido, o que garante por sua vez o controlo do Estado.

Comício final da FRELIMO na campanha eleitoral de 2014 em Maputo



Fonte: “FRELIMO final campaign rally in Maputo” de Adrien Barbier sob a licença CC-BY-SA, via Wikipédia

Tendo em conta o contexto acima descrito, e apesar do país ser formalmente como um Estado de Direito e possuir legislação que obriga os servidores públicos ou detentores de cargos públicos a prestarem informação que seja de utilidade

pública, a realidade prática demonstra que o acesso às fontes de informação ainda constitui um enorme obstáculo para aqueles que pretendem realizar pesquisas que impliquem uma análise documental e entrevistas com informantes privilegiados.

Estas dificuldades são motivadas pelo contexto onde os atores operam, havendo por conseguinte receios por parte dos servidores públicos, empresários, cidadãos e a sociedade no geral em disponibilizar informação, principalmente quando essa informação pode de alguma forma ser contrária àquilo que estes atores pensam que seja a vontade do partido dominante, no caso concreto a FRELIMO.

Portanto, o país torna-se refém daquilo que eventualmente poderá ser a vontade do partido. Quando falo do partido refiro-me às elites que o controlam e têm o poder de redistribuir as oportunidades para os demais. O receio de perder essas mesmas oportunidades inibe a disponibilização da informação, seja ela oral ou escrita.

Neste contexto como é possível conduzir pesquisas ou investigação científica em áreas sensíveis ao poder político?

O domínio ou controlo de quase todas as esferas da sociedade por parte do partido no poder torna a adesão à FRELIMO atrativa para indivíduos provenientes de diversos estratos sociais. Vários são os exemplos de indivíduos que alguns anos após a adesão ao partido conseguiram ascender política, económica e socialmente. Alguns deles tornaram-se mesmo “clientes” poderosos que aspiram a ocupar os lugares de alguns dos principais “Patrões” do partido, apesar de possuírem redes clientelares relativamente menores.

Esta atratividade aumentou consideravelmente o número de membros que a FRELIMO possui. Atualmente, o partido reclama possuir mais de quatro milhões de membros. Tal crescimento cria problemas de redistribuição de oportunidades já que o partido não é capaz de satisfazer as necessidades de todos os seus membros, criando um ambiente propício para a ocorrência de disputas e tensões internas entre os diversos grupos que controlam o partido e também o Estado. É a partir da compreensão dos conflitos existentes entre os principais “Patrões” do partido e as suas redes clientelares que o investigador pode encontrar a janela de oportunidade para obter os dados que procura.

O período que antecede as eleições nacionais e locais ou as eleições internas ao comité central do partido, e ainda quando o Estado realiza grandes investimentos ou contratos com o setor privado (por exemplo, a decisão de entrega da exploração do gás natural na bacia do Rovuma à multinacional italiana ENI traz oportunidades a empresas moçambicanas de logística controladas por “Patrões” do partido), são momentos chave. É nestes momentos que as disputas, tensões e contradições tornam-se visíveis pois é neles que se definem quem são os indivíduos que irão ocupar as posições centrais no esquema clientelar; quais são ou qual é a facção vencedora e o que ela oferece em troca às facções perdedoras; e como será constituído o sistema de redistribuição de oportunidades entre os principais “Patrões” e as respetivas redes clientelares de modo a manter o equilíbrio do sistema como um todo.

Obviamente que é impossível agradar a todos e o processo de redistribuição nunca é proporcional, o que abre hipóteses para que o pesquisador se aproveite da “zanga entre as comadres” para obter informações que serão cruciais para a construção do seu objeto de estudo.

Como as coisas se processam na realidade prática

Nada melhor do que um exemplo elucidativo para mostrar a minha experiência como pesquisador da realidade moçambicana e como os processos de alternância política dentro do partido FRELIMO e os conflitos inerentes a esse processo abrem oportunidades para a compreensão das dinâmicas do poder dentro deste partido e da sociedade no geral.

No âmbito das minhas obrigações profissionais como pesquisador do **Centro de Integridade Pública** (CIP), uma organização não-governamental moçambicana com objectivos de promoção da transparência, integridade e anticorrupção na gestão pública, investigo muitas vezes casos de corrupção procurando expor as más práticas na gestão pública.

Obviamente que a investigação que o CIP conduz não é de cariz científico académico, mas sim investigação virada para o âmbito do jornalismo investigativo. Contudo, esta também exige a consulta de fontes escritas e orais. Portanto, também aqui nos deparamos com as mesmas dificuldades em aceder às fontes de informação escritas e orais.

Em 2015, Filipe Nyusi assumiu a Presidência do país e do partido Frelimo após dez anos de governação de Armando Guebuza. Como fiz menção nos parágrafos anteriores, as mudanças ao nível do topo da estrutura do Estado e do partido acarretam alterações nas estruturas de oportunidade de acumulação e, consequentemente, abrem espaço para tensão e disputas internas entre os diversos grupos e indivíduos pertencentes ao partido dominante.

Desde a subida de Filipe Nyusi ao poder, como pesquisador do CIP tenho assistido a um aumento considerável de indivíduos ou grupos que se predispõem a expor más práticas na gestão pública, negócios do Estado que são distorcidos para beneficiarem interesses privados, casos de subornos e tráfico de influências, etc.

Contudo, emerge um perfil dominante em todos os indivíduos que se predispõem a partilhar este tipo de informações: todos eles são indivíduos ou empresas que durante os dez anos de governação de Armando Guebuza beneficiavam directamente do *status quo*. Eram tidos como empresas e empresários de sucesso, mas este sucesso estava directamente ligado às suas ligações privilegiadas com o poder político.

A alteração na liderança do partido e do Estado abriu, assim, espaço para a ascensão de um novo grupo de indivíduos e empresas que beneficiam directamente do facto de Filipe Nyusi ocupar o cargo de Presidente da República, fazendo com que os excluídos e que conhecem perfeitamente os esquemas usados para extrair rendas do Estado estejam predispostos a usar da sua experiência para contar a sua versão de como o Estado está a ser usado para efeitos de acumulação individual e não para o bem comum. Uma das expressões comumente usadas por aqueles que se sentem excluídos é a seguinte: *“É a vez deles, é assim que as coisas funcionam aqui, só que eles também estão a exagerar, estão a comer tudo e não estão a deixar nada para os outros”*.

A situação de conflitualidade decorrente da alteração das redes clientelares dominantes abre espaço para que o pesquisador possa operacionalizar as suas premissas teórico-conceituais compreendendo as dinâmicas inerentes ao objeto de estudo analisado. Enquanto isso, os denunciante esperam que a colaboração momentânea com o pesquisador abra espaço para a indignação geral da sociedade e, por conseguinte, as instituições públicas responsáveis tomem

medidas que visem solucionar os desmandos ocorridos e, neste contexto, os excluídos possam de alguma forma reequilibrar as oportunidades de extrair rendas junto do Estado.

A abertura demonstrada para com o pesquisador em momentos de disputas e tensões não significa necessariamente que os diversos intervenientes pretendam produzir uma alteração do *status quo*, mas sim reivindicar as posições outrora detidas.

Cabe ao pesquisador aproveitar estas contradições internas resultantes de processos de redistribuições de oportunidade de acumulação mal conseguidos para compreender as dinâmicas inerentes a este grupo de indivíduos cujas decisões influenciam o processo de elaboração de políticas públicas de Moçambique.

Em modo de conclusão pode dizer-se que fazer pesquisa num contexto como o de Moçambique, onde o partido dominante não é controlado por um “*Big Man*” mas sim por vários “Patrões” num sistema rotativo, exige por parte do investigador a capacidade de perceber as contradições reinantes entre esses diversos grupos de indivíduos. E, acima de tudo, exige a capacidade de compreender quando é que se está na presença dessas situações de conflito que trazem à tona dinâmicas que em outros momentos seriam difíceis de captar por parte de um observador que não faz parte do meio estudado.

Edson Cortez é estudante de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

Investigação comparada internacional de políticas públicas: e quando não há informação?

Sónia Alves

 3 de fevereiro de 2016

Os estudos de análise comparada internacional procuram explicar, e não apenas descrever, as similaridades e diferenças entre dois ou mais casos que se situam em diferentes países, podendo focar os sistemas nacionais, as cidades ou outros objetos de investigação. Alguns estudam questões estruturais relacionadas com o modo como os diferentes sistemas nacionais são financiados e se encontram organizados, outros comparam questões de natureza mais ideológica ou institucional, tais como as que se relacionam com as finalidades e os agentes da intervenção nos diferentes países.

Ao longo das últimas décadas, no contexto de instituições europeias e nacionais, o interesse pela investigação comparada internacional tem aumentado, sendo diversas as razões que o justificam. Por um lado, a existência de problemas idênticos em diferentes contextos territoriais, justifica a relevância da discussão do que é similar e diferente nas respostas políticas dirigidas a esses mesmos problemas. Por outro lado, reconhece-se que a discussão das teorias e das racionalidades subjacentes à formulação e implementação dessas respostas, bem como à avaliação dos seus resultados, poderá aprofundar o conhecimento sobre o que funciona, porquê e para quem em função das diferentes circunstâncias da sua aplicação.

É neste contexto que a questão da transferibilidade dos instrumentos e das ‘boas’ práticas entre diferentes contextos territoriais é avaliada e debatida, sendo de forma unânime aceite que mais importante do que ‘copiar’ ou replicar é aprender com as experiências de outros, entendendo como foram geradas e construídas, como funcionam e que resultados produzem. No contexto deste processo de aprendizagem, o acesso à informação assume um papel decisivo.

As boas e as más práticas na disponibilização de informação em Portugal

O projeto de investigação “*High Hopes for Mixed Communities*”, financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e desenvolvido em dois centros de investigação – o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e o Danish Building Research Institute da Aalborg University – visa a análise comparada dos sistemas e políticas de habitação na Dinamarca e em Portugal, com um enfoque específico nos casos do Porto e de Copenhaga.

Com o propósito de investigar as causas e os padrões de segregação na sua relação com as políticas de habitação nas cidades do Porto e de Copenhaga, em 2014 foi enviado um pedido de acesso a informação estatística e documental, bem como o agendamento de entrevistas, a decisores políticos da administração central e local dos dois países.



Fonte: Fotografia de Sónia Alves (2015)

No caso da Dinamarca as respostas foram céleres e as entrevistas foram efetuadas em menos de um mês. No caso do Instituto Nacional da Habitação e da Reabilitação Urbana (a entidade responsável pela concretização da política definida pelo Governo nestas áreas de atuação) a resposta foi igualmente rápida.

Já no caso da Câmara Municipal do Porto, apesar dos vários *emails* enviados ao responsável pelo pelouro da Habitação e da Ação Social, onde se incluiu um

contacto pessoal no âmbito de uma iniciativa promovida pela Associação Portuguesa da Habitação Municipal, e inúmeros contactos telefónicos com os serviços de secretariado do pelouro da habitação e com técnicos da Domus Social, essa informação nunca foi disponibilizada.



Fonte: Sónia Alves (2015)

Um bloqueio de natureza institucional que é tanto mais grave quanto se observa que, não obstante a retórica da participação e da transparência, é escassa a informação disponibilizada pelo Pelouro da Habitação e Ação Social da **Câmara Municipal do Porto** e da **Domus Social** em acesso livre.

Embora a ausência de produção de informação e da sua disponibilização *on line* não seja um problema exclusivo da Câmara Municipal do Porto, estendendo-se a situação escrita a outros municípios, o que é em si mesmo revelador da insuficiente qualidade da democracia que temos em Portugal, a verdade é que há exceções à regra e neste particular merece destaque o trabalho desenvolvido pelo Pelouro da Habitação e Desenvolvimento Local da Câmara Municipal de Lisboa.

A consulta do **site do pelouro de habitação** permite o acesso a um conjunto diversificado de relatórios, muitos deles elaborados através de metodologias participadas e do envolvimento de um leque diversificado de atores. É o caso do Programa Local de Habitação e dos programas que o implementam (e.g. BIP-ZIP,

Reabilita Primeiro Paga Depois, Renda Convencionada ou Subsídio Municipal de Arrendamento). Veja-se a este propósito também o site [Rehabitar Lisboa](#).

Concorde-se ou não com a linha estratégica seguida por estas políticas, a realidade é que a produção e disponibilização de informação *on-line* por parte do pelouro da habitação da Câmara Municipal de Lisboa têm possibilitado o debate construtivo de ideias e um aprofundamento do conhecimento no domínio da habitação em Portugal.

Termino com Jane Jacobs (1961), lembrando que “as cidades são um imenso laboratório de tentativa e erro, de fracasso e de sucesso no seu desenho e construção” pelo que é necessária a mobilização de diferentes disciplinas e de saberes, de uma perspetiva interdisciplinar e colaborativa, para que seja possível a redução de incertezas e a formulação de respostas mais integradas e melhor coordenadas.

Num contexto, como o português, em que são limitados os recursos disponíveis para a investigação científica no campo das políticas públicas, é necessária uma atitude mais positiva, de colaboração, entre decisores políticos, investigadores e cidadãos, para que se possa não só construir um conhecimento teórico e empiricamente informado, como aprofundar a própria construção da democracia.

Sónia Alves é investigadora de pós-doutoramento do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa).

“Agora tens de escrever um *paper* sobre isto”: produção e devolução ética de conhecimento científico

Susana Boletas

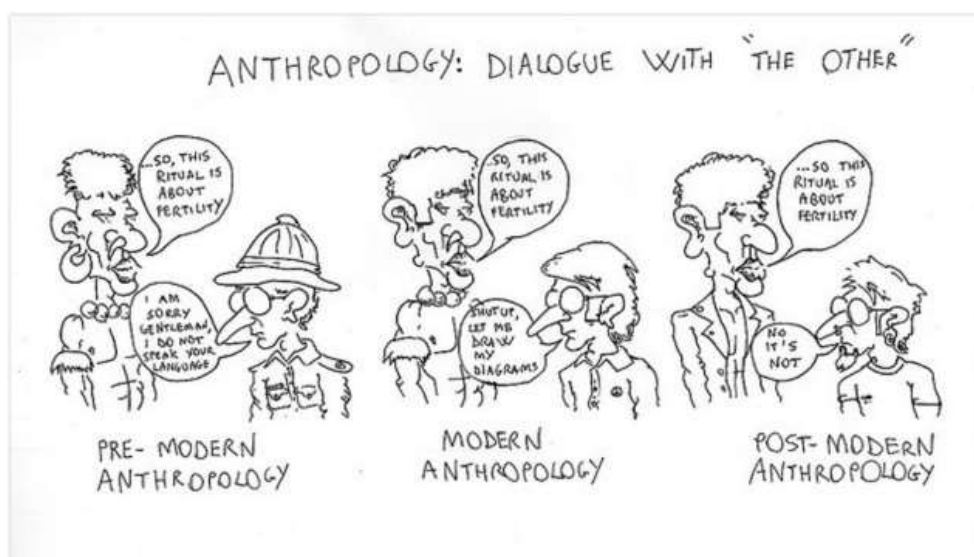
 4 de julho de 2018

Quando terminei de apresentar o meu artigo, ou *paper*, sobre as visitas guiadas na Cova da Moura, no seminário final do projeto “Espaço Relacional e Direito à Cidade: Pesquisa Experimental na Cova da Moura”, em 30 de abril na Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa, e esperava pelas questões, um dos comentadores convidados pegou numa das minhas observações e dirigiu-o aos moradores do bairro presentes, em vez de o dirigir a mim. A observação era sobre a mercantilização, exotização e espetacularização da pobreza e os moradores eram os membros da associação local, a Associação Cultural Moinho da Juventude, responsável, entre muitas outras coisas, pelo projeto de visitas guiadas pelo bairro. A fundadora do Moinho da Juventude respondeu que estava lá apenas para ouvir. A questão foi-me, então, devolvida e tive de explicar o que pretendia dizer. Falei acerca das minhas preocupações e considerações sobre as possibilidades de melhorias físicas e sociais na Cova da Moura e, então, o debate alargou-se às restantes pessoas presentes. Discutiu-se a extensa produção académica sobre este bairro e as razões por que esta não se traduziu em melhoramentos das suas condições, a necessidade de se desenvolver pensamento crítico e o facto de nem toda a produção académica ser pensada para ter aplicação prática, os abusos de investigadores que constroem as suas carreiras académicas com base no conhecimento que adquiririam na Cova da Moura sem, depois, retribuir. Então, a fundadora do Moinho da Juventude sentiu a necessidade de quebrar o silêncio e explicar que já faziam visitas guiadas pontualmente nos anos 1990, mas que foi só em 2002 que começaram de forma sistemática, para combater a imagem negativa do bairro veiculada pela comunicação social. Explicou que se tinham inspirado num programa semelhante a um da Holanda e implementaram-no na Cova da Moura quando viram o bairro tornar-se alvo de discursos estigmatizantes à medida que este se ia tornando um local estratégico para a especulação imobiliária. Acrescentou,

ainda, que jovens que tinham ido para fora estudar e trabalhar contactavam a Associação porque queriam voltar para o bairro, alguns já com família. Eu aproveitei a ocasião para tirar notas.

No final, uma das coordenadoras do seminário e moderadora do painel onde tinha feito a minha apresentação disse-me, divertida: “Agora tens de escrever um *paper* sobre isto”. Este conselho ganhou raízes, não apenas pelo anedótico da situação, mas também por ter tido a experiência de ver uma interpretação pessoal acerca do terreno ser profusamente debatida pelos meus interlocutores, o que ressoou com as minhas preocupações éticas enquanto etnógrafa. Aproveito, então, para ensaiar uma reflexão sobre produção e devolução de conhecimento.

“Anthropology: dialogue with the other”



Fonte:

Cartoon de *Igor Cherstich* (publicado com permissão do autor)

Quando partimos para o terreno é-nos dito que todas as observações são parciais e relativas, que dependem de um ponto de vista, ponto de vista esse sujeito àquilo que levamos connosco para o terreno, mas também às escolhas que fazemos nele. Muito do que trazemos do terreno depende daquilo que lemos previamente e do que vamos lendo no decorrer da pesquisa. O conhecimento que produzimos é, também, resultado do que lemos depois, o que, em si, já é influenciado pelas nossas experiências no terreno e pelos interlocutores que lá encontramos, com a dificuldade acrescida de que estes interlocutores podem ter pontos de vista e interesses diversos e até contraditórios. No entanto, tentamos que o conhecimento produzido seja de interesse público e o mais objetivo possível, o que nos traz dúvidas e ansiedades sobre a exatidão das nossas observações e o

impacto que esse conhecimento terá nos interlocutores que encontrámos no terreno e em relação à sua reação quando lhes devolvemos os resultados da nossa pesquisa. Temos de ter o cuidado de não impor uma narrativa com a qual não se identificam, sem perder a capacidade crítica e analítica do nosso trabalho.

Como propõe **Alfred Schutz**, a interpretação do mundo baseia-se num acervo constituído por experiências anteriores, pelas nossas próprias experiências e pelas que nos são transmitidas pelos nossos pais e professores, as quais, na forma de uma espécie de “conhecimento à mão de semear”, funcionam como um código de referência. O etnógrafo não deixa de ser uma pessoa que transporta a sua subjetividade para o terreno e para a sua produção de conhecimento. O etnógrafo não deixa de ser um sujeito político, com tudo o que isso implica, desde as suas motivações na escolha do tema de investigação, do terreno de estudo, dos interlocutores e dos pontos de vista que adota, até ao produto do seu trabalho, à sua atividade e ao impacto da sua produção. É, por isso, tão importante refletir sobre o nosso lugar de fala e poder de fala e sobre a nossa subjetividade na etnografia que produzimos e nos movimentos de encontro e distanciamento que fazemos, para que a Antropologia seja, de facto, o exercício e o produto do diálogo com “o Outro”.

Acrescentaria ainda que acho importante estender esta flexibilidade a outras áreas disciplinares e investigadores que se dediquem a estudar contextos desta natureza. Em bairros como a Cova da Moura moram pessoas a quem não é muitas vezes dada a possibilidade de falar. É, por isso, preciso saber ouvir, mesmo quando aquilo que nos é dito possa ser contraintuitivo ou deixar-nos desconfortáveis. Mas, também, saber quando falar, como falar e quando a nossa voz está a calar a deles. É preciso cuidado para não nos sobrepormos a eles. Ou, como me disse uma vez a fundadora do Moinho da Juventude, “não é só fazer doutoramentos e assistencialismo. É preciso cidadania.”

Susana Boletas é doutoranda em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (**ICS-ULisboa**).

Na terra dos emolimoli

Carla Gomes

 13 de julho de 2016

Reflexões sobre uma experiência de trabalho de campo em Moçambique

A chuva provocara o caos. Inundara o centro do país, derrubara postes de alta tensão e pontes, cortando estradas nacionais. Todo o Norte de Moçambique mergulhou num “apagão” que se prolongaria por um mês. Alerta vermelho, decretou o Governo. Foi neste cenário, em fevereiro de 2015, que cheguei a um dos lugares mais bonitos que já conheci, na caixa de uma camioneta de caixa aberta, sentada em equilíbrio precário sobre uma saca de peixe salgado. Depois de descer do machimbombo com todos os passageiros, percorrer a pé um troço da estrada Malema-Cuamba, feito rio de lama, e torrar durante horas na beira da picada, à espera do “carro” que não veio.

Nessa noite, depois de mais uma profusa chuvada, os *emolimoli* celebravam como nunca. E esse cheiro da terra era o mesmo que sentia na minha ilha, quando estia. E esses insetos luzentes eram afinal os mesmos que habitam a serra à beira da minha casa. A todo um mundo de distância. Esta aldeia já nem queria que de lá saíssemos, eu e a outra investigadora portuguesa que comigo partilhou a louca viagem. “Mais vale ficarem e fazerem machamba aqui”, gracejava um rapaz ao ver-nos regressar, tendo conseguido voltar à vila a bordo de mais um “chapa”.

Esta foi, até hoje, a minha experiência de campo mais ambiciosa. Depois de uma primeira digressão pelo Norte do país, em junho de 2014, regresssei a Moçambique com o propósito de estudar as relações entre as empresas de agronegócio e as comunidades rurais para a tese de doutoramento. Comecei por Maputo, onde rapidamente se começou a formar uma boa rede de contactos – a ferramenta mais preciosa – e nos primeiros dias de 2015 rumei a Norte. Acabei por me fixar no interior da província de Nampula, numa pequena vila. Daí deslocava-me para a aldeia próxima para as entrevistas e as conversas com a

população. À medida que fui avançando no trabalho, o nível de exigência foi aumentando. Na segunda zona de estudo, já na província de Cabo Delgado, acabei por ficar alojada na aldeia, em casa de uma família.



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Chegava do “campo”, de mota, de bicicleta ou a pé, sempre de rastos. Por vezes enterrava-me até aos tornozelos na lama impiedosa dos caminhos. No “campo” não há lugar para vaidades. A prioridade não é manter uma rotina de cosmética. Quando muito, aplicar com diligência o repelente, por menos que apeteça, e remendar a rede mosquiteira, por muito sono que se tenha. Todo o corpo se transfigura, derretido pela humidade e pelo calor, a pele tisonada, as roupas maltratadas pelas lavagens desajeitadas. Há que deixá-lo ir.

Nunca sentira realmente a pressão de pertencer a uma minoria, muito menos esperava que a minha presença provocasse reações tão intensas como apontar, rir ou chorar. O que nas zonas rurais do interior é comum, sobretudo por parte

das crianças. Foi um desafio conviver quotidianamente com essa realidade. Mas também uma aprendizagem preciosa. O impacto da nossa presença, aspeto físico, idade, origem, aqui ou em qualquer parte do mundo, tem naturalmente de ser tido em conta na própria investigação. Perspetivas diferentes e nem sempre compatíveis emergiam à medida que se iam acumulando conversas. “Depois vai fazer a matemática, não vai?”, interrogava um dos líderes locais, sentado no terreiro da casa numa tarde de domingo. Não o poderia traduzir em melhores palavras.



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Se na primeira aldeia as crianças já vinham por vezes tocar-me ou faziam uma festa quando viam passar a *mukunia*, na aldeia que visitei em Cabo Delgado a minha chegada teve ainda maior impacto. Vieram as crianças da vizinhança para me ver e por ali ficaram o resto do dia, seguindo com os olhos arregalados cada pequeno movimento que eu fizesse. Um desafio para quem é tímido mesmo nas interações sociais mais comezinhas. Passámos a tarde sentados no terreiro a descascar amendoins, ingrediente essencial da *matapa*. Muitos deles não falavam português. Mas nem é preciso ir longe para fintar aparentes barreiras linguísticas. Quando dei por mim, tínhamos uma equipa de futebol a reunir-se entusiasticamente nos finais de tarde. É para esses miúdos que voa agora o meu pensamento sempre que chego a casa e vejo as crianças da vizinhança a jogar “à bola” no largo.

Mukunia, além de “branco europeu”, significa literalmente “aquele que tem mais dinheiro do que nós”, explicou-me um dos meus intérpretes de Macua, a língua mais falada no Norte de Moçambique. E há uma razão para isso. No entanto, os investigadores “juniores” vivem entre mundos. Não sendo financeira nem academicamente viável ficarem alojados em hotéis e viajarem em jipes com ar condicionado, são umas personagens exóticas que percorrem as zonas rurais, não sendo equiparáveis sequer ao pessoal das ONG. Para os locais, era motivo de admiração que eu participasse nas tarefas, dormisse na aldeia, tomasse banho de caneco ou viajasse na caixa dos “chapas”. “Carlaaaa!!! Vem pilar!!!”, chamava-me entusiasmada uma das mulheres da aldeia.

Certo é que, tendo chegado a Moçambique sem conhecer lá uma única pessoa, tive sempre o aconchego da amizade, senti-me sempre protegida, estivesse onde estivesse. E não falo apenas dos moçambicanos, que me acolheram tão bem. Naquele país encontrei o mundo todo. Com as suas religiões, cores e línguas. Passei a compreender muito melhor o que significa conviver com a adversidade e a diversidade. De regresso a Inglaterra, e depois a Portugal, reconheci a cor, agora mais intensa, daquilo a que alguém chamou *fieldwork blues*. O processo de (re)adaptação arrastou-se por largos meses.



Fonte: Fotografia de Carla Gomes

Sinto, sem dúvida, saudades dos pirilampos. E desses lugares de nomes doces que se enrolam indolentes na boca quando os pronunciamos. Das montanhas de rocha azul que adornam cada linha do horizonte. Daquela pequena vila entre rios que se tornou a minha casa, e das pessoas que me acolheram como família. Sinto ainda os chinelos a escorregar na lama, ao atravessar a “avenida” para ir à mercearia buscar o pão “de água”. E repito sempre com gosto, em voz alta, as primeiras palavras de Macua que arrisquei ao entrar na loja. “*Ehali?*” – “*Ehali kehali! Mpaka Melo!*”. Para mim, Moçambique será sempre “até um dia destes” – “*mpaka nihiko nikina!*”

Carla Gomes é aluna de doutoramento no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) e na University of East Anglia.

“Não é maravilhoso ver as pessoas a viver como querem?!”

Susana Boletas

 12 de maio de 2016

A Cova da Moura é um bairro periférico de Lisboa, um dos maiores de concentração de população imigrante. É um espaço autoconstruído e multiétnico, com um forte e interventivo tecido associativo.



Fonte:

Página do Sabura no Facebook (autor desconhecido)

O *Sabura* é um projeto de uma associação local, o *Moinho da Juventude*, ativo desde 2004, que visa proporcionar aos interessados passeios turísticos e visitas guiadas à Cova da Moura. Os visitantes, geralmente *grupos de estudantes portugueses e estrangeiros* e *pessoas interessadas neste tipo de turismo temático*, são guiados pelas várias instalações do Moinho da Juventude, onde lhes são descritos os vários serviços que a associação tem disponíveis: creche, jardim-de-infância, atividades de tempos livres e apoio escolar, alfabetização de adultos, cantina social, gabinete de inserção social, biblioteca e um estúdio de gravação onde os jovens do bairro têm a oportunidade de mostrar aos visitantes as suas músicas e vídeos. Pelas ruas sinuosas da Cova da Moura, o guia vai contando aos

visitantes como os moradores construíram eles próprios as suas casas, enquanto vão passando pelos vários restaurantes, cabeleireiros e mercearias existentes no bairro associados ao *Sabura* e pelos *street art murals* da autoria de jovens do bairro. As festas são, também, ocasiões que atraem visitantes à Cova da Moura, em especial o **Kola San Jon**, uma festa junina cabo-verdiana recriada no bairro e patrimonializada em 2013. Os visitantes trazem dinheiro ao bairro e levam consigo narrativas que contrariam o estigma a ele associado.

As visitas guiadas têm o poder de moldar o lugar através das narrativas que produzem. Existe uma relação entre poder, lugar e narrativa. As narrativas são poder, têm subjacente interesses, são uma forma de impor um ponto de vista sobre outros. O guia turístico, enquanto produtor de narrativas, veicula representações sobre o lugar, estabelecendo um sentido de unidade e de temporalidade. Através deste tipo de turismo, comunidades e territórios são moldados e legitimados, e identidades culturais são reconhecidas e renegociadas. Os visitantes, depois de conhecerem comunidades e espaços como este, serão capazes de desmistificar a imagem permanente de violência reiterada pelas classes média e alta e veiculada pelos media. Torna-se assim clara a preferência da visita guiada em dar destaque àquilo que se considera serem os aspetos mais positivos do bairro.

Todavia, esta forma de turismo coloca uma importante questão: como afeta este turismo as áreas empobrecidas onde se realiza? Idealmente, serviria para melhorar as condições de vida dos seus moradores, fomentando a economia local e proporcionando oportunidades de inclusão. No entanto, se a atração turística da Cova da Moura se prende com o facto de o bairro ser uma “ilha étnica”, um “bairro africano”, a “11^a ilha de Cabo Verde”, ou mesmo um bairro tido e reconhecido pelo público pelas histórias de violência e criminalidade a que o associam, este tipo de turismo pode bem cristalizá-lo tal como está, induzindo também a ideia de que assim é que está bem, cada qual no seu lugar. Temos de ter em conta que existem desigualdades sociais entre os visitantes e os moradores. O turismo em áreas pobres é uma atividade que combina bem com interpretações neoliberais do alívio à pobreza, ao destacar a potencialidade da exploração de “imponderáveis” e de novos atrativos. Contudo, num ambiente de livre mercado,

o turismo tende precisamente a agravar as desigualdades que reforçam a pobreza nesses territórios.

Para os visitantes, as breves horas passadas na Cova da Moura podem não ser suficientes para que se sensibilizem com a realidade que lá encontram, em parte porque as visitas guiadas a secundarizam. Para muitos, é apenas um breve contacto com uma existência diferente da sua. Daí não estranhar ouvir, durante uma celebração do *Kola San Jon*, uma pessoa com quem conversava dizer-me: “Não é maravilhoso ver as pessoas a viver como querem?!”.

Susana Boletas é aluna de doutoramento em Antropologia no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa ([ICS-ULisboa](#)).

Mapear, refletir o território

Duarte Belo

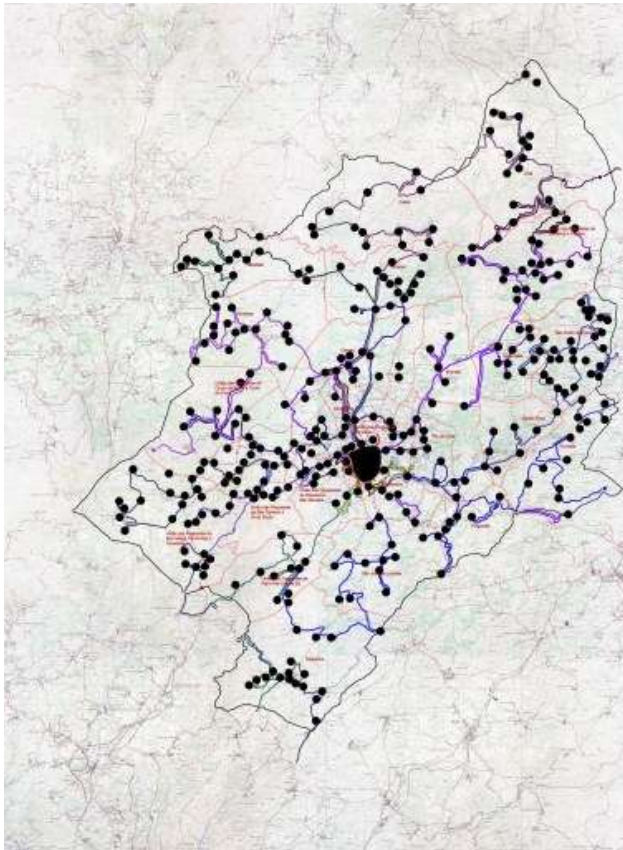
 14 de junho de 2016

A vontade de fotografar a “totalidade” do espaço urbano de uma cidade era um desejo antigo. Viseu, com uma área relativamente contida, era um bom desafio para começar esse levantamento. Enquanto decorriam as primeiras fotografias, é lançado pela Câmara Municipal de Viseu um concurso de apoio à criatividade, *Viseu Terceiro*. Apresento uma proposta à submissão do júri, que é aprovada com um financiamento parcial. Continuo o trabalho sobre a cidade, mas extendo-o a todo o território municipal. São pouco mais de 500 quilómetros quadrados para fotografar. O critério seguido foi o tentar “varrer” todo o espaço do concelho, mas rapidamente esta tarefa se mostrou labiríntica. As estimativas iniciais, de quilómetros percorridos, de lugares fotografados, de fotografias feitas, foram largamente superadas.

Pretendia-se, à partida, elaborar uma recolha fotográfica com carácter documental por forma a registar aspetos estruturais de todo o território de Viseu, pormenores das diversas áreas que o constituem, bem como aspetos do enquadramento das várias povoações (com uma particular atenção dada à cidade de Viseu, mas também às sedes de freguesia e todas as aldeias do concelho), património edificado, detalhes de edifícios e aspetos da rede viária. A par de um olhar descritivo, procura-se também uma leitura sensível, ou a busca do carácter diferenciado das várias áreas geográficas e urbanas, não apenas dentro do concelho de Viseu, mas, também, da face distintiva deste território, paisagem e arquiteturas a nível nacional. O conjunto de fotografias quer-se constituir como fixação do território no tempo presente, de modo a definir uma memória para o futuro e, simultaneamente, uma base de imagens para, eventualmente, apoio a trabalhos futuros em diversas áreas.

De acordo com experiências feitas no passado, havia uma estimativa para fazer cerca de 12.000 fotografias em suporte digital, constituindo o conjunto das imagens um arquivo relativamente coerente. Não havia um número pré-determinado de aldeias a fotografar, mas foi com espanto que na contabilidade

final foram apuradas 240 povoações registadas e, praticamente, todas as ruas da cidade. De uma avaliação prévia de cerca de 12 dias de campo, foram feitos 33 dias no terreno, e mais de 1.800 quilómetros percorridos. Em 4 meses foram feitas mais de 55.000 fotografias.



Os critérios de fotografias de campo não obedeceram a princípios formais definidos. Não houve respeito por parâmetros conceituais de qualquer espécie, nem a escolha de situações de luminosidade pré-definidas e procuradas deliberadamente. Há, sim, uma tentativa de percorrer todos os lugares construídos, pois estes são aqueles que mais “escondem” na intrincada malha das suas ruas. Há sempre situações específicas, ou irrepetíveis, arquiteturas singulares que

respondem a necessidades concretas. É nas aldeias que melhor podemos observar o engenho humano individual na resolução de problemas concretos, exercícios de liberdade, muitas vezes com meios muito precários. Depois há uma reinterpretação da arquitetura tradicional, há o emprego de novos materiais de construção, há um jogo de gestos livres que culmina em arquiteturas inusitadas. Nem sempre a imagem é agradável, integrada numa antiga tradição de bem construir. Há, pelo contrário, uma aparência de caos, de afastamento a uma antiga harmonia, que, no entanto, era muito o resultado da falta de soluções alternativas e de uma extrema pobreza.

Este trabalho viria a acrescentar uma visão nova no conjunto de anteriores abordagens desenvolvidas no contexto de outros projetos, não apenas sobre uma região contida, mas mesmo sobre o espaço português na sua totalidade. Houve

aqui um levantamento fotográfico consideravelmente mais minucioso do que havia feito no passado. Há a relação de uma cidade com o espaço rural que lhe é imediatamente próximo. Tão próximo e, por vezes, tão distante. Era uma relação de ocultação, “civilizações” fechadas sobre si próprias, sobre a terra, os trabalhos agrícolas, gestos repetidos, sofridos, pobres, alicerçados numa atividade da qual dependia uma subsistência precária. A imagem das aldeias parecia ser a metáfora de um mundo de miséria que se queria deixar, e que, verdadeiramente, já estava em abandono progressivo, em muitos casos decadente. Casas reconstruídas sobre espaços mínimos nos primitivos burgos, outras abandonadas, ruínas, ao redor uma periferia de casas novas, muitas delas fechadas, inabitadas. O mundo contraditório de uma ruralidade perdida, onde os campos abandonados são devolvidos à Natureza. Ao mesmo tempo a cidade parece caminhar para um equilíbrio na gestão do seu território de ruas e avenidas. O centro histórico é recuperado, as arquiteturas dos bairros novos é cada vez mais qualificada. Há um mundo de duas faces que se parece antagonizar de forma acentuada.

(1996), em exposição no Museu Almeida Moreira, Viseu



Fonte: Fotografias de Duarte Belo

As fotografias descrevem fragmentos mínimos de um território. Ambicionam, as imagens, a um certo documentalismo, mas não podem deixar de recorrer a um olhar próprio, preso à identidade de quem o regista. Há várias questões que permanecem nestas abordagens: o que é a ciência e o que é a arte no âmbito da fotografia? Como ambas, de forma diferenciada, constroem conhecimento? Para onde nos conduzem as imagens? Que mundo nos mostram? Que territórios derivam desse contacto prolongado com o “campo” e com a sua representação? Há uma miríade complexa de respostas. Há um tempo que passa que, constantemente, desejamos fixar, talvez por ser demasiado célere e imprevisível no seu arrasto. Há um espaço que aparentemente conhecemos, mas não, não temos, geralmente, a percepção das suas dimensões menos evidentes e mais densas. Tensas. Somos conduzidos por uma realidade avassaladora. Por fim, ao mesmo tempo que nos tentamos aproximar dos lugares que registamos, vamos construindo uma arquitetura que se afasta do fotografado. Território humano.

(2010-2016), em exposição na Casa das Memórias, Viseu



Fonte: Fotografias de Duarte Belo

Deste levantamento resultaram duas exposições de fotografia, Viseu: Identificação e Reconhecimento, e um conjunto de pequenos textos. Uma das exposições é no Museu Almeida Moreira, com fotografias de 1996, feitas no centro histórico de Viseu, numa revisitação de um trabalho antigo, Portugal – O Sabor da Terra.

A segunda exposição é no espaço da Casa das Memórias, na rua Direita. São as fotografias deste levantamento fotográfico, numa mostra organizada em dois pisos: no piso térreo são apresentadas imagens da cidade de Viseu, em três grupos distintos, cidade histórica, cidade xx e cidade atual. No piso superior, em seis conjuntos distintos de fotografias, é mostrado o mundo rural do concelho de Viseu: rural equilibrado, rural habitado, rural religioso, rural perdido, conexões e natureza.

Viseu: Identificação e Reconhecimento (1996). Museu Almeida Moreira, Viseu. 2016



Fonte: Fotografias de Duarte Belo

Viseu: Identificação e Reconhecimento (2010-2016). Casa das Memórias, Viseu. 2016



Fonte: Fotografias de Duarte Belo

Duarte Belo (Lisboa, 1968) inicia, em meados dos anos 1980, o mais extenso e abrangente levantamento fotográfico conhecido do espaço português. Desde essa altura que, através de numerosos títulos publicados e exposições, sobre o tempo e a forma do território nacional, participa na divulgação da revelação de um país, da sua natureza geológica e coberto vegetal das paisagens, até à imensa complexidade das marcas deixadas no solo pelos gestos humanos que permanecem na terra ao longo de milénios e definem uma identidade coletiva. Este trabalho, continuado em mais de 700.000 quilómetros percorridos em estrada ou a pé, deu origem a um arquivo fotográfico de mais de 1.350.000 fotografias. Publicou mais 50 livros sobre o tempo e a forma do território português, dos quais se podem destacar Portugal – O Sabor da Terra (1997-1998), ou Portugal Património (2007-2008). Num aprofundamento progressivo do detalhe no levantamento de território, trabalha atualmente sobre espaços de montanha, troços de rios, áreas litorais, paisagens agrícolas ou periferias de cidades.

Índice de autores

A

Albano, Gleydson Pinheiro, 180
Allegra, Marco, 248, 381, 483
Alves, Sónia, 348, 366, 633
Augusto, Fábio Rafael, 236, 576, 622

B

Balula, Luís, 35, 417, 528
Baptista, João Afonso, 206, 447
Belo, Duarte, 648
Bhatt, Sebastião, M. F., 407
Bina, Olivia, 534, 540, 554
Boeno, Raul, 111
Boeno, Renate Kottel, 104
Boletas, Susana, 637, 645
Borges, Pedro Namorado, 372

C

Calado, Virgínia Henriques, 291
Calvário, Rita, 272
Camargo, João, 100, 329
Cardoso, Sónia, 72, 286, 514
Correia, Augusta, 510
Cortez, Edson, 626

D

Delicado, Ana, 8, 226, 307, 339, 580

F

Falanga, Roberto, 360, 411, 478, 500
Fernandes, Vera Assis, 506
Ferrão, João, 345, 354, 385, 426
Ferreira, José Gomes, 174, 184, 196
Fonseca, Susana, 28, 60, 518
Franco, Alfredo Leal, 96
Freire, Dulce, 240, 372

G

Gomes, Carla, 88, 122, 423, 457, 640
Graça, João, 295
Granjo, Paulo, 429, 432, 436, 439, 443, 563, 569
Guerra, João, 40, 92, 258

H

Horta, Ana, 300, 303, 311, 334

I

Inch, Andy, 469, 584, 589

J

Junqueira, Luís, 602, 607, 611

L

Liu, Jielsing, 151
Liz, Mariana, 403, 523

Lourenço, Luiz Carlos de Brito, 115, 321

M

Mano, Fernando, 263

Matias, Ana Rita, 144

Messina, Tainan, 67

Mourato, João Morais, 20, 488, 495

N

Neto, Pedro Figueiredo, 451

O

O’Riordan, Tim, 77

Oliveira, Luzia, 133, 316

Oliveira, Rosário, 283

Oro, Aitor Varea, 360

P

Pardo-Buendía, Mercedes, 155

Pereira, Lavínia, 549

Pereira, Nádia Salgado, 278

Prado, Mônica, 138, 164, 244

R

Ribeiro, Ana Sofia, 395

Rodrigues, Ana Patrícia, 31

Rowland, Jussara, 593, 596, 615

S

Santos, Carlos Tito, 159

Santos, Madalena, 233

Schmidt, Luísa, 11, 50, 108

Silva, Luís, 339

Silveira, André, 44, 190

Sobrinho, António, 17, 128, 200

Sousa, João Carlos, 82

Souza, Carolina, 24

T

Travassos, David, 171, 215

Truninger, Mónica, 252, 286, 506

Tulumello, Simone, 378, 390, 465, 474

V

Vieira, Pedro Almeida, 211

W

Wit, Fronika de, 63

Z

Zuev, Dennis, 398

O OBSERVA - Observatório de Ambiente, Território e Sociedade é um observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) que promove a disseminação de informação sobre a componente social das questões ambientais e do território.

A missão do OBSERVA é o conhecimento das relações entre sociedade, ambiente e território. Analisa-se tanto os fenómenos sociais que resultam ou são influenciados por questões ambientais e territoriais, como o modo como as próprias condições ambientais e territoriais são modificadas por fenómenos de natureza social.

